



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1283

Quinta-feira - 18 de Julho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos	2
Bela Vista do Toldo.....	3
Biguaçu	3
Bom Retiro	7
Braço do Trombudo.....	8
Caçador.....	24
Camboriú.....	35
Campo Alegre	69
Campos Novos.....	77
Canoinhas.....	87
Capinzal	87
Catanduvas.....	110
Chapadão do Lageado	112
Cocal do Sul.....	118
Concórdia	144
Cordilheira Alta	191
Coronel Freitas.....	194
Coronel Martins.....	194
Corupá	226
Curitibanos	227
Ermo	227
Faxinal dos Guedes.....	228
Forquilha.....	229
Fraiburgo.....	229
Garopaba.....	239
Gaspar	239
Guaramirim.....	241
Herval d'Oeste	242
Ibiam	243
Imbituba	247
Iomerê	257
Ipumirim	285
Irineópolis	290
Itaiópolis	293
Itapiranga.....	293
Joaçaba.....	294
Lages	303
Lauro Muller	303
Lebon Regis.....	303
Leoberto Leal.....	304
Lindóia do Sul	308
Luzerna	339
Mafra	346
Maracajá	349
Marema.....	350
Massaranduba.....	354
Meleiro	357
Monte Carlo	359

Morro da Fumaça	373
Navegantes.....	373
Nova Trento	401
Novo Horizonte	401
Orleans	402
Palhoça	404
Palmitos	419
Papanduva.....	422
Passos Maia	423
Paulo Lopes	423
Presidente Castello Branco	423
Rio do Sul.....	424
Santa Terezinha do Progresso	435
São Bento do Sul.....	435
São João do Sul	439
São José.....	440
São Lourenço do Oeste.....	485
Schroeder	485
Serra Alta	487
Timbé do Sul	489
Timbó	492
Tunápolis.....	515
Turvo	521
Vargem Bonita	521
Videira.....	521
Xavantina	524

Associações

EGEM	525
------------	-----

Consórcios

AGIR	526
CIGA	528
CIM-AMAVI	531
CIS/AMMVI	532

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

CÂMARA MUNICIPAL

Resolução N. 064/2013 de 15 de Julho de 2013 RESOLUÇÃO N. 064/2013 DE 15 DE JULHO DE 2013

BAIXA NORMAS QUANTO À ENTREGA DE DOCUMENTOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL LUIZ BEDIN E DOS DECORRENTES DO CUMPRIMENTO DA LEI N.º 1.600/2007 DE 3-10-2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Helioberto Marcel Ramos _Fino, Presidente do Poder Legislativo Luiz Bedin do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina-(SC), no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial ao disposto no inciso II e III, artigo 36 da Lei Orgânica Municipal e na Resolução n.º 017/2005 de 13-12-2005, denominada de Regimento Interno, e em atenção ao disposto na Lei n.º 12.527 de 18-11-2011, na Lei Municipal 1.600/2007 de 3-10-2007, com suas alterações posteriores de demais normas aplicáveis à matéria,

RESOLVE:

Artigo 1.º Os documentos encaminhados pelo Poder Executivo Municipal, em cumprimento ao disposto na Lei n.º 1.600/07 de 3-10-2007, ficam à disposição dos agentes políticos e à população em geral, na Secretaria do Poder Legislativo Municipal, para análises e consultas, na medida em que houver necessidade.

Artigo 2.º Sempre que forem requeridos cópias dos referidos documentos, por ofícios devidamente protocolados no Poder Legislativo Municipal, em cumprimento a Lei n. 12.527 de 18-11-2011, após o deferimento serão os mesmos entregues ao interessado.

Artigo 3.º Os agentes políticos e à população em geral, terão livre acesso à documentação enviada pelo Poder Executivo Municipal, em cumprimento da Lei n.º 1.600/2007 de 3-10-2007, desde que a pesquisa seja feita na sede do Poder Legislativo Municipal Luiz Bedin.

Artigo 4.º As despesas decorrentes com a execução desta Resolução, serão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, parte destinada ao Poder Legislativo.

Artigo 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Poder Legislativo Municipal, 15 de julho de 2013
HELIOBERTO MARCEL RAMOS _FINO
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e Publicado na Secretaria do Poder Legislativo do Município de Água Doce em 15-7-2013

JOANA VIERA
Secretário da Presidência

Antônio Carlos

PREFEITURA

Decreto N° 071/2013

DECRETO N° 071/2013

Abre Crédito Adicional Suplementar -Excesso de Arrecadação no Orçamento programa de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal n° 001416/12 de 11 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11,57 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.365.0002.2.014-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 11,57

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair excesso de arrecadação 11,57

Art. 3º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 15 de Julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação N° 080/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: n° 080/2013; Modalidade: Pregão Presencial N°. 059/2013; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição de equipamento (bomba graxa pneumática) para oficina mecânica de manutenção preventiva nos veículos e máquinas, da Secretaria de Obras e Serviços Públicos e óleo hidráulico para uso nos veículos da frota da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, do municipal de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: 09:00 (nove) horas do dia 30/07/2013 na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br, ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 16 de julho de 2013.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Autorizo a empresa "DIARIO OFICIAL DOS MUNICIPIOS". DOM a publicar o AVISO DE LICITAÇÃO PL n°. 080/2013.

Antônio Carlos, 17 de julho de 2013.

Atenciosamente:

JOSÉ ROBERTO DE AMORIM

Secretario de Administração e Finanças



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato de Termo Aditivo ao Contrato 31/2013
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato: nº. 031/2013; Origem: Carta Convite nº. 002/2013 - Processo Licitatório nº. 017/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: Natureza Locação e Administração de Bens Ltda EPP; Objeto: aditar os quantitativos do presente contrato, que consiste na prestação de serviços de 300 (trezentas) horas de serviços com MOTONIVELADORA (patrola); Valor do Aditivo: R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Valor do Contrato Aditivado: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);

ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Bela Vista do Toldo**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2013

O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial - do tipo maior preço, para Contratação de instituição financeira para centralização e processamento de créditos provenientes da folha de pagamento gerada pelo município, lançados em contas correntes individuais do funcionalismo público, ativo da Administração Direta, Indireta e Fundacional de Bela Vista do Toldo, com, inclusive, as condições para prestação de serviços de empréstimos consignados para servidores.

Dia 31/07/2013 às 09:00 horas, na sede da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, à Rua Stanislaw Schumann, 839, centro. O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC, www.pmbvt.sc.gov.br, e outras informações poderão ser solicitadas na Secretaria Municipal da Administração: (047) 3629-0059 ou (047) 3629-0206 ramal 263, na pessoa do Secretário Sr. Maurício Juraszcek, no sítio eletrônico adm@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 15 de Julho de 2013.
GILBERTO DAMASO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Biguaçu**PREFEITURA****Decreto Nº 108/2013**

DECRETO Nº 108/2013 DE 16 DE JULHO DE 2013.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREA DE TERRAS LOCALIZADA NO BAIRRO FUNDOS, NESTE MUNICÍPIO, DE PROPRIEDADE DE PEDRO DA COSTA ARAÚJO OU A QUEM DE DIREITO FOR.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Biguaçu e com fundamento no disposto pelo art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de

junho de 1941, e considerando o disposto no art. 5º, Inciso XXIV, da Constituição Federal, combinado com a Legislação pertinente.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a utilidade pública, de parte da propriedade de Pedro da Costa Araújo ou a quem de direito for, descrito e caracterizado conforme matrícula nº 3.147, livro n. 2-0, fls 175, do Registro de Imóveis - Comarca de Biguaçu, e certidões atualizadas, plantas topográficas e memoriais em anexo para fins de desapropriação por utilidade pública, amigável ou judicial, em caráter de urgência, objetivando o interesse social, da área de terra abaixo relacionada:

I - Memorial Descritivo da Área Desapropriada: Inicia-se a descrição deste perímetro, no vértice V1, de coordenadas N 6955249.823 m e E 731205.256 m, ; deste, segue confrontando com a RUA BERTOLDO SIMÃO DE OLIVEIRA, a Oeste, com os seguintes azimutes e distâncias: 337°25'07" e 37.99 m até o vértice V2, de coordenadas N 6955284.899 m e E 731190.669 m; 340°49'36" e 18.54 m até o vértice V3, de coordenadas N 6955302.408 m e E 731184.580 m; 347°39'51" e 8.05 m até o vértice V4, de coordenadas N 6955310.276 m e E 731182.860 m; 356°54'19" e 26.83 m até o vértice V5, de coordenadas N 6955337.063 m e E 731181.412 m; 349°48'35" e 33.49 m até o vértice V6, de coordenadas N 6955370.022 m e E 731175.487 m; deste, segue confrontando com ESPOLIO DE JOÃO BONIFACIO RAMOS, ao Norte, com os seguintes azimutes e distâncias: 60°33'05" e 1.03 m até o vértice V7, de coordenadas N 6955370.531 m e E 731176.388 m; deste, segue confrontando com PEDRO DA COSTA ARAÚJO, a Leste, com os seguintes azimutes e distâncias: 163°31'18" e 17.41 m até o vértice V8, de coordenadas N 6955353.833 m e E 731181.327 m; 166°47'42" e 14.57 m até o vértice V9, de coordenadas N 6955339.648 m e E 731184.656 m; 174°11'41" e 19.45 m até o vértice V10, de coordenadas N 6955320.296 m e E 731186.623 m; 172°27'47" e 24.01 m até o vértice V11, de coordenadas N 6955296.496 m e E 731189.772 m; 157°20'28" e 25.30 m até o vértice V12, de coordenadas N 6955273.150 m e E 731199.519 m; 158°41'59" e 23.15 m até o vértice V13, de coordenadas N 6955251.586 m e E 731207.926 m; deste, segue confrontando com RAFAEL ANTONIO NIVEIRO, a Sul, com os seguintes azimutes e distâncias: 236°34'01" e 3.20 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

II - Área Remanescente da Área Desapropriada: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice V1, de coordenadas N 6955251.586 m e E 731207.926 m, ; deste, segue confrontando com PEDRO DA COSTA ARAÚJO; com os seguintes azimutes e distâncias: 338°41'59" e 23.15 m até o vértice V2, de coordenadas N 6955273.150 m e E 731199.519 m; 337°20'28" e 25.30 m até o vértice V3, de coordenadas N 6955296.496 m e E 731189.772 m; 352°27'47" e 24.01 m até o vértice V4, de coordenadas N 6955320.296 m e E 731186.623 m; 354°11'41" e 19.45 m até o vértice V5, de coordenadas N 6955339.648 m e E 731184.656 m; 346°47'42" e 14.57 m até o vértice V6, de coordenadas N 6955353.833 m e E 731181.327 m; 343°31'18" e 17.41 m até o vértice V7, de coordenadas N 6955370.531 m e E 731176.388 m; deste, segue confrontando com ESPOLIO DE JOÃO BONIFACIO RAMOS; com os seguintes azimutes e distâncias: 60°33'05" e 20.50 m até o vértice V8, de coordenadas N 6955380.611 m e E 731194.241 m; 59°56'15" e 23.73 m até o vértice V9, de coordenadas N 6955392.496 m e E 731214.776 m; 335°58'46" e 3.97 m até o vértice V10, de coordenadas N 6955396.126 m e E 731213.158 m; 62°02'44" e 11.32 m até o vértice V11, de coordenadas N 6955401.431 m e E 731223.155 m; 332°13'21" e 10.01 m até o vértice V12, de coordenadas N 6955410.292 m e E 731218.488 m; deste, segue confrontando com MARIA SANTINA M. DE MORAES; com os seguintes azimutes e distâncias: 61°11'21" e 16.14 m até o vértice V13, de coordenadas N 6955418.072 m e E 731232.633 m; deste, segue confrontando com UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ; com os seguintes azimutes e distâncias: 141°11'00" e 46.61 m até o vértice V14, de coordenadas N 6955381.752 m

e E 731261.853 m; 95°19'52" e 7.55 m até o vértice V15, de coordenadas N 6955381.050 m e E 731269.369 m; 145°59'29" e 46.32 m até o vértice V15, de coordenadas N 6955342.653 m e E 731295.277 m; 150°02'42" e 27.92 m até o vértice V16, de coordenadas N 6955318.460 m e E 731309.219 m; deste, segue confrontando com RAFAEL ANTONIO NIVEIRO; com os seguintes azimutes e distâncias: 236°34'01" e 121.38 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica a Municipalidade de Biguaçu, autorizada a promover e executar as desapropriações a que se refere o artigo anterior. Sendo que a desapropriação de parte do imóvel acima descrito se faz necessária para o alargamento e ampliação da Rua Bertoldo Simão de Oliveira.

Parágrafo Único - O Município de Biguaçu será representado, nos atos expropriatórios, pelo seu Prefeito Municipal ou por quem, com mandato especial, for por ele constituído.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Nos termos do art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, fica o expropriante autorizado a invocar caráter de urgência no processo de desapropriação para fins de imissão na posse do imóvel a que se refere este Decreto.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Portaria N° 2152/2013 PORTARIA N° 2152/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER READAPTAÇÃO ao (a) funcionário (a), LUIZ ANTONIO SANTANA, ocupante do Cargo efetivo de CALCETEIRO na SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6835/2013 em anexo no período de 05/07/2013 a 05/01/2014.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2153/2013 PORTARIA N° 2153/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILVANA NEIVA DA SILVA CRESCENCIO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas

funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6689/2013 em anexo no período de 03/07/2013 a 01/08/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2154/2013 PORTARIA N° 2154/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SHIRLENE ELINARA SILVANO, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6839/2013 em anexo no período de 06/07/2013 a 04/09/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2155/2013 PORTARIA N° 2155/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), AMILTON GONÇALVES, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6980/2013 em anexo no período de 13/07/2013 a 11/09/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2156/2013 PORTARIA N° 2156/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NEUZY DELORME DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6743/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 07/10/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2157/2013

PORTARIA N° 2157/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARCELLA REGINA FEDRIZZI MARIA, ocupante do Cargo temporário de MÉDICA DA FAMÍLIA na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6853/2013 em anexo no período de 03/07/2013 a 14/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2158/2013

PORTARIA N° 2158/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MICHELE CONCEIÇÃO BARBOSA, ocupante do Cargo efetiva de RECEPCIONISTA na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6695/2013 em anexo no período de 01/07/2013 a 14/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2159/2013

PORTARIA N° 2159/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LUIZ GONZAGA CORDEIRO, ocupante do Cargo efetivo de BIOQUÍMICO na SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6887/2013 em anexo no período de 11/07/2013 a 11/12/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2160/2013

PORTARIA N° 2160/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LENI MARIA SALVADOR

SORGEN, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6834/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 27/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2161/2013

PORTARIA N° 2161/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CELIA ALMEIDA DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6807/2013 em anexo no período de 03/07/2013 a 12/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2162/2013

PORTARIA N° 2162/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANA PAULA MEDEIROS E SILVA VICENTE, ocupante do Cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL na SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6674/2013 em anexo no período de 02/07/2013 a 16/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2163/2013

PORTARIA N° 2163/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ALCIRENE DE SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA na SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6735/2013 em anexo no período de 07/07/2013 a 05/10/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2164/2013

PORTARIA N° 2164/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GISELE MARIA NUERNBERG, ocupante do Cargo efetivo de ESCRITURÁRIA na SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6898/2013 em anexo no período de 08/07/2013 a 12/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2165/2013

PORTARIA N° 2165/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SILENE COSTA DE MIRANDA, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6809/2013 em anexo no período de 04/07/2013 a 13/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria N° 2166/2013

PORTARIA N° 2166/2013

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 101 de 24 de julho de 2009.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), GISELE DALMOLIN PALADINI, ocupante do Cargo temporário de PROFESSORA na SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo N° 6816/2013 em anexo no período de 04/07/2013 a 11/07/2013.

Biguaçu, 15 de julho de 2013.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 39/2013 - FMS**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N° 39/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu

- SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E CONSUMO PARA USO DO SAMU DA SECRETARIA DA SAÚDE DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 19/07/2013 às 14h59minh do dia 31/07/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00minh do dia 31/07/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 19.07.2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudbigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 16 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

Aviso de Licitação - Pregão Presencial N°. 70/2013 - FMS**AVISO**

PREGÃO PRESENCIAL N° 70/2013 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Presencial, com a finalidade de selecionar propostas objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA USO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - 24 HORAS E DEMAIS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 18/07/2013 às 14h59minh do dia 30/07/2013;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 15h00minh do dia 30/07/2013, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC

- CEP: 88160-000.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 18.07.2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 16 de julho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação - Leandro Adriano de Barros

Secretário de Saúde

36ª Convocação Para o Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

36ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem no Setor Pessoal, situado na Praça Nereu Ramos, n. 90, Centro, Biguaçu/SC (Prédio da Prefeitura), até o dia 19/07/2013, entre 13h e 19h, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

RESSALTA-SE QUE ESTA CONVOCAÇÃO É PARA ASSUMIR VAGA NA SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 16 de julho de 2013.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 1239 - Assistente Social (SEASH)

05 - Patrícia Anderson Silva

Bom Retiro

PREFEITURA

695.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Ozair Barbosa

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 695/13 de 16.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico

apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a partir do dia 16 de julho com término no dia 19 de julho de 2013, ao funcionário Ozair Barbosa, ocupante do cargo de Auxiliar Fiscal de Tributos - Padrão 1 - Nível 06, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 16 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

696.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Tania T.G. Neckel

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 696/13 de 17.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 16 de julho de 2013, a funcionária Tânia Terezinha Goedert Neckel, Ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 03, do Quadro de Pessoal Contratado em caráter efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Ginásio de Esportes Nenzinho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

697.07.13 - P. Lic. Trat. Saude Russiele R. Melo

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 697/13 de 17.07.13

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

Resolve:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para consulta médica no dia 16 de julho de 2013, a funcionária Russiele Rosa Melo, ocupante do cargo de Professor - I - 3 - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 17 de julho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Ata de Registro de Preço 24/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012 **Data do Registro:** 18/10/2012 **Válido até:** 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Rádio Portátil - AM/FM com CD/MP3 e entrada USB - toca cd/cd-r cd-w, reproduz áudio MP3 CDs WMA, visor de cristal líquido, entrada USB1 - 1 para reprodução de MP3/WMA, RADIO AM/FM ESTEREO. Faixas AM: 560-1710 KHZ e FM 88-108 MHZ, seletor de cd/mp3/USB/off/radio, seletor de controle de volume e estação, cd com funções especiais de reprodução repetição de uma ou todas as trilhas, função de programação para reprodução do cd/mp3/USB, potencia 1.2 + 1.2w RMS, conector de 3,5 mm para fone de ouvido, antena telescopia. Alimentação 220 volts 50/60 hs ou 8 pilhas médias "C", consumo de energia de 14 w e de cor preta. (9242)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	nks	0	170,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	BRITANIA	0	172,0000	2
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	LENOXX	0	181,0000	3
2	Aparelho de DVD com Karaokê Portátil - Entrada USB, Função Karaokê Com Pontuação, Função Game, Função CD RIPPING, Função DISC COPYING, Reproduz as Mídias: DVD DVD-R/RW DVD+R/RW CD CD-R/RW VCD SVCD JPEG WMA MP3, Picture CD - Leitura de CD's em Formato JPEG, Saída de Áudio Digital Coaxial, Saída de Áudio e Vídeo Composto, Decodificador de Áudio Digital (AC3), Zoom Play, Censura, Multiângulo, câmera Lenta e Proteção de Tela, Sistema de Cor: NTSC / PAL-M, Idioma do Menu Multilínguas, Display Digital, 220 v. (9243)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CCE	0	126,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	britania	0	127,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	britânia	0	132,3300	3
3	Ar condicionado Split - 18000 Quente e Frio 220V - Display de temperatura Digital: Fácil visualização da temperatura selecionada, trazendo conforto e praticidade. Entrada superior de Ar: maior tecnologia e descrição.As grades são localizadas na parte superior do produto. Controle remoto com display em cristal líquido: maior comodidade para operar o ar-condicionado, escolhendo as funções no próprio controle. Sistema especial de tripla filtragem: Filtro de Nylon, Filtro de Carvão Ativado, Filtro Hepa, Função Swing: movimento automático das aletas horizontais promove a sensação de uma brisa natural contínua e distribui melhor o ar, Timer Digital 24 horas: Liga e desliga o aparelho automaticamente no tempo programado, de acordo com as suas necessidades, proporcionando maior conforto, sem desperdícios de energia. (9244)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	Komeco	0	1.776,0000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	KOMECO	0	1.777,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	electrolux	0	1.778,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 2/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CONSUL	0	1.779,0000	4
			Troiana Equipamentos Ltda (9006)	Elgin. Mod SR	0	1.800,0000	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	KOMECO	0	1.820,0000	6
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	komeco	0	1.822,0000	7
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	Consul	0	1.822,0000	8
4	Batedeira Planetária - Velocidades - 8, Funções - Prendedor de Fio, Trava de Segurança, Cor - Inox ; Especificações Técnicas: Potência 300 W, Largura 400 mm , Altura 310 mm, Profundidade 225 mm, Peso 4 Kg; Informações Básicas: Modelo Planetária Inox ; Tigelas Litros 4 Lts, Material Aço Inox. (9245)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	BRITANIA	0	315,6700	1
5	Forno Elétrico: 45 litros, com 1700 w de potencia 1000 w na resistência inferior e 700 w na superior. Forno interno auto-limpante. Cor branca. Grelha deslizante. Luz indicadora de funcionamento. Cor branca. Função grill/dourador. Dimensões (LxAxP) 50 x 34 x 50cm (9246)	UND	Troiana Equipamentos Ltda (9006)	ITC. Modelo D	0	280,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	NARDELLI	0	281,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Braslar	0	299,0000	3
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	NARDELLI	0	306,0800	4
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	itc	0	312,3300	5
6	Maquina de fazer waffer - Frita, tosta, grelha e aquece - Chapas reversíveis, lisas e quadriculadas. Revestimento antiaderente para facilitar a limpeza das chapas - Termostato para regular a temperatura - Lâmpada piloto, que indica o funcionamento do aparelho Voltagem: 220V Potência: 1000 W Dimensões aproximadas: 32x14,7x31,5cm (AxLxP) Peso aproximado: 4,0kg. (9247)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	BLACK DECKI	0	279,0000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	BLACK & DEC	0	280,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 3/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	BLACK & DAC	0	636,3400	3
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Blak e Decker	0	649,0000	4
7	Lavadora de roupa: cor branca, de 15 Kg, controle eletrônico, ajuste do nível da água em 04 níveis, 02 enxágües, com centrifuga, velocidade de rotação para centrifugação 755 rpm, selo procel, acabamento de cesto aço inox, tipo de tampa superior em vidro temperado, dispenser alvejante, amaciante, sabão, com filtro para eliminação de fiapos, pás reguláveis, 220w, largura 620 mm, altura 1040 mm, profundidade 645 mm, peso 40,2Kg. (9248)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	ge	0	1.355,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELECTROLUX	0	1.357,6700	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	GE	0	1.365,0000	3
8	Travesseiros em fibras 40x60. (9249)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	13,3000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	ortobom	0	13,3600	2
9	Toalha de banho 100% algodão (9250)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VALETEX	0	14,4000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	ANGERTEX	0	14,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FLESCAN	0	19,0000	3
10	Toalha de rosto 100% algodão (9251)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	VALETEX	0	3,9000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	ANGERTERX	0	4,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FLESCAN	0	8,9000	3
11	Fronhas 40x60cm 100% algodão (9252)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cristalina	0	5,8000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 4/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LYNEL	0	5,8100	2
12	Lençóis com elástico, 1,30 comprimento x 0,60 de largura x 0,15 de altura 100% algodão. (9253)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LYNEL	0	16,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jolitex	0	16,3300	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	d,lolo	0	16,3300	3
13	Capas para edredons 1,40 de comprimento x 0,90 de largura 100% algodão. (9254)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jolitex	0	23,6000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LYNEL	0	23,6700	2
14	Capa de colchões de solteiro: 1,95 m de comprimento/ 0,95 m de largura 0,20 com de altura em tecido impermeável com elástico. (9255)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jolitex	0	39,9300	1
15	Edredons de berço dupla face 100% algodão 1 metros de largura por 1,30 de comprimento. (9256)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	tecebem	0	51,2500	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	YOYO BABY	0	51,3000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	jolitex	0	51,3500	3
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LYNEL	0	51,4100	4
16	Colchão para berço espuma poliuretano, tecido 50% algodão 50% poliéster e laminado de PVC flexível espessura 0,10 (10 x 060 x 1,30). (9257)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	maxispuma	0	59,9000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Ortobom	0	59,9500	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ECOFLEX	0	64,4500	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 5/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PALEMA	0	64,6000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ESPUMAR	0	74,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	74,3100	6
17	Colchão infantil espuma poliuretano, tecido 50% algodão 50% poliéster e laminado de PVC flexível espessura D 23. 60 x 130 cm (9258)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	maxispuma	0	72,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Ortobom	0	72,7500	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PALEMA	0	72,8200	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ECOFLEX	0	74,0000	4
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ESPUMAR	0	74,0000	5
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	gazin	0	74,3100	6
18	Toalha de mesa plástica 100% PVC acoplado a feltro. (9259)	M	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)		0	3,0000	1
19	Bacias de plástico com tampa 3 litros (9260)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	GIPLAS	0	2,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	3,0000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PRATIC	0	6,5300	3
20	Formas de pão de queijo, com 12 unidades de alumínio (9261)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	LONTRAS	0	14,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	patolux	0	14,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 6/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012**Número do Registro de Preços: 24/2012****Data do Registro: 18/10/2012****Válido até: 18/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PATOLUX	0	16,1700	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	ZAGO METAL	0	16,5000	4
21	Xícaras de vidro transparente (tipo lisa) (9262)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DURALEX	0	2,8000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cisper	0	2,8500	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	DURALEX	0	3,2800	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	SANTA MARIA	0	3,3500	4
22	Colher grande de silicone, tipo pá (9263)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	PLASUTIL	0	4,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	5,6300	2
23	Caixa plástica CP 01 -31,0 X 55,5 X 36,5 CM, peso 1,8 kg (9264)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JAGUAR	0	20,0000	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PROPLAST	0	20,5000	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	GIOTTO	0	37,2000	3
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	mercoplasa	0	38,0600	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 7/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012 Data do Registro: 18/10/2012 Válido até: 18/10/2013 Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
24	IMPRESSORA JATO DE TINTA Velocidade de impressão (preto): Normal:Até 5,5 ppm, Rascunho:Até 20 ppm Velocidade de impressão (cor): Normal:Até 4 ppm. Qualidade de impressão preto (ótima): Até 600 ppp. Ciclo de trabalho (mensal, A4): Até 1000 páginas Tecnologia de impressão: Jato de Tinta. Qualidade de impressão colorida (melhor):Até 4800 x 1200 dpi. Número de cartuchos de impressão: 1 preto, 1 tricolor (ciano, magenta, amarelo) Manuseio de entrada de papel, padrão: Bandeja de entrada para 60 folhas Manuseio de saída de papel, padrão: Bandeja de saída para 25 folhas Capacidade de entrada de envelope: Até 5 envelopes. Tamanhos de mídia suportados: A4; B5; A5; A6; Envelope DL. Tipos de suportes: Papel (brochura, jato de tinta, normal), fotográfico, envelopes, etiquetas, cartões (saudações), transparências. Conectividade, padrão: 1 USB 2.0. Conteúdo da caixa: Impressora; Cartucho preto; Cartucho tricolor; CD do software; Guia de configuração; Fonte de alimentação; Cabo USB. (9265)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	HP	0	186,2000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	hp	0	190,0000	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	hp	0	190,0000	3
25	COMPUTADOR COM PROCESSADOR socket LGA 1155, 3.30 Ghz, NÚCLEO DUPLO, 4MB cache L3, 512kb cache L2, 2.5GT/s, 65W potência, 32nm. 4GB DE MEMÓRIA DDR3 1333MHz. PLACA MÃE SOCKET 1155 COM 4 SLOT DE MEMÓRIA SUPORTANDO O Máximo de 32 GB, DDR3 1333/1066, Dual Channel. SLOTS DE EXPANÇÃO 2 x PCIe 2.0 x 16, 1 x PCIe 2.0 x 1, 1 x PCI, PLACA DE VIDEO ONBOARD COM SUPORTE A SAÍDA DE VÍDEO VGA: HDMI/RGB. REDE ONBOARD 10/100/1000, PLACA DE SOM ONBOARD COM 8 CANAIS DE ÁUDIO, 14 PORTAS USB 2.0/1.1 (8 PORTAS INTEGRADAS NA PLACA, 6 PORTAS NO PAINEL TRASEIRO). 2 x PORTAS SATA 6.0 Gb/s, 4 x PORTAS SATA 3.0 Gb/s, 1 x PORTA ULTRA DMA 133/100, 1 x Porta PS/2 Combo para Teclado/Mouse, 1 x PORTA COM. HD SATA II 500GB 7200RPM. GRAVADORA DE DVD SATA. GABINETE NA COR PRETA COM 4 BAIAS ENTRADA DE USB FRONTAL FONTE DE 450WATTS. MOUSE PS/2 ÓPTICO PRETO. TECLADO USB PRETO. CAIXA DE SOM AMPLIFICADAS COM ALIMENTAÇÃO PELA PORTA USB. (9266)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	BRPC	0	1.347,0000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	COMPUSONIC	0	1.348,0000	2
26	MONITOR COM TELA LED 18.5 polegadas,Voltagem: 100/240 volts, Entrada de sinal de vídeo RGB analógico, Sinc. de Sinal H/V separado, composto, SOG, Conector D-sub 15 pinos,Resolução máxima: 1360x768 pixels, Frequência Horizontal: 30 ~ 61 kHz, Frequência Vertical: 56 ~ 75 Hz, Tempo de resposta: 5 ms, Ângulo de Visão (H): 170 ° (graus), Ângulo de Visão (V): 160 ° (graus), Contraste: DFC 5.000.000:1. (9267)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	LG	0	428,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	aoc	0	429,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	AOC	0	442,6300	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 8/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012 Data do Registro: 18/10/2012 Válido até: 18/10/2013 Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	LG	0	451,0000	4
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	LG	0	451,6700	5
27	NOTEBOOK DUAL CORE Processador: Dual Core 3M Cache, 2.13 GHz Sistema Operacional: Windows 7 Starter autêntico 32 bit. Tela: 14.0" LED HD 16:9 Brilhante. Memória: DDR3 de 2 GB (1 x 2048 MB). Disco Rígido: 500 GB. Drives Ópticos: Super Multi Dual Layer (S-ATA) Gravação (CD-R 24X/CD-RW 24X/DVD±R 8X/DVD+RW 8X(4X)/DVD-RW 6X/DVD-RAM 5X). Leitura (CD 24X/DVD 8X). Webcam: VGA integrada Leitor de cartão: 4 EM 1 (SD, SDHC, SDXC, MMC). Rede: Gigabit (10/100/1000) LAN. Teclado: Português-BR.Alimentação: Fonte adaptadora 60 Watt. Bateria: 6 células (Li-Ion). Garantia: 1 Ano. Slot Expansão: capacidade de expansão até 4gb. Cor: Prata com preto. Vídeo: Integrado. Bluetooth: Bluetooth 3.0 Alto Desempenho.Wireless: 802.11bg/n. Som: HD (High Definition) Áudio. Porta VGA: Sim. Porta RJ45: Sim. HDMI: Sim (9268)	UND	Sandro Vilmar Pires ME (9007)	SAMSUNG	0	1.501,6700	1
28	IMPRESSORA LASER REDE - Memória/Armazenamento: 32MB/160MB (min / máx). Compatibilidade OS: Windows 2000/XP(32/64 Bits)/Vista(32/64 bits)/2003 Server (32/64 bits). Diversos Linux OS, incluindo Red Hat 8 - 9, Fedora Core 1-4, Mandrake 9.2-10.1, SuSE 8.2-9.2, Mac OS 8.6-9.2, 10.1-10.4. Ciclo de tarefa, mensalmente: 50.000 páginas. Dimensão (LxAxP): 36.4 x 36.9 x 20.96cm.Velocidade (Mono): Até 28ppm (A4) e 30ppm (Carta). Tempo de saída da primeira impressão (mono): 8.5 segundos. Resolução: Saída efetiva de até 1200 x 1200. Duplex: Automático. Emulação: PCL6, PS3, SPL, IBM ProPrinter, EPSON. Tamanho da mídia: 76 x 127mm - 216 x 356mm. Tipo de mídia: Transparências, Etiquetas, Cartão Postal, Envelope Capacidade e tipo de entradas: Bandeja de gaveta para 250 folhas; Bandeja multiuso para 1 folha. Capacidade e Tipo de Saídas: 150 folhas viradas para baixo Processador: 400MHz. Interface: UB2.0, Ethernet 10/100 Base Tx. Peso: 8.8Kg. (9269)	UND	TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	EPSON	0	669,0000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	HP	0	670,0000	2
29	Ventilador de parede: 50 cm, oscilante, grade removível, controle de velocidade, frequência 60HZ, cor branca. (9270)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	ventisol	0	119,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Ventisol	0	119,5000	2
			Troiana Equipamentos Ltda (9006)	Arge. Modelo 1	0	120,0000	3
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	VENTISOL	0	126,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 9/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012 **Data do Registro: 18/10/2012** **Válido até: 18/10/2013**
Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Receptor analógico para antena parabólica com controle remoto, multi - ponto. (9271)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELSYS	0	169,0000	1
31	Telefone sem fio - Cor: preto, Voltagem: 220v Alimentação: AC 120 - 230 V - 60 Hz, Capacidade da bateria: 650 MAH, Número de baterias: 3 (três) por telefone, Tipo de bateria: AAA NiMH, Discagem: tom e pulso, Display: PB iluminado, Frequência: DECT, Idiomas do menu: português, inglês e espanhol, Dimensões aproximadas do produto (altura x largura x profundidade): 15 x 5 x 30 cm, Peso: 0,378 kg (9272)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	INTELBRAS	0	78,9000	1
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	INTELBRAS	0	78,9500	2
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	intelbras	0	79,3000	3
32	Freezer vertical branco - Capacidade Líquida em Litros 231 Litros, Tipo de degelo: Cycle Defrost, Congelamento rápido, Controle de temperatura no painel frontal, Gavetão multiuso em PS Cristal, Portas Reversíveis, Dimensões (LxAxP) 61,6 x 153,9 x 69,1 cm, Detalhes do produto: Cestos deslizantes com trava de segurança, Peso 55 kg, Voltagem 220V. Quatro cestos Removíveis: Com trava de segurança, Acabamento/Cor: Branco. (9273)	UND	Troiana Equipamentos Ltda (9006)	Electrolux. Mor	0	1.355,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CONSUL	0	1.357,0000	2
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Consul	0	1.374,0000	3
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	consul	0	1.489,0000	4
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	CONSUL	0	1.495,1500	5
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	CONSUL	0	1.525,0000	6
			Sandro Vilmar Pires ME (9007)	CONSUL	0	1.525,0000	7
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	consul	0	1.525,6700	8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 10/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
33	Microondas 30 litros, sem dourador, cor branca, Voltagem 220 v, Funções Teclas pré-programadas com receitas do dia-a-dia, pipoca, brigadeiro, caneca, descongelar bovina, frango e prato pronto, adiar preparo que se ajusta ao seu ritmo de vida, permitindo programar um tempo de espera e tecla do meu jeito, Display Digital, Painele Relógio, teclas pré-programadas com receitas do dia-a-dia, pipoca, brigadeiro, caneca, descongelar bovina, frango e prato pronto, potência, adiar preparo, +5min, +1min, +30seg, parar/ cancelar, travar painel, teclas de seleção do tempo ou peso dos alimentos e iniciar funcionamento. Níveis de Potência 3 níveis de potência, Descongelamento de carnes (bovina e frango) e pratos prontos, Teclas adiar preparo que se ajusta ao seu ritmo de vida, permitindo programar um tempo de espera para que a receita fique pronta. Timer, Relógio, Trava de Segurança Potencia 820, Funcionalidades Auto-descongelamento e Trava de Segurança. (9274)	UND	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	Ig	0	340,0000	1
			SUPER-AR LTDA ME (8858)	Midea	0	348,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELECTROLUX	0	349,0000	3
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LG	0	364,8800	4
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	Ig	0	372,3300	5
34	Aspirador de Pó 1500W, Cor: Preto, 1500W de potência, Liga e Desliga com pedal, Indicador de coletor cheio, Suporte para armazenamento vertical, Acompanha acessórios para pisos, cantos, frestas e cortinas, Consumo (Watts): 1,5 Kw/h. (9275)	UND	Troiana Equipamentos Ltda (9006)	Mondial. ZION	0	155,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	BRITANIA	0	160,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	MONDIAL	0	211,6800	3
35	Roçadeira Elétrica 1.200W, Empunhadura central com regulagem de altura, Leve e fácil de usar, 4,25 kg, Grande potência 1.200 watts, Conjunto de corte com lâmina de 4 pontas e carretel de nylon com duplo fio de corte, Potência 1200 watts, / 1,6 HP, Tensão 220v, Rotação máxima 7,500 rpm, Diâmetro do corte 35 cm, Lamina de corte 4 pontas, Tubo de transmissão desmontável. (9276)	UND	Troiana Equipamentos Ltda (9006)	Nagano. Mod i	0	412,0000	1
			BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (8622)	tekna	0	413,0000	2
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CID	0	462,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 11/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
36	Balde para rodo mágico, capacidade para 14lts, oval, com 28 cm. (9277)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JAGUAR	0	19,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	zig zag	0	19,9000	2
37	Chaleira em Alumínio Polido N° 18 - Capacidade 3,10lts. (9278)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELITEC	0	17,5000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	patolux	0	18,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PATOLUX	0	23,6600	3
38	Bule de café - 3 Litros em alumínio. (9279)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MOTA	0	19,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	patolux	0	19,9000	2
39	Bacias plásticas sem tampa 40 lts. (9280)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JAGUAR	0	13,3000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	13,3400	2
40	Bacias plásticas sem tampa 10 lts. (9281)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	4,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JAGUAR	0	4,4000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	SANTANA	0	7,4400	3
41	Garrafa térmica 1/8 litros, garrafa de mesa, jato digressionável, bico corta pingo, corpo em aço inoxidável, ampola de vidro - Inox. (9283)	UND	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	TERMOLAR	0	80,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	TERMOLAR	0	81,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	termolar	0	89,9000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 12/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	TERMOLAR	0	94,1500	4
42	Potes com tampa 8 litros. (9284)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	GIPLAS	0	7,4000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	7,5000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	RICHIOB	0	10,1600	3
43	Potes com tampa 4 litros. (9285)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	GIPLAS	0	3,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	3,9500	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	SANTANA	0	4,1700	3
44	Conjuntos de potes com tampa com 5 peças, plástico. (9286)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	JAGUAR	0	22,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	giplas	0	22,5000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	SANTANA	0	23,0600	3
45	Pratos fundos de vidro transparente. 19,6 por 3,7 cm. (9287)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	DURALEX	0	3,9000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cisper	0	4,0000	2
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	DURALEX	0	4,1500	3
46	Refratário oval, 39,5 x 27,5 x 6,6. (9288)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MARINEX	0	26,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	cisper	0	28,8000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 13/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012

Número do Registro de Preços: 24/2012

Data do Registro: 18/10/2012

Válido até: 18/10/2013

Objeto da Compra: Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
47	Panela de alumínio 40 litros c/ tampa. (9289)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	patolux	0	98,2400	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	PATOLUX	0	98,3400	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	PATOLUX	0	99,9000	3
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELITEC	0	100,0000	4
48	Panela de pressão - 4,5 lts sistema de segurança avançado, adicional s válvulas de segurança tradicionais. Cabo reforçado, presilha metálica do cabo e asa ergonômica. (9290)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	ELITEC	0	49,0000	1
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	EIRILAR	0	55,0000	2
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	patolux	0	55,1000	3
49	Varal de chão com abas, com 1,55, largura 26 cm, em aço com acabamento, pintura, altura 90 cm. (9291)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	MOR	0	56,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	orion	0	57,9000	2
50	Pano de copa: 68 cm por 40m, 100% algodão - branco (9292)	UND	CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	martins	0	2,7400	1
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	LOMAER	0	2,8400	2
			ADL COMERCIAL EIRELI - EPP (8962)	FTOALHAS	0	2,9000	3
51	Lixeiro com pedal, com tampa, capacidade para 72 lt (9293)	UND	BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	SANREMO	0	66,0000	1
			CELIA REGINA WAMBOMMEL ME (8615)	arquiplast	0	66,9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 14/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012**Número do Registro de Preços: 24/2012****Data do Registro: 18/10/2012****Válido até: 18/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
52	Ar condicionado 12.000 btus reverso c/controle, 220 v, tipo janela, ciclo quente e frio, termostato, ventilação, desumidificação, timer, sleep, selo procel A, de cor branco, voltagem 220 v. (9294)	UND	SUPER-AR LTDA ME (8858)	Mitsuo	0	1.350,0000	1
			BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME (6982)	CONSUL	0	1.370,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 15/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 24/2012**Número do Registro de Preços: 24/2012****Data do Registro: 18/10/2012****Válido até: 18/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			TODT COMERCIAL LTDA-ME (8645)	CONSUL	0	1.714,3100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 16/16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 24/2012**Número do Registro de Preços: 24/2012****Data do Registro: 18/10/2012****Válido até: 18/10/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de material de cama, mesa, banho, eletrodomésticos, eletro-eletrônicos, equipamentos de informática e outros para Secretaria Educação e Administração.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	-------------	----------------	----------

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2012****PROCESSO N° 45/2012**

(6982) - BAZAR ARTEMANIA DE GUISELA BENNERT ME
(8615) - CELIA REGINA WAMBOMMEL ME
(8622) - BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
(8645) - TODT COMERCIAL LTDA-ME
(8858) - SUPER-AR LTDA ME
(8962) - ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
(9006) - Troiana Equipamentos Ltda
(9007) - Sandro Vilmar Pires ME

Braço do Trombudo, 18 de Outubro de 2012.

Caçador

PREFEITURA

Aviso de Suspensão Pregao Presencial 48

SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67-2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 48-2013

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2013 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA DESLOCAIMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NAS LOCALIDADES RURAIS

Fica suspenso o processo licitatório nº 67/2013 Pregão Presencial nº 48/2013,

Cujo abertura ocorreria em 30.07.2013 às 14h10min, por prazo indeterminado, para que seja efetuada a correção e revisão de todos os anexos, inclusive alteração de planilha de custos pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação.

Maiores Informações na Diretoria de Licitações, Situado na Av. Santa Catarina,195, fone (49) 3563 0322, e-mail:licitacao@caca-dor.sc.gov.br.

Caçador, 16 de Julho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO,
Prefeito Municipal

Contrato Administrativo Nº 58/2013 - Prefeitura

Contrato Administrativo nº 58/2013 - Prefeitura - LOCAÇÃO DE PARTE DE TERRENO RURAL LOCALIZADO NO MORRO DAS AN- TENAS - LINHA SEMINÁRIO - PARA INSTALAÇÃO DE TORRE DE REPETIÇÃO, referente ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2013 - Dispensa Nº 07/2013, O preço certo é de R\$ 3.295,80 (três mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos) sendo: R\$ 274,65 (duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) ao mês, CONTRATADA: ANNA JACOMINA ANDREUZZI RASADOR, portadora do CPF nº 811.054.529-72, residente e domiciliada nesta cidade de Caçador/SC, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, findando dia 11 de julho de 2014

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Notificacoes de Transito 1635, 1636, 1637, 1638, 1645, 1646, 1647

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 053 1635/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAP2144	55693800D	6920/0	01/04/2013	233
ACF8183	55693784D	6920/0	19/03/2013	233
AND7973	55699824D	6920/0	18/06/2013	233
BWC6290	55693798D	6920/0	26/03/2013	233
CAR9107	55107423C	5169/1	12/06/2013	165
GQI8653	55699816D	6920/0	14/06/2013	233
ICQ3959	55693086D	6599/2	25/05/2013	230 * V
IGN3541	55692237D	5010/0	01/06/2013	162 * I
IMO7005	55693521D	5010/0	10/04/2013	162 * I
INQ2130	55699289D	6920/0	04/06/2013	233
LNA7039	55692484D	5045/0	04/03/2013	162 * V
LWX7374	55699338D	6610/2	31/05/2013	230 * VII
LWZ6551	55699252D	6920/0	17/05/2013	233
LXK2742	55699820D	6920/0	13/06/2013	233
LXZ7931	55693470D	5169/1	21/06/2013	165
LYK3449	55693557D	5010/0	26/05/2013	162 * I
LYS0963	55693636D	5010/0	31/03/2013	162 * I
LYU2940	54149602D	5010/0	27/05/2013	162 * I
LZA3548	55477166C	5010/0	01/06/2013	162 * I
LZA3548	55477167C	6599/2	01/06/2013	230 * V
LZA3548	55477168C	5169/1	01/06/2013	165
LZI3700	55693783D	6920/0	18/03/2013	233
LZK9210	55693057D	5010/0	01/04/2013	162 * I
MAA9191	55693869D	6610/2	29/03/2013	230 * VII
MAC8030	54149079D	6645/0	10/05/2013	230 * X
MAC8030	55693890D	6556/1	06/05/2013	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBQ6122	55693732D	6599/2	21/05/2013	230 * V
MBQ6122	55693733D	5045/0	21/05/2013	162 * V
MBQ6122	55693734D	6912/0	21/05/2013	232
MDG4803	55699851D	6599/2	24/05/2013	230 * V
MDT2042	55699324D	5010/0	23/05/2013	162 * I
MDT2042	55699326D	5118/0	23/05/2013	164 c/c 162 * I
MDV7764	55693643D	5045/0	07/04/2013	162 * V
MDV7764	55693644D	6610/2	07/04/2013	230 * VII
MEB7457	55700182D	6599/2	17/06/2013	230 * V
MEB7457	55700183D	5010/0	17/06/2013	162 * I
MGC0481	54149252D	6599/2	18/05/2013	230 * V
MHS1582	55699343D	5010/0	31/05/2013	162 * I
MHS1582	55699344D	5118/0	31/05/2013	164 c/c 162 * I
MHS1582	55699345D	6599/2	31/05/2013	230 * V
MHX7359	54149264D	6599/2	09/06/2013	230 * V
MIG8240	55694425D	5010/0	25/05/2013	162 * I
MKB6669	55693940D	5010/0	03/03/2013	162 * I
MKB6669	55693942D	5169/1	03/03/2013	165
MKB6669	55693943D	5118/0	03/03/2013	164 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1636/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADP8670	55699342D	5185/1	31/05/2013	167
AFD1887	55699315D	5568/0	20/05/2013	181 * XIX
AJJ4539	55694092D	5835/0	08/03/2013	195
DUH6248	54147649D	5738/0	25/05/2013	186 * II
LXQ7215	55693542D	5525/0	28/05/2013	181 * XV
LZG2581	54149666D	5428/4	20/06/2013	181 * V
MAY3120	55700258D	6181/0	26/05/2013	215 * II
MDT2042	55699325D	7048/1	23/05/2013	244 * II
MEY9407	54149431D	5959/1	17/05/2013	203 * IV
MFY7986	55699316D	5410/0	20/05/2013	181 * IV
MGS6169	55699151D	6050/1	17/05/2013	208
MHW7235	54149618D	5509/0	10/06/2013	181 * XIII
MKD6409	55693087D	5207/0	27/05/2013	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1637/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAF9624	55693601D	5045/0	22/12/2012	R\$ 191,53	162 * V
AAF9624	55693602D	6610/2	22/12/2012	R\$ 127,69	230 * VII
ADI7040	55693704D	6599/2	31/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
ADI7040	55693705D	6556/1	31/03/2013	R\$ 191,53	230 * I
AJU1990	55699613D	5045/0	05/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
AKI1839	55693885D	6726/1	08/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
AKM6948	55694121D	6599/2	17/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKM6948	55694122D	5010/0	17/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
ANI8121	55694120D	5010/0	17/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
AOT8326	55693060D	6912/0	06/04/2013	R\$ 53,20	232
CLZ7949	55693326D	6920/0	08/02/2013	R\$ 127,69	233
DEJ9175	55693129D	5045/0	13/02/2013	R\$ 191,53	162 * V
DKS7016	55693817D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
ILH6033	54149153D	6599/2	17/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
IMG5140	54149162D	6599/2	13/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
JKU9141	55693782D	6920/0	18/03/2013	R\$ 127,69	233
LXH2493	55693387D	5010/0	14/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXH2493	55693388D	6599/2	14/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXH2493	55693389D	6408/0	14/04/2013	R\$ 85,12	221
LXW4666	55694042D	6912/0	18/04/2013	R\$ 53,20	232
LXW4666	55694044D	5274/1	18/04/2013	R\$ 191,53	175
LXZ0625	55693140D	5169/1	23/02/2013	R\$ 1.915,38	165
LYO0063	54149411D	5118/0	12/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYO0063	54149412D	5010/0	12/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYP1964	55692414D	6599/2	05/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYV3130	55692476D	5045/0	12/01/2013	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYW1068	55694033D	6610/2	13/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYW1068	55694034D	6637/1	13/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZI7673	55694073D	5010/0	12/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAE5621	55693342D	6920/0	25/02/2013	R\$ 127,69	233
MAX5139	55693833D	6920/0	15/04/2013	R\$ 127,69	233
MAY4038	55694126D	6637/2	18/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBC0450	55692373D	6920/0	03/05/2013	R\$ 127,69	233
MBE5148	55693883D	6556/1	06/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MBE5148	55693884D	6610/2	06/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCX1781	54149179D	6599/2	04/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDC1734	54790186C	6653/2	19/02/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDS1748	55693647D	5169/1	12/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MDS1748	55693648D	5274/1	12/04/2013	R\$ 191,53	175
MDX2677	55693081D	6599/2	03/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEO2272	55693822D	6920/0	08/04/2013	R\$ 127,69	233
MFQ0328	54149108D	6670/0	30/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MFS4639	55693813D	6920/0	04/04/2013	R\$ 127,69	233
MGL5997	55693528D	6599/2	12/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGL5997	55693529D	5010/0	12/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHF9468	55692408D	6599/2	03/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHG5229	55693420D	6599/2	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIK6249	55693526D	6599/2	12/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIS6147	55692279D	6726/1	05/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1638/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CDE0083	55694389D	6009/2	30/12/2012	R\$ 191,53	206 * II
DEJ9175	55693130D	5614/4	13/02/2013	R\$ 127,69	182 * V
LXW4666	55694043D	5452/1	18/04/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MAB8225	55476577C	5614/4	17/02/2013	R\$ 127,69	182 * V
MDI8010	54149406D	5541/2	06/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MDU6450	55693404D	5835/0	06/03/2013	R\$ 127,69	195
MDV7764	54149211D	6076/0	13/04/2013	R\$ 191,53	210
MDV7764	54149212D	5835/0	13/04/2013	R\$ 127,69	195
MEU3079	55694113D	6050/1	06/04/2013	R\$ 191,53	208
MFP5876	55693686D	6050/1	10/04/2013	R\$ 191,53	208
MFR3408	54148398D	5460/0	12/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFZ5903	54147841D	5541/7	05/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ0666	54149203D	5380/0	08/03/2013	R\$ 85,12	181 * I
MHR0790	54149007D	5541/2	07/01/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIP9037	54147885D	5541/6	02/04/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1645/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALZ7693	54149238D	5045/0	24/05/2013	162 * V
CPW3940	55693966D	5169/1	01/06/2013	165
LZA2171	54149122D	6599/2	21/06/2013	230 * V
MDS8077	55693090D	6599/2	30/05/2013	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1646/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFI7571	55693793D	6920/0	26/03/2013	R\$ 127,69	233
AHZ7174	54149174D	6670/0	27/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
AJW9330	54149422D	6610/2	26/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
ALI7757	54147635D	6912/0	02/05/2013	R\$ 53,20	232
AMY4843	55692360D	6920/0	24/04/2013	R\$ 127,69	233
BAA5643	55699614D	6610/2	05/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
BGT9014	54149171D	6599/2	25/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
BGT9014	54149172D	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
CAP4819	55696808D	6599/2	14/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
CAP4819	55696809D	5010/0	14/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
CCF6049	55692364D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
GYO9818	55692353D	6920/0	23/04/2013	R\$ 127,69	233
MAU5632	55693466D	6599/2	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAY4038	55692536D	6610/2	18/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MBR0829	55692365D	6920/0	26/04/2013	R\$ 127,69	233
MDA3393	55700004D	5010/0	02/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDQ3011	55692197D	5010/0	13/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDQ3011	55692198D	5118/0	13/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDS1748	55694046D	5169/1	28/04/2013	R\$ 1.915,38	165
MDY8692	55699611D	6912/0	24/04/2013	R\$ 53,20	232
MEE9208	55482568C	5010/0	23/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEW6658	55480476C	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKI7281	55692549D	6599/2	23/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MMA1650	55693638D	6610/2	02/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1647/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCS1512	54148397D	5460/0	10/04/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MDQ3011	55692194D	5835/0	13/05/2013	R\$ 127,69	195
MDQ3011	55692195D	5720/0	13/05/2013	R\$ 127,69	186 * I
MDQ3011	55692196D	7064/0	13/05/2013	R\$ 191,53	244 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 16 DE JULHO DE 2013

ALLEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Camboriú

PREFEITURA

Decreto N.º 1.668/2013

DECRETO N.º 1.668/2013

Concede incentivo a implantação de indústrias, aplicando-se a Lei Municipal n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal n.º 961/1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa MULTICLICK BRASIL PUBLICIDADE LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 10.248.759/0001-41, a qual solicita a concessão do benefício previsto na Lei Municipal n.º 961/1993;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 26 de junho de 2013, que analisou a documentação da Empresa MULTICLICK BRASIL PUBLICIDADE LTDA. e emitiu parecer favorável referente ao requerimento formulado;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à Empresa MULTICLICK BRASIL PUBLICIDADE LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.248.759/0001-41, com sede na Rua 3.600, n.º 205, Centro, Balneário Camboriú/SC, por um período de 03 (três) anos, contados da publicação do presente Decreto, o benefício de redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN para o percentual de 2% (dois por cento), incidentes sobre a empresa e suas atividades.

Art. 2º Caso a empresa beneficiada com a redução da alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN não se instalar na forma requerida no Município no prazo de 12 (doze) meses, com a possibilidade de prorrogação por igual período, caso exista interesse do Município, ou ainda, cessar suas atividades, perderá o benefício concedido.

Art. 3º Caso a empresa perca o benefício concedido ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade.

Art. 4º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas pela empresa beneficiada.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 05 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

Decreto N.º 1.669/2013

DECRETO N.º 1.669/2013

Concede incentivo a implantação de indústrias, aplicando-se a Lei Municipal n.º 961/1993 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 79, VII, da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei Municipal n.º 961/1993 e;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pela Empresa IBIRAPUERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o n.º 13.318.308/0001-21, a qual solicita a concessão do benefício previsto na Lei Municipal n.º 961/1993;

CONSIDERANDO a Ata da Reunião da Diretoria do Centro Industrial de Camboriú, de 05 de junho de 2013, que analisou a documentação da Empresa IBIRAPUERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA. e emitiu parecer favorável referente ao requerimento formulado;

CONSIDERANDO a razoabilidade no deferimento do benefício solicitado e estando presente o interesse público, diante da possibilidade de retorno em desenvolvimento socioeconômico ao Município, especialmente aumento de arrecadação e de empregos diretos e indiretos;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido à Empresa IBIRAPUERA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 13.318.308/0001-21, com sede no 1º Distrito Industrial, s/n.º, Bairro Morretes, Camboriú/SC, por um período de 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Decreto, o benefício de isenção do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, referente ao imóvel onde está localizada a sua sede.

Art. 2º Caso a empresa perca o benefício concedido ou cessar suas atividades não terá direito a qualquer indenização por parte da municipalidade.

Art. 3º Fica facultado à Diretoria do Centro Industrial de Camboriú realizar inspeções de avaliação, a qualquer tempo, destinadas ao levantamento das atividades que estão sendo desenvolvidas pela empresa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Camboriú/SC,
Em, 05 de julho de 2013.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrado no Livro de Publicações

MÁRCIO DA ROSA
Secretário M. de Administração

PR 07/2013 - FMAS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/2013- FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE REPARO, CONserto E REVISÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAS PARA OS VEICULOS KOMBI MIF 5134, FOX MIH 3393, GOL MHU 8074, GOL MIV 1148, KOMBI MEW 3986, GOL MIM 1062 FROTA PERTENCENTE À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 16:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 17/13 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2013-FUNDESB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE RELATÓRIO AMBIENTAL PRELIMINAR (RAP) PARA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO (ET) PARA ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CONSEMA Nº001/2006, CONTENPLANDO TAMBÉM O PROJETO TÉCNICO (PRAD) PARA RECUPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO E REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL JUNTO AOS ORGÃOS(S) DE LICENCIAMENTO PERTINENTES.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 31 (Trinta e Um) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 33/2013 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2013-PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA BALANCEAMENTO E GEOMETRIA E AQUISIÇÃO DE PNEU PARA O VEÍCULO CORSA HATCH PERTENCENTE A SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

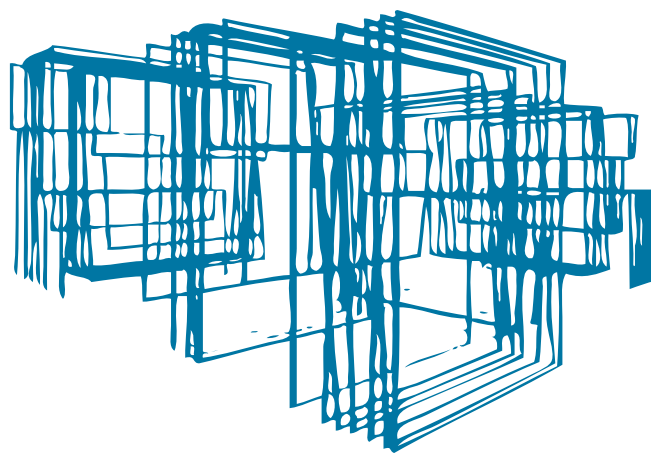
ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:00 horas do dia 30 (Trinta) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento

de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 16 de Julho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS



Programa de Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Publicação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Bimestre 2013

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	101.183.800,00	21.029.439,77	20,78	61.533.811,42	60,81	39.649.988,58
RECEITAS CORRENTES	100.663.800,00	100.663.800,00	19.929.293,32	19,80	58.735.304,06	58,35	41.928.495,94
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.038.450,00	16.038.450,00	3.427.305,97	21,37	13.824.537,65	86,20	2.213.912,35
IMPOSTOS	10.770.000,00	10.770.000,00	2.030.019,11	18,85	9.870.398,83	91,65	899.601,17
TAXAS	5.258.450,00	5.258.450,00	1.397.286,86	26,57	3.954.138,82	75,20	1.304.311,18
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.661.300,00	2.661.300,00	509.963,68	19,16	1.649.526,34	61,98	1.011.773,66
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	761.300,00	761.300,00	268.826,18	35,31	914.380,39	120,11	-153.080,39
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	1.900.000,00	1.900.000,00	241.137,50	12,69	735.145,95	38,69	1.164.854,05
RECEITA PATRIMONIAL	1.095.560,00	1.095.560,00	223.406,53	20,39	616.933,21	56,31	478.626,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.090.560,00	1.090.560,00	223.406,53	20,49	616.933,21	56,57	473.626,79
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	7.657.300,00	7.657.300,00	1.563.318,38	20,42	4.269.251,81	55,75	3.388.048,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	69.303.380,00	69.303.380,00	12.712.663,50	18,34	35.444.442,65	51,14	33.858.937,35
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	69.181.380,00	69.181.380,00	12.666.930,10	18,31	35.398.709,25	51,17	33.782.670,75
Transf. de Conv.	122.000,00	122.000,00	45.733,40	37,49	45.733,40	37,49	76.266,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.907.810,00	3.907.810,00	1.492.635,26	38,20	2.930.612,40	74,99	977.197,60
Multas e Juros de Mora	540.020,00	540.020,00	161.077,46	29,83	350.481,17	64,90	189.538,83
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	53.210,00	53.210,00	9.849,39	18,51	24.605,06	46,24	28.604,94
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	3.200.000,00	3.200.000,00	1.317.763,79	41,18	2.545.529,59	79,55	654.470,41
RECEITAS DIVERSAS	114.580,00	114.580,00	3.944,62	3,44	9.996,58	8,72	104.583,42
RECEITAS DE CAPITAL	520.000,00	520.000,00	1.100.146,45	211,57	2.798.507,36	538,17	-2.278.507,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	103.383,37	338,34	-102.383,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	103.383,37	338,34	-102.383,37
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	11.100,00	110,00	-10.100,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	11.100,00	110,00	-10.100,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	518.000,00	518.000,00	1.100.146,45	212,38	2.684.023,99	518,15	-2.166.023,99
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	518.000,00	518.000,00	1.100.146,45	212,38	2.684.023,99	518,15	-2.166.023,99
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	340.898,74	16,11	1.151.188,24	54,40	965.011,76
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.116.200,00	2.116.200,00	340.898,74	16,11	1.151.188,24	54,40	965.011,76
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	16,73	1.080.630,76	56,91	818.069,24
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	16,73	1.080.630,76	56,91	818.069,24
RECEITA DE SERVIÇOS INTRAORÇAMENTÁRIAS	217.500,00	217.500,00	23.195,07	10,66	70.557,48	32,44	146.942,52
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	103.300.000,00	103.300.000,00	21.370.338,51	20,69	62.684.999,66	60,68	40.615.000,34

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	103.300.000,00	103.300.000,00	21.370.338,51	20,69	62.684.999,66	60,68	40.615.000,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	103.300.000,00	103.300.000,00	21.370.338,51	20,69	62.684.999,66	60,68	40.615.000,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	990.242,51	—	—	168.698,75	—	—
Superávit Financeiro	—	990.242,51	—	—	168.698,75	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	101.183.800,00	9.993.379,54	111.177.179,54	17.968.803,83	70.100.606,29	18.082.730,66	48.054.089,05	43,22	63.123.090,49
DESPESAS CORRENTES	91.656.672,50	1.252.354,85	92.909.027,35	14.705.128,87	58.738.101,92	16.299.542,66	43.261.968,80	46,56	49.647.058,55
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.658.920,00	4.296,85	55.663.216,85	9.907.319,68	27.590.700,61	9.858.797,87	27.001.187,61	48,51	28.662.029,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	400.000,00	0,00	400.000,00	75.750,52	248.840,71	76.170,46	243.999,00	61,00	156.001,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	35.597.752,50	1.248.058,00	36.845.810,50	4.722.058,67	30.898.560,60	6.364.574,33	16.016.782,19	43,47	20.829.028,31
DESPESAS DE CAPITAL	8.347.127,50	8.741.024,69	17.088.152,19	3.263.674,96	11.362.504,37	1.783.188,00	4.792.120,25	28,04	12.296.031,94
INVESTIMENTOS	6.925.127,50	8.741.024,69	15.666.152,19	2.986.604,72	10.513.222,52	1.503.762,30	3.961.119,69	25,28	11.705.032,50
INVERSOES FINANCEIRAS	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	1.420.000,00	0,00	1.420.000,00	277.070,24	849.281,85	279.425,70	831.000,56	58,52	588.999,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.180.000,00	0,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.116.200,00	0,00	2.116.200,00	321.956,52	1.135.874,55	339.467,79	871.662,91	41,19	1.244.537,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.898.700,00	0,00	1.898.700,00	321.956,52	961.898,44	316.063,30	800.722,71	42,17	1.097.977,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	217.500,00	0,00	217.500,00	0,00	173.976,11	23.404,49	70.940,20	32,62	146.559,80

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	2.116.200,00	0,00	2.116.200,00	321.956,52	1.135.874,55	339.467,79	871.662,91	41,19	1.244.537,09
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	103.300.000,00	9.993.379,54	113.293.379,54	18.290.760,35	71.236.480,84	18.422.198,45	48.925.751,96	43,19	64.367.627,58
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	103.300.000,00	9.993.379,54	113.293.379,54	18.290.760,35	71.236.480,84	18.422.198,45	48.925.751,96	43,19	64.367.627,58
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	13.759.247,70	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	103.300.000,00	9.993.379,54	113.293.379,54	18.290.760,35	71.236.480,84	18.422.198,45	62.684.999,66	43,19	64.367.627,58

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.788.666,77

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	13.328.070,00	13.328.070,00	11.316.007,58	84,90
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.000.000,00	5.000.000,00	5.561.670,22	111,23
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	2.566.487,84	102,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	1.612.179,21	53,74
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	130.061,56	48,17
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	22.470,00	22.470,00	8.101,46	36,05
Dívida Ativa dos Impostos	2.450.000,00	2.450.000,00	1.422.298,01	58,05
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	85.600,00	85.600,00	15.209,28	17,77
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	35.677.800,00	35.677.800,00	18.000.800,43	50,45
Cota-Parte FPM	24.000.000,00	24.000.000,00	11.283.374,96	47,01
Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	7.117,62	142,35
Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	2.087.000,08	59,63
Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	4.534.474,81	56,68
Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	130.000,00	66.767,30	51,36
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	42.800,00	42.800,00	22.065,66	51,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	42.800,00	42.800,00	22.065,66	51,56
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	49.005.870,00	49.005.870,00	29.316.808,01	59,82

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	6.905.050,00	6.905.050,00	3.346.537,65	48,47
Provenientes da União	6.273.750,00	6.273.750,00	3.074.237,37	49,00
Provenientes dos Estados	631.300,00	631.300,00	272.300,28	43,13
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	321.000,00	321.000,00	351.093,75	109,38
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	7.226.050,00	7.226.050,00	3.697.631,40	51,17

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	16.549.660,00	16.549.660,00	10.450.399,71	63,15	8.135.064,96	49,16
Pessoal e Encargos Sociais	9.765.500,00	9.765.500,00	5.351.683,21	54,80	5.200.191,55	53,25
Outras Despesas Correntes	6.784.160,00	6.784.160,00	5.098.716,50	75,16	2.934.873,41	43,26

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	535.170,00	1.390.170,00	930.131,30	66,91	523.441,05	37,65
Investimentos	535.170,00	1.390.170,00	930.131,30	66,91	523.441,05	37,65
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	17.084.830,00	17.939.830,00	11.380.531,01	63,44	8.658.506,01	48,26
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	6.905.050,00	7.395.050,00	3.346.537,65	29,41	3.346.537,65	38,65
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	6.905.050,00	7.395.050,00	3.346.537,65	29,41	3.346.537,65	38,65
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	6.905.050,00	7.395.050,00	3.346.537,65	29,41	3.346.537,65	38,65
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	10.179.780,00	10.544.780,00	8.033.993,36	34,03	5.311.968,36	9,61
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						27,40
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						3.635.284,19

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	703.499,42	0,00	31.671,50	671.827,92	0,00
TOTAL	703.499,42	0,00	31.671,50	671.827,92	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	16.579.830,00	17.434.830,00	11.091.290,44	97,46	8.436.347,81	97,43
Vigilância Sanitária	30.000,00	30.000,00	23.830,30	0,21	474,50	0,01
Vigilância Epidemiológica	475.000,00	475.000,00	265.410,27	2,33	221.683,70	2,56
TOTAL	17.084.830,00	17.939.830,00	11.380.531,01	100,00	8.658.506,01	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	103.300.000,00	
Previsão Atualizada		—	103.300.000,00	
Receitas Realizadas		21.370.338,51	62.684.999,66	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	168.698,75	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	103.300.000,00	
Créditos Adicionais		—	9.993.379,54	
Dotação Atualizada		—	113.293.379,54	
Despesas Empenhadas		18.290.760,35	71.236.480,84	
Despesas Liquidadas		18.422.198,45	48.925.751,96	
Superavit Orçamentário		—	13.759.247,70	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		18.290.760,35	71.236.480,84	
Despesas Liquidadas		18.422.198,45	48.925.751,96	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			108.862.220,14	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		706.003,13	2.366.021,03	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		196.750,47	577.354,26	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		509.252,66	1.788.666,77	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		1.615.000,00	-12.263.714,56	-759,36
Resultado Primário		727.296,00	14.102.830,68	1.939,08
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.303.963,22	0,00	1.272.788,80	31.174,42
EXECUTIVO	1.295.795,67	0,00	1.264.798,80	30.996,87
LEGISLATIVO	8.167,55	0,00	7.990,00	177,55
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.219.125,34	0,00	717.366,11	501.759,23
EXECUTIVO	1.180.792,34	0,00	680.076,11	500.716,23
LEGISLATIVO	38.333,00	0,00	37.290,00	1.043,00
TOTAL:	2.523.088,56	0,00	1.990.154,91	532.933,65
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.650.302,58	25%	15,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		10.724.518,86	60%	69,33
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		103.383,37	-102.383,37	
Despesa de Capital Líquida		4.792.120,25	12.296.031,94	

Continua 1/2

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			11.100,00	-10.100,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	1.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		8.033.993,36	15,00	27,40
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	111.177.179,54	17.968.803,83	70.100.606,29	18.082.730,66	48.054.089,05	98,22	43,22	63.123.090,49
Legislativa	2.682.500,00	2.682.500,00	365.837,54	1.191.751,51	346.632,36	1.054.014,99	2,15	39,29	1.628.485,01
Ação Legislativa	2.682.500,00	2.682.500,00	365.837,54	1.191.751,51	346.632,36	1.054.014,99	2,15	39,29	1.628.485,01
Judiciária	486.000,00	486.000,00	38.919,95	311.756,34	41.871,45	298.072,34	0,61	61,33	187.927,66
Ação Judiciária	171.000,00	171.000,00	0,00	162.003,00	0,00	162.003,00	0,33	94,74	8.997,00
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	315.000,00	315.000,00	38.919,95	149.753,34	41.871,45	136.069,34	0,28	43,20	178.930,66
Administração	13.706.072,50	13.766.072,50	2.118.277,62	10.215.136,63	2.475.408,84	6.420.855,85	13,12	46,64	7.345.216,65
Administração Geral	11.841.072,50	11.901.072,50	1.927.947,89	8.920.385,41	2.145.783,51	5.469.248,53	11,18	45,96	6.431.823,97
Administração Financeira	1.140.000,00	1.140.000,00	144.142,16	697.439,60	209.361,16	615.649,60	1,26	54,00	524.350,40
Normatização e Fiscalização	150.000,00	150.000,00	26.121,16	66.521,12	24.927,16	65.087,12	0,13	43,39	84.912,88
Administração de Receitas	250.000,00	250.000,00	311,00	234.028,20	28.776,00	127.604,20	0,26	51,04	122.395,80
Comunicação Social	325.000,00	325.000,00	19.755,41	296.762,30	66.561,01	143.266,40	0,29	44,08	181.733,60
Segurança Pública	541.547,50	817.547,50	125.617,73	441.522,30	90.572,65	281.555,74	0,58	34,44	535.991,76
Policiamento	218.547,50	324.547,50	89.944,28	217.899,18	25.086,98	141.253,36	0,29	43,52	183.294,14
Defesa Civil	323.000,00	493.000,00	35.673,45	223.623,12	65.485,67	140.302,38	0,29	28,46	352.697,62
Assistência Social	3.964.500,00	3.964.500,00	453.908,63	2.625.567,37	591.410,23	1.618.136,86	3,31	40,82	2.346.363,14
Assistência ao Idoso	178.500,00	178.500,00	11.868,00	129.975,59	14.946,98	65.587,01	0,13	36,74	112.912,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.215.000,00	1.215.000,00	35.069,47	1.036.048,07	154.014,91	449.167,03	0,92	36,97	765.832,97
Assistência Comunitária	2.571.000,00	2.571.000,00	406.971,16	1.459.543,71	422.448,34	1.103.382,82	2,26	42,92	1.467.617,18
Previdência Social	1.600.000,00	1.600.000,00	182.507,65	539.109,70	182.507,65	539.109,70	1,10	33,69	1.060.890,30
Previdência do Regime Estatutário	1.600.000,00	1.600.000,00	182.507,65	539.109,70	182.507,65	539.109,70	1,10	33,69	1.060.890,30
Saúde	18.106.030,00	18.961.030,00	3.687.774,04	12.430.211,46	3.486.976,79	8.961.668,04	18,32	47,26	9.999.361,96
Atenção Básica	16.401.830,00	17.256.830,00	3.568.992,93	10.999.247,35	3.177.977,06	8.364.977,78	17,10	48,47	8.891.852,22
Vigilância Sanitária	30.000,00	30.000,00	1.105,80	23.830,30	474,50	474,50	0,00	1,58	29.525,50
Vigilância Epidemiológica	475.000,00	475.000,00	92.864,46	265.410,27	93.395,45	221.683,70	0,45	46,67	253.316,30
Alimentação e Nutrição	1.199.200,00	1.199.200,00	24.810,85	1.141.723,54	215.129,78	374.532,06	0,77	31,23	824.667,94
Educação	35.970.250,00	39.205.329,54	8.290.868,47	20.653.371,57	6.233.154,92	16.400.084,15	33,52	41,83	22.805.245,39
Ensino Fundamental	23.674.250,00	25.953.383,88	5.969.857,82	13.685.158,28	3.813.480,99	9.745.106,03	19,92	37,55	16.208.277,85
Educação Infantil	12.272.000,00	13.227.945,66	2.321.010,65	6.968.213,29	2.419.673,93	6.654.978,12	13,60	50,31	6.572.967,54
Educação de Jovens e Adultos	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00

Continua 1/4

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	101.183.800,00	111.177.179,54	17.968.803,83	70.100.606,29	18.082.730,66	48.054.089,05	98,22	43,22	63.123.090,49
Educação	35.970.250,00	39.205.329,54	8.290.868,47	20.653.371,57	6.233.154,92	16.400.084,15	33,52	41,83	22.805.245,39
Educação Especial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Cultura	152.000,00	383.000,00	123.690,18	127.230,41	101.879,87	103.382,30	0,21	26,99	279.617,70
Difusão Cultural	152.000,00	383.000,00	123.690,18	127.230,41	101.879,87	103.382,30	0,21	26,99	279.617,70
Urbanismo	9.899.300,00	14.347.600,00	1.532.830,17	11.245.504,16	2.190.211,97	5.733.444,60	11,72	39,96	8.614.155,40
Infra-Estrutura Urbana	7.932.000,00	12.380.300,00	1.045.444,12	9.854.360,16	1.813.208,35	5.038.743,16	10,30	40,70	7.341.556,84
Serviços Urbanos	1.967.300,00	1.967.300,00	487.386,05	1.391.144,00	377.003,62	694.701,44	1,42	35,31	1.272.598,56
Habitação	5.000,00	235.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Habitação Urbana	5.000,00	235.000,00	0,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	235.000,00
Saneamento	7.007.000,00	7.307.000,00	391.156,78	5.810.177,96	1.166.069,30	3.243.654,17	6,63	44,39	4.063.345,83
Saneamento Básico Urbano	7.007.000,00	7.307.000,00	391.156,78	5.810.177,96	1.166.069,30	3.243.654,17	6,63	44,39	4.063.345,83
Gestão Ambiental	143.000,00	452.000,00	29.158,12	45.910,12	16.265,22	18.865,22	0,04	4,17	433.134,78
Preservação e Conservação Ambiental	143.000,00	452.000,00	29.158,12	45.910,12	16.265,22	18.865,22	0,04	4,17	433.134,78
Agricultura	1.185.000,00	845.000,00	152.770,55	565.340,95	170.537,79	476.620,72	0,97	56,40	368.379,28
Extensão Rural	1.185.000,00	845.000,00	152.770,55	565.340,95	170.537,79	476.620,72	0,97	56,40	368.379,28
Indústria	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Produção Industrial	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Comércio e Serviços	662.600,00	1.051.600,00	69.897,92	790.592,12	198.464,95	714.510,99	1,46	67,95	337.089,01
Turismo	662.600,00	1.051.600,00	69.897,92	790.592,12	198.464,95	714.510,99	1,46	67,95	337.089,01
Desporto e Lazer	1.072.000,00	1.072.000,00	52.767,72	779.301,13	229.690,68	492.967,02	1,01	45,99	579.032,98
Desporto Comunitário	1.072.000,00	1.072.000,00	52.767,72	779.301,13	229.690,68	492.967,02	1,01	45,99	579.032,98
Encargos Especiais	2.820.000,00	2.820.000,00	352.820,76	2.098.122,56	561.075,99	1.697.146,36	3,47	60,18	1.122.853,64
Serviço da Dívida Interna	1.820.000,00	1.820.000,00	352.820,76	1.098.122,56	355.596,16	1.074.999,56	2,20	59,07	745.000,44
Outros Encargos Especiais	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	205.479,83	622.146,80	1,27	62,21	377.853,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.180.000,00	1.180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.180.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	321.956,52	1.135.874,55	339.467,79	871.662,91	1,78	41,19	1.244.537,09
Legislativa	17.500,00	17.500,00	3.465,66	10.271,47	1.943,00	7.922,11	0,02	45,27	9.577,89
Ação Legislativa	17.500,00	17.500,00	3.465,66	10.271,47	1.943,00	7.922,11	0,02	45,27	9.577,89
Judiciária	3.500,00	3.500,00	313,43	877,69	351,37	740,44	0,00	21,16	2.759,56
Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	3.500,00	3.500,00	313,43	877,69	351,37	740,44	0,00	21,16	2.759,56

Continua 2/4

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	321.956,52	1.135.874,55	339.467,79	871.662,91	1,78	41,19	1.244.537,09
Administração	123.700,00	123.700,00	14.458,04	66.466,70	15.992,80	41.489,19	0,08	33,54	82.210,81
Administração Geral	91.500,00	91.500,00	9.537,01	52.200,19	11.095,26	29.694,11	0,06	32,45	61.805,89
Administração Financeira	30.200,00	30.200,00	4.692,39	13.861,43	4.675,19	11.504,32	0,02	38,09	18.695,68
Normatização e Fiscalização	500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
Comunicação Social	1.500,00	1.500,00	228,64	405,08	222,35	290,76	0,00	19,38	1.209,24
Assistência Social	40.000,00	40.000,00	5.228,61	22.890,28	5.782,92	13.720,24	0,03	34,30	26.279,76
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	26,94	0,00	0,54	4.973,06
Assistência Comunitária	35.000,00	35.000,00	5.228,61	17.890,28	5.782,92	13.693,30	0,03	39,12	21.306,70
Saúde	178.000,00	178.000,00	28.470,68	92.043,09	30.173,24	71.370,03	0,15	40,10	106.629,97
Atenção Básica	178.000,00	178.000,00	28.470,68	92.043,09	30.173,24	71.370,03	0,15	40,10	106.629,97
Educação	1.600.000,00	1.600.000,00	249.852,98	856.843,87	263.901,94	682.218,37	1,39	42,64	917.781,63
Ensino Fundamental	990.000,00	990.000,00	159.880,89	560.633,48	169.251,75	441.798,90	0,90	44,63	548.201,10
Educação Infantil	610.000,00	610.000,00	89.972,09	296.210,39	94.650,19	240.419,47	0,49	39,41	369.580,53
Urbanismo	105.500,00	105.500,00	17.047,37	48.250,98	16.271,88	39.767,58	0,08	37,69	65.732,42
Infra-Estrutura Urbana	90.000,00	90.000,00	15.050,51	42.095,28	14.233,43	34.602,49	0,07	38,45	55.397,51
Serviços Urbanos	15.500,00	15.500,00	1.996,86	6.155,70	2.038,45	5.165,09	0,01	33,32	10.334,91
Agricultura	12.000,00	12.000,00	2.274,32	5.852,49	2.049,04	4.667,25	0,01	38,89	7.332,75
Extensão Rural	12.000,00	12.000,00	2.274,32	5.852,49	2.049,04	4.667,25	0,01	38,89	7.332,75
Comércio e Serviços	5.000,00	5.000,00	845,43	2.377,98	807,15	1.957,03	0,00	39,14	3.042,97
Turismo	5.000,00	5.000,00	845,43	2.377,98	807,15	1.957,03	0,00	39,14	3.042,97
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	2.194,45	7.810,67	0,02	25,20	23.189,33
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	2.194,45	7.810,67	0,02	25,20	23.189,33

Continua 3/4

Município de Camboriú - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.116.200,00	2.116.200,00	321.956,52	1.135.874,55	339.467,79	871.662,91	1,78	41,19	1.244.537,09
Desporto e Lazer	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	2.194,45	7.810,67	0,02	25,20	23.189,33
Desporto Comunitário	31.000,00	31.000,00	0,00	30.000,00	2.194,45	7.810,67	0,02	25,20	23.189,33
TOTAL (III) = (I + II)	103.300.000,00	113.293.379,54	18.290.760,35	71.236.480,84	18.422.198,45	48.925.751,96	100,00	43,19	64.367.627,58

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

 Luzia Lourdes Coppi Mathias
 Prefeita Municipal

 Sérgio Luiz Venâncio
 Secretário de Finanças

 Renata Pereira
 Contadora - CRC/SC 028070/O-6

 Kaita Helen Testoni
 Controladoria

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	8.533.799,51	8.413.582,92	8.018.796,71	8.486.577,22	8.509.230,59	12.841.271,57	7.892.293,40	13.376.873,96	9.708.566,01	10.137.544,35	11.344.257,66	9.875.889,22	117.138.683,12	107.799.360,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.328.174,51	1.263.851,37	1.181.610,31	1.246.696,93	1.159.964,06	2.240.081,96	1.081.075,06	4.801.729,68	2.330.216,12	2.184.210,82	1.784.611,24	1.642.694,73	22.244.916,79	16.038.450,00	
I.P.T.U.	169.604,17	87.646,42	111.102,08	96.621,14	79.018,56	47.345,69	436.241,24	3.618.019,00	728.478,72	437.991,44	189.833,72	151.106,10	6.153.008,28	5.000.000,00	
I.R.R.F.	18.113,16	17.375,84	19.801,67	17.079,39	17.329,86	134.106,39	6.163,20	14.231,66	21.982,45	38.997,67	22.692,99	25.993,59	353.867,87	270.000,00	
I.S.S.	354.605,52	325.780,13	275.999,51	299.866,87	414.783,88	717.415,57	70.232,63	181.588,91	342.797,50	364.873,14	315.440,16	337.246,87	4.000.630,69	3.000.000,00	
I.T.B.I.	389.531,97	388.101,58	455.636,87	394.275,94	264.372,78	644.918,18	211.951,78	360.782,07	520.716,76	485.331,55	581.464,04	406.241,64	5.103.325,16	2.500.000,00	
Outras Receitas Tributárias	396.319,69	444.947,40	319.070,18	438.853,59	384.458,98	696.296,13	356.486,21	627.108,04	716.240,69	857.017,02	675.180,33	722.106,53	6.634.084,79	5.268.450,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	239.306,97	229.185,67	236.383,85	228.499,51	227.036,81	233.328,42	350.497,32	286.071,69	238.325,83	264.667,82	252.574,86	257.388,82	3.043.267,57	2.661.300,00	
RECEITA PATRIMONIAL	245.979,11	214.144,10	165.092,99	403.473,06	98.795,02	240.821,51	102.805,24	50.440,48	73.164,33	167.116,63	107.326,26	116.080,27	1.985.239,00	1.095.560,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	650.983,47	612.279,42	527.946,64	628.188,19	598.497,45	645.474,95	683.657,73	600.898,87	694.198,65	727.178,18	795.908,31	767.410,07	7.932.621,93	7.657.300,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.793.101,60	5.722.950,47	5.627.365,54	5.666.702,92	6.149.908,75	8.909.601,89	5.365.848,66	7.223.605,80	5.973.644,58	6.477.947,09	7.341.826,68	6.661.690,38	76.914.194,36	76.438.940,00	
Cota-Parte do F.P.M.	1.272.210,07	1.403.857,11	1.228.354,36	1.303.953,60	1.762.507,48	1.992.176,94	1.836.823,03	2.471.248,92	1.527.121,45	2.194.265,95	1.830.659,75	20.246.434,52	24.000.000,00	24.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	641.120,99	618.757,23	730.670,64	683.589,25	735.681,39	743.675,35	789.309,30	710.211,37	670.491,81	808.464,84	803.434,02	752.563,47	8.687.969,66	8.000.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	377.617,12	405.800,93	354.645,85	382.286,37	266.551,58	220.682,77	244.937,35	271.696,92	336.624,67	392.534,51	416.749,68	424.456,95	4.094.584,70	3.500.000,00	
Cota-Parte do ITR.	164,68	78,32	952,21	6.076,93	1.799,67	1.288,91	1.693,86	1.979,03	301,93	2.536,18	485,96	120,66	17.478,34	5.000,00	
Outras Transferências Correntes	1.331.919,14	940.957,35	888.992,79	922.289,94	857.018,69	2.959.664,93	345.709,82	1.086.720,45	1.183.004,75	982.465,77	1.012.982,09	987.324,90	13.499.050,62	11.061.140,00	
Transferências da LC 61/1989	10.232,22	11.309,80	11.437,68	11.054,63	11.191,50	12.850,61	13.987,25	10.739,83	9.480,97	8.693,53	11.690,14	12.175,58	134.843,74	130.000,00	
Transferências da LC 87/1996	3.444,34	3.444,34	0,00	6.888,68	3.444,34	3.444,34	0,00	0,00	0,00	14.710,44	3.677,61	3.677,61	42.731,70	42.800,00	
Transferências do FUNDEB	2.156.393,04	2.338.745,39	2.412.312,01	2.350.563,52	2.511.714,10	2.975.818,04	2.133.388,05	2.671.009,28	2.350.484,59	2.741.420,37	2.898.541,23	2.650.711,46	30.191.101,08	29.700.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	276.253,85	371.171,89	280.397,38	313.016,61	275.028,50	571.962,84	308.409,39	414.127,44	399.016,50	316.423,81	1.062.010,31	430.624,95	5.018.443,47	3.907.810,00	
DEDUÇÕES (II)	584.138,83	608.440,29	581.168,53	598.356,70	675.528,54	714.329,16	814.188,67	839.962,58	615.786,24	684.883,70	818.839,57	740.840,17	8.276.462,98	7.896.860,00	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	123.086,50	119.790,97	119.437,34	119.587,05	119.293,57	119.505,56	236.838,76	146.787,56	127.856,17	134.071,72	132.779,11	136.047,07	1.635.081,38	761.300,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	461.052,33	488.649,32	461.731,19	478.769,65	556.234,97	594.823,60	577.349,91	693.175,02	487.930,07	550.811,98	686.060,46	604.793,10	6.641.381,60	7.135.560,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	7.949.660,68	7.805.142,63	7.437.628,18	7.888.220,52	7.833.702,05	12.126.942,41	7.078.104,73	12.536.911,38	9.092.779,77	9.452.660,65	10.525.418,09	9.135.049,05	108.862.220,14	99.902.500,00	

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaíta Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.101.300,00	1.101.300,00	388.299,46	1.285.390,27	1.742.520,45
RECEITAS CORRENTES	1.101.300,00	1.101.300,00	388.299,46	1.285.390,27	1.742.520,45
Receita de Contribuições dos Segurados	761.300,00	761.300,00	268.826,18	914.380,39	654.029,17
Pessoal Civil	761.300,00	761.300,00	268.826,18	914.380,39	654.029,17
Ativo	761.300,00	761.300,00	268.826,18	914.380,39	654.029,17
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	320.000,00	320.000,00	110.347,50	353.666,47	1.072.858,81
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	320.000,00	320.000,00	110.347,50	353.666,47	1.072.858,81
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	9.125,78	17.343,41	15.632,47
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.000,00	20.000,00	9.125,78	17.343,41	15.632,47
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	1.080.630,76	772.943,59
RECEITAS CORRENTES	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	1.080.630,76	772.943,59
Receita de Contribuições Patronais	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	1.080.630,76	772.943,59
Pessoal Civil	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	1.080.630,76	772.943,59
Ativo	1.898.700,00	1.898.700,00	317.703,67	1.080.630,76	772.943,59
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Camboriú - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	3.000.000,00	3.000.000,00	706.003,13	2.366.021,03	2.515.464,04
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.920.000,00	1.920.000,00	196.750,47	577.354,26	478.734,46
ADMINISTRAÇÃO	320.000,00	320.000,00	14.242,82	38.244,56	31.376,48
Despesas Correntes	301.000,00	301.000,00	14.242,82	38.244,56	29.511,48
Despesas de Capital	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	1.865,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.600.000,00	1.600.000,00	182.507,65	539.109,70	447.357,98
Pessoal Civil	0,00	0,00	182.507,65	539.109,70	447.357,98
Aposentadorias	0,00	0,00	153.556,85	449.937,20	372.130,02
Pensões	0,00	0,00	28.950,80	89.172,50	75.227,96
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.600.000,00	1.600.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Camboriú - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	1.920.000,00	1.920.000,00	196.750,47	577.354,26	478.734,46
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	1.080.000,00	1.080.000,00	509.252,66	1.788.666,77	2.036.729,58

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	1.080.000,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	4.764,25	5.170,55	2.274,72
Investimentos	16.354.434,89	16.439.931,05	12.951.840,67

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.045.521,89	3.597.330,40	3.317.904,70
DEDUÇÕES (II)	4.622.520,19	13.816.227,84	16.158.617,56
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.926.483,41	15.477.235,38	17.558.336,36
Demais Haveres Financeiros	0,00	18.605,86	26.164,23
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.303.963,22	1.679.613,40	1.425.883,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-576.998,30	-10.218.897,44	-12.840.712,86
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-576.998,30	-10.218.897,44	-12.840.712,86

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-2.621.815,42	-12.263.714,56

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.615.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
Passivo Atuarial	13.889.325,31	13.889.325,31	13.889.325,31
DEDUÇÕES (VIII)	15.216.242,76	16.388.085,16	16.445.101,60
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.177,80	3.173,99	5.170,55
Investimentos	15.211.064,96	16.384.911,17	16.439.931,05
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	-1.326.917,45	-2.498.759,85	-2.555.776,29
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	-1.326.917,45	-2.498.759,85	-2.555.776,29

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	101.689.440,00	20.046.785,53	59.269.559,09	52.581.725,58
Receita Tributária	16.038.450,00	3.427.305,97	13.824.537,65	11.074.196,88
I.P.T.U.	5.000.000,00	340.939,82	5.561.670,22	4.675.366,50
I.S.S.	3.000.000,00	652.687,03	1.612.179,21	1.742.670,93
I.T.B.I.	2.500.000,00	987.705,68	2.566.487,84	1.635.483,79
I.R.R.F.	270.000,00	48.686,58	130.061,56	83.654,64
Outras Receitas Tributárias	5.268.450,00	1.397.286,86	3.954.138,82	2.937.021,02
Receita de Contribuição	4.560.000,00	827.667,35	2.730.157,10	2.316.455,39
Receitas Previdenciárias	2.660.000,00	586.529,85	1.995.011,15	1.426.972,76
Outras Contribuições	1.900.000,00	241.137,50	735.145,95	889.482,63
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	0,00	0,00	500.000,00
Receita Patrimonial	1.095.560,00	223.406,53	616.933,21	1.796.148,73
(-) Aplicações Financeiras	1.090.560,00	223.406,53	616.933,21	1.296.148,73
Transferências Correntes	69.303.380,00	12.712.663,50	35.444.442,65	32.766.724,75
F.P.M.	19.200.000,00	3.219.940,61	9.026.700,10	8.568.512,04
I.C.M.S.	6.400.000,00	1.244.798,18	3.627.580,40	3.144.239,46
Convênios	122.000,00	45.733,40	45.733,40	56.312,50
Outras Transferências Correntes	43.581.380,00	8.202.191,31	22.744.428,75	20.997.660,75
Demais Receitas Correntes	11.782.610,00	3.079.148,71	7.270.421,69	5.924.348,56
Dívida Ativa	3.200.000,00	1.317.763,79	2.545.529,59	1.738.332,11
Diversas Receitas Correntes	8.582.610,00	1.761.384,92	4.724.892,10	4.186.016,45
RECEITAS DE CAPITAL (II)	520.000,00	1.100.146,45	2.798.507,36	7.017.552,47
Operações de Crédito (III)	1.000,00	0,00	103.383,37	2.597.505,60
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	1.000,00	0,00	11.100,00	0,00
Transferências de Capital	518.000,00	1.100.146,45	2.684.023,99	4.420.046,87
Convênios	518.000,00	1.100.146,45	2.684.023,99	4.420.046,87
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	518.000,00	1.100.146,45	2.684.023,99	4.420.046,87
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	102.207.440,00	21.146.931,98	61.953.583,08	57.001.772,45
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	95.025.227,35	16.639.010,45	44.133.631,71	45.254.629,90
Pessoal e Encargos Sociais	57.561.916,85	10.174.861,17	27.801.910,32	24.484.628,15
Juros e Encargos da Dívida (IX)	400.000,00	76.170,46	243.999,00	225.358,05
Outras Despesas Correntes	37.063.310,50	6.387.978,82	16.087.722,39	20.544.643,70
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	94.625.227,35	16.562.839,99	43.889.632,71	45.029.271,85
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	17.088.152,19	1.783.188,00	4.792.120,25	11.724.667,67
Investimentos	15.666.152,19	1.503.762,30	3.961.119,69	11.595.582,72
Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.420.000,00	279.425,70	831.000,56	129.084,95
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	15.668.152,19	1.503.762,30	3.961.119,69	11.595.582,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	-	-	-

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.080.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	111.473.379,54	18.066.602,29	47.850.752,40	56.624.854,57
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.265.939,54	3.080.329,69	14.102.830,68	376.917,88
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	168.698,75	0,00
Superávit Financeiro	-	-	168.698,75	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				727.296,00

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	23.348,92	1.000.469,27	992.791,72	-	31.026,47	70.191,93	1.148.933,41	810.488,01	717.366,11	-	501.759,23
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.361,50	358.600,83	358.600,83	0,00	22.361,50	0,00	42.290,29	29.094,97	29.094,97	0,00	13.195,32
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	18.442,63	358.600,83	358.600,83	0,00	18.442,63	0,00	42.290,29	29.094,97	29.094,97	0,00	13.195,32
SECRETARIA DA FAZENDA	92,00	0,00	0,00	0,00	92,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	2.557,00	0,00	0,00	0,00	2.557,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE PLANJ.,IND.,COM.,E TURISMO	1.269,87	0,00	0,00	0,00	1.269,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAMBOF	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	174,00	0,00	0,00	0,00	174,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,01	11.092,50	11.092,50	0,00	3.908,51
FUNDO DE MELHORIA DA POLICIA MILITAR DE CAI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.001,01	11.092,50	11.092,50	0,00	3.908,51
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	6.776,67	6.776,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB.	0,00	6.776,67	6.776,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	15.776,09	15.776,09	0,00	0,00	0,00	7.389,90	4.050,00	4.050,00	0,00	3.339,90
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	15.776,09	15.776,09	0,00	0,00	0,00	7.389,90	4.050,00	4.050,00	0,00	3.339,90
FUNDO MUN. REEQ. DO CORPO DE BOMBEIROS DI	0,00	1.485,05	1.485,05	0,00	0,00	0,00	1.925,00	1.925,00	1.925,00	0,00	0,00
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOM	0,00	1.485,05	1.485,05	0,00	0,00	0,00	1.925,00	1.925,00	1.925,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	634,42	383.290,68	375.790,68	0,00	8.134,42	0,00	445.757,77	190.099,61	96.977,71	0,00	348.780,06
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	634,42	383.290,68	375.790,68	0,00	8.134,42	0,00	445.757,77	190.099,61	96.977,71	0,00	348.780,06
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	7.718,16	7.718,16	0,00	0,00	49.672,50	156.960,69	170.000,74	170.000,74	0,00	36.632,45
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	7.718,16	7.718,16	0,00	0,00	49.672,50	156.960,69	170.000,74	170.000,74	0,00	36.632,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	179,00	218.654,24	218.654,24	0,00	179,00	20.519,43	441.275,75	366.935,19	366.935,19	0,00	94.859,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.519,43	91.107,27	64.077,23	64.077,23	0,00	47.549,47
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	175,00	0,00	0,00	0,00	175,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4,00	218.654,24	218.654,24	0,00	4,00	0,00	350.168,48	302.857,96	302.857,96	0,00	47.310,52
LEGISLATIVO	0,00	8.167,55	7.990,00	0,00	177,55	0,00	38.333,00	37.290,00	37.290,00	0,00	1.043,00
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	8.167,55	7.990,00	0,00	177,55	0,00	38.333,00	37.290,00	37.290,00	0,00	1.043,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	279.997,08	279.997,08	-	147,95	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	28.083,23	28.083,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	0,00	28.083,23	28.083,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. AGROPECUARIO E MEIO AMB. DE CAI	0,00	1.545,96	1.545,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMB.	0,00	1.545,96	1.545,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBOF	0,00	3.786,67	3.786,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE DESENV. E ASSISTÊNCIA S	0,00	3.786,67	3.786,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN.DOS DIR. DA CRIANCA E ADOLESC CA	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO DOS DIR.DA CRIANCA E DO ADOLESCENT	147,95	0,00	0,00	0,00	147,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CAMBORIU	0,00	222.213,12	222.213,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	222.213,12	222.213,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO DE C	0,00	1.497,10	1.497,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	0,00	1.497,10	1.497,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Camboriú - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	147,95	279.997,08	279.997,08	-	147,95	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMBORIU	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	22.871,00	22.871,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	23.496,87	1.280.466,35	1.272.788,80	0,00	31.174,42	70.191,93	1.148.933,41	810.488,01	717.366,11	0,00	501.759,23

FONTE:

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias	Sérgio Luiz Venâncio	Renata Pereira
Prefeita Municipal	Secretário de Finanças	Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaita Helen Testoni
Controladoria

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	13.328.070,00	13.328.070,00	2.537.572,28	11.316.007,58	84,90
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	7.374.900,00	7.374.900,00	814.131,75	6.913.259,93	93,74
1.1.1- IPTU	5.000.000,00	5.000.000,00	340.939,82	5.561.670,22	111,23
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.700,00	10.700,00	6.672,88	8.098,38	75,69
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.300.000,00	2.300.000,00	466.519,05	1.331.633,68	57,90
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	64.200,00	64.200,00	0,00	12.512,38	19,49
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	(654,73)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	2.501.070,00	2.501.070,00	987.705,68	2.566.487,84	102,62
1.2.1- ITBI	2.500.000,00	2.500.000,00	996.705,68	2.593.487,84	103,74
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.070,00	1.070,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(9.000,00)	(27.000,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.182.100,00	3.182.100,00	687.048,27	1.706.198,25	53,62
1.3.1- ISS	3.000.000,00	3.000.000,00	652.837,03	1.613.755,56	53,79
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.700,00	10.700,00	0,00	3,08	0,03
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	34.361,24	91.319,06	60,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.400,00	21.400,00	0,00	2.696,90	12,60
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(150,00)	(1.576,35)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	270.000,00	270.000,00	48.686,58	130.061,56	48,17
1.4.1- IRRF	270.000,00	270.000,00	48.686,58	130.138,72	48,20
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(77,16)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	35.677.800,00	35.677.800,00	6.453.957,38	18.000.800,43	50,45
2.1- Cota-Parte FPM	24.000.000,00	24.000.000,00	4.024.925,70	11.283.374,96	47,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	24.000.000,00	24.000.000,00	4.024.925,70	11.283.374,96	47,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.000.000,00	8.000.000,00	1.555.997,49	4.534.474,81	56,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	42.800,00	42.800,00	7.355,22	22.065,66	51,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	130.000,00	130.000,00	23.865,72	66.767,30	51,36
2.5- Cota-Parte ITR	5.000,00	5.000,00	606,62	7.117,62	142,35
2.6- Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	841.206,63	2.087.000,08	59,63
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	49.005.870,00	49.005.870,00	8.991.529,66	29.316.808,01	59,82

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.018.200,00	3.018.200,00	727.606,86	2.119.303,12	70,22
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.400.000,00	2.400.000,00	517.946,86	1.714.983,12	71,46
5.2- Outras Transferências do FNDE	618.200,00	618.200,00	209.660,00	404.320,00	65,40
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	117.000,00	117.000,00	31.873,40	316.436,39	270,46
6.1- Transferências de Convênios	117.000,00	117.000,00	31.873,40	316.436,39	270,46
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.135.200,00	3.135.200,00	759.480,26	2.435.739,51	77,69

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.135.560,00	7.135.560,00	1.290.853,56	3.600.120,54	50,45
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.800.000,00	4.800.000,00	804.985,09	2.256.674,86	47,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.600.000,00	1.600.000,00	311.199,31	906.894,41	56,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	8.560,00	8.560,00	1.471,04	4.413,12	51,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	26.000,00	26.000,00	4.773,16	13.353,48	51,36
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	121,31	1.423,46	142,35
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	700.000,00	700.000,00	168.303,65	417.361,21	59,62
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	29.750.250,00	29.750.250,00	5.556.560,56	15.468.124,28	51,99
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	29.700.000,00	29.700.000,00	5.549.252,69	15.445.554,98	52,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	50.250,00	50.250,00	7.307,87	22.569,30	44,91
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	22.564.440,00	22.564.440,00	4.258.399,13	11.845.434,44	52,50

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	22.312.500,00	22.316.796,85	4.057.648,01	10.724.518,86	48,06
13.1- Com Educação Infantil	9.995.000,00	9.995.000,00	2.087.574,32	5.567.031,57	55,70
13.2- Com Ensino Fundamental	12.317.500,00	12.321.796,85	1.970.073,69	5.157.487,29	41,86
14- OUTRAS DESPESAS	7.437.750,00	7.437.750,00	1.096.116,75	2.996.018,40	40,28
14.1- Com Educação Infantil	1.866.000,00	1.866.000,00	264.041,41	776.204,20	41,60
14.2- Com Ensino Fundamental	5.571.750,00	5.571.750,00	832.075,34	2.219.814,20	39,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	29.750.250,00	29.754.546,85	5.153.764,76	13.720.537,26	46,11
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					69,33
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	12.251.467,50	12.251.467,50	2.247.882,42	7.329.202,00	59,82
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.431.000,00	12.431.000,00	2.421.299,34	6.614.065,15	53,21
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.861.000,00	11.861.000,00	2.351.615,73	6.343.235,77	53,48
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	570.000,00	570.000,00	69.683,61	270.829,38	47,51
24- ENSINO FUNDAMENTAL	22.591.250,00	22.595.546,85	3.750.770,54	9.908.538,02	43,85
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	17.889.250,00	17.893.546,85	2.802.149,03	7.377.301,49	41,23
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.702.000,00	4.702.000,00	948.621,51	2.531.236,53	53,83
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	35.022.250,00	35.026.546,85	6.172.069,88	16.522.603,17	47,17
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					11.845.434,44
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					22.569,30
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					4.296,85
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					11.872.300,59
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					4.650.302,58
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					15,86

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.400.000,00	2.741.336,21	307.386,98	542.089,95	19,77
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	735.200,00	3.624.646,48	161.870,32	252.889,82	6,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	3.135.200,00	6.365.982,69	469.257,30	794.979,77	12,49
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	38.157.450,00	41.392.529,54	6.641.327,18	17.317.582,94	41,84
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	652.643,20	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	15.445.554,98	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	14.042.818,11	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	22.569,30	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	2.077.949,37	0,00

Camboriú, 11/07/2013

Luzia Lourdes Coppi Mathias
Prefeita Municipal

Sérgio Luiz Venâncio
Secretário de Finanças

Renata Pereira
Contadora - CRC/SC 028070/O-6

Kaia Helen Testoni
Controladoria

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 4.296,85, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Editais de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 734, 736, 738, 740, 742, 744/2011**ESTADO DE SANTA CATARINA****SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET****DETRAN - DEINFRA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 194 734/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ICI2941	55951889C	5185/1	04/05/2011	R\$ 127,69	167
ICI2941	55951889C	5185/2	04/05/2011	R\$ 127,69	167
MDY1216	55950425C	6912/0	29/04/2011	R\$ 53,20	232
MDY1216	55950429C	5010/0	03/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDY1216	55950430C	5061/0	03/05/2011	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MDY1216	55950431C	6700/2	03/05/2011	R\$ 127,69	230 * XVI
MHE0628	55950746C	5010/0	28/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MHE0628	55950747C	6653/1	28/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 736/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	VAlor dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
CPW5600	55952496C	5185/1	06/05/2011	R\$ 127,69	167
HPH4921	55370560C	5185/1	02/04/2010	R\$ 127,69	167
HPH4921	55370574C	7366/2	02/04/2010	R\$ 85,12	252 * VI
LYX4082	55952559C	5819/2	25/05/2011	R\$ 574,61	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 738/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	VALor dA Infração	EnquAdrAmEnto
AGA8554	55952027C	5185/1	10/05/2011	R\$ 127,69	167
MAC4180	55373134C	6556/1	09/06/2011	R\$ 191,53	230 * I
MEA4127	55952288C	6602/0	06/05/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MHJ4456	55952290C	6653/1	04/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 740/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBQ5481	55952389C	5185/1	16/05/2011	R\$ 127,69	167
MDR3804	55951834C	6610/2	14/05/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MGQ8684	55951954C	5738/0	01/06/2011	R\$ 191,53	186 * II
MGW8786	55950851C	5720/0	11/06/2011	R\$ 127,69	186 * I
MGX1907	55952296C	6653/1	12/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MHN0242	55951956C	6599/2	01/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
MHN0242	55951957C	6610/2	01/06/2011	R\$ 127,69	230 * VII
MHU7789	55952021C	5185/1	09/05/2011	R\$ 127,69	167
MHU7789	55952388C	5185/1	16/05/2011	R\$ 127,69	167
MHU7789	55952388C	5185/2	16/05/2011	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 742/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADJ9358	55952427C	6599/2	04/06/2011	R\$ 191,53	230 * V
AGG8421	55951969C	5738/0	29/06/2011	R\$ 191,53	186 * II
MCC4506	55951968C	6041/2	29/06/2011	R\$ 127,69	207
MDL2854	55952702C	5010/0	30/05/2011	R\$ 574,61	162 * I
MDL2854	55952703C	6599/2	30/05/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEA1279	55948888C	5819/1	26/05/2011	R\$ 574,61	193
MEA1279	55948889C	5835/0	26/05/2011	R\$ 127,69	195
MEC7208	55951820C	5550/0	28/04/2011	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEX9311	55949756C	5010/0	27/06/2011	R\$ 574,61	162 * I
MGX8238	55952557C	6602/0	21/05/2011	R\$ 191,53	230 * VI
MHF3864	55952276C	6653/1	01/05/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MHP3383	55952437C	5045/0	09/06/2011	R\$ 191,53	162 * V
MHP3383	55952438C	5142/0	09/06/2011	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MIC5785	55373720C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

RODRIGO CORONHA
DELEGADO DE POLÍCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 194 744/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFL1207	55373711C	6920/0	20/06/2011	R\$ 127,69	233
MAV8900	55952449C	5010/0	11/07/2011	R\$ 574,61	162 * I
MAV8900	55952450C	6653/2	11/07/2011	R\$ 127,69	230 * XI
MFQ0340	55374143C	5428/4	18/09/2010	R\$ 191,53	181 * V
MJH5779	55373145C	5738/0	09/07/2011	R\$ 191,53	186 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 8 DE JULHO DE 2013

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Lei Nº 3.987 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.987 DE 16 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei: Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 66.196,68 (sessenta e seis mil, cento e noventa e seis reais, sessenta e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência e Terapêutica.

10.303.0056.2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 66.196,68

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial de Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde

91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.303.0055.1.025 - Convênio com Hospital São Luiz

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 46.196,68

91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica

10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos

300000.00.119 - Despesas Correntes

330000.00.119 - Outras Despesas Correntes

339000.00.119 - Aplicações Diretas

339032.00.119 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00

Total R\$ 66.196,68

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

16 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.988 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 3.988 DE 16 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL, SITUADO NA LOCALIDADE DE CORREDEIRAS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Corredeiras, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Parágrafo único: O imóvel de que tratam o caput deste Artigo será o seguinte: Escola Municipal de Ensino Fundamental José Oleskovicz, Código INPE 42098904, situada na Rua Principal, nº na localidade de Corredeiras, paralísada através do Decreto Municipal nº 3.665 de 02 de fevereiro de 2005, em razão da nucleação da Rede Municipal de Ensino Fundamental.

Art.2º) O prazo da Permissão de Uso do Bem Imóvel Público será de 10 (dez) anos, contados a partir da vigência da presente LEI.

Art.3º) A Permissão de Uso do Bem Imóvel Público está condicionada ao uso pela referida ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA LOCALIDADE DE CORREDEIRAS e para o desenvolvimento das atividades constantes do TERMO DE PERMISSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL a ser firmado, o qual faz parte integrante desta LEI.

Parágrafo único: O não cumprimento das cláusulas do Termo de Concessão será causa á rescisão do mesmo e revogação da presente Concessão.

Art.4º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,

16 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO MUNICIPAL.

Pelo presente Termo de Concessão, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.749/0001-77, com sede a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Município de Campo Alegre-SC, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. RUBENS BLASZKOWSKI, doravante denominado CONCEDENTE, e de outro lado a Associação dos Moradores de Corredeiras, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.146.624/0001-38, estabelecida à Estrada Geral de Corredeiras, nº na localidade de Corredeiras, no Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela sua Presidente, Senhora JUCELI FLEISCHMANN GRUBER doravante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si, certo e ajustado, nos termos do Artigo 102 e Parágrafo 3º da Lei Orgânica

Municipal e, Lei Municipal nº 3.988 de 16 de julho de 2013.

Cláusula Primeira - Do Objeto:

O Objeto do presente Termo é a Concessão, através de Direito de Uso de Bem Imóvel Público, situado na localidade de Corredeiras, Município de Campo Alegre/SC, com a seguinte descrição:

Cláusula Segunda - Da Finalidade:

São finalidades da PERMISSÃO, o desenvolvimento de serviços, atividades e trabalhos sócio-econômicos a serem desenvolvidos na comunidade tais como, nas áreas de Habitação; Saúde; Segurança; Rede de Abastecimento de Água Potável; Saneamento Básico; Urbanização; Ensino; Cultos Religiosos, Transporte; Lazer e Recreação.

Cláusula Terceira - Do Prazo:

O Prazo do presente Termo de Permissão será de 05 (cinco) anos, contados da vigência da Lei Municipal nº 3.988 de 16 de julho de 2013.

Cláusula Quarta - Da Utilização das instalações Úteis:

A utilização das instalações concedidas, dar-se-á com a exclusiva, utilização apenas dos espaços necessários, para o atendimento, realização de reuniões, palestras, seminários, cursos, treinamentos, e eventos afins.

Cláusula Quinta - Das Obrigações da Concedente:

Compete ao Concedente as seguintes obrigações:

a) Disponibilizar o Bem Imóvel (Escola Municipal) descritas na Cláusula Primeira deste Termo de Concessão;

b) Fiscalizar a qualquer tempo e sem prévio aviso, o uso dos imóveis concedidos, verificando se as atividades desenvolvidas pela Concessionária se estão compatíveis com as Cláusulas deste Termo de Concessão.

Cláusula Sexta - Das Obrigações da Concessionária Associação de Moradores de Corredeiras.

Compete a Concessionária - as seguintes obrigações:

a) Preservação e manutenção das instalações do Bem Imóvel;

b) Responsabilidade quanto ao vínculo empregatício de pessoal que por ventura trabalhará para as Concessionárias;

c) Responsabilidade perante terceiros em razão de quaisquer danos provocados por acidente, ainda que fortuitamente;

d) Utilizar as instalações exclusivamente dentro dos fins declinados no presente Termo de Concessão;

Cláusula Oitava - Da responsabilidade patrimonial:

É vedado ao CONCESSIONÁRIO autorizar terceiros a utilizar o Bem Imóvel descrito na Cláusula Primeira, respondendo, em qualquer hipótese, por quaisquer danos que venham a ocorrer enquanto os mesmos estiverem sob sua guarda e utilização.

Cláusula Nona - Da inexistência de vínculo trabalhista:

O presente instrumento não enseja a criação de qualquer vínculo trabalhista entre o CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima - Da revogação:

A presente Concessão de Uso do Bem Imóvel, poderá ser revogada

a qualquer tempo pelo CONCEDENTE, sem direito de indenização para a CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Décima Primeira - Da rescisão:

O presente Termo de Concessão será rescindido, nos termos previstos na Lei Orgânica do Município de Campo Alegre/SC, no Artigo 3º da Lei Municipal nº 3.988 de 16 de julho de 2013 e nas demais legislações aplicáveis à espécie:

a) ao final do prazo ajustado na cláusula segunda, ou;

b) a qualquer tempo, por descumprimento de suas cláusulas;

Cláusula Décima Segunda - Da Legislação Aplicável:

O presente Termo, rege-se pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 3.988 e pelos preceitos de Direito Público pertinentes à matéria.

Cláusula Décima Terceira - Do Foro:

Fica eleito o foro da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Cláusula Décima Quarta - Da vigência:

O presente Termo de Concessão terá validade a partir da data de 16 de julho de 2013, quando da promulgação da Lei Municipal nº 3.988 a qual autorizou a presente Concessão.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre "SC", 16 de julho de 2013.
CONCEDENTE CONCESSIONÁRIA
RUBENS BLASZKOWSKI JUCELI FLEISCHMANN GRUBER

NAYRA JACIANA TEIXEIRA RAMOS
ASSESSORA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:
ADEMIR PYKOSZ.
CPF/MF nº 920.523.049-91

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA.
CPF/MF nº 005.522.529-21

Lei Nº 3.989 de 16 de Julho de 2013

LEI Nº 3.989 DE 16 DE JULHO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico
11.334.0026.2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.02 - Serviço de Transporte e Frota
26.782.0047.2112 - Manutenção da Frota Municipal
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 2.500,00
TOTAL R\$ 4.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0028.1.046 - Distribuição de Mudras de Árvores Frutíferas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 7.000,00

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.990 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
LEI Nº 3.990 DE 16 DE JULHO DE 2013
AUTORIZA O MUNICÍPIO A PAGAR INDENIZAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º. O Município de Campo Alegre-SC fica autorizado a indenizar, de forma consensual o Sr. Cristiano de Lima proprietário da motocicleta Honda/CG 125, placa MEP 9997, conduzido por Luiz Fernando Feliciano, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº 050.827.549-04, conforme Processo Administrativo nº 938/2013.

Art. 2º. O Município pagará a importância total de R\$ 663,00 (seiscentos e sessenta e três reais) diretamente a empresa que realizará os serviços como indenização por danos materiais causados a motocicleta Honda/CG 125, placa MEP 9997, Renavam 936416106, ano 2007, devido a acidente com veículo da frota municipal no Município de Campo Alegre-SC.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.991 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
LEI Nº 3.991 DE 16 DE JULHO DE 2013
AUTORIZA O MUNICÍPIO A PAGAR INDENIZAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art. 1º. O Município de Campo Alegre-SC fica autorizado a indenizar, de forma consensual o Sr. Alexandre Sponchiado proprietário do veículo conduzido por Carlos Augusto Fernandes, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas nº 031.136.749-64, conforme Processo Administrativo nº 940/2013.

Art. 2º. O Município pagará a importância total de R\$ 5.757,00 (cinco mil setecentos e cinco reais) diretamente a empresa que realizará os serviços como indenização por danos materiais causados ao veículo VW Voyage, placa LZV 3602, renavam 557786070, ano 1990, pelas más condições da via pela qual trafegada, no Município de Campo Alegre-SC.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.992 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
LEI Nº 3.992 DE 16 DE JULHO DE 2013
AUTORIZA CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO SITUADO NA ÁREA INDUSTRIAL E DISPÕE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art.1º) Fica o concedido o direito de uso do Lote nº 02 da Área Industrial do Município de Campo Alegre/SC, situada à Rodovia Estadual SC-301, medindo 5.911,65m² (cinco mil, novecentos e onze metros e sessenta e cinco decímetros quadrados) pelo prazo de 10 (dez anos) consecutivos, contados a partir da vigência desta Lei, à empresa SÃO JOÃO PALMITAL EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLA E IMÓVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.144.931/0001-87, devendo a concessão observar os preceitos das Leis Municipais nº 2.230 de 27 de maio de 1997 e 2.558 de 19 de outubro de 2001.

Art.2º) Após o término do prazo constante no caput do Artigo 1º, desta Lei, poderá o Poder Executivo Municipal, mediante estudo que verifique o retorno econômico-financeiro, tributário e social para o Município de Campo Alegre, outorgar a doação do imóvel à empresa por justificado interesse público, através de Lei ou, prorrogar a concessão de direito de uso, conforme o caso.

Art.3º) As autorizações concedidas através dos Artigos 1º e 2º

desta Lei estão condicionadas ao uso para atividades industriais, devendo o bem retornar a propriedade do Município se não mais for atendida esta finalidade.

§1º. O prazo para início das atividades industriais é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do Termo de Concessão, sob pena de revogação da concessão de que trata a presente Lei, seguida da imediata imissão de posse do Município sobre a área concedida, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas e judiciais para a responsabilização da empresa concessionária, no caso de eventual prejuízo à Municipalidade.

§2º. Além das vedações expressas na Lei Municipal nº 2.230 de 27 de maio de 1997, fica vedado à empresa mencionada no Art. 1º à sub-locar o imóvel ora concedido, sob pena de revogação da concessão.

Art.4º) Fica revogada a Lei nº 3.032 de 29 de novembro de 2005.

Art.5º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Lei Nº 3.993 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
LEI Nº 3.993 DE 16 DE JULHO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º) Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 298.654,69 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
300000.00.152 - Despesas Correntes
310000.00.152 - Pessoal e Encargos Sociais
319000.00.152 - Aplicações Diretas
319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 13.740,11
10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
300000.00.124 - Despesas Correntes
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
339000.00.124 - Aplicações Diretas
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 6.683,82
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00
91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.
300000.00.124 - Despesas Correntes

330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
339000.00.124 - Aplicações Diretas
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00
400000.00.124 - Despesas de Capital
440000.00.124 - Investimentos
449000.00.124 - Aplicações Diretas
449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00
91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família
300000.00.120 - Despesas Correntes
330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
339000.00.120 - Aplicações Diretas
339030.00.120 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.125,44
91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.
10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita
300000.00.127 - Despesas Correntes
330000.00.127 - Outras Despesas Correntes
339000.00.127 - Aplicações Diretas
339032.00.127 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 19.490,86
300000.00.130 - Despesas Correntes
330000.00.130 - Outras Despesas Correntes
339000.00.130 - Aplicações Diretas
339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 137.935,16
91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância Sanitária
300000.00.106 - Despesas Correntes
330000.00.106 - Outras Despesas Correntes
339000.00.106 - Aplicações Diretas
339014.00.106 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00
339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.378,75
300000.00.131 - Despesas Correntes
330000.00.131 - Outras Despesas Correntes
339000.00.131 - Aplicações Diretas
339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.279,40
91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional
300000.00.124 - Despesas Correntes
330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
339000.00.124 - Aplicações Diretas
339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00
91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica
300000.00.132 - Despesas Correntes
330000.00.132 - Outras Despesas Correntes
339000.00.132 - Aplicações Diretas
339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 23.021,15
400000.00.132 - Despesas de Capital
440000.00.132 - Investimentos
449000.00.132 - Aplicações Diretas
449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00
Total R\$ 298.654,69

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde; Recursos: Código 106 - Vigilância Sanitária Federal; Código 120 - Programa Saúde na Família; Código 124 - PAB; Código 127 - Farmácia Básica Federal; Código 130

Farmácia Básica do Estado;

Código 131 - Vigilância Sanitária do Estado; Código 132 - PPI - Epidemiológica - Código 152 - Programa Agente Comunitário da Saúde.

Art.3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.854 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO N° 7.854 DE 16 DE JULHO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.987 de 16 de Julho de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 66.196,68 (sessenta e seis mil, cento e noventa e seis reais, sessenta e oito centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
91.04 - Manutenção das Atividades de Assistência e Terapêutica.
10.303.0056.2.028 - Realização de Diagnóstico dos Pacientes
300000.00.119 - Despesas Correntes
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
339000.00.119 - Aplicações Diretas
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 66.196,68

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial de Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
91.05 - Manutenção das Atividades de Assistência Hospitalar e Ambulatorial

10.303.0055.1.025 - Convênio com Hospital São Luiz
300000.00.119 - Despesas Correntes
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
339000.00.119 - Aplicações Diretas
339039.00.119 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 46.196,68

91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos

300000.00.119 - Despesas Correntes
330000.00.119 - Outras Despesas Correntes
339000.00.119 - Aplicações Diretas
339032.00.119 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 20.000,00
Total R\$ 66.196,68

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",

16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.855 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
DECRETO N° 7.855 DE 16 DE JULHO DE 2013
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.989 de 16 de julho de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.02 - Divisão de Desenvolvimento Econômico
11.334.0026.2.109 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339014.00.136 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00
08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.
08.02 - Serviço de Transporte e Frota
26.782.0047.2.112 - Manutenção da Frota Municipal
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339030.00.136 - Material de Consumo R\$ 2.500,00
TOTAL R\$ 4.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

07.00 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
07.01 - Serviço de Agropecuária e Meio Ambiente
20.606.0028.1.046 - Distribuição de Mudras de Árvores Frutíferas
300000.00.136 - Despesas Correntes
330000.00.136 - Outras Despesas Correntes
339000.00.136 - Aplicações Diretas
339032.00.136 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 7.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.856 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.856 DE 16 DE JULHO DE 2013

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.993 de 16 de julho de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 298.654,69 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais, sessenta e nove centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

91.00 - Fundo Municipal de Saúde
 91.01 - Manutenção das Atividades Administrativas
 10.301.0052.2.055 - Remuneração de Pessoal da Saúde - FMS
 300000.00.152 - Despesas Correntes
 310000.00.152 - Pessoal e Encargos Sociais
 319000.00.152 - Aplicações Diretas
 319011.00.152 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 13.740,11
 10.301.0052.2.114 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 6.683,82
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.000,00
 91.02 - Manutenção das Atividades Básicas de Saúde
 10.301.0059.2.115 - Manutenção e Coordenação da Assistência Básica de Saúde.
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.124 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.000,00
 400000.00.124 - Despesas de Capital
 440000.00.124 - Investimentos
 449000.00.124 - Aplicações Diretas
 449052.00.124 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 8.000,00
 91.03 - Manutenção das Atividades - Estratégia Saúde da Família
 300000.00.120 - Despesas Correntes
 330000.00.120 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.120 - Aplicações Diretas
 339030.00.120 - Material de Consumo R\$ 3.000,00
 339039.00.120 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.125,44
 91.06 - Manutenção das Atividades de Assistência e Farmacêutica.
 10.303.0057.2.029 - Aquisição e Distribuição Gratuita
 300000.00.127 - Despesas Correntes
 330000.00.127 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.127 - Aplicações Diretas
 339032.00.127 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 19.490,86
 300000.00.130 - Despesas Correntes
 330000.00.130 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.130 - Aplicações Diretas
 339032.00.130 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 137.935,16
 91.07 - Manutenção das Atividades da Vigilância Sanitária
 10.304.0058.2.119 - Manutenção e Coordenação das Atividades de Vigilância Sanitária
 300000.00.106 - Despesas Correntes
 330000.00.106 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.106 - Aplicações Diretas
 339014.00.106 - Diárias - Civil R\$ 2.000,00

339030.00.106 - Material de Consumo R\$ 4.000,00
 339039.00.106 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.378,75
 300000.00.131 - Despesas Correntes
 330000.00.131 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.131 - Aplicações Diretas
 339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.279,40
 91.08 - Manutenção das Atividades do SISVAN
 10.306.060.2.031 - Programa de Reposição Nutricional
 300000.00.124 - Despesas Correntes
 330000.00.124 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.124 - Aplicações Diretas
 339030.00.124 - Material de Consumo R\$ 2.000,00
 339032.00.124 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00
 91.09 - Manutenção das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 10.305.0058.2.120 - Manutenção e Coordenação das Atividades da Vigilância Epidemiológica
 300000.00.132 - Despesas Correntes
 330000.00.132 - Outras Despesas Correntes
 339000.00.132 - Aplicações Diretas
 339030.00.132 - Material de Consumo R\$ 10.000,00
 339039.00.131 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 23.021,15
 400000.00.132 - Despesas de Capital
 440000.00.132 - Investimentos
 449000.00.132 - Aplicações Diretas
 449052.00.132 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 40.000,00
 Total R\$ 298.654,69

Art.2º) Os créditos a que se referem o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Superávit Financeiro do Exercício Anterior do Fundo Municipal de Saúde; Recursos: Código 106 - Vigilância Sanitária Federal; Código 120 - Programa Saúde na Família; Código 124 - PAB; Código 127 - Farmácia Básica Federal; Código 130 Farmácia Básica do Estado;

Código 131 - Vigilância Sanitária do Estado; Código 132 - PPI - Epidemiológica - Código 152 - Programa Agente Comunitário da Saúde.

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
 16 de julho de 2013.
 RUBENS BLASZKOWSKI
 Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
 Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
 Chefe de Gabinete do Prefeito

Decreto N° 7.857 de 17 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.857 DE 17 DE JULHO DE 2013

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em



seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Contratar o Sr. RAFAEL NEGHERBON, Registro no Sistema sob nº 955267, para exercer o cargo público de Motorista, na função de Motorista - Ônibus Escolar, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível 3, Sub-Nível 31, Referência A, no valor de R\$ 925,52 (novecentos e vinte cinco reais, cinquenta e dois centavos) mensais, pelo período de 17 de julho de 2013 à 17 de janeiro de 2014.

Parágrafo único: A contratação de que trata o caput deste Artigo em virtude do contratado ter sido aprovado no Processo Seletivo nº 006/2013, em 1º lugar.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
17 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrado e publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 17/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.086 de 15 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.086 DE 15 DE JULHO DE 2013
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 187, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder Licença Maternidade a Servidora Srª. CLAUDI-CÉIA FRANCO DE OLIVEIRA TERRES, ocupante do cargo público de Professor I, na função de Professor Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob nº 955218, por um período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 11 de julho de 2013 a 07 de novembro de 2013.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2013.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
15 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 15/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.087 de 15 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.087 DE 16 DE JULHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 17 (dezessete) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e na função de Atendente de Sala, TANIA CORDEIRO DA CRUZ MARCINIÁK, Matrícula Funcional nº 000625, Registro no Sistema sob nº 955052, referente ao período aquisitivo 13 de junho de 2012 a 31 de dezembro de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 17 de julho de 2013 à 02 de agosto de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de julho de 2013.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Portaria Nº 10.088 de 16 de Julho de 2013

Gabinete do Prefeito
PORTARIA Nº 10.088 DE 16 DE JULHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública ocupante do cargo público e na função de Odontóloga, JESSICA FISCHER, Matrícula Funcional nº 000443, Registro no Sistema sob nº 954381, referente ao período aquisitivo 06 de junho de 2012 a 05 de junho de 2012, pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 17 de julho de 2013 à 26 de julho de 2013, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC",
16 de julho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 16/07/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Ata Circunstanciada Pregão Presencial N° 19 - Saúde
ATA CIRCUNSTANCIADA
(Processo Licitatório nº 19/2013)

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, na cidade de Campo Alegre, às quatorze horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública Maria Cristina Marciniak Munhoz, Pregoeira Municipal, Lilian Terezinha Bartsch e Irineu Woitskovski Junior membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 19/2013, modalidade Pregão (presencial) para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de equipamentos (para saúde), para a Secretaria Municipal de Saúde. Recursos Ministério da Saúde, nº Proposta 831027490001/1100-01. Inicialmente a Pregoeira declarou aberta a sessão, nominando os presentes, passando ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes:

Rubens Walmorbida Neto 04849025986- MEI, Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda, Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda, CEK Informática Ltda, Royal Distribuidora Ltda, Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial Ltda, Efetive Produtos Médico Hospitalares Ltda e Pizzoli Indústria e Comércio de Correlatos a Saúde Ltda. Todas as empresas apresentaram a certidão simplificada de enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte, exceto a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda que não apresentou a certidão simplificada de enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte. Todas as empresas licitantes apresentaram a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Fernando Sattis Trentin, representante da empresa Rubens Walmorbida Neto 04849025986- MEI, Sr. Geison Alexandre Lopes, representante da empresa Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda, Sr. Jonatan Francis Salla, representante da empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, Sr. Daniel Desiderio, representante da empresa Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda, Sr. Carlos Eduardo Kellner, representante da empresa CEK Informática Ltda, Sr. Alessandro Mori do Couto, representante da empresa Royal Distribuidora Ltda, Sr. Elton Rodrigues Borges, representante da empresa Plasmedic Comércio de Materiais para Uso Médico e Laboratorial Ltda, Sr. Sergio de Oliveira Nicolodi, representante da empresa Efetive Produtos Médico Hospitalares Ltda, Sr. Sergio Carlos Zipf, representante da empresa Pizzoli Indústria e Comércio de Correlatos a Saúde Ltda. Procedeu-se à abertura do envelope da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito Menor Preço Unitário. Após o julgamento dos itens procedeu-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas 1ª classificadas, obtendo o seguinte resultado:

ITEM 01

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
---------	------------------------	----------------------------	------------------------	----------------------

Pizzoli	2.775,00	2.720,00	1ª	HABILITADA
Royal	2.800,0	2.728,00		
Altermed	2.797,19	2.797,19		

ITEM 02

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Efetive	2.203,86	2.090,00	1ª	HABILITADA
RW Assistência	2.400,00	2.095,00	2ª	
Royal	2.364,00	2.138,00	3ª	
Altermed	2.336,84	2.336,84	4ª	

ITEM 03

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Royal	477,00	375,00	1ª	HABILITADA
Dentemed	500,00	380,00	2ª	
Plasmedic	500,08	435,00	3ª	
Pizzoli	493,50	445,00	4ª	

ITEM 04

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Dentemed	6.500,00	6.400,00	1ª	HABILITADA
Efetive	7.042,14	7.042,14	2ª	
Altermed	7.261,75	7.261,75	3ª	

ITEM 05

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Rei dos Reis	1.100,00	1.090,00	1ª	HABILITADA

ITEM 06

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Cek	1.630,00	1.500,00	1ª	HABILITADA
Rei dos Reis	1.645,00	1.510,00	2ª	
Royal	1.645,00	1.515,00	3ª	
Efetive	1.645,00	1.645,00	4ª	

ITEM 07

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Royal	49,00	48,00	1ª	HABILITADA
Rei dos Reis	55,00	55,00	2ª	

ITEM 08

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Efetive	300,00	300,00	1ª	HABILITADA

ITEM 09

EMPRESA	Valor proposta inicial	Valor proposta após lances	SITUAÇÃO CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO HABILITAÇÃO
Cek	1.150,00	1.150,00	1ª	HABILITADA
Efetive	1.183,00	1.183,00	2ª	
Rei dos Reis	1.700,00	1.700,00	3ª	

A proposta para os itens 07 e 08 da empresa CEK Informática Ltda foi desclassificada por estar com valor acima do fixado no edital. A proposta para os item 02 da empresa Dentemed Equipamentos Odontológicos Ltda foi desclassificada por estar com valor acima do fixado no edital. A proposta para os itens 08 e 09 da empresa Rei dos Reis Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática Ltda foi desclassificada por estar com valor acima do fixado no edital. A proposta para os item 01 da empresa Efetive Produtos Médico Hospitalares Ltda foi desclassificada por estar com valor acima do fixado no edital. Considerando a classificação e habilitação das empresas primeiras classificadas em cada item a Pregoeira as declara vencedoras desta licitação conforme especificado na tabela acima. Concedeu-se espaço para a manifestação de intenção de recurso, não havendo manifestação. Nada mais a tratar, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Campos Novos

PREFEITURA

Lei 3890 _13 Institui Contribuição de Melhoria e Dá Outras Providências

LEI Nº 3.890/2013 DE 11/07/13

INSTITUI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Contribuição de Melhoria, decorrente da

pavimentação asfáltica, realizada em ruas da cidade, conforme descrição constante do anexo I desta LEI.

Art. 2º. O Poder Executivo fará publicar edital de lançamento, na forma dos artigos 420 e seguintes da Lei Complementar nº 01/2002 - Código Tributário, contendo os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
 - II - orçamento do custo total ou parcial da obra;
 - III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
 - IV - delimitação da zona beneficiada;
 - V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;
 - VI - relação dos proprietários de imóveis atingidos pela contribuição de melhoria;
 - VII - prazo e condições de pagamento;
 - VIII - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação;
 - IX - percentual de participação do Município;
 - X - parcela de contribuição de melhoria, referente a cada imóvel beneficiado, na forma do plano de rateio.
- § 1º. O edital poderá ser publicado após a realização parcial ou total da obra, porém, obrigatoriamente antes da efetiva cobrança da contribuição de melhoria do contribuinte.

§ 2º. As impugnações deverão ser dirigidas à Administração em petição fundamentada, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

§ 3º. A petição do parágrafo anterior, com fins de impugnar o edital, suspenderá os efeitos do mesmo sobre o requerente enquanto não for julgado o mérito, sendo vedada à cobrança da contribuição de melhoria durante a suspensão.

§ 4º. Uma vez julgada a petição nas instâncias administrativas cabíveis só poderá o interessado recorrer na esfera judicial.

§ 5º. Não será, novamente, atualizado o valor devido pela contribuição de melhoria, após a publicação do edital mesmo quando o requerimento não for provido.

§ 6º. No prazo da impugnação o contribuinte poderá reclamar sobre:

- I - erro na localização e metragem da testada do imóvel;
- II - divergência sobre os materiais citados no memorial descritivo e os aplicados na obra;
- III - valor da parcela da Contribuição de Melhoria;
- IV - Divergência sobre a valorização imobiliária decorrente da obra pública;

Art. 3º. A contribuição de melhoria tem como fato gerador a valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. O cálculo da Contribuição de Melhoria será, individualmente, determinado pelo rateio das despesas realizadas, tendo como limite o custo da obra, que será determinada pelo que se refere o inciso "III", caput, do artigo 2º, pelos imóveis situados na zona beneficiada direta ou indiretamente.

Art. 4º. Na fase de execução das obras, cada contribuinte ou responsável será notificado no montante da contribuição, da forma e dos prazos de pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 5º. Os pagamentos da contribuição ora instituída, poderão ser realizados nos seguintes planos:

a) PLANO A: À vista, com desconto de 15% (quinze por cento), com vencimento a partir de 30 (trinta) dias, após a publicação do edital, desde que notificado o contribuinte.

b) PLANO B: Parcelamento de até 24 (vinte e quatro) parcelas sem benefício de desconto.

Art. 6º. O Município fica autorizado a suplementar crédito adicional especial se necessário, para suportar os custos da execução desta obra pública.

Art. 7º. As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações específicas consignadas no orçamento vigente, e recursos financeiros originários do contrato de financiamento firmado com a Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I

RUAS PAVIMENTADAS COM ASFALTO

NOME DA RUA	TRECHO
PEDRO CARLOS STEFANES	Da Rua Coronel Lucidoro até 30 metros depois da Rua Nereu Ramos - Bairro Santo Antônio - Chão Natural
GERMANO FOPPA	Da Rua Dom Daniel Hostin até a Rua João Cordeiro dos Santos - Bairro Centro - Chão Natural
FREI ROGÉRIO	Da Rua Zenóbio Falcão até a Rua Elízio José Biolchi - Bairro Nossa Senhora de Lourdes - Chão Natural
ELÍZIO JOSÉ BIOLCHI	Da Rua Frei Rogério até a Rua Hercílio Rupp - Bairro Nossa Senhora de Lourdes - Chão Natural

Lei Complementar N° 11/2013 - Altera Redação de Artigo da Lc 07/2011 Sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação.

LEI COMPLEMENTAR N° 11/2013 DE 11/07/2013

ALTERA REDAÇÃO DE ARTIGO DA LEI COMPLEMENTAR N° 07/11 DE 23/09/2011, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O caput do artigo 14 da Lei Complementar nº 07/2011 de 23/09/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. A critério da Administração (Secretaria Municipal de Educação e Cultura), o professor poderá ministrar aulas acima do limite estabelecido no §1º do artigo anterior e perceberá sob a forma de aulas excedentes, a base de 2,5% (dois virgula cinco por cento) por aula, calculado sobre o vencimento do cargo, considerando

a carga horária de 40 (quarenta) horas, não podendo ultrapassar 08 (oito), 06 (seis), 04 (quatro) ou 02 (duas) aulas excedentes para as cargas horárias de 40 (quarenta), 30 (trinta), 20 (vinte) ou 10 (dez) horas semanais de trabalho, respectivamente.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 09/2013.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei N° 3.891/2013 - Isenta de Pagamento da Contribuição de Melhoria Proprietários de Imóveis Localizados Em Ruas Que Menciona e Dá Outras Providências

LEI N° 3.891/2013 DE 11/07/13

ISENTA DE PAGAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LOCALIZADOS EM RUAS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam isentos de pagamento da contribuição de melhoria os proprietários dos imóveis descritos nos anexos I, II, III, IV desta lei.

Art. 2º. A infraestrutura e pavimentação das ruas relacionadas nos anexos I a III desta lei serão suportadas por recursos oriundos do Programa Federal - PACII/ Orçamento Geral da União.

Art. 3º. Após a concretização do repasse dos recursos mencionados no artigo 2º, será publicado edital de isenção da contribuição de melhoria na forma da minuta anexa a esta lei.

Art. 4º. A isenção prevista nesta lei não se caracteriza renúncia de receita, na forma prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 11 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Anexo 04

Edital de publicação nº ____

Isenção de Contribuição de Melhoria

O município de Campos Novos/SC leva ao conhecimento dos interessados e aos contribuintes em geral do município, que de conformidade com a lei nº 3.891 de 11 de julho de 2013, ficam isentos do pagamento de contribuição de melhoria os proprietários de imóveis situados no perímetro urbano da cidade, e localizados nas ruas abaixo relacionadas:

1) Rua João Fernandes Gonçalves - Trecho entre a Rua Santo Amaro da Imperatriz e a Avenida Sagrado Coração de Maria.

Lado esquerdo:

Alair Estefanes Amancio

Izolina de Oliveira

Adão Alves Soares

Dizolina Ferreira da Silva
Antônio Pereira da Cruz

Lado Direito:
Hilário França
Leodoro Thibes de Campos
João Anastácio da Silva
Roseli Aparecido Lopes
Anastácio Pereira da Silva
Florencio Cordeiro

2) Rua João Maria Becker - Trecho entre a Rua Santo Amaro da Imperatriz e a Avenida Sagrado Coração de Maria.

Lado esquerdo:
Josil Cordeiro e Marcio Cordeiro
Sebastião França

Lado direito:
Hirton Paganini
Aurora Pereira Estefanes
José Maria Antunes de Castro
Antônio Lemos
Alberto Lisboa de Campos
Otávio da Silva Melo

3) Rua Santo Amaro da Imperatriz - Trecho entre Rua João Maria Becker e a Rua Projetada.

Lado esquerdo:
Florencio Cordeiro
Antônio Pereira
Dirceu Alves
João Gonçalves Cordeiro
Otávio da Silva Melo

Lado Direito:
Sebastião de Moraes II
Sebastião Oliveira de Jesus
Antônio Dias de Oliveira
Oribes Cavalheiro do Amaral
João Batista Rodrigues
Miguel Vieira Ribeiro
Antônio dos Santos
Acedino Mutterles da Luz e Justiniano Santos da Luz

Lei N° 3.892/2013 - Cria e Denomina Unidade de Educação Centro de Educação Infantil Municipal Mundo Encantado

LEI N° 3.892/2013 DE 11/07/13
CRIA E DENOMINA UNIDADE DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criada a Unidade de Educação localizada no Bairro São Sebastião e denominada de CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL MUNDO ENCANTADO.

Art. 2º. A Unidade Educacional prevista no art. 1º fica administrativamente subordinada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta lei serão suportadas por dotações consignadas em rubricas próprias no orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, 11 de julho de 2013.
JAIRO LUFT
Prefeito Municipal em Exercício

Lei N° 3.893/2013 - Altera Redação da Lei N° 3.868/13 Que Autoriza Concessão de Auxílio Financeiro À Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

LEI N° 3.893/13 DE 11/07/2013
ALTERA REDAÇÃO DA LEI N°. 3.868/13 DE 24/05/2013 QUE AUTORIZA CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 3868/13 de 24/05/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, CNPJ 83.516.682/0001-17, no valor de R\$ 10.462,04 (dez mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quatro centavos), para realização de projetos voltados à criança e ao adolescente."

Art. 2º. O artigo 2º da Lei nº 3868/13 de 24/05/13 passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. As despesas indicadas no artigo 1º serão satisfeitas através das seguintes rubricas orçamentárias.

ÓRGÃO: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: Reequipamento do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência
ELEM. DE DESPESA: 10 - 4.4.50.00.00.00.00.00.03.0167.000 000
VALOR: R\$ 5.520,00

ÓRGÃO: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
UNIDADE: FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
PROJ./ATIV.: Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência
ELEM. DE DESPESA: 09 - 3.3.50.00.00.00.00.00.03.0167.000 000
VALOR: R\$ 4.942,04"

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de julho de 2013.
JAIRO LUFT
Prefeito Municipal em Exercício

Lei N° 3.894/2013 - Ratifica Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico do Planalto Sul de Santa Catarina.

LEI N° 3.894/2013 DE 11/07/2013

RATIFICA PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, MEIO AMBIENTE, ATENÇÃO À SANIDADE DOS PRODUTOS DE ORIGEM AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR DO PLANALTO SUL DE SANTA CATARINA

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Ficam ratificados os termos do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar do Planalto Sul de Santa Catarina - CIMPLASC.

Art. 2º. O Consórcio de que trata esta Lei é constituído sob a forma de Associação Pública, com personalidade de direito público interno de natureza autárquica e integrante da administração pública indireta do conjunto dos municípios consorciados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 3.897/2013 - Regulamenta o Tratamento Diferenciado Às Microempresas, Epps e Micro Empreendedores Individuais de Que Trata a Lc Federal 123/2006

LEI Nº 3.897/2013 DE 11/07/2013

REGULAMENTA NO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei regulamenta o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, assegurado ao Micro Empreendedor Individual (MEI), às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), doravante simplesmente denominadas MEI, ME e EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos. 146, III, d, 170, IX, e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, criando a "LEI GERAL MUNICIPAL DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE DE CAMPOS NOVOS".

Parágrafo único. Aplicam-se ao MEI todos os benefícios e prerrogativas previstas nesta lei para as ME e EPP.

Art. 2º. Esta lei estabelece normas relativas:

- I - ao regime tributário;
- II - à inovação tecnológica e à educação empreendedora;
- III - ao associativismo e às regras de inclusão;

- IV - ao incentivo à geração de empregos;
- V - ao incentivo à formalização de empreendimentos;
- VI - unicidade do processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas;
- VII - criação de banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários;
- VIII - simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos de segurança sanitária, metrologia, controle ambiental e prevenção contra incêndios, para os fins de registro, legalização e funcionamento de empresários e pessoas jurídicas, inclusive, com a definição das atividades de risco considerado alto;
- IX - preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

Art. 3º. Fica criado o Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, ao qual caberá gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido ao MEI, às ME e EPP de que trata esta Lei, competindo a este:

- I - regulamentar mediante Resoluções a aplicação e observância desta Lei;
 - II - gerenciar as demandas específicas decorrentes dos capítulos desta Lei;
 - III - coordenar os trabalhos do Agente de Desenvolvimento e o desenvolvimento da Sala do Empreendedor;
 - IV - coordenar a Sala do Empreendedor que abrigará as demandas criadas para implantação da LEI;
- Art. 4º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas, de que trata a presente Lei será constituído por 05 (cinco) membros com direito a voto, representantes dos seguintes órgãos e instituições, indicados pelos mesmos:

- I- Secretaria Municipal de Administração e Finanças;
- II- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- III- Secretaria Municipal de Planejamento;
- IV- Câmara Municipal de Vereadores;
- V- Associação Empresarial, Rural e Cultural Camponovense - ACIRCAN.

§ 1º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas será presidido pelo Secretário de Indústria, Comércio e Turismo, que é considerado membro-nato.

§ 2º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas promoverá pelo menos uma conferência bianual, para a qual serão convocadas as entidades envolvidas no processo de geração de emprego e renda e qualificação profissional, aí incluídos os outros Conselhos Municipais.

§ 3º. O Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas terá um Agente de Desenvolvimento, ao qual compete às ações de cunho operacional demandadas pelo Comitê e o fornecimento das informações necessárias às suas deliberações.

§ 4º. A função de Agente de Desenvolvimento, mencionado no parágrafo anterior, será exercida por servidor público nomeado através de Portaria do Chefe do Executivo Municipal.

Art. 5º. Os membros do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão indicados pelos órgãos ou entidades a que pertençam e nomeados por Portaria do Chefe do Executivo Municipal.

§ 1º. Cada representante efetivo terá um suplente e mandato por um período de 04 (quatro anos), permitida recondução.

§ 2º. Os representantes das Secretarias Municipais, no caso de serem os próprios titulares das respectivas Pastas, terão seus mandatos coincidentes com o período em que estiverem no exercício

do cargo.

§ 3º. O suplente poderá participar das reuniões com direito a voto, devendo exercê-lo, quando representar a categoria na ausência do titular efetivo.

§ 4º. As decisões e deliberações do Comitê Gestor Municipal das Micro e Pequenas Empresas serão tomadas sempre pela maioria absoluta de seus membros.

§ 5º. O mandato dos conselheiros não será remunerado a qualquer título, sendo seus serviços considerados relevantes ao Município.

CAPÍTULO II DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO

SEÇÃO I DA INSCRIÇÃO E BAIXA

Art. 6º. Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas deverão observar os dispositivos constantes da Lei Complementar Federal nº 123/2006, na Lei nº 11.598/2007 e nas Resoluções do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM).

§ 1º. O registro e a legalização de empresas devem ser simplificados, de modo a evitar exigências superpostas e inúteis, procedimentos e trâmites procrastinatórios e custos elevados.

§ 2º. O processo de registro do Micro Empreendedor Individual deverá ter trâmite especial, opcional para o empreendedor na forma a ser disciplinada pelo Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 3º. Ficam reduzidos a 0 (zero) os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro e aos demais itens relativos ao disposto no § 2º deste artigo.

Art. 7º. Fica permitido o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente desde que não acarretem inviabilidade no trânsito, conforme Plano Diretor Municipal e legislação específica.

Art. 8º. Os requisitos de segurança sanitária, controle ambiental, ocupação do solo, inscrição municipal e prevenção contra incêndios, quando existirem, para os fins de registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas, deverão ser simplificados, racionalizados e uniformizados pelos órgãos envolvidos na abertura e fechamento de empresas, no âmbito de suas competências.

Art. 9º. Deverão ser observados os demais dispositivos constantes da Lei Complementar 123/2006, da Lei n. 11.598/2006 e das resoluções do Comitê para Gestão da REDESIM.

SEÇÃO II DO ALVARÁ

Art. 10. Fica instituído o Alvará de Funcionamento Provisório pelo período de 90 (noventa) dias, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1º. Para efeitos desta Lei, considera-se como atividade de alto risco aquela definida pelo Comitê Gestor da REDESIM (COMITÊ

PARA GESTÃO DA REDE NACIONAL PARA A SIMPLIFICAÇÃO DO REGISTRO E DA LEGALIZAÇÃO DE EMPRESAS E NEGÓCIOS - CGSIM), por meio da Resolução CGSIM nº 22, de 22 de junho de 2010, que dispõe sobre regras a serem seguidas quanto às pesquisas prévias e à regulamentação da classificação de risco da atividade para a concessão do Alvará de Funcionamento Provisório ou Definitivo de empresários e de sociedades empresárias de qualquer porte, atividade econômica ou composição societária, no âmbito da REDESIM.

§ 2º. O Alvará de Funcionamento Provisório será cancelado se após a notificação da fiscalização orientadora não forem cumpridas as exigências estabelecidas pela Administração Municipal, nos prazos por ela definidos.

§ 3º. Poderá o Município conceder Alvará de Funcionamento Provisório para o MEI em residência do micro empreendedor individual.

Art. 11. O município expedirá o "alvará de localização e funcionamento", podendo, alternativamente, ser implantado e expedir-lo por meio digital.

§ 1º. O alvará previsto no caput deste artigo não se aplica no caso de atividades eventuais e de comércio ambulante.

Art. 12. Quando for solicitado o alvará de localização e funcionamento junto ao órgão público municipal competente ou através de meio digital, se implantado, deverá ser, obrigatoriamente, prestadas as seguintes informações:

I - nome do requerente e/ou responsável pela solicitação (contabilista, despachante e/ou procurador);

II - cópia do registro público de empresário individual ou contrato social ou estatuto e ata, no órgão competente e;

III - termo de responsabilidade modelo padrão estipulado pela Administração Municipal, de que o mesmo se compromete a comunicar ao departamento tributário no caso de paralisação ou fechamento da empresa, sob pena de cobrança dos tributos, inclusive judicial, relativos ao período entre a paralisação dos trabalhos e a comunicação ao órgão municipal, conforme prevê a legislação tributária municipal.

Art. 13. Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao município e/ou a terceiros os que, prestarem informações falsas ou sem a observância das Legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinente.

Art. 14. A presente lei não exime o contribuinte de promover a regularização perante os demais órgãos competentes, assim como nos órgãos fiscalizadores do exercício profissional.

Art. 15. O alvará será declarado nulo se:

I - ficar comprovada a falsidade ou inexistência de qualquer declaração ou documento ou o descumprimento do termo de responsabilidade firmado;

II - ocorrer a reincidência de infrações ao Código Tributário, ao Código de Posturas e demais leis pertinentes;

SEÇÃO III DA SALA DO EMPREENDEDOR

Art. 16. Com o objetivo de orientar os empreendedores, simplificando os procedimentos de registro de empresas no município, fica criada a Sala do Empreendedor, com as seguintes atribuições:

I - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e do alvará de funcionamento;

sobre o plano diretor e às normas de postura; orientação acerca dos procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes; emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária e de notas fiscais eletrônicas de serviços.

§ 1º. Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Sala do Empreendedor, a Administração Municipal firmará parceria, através de convênio, com a Associação Empresarial, Rural e Cultural Camponovense - ACIRCAN.

SEÇÃO IV DO AGENTE DE DESENVOLVIMENTO

Art. 17. O Poder Executivo Municipal designará um servidor para atuar como Agente de Desenvolvimento na Sala do Empreendedor.

§ 1º. A função de Agente de Desenvolvimento caracteriza-se pelo exercício de articulação das ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais ou comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas nesta Lei, sob supervisão do órgão gestor local responsável pelas políticas de desenvolvimento.

§ 2º. O Agente de Desenvolvimento deverá participar, com aproveitamento, de curso de qualificação básica para a formação de Agente de Desenvolvimento;

§ 3º. Caberá ao Agente de Desenvolvimento buscar junto ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, juntamente com as demais entidades municipalistas e de apoio e representação empresarial, o suporte para ações de capacitação, estudos e pesquisas, publicações, promoção de intercâmbio de informações e experiências.

CAPÍTULO III DO REGIME TRIBUTÁRIO

Art. 18. As ME e EPP optantes pelo Simples Nacional recolherão o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN com base nesta Lei, em consonância com a Lei Complementar nº 123/2006, e regulamentação pelo Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 19. A retenção na fonte de ISS da ME e EPP optante pelo Simples Nacional somente será permitida se observado o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, e deverá observar as seguintes normas:

I - a alíquota aplicável na retenção na fonte deverá ser informada no documento fiscal e corresponderá ao percentual de ISS previsto nos Anexos III, IV ou V da Lei Complementar nº 123/2006, para a faixa de receita bruta a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação;

II - na hipótese de o serviço sujeito à retenção ser prestado no mês de início de atividades da ME ou EPP, deverá ser aplicado pelo tomador à alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à menor alíquota prevista nos Anexos III, IV ou V desta Lei Complementar;

III - na hipótese do inciso II deste parágrafo, constatando-se que houve diferença entre a alíquota utilizada e a efetivamente apurada, caberá à ME ou EPP prestadora dos serviços efetuar o recolhimento dessa diferença no mês subsequente ao do início de atividade em guia própria do Município;

IV - na hipótese da ME ou EPP estar sujeita à tributação do ISS no Simples Nacional por valores fixos mensais não caberá a retenção a que se refere o caput deste parágrafo;

V - na hipótese da ME ou EPP não informar a alíquota de que tratam os incisos I e II deste parágrafo no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota correspondente ao percentual de ISS referente à atividade conforme lista de serviços do Código Tributário Municipal;

VI - não será eximida a responsabilidade do prestador de serviços quando a alíquota do ISS informada no documento fiscal for inferior à devida, hipótese em que o recolhimento dessa diferença será realizado em guia própria do Município;

VII - o valor retido, devidamente recolhido, será definitivo, e sobre a receita de prestação de serviços que sofreu a retenção não haverá incidência de ISS a ser recolhido no Simples Nacional.

CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA

Art. 20. A fiscalização municipal, nos aspectos de posturas, do uso do solo, sanitário, ambiental e de segurança, relativos às ME ou EPP, deverá ter natureza orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

Parágrafo Único. Consideram-se incompatíveis com esse procedimento as atividades a que se referem o § 1º do Art. 11 desta LEI. Art. 21. Nos moldes do artigo anterior, quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita, para lavratura de auto de infração, exceto na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço a fiscalização.

Parágrafo único. Considera-se reincidência, para fins deste artigo, a prática do mesmo ato no período de 02 (dois) meses, contados do ato anterior.

Art. 22. A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e em ação posterior de caráter punitivo quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

Art. 23. Quando na visita for constatada qualquer irregularidade, será lavrado um termo de verificação e orientação para que o responsável possa efetuar a regularização no prazo de 30 (trinta) dias, sem aplicação de penalidade.

§ 1º. Quando o prazo referido neste artigo, não for suficiente para a regularização necessária, o interessado deverá formalizar com o órgão de fiscalização, um termo de ajuste de conduta, onde, justificadamente, assumirá o compromisso de efetuar a regularização dentro do cronograma que for fixado no Termo.

§ 2º. Decorridos os prazos fixados no caput ou no termo de verificação, sem a regularização necessária, será lavrado auto de infração com aplicação de penalidade cabível.

CAPÍTULO V DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Art. 24. O Município poderá manter um programa de desenvolvimento empresarial, instituindo Incubadoras de Empresas, Parques Tecnológicos e Condomínios Empresariais, com a finalidade de desenvolver ME ou EPP de vários setores de atividade.

§ 1º. Para implementação de programa de desenvolvimento empresarial referido no caput deste artigo, o Município poderá firmar parceria com entidades de pesquisa e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, universidades públicas ou privadas, institutos, núcleos de inovação tecnológica e

instituições de apoio.

§ 2º. As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade sua construção ou aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água, energia elétrica e demais despesas de infraestrutura, além da criação da regulamentação de todas as normas de funcionamento.

§ 3º. O prazo máximo de permanência no programa será de 02 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 02 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 25. O Município poderá criar distritos industriais, em locais a serem estabelecidos e também indicará as condições para alienação dos lotes a serem ocupados através de leis específicas.

Art. 26. O Município poderá apoiar e coordenar iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição, parceria ou desapropriação de área para essa finalidade.

§ 1º. Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, o Município poderá celebrar instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos específicos, com órgãos da administração direta ou indireta, federal ou estadual, bem como, com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades públicas ou privadas, instituições de fomento, investimento ou financiamento, buscando promover a cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2º. O Município será responsável, através da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, por:

I - zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II - fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.

CAPÍTULO VI DO ASSOCIATIVISMO E EMPREENDEDORISMO

Art. 27. O Município poderá incentivar as ME ou EPP a organizarem-se em Sociedades de Propósito Específico, na forma prevista no artigo 56 da Lei Complementar nº 123/2006, ou outra forma de associação para os fins de desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alocar recursos para esse fim em seu orçamento.

Art. 28. O Município poderá adotar mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do (a):

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo, associativismo e empreendedorismo nas escolas do município, visando ao fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios

gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V - apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativas de crédito e consumo;

VI - cessão de bens e imóveis do município.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Fica instituído o "Dia Municipal da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e Dia do Empreendedor", que será comemorado em 5 (cinco) de outubro de cada ano.

Art. 30. A Administração Pública Municipal, como forma de estimular a criação de novas micros e pequenas empresas no município e promover o seu desenvolvimento, incentivará a criação de programas específicos de atração de novas empresas de forma direta ou em parceria com outras entidades públicas ou privadas.

Art. 31. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de Julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 3.899/2013 - Abre Crédito Adicional Especial No Valor de R\$ 156.800,00 e Dá Outras Providências

LEI Nº 3.899/13 DE 12/07/2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de R\$ 156.800,00 (cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR-GERÊNCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.086 - Manutenção do Ensino Superior
Elementos de despesa: 153 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 156.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 57 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000 - Aplicações Diretas.. R\$ 76.800,00

ÓRGÃO: 34 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA
UNIDADE: 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA
PROJETO/ATIVIDADE: 2.047 - Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente
Elementos de despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 12 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 3.900/13 - Cria o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Campos Novos - Funmdec e Dá Outras Providências

LEI Nº 3.900/13 DE 12/07/2013

CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS - FUNMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Campos Novos - FUNMDEC, vinculado ao Gabinete do Prefeito ao qual será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 2º. Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 (cinco) membros, sendo o Presidente indicado pelo Chefe do Poder Executivo e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 3º. O FUNMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 4º. Compete ao órgão gestor do FUNMDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;
- III - prestar contas da gestão financeira;
- IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUNMDEC.

Art. 5º. Constitui receita do FUNMDEC:

- I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;
- III - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;
- IV - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;

VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública não aplicados e ainda disponíveis;

VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo Único - Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto à instituição financeira oficial, sediado no Município de Campos Novos.

Art. 6º. Compete a COMDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNMDEC:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- V - decidir sobre a aplicação dos recursos;
- VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUNMDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 7º. As dotações orçamentárias do FUNMDEC serão consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 8º. O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUNMDEC.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 3.901/2013 - Altera Redação da Lei Nº 1.785/91 Que Criou o Conselho Municipal de Trânsito e Dá Outras Providências

LEI Nº 3.901/13 DE 12/07/2013

ALTERA REDAÇÃO DA LEI Nº 1.785/91 DE 18/06/91, QUE CRIOU O CONSELHO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei, FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTES MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. O art. 2º. da lei municipal nº 1.785/91, com redação dada pela lei nº 2.303/97, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. O Conselho Municipal de Trânsito de que trata o art. 1º desta lei, será formado por:

- I - Um representante do Poder Legislativo;
- II - Um representante do Poder Executivo
- III - Um representante da Polícia Militar de Campos Novos;
- IV - Um representante da Polícia Civil;
- V - Um representante da CDL;
- VI - Um representante da ACIRCAN;
- VII - Um representante da COTRACAN;
- VIII - Um representante da ACAVERCAN;
- IX - Um representante do Rotary Clube;
- X - Um representante da UNICAMPO

XI - Um representante do Lions Clube;
 XII - Um representante dos CONSEGS;
 XIII - Um representante da Loja Maçônica Silêncio da Fraternidade”.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a lei nº 2.307/97 de 21/03/97.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 12 de julho de 2013.
 JAIRO LUFT
 Prefeito Municipal em Exercício

Lei Nº 3895/2013 - Autoriza o Poder Executivo a Celebrar Convênio de Mútua Cooperação com o Cetesc e Dá Outras Providências

LEI Nº 3.895/2013 DE 11/07/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE MÚTUA COOPERAÇÃO COM O CETESC - CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de mútua cooperação com a Empresa Bobello Informática Ltda. ME, sob nome fantasia de CETESC - Centro de Ensino Tecnológico do Estado de Santa Catarina, com a finalidade de estabelecer ação articulada para incentivo ao desenvolvimento técnico profissional, concedendo desconto especial aos Servidores Públicos Municipais e dependentes, na forma da minuta em anexo, que fica fazendo parte integrante da presente LEI.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 11 de julho de 2013.
 JAIRO LUFT
 Prefeito Municipal em Exercício

MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO

Pelo presente CONVÊNIO que fazem entre si, a Empresa Bobello Informática LTDA ME, sob nome fantasia de CETESC - Centro de Ensino Tecnológico do Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 06.298.034/0003-52, com sede administrativa na Rua Coronel Farrapo, nº 1141, 1º andar, Centro, na cidade de Campos Novos - SC, neste ato representado pelo Sr. , doravante denominada CONVENENTE e de outro lado, a Prefeitura Municipal de Campos Novos - SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, localizada na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, bairro Centro, na cidade de Campos Novos - SC, CEP nº 89620-000, neste ato representada pelo Prefeito municipal, abaixo identificado e assinado, doravante denominada CONVENIADA, têm entre si, justo e acordado o seguinte:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Este convênio tem por objeto estabelecer a concessão de descontos pela CONVENENTE nos valores de seus cursos em favor da qualificação, valorização e do aprimoramento profissional dos funcionários da CONVENIADA.

§1º. Todos os benefícios e condições do presente convênio são

extensivos aos dependentes legais das pessoas acima enquadradas.

§2º. O desconto aplicar-se-á ao Beneficiário ingressante na CONVENENTE a partir da assinatura do Convênio.

§3º. Para ter acesso ao desconto, o beneficiário deve estar cadastrado no controle de convênios da CONVENENTE.

§4º. O desconto incidirá sobre o valor da mensalidade.

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

A CONVENENTE se compromete a conceder aos funcionários e dependentes da CONVENIADA:

a) Desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor mensal das parcelas ou, no caso de pagamento à vista, sobre o valor global dos cursos.

b) Isenção da taxa de matrícula para todos os cursos.

c) Fornecimento dos materiais didáticos, ressalvado o direito de cobrá-los em caso de desistência do beneficiário no decorrer do curso.

d) Conceder parcelamento para o pagamento dos cursos da seguinte forma:

Curso	Parcelamento
120 horas	Até 15 vezes
80 horas	Até 11 vezes
76 horas	Até 10 vezes

2.1. O desconto oferecido nos termos desta cláusula vale somente para as novas matrículas, contando a partir da data de assinatura do presente convênio.

§1º. O desconto somente será concedido para pagamentos realizados até a data de vencimento. Na hipótese de impontualidade no pagamento o desconto cessará, incidindo-se multa e demais cominações legais e contratuais. À CONVENIADA não restará nenhuma responsabilidade por possíveis inadimplências dos beneficiários. O beneficiário assinará conforme regras internas da CONVENENTE, termo de compromisso de bolsista/descontos, anuindo a todo seu regramento, sob pena de perda.

§2º. A CONVENIADA se compromete a divulgar, junto aos seus funcionários e associados, a parceria ora estabelecida. Tal divulgação será feita por meio de seu informativo periódico, seu site na internet, intranet ou outro canal utilizado para comunicação interna, através de folders ou outros materiais distribuídos por mala direta mediante prévio acordo entre as partes.

§3º. As partes se reservam o direito de acompanhar todas as etapas do presente convênio, ficando a critério dos funcionários e dependentes legais inscritos a utilização dos serviços oferecidos pela CONVENENTE.

Cláusula Terceira - DA COMPROVAÇÃO:

A identificação dos funcionários e dependentes legais da CONVENIADA será feita mediante apresentação da carteira de trabalho, última folha de pagamento ou outro documento timbrado que comprove o vínculo com a empresa/entidade. Poderá a CONVENENTE solicitar confirmações dos dados junto a CONVENIADA.

Cláusula Quarta - DAVIGÊNCIA:

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, a contar da data de sua assinatura, podendo ser cancelado por qualquer uma das partes mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, ficando ajustado desde já, que tal rescisão não prejudicará os serviços que estiverem em andamento, bem como, não gerará ônus para nenhuma das partes.

Cláusula Quinta - DO VÍNCULO:

As partes declaram que entre elas não existe qualquer vínculo de natureza societária, trabalhista, fiscal ou previdenciária, ou qualquer outra forma de ônus.

Cláusula Sexta - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos/SC, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste convênio, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim, justos e acordados, firmam as partes o presente

convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de Direito, na presença das testemunhas abaixo signatárias.

Campos Novos, 11 de julho de 2013.
Empresa Conveniente

JAIRO LUFT
Prefeito Municipal em Exercício

Testemunhas:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

Lei N°3.896/2013 - Autoriza o Poder Executivo a Alienar Onerosamente Bem Imóvel Para Fins de Habitação de Interesse Social e Dá Outras Providências

LEI N° 3.896/13 DE 11/07/2013

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ALIENAR ONEROSAMENTE BEM IMÓVEL PARA FINS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Jairo Luft, Prefeito Municipal de Campos Novos, em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100, inciso V da Lei Orgânica e na forma da lei,

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar terreno de sua propriedade, localizado na Rua Deputado Iraí Zílio, Bairro Jardim Bela Vista, em Campos Novos - SC, matriculado sob n° 29.260, registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, com as seguintes características:

a) Terreno urbano, com área de 1.800m² (um mil e oitocentos metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando ao Norte com Alcindo de Jesus, 15,00 metros, com Dirceu Moreto de Almeida, em 15,00 metros e com Terezinha Zancanaro, em 15,00 metros; ao Sul com a Rua Deputado Iraí Zílio, em 60,00 metros; a Leste com Valter Jose Paganini, em 15,00 metros e com lote da prefeitura Municipal, em 15,00 metros e a Oeste com Francisco de Assis Fogaça, em 15,00 metros e com Adão Luiz de Andrade, em 15,00 metros.

Art. 2º. O município de Campos Novos autoriza a empresa Andreoni Jr. Construções e Empreendimentos Ltda., inscrita no CNPJ sob n° 85.131.860/0001-17 a promover a incorporação do referido empreendimento sobre o imóvel mencionado no art. 1º.

Art. 3º. A alienação mencionada no art. 1º será em favor dos mutuários previamente cadastradas na Secretaria Municipal de Assistência Social, e cujas habitações se enquadrem nas regras do Programa Minha Casa Minha Vida e sejam aprovados pela Caixa Econômica Federal.

Art. 4º. O município receberá, a título de contraprestação pela venda do imóvel, o valor total de R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais), no ato de assinatura dos contratos com os mutuários.

Art. 5º. Aprovados a habilitação e o cadastro previstos no art. 2º, o município promoverá a lavratura da escritura pública de compra e venda, transcrevendo no instrumento a íntegra desta lei.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, 11 de julho de 2013.
JAIRO LUFT
Prefeito Municipal em Exercício

DecretoN°6.760/2013-Autoriza o Desmembramento de Terreno Urbano de Propriedade de Ivo Tessaro e Dá Outras Providências

DECRETO N° 6.760/13 DE 15/07/13

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica;
Considerando o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia nos autos do Processo Administrativo nº 41.861;
Considerando as disposições da lei federal nº 6.766/79, lei estadual nº 6.063/82 c/c artigos 55, §2º, 57, III E §4º da Lei Complementar N° 03 de 28 de maio de 2007- Plano Diretor;

DECRETA

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área de 71.040,23,00m² (setenta e um mil quarenta metros e vinte e três centímetros quadrados), sem benfeitorias, Bairro Jardim Bela Vista, de propriedade de IVO TESSARO, brasileiro, portador do CPF sob nº 033.730.109-34, matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº 28.896, cujo imóvel acha-se dentro das seguintes confrontações:

I - Ao NORTE: Com a Estrada Velha Em 315,16 metros;

II - Ao SUL: Com a Administradora Loteamento Benjamin Colla Ltda. em 129,90 metros, com o Patrimônio Municipal em 84,53 metros, com a Rua Benito Faedo em 55,78 metros e com a Rua Deputado Iraí Zílio, em 118,88 metros;

III - Ao LESTE: Com o Loteamento Iguaçu, em 112,03 metros e com a Rua Ernesto Zortea em 78,30 metros;

IV- A OESTE: Com o Córrego, em 277,68 metros;

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este Decreto dará origem a 5 (cinco) unidades imobiliárias, as quais terão as seguintes confrontações e dimensões:

Área do Lote 01: 1.564,95m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: Confronta com a Estrada Velha em 71,72 metros;

Ao Sul: Confronta com a Rua José Osório de Farias, em 49,37 metros;

A Leste: Confronta com o Loteamento Iguaçu, em 52,72 metros;

A Oeste: Confronta com a Rua Wilson Scapini, em 19,85 metros;

Área do Lote 02: 2.294,05m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: Confronta com a Rua José Osório de Farias, em 44,62 metros;

Ao Sul : Confronta com a Rua Deputado Iraí Zílio, em 33,62 metros;

A Leste: Confronta com Loteamento Iguaçu, em 59,31 metros;

A Oeste: Confronta com Rua Wilson Scapini, em 59,09 metros;

Área do Lote 03: 3.079,69m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: Confronta com Lote 05/Área Remanescente (Ivo Tessaro), em 46,79 metros;

Ao Sul: Confronta com a Rua Benito Faedo, em 43,78 metros e com o Lote 04 (Ivo Tessaro), em 4,20 metros;

A Leste: Confronta com a Rua Ernesto Zortea, em 66,30 metros;

A Oeste: Confronta com o Lote 04 (Ivo Tessaro), em 66,86 metros;

Área do Lote 04: 1.920,31m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: Confronta com Lote 05/Área Remanescente (Ivo Tessaro), em 28,50 metros e com o Lote 03, em 4,20 metros;

Ao Sul: Confronta com o Patrimônio Municipal, em 30,74 metros, com o lote 03 (Ivo Tessaro), em 4,20 metros e com a Rua Donatilio de Souza, em 12,00 metros;

A Leste: Confronta com a o Lote 03 (Ivo Tessaro), em 66,86

metros;

A Oeste: Confronta com o Lote 05/Área Remanescente (Ivo Tesaro), em 57,22 metros;

Área do Lote 05: ÁREA REMANESCENTE - 60.385,47m²

Confrontações e Dimensões

Ao Norte: Confronta com a Estrada Velha, em 230,60 metros;

Ao Sul: Confronta com a Administradora Loteamento Benjamin Colla Ltda., em 129,90 metros, com o Patrimônio Municipal, em 65,79 metros; com o Lote 04, em 28,50 metros, com o Lote 03, em 46,79 metros e com a Rua Deputado Iraí Zílio, em 118,88 metros;

A Leste: Confronta com Rua Wilson Scapini, em 97,47 metros, com a Rua Deputado Iraí Zílio, em 12,00 metros e com o Lote 04, em 57,22 metros;

A Oeste: Confronta com o Córrego, em 277,68 metros;

Art. 3º. Ficam aprovados a Planta Arquitetônica de desmembramento e o Memorial Descritivo das unidades imobiliárias descritas, dimensionadas e caracterizadas no Art. 2º deste Decreto, cujos documentos fazem parte integrante e inseparável dos mesmos.

Art. 4º. Ficam os Cartórios de Tabelionato e do Registro de Imóveis, autorizados a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias à transferência de domínio e registro do imóvel objeto do presente desmembramento.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 15 de julho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Decreto N° 6759/2013 - Regulamenta Lei N° 3.899/13 Que Abre Crédito Adicional Especial e Dá Outras Providências

DECRETO N° 6759/13 DE 12/07/2013

REGULAMENTA LEI N° 3.899/13 - ABRE CREDITO ADICIONAL ESPECIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jairo Luft, Prefeito do Município de Campos Novos, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei n° 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei n° 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei n° 3.803 de 13/12/2012 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional especial no orçamento geral do município, no valor de R\$ 156.800,00 (cento e cinquenta e seis mil e oitocentos reais) no projeto e na atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 13 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR-GERÊNCIA TRANSPORTE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.086 - Manutenção do Ensino Superior

Elementos de despesa: 153 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 156.800,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 12 - DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Manutenção do Departamento do Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 57 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.00

0000 - Aplicações Diretas.. R\$ 76.800,00

ÓRGÃO: 34 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA

UNIDADE: 01 - FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.047 - Manutenção do Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente

Elementos de despesa: 8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 12 de julho de 2013.

JAIRO LUFT

Prefeito Municipal em Exercício

Canoinhas

PREFEITURA

Republicação de Edital de Pregão Presencial N.º PMC 46/2013

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 82/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º PMC 46/2013

REGISTRO DE PREÇOS

REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/08/2013, às 10h05min, a abertura das propostas para REGISTRO DE PREÇOS DE SERVIÇOS DE ROÇADA, POR METRO QUADRADO, DESTINADOS ÀS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, A SEREM REALIZADOS EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Entrega dos envelopes até às 10h00min do dia 06/08/2013. Informações 3621 7705. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Capinzal

PREFEITURA

Portarias

PORTARIA N°. 722, DE 16 DE JULHO DE 2013.

Altera o disposto em portaria na forma que especifica

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1.º Ficam alterados os artigos 1º e 2º da portaria n°. 721, de 16 de julho de 2013, que contratou a servidora Isabela Andressa Costanaro Petry Facin, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Fica contratada pelo período de 15 de julho a 31 de dezembro de 2013, Isabela Andressa Costanaro Petry Facin, matrícula n°. 32941.0 para exercer as funções do cargo de Odontólogo

- ESF, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, para atuar no Estratégia Saúde da Família - ESF.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 15 de julho de 2013.

Capinzal - SC, 16 de julho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 723, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Contrata servidor por tempo determinado, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme o disposto na Lei nº. 2.178, de 23 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1.º Fica contratado, pelo período de 17 de julho a 31 de dezembro de 2013, Roque Divanir Lopes, matrícula nº 33286.0, para exercer as funções do cargo de Motorista, nível 184, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº.146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra.

Capinzal - SC, em 17 de julho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 724, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Concede Licença Maternidade à servidora, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e conforme a legislação em vigor, resolve:

Art. 1.º Fica concedida Licença Maternidade, pelo período de 03 de julho a 30 de outubro de 2013, conforme atestado médico, à servidora Márcia Terezinha Hanel Toscan, matrícula nº 33139.2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 2, referência L, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Ivo Silveira e na Escola Municipal Carlos Jaime da Rocha.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data supra, produzindo seus efeitos a contar de 03 de julho de 2013.

Capinzal - SC, em 17 de julho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o teor da presente portaria na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

FMAS - Processo Licitatório Nº 5/2013 - Pregão Eletrônico Nº 5/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 5/2013

Pregão Eletrônico Nº 5/2013

OBJETO: Contratação de serviços de transporte para crianças e adolescentes do Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV, desenvolvido no CCC de Vila União, para o ano de 2013, recursos do programa de erradicação do trabalho infantil - PETI, do Fundo Municipal de Assistência Social.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 07/08/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 18 de Julho de 2013.

MARIA DAGMAR WOLFF SURDI

Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 106/2013 - Pregão Presencial Nº 43/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 106/2013

Pregão Presencial Nº 43/2013

OBJETO: Aquisição de ar condicionado split 12.000 btus, para uso da Secretaria de Administração e Finanças, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 05/08/2013.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744

Capinzal, 18 de Julho de 2013.

ELISÂNGELA APARECIDA BAGNOLIN

Pregoeira

PMC - Processo Licitatório Nº 107/2013 - Pregão Eletrônico Nº 25/2013

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 107/2013

Pregão Eletrônico Nº 25/2013

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios, para o ano letivo de 2013, para manutenção das atividades nas creches, pré-escolas e escolas municipais, através do convênio nº 4087/94-FNDE (PNAE/PNAP/PNAC) e recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://www.cidadecompras.com.br>, Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 05/08/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO**INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço <https://www.cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, FAX Nº (0XX49)3555-8744.

Capinzal, 18 de Julho de 2013.

MARIA DAGMAR WOLFF SURDI

Pregoeira

PMC Processo Licitatório Nº 105/2013 - Tomada de Preço Para Obras e Serviços de Engenharia Nº 4/2013**AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 105/2013

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 4/2013

OBJETO: Contratação de empresa especializada para recuperação ambiental das áreas degradadas, do projeto de urbanização e recuperação de assentamentos precários do município de Capinzal/SC, PAC-2, recursos do Ministério das Cidades, contrato de repasse nº 0352.423-44/2011, período de execução de 24 meses.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 06/08/2013.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 __ 49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 18 de Julho de 2013.

ELISANGELA APARECIDA BAGNOLIN

Presidente da Comissão de Licitações

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.

**Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

RGF 1º Quadrimestre 2013

Relatório de Gestão Fiscal , 1º quadrimestre 2013

Município de Capinzal - Poder Executivo e Legislativo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea 'a')

CONSOLIDADO

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	22.501.406,87	0,00
Pessoal Ativo	21.128.162,86	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	787.527,66	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	585.716,35	0,00
(-)DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF)(II)	20.532,62	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	20.532,62	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	22.480.874,25	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		22.480.874,25

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	51.342.406,25
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	43,79
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) = (60,00%)	30.805.443,75
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) = (57,00%)	29.265.171,56
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 09h e 36m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril/2013

RGF - ANEXO II (LRF, art 55, inciso I, alínea 'b')

DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC(I)	3.399.940,67	3.277.924,71	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	3.399.940,67	3.277.924,71	0,00	0,00
Interna	3.399.940,67	3.277.924,71	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II) ¹	4.978.286,51	8.273.822,05	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.531.152,36	8.076.230,63	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados(Exceto Precat.)	552.865,85	(197.591,42)	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	(1.578.345,84)	(4.995.897,34)	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	50.022.957,69	51.342.406,25	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	6,80	6,38	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	(3,16)	(9,73)	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <120%>	60.027.549,23	61.610.887,50	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	3.399.940,67	3.277.924,71	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	3.399.940,67	3.277.924,71	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	520,20	311.436,60	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.548.556,16	888.677,38	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	Saldo do Exercício Anterior	Saldo do Exercício de 2013		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X) ¹	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREV.(XI)=(IX)-(X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 09h e 45m.

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha de "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES(II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

ANDEVIR IŠGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARÉCIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CÔNTE
Diretor de Controle Interno



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMOSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril /2013

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

CONSOLIDADO

GARANTIAS CONCEDIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013		
		Até: Abril	Até: Agosto	Até: Dezembro
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS (III)=(I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	50.022.957,69	51.342.406,25	0,00	0,00
% do Total das Garantias sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
Limite definido por resolução do Senado Federal 22%	11.005.050,69	11.295.329,38	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	Saldo do Exercício Anterior 2012	Saldo do Exercício de 2013		
		Até: Abril	Até: Agosto	Até: Dezembro
GARANTIAS EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval ou fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (VII)=(V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS

CORRETIVAS:

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável , Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 09h e 51m.

Nota: Inclui garantias concedidas por meio de Fundos

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro A Abril /2013

RGF - ANEXO 4(LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III, alínea "c")

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CONSOLIDADO	
	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, P 1º)	0,00	0,00
Outras operações de Crédito	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Externas	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrim	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES		
	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.342.406,25	-
OPERAÇÕES VEDADAS		
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV)=(Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.214.785,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art 59 da LRF) - <%>	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.593.968,44	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V)=(IV+IIa)	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 09h e 57m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro/2013 a Abril/2013

LRF, Art. 48 - Anexo VII

CONSOLIDADO

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	22.480.874,25	43,79
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	30.805.443,75	60,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	29.265.171,56	57,00

DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(4.995.897,34)	(9,73)
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	61.610.887,50	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.295.329,38	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Exter	8.214.785,00	16,00
Limite Def. pelo Senado Federal p/ Oper. de Crédito p/ Antecipação da Receita	3.593.968,44	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 17/07/2013, Hora de emissão 10h e 18m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

RREO 2º Bimestre de 2013

Relatório Resumido da Execução Orçamentária, segundo bimestre 2013

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Abril de 2013

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Abril à Abril (b)	% (b/a)	Até Abril (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	63.212.000,00	63.212.000,00	4.107.159,29	6,49	16.949.896,20	26,81	46.262.103,80
RECEITAS CORRENTES	62.217.152,69	62.217.152,69	4.107.159,29	6,60	16.949.896,20	27,24	45.267.256,49
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.726.666,92	4.726.666,92	388.699,61	8,22	1.043.079,39	22,06	3.683.587,53
Impostos	3.282.757,40	3.282.757,40	316.820,38	9,65	894.765,76	27,25	2.387.991,64
Taxas	429.778,84	429.778,84	71.879,23	16,72	148.313,63	34,50	281.465,21
Contribuição de Melhoria	1.014.130,68	1.014.130,68	0,00	0,00	0,00	0,00	1.014.130,68
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	785.939,13	785.939,13	63.507,39	8,08	252.400,50	32,11	533.538,63
Contribuições Sociais	15.049,13	15.049,13	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13
Contribuições de Interv. no Domínio Econ.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	770.890,00	770.890,00	63.507,39	8,23	252.400,50	32,74	518.489,50
RECEITA PATRIMONIAL	631.218,94	631.218,94	32.702,88	5,18	153.911,12	24,38	477.307,82
Receitas Imobiliárias	38.988,86	38.988,86	2.360,84	6,05	12.968,10	33,26	26.020,76
Receitas de Valores Mobiliários	590.807,60	590.807,60	29.430,56	4,98	138.774,24	23,48	452.033,36
Receita de Concessões e Permissões	614,52	614,52	911,48	148,32	2.168,78	352,92	(1.554,26)
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Decor.DirExpl.Bens Púb.Áreas Dom Pub	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	807,96	807,96	0,00	0,00	0,00	0,00	807,96
RECEITA AGROPECUÁRIA	73.846,93	73.846,93	11.072,63	14,99	39.412,24	53,37	34.434,69
Receita da Produção Vegetal	737,43	737,43	0,00	0,00	0,00	0,00	737,43
Receita da Produção Animal e Derivados	68,26	68,26	0,00	0,00	0,00	0,00	68,26
Outras Receitas Agropecuárias	73.041,24	73.041,24	11.072,63	15,15	39.412,24	53,95	33.629,00
RECEITA INDUSTRIAL	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	682,82	682,82	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.759.066,65	4.759.066,65	460.501,84	9,67	1.633.971,06	34,33	3.125.095,59
Receita de Serviços	4.759.066,65	4.759.066,65	460.501,84	9,67	1.633.971,06	34,33	3.125.095,59
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.601.038,86	48.601.038,86	3.067.896,83	6,31	13.345.522,26	27,45	35.255.516,60
Transferências Intergovernamentais	43.731.120,49	43.731.120,49	3.010.448,99	6,88	12.123.876,03	27,72	31.607.244,46
Transferências de Instituições Privadas	20.340,00	20.340,00	0,00	0,00	2.919,69	14,35	17.420,31
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	4.225,00	4.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.225,00
Transferências de Convênios	4.845.353,37	4.845.353,37	57.447,84	1,18	1.218.726,54	25,15	3.626.626,83
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.638.692,44	2.638.692,44	82.778,11	3,13	481.599,63	18,25	2.157.092,81
Multas e Juros de Mora	403.089,84	403.089,84	25.552,03	6,33	119.063,33	29,53	284.026,51
Indenizações e Restituições	158.102,50	158.102,50	8.025,74	5,07	20.139,74	12,73	137.962,76
Receita da Dívida Ativa	668.000,67	668.000,67	21.735,02	3,25	254.880,30	38,15	413.120,37
Rec.Dec>Apor.Per.Amort.Déficit Atuarial R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	1.409.499,43	1.409.499,43	27.465,32	1,94	87.516,26	6,20	1.321.983,17
RECEITAS DE CAPITAL	994.847,31	994.847,31	0,00	0,00	0,00	0,00	994.847,31
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Operações de Crédito Internas	800.000,00	800.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	800.000,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	194.847,31	194.847,31	0,00	0,00	0,00	0,00	194.847,31
Alienação de Bens Móveis	167.181,49	167.181,49	0,00	0,00	0,00	0,00	167.181,49
Alienação de Bens Imóveis	27.665,82	27.665,82	0,00	0,00	0,00	0,00	27.665,82
AMORIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Púb	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Combate a Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Div. Ativa Prov. da Amortiz. de Emp. e Fi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal das Receitas(III) = (I + II)	63.212.000,00	63.212.000,00	4.107.159,29	6,49	16.949.896,20	26,81	46.262.103,80

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Abril de 2013

RREO - Anexo I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			Abril à Abril (b)	% (b/a)	Até Abril (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	63.212.000,00	63.212.000,00	4.107.159,29	6,49	16.949.896,20	26,81	46.262.103,80
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	0,00	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	63.212.000,00	63.212.000,00	4.107.159,29	6,49	16.949.896,20	26,81	46.262.103,80
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	5.159.817,57	-	-	439.813,85	-	-
Superávit Financeiro	-	5.159.817,57	-	-	439.813,85	-	-
Reabertura de Créditos Acionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	Dotação Atualizada (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS EXECUTADAS			Saldo a Realizar (f-g)
				Abril à Abril	Até Abril	DESPESAS LIQUIDADAS		g (%)	
						Abril à Abril	Até Abril		
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.) (VIII)	63.212.000,00	5.615.377,57	68.827.377,57	4.706.442,00	15.862.900,85	4.651.596,99	14.772.858,19	21,46	54.054.519,38
DESPESAS CORRENTES	47.778.212,35	1.237.799,00	49.016.011,35	4.179.966,61	14.426.769,99	4.132.200,69	13.343.966,35	27,22	35.672.045,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.406.027,49	81.500,00	24.487.527,49	1.941.676,89	7.486.456,26	1.940.942,37	7.464.215,69	30,48	17.023.311,80
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	293.760,00	0,00	293.760,00	5.955,17	94.288,82	5.955,17	94.288,82	32,09	199.471,18
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.078.424,86	1.156.299,00	24.234.723,99	2.232.334,57	6.846.024,91	2.185.303,15	5.785.461,89	23,87	18.449.262,00
DESPESAS DE CAPITAL	15.408.787,65	4.377.578,57	19.786.366,11	526.475,39	1.436.130,89	519.396,27	1.428.891,89	7,22	18.357.474,39
INVESTIMENTOS	14.409.747,65	4.377.578,57	18.787.326,13	495.942,83	1.314.114,99	488.863,77	1.306.875,88	6,95	17.480.450,39
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	999.040,00	0,00	999.040,00	30.532,56	122.015,99	30.532,56	122.015,99	12,23	877.024,04
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
RESERVA RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	63.212.000,00	5.615.377,57	68.827.377,57	4.706.442,00	15.862.900,85	4.651.596,99	14.772.858,19	21,46	54.054.519,38
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	63.212.000,00	5.615.377,57	68.827.377,57	4.706.442,00	15.862.900,85	4.651.596,99	14.772.858,19	21,46	54.054.519,38
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.177.038,01	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	63.212.000,00	5.615.377,57	68.827.377,57	4.706.442,00	15.862.900,85	4.651.596,99	16.949.896,20	24,63	51.877.481,31

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 09h e 58m.

ANEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

Pag: 1/2

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Março a Abril	até Abril	Março a Abril	até Abril (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	63.212.000,00	68.827.377,57	8.748.940,75	15.862.900,85	9.142.023,30	14.772.858,19	100,00	21,46	54.054.519,38
LEGISLATIVA	1.546.600,00	1.546.600,00	200.270,11	365.581,57	200.270,11	365.581,57	2,47	23,64	1.181.018,43
Acao Legislativa	1.546.600,00	1.546.600,00	200.270,11	365.581,57	200.270,11	365.581,57	2,47	23,64	1.181.018,43
ADMINISTRACAO	8.898.334,25	8.923.588,64	1.359.540,03	2.452.103,59	1.447.792,10	2.330.216,22	15,77	26,11	6.593.372,42
Administracao Geral	8.898.334,25	8.923.588,64	1.359.540,03	2.452.103,59	1.447.792,10	2.330.216,22	15,77	26,11	6.593.372,42
SEGURANCA PUBLICA	582.864,00	622.864,00	49.446,13	82.885,66	49.446,13	82.885,66	0,56	13,31	539.978,34
Policiamento	214.408,00	254.408,00	24.550,78	39.342,18	24.550,78	39.342,18	0,27	15,46	215.065,82
Defesa Civil	368.456,00	368.456,00	24.895,35	43.543,48	24.895,35	43.543,48	0,29	11,82	324.912,52
ASSISTENCIA SOCIAL	1.153.838,00	1.167.323,18	85.817,70	144.853,62	87.422,64	144.853,62	0,98	12,41	1.022.469,56
Assistencia ao Idoso	67.480,00	67.480,00	3.744,31	4.804,80	3.744,31	4.804,80	0,03	7,12	62.675,20
Assistencia a Crianca e ao Adolescente	647.064,00	660.549,18	64.925,00	113.513,91	65.443,37	113.513,91	0,77	17,18	547.035,27
Assistencia Comunitaria	439.294,00	439.294,00	17.148,39	26.534,91	18.234,96	26.534,91	0,18	6,04	412.759,09
SAUDE	8.755.186,39	9.214.526,56	1.475.451,86	2.494.432,85	1.579.189,94	2.494.147,55	16,88	27,07	6.720.379,01
Atencao Basica	7.276.550,96	7.519.194,00	1.286.769,21	2.143.377,32	1.371.291,49	2.143.092,02	14,51	28,50	5.376.101,98
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	37.500,00	37.500,00	0,00	1.462,00	0,00	1.462,00	0,01	3,90	36.038,00
Suporte Profilatico e Terapeutico	862.775,80	906.252,36	130.053,46	290.964,34	149.269,26	290.964,34	1,97	32,11	615.288,02
Vigilancia Sanitaria	67.000,00	235.245,32	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,01	0,85	233.245,32
Vigilancia Epidemiologica	63.000,00	63.000,00	2.701,30	2.701,30	2.701,30	2.701,30	0,02	4,29	60.298,70
Alimentacao e Nutricao	448.359,63	453.334,88	53.927,89	53.927,89	53.927,89	53.927,89	0,37	11,90	399.406,99
EDUCACAO	14.515.278,88	15.045.757,72	2.668.867,12	4.453.953,27	2.839.885,35	4.453.953,27	30,15	29,60	10.591.804,45
Ensino Fundamental	11.278.262,02	11.803.266,96	2.322.490,06	3.824.225,47	2.492.591,78	3.824.225,47	25,89	32,40	7.979.041,49
Ensino Medio	15.000,00	15.000,00	1.223,04	1.223,04	1.223,04	1.223,04	0,01	8,15	13.776,96
Ensino Superior	18.000,00	18.000,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	5.400,00	0,04	30,00	12.600,00
Educacao Infantil	3.090.016,86	3.095.490,76	325.754,02	595.104,76	326.670,53	595.104,76	4,03	19,22	2.500.386,00
Educacao de Jovens e Adultos	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educacao Especial	84.000,00	84.000,00	14.000,00	28.000,00	14.000,00	28.000,00	0,19	33,33	56.000,00
CULTURA	540.150,00	540.150,00	55.886,88	103.064,71	56.582,62	103.064,71	0,70	19,08	437.085,29
Patrimonio Historico, Artístico e Arqueologic	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Difusao Cultural	530.150,00	530.150,00	55.886,88	103.064,71	56.582,62	103.064,71	0,70	19,44	427.085,29
URBANISMO	10.016.521,83	13.834.449,17	1.283.502,16	2.185.114,95	1.339.311,13	2.185.114,95	14,79	15,79	11.649.334,22
Infra-estrutura Urbana	570.000,00	4.233.817,42	4.672,44	4.733,64	4.713,24	4.733,64	0,03	0,11	4.229.083,78
Servicos Urbanos	7.803.821,83	7.911.697,18	1.145.337,33	1.952.100,94	1.191.969,80	1.952.100,94	13,21	24,67	5.959.596,24
Transportes Coletivos Urbanos	1.642.700,00	1.688.934,57	133.492,39	228.280,37	142.628,09	228.280,37	1,55	13,52	1.460.654,20
HABITACAO	430.000,00	444.612,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444.612,31
Habitacao Urbana	430.000,00	444.612,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	444.612,31
SANEAMENTO	8.159.457,65	8.969.069,16	639.632,94	2.084.297,11	579.675,87	1.147.986,08	7,77	12,80	7.821.083,08
Saneamento Basico Rural	155.000,00	155.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	155.000,00
Saneamento Basico Urbano	8.004.457,65	8.814.069,16	639.632,94	2.084.297,11	579.675,87	1.147.986,08	7,77	13,02	7.666.083,08
GESTAO AMBIENTAL	51.800,00	56.467,83	8.433,50	9.864,50	8.433,50	9.864,50	0,07	17,47	46.603,33

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de Referência: MARÇO A ABRIL 2013/BIMESTRE MARÇO-ABRIL

CONSOLIDADO

Pag: 2/2

RREO - Anexo II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c') (R\$ 1,00)

Preservacao e Conservacao Ambiental	14.800,00	19.467,83	7.433,50	8.864,50	7.433,50	8.864,50	0,06	45,53	10.603,33
Recuperacao de Areas Degradadas	30.000,00	30.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	0,01	3,33	29.000,00
Recursos Hidricos	7.000,00	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
AGRICULTURA	960.300,00	960.300,00	144.879,70	186.136,78	151.013,42	186.136,78	1,26	19,38	774.163,22
Vigilancia Sanitaria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Promocao da Producao Vegetal	792.800,00	792.800,00	128.151,77	163.380,48	134.285,49	163.380,48	1,11	20,61	629.419,52
Promocao da Producao Animal	27.500,00	27.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.500,00
Defesa Sanitaria Animal	44.000,00	44.000,00	6.726,00	12.754,37	6.726,00	12.754,37	0,09	28,99	31.245,63
Extensao Rural	46.000,00	46.000,00	10.001,93	10.001,93	10.001,93	10.001,93	0,07	21,74	35.998,07
INDUSTRIA	700.000,00	700.000,00	447,48	447,48	447,48	447,48	0,00	0,06	699.552,52
Promocao Industrial	700.000,00	700.000,00	447,48	447,48	447,48	447,48	0,00	0,06	699.552,52
COMERCIO E SERVICOS	773.000,00	909.800,12	160.122,44	259.728,63	160.932,44	259.728,63	1,76	28,55	650.071,49
Promocao Comercial	326.314,60	463.114,72	148.030,93	148.578,93	148.278,93	148.578,93	1,01	32,08	314.535,79
Turismo	446.685,40	446.685,40	12.091,51	111.149,70	12.653,51	111.149,70	0,75	24,88	335.535,70
COMUNICACOES	22.000,00	22.000,00	2.701,90	3.991,90	3.991,90	3.991,90	0,03	18,15	18.008,10
Telecomunicacoes	22.000,00	22.000,00	2.701,90	3.991,90	3.991,90	3.991,90	0,03	18,15	18.008,10
TRANSPORTE	2.796.000,00	2.486.199,88	287.254,43	353.938,08	299.018,42	353.938,08	2,40	14,24	2.132.261,80
Transporte Rodoviario	2.796.000,00	2.486.199,88	287.254,43	353.938,08	299.018,42	353.938,08	2,40	14,24	2.132.261,80
DESPORTO E LAZER	696.560,00	769.560,00	66.404,52	74.721,00	69.903,23	74.721,00	0,51	9,71	694.839,00
Desporto Comunitario	696.560,00	769.560,00	66.404,52	74.721,00	69.903,23	74.721,00	0,51	9,71	694.839,00
ENCARGOS ESPECIAIS	2.589.109,00	2.589.109,00	260.281,85	607.785,15	268.707,02	576.226,19	3,90	22,26	2.012.882,81
Administracao Geral	2.589.109,00	2.589.109,00	260.281,85	607.785,15	268.707,02	576.226,19	3,90	22,26	2.012.882,81
RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Reserva de Contingencia	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas				Saldo (a-b)
			Março a Abril	até Abril	Março a Abril	até Abril (b)	% b/to.b	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	63.212.000,00	68.827.377,57	8.748.940,73	15.862.900,83	9.142.023,30	14.772.858,19	100,00	21,46	54.054.519,38

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 13h e 54m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPALMARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Maio/2012 a Abril/2013

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

CONSOLIDADO

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA (EXERCÍCIO)
	Maio /2012	Junho /2012	Julho /2012	Agosto /2012	Setembro /2012	Outubro /2012	Novembro /2012	Dezembro /2012	Janeiro /2013	Fevereiro /2013	Março /2013	Abril /2013		
RECEITAS CORRENTES (I)	5.546.205,71	4.484.539,15	4.495.605,41	3.958.053,04	4.292.917,11	4.359.334,22	5.309.497,69	5.778.805,88	4.723.228,58	4.941.476,29	4.707.686,11	4.809.666,74	57.207.016,02	70.006.802,93
Receita Tributária	860.630,64	300.022,87	285.912,23	262.670,02	259.973,63	166.809,63	320.572,79	304.088,41	261.330,53	183.015,31	210.033,94	388.699,61	3.803.759,61	4.726.666,92
 IPTU	636.485,58	67.820,83	65.185,63	56.369,21	7.452,00	5.477,40	5.545,61	6.377,74	2.636,99	0,00	0,00	134.396,34	987.747,30	1.165.147,95
 ISS	111.620,88	105.322,25	123.861,71	110.166,89	152.440,31	84.741,57	210.452,59	140.417,84	182.413,68	93.171,48	114.971,49	110.284,38	1.539.865,04	1.190.297,40
 ITBI	45.725,08	67.478,68	44.129,09	44.575,38	51.141,40	30.629,29	53.774,98	58.405,00	35.324,07	40.418,29	48.877,94	569.646,81	438.275,59	
 Irrf	41.072,34	44.861,50	39.339,85	42.415,28	38.261,30	39.089,48	33.014,05	73.790,38	9.574,66	34.074,63	16.192,52	23.261,74	434.947,81	489.036,46
Outras Receitas Tributárias	25.726,77	14.539,61	13.395,98	9.143,26	10.678,62	6.871,89	17.785,52	25.097,40	17.537,63	20.445,12	38.451,64	71.879,23	271.552,69	1.443.909,52
Receita de Contribuições	60.517,74	59.285,51	59.607,39	60.541,69	61.713,03	59.557,77	62.651,79	60.608,30	61.718,05	127.175,06	61.718,05	63.507,39	736.883,69	785.939,13
Receita Patrimonial	76.505,61	64.952,79	58.371,00	58.792,34	46.277,79	41.250,21	30.212,02	8.576,99	46.716,50	31.155,06	43.336,68	32.702,88	538.849,83	631.218,94
Receita Agropecuária	11.582,10	9.059,20	11.827,20	15.236,10	9.723,40	13.028,80	13.253,30	4.985,90	14.402,48	6.660,83	7.276,30	11.072,63	128.108,24	73.848,93
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	682,82
Receita de Serviços	422.788,73	412.508,71	407.863,75	403.448,58	388.653,42	436.828,62	397.630,06	415.955,16	320.755,16	412.781,11	439.932,93	460.501,84	4.919.648,10	4.759.066,65
Transferências Correntes	4.032.426,44	3.557.857,91	3.587.598,23	3.083.512,15	3.439.483,02	3.550.078,83	4.380.380,27	4.871.061,38	3.883.110,98	4.080.382,81	3.843.785,69	3.570.404,28	45.880.082,12	56.390.689,09
Cota-Parte do FPM	998.199,44	851.812,43	636.105,03	701.928,57	614.177,16	651.976,79	881.253,74	1.432.580,59	918.411,51	1.235.624,42	711.627,93	763.560,72	10.397.258,41	16.894.384,82
Cota-Parte do ICMS	1.313.627,62	1.357.453,48	1.327.778,01	1.329.139,46	1.541.075,58	1.452.513,77	1.562.531,09	1.579.457,92	1.520.279,81	1.338.860,40	1.510.249,73	1.541.904,42	17.374.871,26	19.955.088,95
Cota-Parte do IPVA	152.832,88	155.254,60	166.575,15	174.357,12	161.580,67	143.954,33	90.414,98	48.696,59	84.880,39	116.469,16	146.022,00	161.510,16	1.602.548,00	1.597.613,07
Cota-Parte do ITR	47,91	31,64	282,38	36,88	4.022,84	17.817,90	426,37	48,47	0,00	205,55	27,62	927,10	23.674,64	57.874,57
Transferência da LC 87/1996	7.270,50	7.270,50	7.270,50	7.270,50	0,00	14.541,00	7.270,50	7.270,50	0,00	0,00	0,00	28.055,75	86.219,75	93.170,87
Transferência da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	531.574,13	521.104,96	481.733,08	499.821,57	561.553,26	525.110,27	561.110,93	526.249,83	720.455,15	703.406,82	618.997,03	721.949,40	6.973.069,40	7.789.650,23
Outras Transferências Correntes	1.028.873,95	664.930,29	967.854,14	370.958,16	557.073,47	744.364,81	1.277.372,69	1.276.757,48	639.084,16	685.816,41	856.861,38	352.496,73	9.422.443,67	10.002.906,58
Outras Receitas Correntes	81.754,44	80.852,16	84.425,65	73.852,15	87.092,82	91.780,37	104.797,48	113.529,75	196.912,89	100.306,11	101.602,52	82.778,11	1.199.684,43	2.638.692,44
DEDUÇÕES (II)	499.580,64	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	513.103,89	531.737,34	510.049,49	542.328,29	477.276,31	502.507,45	5.864.609,77	7.804.699,36
Contrib. p/ Plano de Prev. do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.049,13	0,00
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Rec. Formação do FUNDEB	499.580,64	478.996,55	431.921,74	447.320,95	468.999,70	460.787,49	513.103,89	531.737,34	510.049,49	542.328,29	477.276,31	502.507,45	5.864.609,77	7.789.650,23
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I - II)	5.046.625,07	4.005.542,60	4.063.683,67	3.510.732,09	3.823.917,41	3.898.546,73	4.796.393,80	5.247.068,54	4.213.179,11	4.399.148,00	4.230.409,80	4.107.159,29	51.342.406,25	62.202.103,56

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 13h e 55m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /O-8

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	CONSOLIDADO RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESP. PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVID. - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Março à Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua (1/2)

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

CONSOLIDADO

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	Março/2013	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
CAIXA	0,00	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00
OUTROS BENS E DIREITOS	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)					

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 13h e 58m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

(2/2)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

CONSOLIDADO

RECEITAS	Previsão Atualizada (a)	RECEITAS REALIZADAS	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
		Até Abril(b)	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO ¹ (I)	800.000,00	0,00	800.000,00

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS ²		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d-(e+f))
		Liquidadas (e)	Insc. em Restos a Pagar Não Processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	19.786.366,18	1.428.891,84		18.357.474,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00		0,00
(-) Incentivos Fiscais Contribuintes por Instit.Financeiras	0,00	0,00		0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	19.786.366,18	1.428.891,84		18.357.474,34
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	(18.986.366,18)	(1.428.891,84)		(17.557.474,34)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 10m.

Notas:

¹ < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III >² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Janeiro a Abril 2013/ Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO V (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012 (a)	Em 28/Fev/2013 (b)	Em 30/Abr/2013 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	3.399.940,67	3.338.970,74	3.277.924,71
DEDUÇÕES (II)	4.978.286,51	7.755.525,47	7.866.791,70
Disponibilidade de Caixa Bruto	5.531.152,36	7.964.964,40	8.076.230,63
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	552.865,85	209.438,93	209.438,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	(1.578.345,84)	(4.416.554,73)	(4.588.866,99)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA VI = (III + IV - V)	(1.578.345,84)	(4.416.554,73)	(4.588.866,99)

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Março à Abril (c-b)	até Abril (c-a)
VALOR	(172.312,26)	(3.010.521,15)

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(43.780,22)

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2012	Em 28/Fev/2013	Em 30/Abr/2013
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 00m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

>

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - ANEXO VI (LRF, art. 53, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		Abril a Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	61.628.378,23	4.077.728,73	16.811.177,62	15.405.179,56
Receitas Tributárias	4.726.666,92	388.699,61	1.043.079,39	902.319,86
IPTU	1.165.147,95	134.396,34	137.033,29	168.800,11
ISS	1.190.297,40	110.284,38	500.841,03	382.485,29
ITBI	438.275,59	48.877,94	173.787,88	132.297,84
IRRF	489.036,46	23.261,72	83.103,56	122.323,83
Outras Receitas Tributárias	1.443.909,52	71.879,23	148.313,63	96.412,79
Receitas de Contribuições	785.939,13	63.507,39	252.400,50	239.266,85
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	785.939,13	63.507,39	252.400,50	239.266,85
Receita Patrimonial Líquida	42.444,48	3.272,32	15.192,54	12.859,91
Receita Patrimonial	631.218,94	32.702,88	153.911,12	238.127,99
(-) Aplicações Financeiras	588.774,46	29.430,56	138.718,58	225.268,08
Transferências Correntes	48.601.038,86	3.067.896,83	13.345.522,26	12.238.427,65
Cota-Parte do FPM	13.515.507,86	610.848,60	2.903.379,80	2.804.246,62
Cota-Parte do ICMS	15.964.071,16	1.233.523,65	4.729.035,89	4.498.403,99
Convênios	4.845.353,37	57.447,84	1.218.726,54	1.100.153,90
Outras Transferências Correntes	14.276.106,47	1.166.076,74	4.494.380,03	3.835.623,14
Demais Receitas Correntes	7.472.288,84	554.352,58	2.154.982,93	2.012.305,29
Dívida Ativa	668.000,67	21.735,02	254.880,30	263.859,04
Diversas Receitas Correntes	6.804.288,17	532.617,56	1.900.102,63	1.748.446,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	994.847,31	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito (III)	800.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	194.847,31	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	61.628.378,23	4.077.728,73	16.811.177,62	15.405.179,56

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		Abril a Abril	até Abril 2013	até Abril 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	49.016.011,39	4.132.200,69	13.343.966,35	10.632.453,29
Pessoal e Encargos Sociais	24.487.527,49	1.940.942,37	7.464.215,69	5.607.316,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	293.760,00	5.955,17	94.288,82	37.368,17
Outras Despesas Correntes	24.234.723,90	2.185.303,15	5.785.461,84	4.987.769,06
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	48.722.251,39	4.126.245,52	13.249.677,53	10.595.085,12
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.786.366,18	519.396,27	1.428.891,84	480.913,37
Investimentos	18.787.326,18	488.863,71	1.306.875,88	359.823,33
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	999.040,00	30.532,56	122.015,96	121.090,04
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.787.326,18	488.863,71	1.306.875,88	359.823,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	67.534.577,57	4.615.109,23	14.556.553,41	10.954.908,45
RESULTADO PRIMÁRIO (VII - XVIII)	(5.906.199,34)	(537.380,50)	2.254.624,21	4.450.271,11
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			5.159.817,57	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	(290.821,77)

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 03m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso V)

CONSOLIDADO

Poder/Órgão	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Exercícios Anteriores	Inscritos em 31/12/2012				Em exercícios anteriores	Em 31/12/2012 ¹				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	209.438,93	552.865,85	552.865,85		209.438,93	277.038,42	1.271.517,74	732.657,56	732.657,56	5,46	815.893,14
EXECUTIVO	209.438,93	552.865,85	552.865,85		209.438,93	277.038,42	1.271.517,74	732.657,56	732.657,56	5,46	815.893,14
Fundo Munic.de Reequip.corpo de Bombeiros de C							182.000,00	182.000,00	182.000,00		
Fundo Munic.dos Direit.da Crianca e do Adolesc		510,00	510,00								
Fundo Munic.equip.e de Melhoria da Pm/So-indai	209.438,93				209.438,93	88.254,57					88.254,57
Fundo Municipal de Assistencia Social de Capin							7.971,79	7.971,79	7.971,79		
Secretaria da Administracao e Financas		48.056,15	48.056,15								
Secretaria da Educacao, Cultura e Esportes		26.179,56	26.179,56				12.779,31	12.779,31	12.779,31		
Secretaria da Saude e Desenvolvimento Social							297.990,00				297.990,00
Secretaria de Desenvolvimento Economico						188.783,85		72.784,24	72.784,24		115.999,61
Secretaria de Infraestrutura		478.120,14	478.120,14								
Servico Intermunicipal de Agua e Esgoto de Cza							770.776,64	457.122,22	457.122,22	5,46	313.648,96
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
TOTAL (III) = (I + II)	209.438,93	552.865,85	552.865,85		209.438,93	277.038,42	1.271.517,74	732.657,56	732.657,56	5,46	815.893,14

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 10m.

¹ Os restos a pagar não processados e liquidados no exercício de referência deverão permanecer demonstrados nas respectivas colunas de RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.

 ANDEVIR ISGANZELLA
 PREFEITO MUNICIPAL

 MARLISA APARECIDA PADILHA
 CONTADORA CRC / SC017849 / 0-8

 LUIZ CONTE
 Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO
DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - ANEXO XI (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

CONSOLIDADO

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE CAPITAL	194.847,31	0,00	194.847,31
ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	194.847,31	0,00	194.847,31
Alienação de Bens Móveis	167.181,49	0,00	167.181,49
Alienação de Bens Imóveis	27.665,82	0,00	27.665,82
TOTAL	194.847,31	0,00	194.847,31

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d - (e + f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	176.632,31	0,00	0,00	176.632,31
Despesas de Capital	176.632,31	0,00	0,00	176.632,31
Investimentos	176.632,31	0,00	0,00	176.632,31
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	176.632,31	0,00	0,00	176.632,31

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2012 (h)	2013 (i) = (Ib - (Ile + Ifi))	SALDO ATUAL (j) = (IIih + IIij)
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 13m.
 Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas.

No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

O valor efetivo do saldo atual em conta corrente bancária para a data de

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

RREO - Anexo XIII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)
CONSOLIDADO

CONSOLIDADO				SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)		REGISTROS EFETUADOS EM 2013				SALDO TOTAL (c) = (a + b)		
ESPECIFICAÇÃO						Março à Abril		Até Abril (b)				
TOTAL DE ATIVOS				0,00		0,00		0,00		0,00		
Direitos Futuros				0,00		0,00		0,00		0,00		
Ativos Contabilizados na SPE				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contrapartida para Provisões de PPP				0,00		0,00		0,00		0,00		
TOTAL DE PASSIVOS (I)				0,00		0,00		0,00		0,00		
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contrapartida para Ativos da SPE				0,00		0,00		0,00		0,00		
Provisões de PPP				0,00		0,00		0,00		0,00		
GARANTIAS DE PPP (II)				0,00		0,00		0,00		0,00		
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)				0,00		0,00		0,00		0,00		
PASSIVOS CONTINGENTES				0,00		0,00		0,00		0,00		
Contraprestações Futuras				0,00		0,00		0,00		0,00		
Riscos Não Provisionados				0,00		0,00		0,00		0,00		
Outros Passivos Contingentes				0,00		0,00		0,00		0,00		
ATIVOS CONTINGENTES				0,00		0,00		0,00		0,00		
Serviços Futuros				0,00		0,00		0,00		0,00		
Outros Ativos Contingentes				0,00		0,00		0,00		0,00		
DESPESAS DE PPP		EXERCÍCIO ANTERIOR	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Do Ente Federado (V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Entidades Não-Dependentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)-(IV)		50.022.957,69	51.342.406,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)=(VI)/(V)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 14h e 20m.

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC / SC017849 / O-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

Município de Capinzal
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Março à Abril		Até Abril	
RECEITAS					
Previsão Inicial		-		63.212.000,00	
Previsão Atualizada		-		63.212.000,00	
Receitas Realizadas		8.337.569,09		16.949.896,20	
Déficit Orçamentário		-		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-		439.813,85	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		63.212.000,00	
Créditos Adicionais		-		5.615.377,57	
Dotação Atualizada		-		68.827.377,57	
Despesas Empenhadas		8.748.940,75		15.862.900,85	
Despesas Liquidadas		9.142.023,30		14.772.858,19	
Superávit Orçamentário		-		2.177.038,01	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Março à Abril		Até Abril	
Despesas Empenhadas		8.748.940,75		15.862.900,85	
Despesas Liquidadas		9.142.023,30		14.772.858,19	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até Abril	
Receita Corrente Líquida				51.342.406,25	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Março à Abril		Até Abril	
Regime Geral de Previdência Social		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		0,00		0,00	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta fixada no anexo de metas fiscais da LDO (a)	Resultado apurado Até Abril (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal		(43.780,22)	(3.010.521,15)	6,876,44	
Resultado Primário		(290.821,77)	2.254.624,21	(775,25)	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Canc. Até Abril	Pag. Até Abril	Saldo a pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		762.304,78	0,00	552.865,85	209.438,93
Poder Executivo		762.304,78	0,00	552.865,85	209.438,93
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		1.548.556,16	5,46	732.657,56	815.893,14
Poder Executivo		1.548.556,16	5,46	732.657,56	815.893,14
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		2.310.860,94	5,46	1.285.523,41	1.025.332,07

Continua (1/2)

Município de Capinzal
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Março/2013 a Abril/2013

LRF, Art. 48 - Anexo XIV

CONSOLIDADO

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado até Abril	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até Abril
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	3.028.578,09	25%	27,21
Min. Anual de 60% do FUNDEB na Rem. do Magis. com Educ. Infan. e Ens. Fundam.	1.680.362,30	60%	60,69
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			
Receitas de Operações de Crédito	0,00		800.000,00
Despesa de Capital Líquida	1.428.891,84		18.357.474,34
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
	Exercício ¹	10º Exercício	20º Exercício
Regime Geral de Previdência Social			35º Exercício
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I - II)	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV - V)	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
	Valor Apurado até Abril		Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		194.847,31
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		176.632,31
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			
	Valor Apurado Até Abril	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exer.	% Aplicado Até Abril
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.228.655,00	15,00	20,02
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			
	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas / RCL(%)			

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 16/07/2013, Hora de emissão 15h e 09m.

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência

ANDEVIR ISGANZELLA
PREFEITO MUNICIPAL

MARLISA APARECIDA PADILHA
CONTADORA CRC /SC017849 /0-8

LUIZ CONTE
Diretor de Controle Interno

(2/2)

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

SIMAE**Aviso de Licitação - Pregão Presencial N° Cao/22/2013**

Pregão Presencial N° CAO/22/2013

Processo Licitatório N° CAO/0266/2013

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de tubos de PVC/PBA, Ferro Fundido, e Defofo.

TIPO: Menor Preço por Item.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 05 de agosto de 2013.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.com.br, francieli@simaecao.com.br ou pelo site www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, n° 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 18 de julho de 2013.

FRANCIELI A. DA ROSA

Pregoeira

Catanduvas**PREFEITURA****Aviso de Licitação: Processo Licitatório N° 0063/2013 - Pregão N° 0039/2013**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo LICITATÓRIO N° 0063/2013

PREGÃO N° 0039/2013

Objeto: Constitui objeto desta licitação a aquisição de compressor de ar respirável, visando o desenvolvimento das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 09h00min do dia 31 de julho de 2013.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de julho de 2013 no endereço e na Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvas - SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, ramal 229.

Catanduvas - SC, 16 de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Extrato de Contrato FMAS N° 0025/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0025/2013

Processo Licitatório n° 0054/2013

Pregão n° 0034/2013

Objeto: Termo de aquisição de gêneros alimentícios e cestas básicas, visando o desenvolvimento de programas de Assistência Social e dos Grupos da Terceira Idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADA: PANIFICADORA ART PÃO LTDA

Valor do Contrato: R\$ 13.877,50 (treze mil oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).

Prazo de vigência: de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS N° 0026/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0026/2013

Processo Licitatório n° 0054/2013

Pregão n° 0034/2013

Objeto: Termo de aquisição de gêneros alimentícios e cestas básicas, visando o desenvolvimento de programas de Assistência Social e dos Grupos da Terceira Idade.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADA: CAPINZAL CENTER LTDA

Valor do Contrato: R\$ 29.171,65 (vinte e nove mil cento e setenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Prazo de vigência: de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMAS N° 0027/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMAS N.º 0027/2013

Processo Licitatório n° 0058/2013

Pregão n° 0036/2013

Objeto: Termo de contratação de profissionais habilitados em artesanato e música, visando o desenvolvimento das atividades das Secretarias de Educação, Cultura e Desporto e de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS.

CONTRATADA: JOÃO MARIA RIBEIRO RAMOS

Valor do Contrato: R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Prazo de vigência: de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS N° 0067/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0067/2013

Processo Licitatório n° 0065/2013

Dispensa n° 0002/2013

Objeto: Termo de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta n° 82939.414000/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar n° 28540004 firmando com o Ministério da Saúde, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: A.R.Z. COMPUTADORES LTDA

Valor do Contrato: R\$ 4.180,00 (quatro mil cento e oitenta reais).
Prazo de vigência: de 16 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS N° 0068/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0068/2013

Processo Licitatório n° 0065/2013

Dispensa n° 0002/2013

Objeto: Termo de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta n° 82939.414000/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar n° 28540004 firmando com o Ministério da Saúde, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: VIANA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 3.390,00 (três mil trezentos e noventa reais).

Prazo de vigência: de 16 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS N° 0069/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0069/2013

Processo Licitatório n° 0065/2013

Dispensa n° 0002/2013

Objeto: Termo de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta n° 82939.414000/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar n° 28540004 firmando com o Ministério da Saúde, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: OTTO BOCK DO BRASIL TÉCNICA ORTOPÉDICA LTDA

Valor do Contrato: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Prazo de vigência: de 16 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato FMS N° 0070/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS N.º 0070/2013

Processo Licitatório n° 0065/2013

Dispensa n° 0002/2013

Objeto: Termo de aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme proposta n° 82939.414000/1120-01, visando o cumprimento do recurso parlamentar n° 28540004 firmando com o Ministério da Saúde, bem como o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: MEGHA - EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICOS LTDA EPP

Valor do Contrato: R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Prazo de vigência: de 16 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 16 de julho de 2013.

ELIZETE CARDOSO DA SILVA

Gestora e Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

Extrato de Contrato PMC N° 0085/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0085/2013

Processo Licitatório n° 0049/2013

Pregão n° 0032/2013

Objeto: Termo de aquisição de materiais esportivos visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

CONTRATADA: JOSÉ PAULO BITENCOURT ME

Valor do Contrato: R\$ 3.582,00 (três mil quinhentos e oitenta e dois reais).

Prazo de vigência: de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC N° 0086/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0086/2013

Processo Licitatório n° 0049/2013

Pregão n° 0032/2013

Objeto: Termo de aquisição de materiais esportivos visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

CONTRATADA: ASTOR STAUDT ME

Valor do Contrato: R\$ 3.023,90 (três mil e vinte e três reais e noventa centavos).

Prazo de vigência: de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 1º de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

Extrato de Contrato PMC N° 0087/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMC N.º 0087/2013

Processo Licitatório n° 0064/2013

Inexigibilidade n° 0004/2013

Objeto: Termo de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM emitida pela ANATEL, com equipamentos homologados pela ANATEL, sendo 01 (hum) link Dedicado de IP Connect com velocidade de 4 Mbps com 8 IPs fixos; fornecimento de rede de acesso em cabo metálico ou em fibra óptica; no mínimo 2 backbones para redundância de rede de transporte nacional e um internacional.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS.

CONTRATADA: OI S.A.

Valor do Contrato: R\$ 17.724,00 (dezessete mil setecentos e vinte e quatro reais).

Prazo de vigência: de 8 de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

Data e assinatura do contrato: 8 de julho de 2013.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**Aviso de Licitação: Processo Licitatório N° 0001/2013 - Pregão N° 0001/2013**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0001/2013

PREGÃO N° 0001/2013

OBJETO: Constitui o objeto da presente licitação, a prestação de serviços técnicos especializados para informatização da Câmara Municipal de Vereadores, através de locação de sistemas específicos para gestão pública municipal, com migração de todos os dados dos sistemas ora em uso, implantação, treinamento dos usuários e suporte técnico, já inclusas manutenções corretivas quando houverem observadas as especificações técnicas e a descrição das atividades.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 18 de julho de 2013 no endereço e na Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas - SC.

Abertura das propostas: às 14 horas do dia 30 de julho de 2013.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site e no Setor de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvas (SC), das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1174.

Catanduvas - SC, 18 de julho de 2013.

ODAIR JOSÉ GABRIELLI

Presidente da Câmara

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Lei Complementar N° 066 de 17.07.2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

LEI COMPLEMENTAR N° 066 DE 17.07.2013

"AUTORIZA O PAGAMENTO RETROATIVO DA DIFERENÇA DO PISO NACIONAL AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar aos profissionais do Magistério Público Municipal, que nos meses de janeiro a abril do corrente ano percebiam vencimento abaixo do piso nacional fixado para o exercício de 2013, o pagamento da diferença retroativo ao período.

Parágrafo único. O pagamento a que se refere o caput deste artigo será efetuado em parcela única no mês subsequente a aprovação desta Lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta de dotações do orçamento fiscal anual do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
17 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Decreto N° 029/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO N° 029/2013

"ATUALIZA TABELAS DE VENCIMENTO E SALÁRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com as disposições do §3º do art.1º, da Lei nº 0575 de 13.05.2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizadas, a partir de 1º de maio de 2013, as tabelas de vencimento e salário dos Servidores Públicos Municipais, na forma dos seguintes anexos, integrantes deste Decreto:

I - Anexo Único da Lei Complementar nº 47/2010 – Cargos de Provimento em Comissão;

II - Anexos III, IV e VI da Lei Complementar nº 007/99 - Plano de Carreira dos Servidores;

III - Anexos V e VII da Lei Complementar nº 006/99 – Plano de Carreira Magistério;

IV – Anexo I da Lei Complementar nº 026/06 - Tabela Salarial do PSF e PACS (ACT);

V - Anexo I da Lei Complementar nº 030/07 - Tabela Salarial do PSF e PACS (Emprego Público);

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
31 de maio de 2013.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

I - Anexo Único da Lei Complementar nº 47/2010
Cargos de Provimento em Comissão

ANEXO ÚNICO

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO – DAS

GRUPO PRO-FISSIONAL:		DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS	
GABINETE DO PREFEITO			
Nº	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Chefe de Gabinete	DAS 6	1.831,39
1	Agente de Controle Interno	DAS 7	2.625,00
1	Procurador Jurídico	DAS 8	3.662,79
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Administração e Planejamento	DAS 6	1.953,49
1	Diretor do Departamento de Recursos Humanos	DAS 6	1.953,49
1	Chefe da Divisão de Serviços Gerais, Patrimônio e Frota	DAS 5	1.465,11
1	Assessor de Planejamento	DAS 3	952,33
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01
SECRETARIA DA FAZENDA			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Chefe da Divisão de Compras, Contratos e Licitações	DAS 5	1.465,11
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	964,52
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Ensino	DAS 6	1.953,49
1	Chefe da Divisão de Cultura	DAS 5	1.465,11
1	Chefe da Divisão de Esportes	DAS 5	1.465,11
2	Coordenador Administrativo	DAS 2	964,52
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01
SECRETARIA DA SAUDE			
Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)

1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Atenção Básica à Saúde	DAS 6	1.953,49
1	Chefe da Divisão de Saúde	DAS 5	1.465,11
1	Coordenador Administrativo, Gestão de Trabalho e Educação em Saúde	DAS 2	964,52
1	Coordenador dos Serviços de Vigilância	DAS 2	964,52
2	Assessor Técnico	DAS 1	818,01

SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Transportes, Obras e Serviços Urbanos	DAS 6	1.953,49
1	Chefe da Divisão de Urbanismo	DAS 5	1.465,11
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	964,52
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01

SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Diretor de Desenvolvimento Agrícola	DAS 6	1.953,49
1	Coordenador Administrativo	DAS 2	964,52
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO

Vagas	Cargo	Grupo	Vencimento (R\$)
1	Secretário	Agente Político	
1	Assessor Técnico	DAS 1	818,01

II - Anexos III, IV e VI da Lei Complementar nº 007/99
Plano de Carreira dos ServidoresANEXO III
NÚMERO DE VAGAS – NOMENCLATURA DOS CARGOS – CÓDIGO, VENCIMENTO

Vagas	Cargo	Código	Vencimento (R\$)
01	Administrador	1.1.01	2.319,77
02	Assistente Social	1.1.02	2.319,77
01	Contador	1.1.03	2.563,95

01	Engenheiro Agrônomo	1.1.04	2.319,77
01	Nutricionista	1.1.05	2.686,05
02	Médico	1.1.06	4.273,26
01	Médico Veterinário	1.1.07	1.238,65
01	Odontólogo	1.1.08	3.784,88
01	Psicólogo	1.1.09	2.319,77
01	Enfermeiro	1.1.10	2.319,77
01	Farmacêutico	1.1.11	976,74
01	Medico	1.1.12	8.546,53
01	Fonoaudiólogo	1.1.13	1.343,02
01	Engenheiro Civil	1.1.14	1.587,20
01	Psicólogo	1.1.16	1.220,92
Vagas	Cargo	Código	Vencimento (R\$)
03	Auxiliar de Enfermagem	2.2.01	1.037,78
02	Fiscal de Tributos	2.2.02	1.562,79
02	Fiscal Sanitário	2.2.03	1.562,79
03	Oficial Administrativo	2.2.04	1.562,79
08	Oficial de nível Médio	3.2.05	1.159,88
04	Secretário de Escola	2.2.06	1.159,88
02	Técnico Agrícola	2.2.07	1.159,88
02	Técnico em Enfermagem	2.2.08	1.184,29
Vagas	Cargo	Código	Vencimento(R\$)
02	Agente de Saúde	3.3.01	1.037,78
20	Agente de Serviços Gerais	3.3.02	671,51
05	Agente Profissional	3.3.03	1.135,17
12	Auxiliar Administrativo	3.3.04	1.098,83
25	Operador de Equipamento	3.3.05	854,64
15	Operário	3.3.06	671,51
01	Mecânico	3.3.07	1.953,49
02	Operador de Equipamento	3.3.08	427,32
02	Operador de Equipamentos	3.3.09	640,99

ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTO - PROGRESSÃO HORIZONTAL

	NIVEIS										
Código	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI
1.1. 01	2.319,77	2.415,58	2.515,34	2.619,23	2.727,40	2.840,04	2.957,34	3.079,47	3.206,66	3.339,09	3.476,99
1.1. 02	2.319,77	2.415,58	2.515,34	2.619,23	2.727,40	2.840,04	2.957,34	3.079,47	3.206,66	3.339,09	3.476,99
1.1. 03	2.563,95	2.669,84	2.780,11	2.894,93	3.014,49	3.138,99	3.268,63	3.403,62	3.544,19	3.690,57	3.842,99
1.1. 04	2.319,77	2.415,58	2.515,34	2.619,23	2.727,40	2.840,04	2.957,34	3.079,47	3.206,66	3.339,09	3.476,99
1.1. 05	2.686,05	2.796,99	2.912,50	3.032,79	3.158,04	3.288,47	3.424,29	3.565,71	3.712,97	3.866,32	4.026,00
1.1. 06	4.273,26	4.449,75	4.633,52	4.824,89	5.024,16	5.231,65	5.447,72	5.672,71	5.906,99	6.150,95	6.404,99
1.1.07	1.238,66	1.289,81	1.343,08	1.398,55	1.456,31	1.516,46	1.579,09	1.644,30	1.712,21	1.782,93	1.856,56
1.1.08	3.784,89	3.941,21	4.103,98	4.273,47	4.449,97	4.633,75	4.825,12	5.024,40	5.231,91	5.447,99	5.672,99
1.1.09	2.319,77	2.415,58	2.515,34	2.619,23	2.727,40	2.840,04	2.957,34	3.079,47	3.206,66	3.339,09	3.476,99
1.1.10	2.319,77	2.415,58	2.515,34	2.619,23	2.727,40	2.840,04	2.957,34	3.079,47	3.206,66	3.339,09	3.476,99
1.1.11	976,75	1.017,08	1.059,09	1.102,83	1.148,38	1.195,81	1.245,19	1.296,62	1.350,17	1.405,93	1.464,00
1.1.12	8.546,54	8.899,51	9.267,06	9.649,79	10.048,32	10.463,32	10.895,45	11.345,44	11.814,00	12.301,92	12.809,99
1.1.13	1.343,03	1.398,49	1.456,25	1.516,40	1.579,02	1.644,24	1.712,14	1.782,85	1.856,49	1.933,16	2.013,00
1.1.14	1.587,21	1.652,76	1.721,02	1.792,10	1.866,11	1.943,18	2.023,43	2.107,00	2.194,02	2.284,63	2.378,99
1.1.16	1.220,93	1.271,35	1.323,86	1.378,53	1.435,47	1.494,75	1.556,48	1.620,77	1.687,70	1.757,41	1.829,99
2.2.01	1.037,78	1.080,65	1.125,28	1.171,75	1.220,14	1.270,54	1.323,01	1.377,65	1.434,55	1.493,79	1.555,49
2.2.02	1.562,80	1.627,34	1.694,55	1.764,53	1.837,41	1.913,29	1.992,31	2.074,60	2.160,28	2.249,50	2.342,40
2.2.03	1.562,80	1.627,34	1.694,55	1.764,53	1.837,41	1.913,29	1.992,31	2.074,60	2.160,28	2.249,50	2.342,40
2.2.04	1.562,80	1.627,34	1.694,55	1.764,53	1.837,41	1.913,29	1.992,31	2.074,60	2.160,28	2.249,50	2.342,40
3.2.05	1.159,89	1.207,79	1.257,67	1.309,61	1.363,70	1.420,02	1.478,67	1.539,74	1.603,33	1.669,55	1.738,50
2.2.06	1.159,89	1.207,79	1.257,67	1.309,61	1.363,70	1.420,02	1.478,67	1.539,74	1.603,33	1.669,55	1.738,50
2.2.07	1.159,89	1.207,79	1.257,67	1.309,61	1.363,70	1.420,02	1.478,67	1.539,74	1.603,33	1.669,55	1.738,50
2.2.08	1.184,30	1.233,21	1.284,14	1.337,18	1.392,40	1.449,91	1.509,79	1.572,14	1.637,07	1.704,68	1.775,09
3.3.01	1.037,78	1.080,65	1.125,28	1.171,75	1.220,14	1.270,54	1.323,01	1.377,65	1.434,55	1.493,79	1.555,49
3.3.02	671,51	699,25	728,13	758,20	789,51	822,12	856,07	891,43	928,24	966,58	1.006,50
3.3.03	1.135,17	1.182,05	1.230,87	1.281,71	1.334,64	1.389,76	1.447,16	1.506,93	1.569,16	1.633,97	1.701,45
3.3.04	1.098,84	1.144,22	1.191,47	1.240,68	1.291,92	1.345,28	1.400,84	1.458,69	1.518,94	1.581,67	1.646,99
3.3.05	854,64	889,94	926,70	964,97	1.004,82	1.046,32	1.089,53	1.134,53	1.181,39	1.230,18	1.280,98
3.3.06	671,51	699,25	728,13	758,20	789,51	822,12	856,07	891,43	928,24	966,58	1.006,50
3.3.07	1.953,49	2.034,17	2.118,18	2.205,66	2.296,76	2.391,61	2.490,38	2.593,24	2.700,34	2.811,86	2.927,99
3.3.08	427,32	444,97	463,35	482,48	502,41	523,16	544,77	567,27	590,69	615,09	640,49
3.3.09	640,99	667,47	695,03	723,74	753,63	784,75	817,16	850,91	886,06	922,65	960,75

ANEXO VI
CARGOS ISOLADOS – EXTINTOS QUANDO VAGAREM

Cargo	Código	Vencimento
Agente de Saúde	3.3.01	1.037,78

III - Anexos V e VII da Lei Complementar nº 006/99

Plano de Carreira Magistério

ANEXO V
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO
CÓDIGO: DASMA – DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR – MAGISTÉRIO
CARGA HORÁRIA – 40 HORAS SEMANAIS

CARGO	Nº DE CARGOS	VENCIMENTO (R\$)	Nº ALUNOS
Diretor Nível I	02	1.343,02	Até 50
		1.465,11	De 51 à 100
		1.587,21	De 101 à 200
		1.709,30	+ de 200



Diretor Nível II	02	1.465,11 1.587,21 1.709,30 1.831,39	Até 50 De 51 à 100 De 101 à 200 + de 200
------------------	----	--	---

ANEXO VII

TABELA DE VENCIMENTOS - Horizontal - 50%
40 HORAS SEMANAIS

Classe/ Referencia	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I	1.568,70	1.568,70	1.568,70	1.568,70	1.602,36	1.668,69	1.737,78	1.809,72	1.884,64	1.962,67	2.043,92
Nível II	1.582,02	1.647,51	1.715,72	1.786,75	1.860,72	1.937,75	2.017,98	2.101,52	2.188,52	2.279,13	2.373,48
Nível III	1.708,57	1.779,31	1.852,97	1.929,69	2.009,58	2.092,77	2.179,41	2.269,64	2.363,60	2.461,46	2.563,36
Nível IV	2.192,24	2.283,00	2.377,51	2.475,94	2.578,45	2.685,19	2.796,36	2.912,13	3.032,69	3.158,25	3.289,00
Nível V	2.841,87	2.959,52	3.082,05	3.209,64	3.342,52	3.480,90	3.625,01	3.775,09	3.931,38	4.094,13	4.263,63

IV – Anexo I da Lei Complementar nº 026/06
Tabela Salarial do PSF e PACS (ACT)

ANEXO I

NÚMERO DE VAGAS, GARGOS, TABELA SALARIAL

NÚMERO DE VAGAS	CARGOS/FUNÇÃO	SALÁRIO UNITÁRIO (R\$)
01	Médico do PSF	8.546,53
01	Odontólogo do PSF	4.108,42
01	Enfermeiro Padrão do PSF	2.319,77
01	Técnico de Enfermagem do PSF	1.184,29
01	Atendente de Consultório Dentário do PSF	976,74
08	Agente Comunitário de Saúde do PSF	860,13

V - Anexo I da Lei Complementar nº 030/07
Tabela Salarial do PSF e PACS (Emprego Público)

ANEXO I

EMPREGOS PÚBLICOS

GRUPO OCUPACIONAL, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO

GRUPO I – ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
01	Médico do PSF	40	8.546,53
01	Enfermeiro Padrão do PSF	40	4.108,42
01	Odontólogo do PSF	40	2.319,77

GRUPO II – ATIVIDADES DE NÍVEL MÉDIO – ANM

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
01	Técnico de Enfermagem do PSF	40	1.184,29
01	Atendente de Consultório Dentário do PSF	40	976,74

GRUPO III – ATIVIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL

Nº de Empregos	Emprego	C.Horária	Vencimento (R\$)
----------------	---------	-----------	------------------

08	Agente Comunitário de Saúde do PSF	40	860,13
----	------------------------------------	----	--------

Decreto N° 30/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO N° 30/2013

"PARALISA CENTROS EDUCACIONAIS MUNICIPAIS NA MODALIDADE DE ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal que lhe confere o art. 50, inciso VII da Lei Orgânica do Município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 055/98 (Sistema Municipal de Educação), e Parecer n° 02/2013, de 23 de novembro de 2013, do Conselho Municipal de Educação do Município de Chapadão do Lageado, homologado através do Decreto n° 071/2012,

DECRETA:

Art. 1° Ficam paralisados a partir do ano letivo de 2013, os Centros Educacionais do Município de Chapadão do Lageado/SC, a seguir relacionadas:

NOME DA ENTIDADE	CODIGO	ENDEREÇO
Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia	36030	Rio Lageado
Centro Educacional Iracema Pereira Cabral	95664	Ranchinho
Centro Educacional José Rengel	95508	Figueiredo

Art.2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de janeiro/2013.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,

31 de maio de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Extrato de Edital do Processo Licitatório N° 68/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 68/2013

- PM

PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2013 - PM

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 30 de julho de 2013, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é à aquisição de gêneros alimentícios para composição de merenda escolar do Município de Chapadão do Lageado, que deverá ser distribuído/entregue pelo licitante vencedor nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, na Creche Municipal e no Jardim de Infância, de acordo com as quantidades e especificações relacionadas no Anexo II - Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura

Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado (SC), 18 de julho de 2013.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Cocal do Sul

PREFEITURA

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Contas Públicas 3º Bimestre e 1º Semestre de 2013

CONTAS PÚBLICAS 3º BIMESTRE:

- Anexo I - RREO3bim2013;
- Anexo II - RREO3bim2013;
- Anexo X - RREO3bim2013.

CONTAS PÚBLICAS 1º SEMESTRE:

- Anexo I - RGF1sem2013;
- Anexo II - RGF1sem2013;
- Anexo III - RGF1sem2013;
- Anexo III - RREO1sem2013;
- Anexo IV - RGF1sem2013;
- Anexo V - RREO1sem2013;
- Anexo VI - RREO1sem2013;
- Anexo VII - RGF1sem2013;
- Anexo VII - RREO1sem2013;
- Anexo IX - RREO1sem2013;
- Anexo XVI - RREO1sem2013;
- Anexo XVIII - RREO1sem2013.

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.335.000,00	43.335.000,00	6.304.743,84	14,55	18.467.549,25	42,62	24.867.450,75
RECEITAS CORRENTES	41.620.000,00	41.620.000,00	5.987.717,78	14,39	17.685.669,33	42,49	23.934.330,67
RECEITA TRIBUTARIA	4.935.000,00	4.935.000,00	522.926,98	10,60	2.100.075,89	42,55	2.834.924,11
IMPOSTOS	3.630.000,00	3.630.000,00	438.720,75	12,09	1.613.914,74	44,46	2.016.085,26
TAXAS	1.105.000,00	1.105.000,00	77.371,02	7,00	461.748,23	41,79	643.251,77
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	6.835,21	3,42	24.412,92	12,21	175.587,08
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	400.000,00	400.000,00	61.418,48	15,35	152.992,99	38,25	247.007,01
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	400.000,00	400.000,00	61.418,48	15,35	152.992,99	38,25	247.007,01
RECEITA PATRIMONIAL	217.951,25	217.951,25	31.106,74	14,27	66.598,45	30,56	151.352,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	217.951,25	217.951,25	31.106,74	14,27	66.598,45	30,56	151.352,80
RECEITA AGROPECUARIA	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Outras Rec. Agropecuárias	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	2.989.953,75	2.989.953,75	443.196,96	14,82	1.229.525,71	41,12	1.760.428,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	32.330.000,00	32.330.000,00	4.811.720,53	14,88	13.833.347,03	42,79	18.496.652,97
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	31.755.000,00	31.755.000,00	4.760.744,53	14,99	13.718.434,33	43,20	18.036.565,67
Transf. de Instituições Privadas	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Transf. de Pessoas	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Transf. de Conv.	555.000,00	555.000,00	50.976,00	9,18	114.912,70	20,70	440.087,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	707.095,00	707.095,00	117.348,09	16,60	303.129,26	42,87	403.965,74
Multas e Juros de Mora	171.515,00	171.515,00	37.182,78	21,68	72.086,03	42,03	99.428,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	405.000,00	405.000,00	75.249,68	18,58	218.765,17	54,02	186.234,83
RECEITAS DIVERSAS	110.580,00	110.580,00	4.915,63	4,45	12.278,06	11,10	98.301,94
RECEITAS DE CAPITAL	1.715.000,00	1.715.000,00	317.026,06	18,49	781.879,92	45,59	933.120,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	160.000,00	160.000,00	276.742,50	172,96	276.742,50	172,96	-116.742,50
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	150.000,00	150.000,00	276.742,50	184,50	276.742,50	184,50	-126.742,50
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.055.000,00	1.055.000,00	40.283,56	3,82	505.137,42	47,88	549.862,58
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.055.000,00	1.055.000,00	40.283,56	3,82	505.137,42	47,88	549.862,58
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	43.335.000,00	43.335.000,00	6.304.743,84	14,55	18.467.549,25	42,62	24.867.450,75

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	43.335.000,00	43.335.000,00	6.304.743,84	14,55	18.467.549,25	42,62	24.867.450,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	43.335.000,00	43.335.000,00	6.304.743,84	14,55	18.467.549,25	42,62	24.867.450,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	848.000,00	—	—	305.308,91	—	—
Superávit Financeiro	—	848.000,00	—	—	305.308,91	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	43.335.000,00	2.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	31,83	31.131.301,61
DESPESAS CORRENTES	37.915.417,52	867.658,00	38.783.075,52	4.221.430,54	15.640.492,65	4.682.341,73	13.242.257,35	34,14	25.540.818,17
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.823.164,95	429.974,00	24.253.138,95	3.028.413,75	9.646.223,89	3.169.010,16	9.103.382,35	37,53	15.149.756,60
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	70.000,00	45.000,00	115.000,00	11.129,04	52.390,27	11.129,04	52.390,27	45,56	62.609,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.022.252,57	392.684,00	14.414.936,57	1.181.887,75	5.941.878,49	1.502.202,53	4.086.484,73	28,35	10.328.451,84
DESPESAS DE CAPITAL	5.384.582,48	1.467.342,00	6.851.924,48	479.766,75	1.356.710,21	538.829,18	1.296.441,04	18,92	5.555.483,44
INVESTIMENTOS	5.084.582,48	1.482.342,00	6.566.924,48	448.850,77	1.275.729,54	507.913,20	1.215.460,37	18,51	5.351.464,11
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	300.000,00	-15.000,00	285.000,00	30.915,98	80.980,67	30.915,98	80.980,67	28,41	204.019,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	43.335.000,00	2.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	31,83	31.131.301,61

Continuação 2/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	43.335.000,00	2.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	31,83	31.131.301,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.928.850,86	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	43.335.000,00	2.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	18.467.549,25	31,83	31.131.301,61

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.686.300,23	2.767.111,80	3.015.339,27	2.905.117,20	3.207.046,93	3.653.257,03	3.060.580,29	3.468.752,25	3.373.014,33	3.222.063,56	3.506.009,10	3.249.096,43	38.113.688,42	46.507.000,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	272.067,43	243.026,25	218.631,56	223.383,37	231.356,74	263.020,32	181.721,65	404.249,52	711.528,41	279.649,33	302.710,38	220.216,60	3.551.561,56	4.935.000,00	
I.P.T.U.	24.102,79	2.039,54	1.603,01	1.203,68	2.327,65	3.508,40	302,75	131.103,83	377.748,55	46.641,91	87.693,74	32.032,52	710.308,37	650.000,00	
I.R.R.F	34.650,03	34.969,34	35.992,24	41.299,29	32.843,42	66.511,15	35.447,35	34.612,67	31.749,18	41.532,58	38.481,92	40.609,10	468.698,27	420.000,00	
I.S.S.	139.366,84	138.919,32	132.129,73	118.604,12	138.216,80	133.651,45	97.573,01	84.614,13	98.603,71	99.666,77	112.412,26	98.184,48	1.391.942,62	2.300.000,00	
I.T.B.I.	35.926,97	34.857,57	14.359,28	23.963,61	23.438,49	14.983,37	15.616,79	16.650,19	26.575,63	36.754,94	7.297,05	22.009,68	272.433,57	260.000,00	
Outras Receitas Tributárias	38.020,80	32.240,48	34.547,30	38.312,67	34.530,38	44.365,95	32.781,75	137.268,70	176.851,34	55.053,13	56.825,41	27.380,82	708.178,73	1.305.000,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	27.629,14	27.709,76	27.735,04	27.754,66	27.796,24	54.785,68	0,00	27.152,53	32.172,12	32.249,86	31.255,76	30.162,72	346.403,51	400.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	10.040,44	9.186,24	6.320,44	6.138,45	6.431,14	11.085,67	5.389,98	5.824,46	10.215,75	14.061,45	14.682,82	16.423,90	115.800,74	217.951,25	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	195.216,95	196.178,72	197.059,11	199.958,40	200.450,63	231.745,54	176.168,41	199.160,60	202.795,51	208.204,23	219.082,26	224.114,70	2.450.135,06	2.828.953,75	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.150.121,56	2.264.079,95	2.544.263,47	2.412.010,26	2.723.232,87	3.059.827,49	2.622.585,22	2.787.847,59	2.380.204,84	2.657.447,80	2.882.521,72	2.696.586,58	31.180.729,35	37.378.000,00	
Cota-Parte do F.P.M.	530.087,53	584.940,47	511.814,33	543.313,99	734.378,11	830.073,73	765.342,92	972.074,38	593.023,27	636.300,60	914.277,48	762.774,91	8.378.401,72	11.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	801.317,30	802.142,83	929.943,37	876.545,01	942.888,79	953.099,40	952.859,62	907.328,04	851.418,10	967.268,25	961.249,17	900.386,36	10.846.446,24	12.500.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	131.923,65	142.753,00	140.568,99	170.911,76	104.540,18	59.997,06	69.245,67	91.195,23	121.574,80	135.739,35	130.676,97	129.837,43	1.428.964,09	1.400.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	335,26	696,12	2.792,27	26,60	12,66	0,00	8,14	0,00	6,87	34,85	41,28	3.954,05	8.000,00	
Outras Transferências Correntes	287.481,99	319.081,26	501.500,31	379.317,17	477.938,81	778.709,21	325.590,23	326.129,07	381.974,36	399.260,80	340.503,41	417.084,73	4.934.571,35	6.130.000,00	
Transferências da LC 61/1989	13.023,86	14.199,97	14.558,17	14.070,66	14.244,85	16.356,63	16.734,71	12.849,42	11.343,27	10.401,15	13.986,35	14.567,18	166.336,22	250.000,00	
Transferências da LC 87/1996	4.384,06	4.384,06	0,00	8.768,12	4.384,06	4.384,06	0,00	0,00	0,00	17.599,95	4.399,99	4.399,99	52.704,29	90.000,00	
Transferências do FUNDEB	381.903,17	396.243,10	445.182,18	416.291,28	444.831,47	417.194,74	492.812,07	478.263,31	420.871,04	490.870,83	517.393,50	467.494,70	5.369.351,39	6.000.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	31.224,71	26.930,88	21.329,65	35.872,06	17.779,31	32.792,33	74.715,03	44.517,55	36.097,70	30.450,89	55.756,16	61.591,93	469.058,20	707.095,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	296.324,44	309.594,53	319.652,68	323.280,15	360.092,31	372.784,52	360.836,36	396.691,26	315.471,72	353.463,35	404.926,48	362.480,31	4.175.598,11	5.050.000,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	296.324,44	309.594,53	319.652,68	323.280,15	360.092,31	372.784,52	360.836,36	396.691,26	315.471,72	353.463,35	404.926,48	362.480,31	4.175.598,11	5.050.000,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	2.389.975,79	2.457.517,27	2.695.686,59	2.581.837,05	2.846.954,62	3.280.472,51	2.699.743,93	3.072.060,99	3.057.542,61	2.868.600,21	3.101.082,62	2.886.616,12	33.938.090,31	41.457.000,00	

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEIDIO FACHIN

Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	18.130.368,04	0,00
Pessoal Ativo	17.578.818,61	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	551.549,43	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	18.130.368,04	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	18.130.368,04	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	33.938.090,31
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	53,42
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	18.326.568,77
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	17.410.240,33

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.481.717,49	1.400.736,82	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.481.717,49	1.400.736,82	0,00
Interna	1.481.717,49	1.400.736,82	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	—	3.682.706,76	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.567.053,75	5.886.828,21	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	151.709,48	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.019.514,16	2.355.830,93	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	1.481.717,49	-2.281.969,94	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	32.812.508,87	33.938.090,31	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	4,52%	4,13%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	4,52%	-6,72%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	39.375.010,64	40.725.708,37	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.481.717,49	1.400.736,82	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	301.186,91	279.042,59	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	301.186,91	279.042,59	0,00
Previdenciárias	301.186,91	279.042,59	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	1.180.530,58	1.121.694,23	0,00
Interna	1.180.530,58	1.121.694,23	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	452.460,41	0,00	0,00
DEPÓSITOS	53.136,93	106.764,86	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.458.504,47	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	100,00	31,83	31.131.301,61
Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	24.634,42	973.285,97	164.384,40	460.449,20	3,17	30,70	1.039.550,80
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	24.634,42	973.285,97	164.384,40	460.449,20	3,17	30,70	1.039.550,80
Administração	4.440.000,00	4.440.000,00	543.766,53	1.941.615,57	606.746,15	1.633.757,91	11,24	36,80	2.806.242,09
Administração Geral	4.440.000,00	4.440.000,00	543.766,53	1.941.615,57	606.746,15	1.633.757,91	11,24	36,80	2.806.242,09
Segurança Pública	353.000,00	381.000,00	38.697,75	66.178,44	31.938,71	57.237,12	0,39	15,02	323.762,88
Policiamento	138.000,00	166.000,00	10.864,83	35.382,82	10.638,83	34.260,42	0,24	20,64	131.739,58
Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	12.883,43	15.276,13	13.581,14	14.687,96	0,10	29,38	35.312,04
Infra-Estrutura Urbana	165.000,00	165.000,00	14.949,49	15.519,49	7.718,74	8.288,74	0,06	5,02	156.711,26
Assistência Social	2.015.000,00	2.045.000,00	218.679,78	655.134,34	242.412,14	581.207,85	4,00	28,42	1.463.792,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	180.000,00	21.705,74	63.563,21	21.705,74	63.563,21	0,44	35,31	116.436,79
Assistência Comunitária	1.835.000,00	1.865.000,00	196.974,04	591.571,13	220.706,40	517.644,64	3,56	27,76	1.347.355,36
Saúde	9.645.000,00	10.677.000,00	1.414.737,36	4.294.175,94	1.422.440,49	3.946.832,27	27,15	36,97	6.730.167,73
Atenção Básica	8.346.000,00	9.310.000,00	1.202.206,56	3.649.310,28	1.224.053,92	3.409.676,23	23,45	36,62	5.900.323,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.185.000,00	1.253.000,00	203.422,43	623.658,45	193.203,72	523.811,41	3,60	41,80	729.188,59
Vigilância Sanitária	87.000,00	87.000,00	6.054,85	17.793,69	2.647,33	10.449,11	0,07	12,01	76.550,89
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	3.053,52	3.413,52	2.535,52	2.895,52	0,02	10,72	24.104,48
Trabalho	235.000,00	235.000,00	0,00	3.000,00	458,00	1.057,68	0,01	0,45	233.942,32
Empregabilidade	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Fomento ao Trabalho	210.000,00	210.000,00	0,00	3.000,00	458,00	1.057,68	0,01	0,50	208.942,32
Educação	11.455.000,00	11.824.000,00	1.402.923,72	4.193.099,80	1.426.423,45	4.090.665,39	28,14	34,60	7.733.334,61
Alimentação e Nutrição	631.000,00	631.000,00	90.543,49	177.923,78	90.543,49	177.923,78	1,22	28,20	453.076,22
Ensino Fundamental	9.314.000,00	9.663.000,00	927.913,55	2.994.811,55	941.886,28	2.937.450,14	20,20	30,40	6.725.549,86
Ensino Profissional	30.000,00	30.000,00	1.270,08	1.270,08	1.270,08	1.270,08	0,01	4,23	28.729,92
Ensino Superior	90.000,00	90.000,00	0,00	56.000,00	22.800,00	25.800,00	0,18	28,67	64.200,00
Educação Infantil	1.380.000,00	1.400.000,00	383.196,60	961.094,39	369.523,60	947.421,39	6,52	67,67	452.578,61
Educação Especial	10.000,00	10.000,00	0,00	2.000,00	400,00	800,00	0,01	8,00	9.200,00
Cultura	180.000,00	180.000,00	480,00	15.543,36	2.230,82	7.939,99	0,05	4,41	172.060,01
Difusão Cultural	180.000,00	180.000,00	480,00	15.543,36	2.230,82	7.939,99	0,05	4,41	172.060,01
Urbanismo	6.987.000,00	7.863.000,00	537.027,34	2.547.269,39	663.666,86	1.980.389,80	13,62	25,19	5.882.610,20
Infra-Estrutura Urbana	1.170.000,00	1.926.000,00	35.581,13	299.431,36	35.581,13	299.431,36	2,06	15,55	1.626.568,64

Continua 1/2

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	43.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	100,00	31,83	31.131.301,61
Urbanismo	6.987.000,00	7.863.000,00	537.027,34	2.547.269,39	663.666,86	1.980.389,80	13,62	25,19	5.882.610,20
Serviços Urbanos	5.817.000,00	5.937.000,00	501.446,21	2.247.838,03	628.085,73	1.680.958,44	11,56	28,31	4.256.041,56
Habitação	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Habitação Urbana	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00
Saneamento	3.100.000,00	3.100.000,00	371.893,42	1.591.892,25	470.182,59	1.240.547,82	8,53	40,02	1.859.452,18
Saneamento Básico Urbano	3.100.000,00	3.100.000,00	371.893,42	1.591.892,25	470.182,59	1.240.547,82	8,53	40,02	1.859.452,18
Gestão Ambiental	535.000,00	535.000,00	20.902,63	88.311,09	23.436,21	76.774,14	0,53	14,35	458.225,86
Controle Ambiental	535.000,00	535.000,00	20.902,63	88.311,09	23.436,21	76.774,14	0,53	14,35	458.225,86
Agricultura	1.010.000,00	1.010.000,00	51.433,43	202.227,74	61.212,14	181.370,32	1,25	17,96	828.629,68
Abastecimento	1.010.000,00	1.010.000,00	51.433,43	202.227,74	61.212,14	181.370,32	1,25	17,96	828.629,68
Transporte	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Transporte Rodoviário	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Desporto e Lazer	790.000,00	790.000,00	64.966,43	167.897,86	65.912,05	147.578,39	1,02	18,68	642.421,61
Desporto Comunitário	790.000,00	790.000,00	64.966,43	167.897,86	65.912,05	147.578,39	1,02	18,68	642.421,61
Encargos Especiais	930.000,00	930.000,00	11.054,48	257.571,11	39.726,90	132.890,51	0,91	14,29	797.109,49
Outros Encargos Especiais	930.000,00	930.000,00	11.054,48	257.571,11	39.726,90	132.890,51	0,91	14,29	797.109,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	43.335.000,00	45.670.000,00	4.701.197,29	16.997.202,86	5.221.170,91	14.538.698,39	100,00	31,83	31.131.301,61

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN

LAÉRCIO DE COSTA

CLEIDIO FACHIN

Prefeito Municipal

Técnico Contábil CRC-SC 027129/ Secretário de Administração e Fina

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	32.812.508,87	33.938.090,31	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.218.751,95	7.466.379,87	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	33.938.090,31	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	5.430.094,45	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.375.666,32	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças



Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	14.676,50	2.004.837,66	1.354.243,33	978,90	664.291,93	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	14.676,50	1.999.490,18	1.348.895,85	978,90	664.291,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo municipal de Assistência Social	0,00	95.202,28	74.549,41	0,00	20.652,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	520.453,70	447.258,19	0,00	73.195,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	11.151,35	11.151,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PÚBLICAS	14.676,50	284.662,34	156.684,77	978,90	141.675,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.OBRAS VIÁRIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER.F	0,00	439.171,50	196.624,33	0,00	242.547,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DA FAMÍLIA	0,00	8.116,65	8.116,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	0,00	73.346,27	50.206,79	0,00	23.139,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER I	0,00	567.386,09	404.304,36	0,00	163.081,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL	0,00	5.347,48	5.347,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	0,00	5.347,48	5.347,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	14.676,50	2.004.837,66	1.354.243,33	978,90	664.291,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLELIO FACHIN

Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 2/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Semestre	Até o Semestre/2013	Até o Semestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.481.717,49	1.481.717,49	1.400.736,82
DEDUÇÕES (II)	—	—	3.682.706,76
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.567.053,75	1.567.053,75	5.886.828,21
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	151.709,48
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	2.019.514,16	2.019.514,16	2.355.830,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.481.717,49	1.481.717,49	-2.281.969,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.180.530,58	1.180.530,58	1.121.694,23
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	301.186,91	301.186,91	-3.403.664,17

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Semestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-3.704.851,08	-3.704.851,08

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-77.498,17

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 31 Dez 2012 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	18.130.368,04	53,42
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	18.326.568,77	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	17.410.240,33	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.281.969,94	-6,72
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	40.725.708,37	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.466.379,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	5.430.094,45	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.375.666,32	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	628.623,42	2.710.751,60

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	41.402.048,75	17.619.070,88	17.619.070,88	16.494.723,90
Receita Tributária	4.935.000,00	2.100.075,89	2.100.075,89	2.159.057,89
I.P.T.U.	650.000,00	675.523,30	675.523,30	518.919,90
I.S.S.	2.300.000,00	591.054,36	591.054,36	784.957,71
I.T.B.I.	260.000,00	124.904,28	124.904,28	120.049,73
I.R.R.F.	420.000,00	222.432,80	222.432,80	209.649,59
Outras Receitas Tributárias	1.305.000,00	486.161,15	486.161,15	525.480,96
Receita de Contribuição	400.000,00	152.992,99	152.992,99	166.011,91
Outras Contribuições	400.000,00	152.992,99	152.992,99	166.011,91
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	217.951,25	66.598,45	66.598,45	65.341,14
(-) Aplicações Financeiras	217.951,25	66.598,45	66.598,45	65.341,14
Transferências Correntes	32.330.000,00	13.833.347,03	13.833.347,03	12.741.590,77
F.P.M.	8.800.000,00	3.715.034,99	3.715.034,99	3.570.053,56
I.C.M.S.	10.000.000,00	4.432.408,18	4.432.408,18	4.004.754,75
Convênios	555.000,00	114.912,70	114.912,70	183.616,30
Outras Transferências Correntes	12.975.000,00	5.570.991,16	5.570.991,16	4.983.166,16
Demais Receitas Correntes	3.737.048,75	1.532.654,97	1.532.654,97	1.428.063,33
Dívida Ativa	405.000,00	218.765,17	218.765,17	188.250,83
Diversas Receitas Correntes	3.332.048,75	1.313.889,80	1.313.889,80	1.239.812,50
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.715.000,00	781.879,92	781.879,92	745.808,57
Operações de Crédito (III)	500.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	160.000,00	276.742,50	276.742,50	0,00
Transferências de Capital	1.055.000,00	505.137,42	505.137,42	745.808,57
Convênios	1.055.000,00	505.137,42	505.137,42	745.808,57
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.055.000,00	505.137,42	505.137,42	745.808,57
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	42.457.048,75	18.124.208,30	18.124.208,30	17.240.532,47
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	38.783.075,52	13.242.257,35	13.242.257,35	15.697.386,10
Pessoal e Encargos Sociais	24.253.138,95	9.103.382,35	9.103.382,35	9.018.441,53
Juros e Encargos da Dívida (IX)	115.000,00	52.390,27	52.390,27	0,00
Outras Despesas Correntes	14.414.936,57	4.086.484,73	4.086.484,73	6.678.944,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	38.668.075,52	13.189.867,08	13.189.867,08	15.697.386,10
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.851.924,48	1.296.441,04	1.296.441,04	1.243.653,03
Investimentos	6.566.924,48	1.215.460,37	1.215.460,37	1.221.508,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	285.000,00	80.980,67	80.980,67	22.144,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.566.924,48	1.215.460,37	1.215.460,37	1.221.508,71
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	35.000,00	-	-	-

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Semestre	Até o Semestre 2013	Até o Semestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	35.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	45.270.000,00	14.405.327,45	14.405.327,45	16.918.894,81
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.812.951,25	3.718.880,85	3.718.880,85	321.637,66
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	305.308,91	0,00
Superávit Financeiro	-	-	305.308,91	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				697.048,75

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.005.000,00	4.005.000,00	510.867,10	1.745.916,58	43,59
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	935.000,00	935.000,00	177.492,74	773.633,14	82,74
1.1.1- IPTU	650.000,00	650.000,00	119.944,87	675.871,32	103,98
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.000,00	10.000,00	4.602,48	5.999,23	59,99
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	41.557,84	69.626,41	34,81
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	75.000,00	75.000,00	11.387,55	22.136,18	29,51
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	260.000,00	260.000,00	29.306,73	127.342,22	48,98
1.2.1- ITBI	260.000,00	260.000,00	29.306,73	127.342,22	48,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.390.000,00	2.390.000,00	224.976,61	622.508,42	26,05
1.3.1- ISS	2.300.000,00	2.300.000,00	210.679,94	593.285,86	25,80
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.674,06	5.627,62	56,28
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	50.000,00	50.000,00	9.619,39	20.609,58	41,22
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	30.000,00	30.000,00	3.086,42	5.216,86	17,39
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(83,20)	(2.231,50)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	420.000,00	420.000,00	79.091,02	222.432,80	52,96
1.4.1- IRRF	420.000,00	420.000,00	79.091,02	222.432,80	52,96
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	25.250.000,00	25.250.000,00	3.836.650,98	10.968.968,46	43,44
2.1- Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	1.677.052,39	4.643.793,56	42,22
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	1.677.052,39	4.643.793,56	42,22
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	1.861.635,53	5.540.509,54	44,32
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	90.000,00	90.000,00	8.799,98	26.399,93	29,33
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	28.553,53	79.882,08	31,95
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	95,15	113,90	1,14
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	260.514,40	678.269,45	48,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	29.255.000,00	29.255.000,00	4.347.518,08	12.714.885,04	43,46
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	893.000,00	893.000,00	137.428,49	385.861,93	43,21
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	91.719,75	303.302,09	50,55
5.2- Outras Transferências do FNDE	285.000,00	285.000,00	44.224,76	79.910,21	28,04
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	8.000,00	8.000,00	1.483,98	2.649,63	33,12
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	150.000,00	150.000,00	0,00	307.450,70	204,97
6.1- Transferências de Convênios	150.000,00	150.000,00	0,00	307.450,70	204,97
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.043.000,00	1.043.000,00	137.428,49	693.312,63	66,47

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.050.000,00	5.050.000,00	767.406,79	2.193.869,48	43,44
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	335.410,43	928.758,57	42,22
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.500.000,00	2.500.000,00	372.326,91	1.108.101,36	44,32
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	18.000,00	18.000,00	1.759,98	5.279,97	29,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	5.710,71	15.976,41	31,95
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	19,02	22,76	1,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	52.179,74	135.730,41	48,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	984.888,20	2.867.705,45	47,80
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.000.000,00	6.000.000,00	984.888,20	2.867.705,45	47,80
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	950.000,00	950.000,00	217.481,41	673.835,97	70,93
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.050.000,00	5.050.000,00	754.547,59	2.138.370,00	42,34
13.1- Com Educação Infantil	1.150.000,00	1.150.000,00	335.254,70	913.152,49	79,40
13.2- Com Ensino Fundamental	3.900.000,00	3.900.000,00	419.292,89	1.225.217,51	31,42
14- OUTRAS DESPESAS	960.000,00	960.000,00	111.857,99	341.900,15	35,61
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	960.000,00	960.000,00	111.857,99	341.900,15	35,61
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.010.000,00	6.010.000,00	866.405,58	2.480.270,15	41,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					74,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	7.313.750,00	7.313.750,00	1.086.879,52	3.178.721,26	43,46
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.290.000,00	1.290.000,00	335.254,70	913.152,49	70,79
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.150.000,00	1.150.000,00	335.254,70	913.152,49	79,40
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	140.000,00	140.000,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	8.172.000,00	8.172.000,00	858.974,28	2.570.742,43	31,46
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.860.000,00	4.860.000,00	531.150,88	1.567.117,66	32,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.312.000,00	3.312.000,00	327.823,40	1.003.624,77	30,30
25- ENSINO MÉDIO	320.000,00	320.000,00	29.956,42	39.456,97	12,33
26- ENSINO SUPERIOR	90.000,00	90.000,00	22.800,00	25.800,00	28,67
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	30.000,00	30.000,00	1.270,08	1.270,08	4,23
28- OUTRAS	10.000,00	10.000,00	400,00	800,00	8,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.912.000,00	9.912.000,00	1.248.655,48	3.551.221,97	35,83
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					673.835,97
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					673.835,97
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.810.058,95
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					22,1

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	605.000,00	605.000,00	27.961,58	61.756,74	10,21
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.000,00	626.000,00	59.262,90	299.762,90	47,89
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	862.000,00	1.231.000,00	87.224,48	361.519,64	29,37
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.774.000,00	11.143.000,00	1.335.879,96	3.912.741,61	35,11
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	89.184,08	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.867.705,45	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.236.831,72	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	720.057,81	0,00

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEIDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	29.295.000,00	29.295.000,00	12.717.116,54	43,41
Impostos	3.630.000,00	3.630.000,00	1.618.932,20	44,60
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	650.000,00	650.000,00	675.871,32	103,98
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	260.000,00	260.000,00	127.342,22	48,98
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	2.300.000,00	2.300.000,00	593.285,86	25,80
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	420.000,00	420.000,00	222.432,80	52,96
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	375.000,00	375.000,00	129.215,88	34,46
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	20.000,00	20.000,00	11.626,85	58,13
Dívida Ativa dos Impostos	250.000,00	250.000,00	90.235,99	36,09
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	105.000,00	105.000,00	27.353,04	26,05
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	25.290.000,00	25.290.000,00	10.968.968,46	43,37
Da União	11.140.000,00	11.140.000,00	4.670.307,39	41,92
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	11.000.000,00	11.000.000,00	4.643.793,56	42,22
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	10.000,00	10.000,00	113,90	1,14
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	90.000,00	90.000,00	26.399,93	29,33
Outras Transferências da União	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00
Do Estado	14.150.000,00	14.150.000,00	6.298.661,07	44,51
Cota-Parte do ICMS	12.500.000,00	12.500.000,00	5.540.509,54	44,32
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	250.000,00	250.000,00	79.882,08	31,95
Cota-Parte do IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	678.269,45	48,45
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.233.000,00	3.233.000,00	1.571.208,38	48,60
Da União para o Município	2.838.000,00	2.838.000,00	1.464.550,89	51,61
Do Estado para o Município	395.000,00	395.000,00	106.657,49	27,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	15.857.000,00	15.857.000,00	6.373.093,81	40,19
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.050.000,00	-5.050.000,00	-2.193.869,48	43,44
TOTAL	43.335.000,00	43.335.000,00	18.467.549,25	42,62

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.170.000,00	10.031.000,00	3.897.719,02	38,86
Pessoal e Encargos Sociais	5.995.000,00	6.436.000,00	2.626.669,75	40,81
Outras Despesas Correntes	3.175.000,00	3.595.000,00	1.271.049,27	35,36
DESPESAS DE CAPITAL	475.000,00	646.000,00	49.113,25	7,60
Investimentos	475.000,00	646.000,00	49.113,25	7,60

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	475.000,00	646.000,00	49.113,25	7,60
Investimentos	475.000,00	646.000,00	49.113,25	7,60
TOTAL (IV)	9.645.000,00	10.677.000,00	3.946.832,27	36,97

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Semestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.645.000,00	10.677.000,00	3.946.832,27	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.238.000,00	4.270.000,00	1.331.867,08	33,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.128.000,00	4.160.000,00	1.331.867,08	33,75
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	6.407.000,00	6.407.000,00	2.614.965,19	66,25

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2013 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <=>² [(V - VI) / I]	20,56
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Semestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.346.000,00	9.310.000,00	3.409.676,23	86,39
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.185.000,00	1.253.000,00	523.811,41	13,27
Vigilância Sanitária	87.000,00	87.000,00	10.449,11	0,26
Vigilância Epidemiológica	27.000,00	27.000,00	2.895,52	0,07
Outras Subfunções	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
TOTAL	9.650.000,00	10.682.000,00	3.946.832,27	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Município de COCAL DO SUL - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Semestre	Até o Semestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	43.335.000,00	
Previsão Atualizada		—	43.335.000,00	
Receitas Realizadas		18.467.549,25	18.467.549,25	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	305.308,91	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	43.335.000,00	
Créditos Adicionais		—	2.335.000,00	
Dotação Atualizada		—	45.670.000,00	
Despesas Empenhadas		16.997.202,86	16.997.202,86	
Despesas Liquidadas		14.538.698,39	14.538.698,39	
Superavit Orçamentário		—	3.928.850,86	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Semestre	Até o Semestre	
Despesas Empenhadas		16.997.202,86	16.997.202,86	
Despesas Liquidadas		14.538.698,39	14.538.698,39	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Semestre	
Receita Corrente Líquida			33.938.090,31	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Semestre	Até o Semestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Semestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-77.498,17	-3.704.851,08	4.780,57
Resultado Primário		697.048,75	3.718.880,85	533,52
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Semestre	Pagamento até o Semestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS EXECUTIVO	2.019.514,16	978,90	1.354.243,33	664.291,93
	2.019.514,16	978,90	1.354.243,33	664.291,93
TOTAL:	2.019.514,16	978,90	1.354.243,33	664.291,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Semestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.810.058,95	25%	22,10
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.138.370,00	60%	74,57
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Semestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00	500.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.296.441,04	5.555.483,44	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de COCAL DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Semestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		276.742,50	-116.742,50
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	156.000,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Semestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Semestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.614.965,19	15,00	20,56

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/07/2013

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

CLEDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Concórdia

PREFEITURA

Convênio N° 02/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 02/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Lageado dos Pintos, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Lageado dos Pintos, inscrita no CNPJ sob n° 08.211.695/0001-62, com sede na localidade de Lageado dos Pintos, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Laurindo José Dalla Costa, inscrito no CPF sob n° 219.167.219-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado dos Pintos e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de Dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais de R\$8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a convenente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

LAURINDO JOSÉ DALLA COSTA
Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA
CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI
CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 03/2013 - Fumdeagro'

CONVÊNIO N° 03/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Linha Cedro, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Linha Cedro, inscrita no CNPJ sob n° 06.226.396/0001-76, com sede na localidade de Linha Cedro, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Ademir Zanella, inscrito no CPF sob n° 567.926.979/15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cedro e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de Dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de

Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

ADEMIR ZANELLA

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 04/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 04/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Agrícola, de Linha São Paulo, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação Agrícola, de Linha São Paulo, inscrita no CNPJ sob n° 03.618.174/0001-00, com sede na localidade de Linha São Paulo, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Neivor Agustini, inscrito no CPF sob n° 867.401.309/06, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Paulo e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de Dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 9.000,00 (nove mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas

fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

NEIVOR AGUSTINI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 05/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 05/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Cachimbo, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação Agrícola de Cachimbo, inscrita no CNPJ sob n° 00.461.691/0001-20, com sede na localidade de Linha Cachimbo, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Cleomar Dezanetti, inscrito no CPF sob n° 845.610.689/53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Cachimbo e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de Dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;
V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3

(três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

CLEOMAR DEZANETTI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 06/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 06/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Agricultores de Linha 24 de Fevereiro e Linha dos Grandos, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Agricultores de Linha 24 de Fevereiro e Linha dos Grandos, inscrita no CNPJ sob n° 06.995.745/0001-14, com sede na localidade de Linha 24 de Fevereiro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Neri Vital Battisti, inscrito no CPF sob n° 425.374.609-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha 24 de Fevereiro, dos Grandos e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento em horas/máquina, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais no valor de 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados e/ou gratuitos, aos agricultores da comunidade, aumentando assim a sua renda;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação

aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.
E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

NERI VITAL BATTISTI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 07/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 07/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Empreendedores 29 de Abril de Linha Tiradentes, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Empreendedores 29 de Abril de Linha Tiradentes, inscrita no CNPJ sob n° 08.009.697/0001-73, com sede na localidade de Linha Tiradentes, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Evandro da Costa, inscrito no CPF sob n° 037.739.189/17, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Tiradentes e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 35.500,00 (Trinta e cinco mil e quinhentos reais), em 2 (duas) parcelas, a primeira no valor de 20.000,00 (vinte mil reais) e a segunda no valor de 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais) durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros

remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

EVANDRO DA COSTA

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 08/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 08/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores da Agricultura de Linha Aparecida, inscrita no CNPJ sob n° 01.647.788/0001-95, com sede na localidade de Linha Aparecida, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Marino Lunkes, inscrito no CPF sob n° 296.877.489-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Aparecida, melhor qualidade de vida mediante investimentos em saneamento básico e rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 17.000,00

(Dezessete mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

VI - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX- Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos

praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas; II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

MARINO LUNKES

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 09/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 09/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Agricultores, do Distrito de Santo Antonio, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Agricultores, do Distrito de Santo Antonio, inscrita no CNPJ sob n° 00.701.996/0001-62, com sede na localidade do Distrito de

Santo Antônio, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Danilo Daniel Coldebella, inscrito no CPF sob n° 296.814.649/15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Santo Antônio e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais no valor de 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DANILO DANIEL COLDEBELLA

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 10/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 10/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Alto Suruvi, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Alto Suruvi, inscrita no CNPJ sob n° 01.657.119/0001-02, com sede na localidade de Linha Alto Suruvi, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Santo Luiz Benelli, inscrito no CPF sob n° 345.843.749-53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Alto Suruvi e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste

Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

SANTO LUIZ BENELLI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 11/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 11/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Bonita, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos quinze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro

de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Bonita, - inscrita no CNPJ sob n° 02.409.869/0001-10, com sede na localidade de Barra Bonita, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Clademir Antonio Machado, inscrito no CPF sob n° 749.838.309/87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Bonita e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 15 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

CLADEMIR ANTONIO MACHADO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 12/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 12/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra do Tigre, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE

CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra do Tigre, inscrita no CNPJ sob nº 01.487.220/0001-54, com sede na localidade de Barra do Tigre, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Leonir Santin, inscrito no CPF sob nº 017792449-75, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra do Tigre e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 38.500,00 (Trinta e oito mil e quinhentos reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

LEONIR SANTIN

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 13/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 13/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Fria,

objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Fria, inscrita no CNPJ sob nº 01.491.743/0001-74, com sede na localidade de Barra Fria, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Denilso José Zotti, inscrito no CPF sob nº 430.311.299-20, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Fria e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento em horas/máquina, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados e/ou gratuitos, aos agricultores da comunidade, aumentando assim a sua renda;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do

Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DENILSO JOSÉ ZOTTI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 14/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 14/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,

através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Seca, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Barra Seca, inscrita no CNPJ sob nº 01.672.924/0001-05, com sede na localidade de Barra Seca, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Dienes Gasparetto, inscrito no CPF sob nº 015.831.459-07, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Barra Seca e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 9.347,00 (nove mil, trezentos e quarenta e sete reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados

pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DIEDES GASPARETTO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 15/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 15/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Engenho Velho, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Engenho Velho, inscrita no CNPJ sob nº 01.585.990/0001-30, com sede na localidade de Distrito do Engenho Velho, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Paulo César Puntel, inscrito no CPF sob nº 732.868.349/04, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Engenho Velho e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela

Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

PAULO CÉSAR PUNTEL

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 16/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 16/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Lageado Guilherme, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Lageado Guilherme, inscrita no CNPJ sob nº 01.377.790/0001-91, com sede na localidade de Lageado Guilherme, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Leonir Sgarbossa, inscrito no CPF sob nº 891.992.009/53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Lageado Guilherme e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho

de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

LEONIR SGARBOSSA

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 17/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 17/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Caravágio, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Caravágio, inscrita no CNPJ sob nº 02.342.693/0001-26, com sede na localidade de Linha Caravágio, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Sérgio Binda, inscrito no CPF sob nº 494.753.989-53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Caravágio e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela

Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

SÉRGIO BINDA

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 18/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 18/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Gasperini, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Gasperini, inscrita no CNPJ sob nº 01.690.969/0001-02, com sede na localidade de Linha Gasperini, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Armindo Dal Bello, inscrito no CPF sob nº 054.422.739-53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Gasperini e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela

Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

ARMINDO DAL BELLO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 19/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 19/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Guarani, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Guarani, inscrita no CNPJ sob nº 01.703.934/0001-52, com sede na localidade de Linha Guarani, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Vilmar Lazzari, inscrito no CPF sob nº 347.365.499/04, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Guarani e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em motobomba, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

VI - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o

saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;
VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;
VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VILMAR LAZZARI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 20/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 20/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Laudelino, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Laudelino, inscrita no CNPJ sob nº 12.526.650/0001-54, com sede na localidade de Linha Laudelino, Concórdia SC, neste ato representada pela sua Presidente, senhora Sueli Kugelmeier Golfe, inscrita no CPF sob nº 891.958.419-20, residente e domiciliada neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Laudelino e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante aquisição de equipamento, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;



II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão

titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

SUELÍ KUGELMEIER GOLFE

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 21/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 21/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Maria Goretti, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Maria Goretti, inscrita no CNPJ sob nº 02.579.611/0001-61, com sede na localidade de Linha Maria Goretti Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Vivaldino José Del Posso, inscrito no CPF sob nº 477.300.809-15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Maria Goretti e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico, poço artesiano e rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 14.000,00 (Quatorze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VIVALDINO JOSÉ DEL POSSO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 22/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 22/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Oito de Maio, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Oito de Maio, inscrita no CNPJ sob nº 05.065.111/0001-08, com sede na localidade de Linha Oito de Maio, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Vilmar Camillo, inscrito no CPF sob nº 796.675.389/15, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21

de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Oito de Maio e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico, poço artesiano e rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do

Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VILMAR CAMILLO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 23/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 23/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA,

através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Presidente Castelo, inscrita no CNPJ sob nº 07.129.548/0001-85, com sede na localidade de Linha Presidente Castelo, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Valdevino Rodrigues, inscrito no CPF sob nº 194.994.859-53, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a. conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Castelo e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e ampliação de rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e

através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numeração;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3

(três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VALDEVINO RODRIGUES

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 24/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 24/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Planalto, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Planalto, inscrita no CNPJ sob n° 01.647.800/0001-61, com sede na localidade do Distrito de Planalto, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Leandro Bassani, inscrito no CPF sob n° 020.435.629-67, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Planalto e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

LEANDRO BASSANI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 25/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 25/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Presidente Juscelino, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos quinze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Presidente Juscelino, inscrita no CNPJ sob n° 06.241.497/0001-16, com sede na localidade de Linha Presidente Juscelino, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Ademir Passini, inscrito no CPF sob n° 789.558.239-91, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Presidente Juscelino e população em geral, maior agilidade para suas atividades, maior qualidade e desenvolvimento no meio rural, mediante investimento em telefonia, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar melhorias na rede de telefonia para maior agilidade nas atividades dos agricultores da comunidade, melhor qualidade e

desenvolvimento do meio rural;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do

responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 15 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

ADEMIR PASSINI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 26/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 26/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Presidente Kennedy, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos quinze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Presidente Kennedy, inscrita no CNPJ sob n° 02.624.055/0001-06, com sede na localidade do Distrito de Presidente Kennedy, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Gilmar Antonio Giordani, inscrito no CPF sob n° 347.981.379/87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores do Distrito de Presidente Kennedy e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das

aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 15 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

GILMAR ANTONIO GIORDANI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 27/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 27/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Rui Barbosa, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Rui Barbosa, inscrita no CNPJ sob n° 01.404.596/0001-58, com sede na localidade de Linha Rui Barbosa, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Danilo Macagnan, inscrito no CPF sob n° 141.664.109/20, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Rui Barbosa e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que

a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.
§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DANILO MACAGNAN

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio Nº 28/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 28/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Sede Brum, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Sede Brum, inscrita no CNPJ sob nº 02.595.847/0001-91, com sede na localidade de Sede Brum, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Deoclides Massocco, inscrito no CPF sob nº 094.292.049/04, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Sede Brum e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e ampliação de rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do

FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE:

A CONVENENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais

da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DEOCLIDES MASSOCCO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 29/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 29/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Terra Vermelha, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Terra Vermelha, inscrita no CNPJ sob n° 00.258.091/0001-60, com sede na localidade

de Terra Vermelha, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Valdecir Luis Suhre, inscrito no CPF sob n° 007.503.889-78, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Terra Vermelha e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais de 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais), durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VALDECIR LUIS SUHRE

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 30/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 30/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Três Barras, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura,

Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Três Barras, inscrita no CNPJ sob n° 01.691.289/0001-03, com sede na localidade de Linha Três Barras, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Denilson Luis Piffer, inscrito no CPF sob n° 891.973.569-72, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Três Barras e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 14.862,00 (quatorze mil, oitocentos e sessenta e dois reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO

compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

DENILSON LUIS PIFFER

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 31/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 31/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Saracura e 1º de Setembro, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária

- FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Linha Saracura e 1º de Setembro, inscrita no CNPJ sob n° 01.578.139/0001-80, com sede na localidade de Linha Saracura, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Márcio Andolfatto, inscrito no CPF sob n° 028.411.689-05, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Saracura e 1º de Setembro e população em geral, maior agilidade, qualidade e desenvolvimento de suas atividades, mediante investimentos em inclusão digital, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar a instalação de sinal de internet, aos agricultores da comunidade melhorando o acesso a comunicação, proporcionando maior agilidade, qualidade e desenvolvimento de suas atividades;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa n° 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança

e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas conveniais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

MÁRCIO ANDOLFATTO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 32/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 32/2013 - FUMDEAGRO

Processo n° 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob n° 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar n° 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Pequenos Agricultores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga, inscrita no CNPJ sob n° 04.908.684/0001-85, com sede na localidade de Linha Pinheiro Preto, Concórdia, SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Valcir Vilson Prezotto, inscrito no CPF sob n° 430.576.169-68, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei n° 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

LÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Pinheiro Preto, Poço Rico, Volta Alegre, Linha Unida e Barra do Jacutinga e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), em 2 (duas) parcelas iguais no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa n° TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa n° 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo

contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

VALCIR VILSON PREZOTTO

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 33/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 33/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação Unidos de Linha São Brás, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação Unidos de Linha São Brás, inscrita no CNPJ sob nº 06.216.809/0001-31, com sede na localidade de Linha São Brás, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Celso Magrini, inscrito no CPF sob nº 579.469.499-87, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São Brás e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e ampliação de rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste

convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer

questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

CELSO MAGRINI

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 34/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 34/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Grêmio Esporte União, de Linha Marchesan, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Grêmio Esporte União, de Linha Marchesan, inscrita no CNPJ sob nº 78.479.300/0001-92, com sede na localidade de Linha Marchesan, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Renato Dallazen, inscrito no CPF sob nº 026.585.339-77, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha Marchesan e população em geral, maior agilidade, qualidade e desenvolvimento de suas atividades, mediante investimentos em inclusão digital, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar a instalação de sinal de internet, aos agricultores da comunidade melhorando o acesso a comunicação, proporcionando maior agilidade, qualidade e desenvolvimento de suas atividades;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão

titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

RENATO DALLAZEN

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 35/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO Nº 35/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Sociedade Poço Artesiano de São José, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos onze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Sociedade Poço Artesiano de São José, inscrita no CNPJ sob nº 05.570.018/0001-42, com sede na localidade de Linha São José, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Harry Perusin, inscrito no CPF sob nº 134.308.239/00, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjugação de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de Linha São José e população em geral, melhor qualidade de vida, mediante investimentos em saneamento básico e ampliação de rede de água na comunidade, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em uma única parcela, durante a vigência do convênio. Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - fornecer água de boa qualidade para consumo humano aos

moradores da comunidade, proporcionando assim melhor qualidade de vida;

II - antes de efetuar a compra do material ou contratação do serviço, fazer orçamento com todas as empresas do mesmo ramo de atividade estabelecidas no Município de Concórdia, que deverá ser procedido da seguinte forma:

a) Elaborar previamente projeto básico com a relação detalhada dos serviços e materiais a serem adquiridos, de forma que possibilite perfeita compreensão pelas empresas interessadas;

b) As empresas proponentes deverão apresentar as propostas em envelope fechado;

c) A abertura das propostas deverá acontecer em sessão pública a ser realizada em instalações da municipalidade, com a presença dos representantes das empresas, e de membros da entidade, da SEMADRA e da Auditoria Geral do Município;

d) Após a abertura das propostas, deverá ser aberta às empresas que ofertaram o maior preço, a possibilidade de oferecer novos lances com vistas a cobrir o valor da melhor oferta, e assim sucessivamente até a proclamação do vencedor;

e) Da sessão, deverá ser lavrada a competente ata.

III - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

IV - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

V - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

VI - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VII - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VIII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

IX - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

X - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso X e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente

disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 11 de Julho 2013.

RUIMAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

HARRY PERUSIN

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

Convênio N° 36/2013 - Fumdeagro

CONVÊNIO N° 36/2013 - FUMDEAGRO

Processo nº 9512/2013.

Convênio que celebram entre si o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Tamanduá, objetivando o estabelecimento de programa de cooperação técnica e financeira.

Aos quinze dias do mês de Julho de 2013, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária - FUMDEAGRO, criado pela Lei Complementar nº 134, de 16 de dezembro de 1997, neste ato representado pelo seu Administrador Geral, senhor RUIMAR SCORTEGAGNA, Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, doravante denominado FUMDEAGRO e a Associação de Moradores de Tamanduá, inscrita no CNPJ sob nº 02.357.755/0001-73, com sede na localidade do Distrito de Tamanduá, Concórdia SC, neste ato representada pelo seu Presidente, senhor Luiz Carlos Trentin, inscrito no CPF sob nº 422.415.379/34, residente e domiciliado neste Município, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Convênio, com fundamento na Lei nº 4.543, de 24 de Junho 2013, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, e de conformidade com o Plano de Trabalho apresentado pela CONVENIENTE e

aprovado pelo FUMDEAGRO, bem como das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O objeto do presente convênio é a conjunção de esforços, no sentido de proporcionar aos moradores de do Distrito de Tamanduá e região, aumento da produção e desenvolvimento no meio rural, mediante manutenção da frota agrícola, que por sua vez, ficará responsável por cumprir as obrigações constantes na Cláusula Quarta deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO:

O prazo de vigência deste convênio é até 31 de dezembro de 2013, a partir da data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente convênio, o Município, através do FUMDEAGRO, transferirá recursos da ordem de R\$ 48.864,00 (Quarenta e oito mil, oitocentos e sessenta e quatro reais), em 2 (duas) parcelas iguais no valor de R\$ 24.432,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e trinta e dois reais), durante a vigência do convênio.

Os recursos repassados integram o orçamento do FUMDEAGRO, do exercício de 2013.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE:

A CONVENIENTE obriga-se a:

I - realizar serviços de máquinas agrícolas, com preços subsidiados aos agricultores da comunidade, aumentando a renda dos mesmos;

II - aplicar os recursos recebidos, conforme plano de aplicação aprovado pelo FUMDEAGRO;

III - ressarcir ao FUMDEAGRO os recursos recebidos através deste convênio, quando comprovada a sua inadequada utilização ou o saldo não utilizado;

IV - movimentar os recursos recebidos em conta específica, e através de ordem bancária ou transferência eletrônica de numerário;

V - comprovar a realização das despesas somente com notas fiscais, as quais devem conter a certificação do recebimento do material ou da prestação dos serviços e visto do representante legal;

VI - Manter atualizado seu cadastro junto ao Município de Concórdia;

VII - Identificar os bens permanentes adquiridos e as obras executadas;

VIII - Não repassar os recursos recebidos para outras entidades de direito público ou privado, salvo quando expressamente autorizado pelo FUMDEAGRO;

IX - prestar contas no prazo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do valor constante na cláusula terceira, na forma estabelecida pela Instrução Normativa nº TC - 14/2012, de 13 de junho de 2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e pela Instrução Normativa nº 2/2012, de 21 de setembro de 2012, da Auditoria Geral do Município;

§ 1º Para efeito de prestação de contas dos recursos repassados pelo presente Convênio, deverá a CONVENIENTE observar o prazo contido no inciso IX e encaminhar ao MUNICÍPIO os documentos citados na Instrução Normativa nº 2/2012, da Auditoria Geral do Município e alterações, bem como relatórios das atividades referidas no inciso I desta cláusula ou documentos equivalentes.

§ 2º Quando, entre a data do recebimento e a aplicação dos recursos financeiros, decorrer mais de 30 (trinta) dias, os recursos deverão, obrigatoriamente, ser aplicados em caderneta de poupança e os rendimentos utilizados na mesma finalidade.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FUMDEAGRO:

Para execução do presente Convênio, o FUMDEAGRO compromete-se a liberar os recursos previstos na Cláusula Terceira deste Termo, em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programáticas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio ou o inadimplemento da CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas;

II - quando a CONVENIENTE deixar de tomar as medidas saneadoras apontadas pelo Sistema de Controle Interno do Município.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

O Município estará efetuando acompanhamento da execução física do objeto do presente convênio, devendo a conveniente disponibilizar acesso aos locais onde estão sendo realizadas obras de reformas, e a equipamentos adquiridos.

Poderá o Município assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a sua descontinuidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO DO CONVÊNIO:

O convênio será rescindido:

I - pela conclusão do seu objeto;

II - por denúncia.

§ 1º O presente convênio poderá ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer tempo, total ou parcialmente, mediante declaração expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo hipótese de infringência de qualquer cláusula, caso em que a parte prejudicada pode denunciá-lo, no todo, imediatamente.

§ 2º Em qualquer hipótese de rescisão, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao FUMDEAGRO, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão titular dos recursos.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Concórdia, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste convênio.

E, por estarem acordes, as partes assinam este convênio em 3 (três) vias, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia SC, 15 de Julho 2013.

RUI MAR SCORTEGAGNA

Administrador Geral do FUMDEAGRO - Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

LUIZ CARLOS TRENTIN

Presidente da Entidade

Testemunhas:

1. NOME: CRISTIANO TROMBETTA

CPF: 027.450.299-24

2. NOME: MARTA DAHMER SORDI

CPF: 065.947.309-75

PEGAS

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro - Junho 2013

- Balancete Financeiro Fundação Mun de Cultura
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Defesa do Meio Ambiente
- Balancete Financeiro Fundação Mun de Esportes
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência ao Servidor
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Assistência Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Desenv Agropecuario
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Habitação de Interesse Social
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Infância e Adolescência
- Balancete Financeiro Fundo Mun de Saúde
- Balancete Financeiro Prefeitura

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.178,96	ORÇAMENTÁRIA	107.263,64
Receitas Orçamentárias	1.178,96	Despesas Correntes	98.308,84
Receitas Correntes	1.178,96	Pessoal e Encargos Sociais	48.784,90
Receita Patrimonial	1.077,14	Outras Despesas Correntes	49.523,94
Receita de Serviços	6,30	Despesas de Capital	3.134,00
Outras Receitas Correntes	95,52	Investimentos	3.134,00
		Despesas IntraOrçamentárias	5.820,80
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	5.820,80
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	215.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	215.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	120.824,23	EXTRAORÇAMENTÁRIA	118.732,23
Depósitos	11.791,16	Depósitos	11.791,16
Consignações	292,50	Consignações	292,50
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.498,66	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	11.498,66
Obrigações em Circulação	109.033,07	Obrigações em Circulação	106.941,07
Obrigações a Pagar	103.143,39	Obrigações a Pagar	106.941,07
Fornecedores	53.916,03	Fornecedores	51.824,03
Pessoal a Pagar	49.227,36	Pessoal a Pagar	49.227,36
Encargos Sociais a Recolher	5.440,80	Encargos Sociais a Recolher	5.440,80
Obrigações Tributárias	448,88	Obrigações Tributárias	448,88
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	411.311,74	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	522.319,06
Bancos Conta Movimento	6.311,74	Bancos Conta Movimento	15.319,06
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	405.000,00	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	507.000,00
TOTAL	748.314,93	TOTAL	748.314,93

Notas:

SANDRA MARA ROMAN
Ordenador de despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**Balanco Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.232,93	ORÇAMENTÁRIA	129.926,01
Receitas Orçamentárias	1.232,93	Despesas Correntes	128.436,92
Receitas Correntes	1.232,93	Pessoal e Encargos Sociais	21.474,88
Receita Patrimonial	844,99	Outras Despesas Correntes	106.962,04
Outras Receitas Correntes	387,94	Despesas de Capital	45,08
		Investimentos	45,08
		Despesas IntraOrçamentárias	1.444,01
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.444,01
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	80.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	80.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	136.735,16	EXTRAORÇAMENTÁRIA	136.070,24
Depósitos	6.541,65	Depósitos	6.541,65
Consignações	67,50	Consignações	67,50
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.474,15	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6.474,15
Obrigações em Circulação	130.193,51	Obrigações em Circulação	129.528,59
Obrigações a Pagar	127.385,30	Obrigações a Pagar	129.528,59
Fornecedores	106.738,86	Fornecedores	106.073,94
Pessoal a Pagar	20.646,44	Pessoal a Pagar	20.646,44
Encargos Sociais a Recolher	2.622,74	Encargos Sociais a Recolher	2.622,74
Obrigações Tributárias	185,47	Obrigações Tributárias	185,47
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	305.561,91	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	257.533,75
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	305.561,91	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	257.533,75
TOTAL	523.530,00	TOTAL	523.530,00

Notas:

ARGEU ALBIERO
Contador
CRC/SC 027453/O-2

EDSON LUIS GONCALVES
Ordenador de Despesa

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.293,82	ORÇAMENTÁRIA	347.511,13
Receitas Orçamentárias	1.293,82	Despesas Correntes	314.253,87
Receitas Correntes	1.293,82	Pessoal e Encargos Sociais	62.488,65
Receita Patrimonial	1.230,60	Outras Despesas Correntes	251.765,22
Outras Receitas Correntes	63,22	Despesas de Capital	26.359,09
		Investimentos	26.359,09
		Despesas IntraOrçamentárias	6.898,17
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	6.898,17
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	300.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	300.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	362.447,47	EXTRAORÇAMENTÁRIA	362.802,94
Depósitos	14.936,32	Depósitos	14.942,41
Consignações	490,72	Consignações	490,72
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.445,60	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	14.451,69
Obrigações em Circulação	347.511,15	Obrigações em Circulação	347.860,53
Obrigações a Pagar	228.221,89	Obrigações a Pagar	347.860,53
Fornecedores	159.747,69	Fornecedores	160.097,07
Pessoal a Pagar	68.474,20	Pessoal a Pagar	68.474,20
Encargos Sociais a Recolher	5.547,17	Encargos Sociais a Recolher	5.547,17
Obrigações Tributárias	590,09	Obrigações Tributárias	590,09
Débitos Diversos a Pagar	113.152,00	Débitos Diversos a Pagar	113.152,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	495.244,74	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	448.671,96
Bancos Conta Movimento	495.244,74	Bancos Conta Movimento	448.671,96
TOTAL	1.158.986,03	TOTAL	1.158.986,03

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ
Ordenador da Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	325.694,47	ORÇAMENTÁRIA	383.135,02
Receitas Orçamentárias	325.694,47	Despesas Correntes	383.135,02
Receitas Correntes	197.237,43	Outras Despesas Correntes	383.135,02
Receita de Contribuições	153.798,82		
Receita Patrimonial	1.576,84		
Receita de Serviços	236,39		
Outras Receitas Correntes	41.737,60		
(-)Deduções das Receitas Correntes	112,22		
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	128.569,26		
(-) Dedução das Receitas Intraorçamentárias Correntes	112,22		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	385.572,86	EXTRAORÇAMENTÁRIA	385.572,86
Depósitos	2.437,84	Depósitos	2.437,84
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.437,84	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	2.437,84
Obrigações em Circulação	383.135,02	Obrigações em Circulação	383.135,02
Obrigações a Pagar	380.544,82	Obrigações a Pagar	383.135,02
Fornecedores	380.544,82	Fornecedores	380.544,82
Débitos Diversos a Pagar	2.590,20	Débitos Diversos a Pagar	2.590,20
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	451.017,50	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	393.576,95
Bancos Conta Movimento	329.517,50	Bancos Conta Movimento	393.576,95
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	121.500,00		
TOTAL	1.162.284,83	TOTAL	1.162.284,83

Notas:

BEATRIZ F. C. DA SILVA ROSA
Ordenadora de Despesa

SINEIDA TEREZINHA SCHMIDT
Contadora
CRC/SC 15097/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	105.432,92	ORÇAMENTÁRIA	113.212,61
Receitas Orçamentárias	105.432,92	Despesas Correntes	107.044,66
Receitas Correntes	38.376,92	Pessoal e Encargos Sociais	9.368,10
Receita Patrimonial	848,92	Outras Despesas Correntes	97.676,56
Transferências Correntes	37.528,00	Despesas de Capital	4.965,00
Receitas de Capital	67.056,00	Investimentos	4.965,00
Transferências de Capital	67.056,00	Despesas IntraOrçamentárias	1.202,95
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	1.202,95
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	70.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	70.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	115.758,46	EXTRAORÇAMENTÁRIA	115.758,46
Depósitos	2.545,85	Depósitos	2.545,85
Consignações	838,10	Consignações	838,10
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.707,75	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	1.707,75
Obrigações em Circulação	113.212,61	Obrigações em Circulação	113.212,61
Obrigações a Pagar	112.009,66	Obrigações a Pagar	113.212,61
Fornecedores	102.641,56	Fornecedores	102.641,56
Pessoal a Pagar	9.368,10	Pessoal a Pagar	9.368,10
Encargos Sociais a Recolher	1.202,95	Encargos Sociais a Recolher	1.202,95
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	310.381,76	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	372.602,07
Bancos Conta Movimento	147.938,67	Bancos Conta Movimento	160.229,11
Bancos Conta Vinculada	162.443,09	Bancos Conta Vinculada	212.372,96
TOTAL	601.573,14	TOTAL	601.573,14

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUMDEAGRO - FUNDO MUNIC. DE DESENV.AGROPECUARIO**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	6.537,97	ORÇAMENTÁRIA	519,86
Receitas Orçamentárias	6.537,97	Despesas Correntes	519,86
Receitas Correntes	6.537,97	Outras Despesas Correntes	519,86
Receita Patrimonial	308,74		
Receita Agropecuária	558,00		
Receita de Serviços	4.055,94		
Outras Receitas Correntes	1.615,29		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	526,15	EXTRAORÇAMENTÁRIA	526,15
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	519,86	Obrigações em Circulação	519,86
Obrigações a Pagar	519,86	Obrigações a Pagar	519,86
Fornecedores	519,86	Fornecedores	519,86
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	114.971,86	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	120.989,97
Bancos Conta Movimento	114.971,86	Bancos Conta Movimento	120.989,97
TOTAL	122.035,98	TOTAL	122.035,98

Notas:

 RUIMAR SCORTEGAGNA
 Ordenador da Despesa

 HILDA CAMINI
 Contadora
 CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO DE INTER.SOCIAL DE CDIA.**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	384,16	ORÇAMENTÁRIA	8.548,94
Receitas Orçamentárias	384,16	Despesas Correntes	8.548,94
Receitas Correntes	384,16	Outras Despesas Correntes	8.548,94
Receita Patrimonial	384,16		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	27.614,89		
Transferências Financeiras Recebidas	27.614,89		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.555,23	EXTRAORÇAMENTÁRIA	45.855,23
Depósitos	6,29	Depósitos	6,29
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	6,29
Obrigações em Circulação	8.548,94	Obrigações em Circulação	45.848,94
Obrigações a Pagar	8.548,94	Obrigações a Pagar	45.848,94
Fornecedores	8.548,94	Fornecedores	45.848,94
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	119.148,71	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	101.298,82
Bancos Conta Movimento	119.148,71	Bancos Conta Movimento	101.298,82
TOTAL	155.702,99	TOTAL	155.702,99

Notas:

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	850,00	ORÇAMENTÁRIA	2.900,00
Receitas Orçamentárias	850,00	Despesas Correntes	2.900,00
Receitas Correntes	850,00	Outras Despesas Correntes	2.900,00
Outras Receitas Correntes	850,00		
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	17.000,00		
Transferências Financeiras Recebidas	17.000,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.943,50	EXTRAORÇAMENTÁRIA	2.943,50
Depósitos	43,50	Depósitos	43,50
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	43,50	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	43,50
Obrigações em Circulação	2.900,00	Obrigações em Circulação	2.900,00
Obrigações a Pagar	2.900,00	Obrigações a Pagar	2.900,00
Fornecedores	2.900,00	Fornecedores	2.900,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	168.705,90	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	183.655,90
Bancos Conta Movimento	168.705,90	Bancos Conta Movimento	800,00
		Aplicação Financeira de Recursos Próprios	182.855,90
TOTAL	189.499,40	TOTAL	189.499,40

Notas:

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

CRISTIANE FERNANDA WERLANG
Ordenadora de Despesa

FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	1.842.116,02	ORÇAMENTÁRIA	3.417.582,78
Receitas Orçamentárias	1.842.116,02	Despesas Correntes	3.262.705,52
Receitas Correntes	1.842.116,02	Pessoal e Encargos Sociais	1.103.708,79
Receita Tributária	15.579,03	Outras Despesas Correntes	2.158.996,73
Receita Patrimonial	13.117,33	Despesas de Capital	28.358,57
Transferências Correntes	1.811.451,35	Investimentos	28.358,57
Outras Receitas Correntes	1.968,31	Despesas IntraOrçamentárias	126.518,69
		Despesas Intraorçamentárias Correntes	126.518,69
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	1.536.240,00		
Transferências Financeiras Recebidas	1.536.240,00		
EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.655.847,26	EXTRAORÇAMENTÁRIA	3.655.937,26
Realizável	4.913,18	Realizável	4.913,18
Créditos em Circulação	4.913,18	Créditos em Circulação	4.913,18
Depósitos	229.989,03	Depósitos	229.989,03
Consignações	62.316,46	Consignações	62.316,46
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	167.672,57	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	167.672,57
Obrigações em Circulação	3.417.672,78	Obrigações em Circulação	3.421.035,05
Obrigações a Pagar	3.246.638,49	Obrigações a Pagar	3.421.035,05
Fornecedores	2.169.732,49	Fornecedores	2.169.732,49
Pessoal a Pagar	1.076.906,00	Pessoal a Pagar	1.076.906,00
Encargos Sociais a Recolher	170.944,29	Encargos Sociais a Recolher	170.944,29
Recursos Especiais a Liberar	90,00	Recursos Especiais a Liberar	3.452,27
Acréscimos Patrimoniais	3.272,27		
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	3.719.411,51	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	3.680.094,75
Bancos Conta Movimento	3.637.478,24	Bancos Conta Movimento	3.630.748,64
Bancos Conta Vinculada	81.933,27	Bancos Conta Vinculada	49.346,11
TOTAL	10.753.614,79	TOTAL	10.753.614,79

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO
Tec. Contábil
CRC/SC 17.218

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**Balanço Financeiro**

Período de Referência: Junho / 2013

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	NO PERÍODO	TÍTULOS	NO PERÍODO
ORÇAMENTÁRIAS	10.314.625,96	ORÇAMENTÁRIA	7.763.874,13
Receitas Orçamentárias	10.314.625,96	Despesas Correntes	6.503.389,64
Receitas Correntes	10.062.624,95	Pessoal e Encargos Sociais	3.263.885,84
Receita Tributária	1.713.597,87	Juros e Encargos da Dívida	6.659,42
Receita de Contribuições	165.241,10	Outras Despesas Correntes	3.232.844,38
Receita Patrimonial	81.992,71	Despesas de Capital	708.728,72
Receita de Serviços	81.518,79	Investimentos	708.728,72
Transferências Correntes	8.744.216,71	Despesas IntraOrçamentárias	551.755,77
Outras Receitas Correntes	404.898,88	Despesas Intraorçamentárias Correntes	551.755,77
(-)Deduções das Receitas Correntes	1.128.841,11		
Receitas de Capital	252.001,01		
Alienação de Bens	3.585,17		
Transferências de Capital	248.415,84		
		INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	2.493.054,89
		Transferências Financeiras Concedidas	2.493.054,89
EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.813.090,84	EXTRAORÇAMENTÁRIA	8.692.936,54
Realizável	7.691,51	Realizável	7.691,51
Créditos em Circulação	7.691,51	Créditos em Circulação	7.691,51
Depósitos	945.754,23	Depósitos	945.754,23
Consignações	85.451,52	Consignações	85.451,52
Depósitos de Diversas Origens (DDO)	860.302,71	Depósitos de Diversas Origens (DDO)	860.302,71
Obrigações em Circulação	7.859.645,10	Obrigações em Circulação	7.739.490,80
Obrigações a Pagar	7.271.092,96	Obrigações a Pagar	7.739.490,80
Fornecedores	3.817.382,38	Fornecedores	3.596.585,76
Pessoal a Pagar	3.453.710,58	Pessoal a Pagar	3.455.730,09
Encargos Sociais a Recolher	365.697,50	Encargos Sociais a Recolher	365.697,50
Obrigações Tributárias	112.372,85	Obrigações Tributárias	112.372,85
Recursos Especiais a Liberar	98.622,81	Recursos Especiais a Liberar	197.245,62
Débitos Diversos a Pagar	64,66	Débitos Diversos a Pagar	64,66
Precatórios de Pessoal a Pagar	11.794,32	Precatórios de Pessoal a Pagar	11.794,32
Serviços da Dívida a Pagar	6.659,42	Serviços da Dívida a Pagar	6.659,42
Operações de Crédito em Liquidação	6.659,42	Operações de Crédito em Liquidação	6.659,42
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	19.218.829,76	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19.396.681,00
Caixa	4.303,58	Bancos Conta Movimento	1.608.512,84
Bancos Conta Movimento	1.642.788,29	Bancos Conta Vinculada	104.583,20
Bancos Conta Vinculada	300.015,63	Aplicação Financeira de Recursos Próprios	11.490.608,96
Aplicação Financeira de Recursos Próprios	10.790.237,13	Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	6.192.976,00
Aplicação Financeira de Recursos Vinculados	6.481.485,13		
TOTAL	38.346.546,56	TOTAL	38.346.546,56

Notas:

JOAO GIRARDI
Prefeito Municipal

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO
Ordenador da Despesa

HILDA CAMINI
Contadora
CRC/SC 029632/O-2

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1043/2013 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar

LEI Nº1043/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 21

Fonte de Recursos: 01.01 - Educação - R\$ 170.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. de Adm., Faz e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3139000 - 04

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2005 - Manutenção das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 313900 - 38

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secret. Da Agricultura

Modalidade de Aplicação: 319000 - 45

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secret. Da Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 319000 - 48

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS

Modalidade de Aplicação: 319000 - 60

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 04

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 60.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º será anulada parte das seguintes dotações

orçamentárias:

Projeto/Atividade: 28.846.0000..003 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor

Modalidade de Aplicação: 339000 - 79

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS

Modalidade de Aplicação: 319000 - 60

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1044/2013 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar

LEI Nº 1044/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 337100 - 03

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 65.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2005 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Cultura e Esportes

Modalidade de Aplicação: 339000 - 40

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2026 - Aquisição de Acervo para Biblioteca Pública

Modalidade de Aplicação: 339000 - 33

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2027 - Manutenção do Centro de organização e Memória do Município

Modalidade de Aplicação: 339000 - 36

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Agricultura

Modalidade de Aplicação: 335000 - 81
Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 513/2013

DECRETO N° 513/2013, DE 17 DE JULHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, Art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1043/2013,
DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 12.368.2506.2.039 - Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 21

Fonte de Recursos: 01.01 - Educação - R\$ 170.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 122.2503.2.020 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. de Adm., Faz e Planejamento

Modalidade de Aplicação: 3139000 - 04

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 313900 - 38

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secret. Da Agricultura

Modalidade de Aplicação: 319000 - 45

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 15.451.2511.2.011 - Manutenção das Ações e Projetos da Secret. Da Infraestrutura

Modalidade de Aplicação: 319000 - 48

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS

Modalidade de Aplicação: 319000 - 60

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades

da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 04

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 60.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 28.846.0000..003 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor

Modalidade de Aplicação: 339000 - 79

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.033 - Manutenção do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS

Modalidade de Aplicação: 319000 - 60

Fonte de Recursos: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de julho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Decreto N. 514/2013

DECRETO N° 514/2013, DE 17 DE JULHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, Art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1044/2013,
DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito adicional na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município.

Modalidade de Aplicação: 337100 - 03

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 65.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.005 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Cultura e Esportes

Modalidade de Aplicação: 339000 - 40

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.021 - Manutenção das Ações do Esporte do Município.

Modalidade de Aplicação: 339000 - 43

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.026 - Aquisição de Acervo para Biblioteca Pública

Modalidade de Aplicação: 339000 - 33

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.027 - Manutenção do Centro de

organização e Memória do Município
Modalidade de Aplicação: 339000 - 36
Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e Projetos da Secr. da Agricultura
Modalidade de Aplicação: 335000 - 81
Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de julho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Extrato de Resultado de Licitação - Pregão Registro de Preço 27/2013

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:
MODALIDADE: Pregão Presencial Registro de Preço n. 27/2013
JULGAMENTO: Menor preço por Item
PROCESSO ADMINISTRATIVO N: 72/2013
SOLICITANTE: Todas as secretarias.

OBJETO: contratação de serviços de remoção/substituição, montagem, conserto, balanceamento, geometria de pneus da frota de veículos, caminhões e maquinas do município e do Fundo municipal de Saúde.

VALOR PREVISTO: R\$ 21.338,00 (vinte e um mil trezentos e trinta oito reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira declarou vencedoras as empresas EBERLE E EBERLE LTDA ME, adjudicado o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 17 de julho de 2013.
MICHELE ENDLER
Pregoeira Oficial

Homologação das Inscrições Processo Seletivo Edital 006/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DESTINADO AO PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N. 006/2013

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES RELATIVO AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO nº. 006/2013, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO PODER EXECUTIVO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Alceu Mazzioni, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que determina o item 5.1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado N° 006/2013, e demais disposições legais, RESOLVE proceder à homologação das inscrições, conforme segue:

I – INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Cargo: Auxiliar de Serviços gerais

Nº Insc.	Nome do Candidato
001	Vanderlei do Rosário
005	Ivonei Salles
008	Idinei Salles
009	Paulo Cesar Ferreira
010	Lígia Carla Pedroso
016	Lucirlei do Rosario
017	Luiz Riceri Dalariva

Cargo: Operador de Máquinas

Nº Insc.	Nome do Candidato
002	Jailson José Gabriel
003	Itamar Zamiani
004	Ivonei Morelatto
006	Edson Miorelli
012	Marciano Carniel
014	Leandro Salvador
018	Claudemir Vilani

Cargo: Professor Ensino Fundamental

Nº Insc.	Nome do Candidato
011	Dulcineia Simionato
015	Patricia Briancini

Cargo: Professor de Educação Infantil

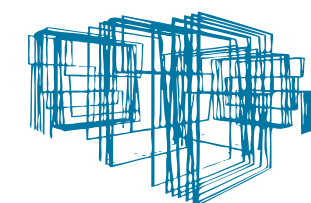
Nº Insc.	Nome do Candidato
007	Elisa Borsoi
013	Margarete Pinto

II – DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

A prova escrita, obrigatória para todos os candidatos/cargos, independente de qualquer outra condição, sob pena de eliminação sumária da seleção, será realizada no dia 20 de abril de 2013, na cidade de Cordilheira Alta, das 08:30 às 10:30 horas, no Auditório da Prefeitura Municipal, na Rua Celso Tozzo, n° 27, centro, Cordilheira Alta – Santa Catarina.

Para os cargos de Auxiliar de serviços gerais e Operador de Máquinas, além da prova escrita, será aplicada a prova prática, após a prova escrita, à ser realizada em local previamente avisado pela Comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cordilheira Alta (SC),
em 17 de julho de 2013.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal



Programa de
Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Coronel Freitas

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 05/2013

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL FREITAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital de PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS GINECOLOGISTA
Tipo: Menor Valor /Item
Entrega dos envelopes: até as 09:00 h do dia 30/07/2013
Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 30/07/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 16 de Julho de 2013
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Aviso Público N°003/2013

AVISO PÚBLICO N°003/2013
ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO – AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

Considerando, o pedido de exoneração por parte do servidor contratado em caráter temporário para o cargo de Agente de Combate a Endemia.

Considerando que o não preenchimento urgente da vaga acarretará no bloqueio do repasse de recursos financeiros do piso de Atenção Básica Variável – PAB variável, do bloco da Atenção Básica de acordo com a Portaria N° 204/GM, de 29 de janeiro.

Considerando, que a administração pública Municipal está realizando ampla reforma administrativa, com o intuito de realizar concurso público destes e outros cargos de provimento efetivo no menor espaço de tempo possível;

Considerando que a admissão temporária do servidor para o cargo através do presente aviso público preservará os princípios esculpidos no artigo 37 da Constituição Federal, em especial da impessoalidade.

O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Coronel Martins/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Dirceu Favretto, no uso das suas atribuições, emite aviso público ao Agente de Combate a Endemia que desejarem inscrever-se para atuação perante a Prefeitura Municipal de Coronel Martins, pelo período aproximado de 05 meses (ou até a homologação de concurso público), de acordo com os requisitos a seguir, atendendo ao que dispõe a Lei Complementar nº 008 de 11 de julho de 2003, a qual dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

DAS INSCRIÇÕES:

As inscrições estarão abertas nos dias 22, 23 e 24 de julho de 2013, das 08h00m às 11:45m e das 13h00m às 17h00m, junto ao setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal de Coronel Martins, Rua Porto Alegre nº47 Centro.

Os candidatos deverão anexar à ficha de inscrição:

Cópia dos documentos de identificação pessoal (CPF, RG e Quitação Eleitoral);

Cópia dos diplomas de escolaridade;

Certificado Militar;

Carteira de Motorista categoria "A B".

Documentos comprobatórios dos seguintes critérios de avaliação: tempo de serviço profissional e participação em cursos na área de atuação;

Parágrafo Único: O não atendimento das alíneas "A", "B", "C" e "D" afetará na pontuação dos candidatos.

DAS VAGAS

O processo de seleção de que trata este Aviso Público visa a contratação de profissionais pelo prazo de aproximadamente 05 meses para atendimento de excepcional emergência até a realização e contratação de profissionais através de concurso público ou teste seletivo.

Quadro de vagas:

Função	Vagas	Carga Horária	Vencimento	Habilitação
Agente de Combate a Endemia	01	40	R\$ 732,04	Segundo Grau Completo

DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO:

O processo de seleção será coordenado por uma comissão recomendada pelo Setor de Recursos Humanos e nomeada através de ato do Prefeito Municipal;

A Comissão de Seleção será composta por um funcionário interno do Setor de Recursos Humanos e por dois profissionais nomeados pela administração;

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A primeira etapa do processo de seleção constará da avaliação do tempo de atuação na área profissional junto a pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, sendo que cada semestre de atuação contará com 0,50 pontos, sendo pontuação máxima 6,00 (seis) pontos.

Escolaridade 20,00 (vinte) pontos para doutorado, 15,00 (quinze) pontos mestrado, 10,00 (dez) pontos para pós-graduação, 5,00 (cinco) pontos para ensino superior;

Cursos de Aperfeiçoamento e especialização, 0,50 ponto a cada 80 horas de cursos, sendo a pontuação máxima 4,00 pontos;

DA CLASSIFICAÇÃO:

Os candidatos serão classificados utilizando-se da somatória dos pontos conforme critérios do item 4;

Em caso de empate, terá preferência o candidato com maior número de filhos;

Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade.

DOS PRAZOS:

Inscrição: 22 a 24 de junho de 2013;

Divulgação do resultado final: 29 de julho de 2013;

Prazo para recurso: 31 de julho de 2013.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

As vagas de que trata este aviso público serão preenchidas até o suprimento das vagas por concurso público ou teste seletivo.

Coronel Martins-SC, 18 de julho de 2013.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Balanço Orçamentário

Município de Coronel Martins - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.619.657,00	9.619.657,00	1.498.090,72	15,57	4.297.262,02	44,67	5.322.394,98
RECEITAS CORRENTES	9.619.648,00	9.619.648,00	1.478.090,72	15,37	4.277.262,02	44,46	5.342.385,98
RECEITA TRIBUTARIA	247.100,00	247.100,00	9.374,94	3,79	41.262,65	16,70	205.837,35
IMPOSTOS	152.000,00	152.000,00	9.334,57	6,14	31.529,78	20,74	120.470,22
TAXAS	25.100,00	25.100,00	40,37	0,16	9.732,87	38,78	15.367,13
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	69.048,00	69.048,00	0,00	0,00	1.657,20	2,40	67.390,80
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	69.048,00	69.048,00	0,00	0,00	1.657,20	2,40	67.390,80
RECEITA AGROPECUARIA	61.000,00	61.000,00	0,00	0,00	161,00	0,26	60.839,00
Outras Rec. Agropecuárias	61.000,00	61.000,00	0,00	0,00	161,00	0,26	60.839,00
RECEITA DE SERVIÇOS	82.662,00	82.662,00	5.450,94	6,59	21.122,81	25,55	61.539,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.027.184,00	9.027.184,00	1.439.805,91	15,95	4.164.128,43	46,13	4.863.055,57
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	8.921.184,00	8.921.184,00	1.429.182,25	16,02	4.153.504,77	46,56	4.767.679,23
Transf. de Conv.	106.000,00	106.000,00	10.623,66	10,02	10.623,66	10,02	95.376,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	114.654,00	114.654,00	23.458,93	20,46	48.929,93	42,68	65.724,07
Multas e Juros de Mora	32.947,50	32.947,50	1.299,65	3,94	6.684,00	20,29	26.263,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	32.434,30	32.434,30	887,88	2,74	4.564,10	14,07	27.870,20
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	21.845,90	21.845,90	125,63	0,58	1.081,11	4,95	20.764,79
RECEITAS DIVERSAS	27.426,30	27.426,30	21.145,77	77,10	36.600,72	133,45	-9.174,42
RECEITAS DE CAPITAL	9,00	9,00	20.000,00	222,22	20.000,00	222,22	-19.991,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9,00	9,00	20.000,00	222,22	20.000,00	222,22	-19.991,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	-20.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	9,00	9,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	9.619.657,00	9.619.657,00	1.498.090,72	15,57	4.297.262,02	44,67	5.322.394,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	9.619.657,00	9.619.657,00	1.498.090,72	15,57	4.297.262,02	44,67	5.322.394,98
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	9.619.657,00	9.619.657,00	1.498.090,72	15,57	4.297.262,02	44,67	5.322.394,98
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	710,53	—	—	710,53	—	—
Superávit Financeiro	—	710,53	—	—	710,53	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	9.619.657,00	49.810,53	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	41,36	5.670.400,73
DESPESAS CORRENTES	9.098.886,80	710,53	9.099.597,33	1.508.857,06	4.763.958,46	1.532.079,57	3.970.376,48	43,63	5.129.220,85
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.697.152,00	-90.000,00	4.607.152,00	570.650,07	1.750.340,96	570.936,07	1.744.726,79	37,87	2.862.425,21
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	42.602,52	4.524,83	25.171,47	50,34	24.828,53
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.351.734,80	90.710,53	4.442.445,33	938.206,99	2.971.014,98	956.618,67	2.200.478,22	49,53	2.241.967,11
DESPESAS DE CAPITAL	494.150,20	49.100,00	543.250,20	116.711,37	137.618,01	15.057,44	28.690,32	5,28	514.559,88
INVESTIMENTOS	482.230,20	49.100,00	531.330,20	116.711,37	126.707,37	13.239,00	23.235,00	4,37	508.095,20
INVERSOES FINANCEIRAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	10.920,00	0,00	10.920,00	0,00	10.910,64	1.818,44	5.455,32	49,96	5.464,68
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00	0,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	9.619.657,00	49.810,53	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	41,36	5.670.400,73
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	9.619.657,00	49.810,53	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	41,36	5.670.400,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	298.195,22	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	9.619.657,00	49.810,53	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	4.297.262,02	41,36	5.670.400,73

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo da Despesa com Pessoal

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL CORONEL MARTINS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.565.163,24	0,00
Pessoal Ativo	3.559.292,45	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	5.870,79	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	3.565.163,24	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	3.565.163,24	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	8.467.961,62	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,10	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	4.572.699,27	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	4.344.064,31	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	4.115.429,35	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	94.609,47	89.154,15	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	94.609,47	89.154,15	0,00
Interna	94.609,47	89.154,15	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	3.816,20	233.488,82	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	231.335,59	655.224,92	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	808,34	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	227.519,39	422.544,44	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	90.793,27	-144.334,67	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.292.254,59	8.467.961,62	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,14%	1,05%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	1,09%	-1,70%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	9.950.705,51	10.161.553,94	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	8.955.634,96	9.145.398,55	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	94.609,47	89.154,15	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	94.609,47	89.154,15	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	94.609,47	89.154,15	0,00
Previdenciárias	94.609,47	89.154,15	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	18.006,89	52.817,63	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.801,90	933.311,57	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.619.657,00	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	100,00	41,36	5.670.400,73
Legislativa	500.000,00	500.000,00	0,00	168.642,37	0,00	136.521,13	3,41	27,30	363.478,87
Ação Legislativa	500.000,00	500.000,00	0,00	168.642,37	0,00	136.521,13	3,41	27,30	363.478,87
Administração	1.471.568,80	1.471.568,80	193.098,77	831.549,77	193.552,02	582.414,23	14,56	39,58	889.154,57
Administração Geral	1.445.568,80	1.445.568,80	193.098,77	830.255,29	193.552,02	581.587,23	14,54	40,23	863.981,57
Administração Financeira	26.000,00	26.000,00	0,00	1.294,48	0,00	827,00	0,02	3,18	25.173,00
Segurança Pública	19.921,20	19.921,20	526,00	1.817,62	276,00	1.567,62	0,04	7,87	18.353,58
Policimento	19.921,20	19.921,20	526,00	1.817,62	276,00	1.567,62	0,04	7,87	18.353,58
Assistência Social	293.000,00	293.000,00	39.162,17	114.947,98	33.331,87	101.922,50	2,55	34,79	191.077,50
Assistência ao Idoso	24.000,00	24.000,00	1.521,46	7.641,53	3.278,66	7.641,53	0,19	31,84	16.358,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.000,00	120.000,00	18.654,46	41.253,99	16.740,96	39.258,49	0,98	32,72	80.741,51
Assistência Comunitária	149.000,00	149.000,00	18.986,25	66.052,46	13.312,25	55.022,48	1,38	36,93	93.977,52
Saúde	2.501.647,50	2.501.647,50	489.338,24	1.268.341,67	471.524,66	1.083.491,06	27,09	43,31	1.418.156,44
Atenção Básica	2.387.645,50	2.387.645,50	468.518,43	1.244.468,86	449.377,56	1.059.705,96	26,50	44,38	1.327.939,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	647,17	2.062,17	1.974,46	1.974,46	0,05	19,74	8.025,54
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	0,00	1.638,00	0,00	1.638,00	0,04	11,70	12.362,00
Alimentação e Nutrição	58.000,00	58.000,00	20.172,64	20.172,64	20.172,64	20.172,64	0,50	34,78	37.827,36
Abastecimento	20.002,00	20.002,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.002,00
Educação	1.912.713,50	1.913.424,03	274.207,98	891.754,81	298.853,66	831.854,85	20,80	43,47	1.081.569,18
Ensino Fundamental	1.585.606,50	1.586.317,03	249.549,85	802.704,02	274.195,53	742.804,06	18,57	46,83	843.512,97
Educação Infantil	327.107,00	327.107,00	24.658,13	89.050,79	24.658,13	89.050,79	2,23	27,22	238.056,21
Cultura	90.000,00	90.000,00	0,00	700,00	0,00	700,00	0,02	0,78	89.300,00
Difusão Cultural	90.000,00	90.000,00	0,00	700,00	0,00	700,00	0,02	0,78	89.300,00
Urbanismo	189.002,00	238.102,00	101.310,59	216.660,75	16.913,22	47.317,62	1,18	19,87	190.784,38
Infra-Estrutura Urbana	65.002,00	114.102,00	102.527,37	102.527,37	0,00	0,00	0,00	0,00	114.102,00
Serviços Urbanos	118.000,00	118.000,00	-1.216,78	114.133,38	16.913,22	47.317,62	1,18	40,10	70.682,38
Transporte Rodoviário	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00
Habitação	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Habitação Urbana	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.619.657,00	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	100,00	41,36	5.670.400,73
Saneamento	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Saneamento Básico Urbano	5.001,00	5.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.001,00
Gestão Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	2.000,00	2.000,00	0,00	830,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Agricultura	813.000,00	813.000,00	127.429,94	434.886,18	126.257,55	389.456,44	9,74	47,90	423.543,56
Promoção da Produção Vegetal	330.000,00	330.000,00	63.154,60	260.857,58	62.582,21	216.027,84	5,40	65,46	113.972,16
Promoção da Produção Animal	20.000,00	20.000,00	630,00	693,00	630,00	693,00	0,02	3,47	19.307,00
Extensão Rural	463.000,00	463.000,00	63.645,34	173.335,60	63.045,34	172.735,60	4,32	37,31	290.264,40
Indústria	30.001,00	30.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.001,00
Promoção Industrial	30.001,00	30.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.001,00
Comércio e Serviços	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Turismo	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Transporte	1.467.261,00	1.467.261,00	388.161,65	809.377,31	375.303,51	716.341,16	17,91	48,82	750.919,84
Transporte Rodoviário	1.467.261,00	1.467.261,00	388.161,65	809.377,31	375.303,51	716.341,16	17,91	48,82	750.919,84
Desporto e Lazer	95.000,00	95.000,00	9.232,29	12.118,29	5.184,40	7.600,07	0,19	8,00	87.399,93
Desporto Comunitário	95.000,00	95.000,00	9.232,29	12.118,29	5.184,40	7.600,07	0,19	8,00	87.399,93
Encargos Especiais	192.420,00	192.420,00	3.100,80	149.949,72	25.940,12	99.880,12	2,50	51,91	92.539,88
Outros Encargos Especiais	192.420,00	192.420,00	3.100,80	149.949,72	25.940,12	99.880,12	2,50	51,91	92.539,88

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	9.619.657,00	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	100,00	41,36	5.670.400,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	26.620,00	26.620,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.620,00
TOTAL (III) = (I + II)	9.619.657,00	9.669.467,53	1.625.568,43	4.901.576,47	1.547.137,01	3.999.066,80	100,00	41,36	5.670.400,73

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, Inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	699.525,32	747.810,62	716.556,70	706.902,67	879.050,25	1.159.805,50	812.124,30	1.005.596,72	767.824,31	760.317,55	943.916,73	830.767,70	10.030.198,37	11.421.748,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	25.669,82	28.751,11	12.306,71	9.621,44	14.225,87	21.396,08	12.827,43	3.655,72	9.482,12	5.922,44	201,20	9.173,74	153.233,68	239.600,00	
I.P.T.U.	8.753,29	12.637,33	2.411,04	1.773,15	2.226,59	2.116,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.893,19	36.811,01	32.000,00	
I.R.R.F.	5.377,57	6.439,94	4.855,49	4.670,56	3.255,31	9.898,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.496,95	48.500,00	
I.S.S.	6.938,04	6.219,42	3.461,79	2.737,77	8.130,98	7.981,43	2.621,61	178,08	254,64	2.258,54	201,20	2.240,18	43.223,68	50.000,00	
I.T.B.I.	2.747,87	961,40	1.020,00	0,00	0,00	985,00	10.110,34	1.684,00	1.962,00	3.126,00	0,00	0,00	22.596,61	14.000,00	
Outras Receitas Tributárias	1.853,05	2.493,02	558,39	439,96	612,99	415,15	95,48	1.793,64	7.265,48	537,90	0,00	40,37	16.105,43	95.100,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.141,01	1.438,05	1.293,45	1.082,45	1.427,25	1.088,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.470,23	18.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	2.107,35	1.535,89	1.136,99	1.183,56	968,32	314,86	206,13	667,61	625,18	158,28	0,00	0,00	8.904,17	69.048,00	
RECEITA AGROPECUARIA	4.134,72	7.639,35	200,00	4.918,50	5.589,81	10.491,65	161,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.135,03	61.000,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.716,22	2.253,15	3.077,11	2.323,11	4.613,75	10.860,76	3.569,13	4.478,74	3.859,14	3.764,86	2.174,22	3.276,72	46.966,91	82.662,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	661.862,56	700.851,70	695.890,85	682.138,65	848.722,34	1.104.209,03	788.676,87	990.439,37	747.066,00	744.831,86	938.001,54	798.398,08	9.701.088,85	10.836.784,00	
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74	617.812,22	355.813,96	371.935,18	548.566,47	457.664,94	5.051.763,39	6.100.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	192.852,14	193.041,86	224.033,60	211.071,62	227.156,11	229.624,38	235.868,26	206.465,13	194.918,28	235.028,49	233.566,00	215.724,44	2.599.350,31	2.800.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	9.683,42	10.735,05	7.869,26	6.007,35	5.424,32	4.122,72	6.727,07	8.332,57	8.728,82	6.606,80	10.692,84	11.207,57	96.137,79	84.000,00	
Cota-Parte do ITR.	0,00	0,00	2.089,55	2.009,35	61,95	107,81	0,00	26,39	30,37	0,00	95,73	0,00	4.421,15	4.000,00	
Outras Transferências Correntes	89.232,43	91.940,16	95.535,86	79.396,64	115.235,53	315.040,49	20.853,27	94.524,31	131.897,11	62.734,41	74.548,83	51.572,61	1.222.511,65	1.106.784,00	
Transferências da LC 61/1989	3.159,43	3.492,16	3.531,64	3.413,36	3.455,61	3.967,91	4.066,23	3.140,86	2.756,21	2.527,27	3.398,41	2.831,65	39.740,74	40.000,00	
Transferências da LC 87/1996	1.063,52	1.063,52	0,00	2.127,04	1.063,52	1.063,52	0,00	0,00	0,00	4.276,46	1.069,12	641,47	12.368,17	20.000,00	
Transferências do FUNDEB	47.819,10	49.614,66	55.742,35	52.124,90	55.698,44	52.237,97	61.956,30	60.137,89	52.921,25	61.723,25	66.064,14	58.755,40	674.795,65	682.000,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.893,64	5.341,37	2.651,59	5.634,96	3.502,91	11.445,10	6.683,74	6.355,28	6.791,87	5.640,11	3.539,77	19.919,16	79.399,50	114.654,00	
DEDUÇÕES (II)	104.962,08	111.859,21	109.063,49	110.123,21	135.557,51	147.385,96	141.174,12	167.170,24	112.449,37	125.897,85	159.477,51	137.116,20	1.562.236,75	1.809.600,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	104.962,08	111.859,21	109.063,49	110.123,21	135.557,51	147.385,96	141.174,12	167.170,24	112.449,37	125.897,85	159.477,51	137.116,20	1.562.236,75	1.809.600,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	594.563,24	635.951,41	607.493,21	596.779,46	743.492,74	1.012.419,54	670.950,18	838.426,48	655.374,94	634.419,70	784.439,22	693.651,50	8.467.961,62	9.612.148,00	

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	8.292.254,59	8.467.961,62	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.824.296,01	1.862.951,56	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	1.641.866,41	1.676.656,40	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Operações de Crédito

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.467.961,62	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.354.873,86	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.219.386,47	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	592.757,31	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	543.250,20	28.690,32	0,00	514.559,88
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	543.250,20	28.690,32	0,00	514.559,88
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-543.250,20	-28.690,32		-514.559,88

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	165.310,00	165.310,00	32.399,79	19,60
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	32.000,00	32.000,00	6.893,19	21,54
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	14.000,00	14.000,00	16.882,34	120,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	50.000,00	50.000,00	7.754,25	15,51
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	56.000,00	56.000,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.863,40	1.863,40	183,06	9,82
Dívida Ativa dos Impostos	8.518,40	8.518,40	533,79	6,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.928,20	2.928,20	153,16	5,23
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.048.000,00	9.048.000,00	4.209.724,95	46,53
Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	2.810.998,51	46,08
Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	152,49	3,81
Cota-Parte IPVA	84.000,00	84.000,00	52.295,67	62,26
Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	1.321.570,60	47,20
Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	18.720,63	46,80
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	20.000,00	20.000,00	5.987,05	29,94
Desoneração ICMS (LC 87/96)	20.000,00	20.000,00	5.987,05	29,94
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	9.213.310,00	9.213.310,00	4.242.124,74	46,04

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.281.144,50	2.281.144,50	1.240.510,03	54,38	1.056.004,42	46,29
Pessoal e Encargos Sociais	1.300.658,50	1.300.658,50	413.921,69	31,82	413.921,69	31,82
Outras Despesas Correntes	980.486,00	980.486,00	826.588,34	84,30	642.082,73	65,49
DESPESAS DE CAPITAL	142.501,00	142.501,00	7.659,00	5,37	7.314,00	5,13
Investimentos	142.501,00	142.501,00	7.659,00	5,37	7.314,00	5,13

Continua 1/4

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	142.501,00	142.501,00	7.659,00	5,37	7.314,00	5,13
Investimentos	142.501,00	142.501,00	7.659,00	5,37	7.314,00	5,13
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.423.645,50	2.423.645,50	1.248.169,03	51,50	1.063.318,42	43,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	605.325,00	605.325,00	99.351,28	7,96	58.924,04	5,54
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	605.325,00	605.325,00	99.351,28	7,96	58.924,04	5,54
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	605.325,00	605.325,00	99.351,28	7,96	58.924,04	5,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.818.320,50	1.818.320,50	1.148.817,75	43,54	1.004.394,38	38,33
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						27,08
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						512.448,67

Continua 2/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	0,00	0,00	10.000,00	-10.000,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	10.000,00	-10.000,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	2.387.645,50	2.387.645,50	1.244.468,86	99,70	1.059.705,96	99,66
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Sanitária	10.000,00	10.000,00	2.062,17	0,17	1.974,46	0,19
Vigilância Epidemiológica	14.000,00	14.000,00	1.638,00	0,13	1.638,00	0,15
TOTAL	2.423.645,50	2.423.645,50	1.248.169,03	100,00	1.063.318,42	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	157.810,00	157.810,00	9.526,03	32.399,79	20,53
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	43.979,00	43.979,00	7.084,65	7.759,35	17,64
1.1.1- IPTU	32.000,00	32.000,00	6.893,19	6.893,19	21,54
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.331,00	1.331,00	0,00	179,21	13,46
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	7.986,00	7.986,00	125,63	533,79	6,68
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	2.662,00	2.662,00	65,83	153,16	5,75
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	14.000,00	14.000,00	0,00	16.882,34	120,59
1.2.1- ITBI	14.000,00	14.000,00	0,00	16.882,34	120,59
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	51.331,00	51.331,00	2.441,38	7.758,10	15,11
1.3.1- ISS	50.000,00	50.000,00	2.441,38	7.754,25	15,51
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	532,40	532,40	0,00	3,85	0,72
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	532,40	532,40	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	266,20	266,20	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	48.500,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	48.500,00	48.500,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.048.000,00	9.048.000,00	1.485.458,64	4.209.724,95	46,53
2.1- Cota-Parte FPM	6.100.000,00	6.100.000,00	1.006.231,41	2.810.998,51	46,08
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.100.000,00	6.100.000,00	1.006.231,41	2.810.998,51	46,08
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	2.800.000,00	2.800.000,00	449.290,44	1.321.570,60	47,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	20.000,00	20.000,00	1.710,59	5.987,05	29,94
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	40.000,00	40.000,00	6.230,06	18.720,63	46,80
2.5- Cota-Parte ITR	4.000,00	4.000,00	95,73	152,49	3,81
2.6- Cota-Parte IPVA	84.000,00	84.000,00	21.900,41	52.295,67	62,26
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	9.205.810,00	9.205.810,00	1.494.984,67	4.242.124,74	46,08
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	148.000,00	148.000,00	40.528,40	99.151,32	66,99
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	148.000,00	148.000,00	40.528,40	99.151,32	66,99
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	106.000,00	106.000,00	10.623,66	10.623,66	10,02
6.1- Transferências de Convênios	106.000,00	106.000,00	10.623,66	10.623,66	10,02
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	254.000,00	254.000,00	51.152,06	109.774,98	43,22

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.809.600,00	1.809.600,00	296.593,71	843.285,29	46,60
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.220.000,00	1.220.000,00	201.246,22	564.168,57	46,24
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	560.000,00	560.000,00	89.772,37	264.048,87	47,15
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	4.000,00	4.000,00	427,64	1.317,14	32,93
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	8.000,00	8.000,00	679,67	3.192,72	39,91
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	800,00	800,00	19,13	30,47	3,81
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	16.800,00	16.800,00	4.448,68	10.527,52	62,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	682.000,00	682.000,00	124.819,54	361.558,23	53,01
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	682.000,00	682.000,00	124.819,54	361.558,23	53,01
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.127.600,00	-1.127.600,00	-171.774,17	-481.727,06	42,72
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	482.191,60	482.191,60	147.770,74	395.016,04	81,92
13.1- Com Educação Infantil	106.480,00	106.480,00	21.255,83	74.673,67	70,13
13.2- Com Ensino Fundamental	375.711,60	375.711,60	126.514,91	320.342,37	85,26
14- OUTRAS DESPESAS	182.347,00	183.057,53	0,00	710,53	0,39
14.1- Com Educação Infantil	22.627,00	22.627,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	159.720,00	160.430,53	0,00	710,53	0,44
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	664.538,60	665.249,13	147.770,74	395.726,57	59,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					109,25
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ²	2.301.452,50	2.301.452,50	373.746,17	1.060.531,19	46,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	319.107,00	319.107,00	24.658,13	89.050,79	27,91
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	129.107,00	129.107,00	21.255,83	74.673,67	57,84
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	190.000,00	190.000,00	3.402,30	14.377,12	7,57
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.327.159,10	1.327.869,63	241.264,65	692.227,82	52,13
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	535.431,60	536.142,13	126.514,91	321.052,90	59,88
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	791.727,50	791.727,50	114.749,74	371.174,92	46,88
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	1.646.266,10	1.646.976,63	265.922,78	781.278,61	47,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-481.727,06
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					710,53
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-481.016,53
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.262.295,14
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,76

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	68.000,00	68.000,00	7.603,85	7.603,85	11,18
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	191.000,00	191.000,00	25.327,03	42.972,39	22,50
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	259.000,00	259.000,00	32.930,88	50.576,24	19,53
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	1.905.266,10	1.905.976,63	298.853,66	831.854,85	43,64
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	361.558,23	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	361.558,23	0,00

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 710,53, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Município de Coronel Martins - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Continuação 3/3

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
Valor			0,00		

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo do Resultado Nominal

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.609,47	90.972,59	89.154,15
DEDUÇÕES (II)	3.816,20	442.659,11	233.488,82
Disponibilidade de Caixa Bruta	231.335,59	648.189,04	655.224,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	453,41	808,34
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	227.519,39	205.983,34	422.544,44
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	90.793,27	-351.686,52	-144.334,67
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	90.793,27	-351.686,52	-144.334,67

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	207.351,85	-235.127,94

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-10.920,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo do Resultado Primário

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	9.550.600,00	1.478.090,72	4.275.604,82	4.082.945,94
Receita Tributária	247.100,00	9.374,94	41.262,65	59.239,52
I.P.T.U.	32.000,00	6.893,19	6.893,19	0,00
I.S.S.	50.000,00	2.441,38	7.754,25	23.658,00
I.T.B.I.	14.000,00	0,00	16.882,34	1.021,00
I.R.R.F.	56.000,00	0,00	0,00	24.453,57
Outras Receitas Tributárias	95.100,00	40,37	9.732,87	10.106,95
Receita de Contribuição	18.000,00	0,00	0,00	7.768,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	18.000,00	0,00	0,00	7.768,79
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	69.048,00	0,00	1.657,20	18.609,05
(-) Aplicações Financeiras	69.048,00	0,00	1.657,20	18.609,05
Transferências Correntes	9.027.184,00	1.439.805,91	4.164.128,43	3.915.787,44
F.P.M.	4.880.000,00	804.985,19	2.246.829,94	2.142.128,19
I.C.M.S.	2.240.000,00	359.518,07	1.057.521,73	963.938,23
Convênios	106.000,00	10.623,66	10.623,66	73.808,00
Outras Transferências Correntes	1.801.184,00	264.678,99	849.153,10	735.913,02
Demais Receitas Correntes	258.316,00	28.909,87	70.213,74	100.150,19
Dívida Ativa	21.845,90	125,63	1.081,11	1.912,39
Diversas Receitas Correntes	236.470,10	28.784,24	69.132,63	98.237,80
RECEITAS DE CAPITAL (II)	9,00	20.000,00	20.000,00	636.044,59
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	2.164,10
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	38.010,00
Transferências de Capital	9,00	20.000,00	20.000,00	595.870,49
Convênios	9,00	0,00	0,00	595.870,49
Outras Transferências de Capital	0,00	20.000,00	20.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	9,00	20.000,00	20.000,00	595.870,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	9.550.609,00	1.498.090,72	4.295.604,82	4.678.816,43
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	9.099.597,33	1.532.079,57	3.970.376,48	4.265.407,66
Pessoal e Encargos Sociais	4.607.152,00	570.936,07	1.744.726,79	2.146.472,20
Juros e Encargos da Dívida (IX)	50.000,00	4.524,83	25.171,47	24.035,17
Outras Despesas Correntes	4.442.445,33	956.618,67	2.200.478,22	2.094.900,29
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	9.049.597,33	1.527.554,74	3.945.205,01	4.241.372,49
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	543.250,20	15.057,44	28.690,32	687.188,40
Investimentos	531.330,20	13.239,00	23.235,00	681.733,08
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	10.920,00	1.818,44	5.455,32	5.455,32
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	532.330,20	13.239,00	23.235,00	681.733,08

Município de Coronel Martins - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	26.620,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	9.608.547,53	1.540.793,74	3.968.440,01	4.923.105,57
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-57.938,53	-42.703,02	327.164,81	-244.289,14
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	710,53	0,00
Superávit Financeiro	-	-	710,53	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Município de Coronel Martins - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	227.519,39	152.282,51	-	75.236,88	-	50.801,90	20.000,00	20.000,00	-	30.801,90
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	227.519,39	152.282,51	0,00	75.236,88	0,00	50.801,90	20.000,00	20.000,00	0,00	30.801,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	12.117,98	12.117,98	0,00	0,00	0,00	50.801,90	20.000,00	20.000,00	0,00	30.801,90
SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	149.454,68	99.523,66	0,00	49.931,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS	0,00	65.946,73	40.640,87	0,00	25.305,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	227.519,39	152.282,51	0,00	75.236,88	0,00	50.801,90	20.000,00	20.000,00	0,00	30.801,90

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

ANDRIOS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Município de Coronel Martins - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	9.619.657,00	
Previsão Atualizada		—	9.619.657,00	
Receitas Realizadas		1.498.090,72	4.297.262,02	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	710,53	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	9.619.657,00	
Créditos Adicionais		—	49.810,53	
Dotação Atualizada		—	9.669.467,53	
Despesas Empenhadas		1.625.568,43	4.901.576,47	
Despesas Liquidadas		1.547.137,01	3.999.066,80	
Superavit Orçamentário		—	298.195,22	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		1.625.568,43	4.901.576,47	
Despesas Liquidadas		1.547.137,01	3.999.066,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			8.467.961,62	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-10.920,00	-235.127,94	2.153,19
Resultado Primário		0,00	327.164,81	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	227.519,39	0,00	152.282,51	75.236,88
EXECUTIVO	227.519,39	0,00	152.282,51	75.236,88
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	50.801,90	0,00	20.000,00	30.801,90
EXECUTIVO	50.801,90	0,00	20.000,00	30.801,90
TOTAL:	278.321,29	0,00	172.282,51	106.038,78
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.262.295,14	25%	29,76
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		395.016,04	60%	109,25
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		28.690,32	514.559,88	

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de Coronel Martins - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.148.817,75	15,00	27,08

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

 DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

 ANDRIOS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

Demonstrativos da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação de Recursos

Município de Coronel Martins - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Coronel Martins, 17/07/2013

 DIRCEU FAVRETTO
 PREFEITO MUNICIPAL

 EDERSON DA SILVA PRADO
 CONTADOR CRC/SC 028.061/O-7

 ANDRIOS ANTONIO MAY
 CONTROLADOR INTERNO

Corupá

PREFEITURA

Decreto N°. 619/2013

DECRETO N°. 619/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal N°. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2004		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contab. E Tributação	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00
TOTAL			50.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manutenção Ativ. Divisão de Pessoal, Adm. e Compras	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	40.000,00
03.000		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Manutenção da Divisão de Desenv. Mun. E Planejamento	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	5.000,00

		Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	
03.000		Divisão de Finanças	
03.002		Manutenção Ativ. Div. Tesouraria, Contab. E Tributação	
004.122.0009.2004		Aplicações Diretas	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00		
TOTAL			50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de julho de 2013.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de julho de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Decreto N°. 620/2013

DECRETO N°. 620/2013

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal N°. 2.086/2012 de 13 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 300.000,00(trezentos mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	250.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	50.000,00
TOTAL			300.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	250.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção básica	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.02	Aplicações Diretas	50.000,00

TOTAL	300.000,00
-------	------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 12 de julho de 2013.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos doze dias do mês de julho de 2013.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos

PREFEITURA

Contrato N°.: 316/2013

Contrato N°.: 316/2013

Contratante...: FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS

Contratada : Sociedade Curitibanense de Cirurgia Ltda

Valor : 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)

Vigência : Início: 10/07/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Inexigibilidade de Licitação N°.: 18/2013

Objeto : A realização de procedimento cirúrgico eletivo com anestesia local, procedimento cirúrgico eletivo com anestesia geral, bem como atendimento pré-cirúrgico e acompanhamento pós-cirurgia a fim de atender as necessidades de usuários do SUS do município de Curitibanos durante o ano de 2013 e os seguintes, observado o limite de prazo estabelecido pela lei 8.666/93 para a contratação de serviços a serem prestados de forma continuada.

Curitibanos, 16 de Julho de 2013.

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 030, de 15 de Julho de 2013.

DECRETO N.º 030, de 15 de Julho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 307 de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a saber:

03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.122.0020.2.003 - Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.(08) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0080 (recursos próprios) no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 15 de Julho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 031, de 16 de Julho de 2013.

DECRETO N.º 031, de 16 de Julho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 22, da Lei nº 304, de 26/09/2012 (LDO);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a saber:

04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.0.0.0080(17) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta da anulação do item orçamentário abaixo especificado:

04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 - Aplicações Diretas

4.4.90.00.00.00.00.00.0.0.0080(19) - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de julho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 032, de 16 de Julho de 2013.

DECRETO N.º 032, de 16 de Julho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 307 de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de

Assistência Social.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.0110.(62) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0110 (outras tranf. de rec. do fundo nac. de assist. social) no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de Julho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Decreto N.º 033, de 16 de Julho de 2013.

DECRETO N.º 033, de 16 de Julho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I da Lei nº 307 de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementado o Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Ermo no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), a saber:

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.0043.(5) Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0037.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e PSF.

3.3.90.00.00.00.00.00.0.0.0080.(6) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da Fonte 0043 (Transf. de Rec. do Estado em Saúde - Farmácia Básica) no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e da Fonte 0080 (recursos próprios) no valor de 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 16 de Julho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Aviso de Licitação - Tomada de Preço N°. 26/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO N°. 26/2013

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se aberto o Processo de Licitação nº 26/2013 - Modalidade Tomada de Preço, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria continuada para a Elaboração de Projetos e Gestão de Contratos e Convênios com o Governo Federal, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 09:15 hs do dia 02/08/2013 e abertura às 09:30 hs do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:30 hs às 11:30 hs e das 13:00 hs às 17:00 hs , ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Aviso de Cancelamento de Edital - Tomada de Preços 0009/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 0009/2013.

O município de Faxinal dos Guedes, através da Secretaria Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Tomada de Preços nº 0009/2013, do tipo menor preço global que trata da "Contratação de cirurgias ortopédicas a serem realizadas por especialistas, para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes", está sendo cancelado por motivo do objeto não estar compatível com o interesse do município.

Faxinal dos Guedes, 16 de julho de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Cancelamento de Edital - Tomada de Preços 0010/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 0010/2013.

O município de Faxinal dos Guedes, através da Secretaria Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de Tomada de Preços nº 0010/2013, do tipo menor preço global que trata da "Contratação de hospital para a realização de cirurgias diversas, com fornecimento de material médico e hospitalar, para pacientes do município de Faxinal dos Guedes", está sendo cancelado por motivo do objeto não estar compatível com o interesse do município.

Faxinal dos Guedes, 16 de julho de 2013.

EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Cancelamento de Edital - Tomada de Preços 0011/2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL - TOMADA DE PREÇOS 0011/2013. O município de Faxinal dos Guedes, através da Secretaria Municipal de Saúde, leva ao conhecimento dos

interessados que o edital de Tomada de Preços nº 0011/2013, do tipo menor preço global que trata da "Contratação de profissional médico para realizar cirurgia de varizes, para o fundo municipal de saúde de Faxinal dos Guedes", está sendo cancelado por motivo do objeto não estar compatível com o interesse do município.

Faxinal dos Guedes, 16 de julho de 2013.
EDEGAR GIORDANI,
PREFEITO MUNICIPAL.

Forquilha

PREFEITURA

Extrato de Contrato FMS Nº. 55/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 55/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - CLINIIMAGEM DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA

OBJETO - Credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades.
VALOR - R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)
VIGÊNCIA - 31/12/2013
DOTAÇÃO - 1701.2.050.3390 (19) e 1701.2.064.3390 (67)
FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Credenciamento nº. 29/FMS/2012
DATA DA ASSINATURA - 06 de junho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato FMS Nº. 63/2013

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 63/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - DENGIO IND. E COM. DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, através de empresa de ramo pertinente, para manutenção das Unidades de saúde municipal, por meio da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.
VALOR - R\$ 4.107,00 (quatro mil cento e sete reais).
VIGÊNCIA - 31/12/2013
DOTAÇÃO - 0101.2050.3390 (19), 0101.2051.3390 (27), 0101.2052.3390 (31).
FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Carta Convite nº. 23/FMS/2013
DATA DA ASSINATURA - 09 de julho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº. 159/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 159/2013
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
CONTRADADO - ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de "tonner e cartuchos de tinta" de impressora para consumo na Secretaria de Ação Social e Programas CRAS e CREAS, do Município de Forquilha/SC, durante o exercício de 2013.
VALOR - R\$ 20.076,00 (vinte mil e setenta e seis reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 1301.2023.3390 (167), 1301.2025.3390 (178), 1301.2029.3390 (183).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 96/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de junho de 2013

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto 0229/2013

DECRETO Nº 0229, DE 17 DE JULHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 15 da Lei Nº 2164, de 06 de Dezembro de 2012;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 623.500,00 (seiscentos e vinte e três mil e quinhentos reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação

07.00 - Educação Geral

12.361.0006.2.012 - Transporte Escolar do Ensino Fundamental

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0303 (72) R\$ 40.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0310 (73) R\$ 375.000,00

12.306.0006.2.013 - Alimentação Escolar do ensino Fundamental

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0302 (54) R\$ 70.000,00

12.362.0008.2.017 - Transporte Escolar do Ensino Médio

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0312 (79) R\$ 3.500,00

12.306.0010.2.022 - Alimentação Escolar da Educação Infantil

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0306 (47) R\$ 40.000,00

3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.1.0307 (48) R\$ 95.000,00

Total R\$ 623.500,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41721350401 - Transf. Diretas do FNDE - PNATE R\$ 40.000,00

41722990100 - Outras Transf. Estado - Transp. Escolar R\$ 375.000,00

41721350301 - Transf. Diretas FNDE - PNAE R\$ 70.000,00

41721350403 - Transf. Diretas FNDE - PNATE Médio R\$ 3.500,00

41721350303 - Transf. Diretas FNDE - PNAP R\$ 40.000,00

41721350304 - Transf. Diretas FNDE - PNAC R\$ 95.000,00

TOTAL 623.500,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 17 DE JULHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1701/2013

PORTARIA N.º 1.701, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0874/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 03 horas semanais o professor efetivo NEDILSON RIBEIRO, que assumiu a função de Assessor de Direção no Centro Educacional Municipal São Miguel;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.073.959-03, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 21 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1702/2013

PORTARIA N.º 1.702, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1004/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊZ DA ROSA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 034.719.879.16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1703/2013

PORTARIA N.º 1.703, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1004/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de MARINÊZ DA ROSA DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 034.719.879.16, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0228/2013

DECRETO N° 0228 DE 16 DE JULHO DE 2013.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0028, DE 28 DE MAIO DE 2013.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do código 2, do processo de seleção para contratação em caráter temporário n°. 0028 de 28 de maio de 2013, conforme lista anexa.

Art. 2º. A classificação do código 1, não foi divulgada, pois não houveram inscritos.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 16 DE JULHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
N° 0028 DE 28 DE MAIO DE 2013

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Fisioterapeuta** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**
Código: **2** Área de Atuação: **Geral**
Disciplina: **Fisioterapeuta**

Critérios de Desempate

				1°	2°	3°	4°	5°	6°
Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Especializ ação	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	ISABELA RECH BISCARO	25	10	10	5	0	NÃO	25/1/1983
2	5	ALINE BECKER	25	10	10	5	0	NÃO	21/2/1984
3	8	FRANCIELI BALESTRIN ROVER	25	10	10	5	0	NÃO	12/8/1986
4	4	EUNICE BENINCÁ	24	10	10	4	1	NÃO	16/5/1988
5	3	CRISTIANO TESSARI	10	0	10	0	0	NÃO	9/8/1990
6	6	CAMILLA ROUSSENQ INÁCIO	7	0	6	1	0	NÃO	6/2/1989
7	7	ALLINY VERGINIA DE OLIVEIRA	4	0	4	0	0	NÃO	11/4/1987
8	1	VERONICA MARIA DE CARLI	4	0	4	0	0	NÃO	31/8/1987

Portaria N° 1704/2013

PORTARIA N.º 1.704, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1030/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de PAULO ROBERTO RAMPON CENDRON, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 010.057.889-60, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1705/2013

PORTARIA N.º 1.705, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1041/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais o professor efetivo DENILSON DALAGNOL, que assumiu a função de Diretor de Unidade Educacional no Centro de Educação Municipal São Cristóvão;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.742.599-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1706/2013

PORTARIA N.º 1.706, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1041/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais o professor efetivo DENILSON DALAGNOL, que assumiu a função de Diretor de Unidade Educacional no Centro de Educação Municipal São Cristóvão;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ROSEMERI SATURNINO DE MATOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 046.742.599-08, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1707/2013

PORTARIA N.º 1.707, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0852/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA APARECIDA DENARDI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 060.296.439-32, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1708/2013

PORTARIA N.º 1.708, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0853/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA GOETTEN, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.351.359-20, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1709/2013

PORTARIA N.º 1.709, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0854/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 052.350.529-94, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1710/2013

PORTARIA N.º 1.710, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de

junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0855/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ADRIANA STOEKLE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 065.890.399-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1711/2013

PORTARIA N.º 1.711, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0856/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de AGUIDA REGINA DRUN ZANELA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 021.909.709-70, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1712/2013

PORTARIA N.º 1.712, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0857/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA ALEXANDRE BOA-VENTURA MARTINELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 043.905.359-51, contratada em caráter temporário na função

de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1713/2013

PORTARIA N.º 1.713, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0858/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALESSANDRA MARIA DORNELLES DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 005.238.349-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1714/2013

PORTARIA N.º 1.714, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0859/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE JISSELA ROSA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 020.080.589-48, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1715/2013

PORTARIA N.º 1.715, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0860/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE TAMARA ANTON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.982.899-46, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1716/2013

PORTARIA N.º 1.716, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0861/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está substituindo por 40 horas semanais a professora efetiva ROSEMERI APARECIDA MORSOLETTI CONTE, que assumiu a função de Diretora de Unidade Educacional na Escola Educação Básica Municipal Padre Biágio Simonetti;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALMERÍ APARECIDA KADES MORSOLETTI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 479.984.909-34, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1717/2013

PORTARIA N.º 1.717, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0862/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALVINA ALVES DE SOUZA DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 960.843.329-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ARTES, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1718/2013

PORTARIA N.º 1.718, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0863/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que, está assumindo por 20 horas semanais o Apoio Pedagógico;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA CLAUDIA GANSALA DE ANDRADE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 552.078.129-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1719/2013

PORTARIA N.º 1.719, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0864/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA PAULA SBARDELLA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.012.469-24, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1720/2013

PORTARIA N.º 1.720, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 1081/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA SCHEILA BUYNO GOMES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 037.882.499-60, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1721/2013

PORTARIA N.º 1.721, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o

Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0865/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANALICE APARECIDA ANGOLERI BORBA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.890.809-10, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1722/2013

PORTARIA N.º 1.722, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0866/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉ KALEBI PINA BARBOZA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 340.368.878-07, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - FILOSOFIA OU TEOLOGIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1723/2013

PORTARIA N.º 1.723, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0867/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉA VICENTE RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.160.819-29,

contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1724/2013

PORTARIA N.º 1.724, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0003 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0868/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 031.803.139-60, contratada em caráter temporário na função de PSICÓLOGO, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1725/2013

PORTARIA N.º 1.725, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0869/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1726/2013

PORTARIA N.º 1.726, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0870/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 008.979.349-89, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS, com carga horária de 18 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1727/2013

PORTARIA N.º 1.727, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0871/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELITA LOURDES CAMPAGNARO PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.909.599-54, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1728/2013

PORTARIA N.º 1.728, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0872/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BARBARA RAQUEL DE CASTRO DA SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 070.423.594-37, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1729/2013

PORTARIA N.º 1.729, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0004 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0873/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BELONI DE MORAIS TAVARIOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 657.160.279-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1730/2013

PORTARIA N.º 1.730, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal;

e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0002 de 04 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo; e comunicação interna n.º 0875/2013, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.030.459-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL - HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2013 até 13 de dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Inexigibilidade de Licitação N° 0003/2013-FMS

Aviso de Inexigibilidade de Licitação N° 0003/2013 - FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 0003/2013 - FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n° 0027/2013-FMS

O Município de Fraiburgo-SC através do Fundo Municipal de Saúde, neste ato representado pela Secretária Municipal, torna público a Inexigibilidade de Licitação n° 0003/2013-FMS, de acordo com o Edital de Credenciamento n° 0001/2012 - FMS e termos aditivos, o credenciamento da ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA - AFSC, inscrita no CNPJ sob n° 17.757.127/0001-52, para prestação de serviços especializados de Raio-X e Ultra-Sonografia, para o período de julho a dezembro de 2013.

Fraiburgo (SC), 17 de julho de 2013.

NILCE PINZ

Secretária Municipal

Aviso do Pregão Presencial N° 0103/2013-PMF Rp 0059

Aviso do Pregão Presencial n° 0103/2013 - PMF

Registro de Preços N° 0059/2013

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de gás oxigênio industrial e gás acetileno industrial, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo), durante os meses de agosto de 2013 a janeiro de 2014. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até às 14:15 horas do dia 02/08/2013. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, n° 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato N° Ct13sf10

EXTRATO DO CONTRATO N° CT13SF10

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO - SANEFRAI. CONTRATADA: CONSTRUTORA EDIFICAÇÃO LTDA. OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA EXECUÇÃO DE ESTRUTURA PARA DUAS CAIXAS D'ÁGUA EM FIBRA, COM CAPACIDADE TOTAL DE 50.000 (CINQUENTA MIL) LITROS, NA RUA GUILHERME EITZ, ESQUINA COM A VALTER SCHALY, QUADRA 183, LOTE 0002 NO BAIRRO SÃO SEBASTIÃO, CONFORME MEMORIAIS DESCRITIVOS E QUANTITATIVOS (ANEXOS AO PAL). VALOR TOTAL: R\$ 61.983,52 (SESSENTA E UM MIL, NOVECENTOS E OITENTA E TRÊS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS). DATA DO CONTRATO: 16.07.2013. VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16.07.2013 A 16.09.2013. PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 DIAS APÓS O RECEBIMENTO DA ORDEM DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: N° 0019/2013 - SF. TOMADA DE PREÇOS: N° 0002/2013. RECURSOS: 0.900 - RECURSOS ORIGINÁRIOS DA SANEFRAI.

FRAIBURGO (SC), 16 DE JULHO DE 2013.

ELOI REGALIN

PRESIDENTE DA SANEFRAI

Extrato de Edital de Seleção Act N° 0032/2013

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT N°. 0032 DE 17 DE JULHO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que se encontram abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, para a função pública de MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF. O preenchimento de vagas será para o ano de 2013, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal n° 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 18 de julho de 2013 a 31 de julho de 2013, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 17 de julho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo N° 28/2013

HOMOLOGA TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS DE FRAIBURGO - AMUF.

PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º. Fica homologado o Termo de Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE FRAIBURGO e a ASSOCIAÇÃO DOS MÚSICOS

DE FRAIBURGO - AMUF, firmado em 27.06.2013, para auxiliar na aquisição e manutenção de instrumentos musicais, materiais didáticos e de expediente, higiene e limpeza, necessários ao desenvolvimento do projeto "Música para Todos", visando auxiliar na coordenação motora escolar do aluno, incentivando o desenvolvimento da cultura, mediante a concessão no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), em 6 (seis) parcelas mensais, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos meses de julho a dezembro de 2013.

Art. 2º. As despesas com a execução do convênio correrão por conta da dotação orçamentária específica, nos seguintes elementos de despesa:

Órgão 07-00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Unidade 07-02 - CULTURA
Funcional 13.392.0014.2.029 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS
Elemento 3.3.50.00 - Transferências a Instituições Privadas s/ fins lucrativos
Dotação 261
Recurso 3.200

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 16 de julho de 2013.
PAULO CESAR DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Inexigibilidade de Licitação Nº27/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o Caput do artigo 25 da Lei 8.666 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 153/2013; IL nº. 27/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: EQUILIBRIO CENTRO TERAPEUTICO; CNPJ nº: 11.556.567/0001-65; Objeto: TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO ATENDENDO A MANDADO JUDICIAL; Data da Assinatura: 11/07/2013

PAULO SERGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação Pe067/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 067/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob

regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a aquisição de equipamentos para uso do NASF (Núcleo de apoio a Saúde Familiar) da Secretária de Saúde do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 30/07/2013. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 30/07/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 16 de julho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em exercício

Aviso de Licitação Pe068/2013

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 068/2013

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pretendendo a aquisição de equipamentos para Unidade Básica de Saúde de Areias da Palhocinha do Município de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 16h00min do dia 30/07/2013. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 30/07/2013, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 16 de julho de 2013.
PAULO SÉRGIO DE ARAUJO
Prefeito Municipal em exercício

Gaspar

PREFEITURA

Lei Nº 3.521, de 17 de Julho de 2013.

LEI Nº 3.521, DE 17 DE JULHO DE 2013.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO AO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, ATRAVÉS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÕES VIÁRIAS - PROVIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, até o valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas do BNDES e

as condições específicas aprovadas pelo BNDES para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na aquisição de máquinas e equipamentos no âmbito do Programa PROVIAS, tratado pelo art. 9º-K na Resolução CMN nº. 2.827, de 30 de março de 2001, artigo incluído pela Resolução CMN nº. 3.560, de 14.04.2008.

Art. 2º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, a modo pro solvendo, as receitas a que se refere o artigo 159, inciso I, da Constituição Federal.

§ 1º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizado a transferir os recursos cedidos ou vinculados à conta e ordem da Caixa Econômica Federal, e esta, à conta do BNDES, nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, em caso de cessão, ou ao pagamento dos débitos vencidos e não pagos, em caso de vinculação.

§ 2º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuarem as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 3º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4º O orçamento do Município de Gaspar/SC consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta LEI.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de julho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Lei Nº 3.522, de 17 de Julho de 2013.

LEI Nº 3.522, DE 17 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NA QUALIDADE DE AGENTE FINANCEIRO, OBJETIVANDO A PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE GASPAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA PRÓ-TRANSPORTE.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e garantir financiamento junto à Caixa Econômica Federal, até o limite de R\$ 26.181.824,090 (vinte e seis milhões, cento e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e noventa centavos), para as propostas do Programa de Aceleração do Crescimento nº 000562.02.84/2012-57 e nº 000766.02.84/2012-70, modalidade Pavimentação e Qualificação de Vias Urbanas.

§ 1º A operação de crédito ocorrerá por meio de dois financiamentos, ambos no âmbito do Programa Pró-Transporte, quais sejam:

I - um no valor de R\$ 18.910.034,00 (dezoito milhões, novecentos e dez mil e trinta e quatro reais), referente ao PAC 2, Carta Consulta nº 000562.02.84/2012-57, proposta Caixa Econômica Federal nº 0400.770-87, para pavimentação das ruas Artur Poffo/Pedro Schmitt Júnior, Bonifácio Haendchen, Carlos Roberto Schramm e ruas do Loteamento Margem Esquerda;

II - outro no valor de R\$ 7.271.790,90 (sete milhões, duzentos e setenta e um mil, setecentos e noventa reais e noventa centavos), referente ao PAC 2, Carta Consulta nº 000766.02.84/2012-70, proposta Caixa Econômica Federal nº 0400.789-99, para pavimentação da Rua Madre Paulina e da Rua Itajaí.

§ 2º Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados na pavimentação e qualificação de vias urbanas do Município de Gaspar, no âmbito do Programa Pró-Transporte - PAC 2, Etapa 02, nos termos da Resolução nº 3.688, de 19 de fevereiro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

§ 3º O valor da operação de crédito está condicionado à obtenção pela municipalidade de autorização para sua realização em cumprimento aos dispositivos legais aplicáveis ao endividamento público, através de resoluções emanadas pelo Senado Federal e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 2º Os prazos de amortização e carência, os encargos financeiros e outras condições de vencimentos e liquidação da dívida a ser contratada, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e notadamente ao que dispõe o normativo do Senado Federal, bem como as normas específicas da Caixa Econômica Federal.

Art. 3º O prazo e a forma definitiva de pagamento do principal reajustável, acréscimos dos juros e demais encargos incidentes sobre as operações financeiras, obedecidos os limites desta Lei, serão estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo com a entidade financiadora.

Art. 4º Fica o Poder Executivo obrigado a promover o empenho das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Parágrafo único. Em garantia das operações de crédito, fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a ceder à Caixa Econômica Federal parcelas da cota parte do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e/ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou tributos que os venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 6º O orçamento do Município de Gaspar/SC, consignará, anualmente, os recursos necessários ao atendimento das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta LEI.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de julho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Portaria RH 50/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
PORTARIA RH 50/2013

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) Ângela Muller Veloso, ocupante do cargo efetivo de Fiscal, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, referente ao período aquisitivo de 05/03/2008 a 17/07/2013, devendo folgar a partir de 18/07/2013 a 15/10/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000
-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Extrato da Inexigibilidade N° 139/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Extrato da Inexigibilidade n° 139/2013

Objeto: Contratação de Beatriz Cardeal, para ministrar o Workshop sobre "Bordado em Redwork e seu uso no Patchwork", no dia 20 de julho de 2013, durante o XVIII Festinver. Contratado: 591.398.899-04 (BEATRIZ CARDEAL). Valor Total Julgado: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais). Base legal: Art. 25, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 16 de julho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Guaramirim

PREFEITURA

Extrato de Ct N°25/2013 TP N°63/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO DE CONTRATO N° 25/2013

TOMADA DE PREÇO N.º 63/2013

Objeto: PROJETO EXECUTIVO DE PONTE, COM SONDAÇÃO ROTATIVA, SONDAÇÃO SPT E LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO. Modalidade de Licitação: PREGÃO PRESENCIAL n.º 56/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC
Fornecedor: KAEH PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ N° 08.462.617/0001-30

Valor: R\$74.810,00 (setenta e quatro mil e oitocentos e dez reais)
Vigência: 16/07/2013 até 14/09/2013.

Guaramirim-SC, 18 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Ata N°35/2013 do Rp N°48/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 35

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 48/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO.

Modalidade de Licitação: PREGÃO Presencial Registro de Preços n.º 48/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

ASTOR STAUDT - ME

CNPJ n.º. 91.824.383/0001-78

Vencedor dos itens:

ns.:01-02-03-04-05-06-09-16-17-18-26-27-46-47-48-51-52-55-56-57-58-60-64

Valor: R\$ 15.080,00 (quinze mil e oitenta reais).

RÉGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA - ME

CNPJ n.º. 79.912.788/0001-62

Vencedor dos itens: 07-08-10-19-24-30-65

Valor: R\$ 5.143,03 (cinco mil cento e quarenta e três reais e três centavos)

SKINA 1820 INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME

CNPJ n.º. 00.850.624/0001-06

Vencedor dos itens: 20-21-23-25-38-39-40-41-53-59-61

Valor: R\$ 1.586,20 (hum mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte centavos)

VOCÊ COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA - EPP

CNPJ n.º. 00.118.761/0001-42

Vencedor dos itens: 11-12-13-14-15-22-28-29-31-32-33-34-35-36-37-42-43-44-45-49-50-54-62-63

Valor: R\$ 5.990,95 (cinco mil novecentos e noventa reais e noventa e cinco centavos).

Vigência: Início: 17/07/2013 Término: 16/07/2014.

Guaramirim-SC, 18 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Ata N°36/2013 do Rp N°52/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 36/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 52/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOLERO (MOLAS, PINOS, JUMELOS, BUCHAS, ABRAÇADEIRAS, ARREBITES, GRAMPÓS, PARAFUSOS E OUTROS).

Modalidade de Licitação: PREGÃO Presencial Registro de Preços n.º 52/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

POSTO DE MOLAS GUARAMIRIM LTDA - EPP

CNPJ n.º. 00.804.148/0001-89

Vencedor dos itens: 01

Valor: R\$ 19.200,00 (dezenove mil e duzentos reais).

Vigência: Início: 17/07/2013 Término: 16/07/2014.

Guaramirim-SC, 18 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Ata N°37/2013 do Rp N°68/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 37/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 68/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA FORNECEDORA DE TRATOR DE PNEU, 4x4 ACIMA DE 75 CV. COM IMPLEMENTO ENXADA ROTATIVA DE NO MÍNIMO 2,5m DE LARGURA E RODA AUXILIAR
Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 68/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

L.T. WONSIEWSKI & CIA LTDA EPP

CNPJ n.º. 04.159.720/0001-55

Vencedor dos itens: 01

Valor: R\$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

Vigência: Início: 17/07/2013 Término: 16/07/2014.

Guaramirim-SC, 18 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Extrato de Ata N°38/2013 do Rp N°72/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 38/2013

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 72/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SONORIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE EVENTOS

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial Registro de Preços n.º 72/2013.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC

Fornecedores:

ABS EVENTOS LTDA - ME

CNPJ n.º. 10.769.410/0001-55

Vencedor dos itens: 01-11

Valor: R\$ 17.370,00 (dezessete mil trezentos e setenta reais).

COMERCIAL MULTISOM - ME

CNPJ n.º. 00.842.605/0001-20

Vencedor dos itens: 09

Valor: R\$ 4.680,00 (quatro mil e seiscentos e oitenta reais).

EDSON LUIZ KAMER - ME

CNPJ n.º. 00.957.992/0001-40

Vencedor dos itens: 03-04-05-06-07-08-10-12-13

Valor: R\$ 146.179,00 (cento e quarenta e seis mil cento e noventa reais).

NANI SOM E LUZ LTDA - ME

CNPJ n.º. 81.803.215/0001-42

Vencedor dos itens: 02-14

Valor: R\$ 13.950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 17/07/2013 Término: 16/07/2014.

Guaramirim-SC, 18 de julho de 2013

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto N° 3.165/2013.

DECRETO N° 3.165/2013.

"Define critérios e procedimentos a serem observados uniformemente pelos órgãos da Administração Pública Municipal em virtude da vedação de admissão e nomeação para cargo, emprego ou função pública de pessoas que incidam nas hipóteses de

inelegibilidade previstas na legislação federal, conforme estabelecido na LC N. 307/2013".

O PREFEITO DE HERVAL D'OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, e,

CONSIDERANDO o disposto na LC 307 /2013,

DECRETA:

Art. 1º. A vedação estabelecida na LC 307/2013, compreende:

I - os que tenham contra si julgada precedente representação formulada perante a Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

II - os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

a) contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

b) contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

c) contra o meio ambiente e a saúde pública;

d) eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

e) de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

f) de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

g) de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

h) de redução à condição análoga à de escravo;

i) contra a vida e a dignidade sexual;

j) praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

III - os declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

IV - os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

V - os condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

VI - os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

VII - os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VIII - os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário ou pela própria Administração;

IX - os servidores do Poder Executivo e Legislativo, que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, e que tenham perdido o cargo por sentença.

Parágrafo único. A vedação prevista no inciso II do artigo antecedente não se aplica aos crimes culposos, àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal

privada.

Art. 2º. Para fins do disposto neste decreto, considera-se:

I - cargo público: o provido por nomeação em comissão ou em caráter efetivo;

II - emprego público: o que comporta nomeação em comissão ou admissão em virtude de concurso público;

III - função pública: a função de confiança que comporta designação em comissão, a função gratificada, a função exercida por membros dos Conselhos Tutelares e demais Conselhos Municipais ou Comissões Municipais equiparadas a estes últimos e a função decorrente de contrato por tempo determinado nos termos das Leis Complementares 124/01, 147/2003, 174/2005, 180/2005, 209/2006 e 309/2013 e Lei Ordinária 2804/2010.

Art. 3º. A declaração de não incidência nas hipóteses do artigo 1º deste decreto será firmada pela pessoa interessada, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), conforme o formulário padrão constante do Anexo Único deste decreto.

§ 1º A nomeação, contratação, admissão, designação ou posse fica condicionada à apresentação da declaração prevista no "caput" deste artigo.

§ 2º A declaração deverá ser apresentada:

I - pelo titular do cargo público em caráter efetivo, no momento da posse;

II - pelo titular de cargo, emprego ou função pública em comissão, ainda que efetivo, quando da nomeação.

§ 3º As pessoas a que se refere o inciso II do § 2º deste artigo deverão atualizar a declaração imediatamente após modificadas as condições em que houver sido apresentada e, anualmente, até 31 de janeiro, independentemente de qualquer modificação.

§ 4º A declaração prevista no "caput" deste artigo deverá ser apresentada pelo substituto do titular ou designado para o cargo, emprego ou função pública em comissão, sendo dispensada somente quando o substituto for agente ou servidor que já titularize outro cargo, emprego ou função pública ou em comissão, para o qual tenha sido apresentada a referida declaração.

Art. 4º. Todos os Secretários Municipais, Diretores, Gerentes, Chefes de Gabinete, membros dos Conselhos Tutelares e demais Conselhos Municipais ou Comissões Municipais equiparadas a estes últimos, servidores e empregados públicos da Administração Direta e Indireta, que, na data da publicação deste decreto, estiverem no exercício de cargo, emprego ou função pública em comissão, deverão apresentar, até o dia 15 de setembro de 2013, a declaração constante do Anexo Único deste decreto, devidamente preenchida.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Herval 'Oeste (SC),
em 15 de Julho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Anexo Único a que se refere o artigo 3º do
Decreto nº 3.165/2013.

D E C L A R A Ç Ã O

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A), EMPREGADO(A) OU INDICADO(A):

NOME: _____

RF/RG: _____

CARGO/FUNÇÃO/EMPREGO: _____

SECRETARIA: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

2. DECLARAÇÃO:

DECLARO ter conhecimento das vedações constantes do artigo 1º do Decreto nº ///, que estabelece as hipóteses impeditivas de nomeação, contratação, admissão, designação, posse ou início de exercício para cargo, emprego ou função pública, em caráter efetivo ou em comissão, e que:

() não incorro em nenhuma das hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() incorro nas hipóteses de inelegibilidade previstas no referido artigo.

() tenho dúvidas se incorro ou não na(s) hipótese(s) de inelegibilidade prevista(s) no(s) inciso(s) ____ do referido artigo e, por essa razão, apresento os documentos, certidões e informações complementares que entendo necessários à verificação das hipóteses de inelegibilidade.

DECLARO, ainda, sob as penas da lei, em especial aquelas previstas na Lei Federal nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, e no artigo 299 do Código Penal (Falsidade Ideológica), que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Herval d'Oeste (SC) ____/____/____

Assinatura do interessado/servidor
RG/RF

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2506/2013

DECRETO Nº 2506, 03 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 512/2012.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLICIAMENTO

Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2007 MANUT.CONV. SECR. SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- Recursos Ordinários

Valor: R\$ 5.200,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLICIAMENTO
Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL
Projeto/Atividade: 2007 MANUT.CONV. SECR. SEGURANÇA PÚBLICA
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Fonte: 0100- Recursos Ordinários
Valor: R\$ 5.200,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 03 DE JUNHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto N° 2510/2013

DECRETO N° 2510, DE 26 DE JUNHO DE 2013.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0512/2012:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 2.524,18 (Dois mil quinhentos e vinte e quatro reais e dezoito centavos), no orçamento de 2013 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO
Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA
Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA
Sub-Função: 181 POLICIAMENTO
Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL
Projeto/Atividade: 2007 MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA
Fonte: 0355- SUPERÁVIT RECURSOS POLÍCIA CIVIL
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Detalhamento: Sem Detalhamento
Valor: R\$ 2.007,33

Fonte: 0354- SUPERÁVIT RECURSOS POLÍCIA MILITAR
Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS
Detalhamento: Sem Detalhamento
Valor: R\$ 516,85

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC,
26 DE JUNHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Portaria N° 224/2013

PORTARIA N° 234, DE 16 DE JULHO DE 2013
"DESCONTA DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando as certidões de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal nº 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

RESOLVE:

Art. 1º. Descontar dos vencimentos do servidor JOSÉ ROBERTO GONZATTO, o valor de R\$ 309,58 (trezentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), em quatro parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de julho/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 229/2013

PORTARIA N° 229, DE 11 DE JULHO DE 2013
"NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o disposto no Decreto nº 1636, de 31.07.2007, RESOLVE:

Art. 1º - Ficam nomeados os(as) servidores(as) Janete Aparecida Felicetti, Ana Paula Ortigara e Irley Luiz Lamperti, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório.

Art. 2º - A Comissão terá a incumbência de efetuar aferição do Estágio Probatório dos servidores que ingressaram através de concurso público.

Art. 3º - Para desempenhar suas funções, a Comissão poderá requisitar o apoio dos vários setores da Administração.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 157, de 17 de abril de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 11 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 230/2013

PORTARIA N° 230, DE 15 DE JULHO DE 2013
"NOMEIA O SR. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSISTENTE DE GABINETE."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso V, do artigo 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 17, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, RESOLVE: Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento em comissão de Assistente de gabinete - Nível CC-1, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, o Sr. ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, com os vencimentos previstos em LEI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 231/2013

PORTARIA N° 231, DE 15 DE JULHO DE 2013
"DELEGA ATRIBUIÇÕES A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Com amparo no artigo 88, incisos VII e XIII, da Lei Orgânica Municipal, c/c. artigo 1º, Parágrafo único, do inciso II, e artigo 7º, da Lei Municipal nº 016, de 04 de abril de 1997, RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir ao servidor ANTONIO OSMAR OLIVEIRA, ocupante do cargo em comissão de Assistente de Gabinete - Nível CC-1, nomeado pela Portaria nº 230, de 15 de julho de 2013, as seguintes atribuições:

- I - Desempenhar o cargo junto ao Gabinete do Prefeito;
- II - O servidor poderá dirigir veículos utilitários, à disposição das Secretarias e Órgãos Públicos Municipais;
- III - Eventualmente substituir os Motoristas titulares, afastados temporariamente, e ou em gozo de vantagens previstas em Lei;
- IV - Outras atividades determinadas pelo Prefeito Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 232/2013

PORTARIA N° 232, DE 15 DE JULHO DE 2013
"CONCEDE 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS AO SERVIDOR DOMINGOS MACHADO DA SILVA - MOTORISTA - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de Julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor DOMINGOS MACHADO DA SILVA, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - Nível 2 - Referência B - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21.07.1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03.03.2011, referente ao período aquisitivo de 01.03.2012 a 28.02.2013, a partir de 22 de julho de 2013 a 05 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 22 de julho de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 15 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 233/2013

PORTARIA N° 233, DE 16 DE JULHO DE 2013
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR ARNALDO LUIZ MICHELUZZI - OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE: Art. 1º. Conceder férias ao servidor ARNALDO LUIZ MICHELUZZI brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Estado de Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS - NÍVEL 2 - REFERÊNCIA C - Anexo 1 - Subanexo II - Serviços Operacionais, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011, referente ao período aquisitivo de 11.02.2010 à 10.02.2011, a partir de 29 de julho a 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 29 de julho de 2013.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 16 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 234/2013

PORTARIA N° 234, DE 16 DE JULHO DE 2013
"DESCONTA DO VENCIMENTO DE SERVIDOR, O VALOR E FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando as certidões de dívida ativa, expedida pelo Setor de Tributação e Arrecadação;

Com amparo na Lei Municipal n° 520, de 15 de abril de 2013, c/c. art. 45, da Lei Municipal n° 255, de 07 de janeiro de 2004 - Estatuto do Servidor Público do Município de Ibiã,

RESOLVE:

Art. 1º. Descontar dos vencimentos do servidor JOSÉ ROBERTO GONZATTO, o valor de R\$ 309,58(trezentos e nove reais e cinquenta e oito centavos), em quatro parcelas iguais.

Parágrafo único. As parcelas previstas no artigo 1º serão descontadas a partir do pagamento relativo ao mês de julho/2013.

Art. 2º. Encaminhar ao Setor de Fiscalização Tributária cópia desta Portaria, para efeito de controle.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 16 DE JULHO DE 2013.
CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Ata de Registro de Preços N° 02/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 002/2013 do FMAS
PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2013.
PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2013

SRP N° 011/2013

CONTRATANTE-Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã - CNPJ: 01.612.745/0001-74
CONTRATADO- Mercado RZ Ltda EPP, CNPJ: 85.373.157/0001-15

OBJETO- Registrar preço para eventual possível aquisição em contratações futuras de: açúcar, água mineral, alface, biscoito, café, chá, detergente entre outros produtos.

Valor Total: R\$ 7.834,55

Data Assinatura: 10/07/2013.

Vigência: 12 meses.

Ata de Registro de Preços N° 02/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 002/2013 do FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2013

SRP N° 011/2013

CONTRATANTE-Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã -

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO- Mercado RZ Ltda EPP, CNPJ: 85.373.157/0001-15

OBJETO- Registrar preço para eventual possível aquisição em contratações futuras de: açúcar, água mineral, alface, biscoito, café, chá, detergente entre outros produtos.

Valor Total: R\$ 7.834,55

Data Assinatura: 10/07/2013.

Vigência: 12 meses.

Ata de Registro de Preços N° 03/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 003/2013 do FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2013

SRP N° 011/2013

CONTRATANTE-Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã -

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO- Renato Marcelo Seffrin Lutz-ME, CNPJ:

14.633.520/0001-46

OBJETO- Registrar preço para eventual possível aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de: álcool gel, banana, cebola, entre outros produtos.

Valor Total: R\$ 2.093,20

Data Assinatura: 10/07/2013.

Vigência: 12 meses.

Ata de Registro de Preços N° 04/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 004/2013 do FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2013

SRP N° 011/2013

CONTRATANTE-Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã -

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO- Supermercado Dani e Dani Ltda ME, CNPJ:

07.933.243/0001-21

OBJETO- Registrar preço para eventual possível aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de: arroz parabolizado, balsas sortidas, bombom recheado, carne de gado, farinha de trigo, entre outros produtos.

Valor Total: R\$ 34.050,00

Data Assinatura: 10/07/2013.

Vigência: 12 meses.

Ata de Registro de Preços N° 05/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 005/2013 do FMAS

PROCESSO LICITATÓRIO N. 038/2013.

PREGÃO PRESENCIAL N. 030/2013

SRP N° 011/2013

CONTRATANTE-Fundo Municipal de Assistência Social de Ibiã -

CNPJ: 01.612.745/0001-74

CONTRATADO- Panificadora Ibiã Ltda ME, CNPJ:

04.930.512/0001-08

OBJETO- Registrar preço para eventual possível aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados de: bolacha champagne, bolacha fubá, bolacha tipo caseira, bolo confeitado, calzone, cuquinha sovada, entre outros produtos.

Valor Total: R\$ 19.557,00
Data Assinatura: 10/07/2013.
Vigência: 12 meses.

Ata de Registro de Preços N° 13/2013 FMAS

ATA DE REGISTROS DE PREÇOS n° 013/2013 da PMI
PROCESSO LICITATÓRIO N. 042/2013.
PREGÃO PRESENCIAL N. 033/2013
SRP N° 013/2013
CONTRATANTE- Prefeitura Municipal de Ibiã - CNPJ:
01.612.745/0001-74
CONTRATADO- Harmonize Indústria e Comércio Têxtil Ltda, CNPJ:
04.489.202/0001-08

OBJETO- Registrar Preço para possíveis aquisições futuras, com pedidos parcelados de kits com peças de vestuário padronizado(uniforme), que serão distribuídos gratuitamente para os alunos da rede municipal de ensino.
Valor estimado de aquisição: R\$ 37.184,00 (Trinta e sete mil cento e oitenta e quatro reais).
Data Assinatura: 12/07/2013.
Vigência: 12 meses

Imbituba**PREFEITURA****Lei N° 4.232.2013**

Lei n° 4.232, de 15 de julho de 2013.
Dispõe sobre a condução de veículo oficial ou de representação do Poder Executivo e dá outras providências

O PREFEITO DE IMBITUBA,
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Os servidores públicos municipais e os agentes públicos, dos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando não houver disponíveis servidores ocupantes do cargo de Motorista, poderão dirigir veículos oficiais ou de representação do Poder Executivo, de transporte com capacidade máxima de 5 pessoas.

Art. 2º A possibilidade de que trata o artigo 1º depende de autorização prévia e expressa do dirigente máximo do órgão municipal a que pertençam e será concedida mediante solicitação do servidor, conforme formulário próprio constante do anexo I desta Lei, que ficará arquivada no setor por até 1(um) ano para comprovar a necessidade excepcional e até que seja feita a renovação do licenciamento anual do veículo para apuração de eventuais multas.

Art. 3º É condição para a autorização de que trata o artigo 2º desta Lei a apresentação, pelos servidores respectivos, da Carteira Nacional de Habilitação na categoria exigida, em cada caso, pelo Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 4º Os servidores públicos e os agentes públicos autorizados, de forma discricionária, devem assinar termo de responsabilidade em que conste a sua obrigação em verificar, antes da partida, se o veículo está em condições de trafegar em via pública, nos termos da Lei, bem como de que são cientes da sua responsabilidade por qualquer ato doloso ou culposos que venham a cometer na direção do veículo, em conformidade com o anexo II desta Lei, sendo que a punição deverá preceder à auditoria a avaliação da comissão

(JARI) que dará parecer conclusivo sobre a culpabilidade ou não do servidor.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 085.2013

DECRETO PMI N° 085, de 10 de julho de 2013.
Dispõe sobre a transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe o Art. 30 da Lei n° 1.649, de 29 de fevereiro de 1996 e o Art. 10 da Lei Complementar n° 3.647, de 17 de março de 2010;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, as fls.22 no Processo n° 6731/2013,
DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA à transferência de Autorização da Prestação de Serviço de Táxi, Ponto n° 04, localizado na Rua: Ernani Cotrin, Bairro Centro, do de cujus JOÃO ALVES FIGUEIREDO, certidão de óbito n° 40380, para o Senhor ANDRÉ FERNANDES FIGUEIREDO, herdeiro, inscrito no CPF sob n° 050.619.129-00, nos termos do Processo Administrativo n° 6731/2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI n° 080/2013.

Imbituba, 10 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 086.2013

DECRETO PMI N° 086, de 10 de julho de 2013.
Convoca a VI Conferência Municipal de Assistência Social de Imbituba - SC.

O PREFEITO DE IMBITUBA, em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e,

Considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VI Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 09 de agosto de 2013, das 8:00h às 18:00h, no Auditório da Escola E. B. Henrique Lage, tendo como tema central: "A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Edna dos Santos Souza Demétrio
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Decreto PMI N° 087.2013

DECRETO PMI N° 087, de 15 de julho de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e da outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ
Manutenção da Secretaria da Fazenda
04.123.0004-2.004
3.3.90.00.00.00.00.0080 (0014) Aplicações Diretas 27.000,00
Total 27.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial do seguinte item orçamentário:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA - SEFAZ
Manutenção da Secretaria da Fazenda
04.123.0004-2.004
3.3.50.00.00.00.00.0080 (0012) Aplicações Diretas 27.000,00
Total 27.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Decreto PMI N° 088.2013

DECRETO PMI N° 088, de 15 de julho de 2013.
Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.119, de 05 de dezembro de 2012,
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 501.875,84 (Quinhentos e um mil e oitocentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) para reforço de dotação, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA - SEINFRA
Pavimentação de Vias Públicas
15.451.0007-1.010
4.4.90.00.00.00.00.00138 (0139) Aplicações Diretas 501.875,84
Total 501.875,84

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de Operação de Crédito em 2013 do Contrato BADESC/ CIDADES nº 2011-013300.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 15 de julho de 2013.
JAISON CARDOSO DE SOUZA
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 417/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 417, de 12 de julho de 2013.
Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Danúbia Francisco Ramos	Professora II - 40h	057.979.449-01	21/03/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de março de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de julho de 2013.
ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 420/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 420, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Pedreiro, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Charlilei da Silveira	Pedreiro	027.045.179-08	03/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 421/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 421, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Rejane Ruiz	Professora I - 20h	806.473.679-04	13/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 422/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 422, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Farmacêutico, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Frederico Augusto Pires Speck	Farmacêutico	038.894.949-00	27/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 423/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 423, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Nelci Souza Silveira	Servente Merendeira	591.479.709-87	10/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de julho de 2013, ficando revogadas



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 424/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 424, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Vivian Darcy Andrade	Professora I - 20h	049.842.299-26	10/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 425/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 425, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Celia Regina Marques Pacheco de Souza	Servente Merendeira	578.550.059-00	12/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 426/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 426, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Psicóloga, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Público Edital - 01/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Joicy de Souza Silva	Psicóloga	070.108.589-42	15/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 427/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 427, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em substituição da servidora Aurea Beatris Fernandes, Servente Merendeira, matrícula nº 5014, inscrita no CPF sob o nº 011.837.810-40, que encontra-se afastada por Auxílio Doença.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Marinês Cardoso Farias de Couto	Servente Merendeira	059.778.119-26	09/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 428/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 428, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Mayara Rodrigues Margarida	Técnica em Enfermagem	087.983.799-33	11/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 11 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 429/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 429, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Paula Geraldine da Costa Lazzarini	Professora II - 20h	579.513.490-20	15/05/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 430/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 430, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2010, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente, em substituição da servidora Maria Luiza Speck, Técnica em Enfermagem, matrícula nº 4524, inscrita no CPF sob o nº 290.198.349-91, que encontra-se afastada por Auxílio Doença.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Neiva Ana Dias Duarte	Técnica em Enfermagem	592.112.029-49	03/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 431/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 431, de 16 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professor, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, o abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital - 04/2012, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Danilo Ribeiro Soares	Professor I - 40h	048.027.449-51	08/04/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 16 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 432/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 432, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a nomeação de Assessor IV, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n° 4.161.2013, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear ALOÍSIO ÁLVARO LAZARIM, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 018.429.199-20, para exercer o cargo de Assessor IV junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

JAISON CARDOSO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ZELI PIRES
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Portaria PMI/DGP N° 433/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 433, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Agente Administrativo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Marcos José de Paula Morim Filho	054.450.229-94	10/04/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, em substituição da servidora Fernanda Martins João, Agente Administrativa, matrícula n° 4409, inscrita no CPF sob o n° 035.676.069-30, que encontra-se afastada por licença sem vencimentos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 434/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 434, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Engenheiro Agrônomo, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Anselmo Moraes de Souza	023.223.649-67	01/04/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 435/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 435, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Médico - CAPS, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, o abaixo relacionado, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Médico - CAPS, com carga horária de 20 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
José Rodolfo Scharf Dirksen	058.001.859-80	01/04/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo determinado, a ser rescindido na data de 24/06/2013.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 436/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 436, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Farmacêutica, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Farmacêutica, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Thayse Cardoso de Carvalho	045.458.749-08	07/05/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, em substituição da servidora Fernanda Moraes de Moraes, Farmacêutica, matrícula nº 6206, inscrita no CPF sob o nº 006.190.469-45, que encontra-se afastada por licença maternidade, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 437/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 437, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Servente Merendeira, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 02/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Maria Salete Bitencourt Francisco	Servente Merendeira	018.090.549-07	03/07/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de julho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 438/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 438, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Valéria do Nascimento	Professora I 20h	888.467.339-91	19/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 439/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 439, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Telefonista Central, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Telefonista Central, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Rosani Calônico	704.898.409-06	01/04/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 440/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 440, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Auxiliar de Enfermagem, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Rosimere Duarte	691.526.839-15	02/05/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 441/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 441, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Contabilidade, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 2.150, de 08 de junho de 2001; e

Considerando a necessária instalação/funcionamento inadiável de serviços públicos essenciais e, com fundamento no inciso IX, do Art. 37, da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988,

RESOLVE:

Art. 1º Admitir, a abaixo relacionada, em caráter excepcional, para exercer o cargo/emprego público de Técnica em Contabilidade, com carga horária de 40 horas semanais, e a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	CPF	Admissão
Márcia Aparecida da Silva Luiz	022.899.339-37	02/05/2013

Art. 2º O período de contratação será por tempo indeterminado, em substituição do servidor Alex Sandre Calônico, Técnico em Contabilidade, matrícula nº 24, inscrito no CPF sob o nº 888.389.199-68, que encontra-se afastada por licença sem vencimentos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, comprovada a desnecessária manutenção dos serviços ou até a chamada de candidato aprovado em certame público.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de maio de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 442/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 442, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Samantha Kary de Souza	Professora I - 20h	059.898.349-00	17/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Gerente de Gestão de Pessoas

Portaria PMI/DGP N° 443/2013

PORTARIA PMI/DGP N° 443, de 18 de julho de 2013.

Dispõe sobre a admissão de Professora, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital - 03/2013, com carga horária de 20 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Nely Regina Paçeco	Professora I - 20h	004.385.479-69	24/06/2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 24 de junho de 2013, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de julho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO
Gerente de Gestão de Pessoas

Publicação de Extrato de Reabertura do Pregão Presencial N° 50/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PREGÃO PRESENCIAL N° 50/2013
PROCESSO N° 70/2013
COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório n° 71/2013 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO para possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA AS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE IMBITUBA.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 31 de julho de 2013, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações.

A íntegra do Edital poderá ser retirada somente na Diretoria de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 18 de julho de 2013.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: DEMUTRAN 2013/02 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: DEMUTRAN 2013/02 A00
Contratada: RENILDA DOS SANTOS RIPOLL ME
C.N.P.J: 85.134.823/0001-62

Objeto: AQUISIÇÃO DE TINTAS DE DEMARCAÇÃO VIÁRIA PARA PINTURA HORIZONTAL DAS RUAS DA CIDADE, TAIS COMO LINHAS LONGITUDINAIS, FAIXAS DE PEDESTRES, MARCAS DE CANALIZAÇÃO ENTRE OUTRAS SINALIZAÇÕES HORIZONTAIS.
Valor: R\$ 39.100,00 Prazo: 31/12/2013
Fundamento: Processo n°. 05/2013 Pregão 05/2013

Imbituba, 03 de julho de 2013.
JOSÉ AFONSO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
Contratante

RENILDA DOS SANTOS RIPOLL ME
Representante Legal
Contratada

Pss - Edital PMI/Cersp/Pss/Semusa N° 04/2013

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL PMI/CERP/PSS/SEMUSA N° 04/2013
EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, considerada a ausência de candidatos habilitados e/ou aprovados no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital PMI/CERP/PSS n° 04/2013, aferido pela Procuradoria Geral do Município, no Processo Administrativo n° 9608/2013 e conforme lei complementar n° 3.135/2007, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa

Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizará Processo Seletivo Simplificado para contratação de profissionais de Saúde para suprir vacâncias temporárias no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde.

O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Agente Comunitário de Saúde.

Cargos/ Carga horária semanal Escolaridade/Requisito Básico/Vencimentos

Agente Comunitária de Saúde : Área 02, Área 10, Área 14, Área 15, Área 16

Carga horária semanal : 40h.

Ensino fundamental completo e residir na área de atuação
Vencimento de R\$: 678,00

As inscrições serão realizadas no período de 18/07/2013 à 24/07/2013 na Gerência de Gestão de Pessoas PMI das 14:00 às 18:00.

Edital Completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL

Ato da Presidência N° 035/13

Ato da Presidência n° 035/13

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 5ª Sessão Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 14ª Legislatura, a realizar-se no dia 16 de julho de 2013 (terça-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
059	PL nº 4.384/2013	14/06/13	Executivo Municipal	Jaison Cardoso de Souza	Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Imbituba para o Quadriênio 2014/2017 e dá outras providências.	Urgência Especial	2ª	2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 15 de Julho de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA Presidente	LUÍZ CLÁUDIO CARVALHO DE SOUZA Vice-Presidente
ROSÁLIA MARIA DE SOUZA SGROTT Primeira-Secretária	ROGBERTO DE FARIAS PIRES Segundo-Secretário

Iomerê

PREFEITURA

Portaria 2210/2013

PORTARIA Nº 2210 DE 17 DE JULHO DE 2013
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidora SIBELI APARECIDA MORELATO FIORENTIN, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/07/2012 a 08/07/2013 a contar de 22/07/2013 a 20/08/2013.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios - DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 17 de julho de 2013.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- ADESAO AO PGT – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal - RGF - 1º Semestre 2013

Relatório de Gestão Fiscal - RGF - 1º Semestre 2013

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 | Município de IOMERÊ - PODER EXECUTIVO CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo da Despesa Com Pessoal |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JULHO/2012 A JUNHO/2013 |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'a' - Anexo I

DESPESAS EXECUTADAS		
Últimos 12 Meses		
Despesa com Pessoal	LIQUIDADAS	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	5.304.428,66	0,00
Pessoal Ativo	5.304.428,66	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS (art.19,§1º da LRF)(II)	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
DESPESA BRUTA COM PESSOAL-LEGISLATIVO(I)	288.316,70	0,00
Pessoal Ativo	288.316,70	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Desp.de Pess.Dec.de Contr.de Terc.(art.18,§1ºda	0,00	0,00
DESPESA NAO COMPUTADAS-LEGISLATIVO (art.19,§1º da LRF)(I	0,00	0,00
Ind.por Demissão e Incent.à Demissão Vol.	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos com recursos vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (inciso II do §6ºdo art.57 da	0,00	0,00
Contribuições Patronais	0,00	0,00
TOT.DESP.LÍQ.COM PES.P/FINS APUR.LIM.-TDP(IV)=(I-II+III)	5.592.745,36	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		11.959.133,56
% TOT.DESP.COM PES.PARA FINS DE APUR.DO LIM.-TDP sobre a RCL (IV/V) * 100		46,77%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	60,00%	7.175.480,14
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	57,00%	6.816.706,13

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório de Gestão Fiscal |

| Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/1º Semestre |

+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'b' - Anexo II

PREFEITURA / FUNDOS

Descrição	Sld.Ex.Anterior	S a l d o Até o 1º Sem	S a l d o Até o 2º Sem
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	-1.047.254,65	-848.238,43	0,00
Dívida Contratual	-1.047.254,65	-848.238,43	0,00
DEDUÇÕES (II)	872.117,24	962.846,11	0,00
Ativo Disponível	788.899,00	962.846,11	0,00
Haveres Financeiros	83.218,24	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	-175.137,41	114.607,68	0,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.111.255,38	11.959.133,56	0,00
% da DC sobre a RCL	-8,65	-7,09	0,00
% da DCL sobre a RCL	-1,45	0,96	0,00
LIM.DEF.PELA RESOL.Nro 40, DE 2001, DO SENADO FEDERAL: 120%	14.533.506,46	14.350.960,27	0,00

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001 3o Quadrimestre			2002 Quadrimestre			2003 Quadrimestre			2004 Quadrimestre		
	DCL	Exced.	Redutor	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2005 Quadrimestre			2006 Quadrimestre			2007 Quadrimestre			2008 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2009 Quadrimestre			2010 Quadrimestre			2011 Quadrimestre			2012 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

Exercício Financeiro	2013 Quadrimestre			2014 Quadrimestre			2015 Quadrimestre			2016 Quadrimestre		
	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o	1o	2o	3o
%da DCL sobre a RCL	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-
%Limite de Endividamento	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-	-0-

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório de Gestão Fiscal |
 | Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/1º Semestre |
 +-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'c' e art.40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
INTERNAS (I)	1.047.254,65	848.238,43	0,00
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00
ENTIDADES CREDORAS	0,00	0,00	0,00
OBRIGACOES A PAGAR	0,00	0,00	0,00
OPERACOES DE CREDITO	418.902,00	219.885,78	0,00
OPERACOES DE CREDITO - INTERNA	628.352,65	628.352,65	0,00
EXTERNAS (II)			
Beneficiários	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	1.047.254,65	848.238,43	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.111.255,38	11.959.133,56	0,00
% TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	8,65	7,09	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.664.476,18	2.631.009,38	0,00

COTNRAGARANTIAS	SALDO EXERCIC.	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2005	
	ANTERIOR	1ºSemestre	2ºSemestre
GARANTIAS INTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
GARANTIAS EXTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I+II)	0,00	0,00	0,00

 PREFEITO MUNICIPAL
 Luciano Paganini

 Contadora CRC/SC 32379/0-4
 Sirlei C. S. Altenhofen

 Responsável pelo Controle Interno
 Vanessa Lara Bernart

 Sec. Adm. e Finanças
 DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório de Gestão Fiscal |
| Demonstrativo das Operações de Crédito |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2013/1º Semestre |
+-----+

LRF, art.55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' - Anexo IV

Operações Realizadas	
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	Até o 1º Semestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	
Internas	65.583,34
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa	65.583,34
Externas	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I+II)	65.583,34
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.959.133,56
% das Op.de Cred. Int.e Ext.Sobre a RCL	0,55
% das Op.de Cred. por Ant.de Rec Sobre a RCL	0,00
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Operações de Crédito Internas e Externas 16%	1.913.461,37
Limite Def.por Resol.do Sen.Federal para as Oper.de Crédito por Antecipação de Rec. 7%	837.139,35

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ
Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
JANEIRO A JUNHO 2013/3º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'a' - Anexo V

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	962.846,11	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	132.663,07
Disponibilidade Financeira	962.846,11	Depósitos de Diversas Origens	186,69
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	132.476,38
Banco	962.846,11	Do Exercício	132.476,38
Contas Movimento	962.846,11	De Exercícios Anteriores	0,00
Aplicações Financeiras	0,00	Outras Obrigações Financeiras	0,00
SUBTOTAL	962.846,11	SUBTOTAL	132.663,07
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO	
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	830.183,04
TOTAL	962.846,11	TOTAL	962.846,11
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			1.584.775,35
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV)=(II-III)			-754.592,31

REGIME PREVIDENCIÁRIO		
ESPECIFICAÇÃO	VALOR	ESPECIFICAÇÃO
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS
Disponibilidade Financeira	0,00	Depósitos de Diversas Origens
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados
Banco	0,00	Do Exercício
Contas Movimento	0,00	De Exercícios Anteriores
		Outras Obrigações Financeiras
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO
EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (V)	0,00	EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VI)
TOTAL	0,00	TOTAL
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)		
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (VIII)=(VI-VII)		
DEFICIT	754.592,31	SUPERAVIT
		0,00

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 Município de IOMERÊ
 Relatório de Gestão Fiscal
 Demonstrativo dos Restos a Pagar
 Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
 JANEIRO A JUNHO 2013/3º Bimestre

LRF, art.55, inciso III, alínea 'b' - Anexo VI

PODER/ÓRGÃO	R E S T O S A P A G A R I N S C R I T O S				EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIENCIA FINANCEIRA	SUFICIENCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	Ex. Anteriores	Exerc. Atual	Ex. Anteriores	Exerc. Atual		
ADMINISTRAÇÃO DIRETA						
EXECUTIVO						
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	0,00	71.222,60	124.826,77	1.273.011,34	0,00	524.796,81
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA						
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ	0,00	60.469,45	28.668,94	291.133,85	0,00	357.433,52
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IO	0,00	2.555,00	0,00	20.630,16	0,00	80.615,78
Subtotal	0,00	134.247,05	153.495,71	1.584.775,35	0,00	962.846,11
TOTAL	0,00	134.247,05	153.495,71	1.584.775,35	0,00	962.846,11

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório de Gestão Fiscal

Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Até o 1º Semestre de 2013

LRF, art.48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Tot.da Desp.Líquida com Pessoal nos 12 Ult.Meses	5.592.745,36	46,77
Limite Maximo	7.175.480,14	60,00
Limite Prudencial	6.816.706,13	57,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Liquida	114.607,68	0,96
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	14.350.960,27	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Garantias	848.238,43	7,09
Limite Definido por Resolucao do Senado Federal	2.631.009,38	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Créditos Internas e Externas	65.583,34	0,55
Operações de Creditos por Antecipacao de Receita	0,00	0,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito Internas e Externas	1.913.461,37	16,00
Limite Definido Pelo Senado Federal para		
Operação de Crédito por Antec. de Receita	837.139,35	7,00

RESTOS A PAGAR	SUF.ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES.
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	1.584.775,35	962.846,11

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - 3º Bimestre 2013

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - 3º Bimestre 2013

+ [CPL] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Balanço Orçamentário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+
 LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	11.196.222,40	11.196.222,40	2.091.233,48	18,680	5.988.111,36	53,480	5.208.111,04
RECEITAS CORRENTES	10.271.222,40	10.271.222,40	2.091.233,48	20,360	5.902.163,12	57,460	4.369.059,28
RECEITA TRIBUTÁRIA	341.000,00	341.000,00	154.691,41	45,360	306.559,23	89,900	34.440,77
IMPOSTOS	297.000,00	297.000,00	126.983,41	42,760	254.803,33	85,790	42.196,67
TAXAS	43.000,00	43.000,00	27.708,00	64,440	51.755,90	120,360	-8.755,90
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	1.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	59.000,00	59.000,00	8.521,53	14,440	29.850,00	50,590	29.150,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	59.000,00	59.000,00	8.521,53	14,440	29.850,00	50,590	29.150,00
RECEITA PATRIMONIAL	102.000,00	102.000,00	8.206,26	8,050	25.304,12	24,810	76.695,88
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.000,00	10.000,00	1.715,47	17,150	5.008,17	50,080	4.991,83
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	92.000,00	92.000,00	6.490,79	7,060	20.295,95	22,060	71.704,05
RECEITA DE SERVIÇOS	30.000,00	30.000,00	298,38	0,990	2.851,70	9,510	27.148,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.690.302,40	9.690.302,40	1.914.855,98	19,760	5.520.510,08	56,970	4.169.792,32
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.666.302,40	9.666.302,40	1.914.855,98	19,810	5.520.510,08	57,110	4.145.792,32
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	24.000,00	24.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	24.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	48.920,00	48.920,00	4.659,92	9,530	17.087,99	34,930	31.832,01
MULTAS E JUROS DE MORA	17.730,00	17.730,00	2.334,03	13,160	7.306,28	41,210	10.423,72
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.100,00	8.100,00	194,43	2,400	807,53	9,970	7.292,47
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	13.390,00	13.390,00	2.114,06	15,790	7.445,71	55,610	5.944,29
RECEITAS DIVERSAS	9.700,00	9.700,00	17,40	0,180	1.528,47	15,760	8.171,53
RECEITAS DE CAPITAL	925.000,00	925.000,00	0,00	0,000	85.948,24	9,290	839.051,76
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	65.583,34	0,000	-65.583,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,000	65.583,34	0,000	-65.583,34
ALIENAÇÃO DE BENS	80.000,00	80.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	80.000,00
Alienação de Bens Móveis	80.000,00	80.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	80.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	65.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	65.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	845.000,00	845.000,00	0,00	0,000	20.364,90	2,410	824.635,10
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	845.000,00	845.000,00	0,00	0,000	20.364,90	2,410	824.635,10
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	11.196.222,40	11.196.222,40	2.091.233,48	100,000	5.988.111,36	100,000	5.208.111,04
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	11.196.222,40	11.196.222,40	2.091.233,48	100,000	5.988.111,36	100,000	5.208.111,04
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	11.196.222,40	11.196.222,40	2.091.233,48		5.988.111,36		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	530.963,04	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	530.963,04	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	530.963,04	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	11.196.222,40	605.505,15	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	0,00	49,44	5.967.490,70
DESPESAS CORRENTES	9.369.182,40	665.699,82	10.034.882,22	1.708.844,32	7.072.129,45	2.181.361,04	5.537.288,10	0,00	55,18	4.497.594,12
Pessoal e Encargos Sociais	4.898.746,70	40.017,27	4.938.763,97	934.318,14	2.633.196,31	938.784,14	2.619.798,31	0,00	53,05	2.318.965,66
Juros/Encargos da Dívida	120.000,00	0,00	120.000,00	20.067,56	62.922,36	20.067,56	62.922,36	0,00	52,44	57.077,64
Outras despesas Correntes	4.350.435,70	625.682,55	4.976.118,25	754.458,62	4.376.010,78	1.222.509,34	2.854.567,43	0,00	57,37	2.121.550,82
DESPESAS DE CAPITAL	1.777.040,00	-60.194,67	1.716.845,33	125.825,46	346.882,75	116.050,52	296.948,75	0,00	17,30	1.419.896,58
Investimentos	1.377.040,00	-60.194,67	1.316.845,33	57.966,38	147.866,53	48.191,44	97.932,53	0,00	7,44	1.218.912,80
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	400.000,00	0,00	400.000,00	67.859,08	199.016,22	67.859,08	199.016,22	0,00	49,75	200.983,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	11.196.222,40	605.505,15	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	0,00	49,44	5.967.490,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	11.196.222,40	605.505,15	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	0,00	49,44	5.967.490,70
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	153.874,51	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	11.196.222,40	605.505,15	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.988.111,36	0,00	49,44	5.967.490,70

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano PaganiniContadora CRC/SC 32379/O-4
Sirlei C. S. AltenhofenResponsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara BernartSec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	11.196.222,40	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	100,00	49,44	5.967.490,70
01	LEGISLATIVA	502.090,00	402.090,00	56.558,76	205.456,49	63.713,05	180.050,25	3,09	44,78	222.039,75
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	502.090,00	402.090,00	56.558,76	205.456,49	63.713,05	180.050,25	3,09	44,78	222.039,75
	Subtotal	502.090,00	402.090,00	56.558,76	205.456,49	63.713,05	180.050,25	3,09	44,78	222.039,75
04	ADMINISTRAÇÃO	2.070.201,90	2.271.201,90	286.654,15	1.314.426,64	384.449,43	1.088.207,38	18,65	47,91	1.182.994,52
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.284.400,00	1.485.400,00	198.692,37	843.925,62	248.122,24	689.344,93	11,82	46,41	796.055,07
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	785.801,90	785.801,90	87.961,78	470.501,02	136.327,19	398.862,45	6,84	50,76	386.939,45
	Subtotal	2.572.291,90	2.673.291,90	343.212,91	1.519.883,13	448.162,48	1.268.257,63	21,74	47,44	1.405.034,27
06	SEGURANÇA PÚBLICA	13.530,00	16.113,34	1.320,00	8.950,40	2.869,00	8.050,40	0,14	49,96	8.062,94
06.181	POLICIAMENTO	13.530,00	16.113,34	1.320,00	8.950,40	2.869,00	8.050,40	0,14	49,96	8.062,94
	Subtotal	2.585.121,90	2.689.405,24	344.532,91	1.528.833,53	451.031,48	1.276.308,03	21,88	47,46	1.413.097,21
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	176.510,50	176.510,50	6.020,25	80.564,60	17.692,68	59.934,44	1,03	33,96	116.576,06
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	36.550,00	28.550,00	3.103,42	5.957,79	3.088,42	5.942,79	0,10	20,82	22.607,21
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES	119.600,00	119.600,00	0,00	61.627,60	11.963,92	44.794,26	0,77	37,45	74.805,74
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	20.360,50	28.360,50	2.916,83	12.979,21	2.640,34	9.197,39	0,16	32,43	19.163,11
	Subtotal	2.762.332,40	2.865.915,74	350.553,16	1.609.398,13	468.724,16	1.336.242,47	22,90	46,63	1.529.673,27
10	SAÚDE	2.246.775,20	2.530.819,29	602.323,16	1.744.337,45	587.113,23	1.453.203,60	24,91	57,42	1.077.615,69
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.765.740,00	1.994.412,46	506.434,76	1.328.126,90	406.618,80	1.086.272,22	18,62	54,47	908.140,24
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATO	464.145,20	519.516,83	95.608,40	410.730,55	177.214,43	361.451,38	6,20	69,57	158.065,45
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.650,00	7.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.650,00
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.240,00	9.240,00	280,00	5.480,00	3.280,00	5.480,00	0,09	59,31	3.760,00
	Subtotal	5.009.107,60	5.396.735,03	952.876,32	3.353.735,58	1.055.837,39	2.789.446,07	47,81	51,69	2.607.288,96
12	EDUCAÇÃO	2.603.440,00	2.754.293,84	357.258,17	2.015.209,27	622.170,26	1.454.787,48	24,94	52,82	1.299.506,36
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	60.100,00	60.100,00	0,00	44.378,37	12.287,98	23.962,67	0,41	39,87	36.137,33
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.841.340,00	1.894.118,00	310.350,46	1.489.367,36	462.447,83	1.120.317,89	19,20	59,15	773.800,11
12.362	ENSINO MÉDIO	320.000,00	320.000,00	6.907,00	273.617,00	73.811,20	138.165,02	2,37	43,18	181.834,98
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	370.000,00	468.075,84	40.000,71	197.846,54	71.869,25	167.079,90	2,86	35,70	300.995,94
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	12.000,00	12.000,00	0,00	10.000,00	1.754,00	5.262,00	0,09	43,85	6.738,00
	Subtotal	7.612.547,60	8.151.028,87	1.310.134,49	5.368.944,85	1.678.007,65	4.244.233,55	72,75	52,07	3.906.795,32
13	CULTURA	107.000,00	107.000,00	8.384,08	89.505,05	24.666,77	36.979,28	0,63	34,56	70.020,72
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	107.000,00	107.000,00	8.384,08	89.505,05	24.666,77	36.979,28	0,63	34,56	70.020,72
	Subtotal	7.719.547,60	8.258.028,87	1.318.518,57	5.458.449,90	1.702.674,42	4.281.212,83	73,38	51,84	3.976.816,04
15	URBANISMO	963.696,70	955.965,55	111.092,64	337.808,49	100.354,68	295.586,74	5,07	30,92	660.378,81
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	963.696,70	955.965,55	111.092,64	337.808,49	100.354,68	295.586,74	5,07	30,92	660.378,81
	Subtotal	8.683.244,30	9.213.994,42	1.429.611,21	5.796.258,39	1.803.029,10	4.576.799,57	78,45	49,67	4.637.194,85
16	HABITAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16.482	HABITAÇÃO URBANA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Subtotal	8.693.244,30	9.213.994,42	1.429.611,21	5.796.258,39	1.803.029,10	4.576.799,57	78,45	49,67	4.637.194,85
17	SANEAMENTO	130.000,00	130.000,00	0,00	114.673,84	31.121,78	67.991,17	1,17	52,30	62.008,83
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	130.000,00	130.000,00	0,00	114.673,84	31.121,78	67.991,17	1,17	52,30	62.008,83
	Subtotal	8.823.244,30	9.343.994,42	1.429.611,21	5.910.932,23	1.834.150,88	4.644.790,74	79,61	49,71	4.699.203,68
20	AGRICULTURA	1.120.090,00	1.126.090,00	139.616,89	626.639,75	202.232,03	578.449,78	9,91	51,37	547.640,22
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	95.000,00	70.000,00	181,20	49.187,70	3.502,42	26.212,26	0,45	37,45	43.787,74
20.606	EXTENÇÃO RURAL	1.025.090,00	1.056.090,00	139.435,69	577.452,05	198.729,61	552.237,52	9,47	52,29	503.852,48
	Subtotal	9.943.334,30	10.470.084,42	1.569.228,10	6.537.571,98	2.036.382,91	5.223.240,52	89,53	49,89	5.246.843,90
22	INDÚSTRIA	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
22.661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	40.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
	Subtotal	9.983.334,30	10.490.084,42	1.569.228,10	6.537.571,98	2.036.382,91	5.223.240,52	89,53	49,79	5.266.843,90
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
23.695	TURISMO	2.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
	Subtotal	9.985.834,30	10.492.584,42	1.569.228,10	6.537.571,98	2.036.382,91	5.223.240,52	89,53	49,78	5.269.343,90
25	ENERGIA	173.000,00	173.000,00	0,00	171.860,00	29.590,55	88.214,12	1,51	50,99	84.785,88
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	173.000,00	173.000,00	0,00	171.860,00	29.590,55	88.214,12	1,51	50,99	84.785,88
	Subtotal	10.158.834,30	10.665.584,42	1.569.228,10	6.709.431,98	2.065.973,46	5.311.454,64	91,04	49,80	5.354.129,78
26	TRANSPORTE	724.388,10	843.143,13	143.038,12	550.077,26	212.348,18	492.433,56	8,44	58,40	350.709,57
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	724.388,10	843.143,13	143.038,12	550.077,26	212.348,18	492.433,56	8,44	58,40	350.709,57
	Subtotal	10.883.222,40	11.508.727,55	1.712.266,22	7.259.509,24	2.278.321,64	5.803.888,20	99,48	50,43	5.704.839,35
27	DESPORTO E LAZER	263.000,00	243.000,00	122.403,56	159.502,96	19.089,92	30.348,65	0,52	12,49	212.651,35
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	113.000,00	93.000,00	15.403,56	52.502,96	18.597,92	29.856,65	0,51	32,10	63.143,35
27.813	LAZER	150.000,00	150.000,00	107.000,00	107.000,00	492,00	492,00	0,01	0,33	149.508,00
	Subtotal	11.146.222,40	11.751.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	100,00	49,65	5.917.490,70
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	Subtotal	11.196.222,40	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	100,00	49,44	5.967.490,70
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III)=(I+II)	11.196.222,40	11.801.727,55	1.834.669,78	7.419.012,20	2.297.411,56	5.834.236,85	100,00	49,44	5.967.490,70

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JULHO/2012 A JUNHO/2013 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
ESPECIFICAÇÃO	07/2012	08/2012	09/2012	10/2012	11/2012	12/2012	01/2013
RECEITAS CORRENTES (I)	1.064.537,44	1.051.342,15	1.110.942,78	1.099.321,41	1.309.997,80	1.552.794,65	1.192.128,59
Receita Tributária	46.930,02	28.557,84	36.480,06	30.074,55	39.248,65	76.698,56	27.992,18
IPTU	5.221,69	1.978,91	5.762,29	346,90	6.444,71	377,30	111,88
ISS	11.720,26	5.320,21	6.550,05	11.033,43	6.962,50	35.435,98	6.996,32
ITBI	13.470,00	4.520,00	8.760,00	3.124,27	7.330,00	8.720,00	10.041,41
IRRF	13.706,53	14.256,04	13.834,18	14.183,91	14.719,22	29.909,94	8.482,56
Outras	2.811,54	2.482,68	1.573,54	1.386,04	3.792,22	2.255,34	2.360,01
Receita de Contribuições	4.897,45	5.105,44	4.482,82	4.872,53	5.838,10	4.880,58	5.183,63
Receita Patrimonial	5.930,91	5.473,62	4.015,15	3.540,19	3.612,55	2.925,96	3.906,25
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	123,00	5.275,25	4.316,50	2.461,07
Transferências Correntes	1.004.566,96	1.010.228,16	1.065.136,60	1.059.812,19	1.254.456,67	1.453.789,78	1.148.610,24
Cota-Parte do FPM	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	498.044,23	459.205,74
Cota-Parte do ICMS	484.705,95	485.182,87	563.076,26	530.498,15	570.924,16	551.944,29	474.127,51
Cota-Parte do IPVA	31.910,08	31.665,70	31.709,17	37.927,31	21.565,86	8.423,42	18.132,36
Cota-Parte do ITR	0,00	20,76	772,60	2.033,78	27,53	36,86	12,72
Transf.da LC 87/1996	2.672,99	2.672,99	0,00	5.345,98	2.672,99	0,00	2.672,99
Transferência do FUNDEB	59.200,92	61.423,83	69.010,11	64.531,61	68.955,75	63.792,05	84.337,13
Outras Transferências	108.024,50	78.297,72	93.479,87	93.486,97	149.683,52	331.548,93	110.121,79
Demais Receitas Correntes	2.212,10	1.977,09	828,15	898,95	1.566,58	10.183,27	3.975,22
II-DEDUÇÕES	169.056,29	175.856,48	182.304,35	182.164,22	208.900,31	213.684,14	192.401,83
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	169.056,29	175.856,48	182.304,35	182.164,22	208.900,31	213.684,14	192.401,83
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	895.481,15	875.485,67	928.638,43	917.157,19	1.101.097,49	1.339.110,51	999.726,76

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JULHO/2012 A JUNHO/2013 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.238.777,03	1.014.481,79	1.098.927,93	1.346.483,87	1.136.630,69	14.216.366,13	12.341.818,00	
Receita Tributária	30.461,14	47.733,29	45.681,21	120.736,00	33.955,41	564.548,91	341.000,00	
IPTU	0,00	0,00	9.383,08	68.288,80	344,49	98.260,05	62.000,00	
ISS	6.286,46	11.293,20	7.797,40	6.971,32	11.532,84	127.899,97	85.000,00	
ITBI	6.624,12	12.762,10	2.571,52	3.550,00	6.067,20	87.540,62	30.000,00	
IRRF	12.494,27	17.360,08	15.615,52	14.908,99	15.319,77	184.791,01	120.000,00	
Outras	5.056,29	6.317,91	10.313,69	27.016,89	691,11	66.057,26	44.000,00	
Receita de Contribuições	5.526,21	5.022,62	5.596,01	4.348,99	4.172,54	59.926,92	59.000,00	
Receita Patrimonial	4.092,30	4.389,22	4.710,09	4.430,97	3.775,29	50.802,50	102.000,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	92,25	0,00	0,00	0,00	298,38	12.566,45	30.000,00	
Transferências Correntes	1.196.326,24	954.090,63	1.040.012,69	1.213.875,19	1.092.861,87	13.493.767,22	11.760.898,00	
Cota-Parte do FPM	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.061.608,56	4.537.264,00	
Cota-Parte do ICMS	399.049,71	376.732,25	454.255,53	451.428,85	422.846,00	5.764.771,53	5.389.315,00	
Cota-Parte do IPVA	37.036,95	29.097,38	28.792,03	29.621,26	31.644,79	337.526,31	290.112,00	
Cota-Parte do ITR	6,59	6,19	27,49	12,91	79,94	3.037,37	3.200,00	
Transf.da LC 87/1996	0,00	0,00	8.265,42	2.066,35	2.066,35	28.436,06	31.285,00	
Transferência do FUNDEB	81.295,43	71.539,86	83.438,49	87.946,84	79.494,43	874.966,45	576.330,00	
Outras Transferências	61.125,34	120.900,99	83.453,38	94.232,51	99.065,42	1.423.420,94	933.392,00	
Demais Receitas Correntes	2.278,89	3.246,03	2.927,93	3.092,72	1.567,20	34.754,13	48.920,00	
II-DEDUÇÕES	211.987,81	153.395,16	175.600,90	207.652,65	184.228,43	2.257.232,57	2.070.595,60	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	211.987,81	153.395,16	175.600,90	207.652,65	184.228,43	2.257.232,57	2.070.595,60	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.026.789,22	861.086,63	923.327,03	1.138.831,22	952.402,26	11.959.133,56	10.271.222,40	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Luciano Paganini

 Contadora CRC/SC 32379/O-4
 Sirlei C. S. Altenhofen

 Responsável pelo Controle Interno
 Vanessa Lara Bernart

 Sec. Adm. e Finanças
 DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] ----- { 001 } +
 | Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão |
 | Orçamento da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013 |
 +-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO										
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.826,77	0,00	85.692,20	39.134,57	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.668,94	0,00	28.668,94	0,00	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.495,71	0,00	114.361,14	39.134,57	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos					Inscritos				
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar	Em 31 de Dez. de 2012	Cancelados	Pagos	a Pagar	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/O-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS					
Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX) 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS	Previsão Orçamentária	
Valor	0,00	

	Período de Referencia		
	Mês Anterior(05/2013)	Exercício Anterior(2012)	Exercício Atual(2013)
BENS E DIREITOS DO RPPS			

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS					
Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo do Resultado Nominal |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	1.047.254,65	916.097,51	848.238,43
DEDUÇÕES (II)	872.615,21	1.136.015,01	963.386,65
Disponibilidade de Caixa Bruta	788.899,00	1.135.474,47	962.846,11
Demais Haveres Financeiros	83.716,21	540,54	540,54
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	174.639,44	-219.917,50	-115.148,22
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	174.639,44	-219.917,50	-115.148,22

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	104.769,28	-289.787,66

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	250.000,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/O-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo do Resultado Primário |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primarias Correntes (I)	10.179.222,40	2.084.742,69	5.881.867,17	5.983.817,46
Receita Tributária	341.000,00	154.691,41	306.559,23	296.202,16
IPTU	62.000,00	68.633,29	78.128,25	61.634,73
ISS	85.000,00	18.504,16	50.877,54	70.859,91
IRRF	120.000,00	30.228,76	84.181,19	94.086,64
ITBI	30.000,00	9.617,20	41.616,35	27.820,11
Outras	44.000,00	27.708,00	51.755,90	41.800,77
Receita de Contribuição	59.000,00	8.521,53	29.850,00	30.744,71
Outras Contribuições	59.000,00	8.521,53	29.850,00	30.744,71
Receita Patrimonial Líquida	10.000,00	1.715,47	5.008,17	4.980,39
Receita Patrimonial	102.000,00	8.206,26	25.304,12	75.447,87
(-) Aplicações Financeiras	92.000,00	6.490,79	20.295,95	70.467,48
Transferências Correntes	9.690.302,40	1.914.855,98	5.520.510,08	5.614.666,03
FPM	3.629.811,20	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
ICMS	4.311.452,00	699.420,04	2.062.752,40	2.446.465,00
Outras Transferências	1.749.039,20	410.450,75	1.201.082,57	1.026.072,84
Demais Receitas Correntes	78.920,00	4.958,30	19.939,69	37.224,17
Dívida Ativa	13.390,00	2.114,06	7.445,71	7.322,34
Diversas Receitas Correntes	65.530,00	2.844,24	12.493,98	29.901,83
Receitas de Capital (II)	925.000,00	0,00	85.948,24	2.144.680,86
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	65.583,34	1.099.766,52
(-) Alienação de Ativos (V)	80.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	845.000,00	0,00	20.364,90	1.044.914,34
Outras Transferências de Capital	845.000,00	0,00	20.364,90	1.044.914,34
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primarias de Cap. VI=II-III-IV-V	845.000,00	0,00	20.364,90	1.044.914,34
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	11.024.222,40	2.084.742,69	5.902.232,07	7.028.731,80

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	10.034.882,22	2.181.361,04	5.537.288,10	5.282.741,33
Pessoal e Encargos Sociais	4.908.371,97	934.318,14	2.606.400,31	2.451.616,61
Outras Despesas Correntes	5.006.510,25	1.226.975,34	2.867.965,43	2.808.780,24
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	20.067,56	62.922,36	22.344,48
Desp.Primarias Correntes X=VIII-IX	9.914.882,22	2.161.293,48	5.474.365,74	5.260.396,85
Despesas de Capital (XI)	1.716.845,33	116.050,52	296.948,75	2.829.965,06
Investimentos	1.316.845,33	48.191,44	97.932,53	2.829.965,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	400.000,00	67.859,08	199.016,22	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	1.316.845,33	48.191,44	97.932,53	2.829.965,06
Reserva de Conting. (XVI)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	11.281.727,55	2.209.484,92	5.572.298,27	8.090.361,91
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-257.505,15	-124.742,23	329.933,80	-1.061.630,11
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			0,00	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primario fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

398.000,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
|
| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
| Demonstrativo do Resultado Primario |
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/O-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

[www.cplinformatica.com.br]

001

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RRRO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	305.590,00	305.590,00	130.261,90	265.080,34	86,74
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	69.990,00	69.990,00	71.909,36	88.400,54	126,30
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	62.000,00	62.000,00	68.633,29	78.128,25	126,01
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	1.200,00	1.200,00	125,06	161,58	13,46
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	4.890,00	4.890,00	1.895,06	6.350,27	129,86
1.1.4- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	1.900,00	1.900,00	1.255,95	3.760,44	197,92
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	30.000,00	30.000,00	9.617,20	41.616,35	138,72
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	30.000,00	30.000,00	9.617,20	41.616,35	138,72
1.3 - Receita Resultante do - ISS	85.600,00	85.600,00	18.506,58	50.882,26	59,44
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	85.000,00	85.000,00	18.504,16	50.877,54	59,86
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	600,00	600,00	2,42	4,72	0,79
1.3.4- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	120.000,00	120.000,00	30.228,76	84.181,19	70,15
1.4.1- Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendime	120.000,00	120.000,00	30.228,76	84.181,19	70,15
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.352.978,00	10.352.978,00	1.959.407,40	5.626.340,06	54,35
2.1 - Cota Parte do FPM	4.537.264,00	4.537.264,00	1.006.231,41	2.820.843,68	62,17
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.537.264,00	4.537.264,00	1.006.231,41	2.820.843,68	62,17
2.2- Cota-Parte do ICMS	5.389.315,00	5.389.315,00	874.274,85	2.578.439,85	47,84
2.3- TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC	31.285,00	31.285,00	4.132,70	15.071,11	48,17
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	101.802,00	101.802,00	13.409,54	37.514,81	36,85
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	3.200,00	3.200,00	92,85	145,84	4,56
2.6- Cota-Parte do IPVA	290.112,00	290.112,00	61.266,05	174.324,77	60,09
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	10.658.568,00	10.658.568,00	2.089.669,30	5.891.420,40	55,27
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	117.110,00	117.110,00	32.620,75	82.759,20	70,67
5.1- Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educaç	3.000,00	3.000,00	147,84	593,10	19,77
5.1- Transf. do Salário Educação	53.400,00	53.400,00	16.854,29	54.992,59	102,98
5.2- Rec. Rem. Dep. Banc. Alimentação Escolar	0,00	0,00	12,61	26,54	0,00
5.2- Rec. Rem. Dep. Banc. Apoio Transp. Escolar	10,00	10,00	8,01	8,01	80,10
5.2- Transf. Direta PNAE-Alimentação	15.100,00	15.100,00	6.680,00	14.201,00	94,05
5.2- Transf. Direta do FNDE ref PNATE	45.600,00	45.600,00	8.918,00	12.937,96	28,37
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	117.110,00	117.110,00	32.620,75	82.759,20	70,67

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

FUNDEB					
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.070.595,60	2.070.595,60	391.881,08	1.125.266,78	54,35
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	907.452,80	907.452,80	201.246,22	564.168,57	62,17
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	1.077.863,00	1.077.863,00	174.854,81	515.687,45	47,84
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	6.257,00	6.257,00	826,54	3.014,21	48,17
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	20.360,40	20.360,40	2.681,93	7.502,96	36,85
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	640,00	640,00	18,56	29,13	4,55
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	58.022,40	58.022,40	12.253,02	34.864,46	60,09
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	578.330,00	578.330,00	167.879,99	489.491,12	84,64
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	576.330,00	576.330,00	167.441,27	488.052,18	84,68
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	2.000,00	2.000,00	438,72	1.438,94	71,95
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0	1.494.265,60	1.494.265,60	224.439,81	637.214,60	42,64

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOUVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOUVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	578.330,00	590.043,34	211.769,78	485.939,71	82,36
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	578.330,00	590.043,34	211.769,78	485.939,71	82,36
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	578.330,00	590.043,34	211.769,78	485.939,71	82,36

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	11.713,34
18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)	11.713,34
19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL ((13.0-18.0)/11.0) x 100)	% 96,88

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM <EXERCÍCIO ANTERIOR> QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	11.713,34
21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013	11.713,34

MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.664.642,00	2.664.642,00	522.417,33	1.472.855,10	55,27
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	370.000,00	380.000,00	40.531,22	118.666,78	31,23
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	370.000,00	380.000,00	40.531,22	118.666,78	31,23
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.644.530,00	1.666.243,34	411.873,80	1.028.418,08	61,72
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	578.330,00	590.043,34	211.769,78	485.939,71	82,36
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	1.066.200,00	1.076.200,00	200.104,02	542.478,37	50,41
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

Assinado Digitalmente

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[www.cplinformatica.com.br]

003

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)	2.014.530,00	2.046.243,34	452.405,02	1.147.084,86	56,06

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	637.214,60
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.438,94
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	11.713,34
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	624.062,32
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	1.771.147,18

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 30,06

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	2.014.530,00	2.046.243,34	452.405,02	1.147.084,86	56,06

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA

DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO

	Saldo	Cancelado
	Até o	em
	Bimestre	2012 (g)
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	11.713,34	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	488.052,18	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	485.939,71	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.438,94	0,00
51.0- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	15.264,75	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL

Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/O-4

Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno

Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	65.583,34	-65.583,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	65.583,34	-65.583,34
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	65.583,34	-65.583,34
Operações Cred.Internas Contr. Relat.Programa Governo	0,00	0,00	65.583,34	-65.583,34
Outras Operações Credito Interna Relat.Programa de Governo	0,00	0,00	65.583,34	-65.583,34

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	1.716.845,33	116.050,52	296.948,75	1.419.896,58
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	1.716.845,33	116.050,52	296.948,75	1.419.896,58
--------------------------------	--------------	------------	------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-1.716.845,33	-116.050,52	-231.365,41	-1.485.479,92
-------------------	---------------	-------------	-------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

 PREFEITO MUNICIPAL
 Luciano Paganini

 Contadora CRC/SC 32379/0-4
 Sirlei C. S. Altenhofen

 Responsável pelo Controle Interno
 Vanessa Lara Bernart

 Sec. Adm. e Finanças
 DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+

| Municipípio de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |

| Orçamento da Seguridade Social |

| JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |

+-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
RECEITAS	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	80.300,00	10,18	80.289,82
Rec.Rem. Dep. Ban. de Rec. Vic. Alienação de Bens - Educação	0,00	1,52	-1,52
Rec.Rem. Dep. Ban. de Rec. Vic. Alienação de Bens - Outros	200,00	7,71	192,29
Rec. Rem. Dep. Ban. Alienação de Bens Saúde	100,00	0,95	99,05
Alienação de Bens Móveis	80.000,00	0,00	80.000,00
Total	80.300,00	10,18	80.289,82

	Dotação	Despesas	Saldo
DESPESAS	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	80.300,00	0,00	80.300,00
Despesas de Capital	80.300,00	0,00	80.300,00
Investimentos	80.300,00	0,00	80.300,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
Total	80.300,00	0,00	80.300,00

	Exercício Anterior(e)	Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)
Saldo Financeiro a Aplicar	679,70	10,18	689,88

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/O-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 001 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão		Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	10.658.568,00	10.658.568,00	5.891.420,40	55,27
Impostos	305.590,00	305.590,00	265.080,34	86,74
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	62.000,00	62.000,00	78.128,25	126,01
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	120.000,00	120.000,00	84.181,19	70,15
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	30.000,00	30.000,00	41.616,35	138,72
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	85.000,00	85.000,00	50.877,54	59,86
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	1.200,00	1.200,00	161,58	13,46
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qua	600,00	600,00	4,72	0,79
Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	1.900,00	1.900,00	3.760,44	197,92
Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	4.890,00	4.890,00	6.350,27	129,86
Receitas de transf. constitucionais e Legais	10.352.978,00	10.352.978,00	5.626.340,06	54,35
da União	10.352.978,00	10.352.978,00	5.626.340,06	54,35
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.537.264,00	4.537.264,00	2.820.843,68	62,17
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	3.200,00	3.200,00	145,84	4,56
TRANSFERÊNCIA FINANC.DO ICMS-DESONERAÇÃO - LC N	31.285,00	31.285,00	15.071,11	48,17
Cota-Parte do ICMS	5.389.315,00	5.389.315,00	2.578.439,85	47,84
Cota-Parte do IPVA	290.112,00	290.112,00	174.324,77	60,09
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	101.802,00	101.802,00	37.514,81	36,85
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	499.890,00	499.890,00	377.763,89	75,57
da União para o Município	439.190,00	439.190,00	330.392,17	75,23
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	439.190,00	439.190,00	330.392,17	75,23
do Estado para o Município	60.700,00	60.700,00	47.371,72	78,04
Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse F	60.700,00	60.700,00	47.371,72	78,04
(-)-Dedução para o Fundef	-2.070.595,60	-2.070.595,60	-1.125.266,78	54,35
Total de Receita de Impostos	9.087.862,40	9.087.862,40	5.143.917,51	56,60

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	2.085.425,20	2.323.096,83	1.443.337,12	62,13
Pessoal e Encargos Sociais	1.189.840,00	1.220.500,96	752.042,55	61,62
Outras Despesas Correntes	895.585,20	1.102.595,87	691.294,57	62,70
Despesas de Capital	161.350,00	207.722,46	9.866,48	4,75
Investimentos	161.350,00	207.722,46	9.866,48	4,75
Total	2.246.775,20	2.530.819,29	1.453.203,60	57,42

Despesas Próprias com Saúde	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	1.453.203,60	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	622.890,00	849.934,09	300.937,09	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	607.790,00	834.834,09	300.937,09	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.100,00	15.100,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.152.266,51	0,00

+ [www.cplinformatica.com.br] -----{ 002 }+
 |
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |
 | JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO |
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2012(e)	Aplic.Apurada em 2012(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2012	Can.em 2013(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	18,87	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2012				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	19,56

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.765.740,00	1.994.412,46	1.086.272,22	74,75
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	464.145,20	519.516,83	361.451,38	24,87
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.650,00	7.650,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	9.240,00	9.240,00	5.480,00	0,38
Total	2.246.775,20	2.530.819,29	1.453.203,60	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	622.890,00	849.934,09	300.937,09	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	607.790,00	834.834,09	300.937,09	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	15.100,00	15.100,00	0,00	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.246.775,20	2.530.819,29	1.152.266,51	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

[www.cplinformatica.com.br]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentario - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	11.196.222,40
Previsão Atualizada da Receita	0,00	11.196.222,40
Receitas Realizadas	2.091.233,48	5.988.111,36
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	530.963,04
Déficit Orçamentário	0,00	605.505,15

Balanco Orcamentario - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	11.196.222,40
Dotação Atualizada	0,00	11.801.727,55
Despesas Empenhadas	1.834.669,78	7.419.012,20
Despesas Liquidadas	2.297.411,56	5.834.236,85
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.834.669,78	7.419.012,20
Despesas Liquidadas	2.297.411,56	5.834.236,85

Receita Corrente Líquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	11.959.133,56

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciárias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

Resultados Nominal e Primário	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultado Nominal	250.000,00	-289.787,66	-115,9151
Resultado Primario	398.000,00	329.933,80	82,8979

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	153.495,71	0,00	114.361,14	39.134,57
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[www.cplinformatica.com.br]

002

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO-JUNHO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	30,0632
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	96,8815
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	65.583,34	-65.583,34
Despesa de Capital Líquida	296.948,75	1.419.896,58

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	10,18	80.289,82
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	0,00	80.300,00

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado	%Min.a Aplicar	%Aplicado
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde	Até o Bim.	no Exercício	Até o Bim.
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.152.266,51	15,00	19,56

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL
Luciano Paganini

Contadora CRC/SC 32379/0-4
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno
Vanessa Lara Bernart

Sec. Adm. e Finanças
DOUGLAS FRANCISCO ZARDO



Ipumirim

PREFEITURA

Extrato da Ata de Reg. de Preços do PL 40, PP 18/2013/PM

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013

PROCESSO DE LICITAÇÃO 40/2013

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2013, do PROCESSO Nº 40/2013, homologado aos 16 de julho de 2013, cujo objeto é aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2013.40.8113 de 16 de julho de 2013

FORNECEDOR: BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-ME, situada na AVENIDA ASSIS BRASIL, 198, município de IPUMIRIM-SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.156.770/0001-77 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.902.855, representado pelo Senhor ADELAR LUIZ PAGLIOCHI, CPF: 729.815.399-49.

Item	Descrição	Ref.	Qtde	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, UN		2.000,00		4,00	8.000,00
Valor Total Registrado					8.000,00	

As atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata de Reunião de Julgamento do PL 40, PP 18-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2013 Data do Processo: 02/07/2013

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 28/2013 (Sequência: 2)

Ao(s) 16 de Julho de 2013, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 40/2013, Licitação nº 18/2013 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos dezesseis dias do mês de julho de 2013, às nove horas, o Pregoeiro Laudecir Francio e a servidora Jucilene Goldoni Caliarí, membros da Equipe de Apoio, designadas pelo Decreto nº 1644/2009, deram abertura ao julgamento dos envelopes de Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, referente à Licitação em epígrafe. Apresentaram-se para participar do certame as empresas: BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-EPP e MARIZETE BEDIN ME. Aberta a sessão pública pelo Pregoeiro, a mesma solicitou que os representantes apresentassem os envelopes de proposta e documentação comprobatória de posse de poderes para representar suas empresas e ofertar lances verbais, nos termos do item 3.4, e seus subitens, do Edital. Assim o fez, o Srº ADELAR PAGLIOCHI sócio proprietário da empresa: BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-EPP e a Srª MARIZETE BEDIN sócia proprietária da empresa MARIZETE BEDIN ME. Indagados sobre o credenciamento pelo pregoeiro as empresas acima transcritas se credenciam como microempresa. Na sequência, foi observado a apresentação da declaração de cumprimento do disposto no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/2002, ou seja, apresentar declaração verbal ou escrita de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, assim sendo, todas as empresas apresentaram a declaração na forma escrita. Ato contínuo foi aberto o envelope nº 1 - Proposta Comercial o qual foi rubricado pelo Pregoeiro, sua equipe de apoio e os representantes legais das licitantes. Na análise da proposta constatou-se que as empresas apresentaram as propostas conforme exigências do presente Edital, estando habilitadas para as fases seguintes do certame. Por conseguinte, o Pregoeiro deu início à fase dos lances verbais, os quais estão registrados em planilhas anexo ao presente auto. Ato contínuo procedeu-se à abertura do Envelope nº 2 - Documentação de habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pelo Pregoeiro sua equipe de apoio e os Representantes Legais das licitantes. Na análise da documentação, constatou-se que as empresas apresentaram a documentação conforme o presente Edital. Ante o exposto os representantes legais das licitantes renunciaram expressamente ao direito de recorrer do julgamento das fases desta licitação. Deixada a palavra livre, ninguém mais fez uso da mesma, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro a equipe de apoio e os representantes legais das empresas presente ao final da sessão.

Participante: 8113 - BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, sendo: feijão, arroz, massas, carnes e saladas.	UN	2.000,00		0,0000	4,00	8.000,00
Total do Participante ----->							8.000,00
Total Geral ----->							8.000,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM**

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 18/2013 - PR**

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 40/2013
Data do Processo: 02/07/2013

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 16 de Julho de 2013

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - Equipe de Apoio

Termo de Homologação do PL 40, PP 18-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2013 - PR
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2013 Data do Processo: 02/07/2013
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2013
- b) Licitação Nr.: 18/2013-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 16/07/2013
- e) Objeto da Licitação aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) (em Reais R\$)

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-ME (8113)

1	Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, sendo: feijão, arroz, massas, carnes e saladas.	UN	2.000,00	0,0000	4,00	8.000,00
---	--	----	----------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 8.000,00

Total Geral: 8.000,00

Ipumirim, 16 de Julho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Termo de Homologação do PL 40, PP 18-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 18/2013 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 40/2013 Data do Processo: 02/07/2013

Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 40/2013
b) Licitação Nr.: 18/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/07/2013
e) Objeto da Licitação aquisição de marmitas, destinado a Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

BAR E RESTAURANTE PAGLIOCHI LTDA-ME (8113)

1	Marmitas de 1Kg, composta de no mínimo 6 tipos de alimentos, sendo: feijão, arroz, massas, carnes e saladas.	UN	2.000,00	0,0000	4,00	8.000,00
---	--	----	----------	--------	------	----------

Total do Fornecedor: 8.000,00**Total Geral: 8.000,00**

Ipumirim, 16 de Julho de 2013.

Valdir Zanella
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

Extrato Contrato 104/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

CONTRATO Nº 104/2013

3º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 81/2011, na área de seguros de veículos que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais. CLÁUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Quarta do Contrato n.º 81/2011, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência até 12.07.2014. CLÁUSULA SEGUNDA - Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b c/c § 1º, da Lei nº 8.666/93, consolidada, adita-se e altera-se a descrição do objeto originariamente contratado, e pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará à Contratada o valor global de R\$ 10.229,66 (dez mil duzentos e vinte nove reais e sessenta seis centavos), sendo a diferença reajustada de R\$ 1.735,50 (Um mil setecentos trinta cinco reais e cinquenta centavos), conforme detalhamento a seguir:

Item	Período	Descrição	Valor original R\$	Valor reajustado (2012) R\$	Valor reajustado (2013) R\$
01	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire – placas MEK 7292, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17146742438426, código Renavam 825847664, capacidade para 05 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Bônus 8	386,03	624,82	719,76
02	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Ducato Combinato – placas MFY 8432, ano de fabricação/modelo 2006/2006, chassi nº. 93W244K2362005987, Código Renavam 878978496, capacidade para 10 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Bônus 3	1.002,66	1.620,44	1.661,64
03	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Palio Fire – placas MEH 1502, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD17103742434896, Código Renavam 825206103, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (para-brisa, laterais e traseiros); Bônus 8	386,00	609,77	731,49

04	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex – placas MGZ 4773, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6261414, Código Renavam 132779676, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Bônus 3	518,39	767,48	780,99
05	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Economy Flex – placas MGI 2054, ano de fabricação/modelo 2009/2010, chassi nº. 9BD15802AA6272331, Código Renavam 137022662, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Bônus 3	518,39	767,48	780,99
06	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Uno Mille Fire – placas MCA 7219, ano de fabricação/ modelo 2001/2002, chassi nº. 9BD15802524309220, código Renavam 769418767, capacidade para 05 passageiros, 02 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Bônus 2	515,18	664,60	718,77
07	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.220 – placas MCN 8665, ano de fabricação/modelo 2004/2004, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,3T, chassi 9BW2M82TX4R431150 e Código Renavam 834151332 – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos pessoais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 2	1.704,41	580,29	381,27
08	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 23.210 motor MWM – placas MGW 1160, ano de fabricação/modelo 2004/2005, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 16,4 T, chassi 9BWWF82T55R509637 e Código Renavam 844859788. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 4	1.676,48	397,49	401,72

09	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 24.220 EURO3 WORKER – placas MFQ 2374, ano de fabricação/modelo 2008/2008, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 23,00T, chassi 9BW3782T88R842158 e Código Renavam 971363285. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 9	217,31	397,49	401,72
10	12 meses	Seguro de um veículo marca VW, modelo Kombi Lotação – placas MKA 3976, ano de fabricação/modelo 2012/2013, chassi nº. 9BWMF07X0DP005186, código Renavam 484994280, capacidade para 12 passageiros, 04 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 5		566,46	1.402,99
11	12 meses	Seguro de um veículo marca Fiat, modelo Doblo Cargo – placas MEM 2072, ano de fabricação/modelo 2004/2004, chassi nº. 9BD22315842005363, código Renavam 826073310, capacidade para 02 passageiros, 03 portas. Com validade de 01 ano (doze meses). Cobertura Compreensiva valor de mercado 100% tabela FIPE e franquia reduzida. RCF – Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas, guincho de 400 km. Cobertura de vidros, reparo ou troca de vidros (pára-brisa, laterais e traseiros); Cobertura de Faróis dianteiros e traseiros, e lanterna. Bônus 1	545,63	702,86	753,18
12	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER – placas MIY 1222, ano de fabricação/modelo 2009/2013, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S4AR019788 e Código Renavam 322819547. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 1	217,31	397,49	401,72

13	12 meses	Seguro de veículo marca VW Volkswagen, caminhão, modelo 15.180 EURO3 WORKER – placas MIY 1132, ano de fabricação/modelo 2010/2010, capacidade para 03 passageiros, 02 portas, basculante, capacidade 14,5 T, chassi 9533172S3AR020883 e Código Renavam 322818010. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 1	217,31	397,49	401,72
14	12 meses (inclusão)	Seguro de veículo marca Mercedes Benz, ônibus, modelo OF 1318 – placas LBB 4130, ano de fabricação/modelo 1995/1995, capacidade para 38 passageiros, 184cv, chassi 9BM384088SB072008 e Código Renavam 647605996. Responsabilidade Civil Facultativa, com danos materiais contra terceiros R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais), danos corporais R\$ 300.000,00(Trezentos mil reais); Danos Morais R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) Acidentes Pessoais de Passageiros – APP R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) e Invalidez R\$ 10.000,00 (Dez mil reais). Sem perfil. Com assistência 24 horas plano máximo. Garantia adicional contra tombamento durante descarga. Bônus 0			691,70

CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento contratual, por seus representantes legais, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 12 de julho de 2013.

Município de Irineópolis	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Juliano Pozzi Pereira	Sergio Coelho de Mendonça
Contratante	Contratada

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato de Edital

Processo Licitatório nº 40/2013 - Pregão Presencial nº 30/2013 - Objeto: aquisição de um elevador eletro-hidráulico, motor monofásico, com lubrificação automática a óleo, com capacidade mínima de 4.000 Kg, recursos Convênio Trânsito. LOCAL/DATA E HORÁRIO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES: Avenida Getúlio Vargas, 308, 3º Piso, Centro, Itaiópolis - SC, no Departamento de Compras e Licitações, junto a Prefeitura Municipal, no dia 30 de julho de 2013, até às 14:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES: no dia 30 de julho de 2013, às 14hs10min. O Edital estará à disposição dos interessados, no endereço acima mencionado ou pelo Site www.itaioptis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17 de julho de 2013.
GERVÁSIO UHLMANN
Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 168/2013

PORTARIA Nº 168 de 15 de julho de 2013.
CONCEDE PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal 2.153/2003 e Lei Complementar nº 8/2007;

RESOLVE:

Art.1º. Conceder o pagamento de Gratificação no percentual de 35% (trinta e cinco por cento) a Servidora Municipal Michele Reis Welter sob matrícula nº 13121/01, para exercer as funções de Diretora de Creche, com 40 horas semanais, em conformidade com o Art. 29, Item 2º, Parágrafo Único da Lei Municipal nº 2.153 de 15/12/2003 e anexo XI da Lei Complementar nº 8 de 15 de maio de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entre em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 15 de julho de 2013.
MILTON SIMON
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
IVAIR PAULO TAVARES
Diretor de Recursos Humanos

Extrato do Contrato N° 103/2013/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO N° 103/2013/RH

PARTES: Município de Itapiranga e DIOMARI JACOMINI KLOH.

ORIGEM: Processo Seletivo n° 06/2012

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço temporário em 20 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referencia: Nenhum

VIGÊNCIA: 15/07/2013 A 31/07/2013.

Itapiranga - SC, 15 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Edital de Convocação de Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Itapiranga SC, no uso de suas atribuições, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o parágrafo único, do art. 48, da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000, faz saber a quem interessar possa, que Município de Itapiranga realizará Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto de Lei do PPA - Plano Plurianual, para o período compreendido entre os exercícios de 2014 a 2017, no seguinte local, data e horário:

Local: Auditório da Câmara de Vereadores

Rua São Jacó, n° 211, centro, Itapiranga SC

Data: 20 de agosto de 2013

Horário: 14 horas.

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participem desta Audiência Pública.

Itapiranga, SC 22 de julho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Joaçaba**PREFEITURA****Contrato 76/2013 PMJ**

EXTRATO DO CONTRATO N° 76/2013/PMJ

PL 51/2013/PMJ - CV 06/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: MAGRINELLI E MODERNA CONSULTORIA LTDA

OBJETO: a elaboração pela CONTRATADA, do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) deste Município, em todas as suas etapas, da coordenação, assessoramento até o relatório final e a entrega do Plano Consolidado.

4.1. VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor total ora contratado é de R\$ 36.319,24 (trinta e seis mil, trezentos e dezenove reais e vinte e quatro centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.004 - CONSERVAÇÃO DE BENS DE USO COMUM DO POVO

39 - 3.3.90.00.00.00.00.01.000.0 - OUTRAS DESP. CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 31/12/2013

DATA DE ASSINATURA: 11/07/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato Contrato 78/2013/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO N° 78/2013/PMJ

PL 50/2013/PMJ - CV 5/2013/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

CONTRATADA: DOMINGOS MALAGUTTI EPP

OBJETO: Fornecimento e a montagem, pela CONTRATADA, de equipamentos destinados à instalação de 03 (três) parques infantis tipo playground em diversos locais do Município de Joaçaba. VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), sendo R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais) de cada conjunto.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

1.026 - CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS E JARDINS

218 - 4.4.90.00.00.00.00.03.0000.000000 - INVESTIMENTOS

- Aplicações Diretas

128 - 4.4.90.00.00.00.00.01.0000.000000 - INVESTIMENTOS

- Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias, com início contado a partir da data de recebimento, pela CONTRATADA, da Ordem de Serviço Inicial.

DATA DE ASSINATURA: 12/07/2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

**www.ciga.sc.gov.br****DOM/SC**

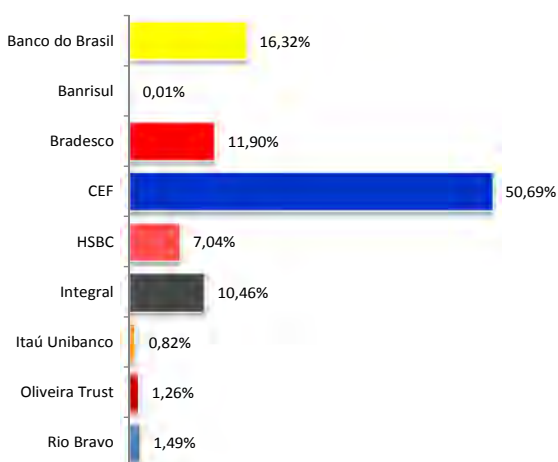
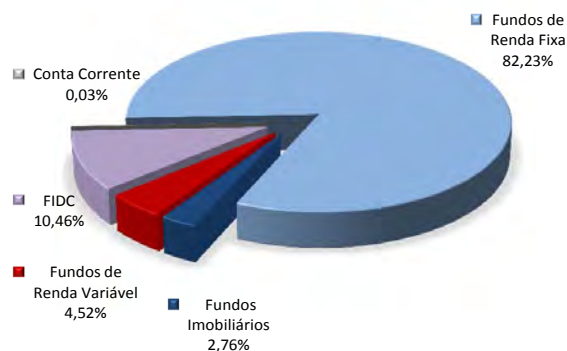
ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

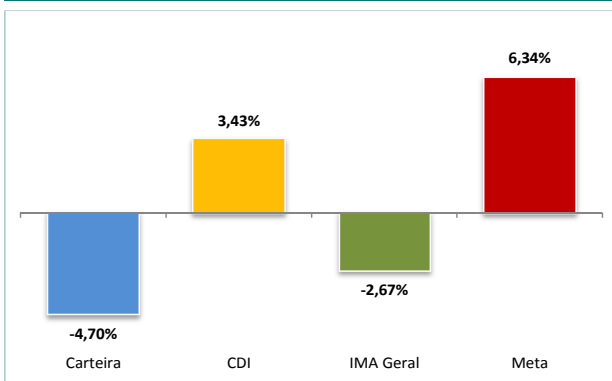
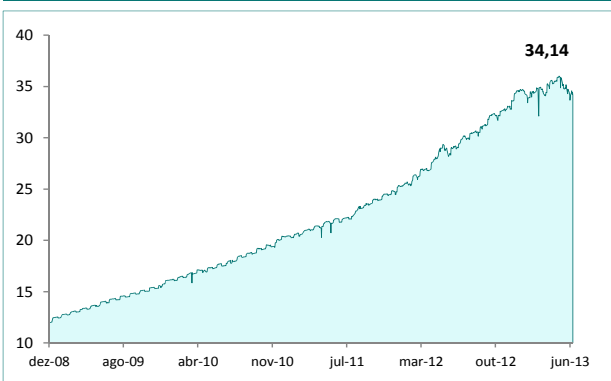
IMPRES**Relatorio Investimentos IMPRES**
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba - SC
Relatório da Carteira de Investimentos
JUNHO

Os recursos do IMPRES são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência.

A diretoria do Instituto, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos. Neste mês a carteira de investimentos está distribuída da seguinte forma:

Distribuição da Carteira por Instituição Financeira (%)

Distribuição da Carteira por Segmento (%)

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 252 DIAS ÚTEIS
IMPRES	-2,31%	-4,70%	4,19%
CDI	0,59%	3,43%	7,30%
IMA Geral	-1,52%	-2,67%	5,26%
Meta Atuarial (INPC + 6%)	0,77%	6,34%	13,48%

Carteira x Indicadores em 2013

Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)


Análise de Desempenho: A carteira do IMPRES tem como principal objetivo superar a Meta Atuarial.



Análise Macroeconômica

Na economia americana o suspense foi encerrado com o discurso de Bernanke, em que este deixou claro que existe, desde que satisfeitas uma série de condições sobre a evolução da economia americana, a possibilidade de redução dos estímulos monetários. Como de praxe, os mercados exageraram e interpretaram que a redução dos estímulos monetários (chamados de QE3), poderia ocorrer na próxima reunião do Fed. Em nossa visão, a agenda de redução dos estímulos será conhecida em setembro e iniciada no mês seguinte. Embora o Federal Reserve tenha por objetivo desarmar as bolhas nos mercados de ativos, especialmente de títulos privados, este processo precisa ser conduzido com bastante parcimônia, e evitar movimentos extremos nos mercados financeiros. Não faria sentido ter sido cuidadoso nos últimos anos, e quase ao final do processo colocar a recuperação em risco por imprudência.

Na Zona do Euro o mês de junho seguiu a mesma trajetória observada nos meses anteriores. Praticamente todos os indicadores de atividade e sentimento econômico assinalaram resultados que confirmam o ambiente recessivo do bloco. Nossa expectativa é que tenhamos um aprofundamento da recessão entre o terceiro e o quarto trimestre de 2013. Na economia chinesa é cada vez maior o consenso de que o país vive uma desaceleração econômica em proporções maiores do que as inicialmente esperadas, derivando consequências sobre os preços das commodities metálicas, especialmente o minério de ferro, dado que o país é o maior demandante do planeta.

Na economia brasileira o destaque do mês foi a assunção por parte do Governo de que a política fiscal expansionista está dificultando a tarefa do Banco Central de combater a inflação. Não faz sentido econômico a autoridade monetária elevar a taxa de juros para conter o avanço dos preços na economia, ao mesmo tempo em que o Governo eleva os gastos estimulando a demanda. Assim, foram anunciadas medidas, ainda que tímidas, para redução dos gastos. Os analistas, por ora, estão vislumbrando este movimento com algum ceticismo e exigindo um esforço maior do Governo.

Renda Fixa

O mercado de renda fixa teve mais um mês de volatilidade e perdas em junho. Como uma continuação de maio, o mês começou pressionado, refletindo a mudanças já descritas no cenário macroeconômico interno e externo. O estresse nas taxas de juros futuros sinalizava que o mercado imputava o aumento do prêmio de risco exigido. Este movimento, em algum grau, atingiu todos os países emergentes, mas no Brasil o impacto foi maior em função dos nossos problemas de âmbito doméstico. No momento mais crítico do mês (dia 19), o índice IMA-B acumulava no mês queda de 6,95%, com NTN-B sendo negociadas a taxas de juros reais de 5,61% para o prazo de três anos, e 5,92% as com vencimento em 2045.

A partir daí observamos alguma recuperação, e no seu fechamento, o IMA-B acumulou -2,79%, enquanto nos pré-fixados (IRF-M) o recuo foi de 0,98%. Já o CDI teve variação de 0,59%. Ainda é muito cedo para acreditarmos que o nervosismo do mercado já passou, mas pelo contrário, é a volatilidade quem continuará ditando o ritmo. Afinal, as fontes de instabilidade macroeconômicas permanecem sobre a mesa e já provaram ser de complexa solução.

Como consequência desta elevação generalizada, o IMA-B, subíndice da família IMA que expressa a rentabilidade dos ativos atrelados à inflação (NTNs-B), assinalou variação de -2,79% no mês. O IMA-B 5, subíndice que expressa a variação dos títulos com vencimento em menos de 5 anos, assinalou variação de -0,63% no mês, enquanto o IMA B 5+, subíndice que expressa a variação dos títulos longos (com cinco anos ou mais), assinalou variação de -3,95%.

O IRF-M, subíndice da família IMA que expressa o retorno dos ativos prefixados (LTNs e NTNs-F), assinalou variação de -0,98% no mês. O IRF-M 1, subíndice que expressa a variação dos títulos prefixados com menos de um ano, assinalou variação de 0,46%, ao passo que o IRF-M 1+ assinalou variação de -1,64%.

O IMA Geral, índice construído pela média ponderada dos subíndices da família IMA, assinalou variação de -1,52% no mês de junho de 2013. Por fim, o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) assinalou variação de 0,59% no mês de junho.

Renda Variável

O mês de junho foi marcado pelo fraco desempenho no mercado acionário brasileiro – e motivos para esta forte queda não faltaram. O Ibovespa carregado pelas suas principais ações não resistiu ao noticiário amplamente desfavorável e recuou 11,31%, acumulando perdas de 22,14% em 2013. Diferentemente dos demais meses do ano, a queda foi generalizada em todos os setores, motivado pelo alto nível de incertezas relacionadas ao ambiente interno.

Enquanto a economia americana vem apresentando melhoras consistentes, por aqui problemas com inflação e crise de confiança trazem cada vez mais volatilidade ao nosso mercado. Os níveis de preços que o Ibovespa atingiu no mês de junho são comparáveis a meados de 2009, período de crise no mundo. De fato essa queda generalizada nos preços dos ativos não deve ser explicada somente pela mudança de expectativa, mas também pela grande saída de recursos de estrangeiros da bolsa neste período. Acreditamos que no curto espaço de tempo deveremos ter algumas empresas se recuperando desse efeito manada, que gerou as quedas, principalmente quando a temporada de balanços começar.

Balancete Mes Junho/2013 - IMPRES**SANTA CATARINA****INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Junho/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	670.004,60	Despesa Orçamentária	453.924,21
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	167.879,89	Despesas exceto Intra-orçamentárias	453.924,21
RECEITA PATRIMONIAL	40.360,21	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	445.462,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.166,22	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.461,56
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	334.898,28		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	117.700,00		
Receita Extra - Orçamentária	520.446,31	Despesa Extra - Orçamentária	1.372.582,16
DEPOSITOS	66.522,10	DEPOSITOS	64.772,03
CONSIGNACOES	66.522,10	CONSIGNACOES	64.772,03
PENSAO ALIMENTICIA	2.146,30	PENSAO ALIMENTICIA	2.146,30
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	12.265,88	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	12.265,88
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	19.752,88	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEI	19.752,88
EMPRESTIMOS	28.538,31	EMPRESTIMOS	26.788,24
OUTROS CONSIGNATARIOS	3.818,73	OUTROS CONSIGNATARIOS	3.818,73
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	453.924,21	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	454.140,99
OBRIGACOES A PAGAR	453.924,21	OBRIGACOES A PAGAR	454.140,99
FORNECEDORES	5.058,26	FORNECEDORES	5.058,26
PESSOAL A PAGAR	3.569,21	PESSOAL A PAGAR	3.569,21
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.174,06	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	2.390,84
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443.122,68	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	443.122,68
		DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	853.669,14
		INCORPORACAO DE PASSIVOS	853.669,14
		INCORPORACAO DE OBRIGACOES	853.669,14
Saldos anteriores	34.776.312,28	Saldos atuais	34.140.256,82
Aplicações do RPPS	34.761.751,45	Aplicações do RPPS	34.131.981,85
BANCO C/ MOVIMENTO	14.560,83	BANCO C/ MOVIMENTO	8.274,97
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	35.966.763,19	Total	35.966.763,19

JOACABA, 10/07/2013

PATRICIA CALLEGARI WARKEN
CONTADORA CRCSC 029205/O-3

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

PLASS**Aviso de Homologação Inexigibilidade 03/2013/PLASS**

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-PLASS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013/PLASS

O Diretor-executivo do PLASS, JULIO CESAR BISSANI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Termo inexigibilidade de licitação nº 03/2013/PLASS nos seguintes termos:

- Modalidade: Credenciamento nº 01/2013/PLASS.

- Objeto: CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, conforme descrito no edital de Credenciamento nº 01/2013/PLASS.

- Empresas Vencedoras:

CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA - Lote 4

INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA - ME - Lote 4

BORDIGNON & BENETTI LTDA - ME - Lote 4

L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME - Lote 4

CLINICA FEMINA LTDA ME - Lote 4

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC - Lote 1

SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/S LTDA - Lote 4

CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME - Lote 4
BUCO IMAGEM SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DE IMAGEM BUCAL DE JOAÇABA SC LTDA - Lote 3

- Valor total global estimado referente ao exercício 2013: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 17 de julho de 2013

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo do PLASS

Processo de Licitação 04/2013/PLASS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 04/2013/PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2013/PLASS

1 - DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresas/clínicas para a realização de exames de análises clínicas, serviços de psicologia, fonoaudiologia, nutrição, serviços de imagem, fisioterapia, serviços hospitalares, serviços médicos, com a finalidade de suprir as necessidades dos segurados do Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2013/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 - DAS EMPRESAS CREDENCIADAS

CLINICA DE CIRURGIA VASCULAR E ENDOVASCULAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.877.100/0001-01, tendo como representante legal o Sr. Diego Rosso, com CPF nº 007.117.269-65, estabelecido a Rua Florianópolis, 380, Centro, na cidade de Herval d'Oeste-SC.

INARA PINTO SAAVEDRA & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 04.128.626/0001-39, tendo como representante legal a Sra. Inara Pinto Saavedra, inscrito no CPF sob nº 238.730.510-87, estabelecido a Av. XV de Novembro, N.º 371, 7º Andar - Sala 704, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

BORDIGNON & BENETTI LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.012.110/0001-50, tendo como representante legal o Sr. Giovanni Benetti, com CPF nº 964.867.160-53, estabelecido a Rua Santos Dumont, 37, Bairro Tobias, na cidade de Joaçaba-SC.

L & L CONSULTORIO MÉDICO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.500.119/0001-06, tendo como representante legal o Sr. Leandro Chaves de Avellar, com CPF nº 025.047.727-00, estabelecido a Travessa Luiz Delfino, 66, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLINICA FEMINA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.934.261/0001-00, tendo como representante legal o Sr. Lucio Saavedra Teran, com CPF nº 018.288.018-44, estabelecido à Avenida XV de Novembro, 180, Edifício Itamaraty, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA - FUNOESC, inscrita no CNPJ sob nº 84.592.369/0001-20, tendo como representante legal o Sr. Adgar Zeferino Bittencourt, com CPF nº 003.141.299-87 estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 2.125, Bairro Flor da Serra, na cidade de Joaçaba-SC.

SAJO - SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA JOAÇABA S/S LTDA inscrita no CNPJ sob nº 03.406.784/0001-40, tendo como representante legal o Sr. Julio Tanaka, com CPF nº 415.497.247-20, estabelecido à Rua Getúlio Vargas, 577, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

CLINICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA ME inscrita no CNPJ sob nº 04.487.212/0001-04, tendo como representante legal o Sr. Luiz Carlos B. Pinto, com CPF nº 198.062.210-87, estabelecido à Rua Francisco Lidner, 188, Edifício Firenze, Centro, na cidade de Joaçaba-SC.

BUCO IMAGEM SERVIÇO DE DIAGNOSTICO DE IMAGEM BUCAL DE JOAÇABA SC LTDA inscrita no CNPJ sob nº 02.276.457/0001-59, tendo como representante legal a Sra. Cristiane Dorini, com CPF nº 007.379.919-09, estabelecido à Av. Santa Terezinha, 275 Anexo ao Hospital São Miguel, Joaçaba-SC.

4 - DO VALOR CONTRATADO

O custo estimado desta contratação é aquele disposto no Edital de Credenciamento nº 01/2013/PLASS.

Para o exercício 2013, a estimativa é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim, constante no item 6 deste instrumento.

Os quantitativos e, conseqüentemente, o valor previsto, serão rateados proporcionalmente ao número de credenciados no período de utilização.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no Art. 24, inciso II.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária, referente ao exercício de 2013:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.0.1.201 - Outras despesas correntes - aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 17 de julho de 2013.

JULIO CÉSAR BISSANI

Diretor Executivo - PLASS

SIMAE

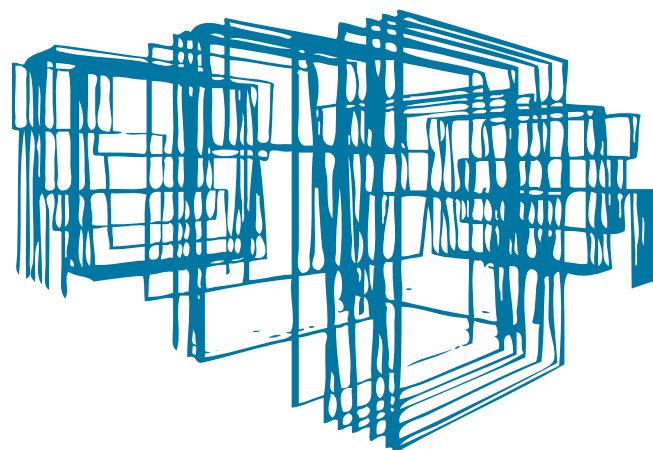
Contrato JHL 67/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0067/2013
PROTOCOLO JHL 1956/2013
SMOS 391/2013 DISPENSA DE LICITAÇÃO
Data: 17/07/2013

Objeto: SERVIÇOS DE CRIAÇÃO E EDITORAÇÃO DE SITE DO SIMAE.

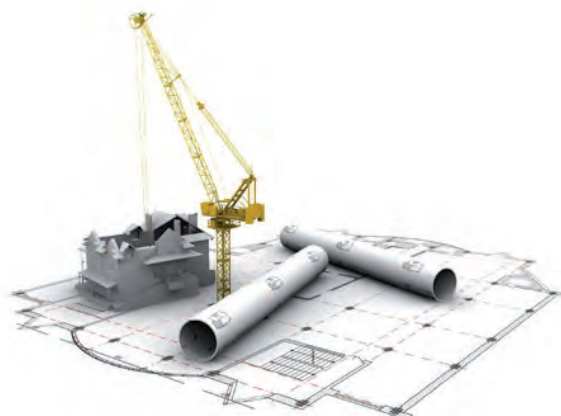
Contratado: LOVATEL EDITORAÇÃO ELETRONICA LTDA-ME
Valor do Contrato: R\$ 6.606,00 (Seis mil, seissentos e seis reais).
Programa/atividade - 14.01.2060
Elemento - 3.390.39.99
Prazo de vigência: 17/07/2013 a 17/09/2013

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
Diretora Presidente do SIMAE.



Programa de Gestão de Obras

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Homologação Pr26-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 26/2013 - PR Processo Administrativo: 31/2013 Processo de Licitação: 31/2013 Data do Processo: 13/06/2013
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 31/2013
b) Licitação Nr.: 26/2013-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 16/07/2013
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

		(em Reais R\$)		
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
Lote: 1	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	7	0,0000	640,00
Lote: 2	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	8	0,0000	500,00
Lote: 3	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3	0,0000	800,00
Lote: 4	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4	0,0000	120,00
Lote: 5	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10	0,0000	870,00
Lote: 6	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10	0,0000	1.400,00
Lote: 7	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4	0,0000	300,00
Lote: 8	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2	0,0000	240,00
Lote: 9	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2	0,0000	300,00
Lote: 11	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1	0,0000	255,00
Lote: 12	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3	0,0000	480,00
Lote: 13	- 007046 - BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1	0,0000	700,00
Total por Fornecedor:		55		6.605,00
Total:		55		6.605,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 26/2013 - PR**

Processo Administrativo: 31/2013
Processo de Licitação: 31/2013
Data do Processo: 13/06/2013

Folha: 2/2


TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 725.050,60

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Homologação CV 01/2013 - SIMAE

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	CONVITE Nr.: 1/2013 - CV
	Processo Administrativo: 32/2013 Processo de Licitação: 32/2013 Data do Processo: 18/06/2013
<div style="text-align: right;">Folha: 1/1</div>	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 32/2013
- b) Licitação Nr.: 1/2013-CV
- c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
- d) Data Homologação: 17/07/2013
- e) Data da Adjudicação: 17/07/2013 Sequência: 0
- f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA URBANIZAÇÃO DO RAP-017 LOCALIZADO NO LOTEAMENTO JARDIM ALVORADA, NA CIDADE DE JOAÇABA/SC.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 008051 - CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA - ME	1	0,0000	45.193,00
	1		45.193,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.051.4.4.90.00.00.00.00 (31) Saldo: 718.117,01

Joaçaba, 17 de Julho de 2013.

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

PP 61-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 61-2013 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Iluminação Publica da Avenida Santa Catarina, com fornecimento de material.
Tipo: Menor Preço Global
Abertura: 02/08/2013 às 14:30
Valor Estimado: 489.821,44

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 16 de julho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Rerratificação PP 57-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

ASSUNTO:EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2013 - PML.

OBJETO:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS PARA AS UNIDADES ESCOLARES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedido da Secretaria requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital em comento:
- Na forma de julgamento do Edital, leia-se: Menor Preço por Item. Em face da alteração na forma de julgamento, está-se disponibilizando através do site www.lages.sc.gov.br, novo Anexo II - Termo de Referência.
As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 17 de julho de 2013.
PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Rerratificação TP 11-2013 PML

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Diretoria de Licitações e Contratos
RERRATIFICAÇÃO

REF.:EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2013 PML

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPERFILAGEM ASFÁLTICA DAS RUAS PERNAMBUCO, PIAUÍ, CEARÁ E ALAGOAS, BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO, NESTA CIDADE.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, em atendimento a pedidos da Secretaria Requisitante, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados o adiamento da data da abertura da sessão do Edital em epígrafe, marcada para o dia 22/07/2013 às 09:00 horas, para o dia 09/08/2013 às 14:30 horas.

Em razão das alterações, às Empresas que já retiraram o Edital, está-se encaminhando cópia do Edital e de seus respectivos anexos, devidamente corrigidos, copiados em CD-ROM, em substituição ao retirado anteriormente, sem qualquer ônus, não-lo devolvendo.

As demais cláusulas, permanecem inalteradas.

Lages, 17 de julho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ
Secretário de Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

Audiência Pública**COMUNICADO**

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, Prefeito Municipal de Lauro Müller - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 48, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, consoante Lei Municipal, COMUNICA as entidades civis organizadas e a população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 16 horas do dia 30 de Julho de 2013, no Auditório Municipal da Prefeitura, sito à Rua Walter Vetterli, nº 239, Centro, Lauro Müller, Santa Catarina, para a AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FICAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2013 EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.

Lauro Müller - SC, 16 de Julho de 2013.
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Lebon Regis

PREFEITURA

Portaria Nº 443/2013

PORTARIA Nº 443 DE 17 DE JULHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a funcionária ROSELI APARECIDA PINTO RIZZO, Agente de Saúde, lotada no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 04/07/2012 à 03/07/2013, a partir de 01/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de julho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 444/2013

PORTARIA N° 444 DE 17 DE JULHO DE 2013
CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao funcionário NILSON PAULO KOEHLER, Motorista, lotado no Fundo Municipal de Saúde, FÉRIAS, ref. ao período aquisitivo 30/09/2011 à 29/09/2012, a partir de 17/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de julho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Portaria N° 445/2013

PORTARIA N° 445 DE 17 DE JULHO DE 2013
EXONERA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, JOÃO BATISTA CAETANO DA SILVA, do cargo de Agente de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria de Serviços Municipais, a partir de 17/07/2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.
Lebon Régis, 17 de julho de 2013.
LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

Publicada em 17 de julho de 2013 no Diário Oficial dos Municípios (DOM)

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. E Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

Decreto N.º 048/2013

DECRETO N° 48, DE 17 DE JULHO DE 2013.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita de Leoberto Leal/SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 8º Inciso II da Lei nº 933 de 06 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada a dotação do Orçamento Fiscal vigente, com a seguinte classificação, no valor de:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Unidade

Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Função 12 Educação 10.000,00

Sub-Função 361 Ensino Fundamental 10.000,00

Programa 0004 Educação é Tudo 10.000,00

Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Fundamental 10.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 10.000,00

Grupo de Natureza da

Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 10.000,00

Modalidade de

Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0001 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação 10.000,00

Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 5.000,00

Unidade

Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 5.000,00

Função 15 Urbanismo 5.000,00

Sub-Função 452 Serviços Urbanos 5.000,00

Programa 0010 Revitalização da Área Urbana 5.000,00

Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização das Áreas Públicas 5.000,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.000,00

Modalidade de

Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00

Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 15.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Unidade

Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 10.000,00

Função 12 Educação 10.000,00

Sub-Função 361 Ensino Fundamental 10.000,00

Programa 0004 Educação é Tudo 10.000,00

Projeto/Atividade 2.004 Funcionamento e Manutenção da

Secretaria da Educação Cultura e Desporto - Ensino Fundamental 10.000,00
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 10.000,00
Grupo de Natureza da
Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 10.000,00
Modalidade de
Aplicação 90 Aplicações Diretas 10.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0001 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos Educação 10.000,00
Órgão 06 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 5.000,00
Unidade
Orçamentária 01 SECRETARIA DOS TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 5.000,00
Função 15 Urbanismo 5.000,00
Sub-Função 452 Serviços Urbanos 5.000,00
Programa 0010 Revitalização da Área Urbana 5.000,00
Projeto/Atividade 2.029 Manutenção e Revitalização das Áreas Públicas 5.000,00
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.000,00
Grupo de Natureza da
Despesa 3.1.00.00.00 Pessoal e Encargos Sociais 5.000,00
Modalidade de
Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.000,00
Fonte de Recurso 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de Julho de 2013.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

Contrato N° 037/2013 - PMLL
CONTRATO N° 037/2013 - PMLL

TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DA CALDEIRA A VAPOR DA AGROINDÚSTRIA DE SUCOS, COMPOTAS E CONSERVAS DE HORTALIÇAS NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - TERMO DE CONVÊNIO N° 0276090-18/2008 - PRONAT, QUE ENTRE SI CELEBRAM MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL E A EMPRESA UNIFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAS LTDA.

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro, Leoberto Leal, CNPJ nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, Prefeita Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa UNIFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAS LTDA, estabelecida na Rua José Giacominni, nº 80, Centro, Município de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul, CNPJ nº 88.442.553/0001-45, neste ato representado por seu Sócio, Senhor Edson Amaral, brasileiro, divorciado, portador do CPF nº 220.941.720-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE COMPRA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em decorrência do Processo Licitatório nº 048/2013, Modalidade de Pregão Presencial nº 040/2013, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

I - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

I - Contratação de empresa especializada para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DA CALDEIRA A VAPOR DA AGROINDÚSTRIA DE SUCOS, COMPOTAS E CONSERVAS DE HORTALIÇAS NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - TERMO DE CONVÊNIO N° 0276090-18/2008 - PRONAT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE ENTREGA

I - A entrega dos materiais e prestação de serviços, objeto do presente Processo Licitatório, deverá ser efetuada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Centro, Município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, indicado pela Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças, através de um funcionário desta Secretaria designado para esta tarefa, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital, junto com a Nota Fiscal.

II - A contratante reserva-se no direito de aplicar multa de 1% ao dia pelo atraso nas publicações, sobre o valor total do contrato, a contar da ordem de serviço.

CLÁUSULA QUARTA - LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DA LICITAÇÃO

I - O objeto da licitação deverá ser prestado no Município de Leoberto Leal, através da Autorização de Fornecimento/Solicitação de Serviço, emitida pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

I - O prazo de vigência do presente contrato é até o dia 31 de dezembro de 2013, podendo ser prorrogado, conforme disposto no inciso IV, do artigo 57, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993, mediante termo aditivo assinado pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

I - O preço total ajustado para a entrega dos materiais e prestação de serviços para montagem e instalação da caldeira a vapor da agroindústria é de R\$ 10.616,20 (dez mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte centavos), a ser pago da seguinte forma:

O pagamento da aquisição será efetuado "à vista", no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data de adimplemento do objeto, atestado pela comissão responsável pelo seu recebimento, após a devida emissão e apresentação da fatura de cobrança do mesmo.

As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá 10 (dez) dias após a data de sua apresentação válida.

O Pagamento será procedido diretamente ao representante legal da contratada, devendo o fornecedor comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração, Contabilidade e Finanças, ou, através de depósito em conta corrente cuja contratada é titular, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, não podendo conter emendas, rasuras, acréscimo ou entrelinhas, onde deverá constar, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL

CNPJ: 82.924.390/0001-50

Endereço: Rua: Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Centro - Leoberto Leal/SC

Descrição do objeto AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MONTAGEM E INSTALAÇÃO DA CALDEIRA A VAPOR DA AGROINDÚSTRIA DE SUCOS, COMPOTAS E CONSERVAS DE HORTALIÇAS

NO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - TERMO DE CONVÊNIO Nº 0276090-18/2008 - PRONAT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2013. Referente ao Processo Licitatório: 048/2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE

I - Este contrato não sofrerá reajuste.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

I - As despesas decorrentes deste Processo Licitatório serão custeadas com recursos previstos por conta das seguintes dotações do orçamento vigente do Município:

1 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

1.1 - A despesa decorrente desta licitação correrá por conta de recursos previstos no orçamento fiscal vigente.

07.01.20.606.0011.1.035 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (119) - Construção Unidade Agroindustrial

07.01.20.606.0011.1.035 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0024.4 (160) - Construção Unidade Agroindustrial

07.01.20.606.0011.1.035 4.4.90.00.00.00.00.0.3.0024.4 (161) - Construção Unidade Agroindustrial

CLÁUSULA NONA - DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Parágrafo Primeiro - Constitui direito da CONTRATANTE receber o objeto deste Contrato nas condições estabelecidas pelo edital e pelo presente Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Segundo - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento ajustado;
- b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato;
- c) Fornecer informações úteis, boas e necessárias para a perfeita execução dos serviços, com vistas à execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários nos termos do parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº 8666/93;
- b) Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução e entrega do objeto licitado, isentando o CONTRATANTE, de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- c) Fornecer, quando for solicitado pelo CONTRATANTE, elementos necessários à avaliação do objeto licitado, devidamente assinados;
- d) Termo de Garantia de no mínimo 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação;
- e) Assegurar a oferta de peças e componentes de reposição enquanto não cessar a fabricação dos materiais para instalação da caldeira a vapor;
- f) Manifestar, por escrito, sobre os ofícios encaminhados pela

CONTRATANTE, a partir da ciência, no prazo máximo de 48 horas, garantindo-lhe o acesso a documentos relativos ao objeto licitado;

g) Estar ciente de que, em caso de não-aceitação do objeto licitado, seja por estar em desacordo com as especificações ou com outras exigências deste Edital e da Relação de Proposta do objeto, todas as despesas e os eventuais danos de qualquer natureza decorrentes serão atribuídos à empresa vencedora;

h) Efetuar a entrega do objeto licitado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da data da disponibilização da nota de empenho (excluído o dia inicial), livre de quaisquer outros encargos, sejam fretes, carretos, taxa de descargas, presentes as Notas Fiscais correspondentes. Vencido o prazo, a empresa será considerada em mora;

i) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os funcionários da CONTRATADA, bem como de quaisquer obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento deste instrumento contratual;

j) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Pregoeira e da Equipe de Apoio:

- a) Advertência;
- b) Multa de 10% sobre o valor da proposta;
- c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração Municipal pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos;
- e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza a Contratada.

II - Ainda nos termos do artigo 7º, da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

I - A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe deu origem, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

I - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

I - A execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA ALTERAÇÃO

I - Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

I - O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e no Contrato, por parte da licitante vencedora, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Nona.

II - O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. O atraso injustificado, a juízo da Administração, na execução dos serviços de publicidade;

II. Prestação dos serviços fora das especificações constantes no Objeto deste edital;

III. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar os serviços, assim como as de seus superiores;

IV. O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666/93 atualizada;

V. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VI. A dissolução da empresa;

VII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

VIII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

IX. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

III - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

IV - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

I - O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

I - Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 040/2013, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões, Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

I - Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

II - E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de julho de 2013.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

EDSON AMARAL

UNIFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS AGRO-INDUSTRIAIS LTDA
Contratada

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Anexos da LRF 3 ° Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/MÊS JUNHO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	40.000,00	1.393,65	38.606,35
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	1.393,65	38.606,35
TOTAL	40.000,00	1.393,65	38.606,35

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Investimentos	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
TOTAL	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2012 (h)	Em 2013 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	2.991,96	1.393,65	4.385,61

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0



Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	664.210,00	664.210,00	248.753,16	37,45
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	143.465,00	143.465,00	73.627,19	51,32
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.100,00	72.100,00	27.289,81	37,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	308.000,00	308.000,00	92.613,69	30,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.120,00	70.120,00	49.090,12	70,01
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	19.500,00	19.500,00	743,30	3,81
Dívida Ativa dos Impostos	39.255,00	39.255,00	2.661,47	6,78
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.770,00	11.770,00	2.727,58	23,17
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.237.100,00	13.237.100,00	5.840.009,96	44,12
Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	2.820.843,68	47,01
Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	990,70	39,63
Cota-Parte IPVA	370.000,00	370.000,00	169.117,96	45,71
Cota-Parte ICMS	6.690.000,00	6.690.000,00	2.794.378,61	41,77
Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	41.096,99	29,78
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	36.600,00	36.600,00	13.582,02	37,11
Desoneração ICMS (LC 87/96)	36.600,00	36.600,00	13.582,02	37,11
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	13.901.310,00	13.901.310,00	6.088.763,12	43,80

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	534.696,00	534.696,00	312.084,21	58,37
Provenientes da União	467.376,00	467.376,00	282.326,98	60,41
Provenientes dos Estados	51.050,00	51.050,00	23.489,74	46,01
Provenientes de Outros Municípios	16.270,00	16.270,00	6.267,49	38,52
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	34,81	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	534.696,00	534.696,00	312.119,02	58,37

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.999.951,00	3.497.866,31	2.093.579,14	59,85	1.378.612,49	39,41
Pessoal e Encargos Sociais	1.288.115,00	1.408.214,99	613.570,02	43,57	604.495,02	42,93
Outras Despesas Correntes	1.711.836,00	2.089.651,32	1.480.009,12	70,83	774.117,47	37,05
DESPESAS DE CAPITAL	98.900,00	131.225,87	38.346,56	29,22	38.346,56	29,22
Investimentos	98.900,00	131.225,87	38.346,56	29,22	38.346,56	29,22

Continua 1/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	98.900,00	131.225,87	38.346,56	29,22	38.346,56	29,22
Investimentos	98.900,00	131.225,87	38.346,56	29,22	38.346,56	29,22
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.098.851,00	3.629.092,18	2.131.925,70	58,75	1.416.959,05	39,04
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	527.596,00	737.837,18	312.084,21	14,64	312.084,21	22,02
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	527.596,00	737.837,18	312.084,21	14,64	312.084,21	22,02
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	527.596,00	737.837,18	312.084,21	14,64	312.084,21	22,02
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.571.255,00	2.891.255,00	1.819.841,49	44,11	1.104.874,84	17,02
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						29,89
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						906.616,81

Continua 2/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	135.714,62	0,59	47.866,10	87.848,52	0,00
TOTAL	135.714,62	0,59	47.866,10	87.848,52	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	3.021.881,00	3.499.001,31	2.095.300,59	98,28	1.384.505,48	97,71
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	36.565,11	1,72	32.393,57	2,29
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	60,00	0,00	60,00	0,00
TOTAL	3.098.851,00	3.629.092,18	2.131.925,70	100,00	1.416.959,05	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2013		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.550.000,00	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	100,00	39,28	10.450.144,73
Legislativa	268.400,00	268.400,00	38.125,86	117.774,44	38.377,78	117.111,36	1,73	43,63	151.288,64
Ação Legislativa	268.400,00	268.400,00	38.125,86	117.774,44	38.377,78	117.111,36	1,73	43,63	151.288,64
Administração	1.942.628,00	2.012.628,00	223.553,45	1.317.990,88	297.219,78	826.439,75	12,23	41,06	1.186.188,25
Administração Geral	1.942.628,00	2.012.628,00	223.553,45	1.317.990,88	297.219,78	826.439,75	12,23	41,06	1.186.188,25
Segurança Pública	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,14	92,33	767,50
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	0,00	9.232,50	0,00	9.232,50	0,14	92,33	767,50
Assistência Social	683.200,00	817.622,47	62.301,81	279.790,18	69.611,38	181.254,77	2,68	22,17	636.367,70
Administração Geral	145.000,00	159.000,00	27.082,56	65.848,49	27.402,56	64.808,49	0,96	40,76	94.191,51
Assistência ao Idoso	30.000,00	62.046,60	3.193,81	10.508,81	3.143,21	4.691,79	0,07	7,56	57.354,81
Assistência ao Portador de Deficiência	11.900,00	20.891,99	0,00	3.165,00	450,00	465,00	0,01	2,23	20.426,99
Assistência à Criança e ao Adolescente	123.000,00	123.000,00	1.680,00	10.470,00	1.282,84	3.138,97	0,05	2,55	119.861,03
Assistência Comunitária	373.300,00	452.683,88	30.345,44	189.797,88	37.332,77	108.150,52	1,60	23,89	344.533,36
Saúde	3.266.151,00	4.052.843,79	297.683,02	2.291.961,30	495.594,87	1.479.000,86	21,88	36,49	2.573.842,93
Atenção Básica	3.021.881,00	3.499.001,31	297.353,23	2.095.300,59	467.272,03	1.384.505,48	20,48	39,57	2.114.495,83
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	167.300,00	423.751,61	1.790,00	160.035,60	26.410,33	62.041,81	0,92	14,64	361.709,80
Vigilância Sanitária	35.570,00	88.690,87	-1.520,21	36.565,11	1.852,51	32.393,57	0,48	36,52	56.297,30
Vigilância Epidemiológica	41.400,00	41.400,00	60,00	60,00	60,00	60,00	0,00	0,14	41.340,00
Educação	3.530.064,00	3.789.089,49	504.226,33	2.331.932,09	705.374,38	1.614.145,71	23,88	42,60	2.174.943,78
Alimentação e Nutrição	99.860,00	99.860,00	13.128,67	44.356,45	16.628,67	36.264,71	0,54	36,32	63.595,29
Ensino Fundamental	2.840.704,00	2.958.161,92	332.061,69	1.785.263,70	549.344,90	1.262.523,41	18,68	42,68	1.695.638,51
Ensino Médio	24.500,00	24.500,00	6.920,00	6.920,00	4.260,00	4.260,00	0,06	17,39	20.240,00
Ensino Superior	141.000,00	161.000,00	0,00	140.197,40	31.271,51	54.111,72	0,80	33,61	106.888,28
Educação Infantil	400.000,00	521.567,57	152.115,97	344.946,82	98.745,44	246.738,15	3,65	47,31	274.829,42
Educação Especial	24.000,00	24.000,00	0,00	10.247,72	5.123,86	10.247,72	0,15	42,70	13.752,28
Cultura	56.000,00	91.500,00	10.975,60	70.827,64	13.232,37	48.924,57	0,72	53,47	42.575,43
Difusão Cultural	56.000,00	91.500,00	10.975,60	70.827,64	13.232,37	48.924,57	0,72	53,47	42.575,43
Urbanismo	360.000,00	460.000,00	44.415,44	268.805,85	61.022,23	157.387,76	2,33	34,21	302.612,24
Serviços Urbanos	360.000,00	460.000,00	44.415,44	268.805,85	61.022,23	157.387,76	2,33	34,21	302.612,24
Habitação	62.900,00	437.320,00	0,00	392.120,00	28.450,63	104.234,56	1,54	23,83	333.085,44
Habitação Urbana	62.900,00	437.320,00	0,00	392.120,00	28.450,63	104.234,56	1,54	23,83	333.085,44

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.550.000,00	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	100,00	39,28	10.450.144,73
Saneamento	195.000,00	195.000,00	0,00	176.759,28	29.459,88	73.649,70	1,09	37,77	121.350,30
Saneamento Básico Urbano	195.000,00	195.000,00	0,00	176.759,28	29.459,88	73.649,70	1,09	37,77	121.350,30
Gestão Ambiental	85.000,00	85.000,00	0,00	8.208,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85.000,00
Administração Geral	80.000,00	80.000,00	0,00	8.208,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.345.000,00	1.475.000,00	254.029,52	996.654,65	310.047,74	790.097,31	11,69	53,57	684.902,69
Saneamento Básico Rural	80.000,00	80.000,00	0,00	4.210,00	0,00	4.210,00	0,06	5,26	75.790,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	10.000,00	4.354,40	4.354,40	0,06	43,54	5.645,60
Promoção da Produção Animal	115.000,00	115.000,00	29.473,00	98.422,01	14.267,33	50.792,53	0,75	44,17	64.207,47
Abastecimento	320.000,00	350.000,00	76.400,00	316.769,40	77.502,05	315.217,38	4,66	90,06	34.782,62
Extensão Rural	820.000,00	920.000,00	148.156,52	567.253,24	213.923,96	415.523,00	6,15	45,17	504.477,00
Indústria	175.400,00	145.400,00	0,00	3.500,00	700,00	2.100,00	0,03	1,44	143.300,00
Promoção Industrial	175.400,00	145.400,00	0,00	3.500,00	700,00	2.100,00	0,03	1,44	143.300,00
Transporte	2.257.257,00	2.926.542,76	762.443,40	2.011.285,81	549.214,21	1.216.657,34	18,00	41,57	1.709.885,42
Transporte Rodoviário	2.257.257,00	2.926.542,76	762.443,40	2.011.285,81	549.214,21	1.216.657,34	18,00	41,57	1.709.885,42
Desporto e Lazer	210.000,00	341.000,00	269.037,23	295.889,22	113.763,68	129.224,94	1,91	37,90	211.775,06
Desporto Comunitário	210.000,00	341.000,00	269.037,23	295.889,22	113.763,68	129.224,94	1,91	37,90	211.775,06
Encargos Especiais	100.000,00	100.000,00	0,00	27.600,00	3.379,24	10.740,65	0,16	10,74	89.259,35
Serviço da Dívida Interna	100.000,00	100.000,00	0,00	27.600,00	3.379,24	10.740,65	0,16	10,74	89.259,35

Continua 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.550.000,00	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	100,00	39,28	10.450.144,73
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.550.000,00	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	100,00	39,28	10.450.144,73

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Des

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.078.827,56	1.133.057,41	1.135.505,42	1.159.983,56	1.350.251,22	1.540.324,14	1.238.553,80	1.322.021,96	1.048.359,46	1.158.562,49	1.427.919,34	1.244.766,20	14.838.132,56	16.830.320,00	
RECEITA TRIBUTÁRIA	54.092,21	37.416,76	22.995,79	34.652,94	51.137,51	36.532,34	23.058,59	51.736,85	30.724,69	58.829,13	109.173,78	40.378,21	550.728,80	737.585,00	
I.P.T.U.	2.958,81	2.737,07	2.012,76	321,65	843,07	2.297,62	0,00	0,00	0,00	13.173,33	58.023,60	2.430,26	84.798,17	143.465,00	
I.R.R.F	13.661,95	3.709,84	1.439,42	12.006,21	9.988,92	5.909,85	0,00	7.287,36	9.253,05	18.748,88	320,27	13.480,56	95.806,31	70.120,00	
I.S.S.	28.634,86	19.853,91	14.812,63	16.540,92	19.539,37	19.853,67	13.692,47	16.500,32	15.330,10	13.440,07	17.668,45	15.982,28	211.849,05	308.000,00	
I.T.B.I.	3.642,76	8.566,86	2.333,48	4.619,00	18.339,00	6.120,73	7.632,54	3.012,58	1.666,00	3.500,89	6.402,00	5.075,80	70.911,64	72.100,00	
Outras Receitas Tributárias	5.193,83	2.549,08	2.397,50	1.165,16	2.427,15	2.350,47	1.733,58	24.936,59	4.475,54	9.965,96	26.759,46	3.409,31	87.363,63	143.900,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.893,06	19.780,19	8.126,56	18.886,13	13.144,55	13.743,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.574,14	70.200,00	
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	34.331,27	2.252,94	28.086,31	18.122,63	12.156,19	12.280,98	12.164,80	14.467,02	15.334,04	14.286,52	13.978,38	177.461,08	165.000,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	2.575,30	3.644,32	3.097,26	4.308,67	4.555,00	2.446,84	3.368,43	3.054,17	2.616,99	3.174,86	3.942,43	2.160,44	38.944,71	67.800,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.003.329,49	1.031.266,12	1.093.226,42	1.069.565,08	1.256.535,65	1.466.555,79	1.196.497,77	1.250.438,89	988.545,34	1.075.605,74	1.296.346,89	1.180.918,21	13.908.831,39	15.596.190,00	
Cota-Parte do F.P.M.	318.052,52	350.964,29	307.088,59	325.988,39	440.626,86	716.290,29	459.205,74	617.812,22	355.813,96	381.780,35	548.566,47	457.664,94	5.279.854,62	6.000.000,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	465.091,84	465.549,50	540.290,93	509.031,05	547.821,18	553.773,79	489.127,63	437.154,53	412.705,98	497.631,98	494.535,34	463.223,15	5.875.936,90	6.690.000,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	27.941,28	28.225,87	27.452,40	32.233,83	14.839,07	5.264,78	14.616,25	22.432,29	31.939,43	30.452,86	40.247,02	29.430,11	305.075,19	370.000,00	
Cota-Parte do ITR.	35,44	30,84	1.981,55	3.984,99	36,63	126,02	35,06	6,13	0,00	9,01	264,28	676,22	7.186,17	2.500,00	
Outras Transferências Correntes	97.529,21	87.841,32	109.400,67	92.862,14	143.895,74	86.663,80	120.924,35	65.729,43	93.639,91	47.977,74	94.342,38	121.760,18	1.162.566,87	1.101.526,00	
Transferências da LC 61/1989	7.619,38	8.421,81	8.517,01	8.231,81	8.333,70	9.569,17	8.609,53	6.610,65	5.835,78	5.351,07	7.195,58	7.494,38	91.789,87	138.000,00	
Transferências da LC 87/1996	2.564,82	2.564,82	0,00	5.129,64	2.564,82	2.564,82	0,00	0,00	0,00	9.054,68	2.263,67	2.263,67	28.970,94	36.600,00	
Transferências do FUNDEB	84.495,00	87.667,67	98.495,27	92.103,23	98.417,65	92.303,12	103.979,21	100.693,64	88.610,28	103.348,05	108.932,15	98.405,56	1.157.450,83	1.257.564,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.937,50	6.618,75	5.806,45	4.484,43	6.755,88	8.889,33	3.348,03	4.627,25	12.005,42	5.618,72	4.169,72	7.330,96	75.592,44	193.545,00	
DEDUÇÕES (II)	164.260,88	171.151,19	177.065,89	176.919,70	202.844,24	213.868,40	194.318,68	216.802,99	161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	2.274.093,94	2.647.420,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	164.260,88	171.151,19	177.065,89	176.919,70	202.844,24	213.868,40	194.318,68	216.802,99	161.241,71	184.855,75	218.614,25	192.150,26	2.274.093,94	2.647.420,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	914.566,68	961.906,22	958.439,53	983.063,86	1.147.406,98	1.326.455,74	1.044.235,12	1.105.218,97	887.117,75	973.706,74	1.209.305,09	1.052.615,94	12.564.038,62	14.182.900,00	

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/O-O

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.028.184,99	1.064.998,50	1.003.786,81
DEDUÇÕES (II)	2.977.529,06	2.945.921,70	2.600.229,92
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.004.708,00	3.211.902,67	2.885.864,34
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.178,94	265.980,97	285.634,42
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.949.344,07	-1.880.923,20	-1.596.443,11
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.949.344,07	-1.880.923,20	-1.596.443,11

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	284.480,09	352.900,96

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-267.200,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	14.295.000,00	2.272.146,30	6.310.843,55	6.252.652,44
Receita Tributária	737.585,00	149.551,99	313.901,25	352.900,32
I.P.T.U.	143.465,00	60.453,86	73.627,19	70.246,71
I.S.S.	308.000,00	33.650,73	92.613,69	142.828,52
I.T.B.I.	72.100,00	11.477,80	27.289,81	47.395,51
I.R.R.F.	70.120,00	13.800,83	49.090,12	28.046,11
Outras Receitas Tributárias	143.900,00	30.168,77	71.280,44	64.383,47
Receita de Contribuição	262.300,00	38.490,17	121.155,68	109.580,51
Receitas Previdenciárias	70.200,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	192.100,00	38.490,17	121.155,68	109.580,51
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	28.264,90	82.511,74	128.065,87
(-) Aplicações Financeiras	165.000,00	28.264,90	82.511,74	128.065,87
Transferências Correntes	13.033.770,00	2.066.500,59	5.820.369,20	5.695.275,99
F.P.M.	4.800.000,00	804.985,19	2.256.675,11	2.142.128,19
I.C.M.S.	5.352.000,00	766.207,00	2.235.503,44	2.325.847,91
Convênios	176.440,00	35.153,12	67.534,20	150.423,90
Outras Transferências Correntes	2.705.330,00	460.155,28	1.260.656,45	1.076.875,99
Demais Receitas Correntes	261.345,00	17.603,55	55.417,42	94.895,62
Dívida Ativa	71.895,00	2.686,73	9.715,64	20.216,66
Diversas Receitas Correntes	189.450,00	14.916,82	45.701,78	74.678,96
RECEITAS DE CAPITAL (II)	90.000,00	91.563,98	458.193,93	699.636,16
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	50.000,00	3.235,19	9.419,10	12.425,50
Alienação de Ativos (V)	40.000,00	80,75	1.393,65	1.362,31
Transferências de Capital	0,00	88.248,04	447.381,18	685.848,35
Convênios	0,00	88.248,04	447.381,18	685.848,35
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	88.248,04	447.381,18	685.848,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	14.295.000,00	2.360.394,34	6.758.224,73	6.938.500,79
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	14.323.616,83	2.157.439,79	5.681.868,64	5.139.443,82
Pessoal e Encargos Sociais	6.244.049,91	1.019.535,19	2.791.060,60	2.419.593,04
Juros e Encargos da Dívida (IX)	158.900,00	13.671,15	42.169,98	70.841,18
Outras Despesas Correntes	7.920.666,92	1.124.233,45	2.848.638,06	2.649.009,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	14.164.716,83	2.143.768,64	5.639.698,66	5.068.602,64
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.883.729,68	558.008,38	1.078.333,14	1.094.766,34
Investimentos	2.429.529,68	493.919,49	889.851,76	891.616,44
Inversões Financeiras	30.000,00	2.877,20	3.577,20	1.400,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	30.000,00	2.877,20	3.577,20	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	424.200,00	61.211,69	184.904,18	201.749,90
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.459.529,68	496.796,69	893.428,96	891.616,44



Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	3.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	16.627.246,51	2.640.565,33	6.533.127,62	5.960.219,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.332.246,51	-280.170,99	225.097,11	978.281,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	581.021,94	0,00
Superávit Financeiro	-	-	581.021,94	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				125.000,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	27.178,94	27.178,94	-	-	186.500,00	617.715,90	476.769,36	469.519,35	99.529,81	235.166,74
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	24.445,13	24.445,13	0,00	0,00	186.500,00	481.967,67	341.054,73	333.804,73	99.496,20	235.166,74
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.098,00	7.098,00	7.098,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	13.376,36	13.376,36	0,00	0,00	0,00	26.084,68	25.904,68	18.654,68	180,00	7.250,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AM	0,00	7.815,45	7.815,45	0,00	0,00	20.000,00	347,30	161,46	161,46	185,84	20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUF	0,00	1.998,89	1.998,89	0,00	0,00	0,00	366.481,06	267.397,07	267.397,07	98.613,99	470,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA I	0,00	899,79	899,79	0,00	0,00	166.500,00	77.285,63	37.066,52	37.066,52	516,37	206.202,74
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E AÇÃO SOC	0,00	354,64	354,64	0,00	0,00	0,00	4.671,00	3.427,00	3.427,00	0,00	1.244,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - LINDOIA DO SUL	0,00	2.253,81	2.253,81	0,00	0,00	0,00	135.748,23	135.714,63	135.714,62	33,61	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	2.253,81	2.253,81	0,00	0,00	0,00	135.748,23	135.714,63	135.714,62	33,61	0,00
LEGISLATIVO	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	480,00	480,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	27.178,94	27.178,94	0,00	0,00	186.500,00	617.715,90	476.769,36	469.519,35	99.529,81	235.166,74

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto	Marines Ribeiro Perondi	Geneci Dellai
Prefeito Municipal	Sec. Administ. Ordenadora de Despe	Contadora CRC/SC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	662.890,00	662.890,00	121.361,94	248.748,53	37,52
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	191.025,00	191.025,00	61.508,00	76.828,22	40,22
1.1.1- IPTU	143.465,00	143.465,00	60.453,86	73.627,19	51,32
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.480,00	7.480,00	25,22	25,22	0,34
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	31.500,00	31.500,00	549,39	1.711,57	5,43
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	8.580,00	8.580,00	479,53	1.464,24	17,07
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	72.100,00	72.100,00	11.477,80	27.289,81	37,85
1.2.1- ITBI	72.100,00	72.100,00	11.477,80	27.289,81	37,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	329.645,00	329.645,00	34.575,31	95.540,38	28,98
1.3.1- ISS	308.000,00	308.000,00	33.650,73	92.613,69	30,07
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.700,00	10.700,00	386,42	713,45	6,67
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	7.755,00	7.755,00	207,14	949,90	12,25
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.190,00	3.190,00	331,02	1.263,34	39,60
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.120,00	70.120,00	13.800,83	49.090,12	70,01
1.4.1- IRRF	70.120,00	70.120,00	13.800,83	49.090,12	70,01
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.237.100,00	13.237.100,00	2.053.824,83	5.840.009,96	44,12
2.1- Cota-Parte FPM	6.000.000,00	6.000.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	47,01
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.000.000,00	6.000.000,00	1.006.231,41	2.820.843,68	47,01
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	6.690.000,00	6.690.000,00	957.758,49	2.794.378,61	41,77
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	36.600,00	36.600,00	4.527,34	13.582,02	37,11
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	138.000,00	138.000,00	14.689,96	41.096,99	29,78
2.5- Cota-Parte ITR	2.500,00	2.500,00	940,50	990,70	39,63
2.6- Cota-Parte IPVA	370.000,00	370.000,00	69.677,13	169.117,96	45,71
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.899.990,00	13.899.990,00	2.175.186,77	6.088.758,49	43,80
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	704,20	5.245,86	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	253.360,00	253.360,00	43.801,80	110.445,31	43,59
5.1- Transferências do Salário-Educação	120.500,00	120.500,00	19.671,29	65.422,94	54,29
5.2- Outras Transferências do FNDE	132.860,00	132.860,00	23.817,58	44.262,83	33,32
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	312,93	759,54	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	48.689,84	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	48.689,84	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	176.440,00	176.440,00	32.381,12	64.762,20	36,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	429.800,00	429.800,00	76.887,12	229.143,21	53,31

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.647.420,00	2.647.420,00	410.764,51	1.167.983,64	44,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.200.000,00	1.200.000,00	201.246,22	564.168,57	47,01
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.338.000,00	1.338.000,00	191.551,49	558.875,17	41,77
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.320,00	7.320,00	905,46	2.716,39	37,11
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	27.600,00	27.600,00	2.937,98	8.219,34	29,78
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	500,00	500,00	188,08	198,11	39,62
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	74.000,00	74.000,00	13.935,28	33.806,06	45,68
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.257.564,00	1.257.564,00	207.699,52	604.982,82	48,11
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.257.564,00	1.257.564,00	207.337,71	603.968,89	48,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	361,81	1.013,93	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.389.856,00	-1.389.856,00	-203.426,80	-564.014,75	40,58
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	754.530,00	824.530,00	215.001,05	592.477,59	71,86
13.1- Com Educação Infantil	120.000,00	190.000,00	44.060,03	160.277,20	84,36
13.2- Com Ensino Fundamental	634.530,00	634.530,00	170.941,02	432.200,39	68,11
14- OUTRAS DESPESAS	503.034,00	519.304,92	3.920,00	27.710,92	5,34
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	503.034,00	519.304,92	3.920,00	27.710,92	5,34
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.257.564,00	1.343.834,92	218.921,05	620.188,51	46,15
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					16.270,92
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					95,24
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				16.270,92	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 *				16.270,92	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)*	3.474.997,50	3.474.997,50	543.796,69	1.522.189,62	43,80
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	400.000,00	521.567,57	98.745,44	246.738,15	47,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	120.000,00	190.000,00	44.060,03	160.277,20	84,36
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	280.000,00	331.567,57	54.685,41	86.460,95	26,08
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.445.764,00	2.551.034,92	481.271,59	1.135.169,18	44,50
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.137.564,00	1.153.834,92	174.861,02	459.911,31	39,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.308.200,00	1.397.200,00	306.410,57	675.257,87	48,33
25- ENSINO MÉDIO	24.500,00	24.500,00	4.260,00	4.260,00	17,39
26- ENSINO SUPERIOR	141.000,00	161.000,00	31.271,51	54.111,72	33,61
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.011.264,00	3.258.102,49	615.548,54	1.440.279,05	44,21
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-564.014,75
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.013,93
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					16.270,92
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-546.729,90
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.928.637,23
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					31,68

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	120.500,00	120.500,00	22.702,35	43.149,76	35,81
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	374.300,00	386.487,00	61.999,63	120.469,18	31,17
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	494.800,00	506.987,00	84.701,98	163.618,94	32,27
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.506.064,00	3.765.089,49	700.250,52	1.603.897,99	42,60
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	18.041,86	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	603.968,89	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	618.036,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.013,93	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.988,48	0,00

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 16.270,92, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.883.729,68	1.078.333,14	0,00	1.805.396,54
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.883.729,68	1.078.333,14	0,00	1.805.396,54
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.883.729,68	-1.078.333,14		-1.805.396,54

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.467.900,00	14.467.900,00	2.380.141,16	16,45	6.814.228,11	47,10	7.653.671,89
RECEITAS CORRENTES	14.377.900,00	14.377.900,00	2.288.577,18	15,92	6.356.034,18	44,21	8.021.865,82
RECEITA TRIBUTARIA	737.585,00	737.585,00	149.551,99	20,28	313.901,25	42,56	423.683,75
IMPOSTOS	593.685,00	593.685,00	119.383,22	20,11	242.620,81	40,87	351.064,19
TAXAS	136.200,00	136.200,00	29.297,89	21,51	69.755,45	51,22	66.444,55
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.700,00	7.700,00	870,88	11,31	1.524,99	19,81	6.175,01
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	180.200,00	180.200,00	26.656,15	14,79	83.834,57	46,52	96.365,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	70.200,00	70.200,00	12.127,57	17,28	36.464,05	51,94	33.735,95
Contribuição p/ Custeio Serviço de Iluminação Públ	110.000,00	110.000,00	14.528,58	13,21	47.370,52	43,06	62.629,48
RECEITA PATRIMONIAL	165.000,00	165.000,00	28.264,90	17,13	82.511,74	50,01	82.488,26
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	165.000,00	165.000,00	28.264,90	17,13	82.511,74	50,01	82.488,26
RECEITA DE SERVIÇOS	67.800,00	67.800,00	6.102,87	9,00	18.317,32	27,02	49.482,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.033.770,00	13.033.770,00	2.066.500,59	15,85	5.820.369,20	44,66	7.213.400,80
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.854.530,00	12.854.530,00	2.030.972,47	15,80	5.752.336,00	44,75	7.102.194,00
Transf. de Pessoas	2.800,00	2.800,00	375,00	13,39	499,00	17,82	2.301,00
Transf. de Conv.	176.440,00	176.440,00	35.153,12	19,92	67.534,20	38,28	108.905,80
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	193.545,00	193.545,00	11.500,68	5,94	37.100,10	19,17	156.444,90
Multas e Juros de Mora	78.600,00	78.600,00	8.375,69	10,66	25.797,36	32,82	52.802,64
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	19.180,00	19.180,00	438,26	2,28	1.485,64	7,75	17.694,36
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	71.895,00	71.895,00	2.686,73	3,74	9.715,64	13,51	62.179,36
RECEITAS DIVERSAS	23.870,00	23.870,00	0,00	0,00	101,46	0,43	23.768,54
RECEITAS DE CAPITAL	90.000,00	90.000,00	91.563,98	101,74	458.193,93	509,10	-368.193,93
ALIENAÇÃO DE BENS	40.000,00	40.000,00	80,75	0,20	1.393,65	3,48	38.606,35
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	40.000,00	40.000,00	80,75	0,20	1.393,65	3,48	38.606,35
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	50.000,00	50.000,00	3.235,19	6,47	9.419,10	18,84	40.580,90
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	88.248,04	0,00	447.381,18	0,00	-447.381,18
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	88.248,04	0,00	447.381,18	0,00	-447.381,18
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	82.100,00	82.100,00	11.834,02	14,41	37.321,11	45,46	44.778,89
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	82.100,00	82.100,00	11.834,02	14,41	37.321,11	45,46	44.778,89
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	82.100,00	82.100,00	11.834,02	14,41	37.321,11	45,46	44.778,89
Receitas Intra-Orçamentárias	82.100,00	82.100,00	11.834,02	14,41	37.321,11	45,46	44.778,89
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.550.000,00	14.550.000,00	2.391.975,18	16,44	6.851.549,22	47,09	7.698.450,78

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.550.000,00	14.550.000,00	2.391.975,18	16,44	6.851.549,22	47,09	7.698.450,78
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.550.000,00	14.550.000,00	2.391.975,18	16,44	6.851.549,22	47,09	7.698.450,78
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.808.136,79	—	—	581.021,94	—	—
Superávit Financeiro	—	1.808.136,79	—	—	581.021,94	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.550.000,00	2.660.346,51	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	39,28	10.450.144,73
DESPESAS CORRENTES	12.911.400,00	1.412.216,83	14.323.616,83	1.536.193,58	8.329.723,63	2.157.439,79	5.681.868,64	39,67	8.641.748,19
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.020.679,00	223.370,91	6.244.049,91	1.010.835,19	2.838.331,10	1.019.535,19	2.791.060,60	44,70	3.452.989,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	158.900,00	0,00	158.900,00	0,00	114.100,00	13.671,15	42.169,98	26,54	116.730,02
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.731.821,00	1.188.845,92	7.920.666,92	525.358,39	5.377.292,53	1.124.233,45	2.848.638,06	35,96	5.072.028,86
DESPESAS DE CAPITAL	1.635.600,00	1.248.129,68	2.883.729,68	930.598,08	2.270.608,21	558.008,38	1.078.333,14	37,39	1.805.396,54
INVESTIMENTOS	1.181.400,00	1.248.129,68	2.429.529,68	930.598,08	1.885.708,21	493.919,49	889.851,76	36,63	1.539.677,92
INVERSOES FINANCEIRAS	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	8.500,00	2.877,20	3.577,20	11,92	26.422,80
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	424.200,00	0,00	424.200,00	0,00	376.400,00	61.211,69	184.904,18	43,59	239.295,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.550.000,00	2.660.346,51	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	39,28	10.450.144,73

Continua 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.550.000,00	2.660.346,51	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.760.201,78	39,28	10.450.144,73
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	91.347,44	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.550.000,00	2.660.346,51	17.210.346,51	2.466.791,66	10.600.331,84	2.715.448,17	6.851.549,22	39,28	10.450.144,73

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 16/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

Anexos da RGF 1º
Anexo da RGF 1º Semestre

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.366.860,76	0,00
Pessoal Ativo	5.154.374,88	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	117.510,88	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	94.975,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.366.860,76	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	5.366.860,76	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	12.564.038,62	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	42,72	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%	7.538.423,17	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%	7.161.502,01	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 54%	6.784.580,85	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.028.184,99	1.003.786,81	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	984.483,13	965.133,51	0,00
Interna	984.483,13	965.133,51	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	43.701,86	38.653,30	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.977.529,06	2.600.229,92	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.004.708,00	2.885.864,34	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	27.178,94	285.634,42	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.949.344,07	-1.596.443,11	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.636.965,60	12.564.038,62	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	8,14%	7,99%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-15,43%	-12,71%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	15.164.358,72	15.076.846,34	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	13.647.922,85	13.569.161,71	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	984.483,13	965.133,51	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	46.083,13	198.833,49	0,00
De Tributos	0,00	158.500,36	0,00
De Contribuições Sociais	46.083,13	40.333,13	0,00
Previdenciárias	46.083,13	40.333,13	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	938.400,00	766.300,02	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	8.292,89	16.415,67	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	804.215,90	4.068.046,79	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

FONTE:

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2013

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (I)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL IV	12.636.965,60	12.564.038,62	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.780.132,43	2.764.088,50	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.502.119,19	2.487.679,65	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
EXTERNAS (V)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)			
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de referência	Até o Semestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Amparadas pelo art. 9-N da Resolução nº 2.827/01, do CMN	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.564.038,62	—
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	2.010.246,18	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.809.221,56	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	879.482,70	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
ALIENAÇÃO DE BENS	1.704,33	0,00	1.704,33
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	1.341,59	0,00	1.341,59
Assistência Farmacêutica Básica	3.260,36	772,00	2.488,36
Atenção Básica ESF	22.780,41	0,00	22.780,41
Bolsa Família	11.632,40	0,00	11.632,40
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico -	870,08	0,00	870,08
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	10.963,47	0,00	10.963,47
Convênio de Trânsito - Civil	5.884,30	320,00	5.564,30
Convênio de Trânsito - Militar	2.409,30	35,00	2.374,30
Convênio de Trânsito - Prefeitura	5.827,00	0,00	5.827,00
Convênio GPDU/CEF 0372405-41/2011	49.555,99	0,00	49.555,99
Convênio GPDU/CEF 0372998-11/2011	33.604,04	0,00	33.604,04
Convênio PAR 3699/2012	17.162,88	0,00	17.162,88
FARMÁCIA BÁSICA SUS ESTADO	2.541,18	300,00	2.241,18
Fundo Especial do Petróleo	6.022,84	0,00	6.022,84
Fundo Nac.Assistência Social _ IGD	9.703,25	0,00	9.703,25
Manutenção Educação Infantil	56.785,34	0,00	56.785,34
PAB - Atenção Básica PAB	90.297,31	0,00	90.297,31
PACs- Atenção Básica-PACS	1.949,42	0,00	1.949,42
Progr Pessoa Portadora de Deficiência Física - PPD	10.294,64	0,00	10.294,64
Programa de Atenção a Criança - PAC	2.577,43	0,00	2.577,43
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2.773,93	0,00	2.773,93
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar - PNATE	7.642,02	6.469,15	1.172,87
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	3.875,93	0,00	3.875,93
Receita Impostos e de Transf. de Impostos -Saude	125.881,37	92.236,17	33.645,20
RECURSO ORDINÁRIO - EDUCAÇÃO	0,00	15.083,82	(15.083,82)
Recursos de Outros Convênios	19.718,64	0,00	19.718,64
RECURSOS SUS ESTADO	24.850,97	0,00	24.850,97
Salário Educação	0,00	7.878,20	(7.878,20)
Serviços de Saúde - FAM	277.848,01	2.205,10	275.642,91
Superavit - Salário Educação	63.535,17	0,00	63.535,17
Superavit MAC - Atenção Básica	52.089,68	1.736,00	50.353,68
Superavit Recursos de Outros Convênios	0,00	1.161,00	(1.161,00)
Transf. de Convênios - Educação Estado	16.246,99	16.219,20	27,79
Transf. do F.A.S. CRAS	4.929,49	1.560,00	3.369,49
Transf. do FUNDEB - Magistério 60%	4.988,48	0,00	4.988,48
Transf. Recursos FNAS - Piso Basico Variavel	33.975,17	0,00	33.975,17
Vigilância em Saúde	6.643,16	0,00	6.643,16
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	992.166,57	145.975,64	846.190,93
Convênio Rádio Patrulha	1.803,65	180,00	1.623,65
RECURSO ORDINÁRIO	1.891.894,12	194.730,51	1.697.163,61
Superavit - Recursos Ordinários	0,00	44.963,10	(44.963,10)
Superavit - Recursos Vinc.Saúde	0,00	3.559,03	(3.559,03)
Superavit Financeiro de 2010	0,00	140.498,54	(140.498,54)
Vigilância em Saúde - União	0,00	60,00	(60,00)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.893.697,77	383.991,18	1.509.706,59
TOTAL (III) = (I + II)	2.885.864,34	529.966,82	2.355.897,52
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Assistência Farmacêutica Básica	0,00	772,00	0,00	159,65	2.488,36	0,00
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00
Convênio de Trânsito - Civil	0,00	320,00	0,00	85,00	5.564,30	0,00
Convênio de Trânsito - Militar	0,00	35,00	0,00	0,00	2.374,30	0,00
Convênio GPDU/CEF 0372405-41/2011	0,00	0,00	0,00	49.555,99	49.555,99	0,00
Convênio GPDU/CEF 0372998-11/2011	0,00	0,00	0,00	33.604,04	33.604,04	0,00
Convênio MCIDADES 0342888-50/2010	0,00	0,00	0,00	275.872,66	0,00	0,00
Convênio PAR 3699/2012	0,00	0,00	0,00	5.475,00	17.162,88	0,00
FARMÁCIA BÁSICA SUS ESTADO	0,00	300,00	0,00	263,03	2.241,18	0,00
Manutenção Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	55.315,11	56.785,34	0,00
PAB - Atenção Básica PAB	0,01	0,00	-0,01	885,26	90.297,31	0,00
Programa Nac. de Apoio ao Transp. Escolar - P	0,00	6.469,15	0,00	0,00	1.172,87	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PI	0,00	0,00	0,00	8.091,74	3.875,93	0,00
Receita Impostos e de Transf. de Impostos -Sa	0,00	87.856,11	0,00	515.134,53	33.645,20	0,00
RECURSO ORDINÁRIO - EDUCAÇÃO	0,00	14.613,82	470,00	72.630,49	(15.083,82)	0,00
RECURSOS SUS ESTADO	0,00	0,00	0,00	4.900,00	24.850,97	0,00
Salário Educação	0,00	7.878,20	0,00	469,94	(7.878,20)	0,00
Superavit - SUS Estado	0,00	0,00	0,00	5.681,25	0,00	0,00
Superavit MAC - Atenção Básica	0,00	1.736,00	0,00	2.239,50	50.353,68	0,00
Superavit Recursos de Outros Convênios	0,00	1.161,00	0,00	1.370,00	(1.161,00)	0,00
Transf. de Convênios - Educação Estado	0,00	16.219,20	0,00	0,00	27,79	0,00
Transf. do F.A.S. CRAS	0,00	1.560,00	0,00	4.504,00	3.369,49	0,00
Transf. Recursos FNAS - Piso Basico Variavel	0,00	0,00	0,00	486,50	33.975,17	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS(I)	0,01	138.920,48	469,99	1.051.723,69	387.221,78	0,00
Convênio Rádio Patrulha	0,00	180,00	0,00	0,00	1.623,65	0,00
RECURSO ORDINÁRIO	7.250,00	130.404,54	47.245,46	793.606,03	1.697.163,61	0,00
Superavit - Recursos Ordinários	0,00	5.260,36	39.702,74	425.986,60	(44.963,10)	0,00
Superavit - Recursos Vinc.Saúde	0,00	3.559,03	0,00	24.398,89	(3.559,03)	0,00
Superavit Financeiro de 2010	0,00	0,00	140.498,54	0,00	(140.498,54)	0,00
Superavit Serviços de Saúde - FAM	0,00	0,00	0,00	1.440,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/SEMESTRE JANEIRO - JUNHO

Continuação 2/2

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS(NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Vigilância em Saúde - União	0,00	60,00	0,00	0,00	(60,00)	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	7.250,00	139.463,93	227.446,74	1.245.431,52	1.509.706,59	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	7.250,01	278.384,41	227.916,73	2.297.155,21	1.896.928,37	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Geneci Dellai
Contadora CRC/SC 016795/0-0

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Semestre de 2013

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	5.366.860,76	42,72
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.538.423,17	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	7.161.502,01	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-1.596.443,11	-12,71
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	15.076.846,34	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.764.088,50	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.010.246,18	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	879.482,70	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	2.297.155,21	1.896.928,37

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 17/07/2013

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

Marines Ribeiro Perondi
Sec. Administ. Ordenadora de Despesas

Diego Frare
Tesoureiro

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1127 - Empréstimo Badesc

LEI Nº 1127 de 16 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES II E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art.2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de máquinas e equipamentos rodoviários.

Art.3º- Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais).

Parágrafo Único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art.4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II, o Poder Executivo consignará nos Projetos de Lei Orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna (SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1128 - Convênios Entidades Culturais

LEI Nº 1128 de 16 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO E REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar

TERMO DE CONVÊNIO com as entidades culturais do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) constantes do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Os Convênios de que tratam o "caput" deste artigo serão firmados nas condições estabelecidas nos Termos anexos, que são parte integrante desta LEI.

Art.2º- Através dos Convênios autorizados pelo art. 1º desta Lei fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro às entidades culturais abaixo descritas, nos valores especificados:

1.ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

2.CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade geral manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

3.CORAL UNIDOS EM CRISTO, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.204/0001-38, com sede na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro será da ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art.3º- As entidades beneficiadas deverão apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 31 de dezembro de 2013.

Art.4º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: 08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1129 - Termo de Convênio Jba e Hdo - Aterro Sanitário

LEI Nº 1129 de 16 de julho de 2013.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA COM O MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FINANCEIRA com o MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) tendo por objeto a contratação de empresa especializada para a perfuração de 03 (três) poços de monitoramento, bem como a realização da análise dos efluentes no aterro sanitário, localizado na Linha Duas Casas, no Município de Joaçaba(SC).

Art.2º- Os encargos provenientes da execução desta lei correrão a conta de dotações próprias, do Orçamento de cada um dos Municípios conveniados.

Art.3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1130 - Procon

LEI Nº 1130 de 16 de julho de 2013.

"DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC, INSTITUI A COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON - A COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO - CMPN - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON E INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS - FMDD, NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído a organização do SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII e 170, inciso V, da Constituição Federal, art. 106 da Lei nº 8.078/90 e do Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997.

Art.2º - São órgãos do SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SMDC:

I- a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;
II - a Comissão Municipal Permanente de Normatização - CMPN;
III - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON.

Parágrafo Único - Integram o SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, os órgãos federais, estaduais e municipais e as entidades privadas que se dedicam à proteção e defesa do Consumidor, sediadas no município, observado o disposto nos incisos I e II do art. 5º da lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

CAPÍTULO II

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON

Seção I

Das Atribuições

Art. 3º - Fica instituído o PROCON Municipal, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à formulação da política do Sistema Municipal de Proteção, Orientação, Defesa e Educação do Consumidor.

Art. 4º - O PROCON Municipal ficará vinculado ao Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - Constituem objetivos permanentes do PROCON Municipal:

I - assessorar o Prefeito Municipal na formulação da Política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;
II - Planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a Política do Sistema Municipal de defesa dos direitos e interesses dos consumidores;
III - Receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias,

sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;

IV - Orientar permanentemente os consumidores sobre seus direitos e garantias;

V - Fiscalizar as denúncias efetuadas, encaminhando à assistência judiciária e ao Ministério Público, as situações não resolvidas administrativamente;

VI - incentivar e apoiar a criação e organização de órgãos e associações comunitárias de defesa do consumidor e apoiar as já existentes;

VII - desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;

VIII - Atuar junto ao Sistema Municipal formal de ensino, visando incluir o tema Educação para o consumo nas disciplinas já existentes, de forma a possibilitar a informação e formação de uma nova mentalidade nas relações de consumo;

IX - Colocar a disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

X - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o pública e anualmente, (art. 44, da Lei nº 8.078/90), e registrando as soluções;

XI - Expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores;

XII - Fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas no Código de Defesa do consumidor (Lei nº 8.078/90 e Decreto nº 2.181/97);

XIII - Funcionar, no processo administrativo, como instância de julgamento;

XIV - Solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos.

Seção II

Da Estrutura

Art.6º- A estrutura organizacional do PROCON será a seguinte:

I - Coordenadoria Executiva;

II - Serviço de Fiscalização;

III-Serviços de educação ao consumidor, apoio administrativo e ouvidoria.

Art.7º - A Coordenadoria Executiva será dirigida por Coordenador Executivo.

Art. 8º - A Coordenadoria Executiva do PROCON Municipal e demais membros serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Para o desempenho das funções do cargo de Coordenador Executivo do PROCON Municipal, exigir-se-á habilitação profissional na área do Direito, com inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

Seção III

Do Regimento Interno

Art.9º - O Coordenador do PROCON Municipal contará com uma Comissão permanente para elaboração, revisão e atualização das normas referidas no § 1º do art. 55 da Lei nº 8.078/90, que será integrada por representantes de associações ou entidades de defesa do consumidor, representantes do Executivo Municipal e representantes dos fornecedores ou associações comerciais.

Seção IV

Dos Recursos Humanos

Art.10 - O Poder Executivo Municipal colocará a disposição do PROCON, os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão.

Art.11 - O Poder Executivo municipal dará todo o suporte necessário, no que diz respeito a bens materiais e recursos financeiros

para o perfeito funcionamento do órgão.

Seção V

Das Disposições Gerais e Finais

Art.12 - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 13 - Caberá ao Poder Executivo Municipal autorizar e aprovar o Regimento Interno do PROCON que fixará o desdobramento dos órgãos previstos, bem como as competências e atribuições de seus dirigentes.

Art. 14 - As atribuições dos setores e competência dos dirigentes de que trata a Lei serão exercidas na conformidade da legislação pertinente, podendo ser modificada mediante Decreto do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO III

COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE NORMATIZAÇÃO - CMPN

Art. 15 - Fica instituída a Comissão Municipal Permanente de Normatização destinada a elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da Lei nº 8.078/90.

Art.16 - A Comissão Municipal Permanente de Normatização será composta por um representante dos seguintes segmentos;

I - PROCON Municipal;

II - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes;

III - Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social;

IV - Entidades Privadas legalmente constituídas de Defesa do Consumidor;

V - Organismos de representação das entidades comerciais e industriais;

VI - OAB, Subseção de Joaçaba;

VII - UNOESC- Campus de Joaçaba;

Art. 17 - Os membros da Comissão e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Senhor Prefeito Municipal, mediante indicações dos titulares dos órgãos que representam, para um mandato de 04 (quatro) anos, facultada a recondução, considerando-se cessada a investidura, no caso de perda da condição de representantes dos órgãos e entidades mencionadas no art. 16 desta LEI.

Art. 18 - O Coordenador Executivo do PROCON Municipal será o Presidente da Comissão.

Art. 19 - A participação na Comissão será considerada serviço de natureza relevante e não remunerada.

Art. 20 - Para o desempenho das suas funções específicas a Comissão Municipal Permanente de Normatização poderá contar com comissões de caráter transitório, instituídas por ato de seu Presidente, integrada por especialistas de órgãos públicos e privados ligados à Defesa do Consumidor.

Art. 21 - A Comissão Municipal Permanente de Normatização reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

Art.22 - As reuniões da Comissão Permanente de Normatização serão registradas em ata e quorum mínimo de 50% (cinquenta por cento) de seus membros e as deliberações serão tomadas pela maioria dos membros presentes, cabendo ao Presidente, além do voto comum, o voto de desempate.

Art. 23 - Poderá a condição de membro da Comissão o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3(três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1(um) ano.

CAPÍTULO IV

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON

Art.24 - Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e no controle da política municipal de defesa do consumidor;

II - Estabelecer diretrizes a serem observadas na elaboração dos projetos e planos de defesa do consumidor;

III-Gerir o Fundo Municipal dos Direitos Difusos - FMDD destinando recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo Único - Ao Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, no exercício da gestão do Fundo Municipal dos Direitos Difusos compete:

I - Firmar convênios e contratos com o objetivo de elaborar acompanhar e executar projetos relacionados às finalidades do Fundo;

II - Examinar e aprovar projetos relativos à reconstituição, reparação, preservação e prevenção de danos aos bens e interesses dos consumidores;

III - Aprovar as demonstrações mensais de receita e de despesas do Fundo;

IV - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mencionadas no inciso anterior.

Art. 25 - O Conselho Municipal de Defesa do Consumidor será composto por representantes assim discriminados:

I - o Coordenador Municipal do PROCON;

II - um representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

III - um representante da Vigilância Sanitária municipal;

IV - um representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;

V - um representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB;

VI - um representante da Associação dos Comerciantes, Industriais e Artesãos de Luzerna - ACIAL;

VII - um representante da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense - ACIOC;

VIII - um representante da UNOESC - Campus de Joaçaba.

§1º- Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor serão indicados pelos órgãos e entidades representados, com exceção do Coordenador Municipal do PROCON que é membro nato, sendo investidos na função de conselheiros através de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo.

§2º- Para cada membro do Conselho será indicado um suplente que o substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimentos do titular.

§3º- Perderá a condição de membro do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 06 (seis) alternadas, no período de 01 (um) ano.

§ 4º - Os órgãos e entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no § 1º deste artigo.

§5º- As funções de membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remunerados, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

Art.26 - O Conselho será presidido pelo Coordenador do PROCON.

Art.27- O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

§1º - As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria dos seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§2º- Ocorrendo falta de quorum mínimo para instalação do

plenário, automaticamente será convocada nova reunião, que acontecerá 48 horas após, com qualquer número de participantes.

CAPÍTULO V

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

Art. 28 - Fica Instituído o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos - FMDDD, conforme o disposto no artigo 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 2.181 de 20 de março de 1997, com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

CAPÍTULO V

DOS RECURSOS DESTINADOS AOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Art. 29 - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a abrir conta bancária específica com o objetivo de criar condições financeiras de gerenciamento dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Art. 30 - Os recursos de que trata o artigo 28 destinam-se ao funcionamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especificamente:

- I - Financiamento total ou parcial de programas e projetos de conscientização, proteção e defesa do consumidor;
- II - Aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;
- III - Realização de eventos e atividades relativas à educação, pesquisa e divulgação de informações, visando a orientação do consumidor;
- IV - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- V - Estruturação e instrumentalização de órgão municipal de defesa do consumidor, objetivando a melhoria dos serviços prestados aos usuários.

Art. 31 - Constituem recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores:

- I - As indenizações decorrentes de condenações e multas advindas de descumprimento de decisões judiciais em ações coletivas relativas a direito do consumidor;
 - II - As multas oriundas de que trata o inciso I do art. 56 e caput do art. 57 da Lei 8.078, de 1990;
 - III - O produto de convênios firmados com órgãos e entidades de direito público e privado;
 - IV - As transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas;
 - V - Os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;
 - VI - As doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;
 - VII - Outras receitas que vierem a ser destinadas ao mesmo fim.
- §1º - As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito.
- §2º - Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades depositadas na conta específica em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 - No desempenho de suas funções, os órgãos do SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR poderão manter

convênios de cooperação técnica e de fiscalização com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

- I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC, da Secretaria de Direito Econômico - SMDE/MJ;
- II - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - Departamento de Defesa do Consumidor - PROCON/SC;
- III - Promotoria de Justiça do Consumidor;
- IV - Juizado de Pequenas Causas;
- V - Delegacia de Polícia;
- VI - Secretaria de Estado da Saúde - Vigilância Sanitária;
- VII - INMETRO;
- VIII - Associações Cíveis Comunitárias;
- IX - Receita Federal e Estadual;
- X - Conselhos de Fiscalização do Exercício Profissional.

Art. 33 - Consideram-se colaboradores do SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR as Universidades e as entidades públicas ou privadas, que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único - Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 34 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Lei 1131 - Calendário de Eventos

LEI Nº 1131 de 16 de julho de 2013.

“INSTITUI O CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica instituído o CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), conforme o anexo único da presente LEI.

Art.2º- Para a realização dos eventos previstos no CALENDÁRIO OFICIAL, poderão ser formalizados patrocínios e parcerias com a iniciativa privada, convênios com instituições do terceiro setor, bem como ter o apoio logístico e/ou financeiro do Município, desde que tenha disponibilidade financeira e orçamentária.

Art.3º- As despesas provenientes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Parágrafo Único - As despesas poderão compreender gastos com: sonorização, iluminação, filmagem, profissional(ais) do setor artístico, aluguel de imóvel, material de distribuição gratuita, serviços e material fotográfico, alimentação, locação de brinquedos infantis, serviço e material de decoração, serviços técnicos profissionais, tendas, equipe de segurança em eventos.

Art.4º- Essa Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS

EVENTO	DATA
Título Expressão Agropecuária	1º sábado agosto
Título Troféu Masterluz	2ª sexta-feira de novembro

Decreto 1645

DECRETO N° 1645 de 12 de julho de 2013.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2013”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.22 da Lei nº 1.076 de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2012, apurado na Fonte 00, criando a Fonte de Recursos e Valor no Orçamento do Município para 2013, atribuído à Atividade:

Unidade Gestora: Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Luzerna

Atividade - 1401.08.243.0022.2025 - Manutenção das Atividades de Amparo e Assistência a Crianças e Adolescentes e Contribuições Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte - 0.3.00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 10.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2012.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

Decreto 1646

DECRETO N° 1646 de 12 de julho de 2013.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21 da Lei nº 1.076, de 05 de dezembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente, na Atividade abaixo discriminada, a Modalidade de Aplicação da despesa:

UNIDADE GESTORA: 12. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Pessoal e Encargos Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 10.000,00

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Total Anulado R\$ 15.000,00

Artigo 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a modalidade de aplicação da despesa atribuída a respectiva atividade abaixo discriminada:

UNIDADE GESTORA: 12.FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes Sociais

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Total Suplementado R\$ 15.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de julho de 2013.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

Extrato Portaria N° 166

EXTRATO DE PORTARIA

PML 2013

Portaria nº 166/13 de 12/07/13 - “CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDORA QUE ESPECIFICA”. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho/CLT, ANA CRISTINA FELTES SCHAEGLER, para exercer as funções de Professora Não Habilitada, 10 horas semanais, no Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, na disciplina de Geografia, sendo 08 horas de trabalho com alunos e 02 horas de trabalho pedagógico, em substituição à Professora MARINÊS PICK DE ARAÚJO que está em licença sem vencimento, com remuneração equivalente a 54,91163 do valor inicial de carreira do Professor II, Classe “A”, do Quadro de Cargos e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público Municipal, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003, em conformidade com o inciso I do art.2º e art.4º da Lei nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e inciso II do art.9º e art.12, inciso II, da Lei Complementar 033 de 08 de dezembro de 2003, aprovada no Processo Seletivo por análise de currículo - Edital nº 002/2013 de 15 de fevereiro de 2013, homologado em 21 de fevereiro de 2013, a partir de 12 de julho de 2013 até 20 de dezembro de 2013.

Extrato Pregão FIA.044.13 - Monitoramento

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0044/2013 - FIA

Pregão Presencial nº 0033/2013-FIA

O FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, ANGELO BRANDALISE JUNIOR, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS, POR HORA TRABALHADA, DE MONITORAMENTO DE AULAS DE TÉCNICA MUSICAL, VIOLÃO, CULINÁRIA E PINTURA, DESTINADOS EXECUÇÃO DE PROJETOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUZERNA.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h do dia 02 de agosto de 2013.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 02 de agosto de 2013.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

Editais de Processo Seletivo 005/2013

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 005/2013 de 16 de julho de 2013.

"ABRE INSCRIÇÕES E ESTABELECE NORMAS PARA O PROCESSO SELETIVO DESTINADO A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC)"

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por seu Prefeito, MOISÉS DIERSMANN, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal nº 181 de 09 de dezembro de 1999 e Lei Complementar nº 033 de 08 de dezembro de 2003 e suas alterações posteriores e;

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Luzerna, para contratação e para substituição de servidores em afastamentos legais;

Considerando que a educação é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população;

Considerando que houve apenas um aprovado para a disciplina de Ciências e que já está trabalhando na disciplina de Geografia;

Considerando a necessidade de substituição de professora de Ciências que entrará em licença gestação;

Considerando a inexistência de tempo para realização de novo Processo Seletivo de provas e títulos, uma vez que o ano letivo já iniciou, e visando não prejudicar os alunos, estabelece normas para a realização de Processo Seletivo por Análise de Currículo, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e disposições da legislação vigente.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES de Luzerna(SC)

1.2. O Processo Seletivo destina-se ao provimento temporário de vaga na forma de substituição de servidora em afastamento legal, conforme especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. A inscrição dos candidatos interessados será realizada nos dias 22 a 26 de julho de 2013, das 8h00 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na Prefeitura Municipal de Luzerna, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, localizada na Av. 16 de fevereiro, 151, Centro, Luzerna(SC), de acordo com o cronograma constante do Anexo III deste Edital.

2.2. A inscrição somente será efetuada mediante o preenchimento de requerimento padronizado fornecido pelo Município, pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo, ocasião na qual o candidato, sob as penas da lei, declarará:

2.2.1. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento do gozo de direitos políticos, nos termos do § 1.º do art. 12 da Constituição Federal;

2.2.2. Ter escolaridade e habilitação de acordo com os requisitos exigidos para o emprego/função, conforme o Anexo I;

2.2.3. Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar;

2.2.4. Ser portador de CPF válido;

2.2.5. Gozar de boa saúde;

2.2.6. Não ter sofrido, quando no exercício de emprego, função ou emprego público, demissão a bem do serviço público ou por justa causa, fato a ser comprovado, no ato da contratação, por meio da assinatura de regular termo de declaração;

2.2.7. Não ter antecedentes criminais, achando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

2.2.8. Ter conhecimento das exigências contidas neste Edital, das atribuições ao emprego que postula e nas instruções específicas contidas nos comunicados e em outros avisos pertinentes ao presente Processo Seletivo; e,

2.2.9. Ter idade mínima de dezoito (18) anos quando da convocação.

2.3. Ao requerimento de inscrição deverá ser anexado o currículo do candidato, juntamente com todos os documentos necessários para comprovação do mesmo.

2.4. Não será cobrada taxa de inscrição dos candidatos.

2.5. As inscrições realizadas por procuração deverá estar anexa cópia do RG e CPF, bem como declaração constando endereço completo, e-mail e telefone para contato.

2.6. Após a data e horário fixado como termo final do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer outras inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

2.7. Não será admitida, sob qualquer pretexto, a inscrição condicional, bem como não será permitida a juntada a posteriori de documentos.

2.8. O candidato é o único responsável pelo correto preenchimento da Ficha de Inscrição e pelo acompanhamento de seu processo, independente de avisos, salvo publicações previstas neste Edital e regulamentos em vigor.

2.9. O candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não satisfazer a todas as condições estabelecidas neste Edital, terá sua inscrição cancelada a qualquer tempo e, em consequência, serão anulados todos os atos dela decorrentes, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.10. A inscrição não poderá ser feita pelo correio, e-mail ou por meio de fac-símile e não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.11. Uma vez efetuada a inscrição, não serão aceitos pedidos de alteração da identificação do candidato inscrito.

2.12. A adulteração de qualquer elemento constante da Cédula de Identidade ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificada a qualquer tempo, eliminará o candidato do processo seletivo.

2.13. A fidedignidade das informações contidas no Requerimento de Inscrição, que estará disponível no local das inscrições, é de inteira responsabilidade do candidato ou de seu representante legal.

III - DA SELEÇÃO

3.1. A seleção será feita objetivamente pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte de Luzerna, obedecendo à seguinte pontuação:

3.1.1 - Pós-Graduação em nível de Doutorado - na área escolhida - 5,00 pontos;

3.1.2 - Pós-Graduação em nível de mestrado - na área escolhida - 4,00 pontos;

3.1.3 - Pós-Graduação em nível de Especialização - na área escolhida - 3,00 pontos;

3.1.4 - Habilitação específica de Licenciatura Plena completa na área escolhida - 2,00 pontos;

3.1.5 - Cursando a partir da 6ª fase do ensino superior na área específica - 1,00 ponto;

3.1.6 - Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída - 0,50 pontos;

3.1.7 - Cursos/horas de aperfeiçoamento e/ou atualização na disciplina e área de ensino, realizados a partir do ano de 2011 - 0,5 décimos para cada 40 horas de curso frequentado e/ou ministrado

(limitado a 160 horas);

3.1.8 - Tempo de Serviço no Magistério no Município de Luzerna - 1,00 ponto para cada ano de serviço;

3.1.9 - Tempo de Serviço no Magistério (em outros municípios) - 0,80 pontos para cada ano de serviço;

3.2 - Na contagem dos títulos referentes à habilitação constantes nos itens 3.1.1 a 3.1.6, a habilitação maior prevalecerá sobre a menor, não sendo cumulativa;

3.2.1 - Apenas será válida e computada para pontuação, habilitação em conformidade com o disposto no Anexo I deste Edital, e para os cursos de pós-graduação, aqueles com enfoque pedagógico.

3.3 - A pontuação obtida nos itens 3.1.7 a 3.1.9 será somada à pontuação referente à habilitação de que trata os itens 3.1.1 a 3.1.6.

3.4 - A apresentação dos títulos é de iniciativa do candidato e serão considerados apenas aqueles apresentados na data da inscrição.

IV - DO REGIME EMPREGATÍCIO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

4.1. A contratação obedecerá ao Regime de Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

V - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1. A classificação final dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de pontuação obtida pela análise do currículo;

5.2. Ocorrendo empate na classificação, serão usados, sucessivamente, os seguintes critérios para desempate:

- a) maior habilitação;
- b) maior tempo de serviço no Município;
- c) maior tempo de serviço;
- d) maior idade.

5.3 A classificação final obedecerá a divisão em Professor II - Habilitado, para os que tiverem a graduação concluída na área, e Professor Não Habilitado, para aqueles que estiverem cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura na área específica ou tenham concluído o Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O resultado final do Processo Seletivo, objeto deste Edital, será homologado pela autoridade competente e publicado no Mural Público da Prefeitura Municipal, no órgão de publicação oficial do Município de Luzerna e no endereço eletrônico www.luzerna.sc.gov.br.

VII - DA CONTRATAÇÃO

7.1. Previamente à contratação, mediante convocação, serão exigidos dos candidatos classificados, os seguintes documentos:

- a) Quitação com as obrigações eleitorais e militares (em caso de candidato do sexo masculino), com a devida apresentação da cópia do Título de Eleitor e do comprovante de quitação com o serviço militar;
- b) Nível de escolaridade exigido para o emprego, mediante a apresentação de cópia dos documentos exigidos por este Edital e previstos em lei, nos termos do Anexo I;
- c) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei federal n.º 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- d) Laudo médico de saúde física e mental a ser realizado por órgão credenciado pela Prefeitura Municipal de Luzerna;
- e) Cópia dos seguintes documentos:
 1. Documento de Identidade (RG)
 2. Cadastro de Pessoa Física
 3. Certidão de Casamento
 4. Certidão de Nascimento de Filhos
 5. Carteira de Trabalho
 6. uma (01) foto 3x4.

7. demais documentos, conforme especificação do emprego, descrito no Anexo I deste Edital.

7.2. Os documentos comprobatórios de atendimento aos requisitos acima serão exigidos apenas dos candidatos classificados e convocados para contratação.

7.3. O não-cumprimento dos requisitos necessários impede a contratação do candidato, passando o mesmo a ocupar o último lugar na lista dos classificados.

VIII - DO FORO JUDICIAL

8.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada ao processo seletivo de que trata este Edital é o da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As cláusulas deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data de convocação dos candidatos para a prova correspondente.

9.2. Este Processo Seletivo terá validade durante o ano letivo de 2013, podendo ser prorrogado por mais um ano letivo.

9.3. Os candidatos aprovados e classificados neste certame serão contratados pela ordem de classificação, respeitado o número de vagas, a conveniência e oportunidade e o limite prudencial e total de gastos com pessoal, ditados pela Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

9.4. O candidato classificado no Processo Seletivo que não quiser ser contratado ou não entregar os documentos exigidos quando convocado, será reclassificado para o último lugar dos classificados.

9.5. A classificação no Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito à contratação automática.

9.6. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital.

9.7. Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo do Município de Luzerna.

9.8. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Do Emprego, Vencimentos e Habilitação Mínima;

ANEXO II - Das Atribuições do Emprego;

ANEXO III - Do Cronograma Previsto.

Luzerna(SC), 16 de julho de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I DO EMPREGO, VENCIMENTOS E HABILITAÇÃO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO	HABILITAÇÃO
Professor II - Ciências * **	40h	R\$ 2.274,15	Habilitação obtida em curso de nível superior de licenciatura plena ou outra graduação correspondente a áreas de conhecimento específicas do currículo, com formação pedagógica, nos termos da legislação vigente ou cursando a partir da 6ª fase do curso de licenciatura na área específica ou tenham concluído o Magistério em nível de 2º grau ou outra habilitação concluída.

* A carga horária constante deste Anexo é meramente exemplificativa, visando demonstrar o vencimento para a carga horária máxima, sendo que, a Administração Municipal reserva-se o direito da contratação conforme a necessidade de substituição de servidor em afastamento legal, complementação de carga horária ou regência de classe de aulas excedentes, não havendo, pois, número de vagas fixas, sendo a carga horária proporcional à necessidade, e os vencimentos também proporcionais à carga horária realizada, podendo essa ser de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

** O candidato aprovado que não tiver concluído a graduação na área específica no momento da convocação será contratado como Professor Não-Habilitado e receberá o equivalente a 70% do valor inicial de carreira do Professor I, conforme §7º do art.9º da Lei Complementar nº 033/03.

ANEXO II DAS ATRIBUIÇÕES DO EMPREGO

Realizar o exercício da docência em classes de Ensino Fundamental e outros Programas da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades da escola; cooperar na elaboração, execução e avaliação do Plano Político-Pedagógico da Unidade Escolar; elaborar programas, projetos e planos de curso, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes do ensino; executar o trabalho docente em consonância com a proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; participar de processos seletivos de avaliação do próprio trabalho e da Unidade Escolar com vistas ao melhor rendimento do processo ensino-aprendizagem, replanejando sempre que necessário; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos; estabelecer formas alternativas de recuperação (contínua e/ou paralela), aos alunos que apresentam menor rendimento; atualizar-se em sua área de conhecimento; participar de reuniões de estudo, conselhos de classe, encontros, cursos, seminários, atividades cívicas, culturais, recreativas e outros eventos, tendo em vista o seu constante aperfeiçoamento para melhoria da qualidade do ensino; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, supervisão e orientação educacional; zelar pela aprendizagem do aluno, pela disciplina e

pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação de ensino; levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua(s) classe(s), mediante relatório(s) escrito(s); seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; constatar necessidades e encaminhar os alunos aos setores específicos de atendimento, mediante relatório por escrito; manter a pontualidade e assiduidade e, na impossibilidade do cumprimento de suas funções enviar planejamento diário; comunicar previamente à Direção (dentro do possível, na véspera) sempre que estiver impossibilitado de comparecer à Unidade Escolar; preencher a documentação solicitada pela secretaria e entregá-la no prazo estipulado; manter ética profissional no ambiente de trabalho e fora deste no que se refere a assuntos da Unidade Escolar; manter bom relacionamento com os alunos, pais e colegas de trabalho; executar outras atividades afins e compatíveis com o cargo.

ANEXO III DO CRONOGRAMA

ATO	DATA PREVISTA
Publicação e divulgação do Edital	17/07/2013
Período de Inscrições	22 a 26/07/2013
Análise dos currículos	29/07/2013
Homologação final do Processo Seletivo	29/07/2013

Mafra

PREFEITURA

Lei Nº 3935

LEI Nº . 3935

MAFRA, 16 DE JULHO DE 2013.

"AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO LOTE 22 DO LOTEAMENTO DOS MARECHAIS."

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º.- Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a promover a desapropriação JUDICIAL, a ser efetivada no exercício de 2013, de um terreno urbano, com área de 379, 52 m² (trezentos e setenta e nove metros e cinquenta e dois décimos quadrados), correspondente ao lote 22 do Loteamento dos Marechais, aprovado em 17 de setembro de 1981, objeto da Matrícula nº 1.915 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Mafra - SC, para fins de implantação de Estação Elevatória da Rede Coletora de Esgotamento Sanitário a saber:

I - Terreno urbano, sem benfeitorias, com área de 379,52 m² (trezentos e setenta e nove metros e cinquenta e dois décimos quadrados), formado pelo lote nº 22, do Loteamento dos Marechais, situado nesta cidade com frente para o lado ímpar da rua Quintino Bocaiuva, onde mede 12,80 m (doze metros e oitenta centímetros), esquina em seu lado direito, com o lado ímpar da rua Professora Maria do Espírito Santo, na extensão de 27,00 m (vinte e sete metros), em local completado pela rua Marechal Deodoro da Fonseca e rio da Lança e confrontando-se nos fundos, na extensão de 14,46 m (quatorze metros e quarenta e seis centímetros), com a faixa de recuo, de domínio público, que margeia o rio da Lança; e, pelo lado esquerdo, na extensão de 32,30 m (trinta e dois metros e trinta centímetros), com o lote nº 23 de Luiz Sudol. PROPRIETÁRIO:- INDUSTRIA DE MADEIRAS MAFRA S.A., pessoa jurídica de direito privado, sediada nesta cidade, na BR - 116, Km 06, CGC/MF nº 85.129.013/0001-18.

Matrícula nº 1.915 do Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Mafra - SC.

Art. 2º.- Fica também autorizado a pagar a importância de R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais), a título de indenização, valor atribuído pelo Laudo de Vistoria e Avaliação nº 103/2013 que é parte integrante desta Lei.

Art. 3º.- As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

13. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
1301. Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente
154510013.2.054.000 Desenvolvimento Urbano
4.5.90.00 Aplicações Diretas

(129) Fonte 100

Recursos Ordinários

Art. 4º - A presente desapropriação foi declarada de utilidade pública, através do Decreto nº 3497 de 29/03/2012.

Art. 5º.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Mafra, 16 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Nº 3936

LEI Nº. 3936

DE 16 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2013.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento Municipal de 2013, conforme descrição abaixo:

17 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.104000 - Apoio ao Ensino através da adequação da rede física e equipamentos - fundamental

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 101 - R\$ 150.000,00

Art. 2º. As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes modalidades de aplicação:

17 - Secretaria Municipal de Educação

01 - Administração e Gerência de Apoio ao Ensino

123610017.2.105000 - Capacitação Continuada - F

(288) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 101 - R\$ 50.000,00

123650017.2.100000 - Manutenção e Administração da Secretaria de Educação

(299) 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 101 - R\$ 100.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Mafra, 16 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Nº 3937

LEI Nº. 3937

DE 16 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2013.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento Municipal de 2013, conforme descrição abaixo:

16 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Atividades do Fundo

101220016.1.001000 - Unidade de Pronto Atendimento UPA

4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 171 - R\$ 105.000,00

Art. 2º. As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte modalidade de aplicação:

16 - Fundo Municipal de Saúde

01 - Atividades do Fundo

101220016.1.001000 - Unidade de Pronto Atendimento UPA

(230) 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 171 - R\$ 105.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Mafra, 16 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Lei Nº 3938

LEI Nº. 3938

DE 17 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O REAJUSTE DO VALOR DO AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO PAGO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, CONTRATADOS E COMISSIONADOS.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE, Prefeito Municipal de Mafra, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º - O valor do auxílio alimentação a partir do mês de julho de 2013, será de R\$ 12,00 (doze reais) por dia trabalhado, segundo a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art.2º - Ficam inalteradas as demais disposições da Lei. 3894 de 13 de março de 2013.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra-SC, 17 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

DOUGLAS RAMOS

Secretário Municipal de Administração em Exercício

Lei Nº 3939

LEI Nº. 3939

DE 17 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DE 2013.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal

aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento Municipal de 2013, conforme descrição abaixo:

16 - Fundo Municipal de Saúde
02 - Programas de Saúde
103010016.2.097000 - Mafra em Forma
4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 171 - R\$ 180.000,00

Art. 2º. As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial da seguinte modalidade de aplicação:

16 - Fundo Municipal de Saúde
02 - Programas de Saúde
103040016.2.093000 - Vigilância Sanitária
(264) 4.4.90.00 - Aplicações Diretas
Fonte: 100 - R\$ 180.000,00

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mafra, 17 de julho de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Edital de Licitação N° 070/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N° 070/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de expediente destinadas as Unidades Básicas de Saúde, PACS, ESFs da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 08/08/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de julho de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE FABIANO MAURÍCIO KALIL
Prefeito Municipal Pregoeiro Municipal

Edital de Licitação N° 071/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 071/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de cargas de gás de cozinha, 13 Kg e 45 Kg, destinados as Unidades Escolares de Educação Infantil e Fundamental, através da Secretaria Municipal de Educação. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/08/2013, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei n° 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a

lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal n° 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório, encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, n° 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 17 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

JÉSSICA SCHMITZ
Pregoeira Municipal

Resultado - Tomada de Preço 004/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO N° 004/2013. O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público aos interessados, o RESULTADO do Processo Licitatório n° 382/2013 - Tomada de Preço n° 004/2013, referente à contratação de empresa especializada para fazer o recolhimento do lixo hospitalar da Secretaria Municipal de Saúde e suas Unidades.

Empresa vencedora: Serrana Engenharia Ltda - valor: R\$ 79.920,00 (setenta e nove mil novecentos e vinte reais).

Mafra (SC), 17 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Revogação Carta Convite 003/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REVOGAÇÃO DA CARTA CONVITE N° 003/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que foi REVOGADA a CARTA CONVITE para contratação de serviços especializados de auditoria externa nos Recursos Humanos, objetivando análise de conformidade na gestão de pessoal da Administração Direta da Prefeitura Municipal de Mafra e das Entidades Autárquicas, Fundacionais e Fundos, conforme especificações contidas no edital e seus anexos, tal revogação de faz em virtude do equívoco na definição da modalidade do processo licitatório.

Mafra (SC), 15 de julho de 2013.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Revogação Concorrência Pública 001/2013

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
REVOGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 001/2013

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que foi REVOGADA a CONCORRÊNCIA PÚBLICA para contratação de empresa especializada para realizar a construção de 02 (duas) Unidades de Educação Infantil, sendo uma delas no bairro Vila Nova e a outra no bairro Vila Ivete, ambas relativas ao Pró-Infância de acordo com as especificações dos projetos aprovados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, conforme Termo de Compromisso PAC203637/2012, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de custos, modelo da proposta financeira, minuta do contrato, anexos, partes

integrantes do edital, considerando que houve a necessidade de atualização de planilhas orçamentárias.

Maracajá (SC), 17 de julho de 2013.
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Decreto 201/2010

DECRETO N° 201 DE 21 DE JUNHO DE 2010.
NOMEIA ANTENOR ROCHA, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO WAGNER DA ROSA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 748 de 26 de junho de 2008, e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, ANTENOR ROCHA, brasileiro, maior, nascido em 20 de janeiro de 1952, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 246.247.219-34, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração, com o subsídio de R\$ 2.974,00 (dois mil, novecentos e setenta e quatro reais) do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, a partir de 21 de junho de 2010.

Art. 2º Fica designado ao servidor Antenor Rocha para além dos serviços atribuídos a Secretária de Administração, executar as atividades relacionadas a movimentação financeira do Município como assinaturas de cheques, ordens de pagamento, documentos de transferências financeiras e outros documentos correlatos, sempre em conjunto com o Prefeito Municipal e Gestores dos Fundos Municipais.

Art. 3º Ao servidor contratado nos termos deste Decreto, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 21 de junho de 2010.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 21 de junho de 2010.

ANTENOR ROCHA
Secretário de Administração

Decreto 269/2010

DECRETO N° 269 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.
NOMEIA IVONETE DE OLIVEIRA CAPELA, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA E BEM ESTAR SOCIAL.

O PREFEITO WAGNER DA ROSA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 e 427 de 7 de outubro de 1997, e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, IVONETE DE OLIVEIRA CAPELA, brasileira, maior, nascida em 25 de fevereiro de 1959, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 588.635.830-72, para exercer o cargo de provimento em comissão de Diretora do Departamento de Assistência e Bem Estar Social, símbolo CC-2, com gratificação mensal de 80% (oitenta por cento) do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º A servidora contratada nos termos deste Decreto, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 1º de setembro de 2010.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 1º de setembro de 2010.

ANTENOR ROCHA
Secretário de Administração

Portaria 036/2011

PORTARIA N° 036 DE 11 DE JANEIRO DE 2011.
NOMEIA VALMIR CARRADORE, PARA EXERCER O CARGO DE SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO WAGNER DA ROSA, no uso das atribuições que lhe confere as Leis Municipais n° 426 de 7 de outubro de 1997 e n° 748 de 26 de junho de 2008, e de conformidade com os incisos V e VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado, VALMIR CARRADORE, brasileiro, maior, nascido em 21 de fevereiro de 1963, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o n° 461.205.729-53, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração, com o subsídio de R\$ 2.974,00 (dois mil, novecentos e setenta e quatro reais) do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º Fica designado ao servidor Valmir Carradore para além dos serviços atribuídos a Secretária de Administração, executar as atividades relacionadas a movimentação financeira do Município como assinaturas de cheques, ordens de pagamento, documentos de transferências financeiras e outros documentos correlatos, sempre em conjunto com o Prefeito Municipal e Gestores dos Fundos Municipais.

Art. 3º Ao servidor contratado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 11 de janeiro de 2011.
WAGNER DA ROSA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 11 de janeiro de 2011.

VALMIR CARRADORE
Secretário de Administração

Extrato do 2º TA ao Contrato 26/2012 _Fms

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo
2º Termo Aditivo ao Contrato nº 26/2012
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Melcon Construção Civil Ltda.

Objeto: Prorroga o prazo do Contrato 26/2012
Cláusula Primeira - Fica alterada a Cláusula Sétima e seu Parágrafo Único, referente ao prazo de execução do objeto e vigência do contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Sétima: o prazo deste aditivo para execução dos serviços é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial para 12 (doze) meses. Parágrafo Único: O prazo deste aditivo é de 02 (dois) meses, passando o prazo inicial do contrato para 13 (treze) meses.

Maracajá, 12 de Julho de 2013

Extrato do Contrato 27/2013 _Fms

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 27/2013
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: Sul Online Telecom Ltda EPP

Objeto: Prestação de serviços de telecomunicações necessários para a conexão e acesso a Internet para os computadores da Unidade de Saúde de Vila Beatriz.
Valor: R\$ R\$ 66,67 (sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensal.
Vigência: 03/06/2013 a 31/12/2013

Gabarito Processo Seletivo 003/2013

GABARITO PROCESSO SELETIVO 003/2013 MARACAJÁ – SC

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS:

QUESTÃO	
01	C
02	A
03	A
04	A
05	E
06	E
07	B
08	A
09	C
10	A
11	A
12	C
13	C
14	B
15	E
16	C
17	E
18	D
19	A
20	D

MONITOR DE ÔNIBUS:

QUESTÃO	
01	C
02	A
03	A
04	A
05	E
06	E
07	B
08	A
09	C
10	A
11	A
12	C
13	E
14	D
15	E
16	A
17	E
18	ANULADA
19	A
20	C

Marema

PREFEITURA

Decreto Nº 115/2013

DECRETO n. 115/2013

De 21/06/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMAS n. 0006/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 0005/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMAS n.0006/2013 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 0005/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em ministrar cursos de violão, sopro e outros instrumentos musicais.

Art. 2º. Fica adjudicado ao proponente vencedor MOACIR CARBONERA o valor total de R\$ 7.740,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Decreto N° 116/2013

DECRETO n. 116/2013

De 21/06/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMAS n. 0007/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 0006/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMAS n.0007/2013 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 0006/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em ministrar cursos de danças ou ritmos brasileiros, danças urbanas e danças eruditas.

Art. 2º. Fica adjudicado ao proponente vencedor TAIS MECHELI ZANARDI no valor total de R\$ 7.200,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Decreto N° 117/2013

DECRETO n. 117/2013

De 24/06/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0033/2013 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL n. 0014/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0033/2013 na Modalidade de Pregão Presencial n. 0014/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em aquisição de material didático para uso junto a secretaria municipal de educação.

Art. 2º. Fica adjudicado ao proponente vencedor MARISA A. DE SOUZA BRANCO DOMINGOS o valor total de R\$ 1.502,40 (reais); MB CATARINENSE LTDA - ME o valor total de R\$ 14.691,45; PEGASUS ATACADISTA LTDA ME o valor total de R\$ 15.412,55 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Decreto N° 118/2013

DECRETO n. 118/2013

De 26/06/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO n. 0032/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE n. 0012/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório n.0032/2013 na Modalidade de Carta Convite n. 0012/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em divulgação de Atos Oficiais.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 01 proponente vencedor Sociedade Radio Continental no valor total de R\$ 20.400,00 (reais); o objeto do item 02 ao proponente vencedor Francismar Martins - ME no valor total de R\$ 6.420,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Decreto N° 119/2013

DECRETO n. 119/2013

De 26/06/2013

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO/FMDR n. 0003/2013 NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE/FMDR n. 0003/2013, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Administrativo Licitatório/FMDR n.0003/2013 na Modalidade de Carta Convite/FMDR n. 0003/2013, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto da presente licitação consiste em Serviços de Recapagens de Pneus.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto dos itens 01 a 07 ao proponente vencedor RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS, no valor total de R\$ 71.556,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 26 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Func. Designado

Portaria N° 188/2013

Portaria n°188/2013

De 24/06/2013

DISPENSA POR TÉRMINO DE CONTRATO SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH EXERCENDO O CARGO TEMPORÁRIO DE PROFESSOR ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO o termino de contrato de trabalho firmado pela portaria 135/2013 de 10 de abril de 2013.

DETERMINA

Art. 1º - Dispensar por termino de contrato, da Servidora Pública Municipal LIGIANA INÊS TOFFOLO HAMMERICH, do Cargo Temporário de Professor ACT e em consequência do Serviço Público Municipal.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Setor de Recursos Humanos

Portaria N° 189/2013

Portaria n°189/2013

De 24/06/2013

ALTERA DATA DE ADMISSAO A PATRICIA PERCIO EM CARATER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, CONFORME PORTARIA 162/2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 64, VI da Lei Orgânica Municipal, c/c artigo 203 da Lei Municipal 307/95 de 10/08/1995.

E CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse publico;

CONSIDERANDO a justificativa de desdobramento de turma recebido da Secretaria Municipal de Educação no dia 20 de junho de 2013.

D E C I D E

Art. 1º - Alterar data de admissão de PATRICIA PERCIO para o exercício da função temporária de Professora ACT, para suprir a necessidade de reforço escolar de alunos junto ao Núcleo Escolar Municipal, com regime de trabalho de 20 horas semanais, para o período de 08/04/2013 a 20/12/2013.

Parágrafo Único - Poderá ocorrer dispensa antes do término do Contrato, desde que ocorra caso de interesse público.

Art. 2ª - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Setor de Recursos Humanos

Portaria N° 190/2013

Portaria n° 190/2013

De 24/06/2013

ALTERA PRAZO LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL IDIANE BETTU CONFORME PORTARIA 244/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO BEVILAQUA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 115 DA Lei Municipal nº307/95. CONSIDERANDO o pedido de prorrogação de Auxilio Doença nº do beneficio 6002134682 da Previdência Social.

D E C I D E

Art. 1º - Alterar prazo da licença para tratamento de doença a Servidora Pública Municipal IDIANE BETTU, de 12 de Dezembro

de 2012 a 10 de agosto de 2013.

Art. 2º - A presente Portaria entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 24 de junho de 2013.

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

DAIANE PERCIO

Setor de Recursos Humanos

Contrato FMAS N° 013/2013

MINUTA

CONTRATO/FMAS - n. 013/2013

CONTRATANTE - Município de Marema

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADO - Moacir Carbonera

CNPJ/MF n. 17.964.001/0001-59

OBJETO - Cursos para Atendimento a Programas Desenvolvidos pelo CRAS

PRAZO - Até 30/12/2013

VALOR TOTAL - R\$ 7.740,00 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 21 de junho de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato FMAS N° 014/2013

MINUTA

CONTRATO/FMAS - n. 014/2013

CONTRATANTE - Município de Marema

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

CONTRATADO - Tais Micheli Zanardi

CNPJ/MF n. 18.269.842/0001-09

OBJETO - Cursos para Atendimento a Programas Desenvolvidos pelo CRAS

PRAZO - Até 30/12/2013

VALOR TOTAL - R\$ 7.200,00 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim.

Marema, 21 de junho de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato N° 050/2013

MINUTA

Contrato n. 050/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - MARISA A. DE DOUZA BRANCO DOMINGOS

CNPJ/MF n. 10.543.078/0001-06

OBJETO - Aquisição de Material Didático

PRAZO - Conforme consta na licitação

VINCULO - Pregão Presencial/PREF n. 0014/2013

VALOR - R\$ 1.502,40 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 24 de junho de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato N° 051/2013

MINUTA

Contrato n. 051/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - MB CATARINENSE LTDA

CNPJ/MF n. 16.961.181/0001-52

OBJETO - Aquisição de Material Didático

PRAZO - Conforme consta na licitação

VINCULO - Pregão Presencial/PREF n. 0014/2013

VALOR - R\$ 14.691,45 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 24 de junho de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato N° 052/2013

MINUTA

Contrato n. 052/2013

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - PAGASUS ATACADISTA LTDA ME

CNPJ/MF n. 14.797.430/0001-90

OBJETO - Aquisição de Material Didático

PRAZO - Conforme consta na licitação

VINCULO - Pregão Presencial/PREF n. 0014/2013

VALOR - R\$ 15.412,55 (reais)

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 24 de junho de 2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato N° 053/2013

MINUTA

Contrato n. 053/2013

OBJETO - Prestação de Serviços

Divulgação de atos oficiais

PRAZO - (01/07/2013 a 30/12/2013)

VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 20.400,00 (reais)

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - SOCIEDADE RADIO CONTINENTAL LTDA ME

CNPJ/MF n. CNPJ/MF n. 83.684.498/0001-86

FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 26/06/2013

VALDOMIRO BEVILAQUA

Prefeito Municipal

Contrato N° 054/2013

MINUTA

Contrato n. 054/2013

OBJETO - Prestação de Serviços

Divulgação de atos oficiais

PRAZO - (01/07/2013 a 30/12/2013)

VALOR TOTAL DO CONTRATO - R\$ 6.420,00 (reais)

CONTRATANTE - O Município de Marema

CONTRATADO - FRANCISMAR MARTINS ME
CNPJ/MF n. CNPJ/MF n. 08.853.854/0001-22
FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 26/06/2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Contratos Fmdr N° 08/2013

MINUTA
Contrato/FMDR n. 008-2013

OBJETO - Serviços de Recapagens de Pneus
PRAZO - até 31/12/2013
VALOR - R\$ 71.556,00 (reais).
CONTRATANTE - O Município de Marema
CONTRATADO - RWM COMERCIO DE PNEUS E PEÇAS PARA VEICULOS LTDA
CNPJ/MF n. 08.593.009/0001-65
VINCULO - Licitação CV/FMDR n. 0003/2013
FORO - Comarca de Xaxim - SC

Marema, 26/06/2013
VALDOMIRO BEVILAQUA
Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

Lei N°. 1519 de 16 de Julho de 2013

LEI N°. 1519 DE 16 DE JULHO DE 2013
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

050.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação R\$ 100.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei N°. 1520 de 16 de Julho de 2013

LEI N°. 1520 DE 16 DE JULHO DE 2013
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601- GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0170.2070 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
0601 - 3390000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000.00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Lei N°. 1521 de 16 de Julho de 2013

LEI N°. 1521 DE 16 DE JULHO DE 2013
Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar

MÁRIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC) faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:
Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00

(Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.451.0150.1064 - Pavimentação de Ruas
0401 - 4490000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0401.015.452.0151.1067 - Aquisição de Equipamentos para o Serviço Urbano
0401 - 44900000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas
0401 - 3390000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
0401 - 4590000 - Aplicações Diretas
0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0260.1085 - Aquisição de Equipamento para Frota Rodoviária
0403 - 44900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2727 de 16 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 2727 DE 16 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1519 de 16 de Julho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 200.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM
0403.026.782.0260.2086 - Conservação de Estradas Vicinais
0403 - 33900000 - Aplicações Diretas
0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO
050.012.361.0120.1041 - Ampliação da Rede Física
0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
0501 - 10100 - Receita de Impostos e Transf. Impostos da Educação R\$ 100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto Nº. 2728 de 16 de Julho de 2013

DECRETO Nº. 2728 DE 16 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1520 de 16 de Julho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 - GERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA MÉDICA
0602.010.301.0100.2034 - Reforma e Ampliação dos Postos de Saúde
0602 - 4490000 - Aplicações Diretas
0602 - 10200 - Receita de Impostos e Transf. Impostos-Saúde R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), do seguinte programa e verba abaixo discriminados:

0600 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0601- GERÊNCIA DE SAÚDE
0601.017.512.0170.2070 - Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
0601 - 3390000 - Aplicações Diretas
0601 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000.00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

Decreto N°. 2729 de 16 de Julho de 2013

DECRETO N°. 2729 DE 16 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1521 de 16 de Julho de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1064 - Pavimentação de Ruas

0401 - 4490000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 250.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 250.000,00 (Duzentos e cinquenta mil reais), dos seguintes programas e verbas abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.452.0151.1067 - Aquisição de Equipamentos para o Serviço Urbano

0401 - 44900000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

0401.015.452.0151.2068 - Conservação de Vias Urbanas

0401 - 3390000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

0401 - 4590000 - Aplicações Diretas

0401 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 50.000,00

0403 - GERÊNCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

0403.026.782.0260.1085 - Aquisição de Equipamento para Frota Rodoviária

0403 - 44900000 - Aplicações Diretas

0403 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 80.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Decreto N°. 2730 de 16 de Julho de 2013

DECRETO N°. 2730 DE 16 DE JULHO DE 2013

Abre Crédito Adicional Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 761.000,00 (Setecentos e sessenta e um mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0400 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401 - GERÊNCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0401.015.451.0150.1064 - Pavimentação de Ruas

0401 - 4490000 - Aplicações Diretas

0401 - 12454 - Transferência Convênios da União - Outros R\$ 761.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 16 DE JULHO DE 2013.
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Co 17.2013 Aditivo 17.6 Const. Sec. Saúde - Sifra

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 17/2012

CONTRATO ADITIO Nº.17/6

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LIC: 05/2012 - FMS

CONCORRÊNCIA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 02/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE ACORDO COM PROJETO, CRONOGRAMA E MEMORIAL, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência o dia 15 de Julho de 2013, findando em 13 de Setembro de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: motivado pelas quantidades aditivadas pela confecção do projeto estrutural, onde ocasionou atraso na realização dos serviços.

Massaranduba, 12 de Julho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE - Prefeito

ANNA KARINE REINKE FRANZ - Gestora

Co 32.2013 Mat. Eletrico Cosip - System

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 32/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 53.2013

CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº. 10/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SYSTEM COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS (RE-ATORES, LÂMPADAS, RELES E BASE PARA RELES,), PARA MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Vigência: 11-07-2013 a 31-12-2013.

Valor: R\$ R\$ 14.980,50 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais e cinquenta centavos),

Massaranduba, 11 de Julho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 33.2013 Mat. Eletrico Cosip - Vmm

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 33/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 53.2013

CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº. 10/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: VMM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME, OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS (REATORES, LÂMPADAS, RELES E BASE PARA RELES,), PARA MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Vigência: 11-07-2013 a 31-12-2013.

Valor: R\$ 30.929,00 (trinta mil, novecentos e vinte nove reais),

Massaranduba, 11 de Julho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 34.2013 Mat. Cosip - Conti

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 34/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 53.2013

CONVITE PARA COMPRAS E SERVIÇOS nº. 10/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: INSTALADORA ELÉTRICA CONTI LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS (REATORES, LÂMPADAS, RELES E BASE PARA RELES,), PARA MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Vigência: 11-07-2013 a 31-12-2013.

Valor: R\$ 120,50 (cento e vinte reais e cinquenta centavos)

Massaranduba, 11 de Julho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Ata 3.2013 Equilibrio Economico/Financeiro

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 17/2012

CONTRATO ADITIO Nº.17/6

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LIC: 05/2012 - FMS

CONCORRÊNCIA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 02/2012

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: O prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto a EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA NA CONSTRUÇÃO CIVIL, DE ACORDO COM PROJETO, CRONOGRAMA E MEMORIAL, fica prorrogado pelo período de 60 (sessenta) dias, tendo como início da vigência o dia 15 de Julho de 2013, findando em 13 de Setembro de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: motivado pelas quantidades aditivadas pela confecção do projeto estrutural, onde ocasionou atraso na realização dos serviços.

Massaranduba, 12 de Julho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora

CÂMARA MUNICIPAL**Dispensa Nº003/2013**

EDITAL Nº. 03/2013 - DISPENSA DE LICITAÇÃO

OBJETIVO: Aquisição de diversos gêneros de alimentação (água mineral, café, açúcar, leite) e materiais de copa e cozinha (coador de papel e copos plásticos) para manutenção da copa da Câmara de Vereadores de Massaranduba.

FORNECEDOR: MERCADO SPÉZIA LTDA , Cnpj nº.: 03.916.528/0001-01

VALOR: R\$ 1.649,07 (Um mil, seiscentos e quarenta e nove reais e sete centavos)

JUSTIFICATIVA: A Câmara de Vereadores realizou orçamento de gêneros alimentícios e materiais para manutenção da copa da Câmara de Vereadores a serem utilizados até 31 de dezembro de 2013, com quatro empresas do Município, sendo que a empresa Mercado Spézia apresentou menor preço para os itens pretendidos e que estes itens são indispensáveis para a manutenção da copa, sendo justificável a sua aquisição. Os orçamentos realizados farão parte integrante deste processo de dispensa. O preço ajustado é vantajoso e conveniente a Câmara Municipal, condições estas que dispensam a licitação nos termos do Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93.

Massaranduba, 17 de Julho de 2013.

SUZANE ELISA F. REINKE

Presidente do Legislativo Municipal

Meleiro**PREFEITURA****Lei Nº 1601/2013**

LEI nº 1601/2013

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar crédito adicionais suplementar no montante de R\$ 465.000,00 (Quatrocentos e sessenta e cinco mil reais), a ser distribuídos nas seguintes contas:

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112361.2012 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (32) R\$ 170.000,00

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.451.1041 - Obras de Artes, Drenagem, Paviment. Ruas e Logradores

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (98) R\$ 100.000,00

08 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

080128.843.2054 - Manutenção dos Encargos Especiais

3.2.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (140) R\$ 60.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (141) R\$ 40.000,00

4.6.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (142) R\$ 30.000,00

12 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12018243.2052 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (170) R\$ 35.000,00

13 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

130110301.2024 - Manutenção Assistência Farmacêutica Básica

3.3.90.00.00.00.00.00.0004.0 - Aplicações Diretas (32) R\$ 30.000,00

Total R\$ 465.000,00

Art. 2.º Para atender os créditos que trata o artigo 1.º, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações Orçamentárias.

03 - SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

030304.122.1004 - Aquisição de veículo e equipamentos funcionais

4.4.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (1) R\$ 30.000,00

030304.122.2005 - Manutenção da Administração Geral e Finanças

3.1.90.00.00.00.00.00.0080.0 - Aplicações Diretas (4) R\$ 100.000,00

04 - SECRET. DE EDUCAÇÃO, ESP.CULTURA E TURISMO

040112365.2017 - Manutenção do Ensino Básico

3.1.90.00.00.00.00.00.0100.0 - Aplicações Diretas (61) R\$ 335.000,00

Total R\$ 465.000,00

Art. 3º Fica ajustado nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº 1378/09, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2013 - Lei Municipal nº 1557/12 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2013 - Lei Municipal nº 1.561/12, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente LEI.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 17 de Julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Lei N° 1602/2013

LEI nº 1602/2013

TRATA DA ALTERAÇÃO DO DISPOSITIVO DA LEI MUNICIPAL Nº 833/2001.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O Artigo 5º da Lei Municipal nº 833/2001, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 5º - Os membros e o Presidente do Conselho de Alimentação Escolar do município terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos uma única vez"

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Meleiro, 17 de Julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Decreto N.º 046/2013.

DECRETO n.º 046/2013.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.561/2012, de 13 de Novembro de 2012.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 7.500,00 (Sete mil e quinhentos reais), nestes termos:

06 - SECRET. DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO

060115.452.2043 - Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano

3.3.90.00.00.00.00.00.0168.0 - Aplicações Diretas (116) R\$ 7.500,00

Total R\$ 7.500,00

Art. 2.º A suplementação da Dotação Orçamentária de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada do orçamento, depositado no Banco do Brasil S.A, Agência 2294-2, conta nº 9.853-1.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 15 de Julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças.

Portaria N.º 275/2013

PORTARIA n.º 275/2013

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora MARLI DA SILVA MAFIOLETI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de após 15 (quinze) dias, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 17/07/2013.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Julho de 2013.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo

PREFEITURA

Edital de Credenciamento Exames Laboratoriais

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA
PROCESSO LICITATÓRIO 106/2013
AVISO DE CREDENCIAMENTO 01/2013
MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Prefeitura Municipal de MONTE CARLO Estado de Santa Catarina por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o artigo 25 da Lei 8.666/93, torna público o edital de chamada pública – aviso de credenciamento, nos termos previstos neste Edital para CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS DA ÁREA DE SAÚDE NA ESPECIALIDADE DE EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO), EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOTÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS; CROPOLÓGICOS; UROANÁLISES, HORMONAIS, TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA, MICROBIOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, DE GENÉTICA, PARA TRIAGEM NEONATAL E IMUNO HEMATOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TABELA DO SAI/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SIGTAP- Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS mediante contrato de direito público. A abertura dos envelopes será realizada no Departamento de Compras e Licitações, sito a Rodovia SC 456 km 15, nº.1551, Centro, Monte Carlo - SC, No dia 30 de Julho de 2013 às 14:00 horas na sala de Reuniões na sede administrativa do município.

Os documentos de habilitação, bem como a proposta, deverão ser entregues no local supra indicado, em envelope fechado, com identificação externa da empresa, até as 13h45min do dia 30 de Julho de 2013, sendo ABERTO a seguir, observado o devido processo legal.

1 – DO OBJETO:

O objeto do presente Aviso é o credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em firmar contrato de direito público com a Secretaria Municipal de Saúde, para execução de serviços de forma complementar ao SUS para EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM

FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO), EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOTÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS; CROPOLÓGICOS; UROANÁLISES, HORMONAIS, TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA, MICROBIOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, DE GENÉTICA, PARA TRIAGEM NEONATAL E IMUNO HEMATOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TABELA DO SAI/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, entre outras previstas no edital, as exigências abaixo relacionadas:

- Serão atendidos pacientes SUS para realização de procedimentos com finalidade diagnóstica (Laboratório Clínico): Exames bioquímicos, hematotóxicose hemostasia, sorológicos e imunológicos; cropológicos; uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos, em outros líquidos biológicos, de genética, para triagem neonatal e imuno hematológicos, conforme elencados no anexo;
- O prestador de serviços deverá possuir área física compatível e todas condições técnicas adequadas e necessárias ao cumprimento e execução dos serviços de saúde;

Serão realizados aproximadamente 1.000 exames por mês, divididos de acordo com a necessidade e capacidade dos contratados; O serviço deverá ser realizado ao custo da Tabela de procedimento SUS – SIGTAB;

O prestador do serviço será remunerado por produção;

Os exames a serem realizados serão encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde ao prestador contratado para sua devida execução;

Os procedimentos deverão ser realizados no laboratório credenciado, o qual deverá situar-se no município de Monte Carlo/SC.

Os serviços deverão ser prestados, necessariamente, dentro dos limites do município de Monte Carlo/SC.

- As unidades deverão dispor de acesso específico para as pessoas portadoras de deficiência física.

2 – DO CREDENCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE:

– De acordo com o artigo 199 da Constituição Federal, as instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde/SUS, seguindo suas diretrizes, mediante contrato de direito público;

– O credenciamento dos prestadores dos serviços mencionados no item 1, deverá atender às especificações e condições especiais, segundo as normas de vigilância sanitária.

– A prioridade do credenciamento será do prestador que melhor atender ao interesse público. A Secretaria Municipal de Monte Carlo distribuirá o serviço de forma a garantir o atendimento ininterrupto à população, prevenindo-se de situações de impedimento do prestador por motivo imprevisível, optando pela distribuição do serviço entre os fornecedores que melhor preencherem os requisitos exigidos neste Edital;

– As unidades contratadas deverão atuar em conformidade com os programas, metas e indicadores determinados pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria Municipal de Saúde, atuais e futuros.

3 – DO EDITAL E ANEXOS

3.1 – São partes integrantes do presente Edital os seguintes Anexos:

a) Anexo I: Formulário Proposta;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

- c) Anexo III: Declaração de que atende o disposto no artigo 7º, XXXIII, da CF/88;
 d) Anexo IV: Minuta de contrato;
 e) Anexo V: Modelo de Carta de Credenciamento.

3.2 – O Edital e os Anexos encontram-se disponíveis aos interessados na internet no site www.montecarlo.sc.gov.br.

4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no município, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

4.1 – É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

- 4.1.1. – Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.
 4.1.2. – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.
 4.1.3. – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
 4.1.4. – Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.
 4.1.5. – Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.
 4.1.6. -Que não tiverem infraestrutura e pessoal técnico específico no local de atendimento para a prestação dos serviços pleiteados.
 4.1.7. – Manter técnico disponível para atendimento de coleta conforme a necessidade dos pacientes da Unidade Mista de Saúde nas vinte quatro horas do dia em sete dias por semana.
 4.1.8. – Os exames solicitados deverão ser apresentados ao médico solicitante dentro do prazo por este estipulado.

5 – A PARTICIPAÇÃO NESTE CERTAME OBRIGA A CONTRATADA:

– Estar ciente das condições do credenciamento, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e fornecer quaisquer informações complementares solicitadas pela Comissão de Licitação do Município de Monte Carlo;

– Executar os serviços de acordo com o objeto deste edital.
 – Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, além daquelas pertinentes a legislação trabalhista, exibindo mensalmente os comprovantes dos recolhimentos dos impostos decorrentes.

– Entrega de planilhas dos procedimentos realizados, as quais serão conferidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

6 – DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 – Para participar, o interessado deverá apresentar os documentos para proposta de habilitação conforme segue abaixo, em ENVELOPE LACRADO, indicando em sua parte externa:

À
 Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carlo – SC
 Documentos para Habilitação de Credenciamento nº 01/2013 (razão social da empresa)

6.1.1 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- > Certificado de registro da entidade no respectivo órgão de classe, atualizado.
 > Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES do Ministério da Saúde.
 > Alvará de licença de funcionamento emitido pela Vigilância

Sanitária;

- > Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Secretaria Municipal de Fazenda;
 > Registro do Responsável Técnico pelo Laboratório no respectivo Conselho Profissional;

6.1.2 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- > Registro comercial, em caso de empresa individual;
 > Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas respectivas alterações, devidamente registrados, tratando-se de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos referente à eleição dos administradores da sociedade;

6.1.3 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A REGULARIDADE FISCAL:

- > Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 > Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto descrito no item 1;
 > Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- > Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, comprovando que o participante se encontra em dia com suas obrigações relativas à Previdência Social;
 > Prova de regularidade para com as Fazendas:
 - Federal (Receita Federal e Dívida Ativa).
 - Estadual.
 - Municipal.

6.1.4 – DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

6.1.4.1 – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

a) serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):
 - publicados em Diário Oficial; ou

- publicados em jornal de grande circulação; ou
 - por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede do proponente.

2) sociedades por cota de responsabilidade limitada:
 - por fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede do proponente ou em outro órgão equivalente; ou

- fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede do proponente.

3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte "SIMPLES":

- por fotocópia do livro diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticados na Junta Comercial

da sede do proponente ou em outro órgão equivalente; ou fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do proponente.

Se optar pela atualização do balanço, deve-se tomar por base a variação ocorrida no período do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que venha substituí-lo em caso de sua extinção, devendo ser apresentado o memorial do cálculo correspondente.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade. Para empresas novas, constituídas no exercício de 2013, o balanço será o de abertura.

6.1.5 – Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, dentro do prazo de sua validade.

6.1.6 – As Declarações, cujos modelos se encontram nos Anexos II, III e IV deverão se firmadas pelo representante legal da proponente e juntada aos documentos acima referidos.

– No caso de entidades filantrópicas deverá ser juntada ainda a Certidão de Entidade Beneficente de Assistência Social atualizada e emitida pelo Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS;
6.3.– A proponente poderá ser representada no procedimento por seu(s) representante(s) legal(is), ou por procurador munido de cópia autenticada ou cópia simples juntamente com o original, para ser autenticado por servidor da Prefeitura de Monte Carlo, do Estatuto ou Contrato Social da empresa e procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, apresentada até o início da sessão de abertura dos envelopes. A falta de representante munido de procuração não impede a participação no certame, porém a concorrente não poderá exercer, no ato da sessão, os direitos que dependam da manifestação daquele representante.

Os documentos de que tratam este capítulo deverão estar válidos na data fixada para a apresentação do envelope e poderão ser apresentados, no original, ou por cópia autenticada.

6.4. – Não serão aceitos protocolos de pedidos de certidões ou de outros documentos exigidos neste edital.

– Quando a certidão não contiver indicação do seu prazo de validade serão consideradas dentro do prazo de validade as Certidões emitidas em até 90 (noventa) dias anteriores ao da data do recebimento das propostas, fixada no preâmbulo deste edital.

7 – DA PROPOSTA

– A proposta deverá ser preenchida nos moldes do anexo I deste edital e entregue em envelope lacrado e contendo identificação da empresa;

– As propostas de credenciamento deverão conter ainda o responsável técnico e seus dados, bem como o quantitativo mensal dos procedimentos que se tem condição de atender.

8 – RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Na data e horário previstos neste edital, serão recebidos e abertos os envelopes contendo toda a documentação de habilitação e propostas, caso a comissão julgar necessário, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados.

– Da reunião para conferência dos documentos de habilitação será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os

credenciantes, as propostas apresentadas, as reclamações e as impugnações feitas e as demais ocorrências que interessarem ao julgamento, devendo ser assinada pelos membros da Comissão de Avaliação e pelos credenciantes presentes.

– Após o prazo estipulado, ainda será possível a apresentação de documentos visando o credenciamento.

8.3.1 -No ato da entrega da documentação, o interessado receberá protocolo atestando o recebimento do envelope devidamente lacrado pela instituição. O referido atesto não certificará que a documentação está completa e condizente com os preceitos estabelecidos neste edital, ficando condicionada à efetiva análise da Comissão de Licitações.

– À Comissão de Licitações do município de Monte Carlo caberá o julgamento da legalidade, qualidade e suficiência dos documentos e informações apresentados pelos credenciantes, podendo, a seu critério, a qualquer tempo, solicitar esclarecimentos complementares dos credenciantes concedendo prazo adequado.

– O credenciante que não apresentar os esclarecimentos no prazo estipulado, será eliminado do processo.

– Não serão permitidos quaisquer adendos, acréscimos ou retificações aos documentos e propostas, depois de apresentados, todavia, diante de erros formais a Comissão de Licitações do município de Monte Carlo poderá determinar ou proceder de ofício a correção.

9 – DO JULGAMENTO

9.1 – O credenciamento será julgado pela Comissão de Licitações do município de Monte Carlo, através de duas fases:

1ª fase – Julgamento da Habilitação;

2ª fase – Julgamento da Proposta.

9.2 – JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

– Aberta a sessão, no dia e hora marcados, serão recebidos os envelopes, a Comissão de Licitações do município de Monte Carlo procederá a abertura e análise da documentação, para verificação do seu conteúdo em relação às exigências deste Edital.

– A Comissão de Licitações do município de Monte Carlo, ao término dos trabalhos de análise dos documentos de habilitação, intimará os credenciantes, na forma da lei, sobre o resultado do julgamento da habilitação.

– Os documentos contidos nos envelopes serão rubricados por todos os membros da Comissão de Licitações do município de Monte Carlo e pelos credenciantes presentes.

9.3 – JULGAMENTO DA PROPOSTA

9.3.1 – A Comissão de Licitações do município de Monte Carlo fará a avaliação observando os seguintes critérios:

1 – Disponibilidade para a realização de todos os exames previstos pela tabela SUS;

2 - Pessoal qualificado para atender os pacientes e realizar exames;

3 - Melhor eficácia no atendimento ao objeto da Contratação;

4- Espaço físico adequado para atendimento aos usuários SUS.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1- O julgamento do processo será submetido à homologação pelo Prefeito Municipal, que adjudicará o objeto às empresas

classificadas.

11 - DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

11.1- A Secretária Municipal de Saúde, em despacho fundamentado, poderá revogar o presente processo no todo ou em parte, por razões de interesse público, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem obrigação de indenizar.

12 - DOS RECURSOS

12.1- Dos atos praticados no curso do procedimento caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei número 8666/93. As impugnações e recursos deverão ser formulados nos prazos e na forma disposto em lei. As impugnações contra este edital deverão ser protocolados na sede administrativa do município(endereço indicado no preâmbulo), nos dias úteis em horário de expediente. Os recursos contra os atos de habilitação ou de julgamento deverão ser entregues no mesmo local. As impugnações e recursos NÃO serão recebidos por fax ou e-mail

13 - DO CONTRATO

- O Contrato terá vigência da data de sua assinatura com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado de conformidade com a legislação.

- O não cumprimento do objeto sujeitará a contratada à pena de multa, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

- Os preços contratuais, expressos em real, somente serão reajustados, nas bases determinadas pelo Governo Federal, segundo condições estipuladas na minuta do Contrato integrante deste edital.

- As despesas decorrentes da execução do contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2013:

ENTIDADE – 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ÓRGÃO – 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE – 2.030 – ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

14 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- Os pagamentos serão efetuados mensalmente mediante apresentação de planilhas contendo os procedimentos realizados no mês anterior e deverá ser apresentado até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Após análise e aprovação do faturamento a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, conforme solicitação da SMS, até o último dia útil do mês, solicitação esta que deverá ser atestada e aprovada no verso pela Secretaria Municipal de Saúde, ou servidor legalmente designado.

- Quaisquer pagamentos não isentarão a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação e aprovação dos serviços.

15 - DAS PENALIDADES

15.1- A contratada que descumprir as obrigações estabelecidas neste Edital ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida ampla defesa, mediante comunicado oficial:

Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial;

Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor de contrato, por sua inexecução total, sem prejuízo de outras sanções previstas no

artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, garantida ampla defesa.

Suspensão do contrato de prestação de serviços.

Suspensão de participação em licitações promovidas pela PREFEITURA DE MONTE CARLO, por prazo não superior a dois anos.

Declaração de inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinados da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

16.1– Para o cumprimento do objeto a CONTRATADA se obriga a:

Arcar com todas as despesas necessárias para a prestação dos serviços, tais como: mão-de-obra, pagamento de seguros, tributos, impostos, taxas e demais obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista e previdenciária;

manter durante o prazo de execução do contrato as exigências de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1- A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, observada a legislação vigente.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - A participação neste processo de credenciamento pressupõe conhecimento do objeto e dos procedimentos que o integram.

18.2 - Não deverão ser apresentados documentos ou informações além dos que forem necessários e suficientes, nem fora de ordem.

18.3- Todos os documentos apresentados pela empresa deverão ser rubricados por seu representante legal ou procurador especialmente constituído.

Monte Carlo – SC, 15 de Julho de 2013

EDIR APARECIDA DE SOUZA

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

RAZÃO SOCIAL:	
ENDEREÇO:	
CNPJ/MF:	I. ESTADUAL:
CIDADE:	ESTADO:

QTDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS
		execução de serviços de procedimentos com finalidade diagnóstica (Laboratório Clínico), Exames bioquímicos, hematológicos e hemostasia, sorológicos e imunológicos; coprológicos; uroanálises, hormonais, toxicológicos ou de monitorização terapêutica, microbiológicos, em outros líquidos biológicos, de genética, para triagem neonatal e imuno hematológicos; pelos valores contidos na tabela SIGTAB do Ministério da Saúde – SUS - Grupo 02 – Sub-Grupo 02
*	exames	
*> A quantidade de exames será dividida em partes		

ANEXO II

DECLARAÇÃO – CONCORDÂNCIA COM OS TERMOS DO EDITAL

E DA NÃO OCORRÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS À PARTICIPAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n. _____ e do CPF n. _____

_____, DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta, voltadas ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

(local e data)

(representante legal)

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, com sede à _____, na cidade de _____, Estado de _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG n. _____ - SSP-

_____ e do CPF n. _____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(data)

(representante legal)

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNOSTICA

Por este instrumento público de contrato, de um ladoo

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 95.996.104.0001.04, com sede na Rodovia SC 456 km 15, n.º 1551, nesta cidade de Monte Carlo Estado de Santa Catarina, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE devidamente inscrita no CNPJ sob o número 04.923.189.0001.45 neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Edir Aparecida de Souza, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa: _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____ com sede à _____, n.º _____, na cidade de _____ - _____; neste ato representada pelo Sr (a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____; doravante denominada simplesmente CONTRATADA, temente si justo e acordado o que segue, considerando o disposto na Lei Federal 8080/80, artigo 199, §1º da Constituição Federal, em conformidade com as qualificações e habilitações exigidas pela Lei Federal n.º 8.666/93, com as alterações produzidas pela Lei Federal n.º 8.883/94 e 9648/98, e o Processo de Licitação Nº 106/2013 modalidade CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 01/2013

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato Administrativo tem por objeto a execução de serviços de forma complementar ao SUS para EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO), EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOTÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS; CROPOLÓGICOS; UROANÁLISES, HORMONAIAS, TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA, MICROBIOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, DE GENÉTICA, PARA TRIAGEM NEONATAL E IMUNO HEMATOLÓGICOS, PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TABELA DO SAI/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS

§1º - O objeto do presente contrato será prestado aos usuários do SUS, no limite quantitativo e financeiro fixado no presente edital.

§2º - Mediante Termo Aditivo e de acordo com a capacidade operacional do CONTRATADO e as necessidades do CONTRATANTE, as partes contraentes poderão, por interesse público, fazer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento) nos valores limites deste Contrato, durante o período de sua vigência, incluídas as prorrogações, mediante justificativa aprovada pelo Secretário Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ORIGEM

A prestação de serviços de exames auxiliares de diagnóstico em laboratórios clínicos e/ou anatomia patológica e citopatologia, ora ajustada é oriunda do Edital de Chamamento Público nº 01/2013e Processo Licitatório nº106/2013, fazendo parte do presente contrato todas as disposições lá encontradas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO

Os serviços referidos na Cláusula Primeira, serão executados pela empresa _____, situado na _____, nº _____, Bairro _____ –

_____, com o Alvará de Licença, expedido pela Secretaria da Saúde, sob o nº _____, e sob a Responsabilidade do Técnico, Sr. _____, registrado no CRQ sob o nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO: A eventual mudança de endereço do estabelecimento do CONTRATADO será imediatamente comunicada ao CONTRATANTE, que analisará a conveniência de manter os serviços ora contratados em outro endereço, podendo o CONTRATANTE rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender conveniente. A mudança do Responsável Técnico também será comunicada ao CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DAS NORMAS GERAIS

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento do CONTRATADO.

§1º - Para os efeitos deste Contrato, consideram-se profissionais do estabelecimento do CONTRATADO:

- 1 – o membro do corpo clínico e de profissionais;
- 2 – o profissional que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;
- 3 – o profissional autônomo que presta serviços ao CONTRATADO;
- 4 – o profissional que, não estando incluído nas categorias referidas nos itens 1, 2, e 3, for admitido pelo CONTRATADO nas suas instalações para prestar determinado serviço.

§2º - Equipara-se aos profissionais definidos nos itens 3 e 4, a empresa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerçam atividades na área de saúde.

§3º - O CONTRATADO não poderá cobrar do paciente, ou seu acompanhante, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste Contrato.

§4º - O CONTRATADO responsabilizar-se-á por qualquer cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato

§5º - Sem prejuízo do acompanhamento da fiscalização e da formalidade complementar exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste Contrato, os contraentes reconhecem a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente de Lei Orgânica da Saúde.

§6º - É de responsabilidade exclusiva e integral do CONTRATADO a utilização de pessoal para execução do objeto deste Contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE ou para o MINISTÉRIO DA SAÚDE.

§7º - O CONTRATADO somente poderá solicitar a assinatura do usuário no laudo de solicitação do procedimento no momento da realização deste.

§8º - O presente contrato segue a legislação e normatização vigentes do SUS, no que se refere a sua execução e prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, o CONTRATADO se obriga a oferecer ao paciente todo recurso necessário ao seu atendimento.

PARÁGRAFO ÚNICO: O CONTRATADO se

obriga, ainda, a:

- 1 – não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- 2 – atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo sempre a qualidade na prestação de serviços;

3 – afixar aviso (60x80cm), em local visível e de grande circulação, de sua condição de entidade integrante do SUS, e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

4 – cumprir e fazer cumprir as Normas Técnicas emanadas do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria Municipal de Saúde de Monte Carlo – SC.

5 – justificar ao paciente ou a seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste Contrato;

6 – notificar o CONTRATANTE de eventual alteração de sua razão social e de mudança em sua Diretoria, Contrato ou Estatuto, enviando ao CONTRATANTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONTRATADO

O CONTRATADO é responsável pela indenização de danos causados aos pacientes, aos órgãos do SUS e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ato

ou omissão voluntária, negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado ao CONTRATADO o direito de regresso.

§1º - A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste Contrato pelos órgãos competentes do SUS não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO, nos termos da legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - A responsabilidade de que trata esta Cláusula estende-se aos casos de danos causados por defeitos relativos à prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará, mensalmente, ao CONTRATADO a importância correspondente ao número de procedimentos mensais realizados, de acordo com a tabela SIA/SUS, em vigor na data da assinatura deste CONTRATO, e em consonância com os limites quantitativos explicitados na Cláusula Primeira, estimados em até R\$ 10.000,00(Dez mil Reais) mês.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas dos serviços realizados decorrentes deste Contrato correrão à conta dos recursos financeiros, vinculado ao limite quantitativo e financeiro de dotação orçamentária Exercício 2013 do Fundo Municipal de Saúde,

ENTIDADE – 04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ÓRGÃO – 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE – 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE – 2.030 – ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE

CLÁUSULA NONA – DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma, sob pena de atualização monetária:

I – O CONTRATADO apresentará mensalmente ao CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, as planilhas dos procedimentos realizados do mês anterior.

II – Os pagamentos serão efetuados mensalmente mediante apresentação de boletins contendo os procedimentos realizados no mês anterior e deverá ser apresentado dia útil do mês subsequente ao vencido, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Após análise e aprovação do setor competente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a CONTRATADA deverá emitir a respectiva Nota Fiscal/Fatura, com prazo de vencimento de 10 (dez) dias, devendo ser assinada no verso pela secretaria de Saúde.

III – Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao CONTRATADO recibo assinado ou rubricado pelo servidor do CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.

IV – As contas rejeitadas pelo serviço de processamento de dados contendo incorreções, serão devolvidas ao CONTRATADO para correção, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser reapresentadas até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que ocorreu a devolução. O documento reapresentado deverá ser arquivado no prontuário, acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo.

V – Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá ao CONTRATADO o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, compensando-se as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE exonerado do pagamento de multas e sanções financeiras, obrigando-se, entretanto, a corrigir monetariamente os créditos de outro acréscimo porventura incidente nas diferenças apuradas em favor do CONTRATADO.

VI – O CONTRATANTE realizará revisão técnico-administrativa da fatura apresentada pelo CONTRATADO, periodicamente, podendo esta ser “in loco”. O valor financeiro da glosa resultante desta análise será descontada no pagamento do mês subsequente, após o término do processo administrativo, respeitado os prazos de recurso.

PARÁGRAFO ÚNICO: o serviço previsto neste Contrato poderá ter seus quantitativos modificados, através de alteração da Ficha de Programação Físico-Orçamentária, que deverá ser previamente aprovada pelo Gestor Municipal de Saúde, não ultrapassando o teto financeiro definido na cláusula primeira, parágrafo único deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE DO PREÇO

Os valores estipulados na cláusula sétima – Do Preço, serão reajustados na proporção, índices e épocas dos reajustes concedidos pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE, garantido sempre o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do art. 26, da Lei nº 8.080/90 e das normas gerais da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os reajustes independem de Termo Aditivo,

sendo, entretanto, necessário constar no processo administrativo do CONTRATADO a origem e autorização do reajuste, bem como os respectivos cálculos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E

AUDITORIA

A execução do presente Contrato será avaliada pelos órgãos competentes do SUS, mediante procedimentos de supervisão indireta ou local, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§1º - As regras de controle, avaliação e auditoria utilizada para o presente contrato são as vigentes no Sistema Único de Saúde;

§2º - Sob critérios definidos em normatização complementar, poderá, em casos específicos, ser realizada auditoria especializada.

§3º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa do CONTRATADO poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições ora estipuladas.

§4º - A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços ora contratados não eximirá o CONTRATADO da sua plena responsabilidade perante o CONTRATANTE, ou para com os pacientes e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§5º - O CONTRATADO facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores do CONTRATANTE, designados para tal fim.

§6º - Em qualquer hipótese é assegurado ao CONTRATADO amplo direito de defesa.

§7º - O CONTRATADO deverá disponibilizar local para o trabalho dos auditores, quando a auditoria for realizada “in loco”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

A inobservância, pelo CONTRATADO, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o CONTRATANTE a aplicar, em cada caso, as seguintes penalidades contratuais:

multa;

suspensão temporária dos serviços.

suspensão do pagamento de qualquer

forma de atendimento do SUS previsto neste contrato;

suspensão temporária ou definitiva de repasse de recurso do Fundo Municipal da Saúde – FMS;

suspensão do atendimento ou exclusão do Sistema Único de Saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO: A imposição de quaisquer das sanções estipuladas nesta Cláusula não ilidirá o direito do CONTRATANTE de exigir o ressarcimento integral dos prejuízos e das perdas e danos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente da responsabilidade criminal e/ou ética do autor do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO

Dos atos de aplicação de penalidade previstos neste Contrato, ou de sua rescisão, praticados pelo CONTRATANTE, cabe pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§1º - Da decisão da Secretária da Saúde que imputar penalidade ou rescindir o presente Contrato caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§2º - Sobre o pedido de reconsideração formulado nos termos do parágrafo 1º, a Secretária de Saúde deverá manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias e poderá, ao recebê-lo, atribuir-lhe eficácia suspensiva, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos para a rescisão do presente Contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos, sem prejuízo das multas previstas na Cláusula Décima Segunda.

§1º - O CONTRATADO reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a Licitações e Contratos Administrativos.

§2º - Em caso de rescisão contratual, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias para ocorrer a rescisão. Se neste prazo o CONTRATADO negligenciar a prestação dos serviços ora contratados a multa cabível poderá ser duplicada.

§3º - O presente Contrato rescinde todos os demais Contratos e Convênios anteriormente celebrados entre o CONTRATANTE, o MINISTÉRIO DA SAÚDE ou SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE e o CONTRATADO, que tenham como objeto a prestação de serviços de assistência à saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O presente contrato vigorará pelo prazo de doze meses a contar da Ordem de Início de Serviços, expedida pela SMS após a assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitado o limite legal de 60 (sessenta) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

§1º - Se o CONTRATADO não tiver interesse na prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, ao CONTRATANTE com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

Qualquer das alterações do presente Contrato será objeto de Termo Aditivo, na forma da legislação referente a Licitação e Contratos Administrativos, excetuando-se o disposto na Cláusula Décima.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato terá sua eficácia condicionada à publicação da respectiva súmula na Imprensa Oficial do Município, nos termos do art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro de Fraiburgo - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato Administrativo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme em todos os seus termos, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Monte Carlo – SC, xxxx de xxxxxxxxxx de xxxxx

ANEXO V SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - MODELO

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CIDADE/ESTADO:
CEP: FONE/FAX:
EMAIL:
CNPJ N°

REPRESENTANTE LEGAL:
RG:
CPF:
ENDEREÇO COMPLETO:
FONE:

A empresa acima identificada requer o credenciamento para prestação de serviços de EXECUÇÃO DE PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA (LABORATÓRIO CLÍNICO), EXAMES BIQUÍMICOS, HEMATOTÓGICOS E HEMOSTASIA, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS; CROPOLÓGICOS; UROANÁLISES, HORMONAIS, TOXICOLÓGICOS OU DE MONITORIZAÇÃO TERAPÊUTICA, MICROBIOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS, DE GENÉTICA, PARA TRIAGEM NEONATAL E IMUNO HEMATOLOGICOS, PARA ATENDIMENTO A USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, CONFORME TABELA DO SAI/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS

Local e Data:

Nome e Assinatura do Representante Legal da Empresa

Retificação Edital 105/2013 Pregão Eletrônico 2/2013

MUNICÍPIO DE MONTE CARLO
PROCESSO LICITAÇÃO nº 105/2013
PREGÃO nº 4/2013
PREGÃO ELETRÔNICO nº 2/2013
REGISTRO DE PREÇOS

O Município de MONTE CARLO, ESTADO DE SANTA CATARINA, situado na Rodovia SC 456, Km 15 – Centro, Cep.: 89618-000, no Município de Monte Carlo-SC, informa que encontra-se aberta LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, com a finalidade de selecionar propostas objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras conforme as necessidades de VEICULO TIPO AUTOMÓVEL E OXÍMETRO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 57/2010, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento das propostas:

Das 08:00hs do dia 22.07.2013, às 13:45hs do dia 31.07.2013

- Limite para impugnação ao edital:

14:00hs do dia 29.07.2013

- Início da Sessão Pública do pregão:

14:00hs do dia 31.07.2013.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

As dúvidas pertinentes à presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte maneira:

Telefone: (049) 3546 0194
e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br
Endereço: Rodovia SC 456, Km 15 – Centro, Cep: 89618-000 – Monte Carlo-SC.

I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Para a realização deste certame serão utilizados recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances dos proponentes com plena visibilidade para o pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Rede Mundial de Computadores – INTERNET.

1.2 - A realização do procedimento estará a cargo do Pregoeiro, Equipe de Apoio e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da rede mundial de computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

1.3 - O fornecedor deverá fazer o seu cadastramento junto à Confederação Nacional dos Municípios através do portal de compras municipais, no endereço <http://www.cidadecompras.com.br/>, e preencher o Termo de Adesão, onde qualquer pessoa física ou jurídica, que manifeste interesse em cadastrar-se e apresente a documentação exigida terá acesso ao portal.

1.3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

1.3.2 O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

1.4 - Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a proponente deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

1.4.1 O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

1.5 - O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e / ou pelo sistema ou de sua desconexão.

II – DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas ao REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras Conforme as necessidades de: VEICULO TIPO AUTOMÓVEL E OXÍMETRO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

2.3 – Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

2.3.1 – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

2.3.2 – Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que

não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. – As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

2.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

3 – DA PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas estabelecidas no país, desde que satisfaçam as condições estabelecidas neste instrumento.

3.2 – É vedada a participação na presente licitação dos interessados que se enquadrem em uma ou mais situações a seguir:

3.2.1. – Que estejam constituídos sob a forma de consórcios.

3.2.2. – Empresas punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração usuária do Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Santa Catarina, durante o prazo estabelecido para a penalidade.

3.2.3. – Empresas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3.2.4. – Empresas participantes que tenham sócios em comum entre elas.

3.2.5. – Estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

3.3 -As empresas interessadas deverão se inscrever no endereço eletrônico constante no item I deste edital.

3.4 - O anexo obrigatório exigido, será o contrato social e ou estatuto social da empresa participante, ou outro termo compatível, em formato válido para leitura e impressão.

IV – DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 Os fornecedores deverão inserir suas propostas iniciais no sistema até a data e horário definidos no preâmbulo deste edital.

4.2 A proposta enviada em formulário específico deverá conter os seguintes dados:

a) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

b) Ser apresentada por item, com valores expresso em Reais;

c) Deverá ser indicada a marca de cada item;

d) O preço unitário e total deverá ser fixo em reais, com 02 (duas) casas decimais. Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração.

e) O prazo de entrega de cada produto cotado, conforme o item 12 deste Edital;

f) Declaração de que o licitante cumpre com as normas do Edital e da habilitação;

4.3 - O preenchimento incorreto dos dados necessários à análise da proposta implicará na desclassificação da mesma.

4.4 - O julgamento das propostas será feito pelo MENOR PREÇO POR ÍTEM.

4.5 - Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar sua condição no momento do envio da proposta e apresentar, juntamente com os documentos de habilitação, certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela

Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007.

V – DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

5.1 - O Pregoeiro dará início à Sessão Pública na data e horário previstos neste Edital, via sistema eletrônico, com a abertura das propostas e divulgação do valor da melhor proposta para cada item.

5.2 - Aberta a sessão, o Pregoeiro procederá à abertura e análise preliminar das propostas.

5.3 - O pregoeiro desclassificará, motivadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital.

5.4 - Após a classificação das propostas para a participação na fase de disputa de preços, o pregoeiro dará sequência ao processo de Pregão.

VI – DA ETAPA DE LANCES

6.1 - O preço de abertura da etapa de lances de cada item corresponde ao menor preço ofertado na etapa de propostas.

6.2 No caso de nenhum fornecedor apresentar lance na respectiva etapa, valem os valores obtidos na etapa de propostas.

6.2.1 Caso restem duas ou mais propostas empatadas, será realizado sorteio público para a declaração da proposta vencedora.

6.3 - Aberta a etapa competitiva, os proponentes deverão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o mesmo imediatamente informado do seu recebimento e respectivo valor.

6.4 - Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, pelo VALOR UNITÁRIO POR UNIDADE DE CADA ITEM, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.5 - Somente serão aceitos lances com preços unitários em reais, com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

6.6 - Somente será aceito o lance cujo valor seja inferior ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

6.7 - É facultado ao Pregoeiro estabelecer a redução mínima em cada lance.

6.8 - Se algum proponente fizer um lance que esteja em desacordo com o Edital (preços e diferenças inexequíveis ou excessivas) poderá tê-lo desclassificado pelo pregoeiro através do sistema. A disputa será suspensa, sendo emitido um aviso e na sequência o pregoeiro justificará o motivo da desclassificação do lance através de mensagem aos participantes e em seguida, a disputa será reiniciada pelo pregoeiro.

6.9 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que foi recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

6.10 - Durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, os proponentes serão informadas em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

6.11 - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro mediante encaminhamento de aviso pelo sistema, sendo facultado ao pregoeiro a sua prorrogação, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, determinado aleatoriamente pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12 - Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.12.1 - Entende-se por empate as situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.12.2 - Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma: I – o sistema fará a ordem de classificação das microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham apresentado oferta igual

ou até 5% superior à proposta mais bem classificada;

II – todas as microempresas ou empresas de pequeno porte classificadas de acordo com o item 6.12.2, I, poderão apresentar 01 (um) novo lance, inferior à oferta considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances do respectivo item, sob pena de preclusão;

III – caso tenha apresentado novo lance, a primeira microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação será declarada vencedora, permanecendo registrados no sistema os lances de desempate apresentadas pelas demais microempresas ou empresas de pequeno porte;

IV – não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 6.12.2, III, será declarada vencedora a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte da ordem de classificação do item 6.12.2, I, que tenha manifestado lance de desempate, e assim sucessivamente;

V – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item 6.12.1, será realizado sorteio entre elas para fins de ordenação das ofertas.

6.13 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes, para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.14 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

6.15 - Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contrapropostas diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre a sua aceitação.

6.16 - Após análise da proposta e da documentação, o Pregoeiro anunciará o proponente vencedor.

6.17 - Na hipótese da proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se o proponente vencedor desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a habilitação do proponente, na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

VII - DA HABILITAÇÃO

7.1 - Para habilitação, deverá o vencedor protocolar no Departamento de Licitações ou postar na Agência dos Correios, via SEDEX, em 1 (uma) via, os documentos abaixo discriminados, no prazo de um dia útil após a confirmação do vencedor. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar em sua via original ou cópia autenticada.

7.1.1 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser protocolados ou postados para o seguinte endereço: Rodovia SC/456 Km 15 nº 1551 – Centro, CEP: 89618000 – MONTE CARLO-SC.

7.1.2 Não serão aceitos documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

7.1.3 Nas hipóteses de envio via SEDEX, a empresa vencedora deverá enviar fax do protocolo de postagem no prazo estabelecido no item 7.1, para o número (49) 3546-0194, ou scanneado em PDF para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

7.1.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de emissão.

7.1.5 Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2013
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2013
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

7.2 - Os proponentes deverão apresentar:

7.2.1 Documentos relativos à habilitação jurídica:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

e) certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, exclusivamente às empresas que desejarem fazer uso dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2 Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

b) Certidão Negativa de Débitos – CND (emitida pela Previdência Social);

c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.3 - O vencedor do certame que não apresente a documentação exigida, no todo ou em parte, será desclassificado, podendo a ele ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então o detentor da proposta seguinte na ordem de classificação.

7.4 - A documentação será rubricada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

7.5 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 7.2.1, alíneas a, b e c; e 7.2.2, poderá ser substituída, conforme disposto no inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Monte Carlo-SC - CRC, com validade plena, com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

7.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição, inclusive a certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007, conforme previsto no item 4.6 deste edital.

7.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.8 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/1993,

sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

VIII – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

8.1 - As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até dois dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, disponível no site <http://www.cidadecompras.com.br>

8.1.1. Caberá a Autoridade Competente decidir sobre a impugnação.

8.1.2. Deferida a impugnação contra o ato convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do certame.

IX – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 - Caberá recurso nos casos previstos na Lei n.º 10.520/02, devendo a proponente manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, durante o prazo informado pelo sistema.

9.1.1. A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

9.2. - A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contra-razões em igual número de dias, a contar a partir do término do prazo de recorrente.

X – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

10.2 - No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

10.3 - A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.4 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o contrato, convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo.

10.5 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às penalidades previstas na Lei nº 10.520/02 e neste Edital.

XI – DO CONTRATO E DO PRAZO

11.1 - O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93 observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 - O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo MUNICÍPIO a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 - Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 - A Ata/contrato terá vigência por um prazo de 12 MESES, a contar da assinatura do mesmo, limitado ao presente exercício

orçamentário, se presentes os requisitos legais e se de acordo com a vontade das partes.

XII – DO PEDIDO, DA ENTREGA E DO PRAZO

12.1 - Os pedidos serão realizados pelo Município por meio de Autorização de Fornecimento - AF, cuja emissão se dará conforme a necessidade do Município

12.2 A Contratada disporá do prazo de 15 (quinze) dias para entregar o objeto, contados a partir da notificação da Autorização de Fornecimento – AF, no endereço da Sede da CONTRATANTE, com as despesas de transporte e da entrega técnica por conta da CONTRATADA.

12.3 - A entrega do objeto deste edital será feita a Secretaria Municipal solicitante, no mesmo endereço indicado, a quem caberá conferi-lo e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

12.4 - O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

XIII - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

13.1 - O preço total deverá ser fixo em reais, com duas casas decimais, equivalente ao preço da data da sessão pública de disputa de preços.

13.2 - Deverão estar incluídos no preço, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente sobre a execução do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

13.3 - Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente.

13.4 - A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

13.5 - Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

13.6 - As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país, em 03 (três) vias, e na forma eletrônica.

13.7 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

13.8 - Ao faturar o pedido feito pelo Município, a empresa vencedora deverá enviar imediatamente o arquivo XML para o e-mail compras2@montecarlo.sc.gov.br.

XIV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos consignados no orçamento de 2013, como segue:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto de Atividade: 1010 – Aquisição de veículos para a saúde

Projeto de Atividade: 2030 – Atenção Básica a Saúde

XV – DAS PENALIDADES

15.1 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o

retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará sujeito às seguintes sanções:

a) impedimento de participar de licitações com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

b) descadastramento do sistema de cadastro a que se refere o inciso XIV do artigo 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

c) multa de 0,5% (meio por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, limitados a 05 (cinco) dias, e o percentual a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos de cento);

d) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

15.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos sub-itens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pelo Município.

15.3 - Da aplicação das penas, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

15.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou apresentarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

16.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente motivado.

16.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, disponível a toda a sociedade no portal <http://www.cidadecompras.com.br>, e será assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

16.4 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.5 - No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

a) adiada sua abertura;

b) alterado o Edital, podendo ser fixado novo prazo para a realização do certame.

16.6 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foró Comarca de Fraiburgo (SC), com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

16.7 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Licitações pelo telefone: (49) 3546 0194, nos dias úteis no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 às 17:30 horas

16.8 - Faz parte deste Edital:

Anexo I - Especificação do objeto e Valor Estimado.

Anexo II - Minuta de Contrato

Município de Monte Carlo-SC, 16 de Julho de 2013.

ALBERTINHO MANGOLT

Pregoeiro

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito

Autoridade Competente

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO, QUANTIDADES E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	MATERIAL	QTD	PREÇO UNITÁRIO DE REFERÊNCIA
1	Oxímetro de pulso de mão, tela em LCD monocromático, exibição de data e hora, luz fria para iluminação do display, alimentação com três pilhas alcalinas AA, transdutor em LED com dois comprimentos de onda, comprimento da onda Luz Vermelha 660 nm e luz infravermelha 905 nm; faixa de medição de 0-100%. Frequência de pulso de 18 a 254bpm; dimensões mínimas: 145mm x 74mm x 29mm; acessórios: 1 sensor tipo clip, 1 suporte, 3 pilhas, 1 manual usuário, certificado de qualidade, proteção emborrachada, sensor pediátrico e neonatal, fonte de alimentação, baterias recarregáveis, recarregador externo, cabo para transferência de dados, software para gerenciamento de dados	2	1.500,00
2	Veículo tipo passeio, zero quilometro, ano e modelo 2013, motorização mínima de 70 CV, com biocombustível, câmbio manual de cinco marchas a frente e uma a ré, capacidade de até cinco passageiros, direção hidráulica, vidros com acionamento elétrico, ar-condicionado, travas elétricas nas portas, apoio de cabeça dianteiros com regulagem de altura e dois traseiros fixos, calotas integrais, vidros climatizados verdes, sistema de som com rádio CD mp3, cinco portas sendo duas em cada lateral e uma na traseira, pneus radiais sem câmara 185/65R15	1	32.000,00

ANEXO II

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° xxxxx/2013

Aosdias do mês de do ano de 2013, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE representada pela gestora Sra. EDIR APARECIDA DE SOUZA e o MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, e o uso de suas atribuições, denominado ORGÃO GERENCIADOR, RESOLVEM Registrar o Preço da empresa: pessoa jurídica de direito privado, situada na, nº, na cidade de, inscrita no C.N.P.J. sob o nº, neste ato representada pelo, Sr., doravante denominado FORNECEDOR para entrega dos produtos descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 0149 de 24 de novembro de 2006 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados nesta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta licitação a seleção de proposta com vistas ao REGISTRO DE PREÇOS REGISTRO DE PREÇOS para

adquisições futuras Conforme as necessidades de: VEÍCULO TIPO AUTOMÓVEL E OXÍMETRO PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, conforme especificações do ANEXO I.

1.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos materiais e/ou equipamentos mediante a solicitação formal do Departamento de Compras, deste município, nas quantidades solicitadas e no prazo máximo de 15 (quinze) dias, emitindo as NFs no momento da entrega dos referidos materiais.

1.3 – Para todos os materiais e/ou equipamentos serão recebidos provisoriamente pelo Chefe ou Diretor do Departamento de Compras do município o qual terá um prazo de 5 (cinco) dias úteis para promover a análise e o recebimento definitivo dos mesmos.

1.3.1 – O recebimento definitivo do material somente se efetivará com a atestação do departamento requerente de que o mesmo atende a todas as exigências estabelecidas no edital.

1.3.2 – Será rejeitado o material e/ou equipamento entregue que não corresponder às especificações contidas no anexo do presente edital, cabendo a contratada promover a sua substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades legais cabíveis.

2.3.3. – As despesas decorrentes da retirada no município do material e/ou equipamento por este rejeitado e da entrega do material substituído no mesmo local correrão por conta da CONTRATADA.

1.4 – As empresas que participarem desta licitação, se obrigam a emitir NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), conforme dispõe § 6º, I, do art. 23, anexo XI, do Regulamento do ICMS, para as transações efetuadas, nos prazos fixados pela legislação vigente, quando assim se enquadrarem por força legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 –Pela entrega do Objeto, o FORNECEDOR receberá a importância de R\$ _____ pelo ITEM Nº.....

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

3.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da presente Ata, salvo por motivo de força maior, devidamente demonstrados e provados.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PAGAMENTOS

4.1 - A forma de pagamento será mensal, sendo realizada até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente a entrega do bem, e emissão das notas fiscais eletrônicas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

5.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os materiais nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Entregar os materiais na sede do município, diretamente na Secretaria ou Dpto solicitado, instalados e ou montados;

c) Entregar os materiais licitados, somente com autorização expressa e formal do Chefe do Dpto de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, com prazo não superior a 15 dias contados do recebimento da AF, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada, sob pena de devolução e ou não pagamento da NF;

d) Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

e) Entregar os produtos licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

f) Manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso

XIII, da Lei 8666/93;

CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 15 (quinze) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, inclusive poderá ser aditivada até o limite de 25% conforme dispõe a lei 8666/93.

§ 1º. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

§ 2º. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

I - convocar o FORNECEDOR visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 3º. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

§ 4º. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Recusar-se a celebrar o ajuste ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pelo MUNICÍPIO, sem justificativa

aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público;

e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

f) For impedido de licitar e contratar com a Administração nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

§ 1º. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

§ 2º. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas decorrentes da prestação dos serviços de publicações, objetos do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2013:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto de Atividade: 1010 – Aquisição de veículos para a saúde

Projeto de Atividade: 2030 – Atenção Básica a Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

11.1 - O presente Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 104/2013, Pregão nº 3/2013 e Pregão Eletrônico nº 01/2013 – Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

12.1 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será da assinatura do presente até 12 meses adiante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 -O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos/serviços que dele poderão advir.

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

13.5 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

13.5.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

13.5.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

13.5.3 - As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - É competente o foro da Comarca de Fraiburgo - SC, para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em 3(três) vias de igual teor e forma.

Monte Carlo(SC), ..de de 2013

ÓRGÃO GERENCIADOR	FORNECEDOR
TESTEMUNHAS	

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Decreto N° 062/2013

DECRETO N° 062/2013, em 17 de Julho de 2013.

"PRORROGA O DECRETO 051/2013 DE 14 DE JUNHO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE O PDV DO MAGISTÉRIO"

O senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, IX, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam PRORROGADAS as inscrições aos funcionários públicos municipais abrangidos pela lei complementar 009/2010 (estatuto do magistério) para adesão ao Plano de Demissão Voluntária - PDV, nos termos da Lei Complementar 013 de 12 de junho de 2013.

Parágrafo Único - As inscrições ficam PRORROGADAS pelo prazo de 30 dias corridos, iniciando em 18 de julho de 2013 e encerrando em 16 de agosto de 2013.

Art. 2º - A concessão do benefício se dará no prazo de até 45 dias após a adesão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor em 18 de julho de 2013, ficando revogada toda e qualquer disposição em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 17 de Julho de 2013.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Navegantes

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pregão 112/2013 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL N° 112/2013 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA OS PROGRAMAS ESPORTIVOS DE ATENDIMENTO A ATLETAS DAS ESCOLINHAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES E TRANSPORTE AOS GRUPOS DA 3ª IDADE DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 08:50 hs do dia 30/07/2013. Abertura envelopes: às 09:00 hs do dia 30/07/2013. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 17 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Extrato Contrato N° 108/2013 Fmc

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 108/2013.

Contratante.: FUNDACAO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Contratada : EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA.

Valor : 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

Vigência : Início: 17/07/2013 Término: 14/11/2013.

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia N°.: 01/2013

Recursos : Dotação: 2.070.4.4.90.00.00.00.00

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (INCLUSO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL) PARA OBRA DE AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA - CIC (PARTE SUPERIOR) - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO FMC N°01/2013.

Navegantes, 17 de Julho de 2013.

Extrato de Contrato N° 98/2013

Prefeitura de Navegantes

Extrato do Contrato n°. 098/2013.

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado : Fernanda Maris Delatorre

Licitação: Dispensa 100/2013

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: 01/07/2013 a 31/12/13.

Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 (134)

Objeto : O objeto do presente contrato é a locação de um imóvel, situado na Rua Aníbal Gaya, nº 938, Bairro Centro, da cidade de Navegantes, sendo uma construção comercial, com 02 (dois) pavimentos em alvenaria e área construída com 472,32 m².

Navegantes, 17 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Carta de Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 17 de julho de 2013

Ilma Sra

LAURA PEIXOTO DE ARRUDA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PUBLICO 003/2009 -

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de N° 003/2009, para o cargo de VETERINÁRIO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

ALESSANDRA MULLER

Diretoria em Gestão de R.H.

Extrato de Homologação T.P 01/2013 Fmc

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO.

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013 FMC.

PROCESSO Nº 01/2013 HOMOLOGAÇÃO: 16/07/2013.

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES.

OBJETO: TOMADA DE PREÇO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO- DE-OBRA PARA A AMPLIAÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE CULTURA - CIC (PARTE SUPERIOR) - NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
CONTRATADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.
VALOR DA DESPESA: R\$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais)

Navegantes, 16 de julho de 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA.

Prefeito do Município.

Programa de Gestão Tributária



Os municípios consorciados ao CIGA podem contratar as ferramentas do Programa de Gestão Tributária. Cada uma destas ferramentas foi desenvolvida para auxiliar o processo de gestão e controle de tributos e contribuintes municipais.

Benefícios:

- Suporte e atualização do REGIN Municipal;
- Consulta às bases de notas fiscais eletrônicas conjugadas (NFe-C) emitidas junto à SEFAZ/SC;
- Gestão das declarações dos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- Integração de prefeituras e cartórios na geração de guia do pagamento do ITBI;
- Agilidade no processo de arrecadação do ITBI;
- Ampliação da arrecadação pela eficiência na fiscalização dos tributos municipais.

As ferramentas de gestão tributária ofertadas pelo CIGA foram desenvolvidas a partir das necessidades dos municípios, apresentadas pelos secretários membros do Colegiado de Secretários de Fazenda Municipais de Santa Catarina (CONFAZ-M/SC).

Os contratantes do PGT, além de acessarem os aplicativos, poderão participar de grupos de estudos relativos ao planejamento tributário municipal, à padronização de legislações tributárias e à personalização e proposição de novos aplicativos.

**Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:**

- ADESAO AO PGT - Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- REGIN - Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- SIMPLES NACIONAL - Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- ITBI - Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

Relatório Resumido da Execução Orçamentária - 3º Bimestre/2013
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 3º BIMESTRE/2013

Município de NAVEGANTES - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	187.956.535,90	187.956.535,90	31.644.592,46	16,84	91.254.059,69	48,55	96.702.476,21
RECEITAS CORRENTES	143.741.537,40	143.741.537,40	26.060.991,80	18,13	78.663.341,19	54,73	65.078.196,21
RECEITA TRIBUTARIA	29.784.949,00	29.784.949,00	5.024.991,67	16,87	19.451.890,10	65,31	10.333.058,90
IMPOSTOS	27.637.906,00	27.637.906,00	4.809.989,69	17,40	18.107.255,05	65,52	9.530.650,95
TAXAS	1.779.438,00	1.779.438,00	176.285,46	9,91	1.248.019,24	70,14	531.418,76
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	367.605,00	367.605,00	38.716,52	10,53	96.615,81	26,28	270.989,19
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	6.969.852,00	6.969.852,00	1.196.600,67	17,17	3.624.928,16	52,01	3.344.923,84
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	4.004.855,00	4.004.855,00	697.136,70	17,41	2.055.791,37	51,33	1.949.063,63
Contribuição p/Custeio dos Serviços de Iluminação	2.964.997,00	2.964.997,00	499.463,97	16,85	1.569.136,79	52,92	1.395.860,21
RECEITA PATRIMONIAL	2.091.886,00	2.091.886,00	189.312,48	9,05	727.483,69	34,78	1.364.402,31
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.082.811,00	2.082.811,00	187.060,48	8,98	710.531,69	34,11	1.372.279,31
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	9.075,00	9.075,00	2.252,00	24,82	16.952,00	186,80	-7.877,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.253.181,00	13.253.181,00	2.343.228,16	17,68	7.389.913,22	55,76	5.863.267,78
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	85.595.737,40	85.595.737,40	16.599.139,12	19,39	45.697.345,61	53,39	39.898.391,79
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	84.547.024,40	84.547.024,40	16.490.515,52	19,50	45.583.722,01	53,92	38.963.302,39
Transf. de Instituições Privadas	11.668,00	11.668,00	0,00	0,00	5.000,00	42,85	6.668,00
Transf. de Pessoas	23.336,00	23.336,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.336,00
Transf. de Conv.	1.013.709,00	1.013.709,00	108.623,60	10,72	108.623,60	10,72	905.085,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	6.045.932,00	6.045.932,00	707.719,70	11,71	1.771.780,41	29,31	4.274.151,59
Multas e Juros de Mora	2.917.293,00	2.917.293,00	332.422,19	11,39	885.664,55	30,36	2.031.628,45
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	80.503,00	80.503,00	9.587,23	11,91	15.070,46	18,72	65.432,54
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	2.600.651,00	2.600.651,00	322.620,62	12,41	775.893,87	29,83	1.824.757,13
RECEITAS DIVERSAS	447.485,00	447.485,00	43.089,66	9,63	95.151,53	21,26	352.333,47
RECEITAS DE CAPITAL	44.214.998,50	44.214.998,50	5.583.600,66	12,63	12.590.718,50	28,48	31.624.280,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	18.902.733,50	18.902.733,50	181.442,11	0,96	2.304.427,35	12,19	16.598.306,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	18.902.733,50	18.902.733,50	181.442,11	0,96	2.304.427,35	12,19	16.598.306,15
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25.312.265,00	25.312.265,00	5.402.158,55	21,34	10.286.291,15	40,64	15.025.973,85
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.616.522,00	1.616.522,00	27.720,00	1,71	27.720,00	1,71	1.588.802,00
Transf. de Instituições Privadas	0,00	0,00	28.000,00	0,00	28.000,00	0,00	-28.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	23.695.743,00	23.695.743,00	5.346.438,55	22,56	10.230.571,15	43,17	13.465.171,85
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.454.240,00	7.454.240,00	1.262.250,44	16,93	3.700.638,49	49,64	3.753.601,51
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.454.240,00	7.454.240,00	1.262.250,44	16,93	3.700.638,49	49,64	3.753.601,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	7.304.240,00	7.304.240,00	1.237.819,80	16,95	3.643.682,43	49,88	3.660.557,57
Receitas Intra-Orçamentárias - Contribuições Socia	7.304.240,00	7.304.240,00	1.237.819,80	16,95	3.643.682,43	49,88	3.660.557,57
Receitas Intra - Orçamentárias	150.000,00	150.000,00	24.430,64	16,29	56.956,06	37,97	93.043,94

Continua 1/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.454.240,00	7.454.240,00	1.262.250,44	16,93	3.700.638,49	49,64	3.753.601,51
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	195.410.775,90	195.410.775,90	32.906.842,90	16,84	94.954.698,18	48,59	100.456.077,72
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	195.410.775,90	195.410.775,90	32.906.842,90	16,84	94.954.698,18	48,59	100.456.077,72
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	195.410.775,90	195.410.775,90	32.906.842,90	16,84	94.954.698,18	48,59	100.456.077,72
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	5.329.499,08	—	—	1.447.950,18	—	—
Superávit Financeiro	—	5.329.499,08	—	—	1.447.950,18	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	185.315.809,90	19.641.135,44	204.956.945,34	24.462.131,34	109.396.941,24	28.612.187,76	74.544.202,44	36,37	130.412.742,90
DESPESAS CORRENTES	109.327.465,09	5.091.235,83	114.418.700,92	19.081.894,42	70.345.198,86	20.859.978,24	58.129.328,59	50,80	56.289.372,33
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	62.612.762,33	702.225,83	63.314.988,16	11.553.449,92	33.782.071,59	11.905.213,15	32.515.795,77	51,36	30.799.192,39
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	100.000,00	0,00	100.000,00	11.087,09	84.661,70	11.087,09	84.661,70	84,66	15.338,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	46.614.702,76	4.389.010,00	51.003.712,76	7.517.357,41	36.478.465,57	8.943.678,00	25.528.871,12	50,05	25.474.841,64
DESPESAS DE CAPITAL	66.219.249,81	14.549.899,61	80.769.149,42	5.380.236,92	39.051.742,38	7.752.209,52	16.414.873,85	20,32	64.354.275,57
INVESTIMENTOS	61.719.249,81	14.549.899,61	76.269.149,42	5.380.236,92	34.551.742,38	6.965.333,23	14.122.927,52	18,52	62.146.221,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	786.876,29	2.291.946,33	50,93	2.208.053,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.769.095,00	0,00	9.769.095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.769.095,00

Continuação 2/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	10.094.966,00	-210.790,00	9.884.176,00	1.380.784,04	4.860.721,69	1.440.989,85	4.675.709,35	47,30	5.208.466,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.737.240,00	-247.790,00	9.489.450,00	1.344.806,94	4.602.191,20	1.360.102,28	4.577.277,13	48,24	4.912.172,87
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	307.726,00	37.000,00	344.726,00	35.977,10	258.530,49	80.887,57	98.432,22	28,55	246.293,78
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	195.410.775,90	19.430.345,44	214.841.121,34	25.842.915,38	114.257.662,93	30.053.177,61	79.219.911,79	36,87	135.621.209,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	195.410.775,90	19.430.345,44	214.841.121,34	25.842.915,38	114.257.662,93	30.053.177,61	79.219.911,79	36,87	135.621.209,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	15.734.786,39	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	195.410.775,90	19.430.345,44	214.841.121,34	25.842.915,38	114.257.662,93	30.053.177,61	94.954.698,18	36,87	135.621.209,55

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.302.207,46

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-0

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	30.631.508,00	30.631.508,00	19.132.755,45	62,46
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.992.793,00	5.992.793,00	6.548.166,42	109,27
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	4.090.787,00	4.090.787,00	2.631.792,12	64,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.150.647,00	16.150.647,00	7.884.777,51	48,82
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.403.679,00	1.403.679,00	1.042.519,00	74,27
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	42.013,00	42.013,00	30.494,58	72,58
Dívida Ativa dos Impostos	2.548.136,00	2.548.136,00	775.893,87	30,45
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	403.453,00	403.453,00	219.111,95	54,31
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	47.724.978,00	47.724.978,00	25.434.858,79	53,29
Cota-Parte FPM	21.575.263,00	21.575.263,00	11.283.374,96	52,30
Cota-Parte ITR	5.251,00	5.251,00	1.059,86	20,18
Cota-Parte IPVA	3.582.712,00	3.582.712,00	1.839.519,51	51,34
Cota-Parte ICMS	22.097.340,00	22.097.340,00	12.076.983,09	54,65
Cota-Parte IPI-Exportação	347.358,00	347.358,00	175.816,48	50,62
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	117.054,00	117.054,00	58.104,89	49,64
Desoneração ICMS (LC 87/96)	117.054,00	117.054,00	58.104,89	49,64
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	78.356.486,00	78.356.486,00	44.567.614,24	56,88

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	10.974.565,00	10.974.565,00	4.497.625,04	40,98
Provenientes da União	10.974.565,00	10.974.565,00	4.497.625,04	40,98
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	6.302,00	6.302,00	247,74	3,93
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	10.980.867,00	10.980.867,00	4.497.872,78	40,96

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	21.457.410,11	22.162.260,11	13.038.494,83	58,83	11.753.142,73	53,03
Pessoal e Encargos Sociais	13.615.868,11	13.640.868,11	7.932.560,97	58,15	7.927.810,99	58,12
Outras Despesas Correntes	7.841.542,00	8.521.392,00	5.105.933,86	59,92	3.825.331,74	44,89
DESPESAS DE CAPITAL	5.581.385,00	5.583.385,00	2.195.497,97	39,32	56.878,70	1,02
Investimentos	5.581.385,00	5.583.385,00	2.195.497,97	39,32	56.878,70	1,02

Continua 1/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.581.385,00	5.583.385,00	2.195.497,97	39,32	56.878,70	1,02
Investimentos	5.581.385,00	5.583.385,00	2.195.497,97	39,32	56.878,70	1,02
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	27.038.795,11	27.745.645,11	15.233.992,80	54,91	11.810.021,43	42,57
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	12.964.602,00	12.964.602,00	7.202.678,01	47,28	4.521.525,65	38,29
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	12.964.602,00	12.964.602,00	7.202.678,01	47,28	4.521.525,65	38,29
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	12.964.602,00	12.964.602,00	7.202.678,01	47,28	4.521.525,65	38,29
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	14.074.193,11	14.781.043,11	8.031.314,79	7,63	7.288.495,78	4,28
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,01
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [(VII - 15)/100 x IIIb]						1.342.406,80

Continua 2/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2012	460.989,57	30,00	109.086,56	351.903,01	0,00
TOTAL	460.989,57	30,00	109.086,56	351.903,01	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	18.612.964,11	19.269.814,11	11.394.729,42	74,80	10.339.766,07	87,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.978.453,00	3.978.453,00	1.333.633,07	8,75	1.198.810,22	10,15
Suporte Profilático e Terapêutico	3.903.273,00	3.903.273,00	2.194.997,97	14,41	56.628,68	0,48
Vigilância Sanitária	250.647,00	250.647,00	135.084,33	0,89	79.986,68	0,68
Vigilância Epidemiológica	293.458,00	343.458,00	175.548,01	1,15	134.829,78	1,14
TOTAL	27.038.795,11	27.745.645,11	15.233.992,80	100,00	11.810.021,43	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

Continua 3/4

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/4

~ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	195.410.775,90	
Previsão Atualizada		—	195.410.775,90	
Receitas Realizadas		32.906.842,90	94.954.698,18	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.447.950,18	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	195.410.775,90	
Créditos Adicionais		—	19.430.345,44	
Dotação Atualizada		—	214.841.121,34	
Despesas Empenhadas		25.842.915,38	114.257.662,93	
Despesas Liquidadas		30.053.177,61	79.219.911,79	
Superavit Orçamentário		—	15.734.786,39	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		25.842.915,38	114.257.662,93	
Despesas Liquidadas		30.053.177,61	79.219.911,79	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			145.161.404,32	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		1.830.205,86	5.618.035,13	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		455.284,35	1.315.827,67	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		1.374.921,51	4.302.207,46	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-2.036,29	-14.002.085,38	687.627,27
Resultado Primário		-15.235.544,50	15.096.435,38	-99,09
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.669.010,84	33.162,61	3.473.964,21	161.884,02
EXECUTIVO	3.669.010,84	33.162,61	3.473.964,21	161.884,02
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.253.223,54	3.085,35	1.507.715,81	1.742.422,38
EXECUTIVO	3.253.223,54	3.085,35	1.507.715,81	1.742.422,38
TOTAL:	6.922.234,38	36.247,96	4.981.680,02	1.904.306,40
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		10.756.844,69	25%	24,14
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		15.206.720,45	60%	80,47
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.304.427,35	16.598.306,15	
Despesa de Capital Líquida		16.414.873,85	64.384.275,57	

Continua 1/2

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2013	2021	2031	2046
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.031.284,79	15,00	18,01

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

FONTE:

NAVEGANTES, 17/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	185.315.809,90	204.956.945,34	24.462.131,34	109.396.941,24	28.612.187,76	74.544.202,44	94,10	36,37	130.412.742,90
Legislativa	3.025.000,00	3.025.000,00	138.761,00	2.254.561,28	523.006,89	1.287.357,33	1,63	42,56	1.737.642,67
Ação Legislativa	3.025.000,00	3.025.000,00	138.761,00	2.254.561,28	523.006,89	1.287.357,33	1,63	42,56	1.737.642,67
Essencial à Justiça	1.000.000,00	1.000.000,00	187.773,76	576.030,69	202.234,15	522.857,54	0,66	52,29	477.142,46
Representação Judicial e Extrajudicial	1.000.000,00	1.000.000,00	187.773,76	576.030,69	202.234,15	522.857,54	0,66	52,29	477.142,46
Administração	16.362.410,21	16.203.220,05	1.370.012,57	5.365.905,24	1.545.880,78	4.091.965,68	5,17	25,25	12.111.254,37
Planejamento e Orçamento	1.310.000,00	1.310.000,00	288.266,72	680.472,87	224.659,88	612.328,71	0,77	46,74	697.671,29
Administração Geral	4.310.000,00	4.815.070,00	542.578,73	2.560.065,58	750.727,78	1.705.128,49	2,15	35,41	3.109.941,51
Administração Financeira	5.323.589,08	4.786.408,92	121.774,00	379.213,66	125.938,23	351.437,59	0,44	7,34	4.434.971,33
Normatização e Fiscalização	113.000,00	100.459,06	2.621,60	90.560,21	14.603,64	41.702,15	0,05	41,51	58.756,91
Tecnologia da Informatização	2.224.665,69	2.224.665,69	1.432,65	11.834,07	2.677,20	6.489,80	0,01	0,29	2.218.175,89
Formação de Recursos Humanos	1.700.000,00	1.389.500,00	263.335,10	972.317,12	274.493,46	905.931,37	1,14	65,20	483.568,63
Administração de Receitas	100.000,00	321.040,94	54.262,55	283.799,46	39.563,10	140.315,01	0,18	43,71	180.725,93
Comunicação Social	703.000,00	677.920,00	51.016,60	184.013,81	57.646,63	174.553,84	0,22	25,75	503.366,16
Previdência do Regime Estatutário	578.155,44	578.155,44	44.724,62	203.628,46	55.570,86	154.078,72	0,19	26,65	424.076,72
Segurança Pública	3.654.132,00	3.654.132,00	326.838,53	1.225.054,42	391.109,80	1.044.150,51	1,32	28,57	2.609.981,49
Policiamento	1.116.416,00	1.116.416,00	82.034,10	294.496,07	63.022,22	226.967,16	0,29	20,33	889.448,84
Defesa Civil	577.000,00	577.000,00	131.603,63	351.576,95	133.213,40	349.576,95	0,44	60,59	227.423,05
Informação e Inteligência	1.960.716,00	1.960.716,00	113.200,80	578.981,40	194.874,18	467.606,40	0,59	23,85	1.493.109,60
Assistência Social	2.397.471,00	3.007.971,00	408.743,00	1.330.636,27	377.340,21	952.191,27	1,20	31,66	2.055.779,73
Assistência ao Idoso	183.432,00	183.432,00	17.486,00	64.909,12	28.108,32	56.906,22	0,07	31,02	126.525,78
Assistência à Criança e ao Adolescente	234.755,00	745.255,00	107.352,03	198.794,69	64.304,75	132.271,82	0,17	17,75	612.983,18
Assistência Comunitária	1.979.284,00	2.079.284,00	283.904,97	1.066.932,46	284.927,14	763.013,23	0,96	36,70	1.316.270,77
Previdência Social	977.000,00	977.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977.000,00
Previdência do Regime Estatutário	977.000,00	977.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	977.000,00
Saúde	25.770.917,11	26.477.767,11	6.143.119,36	14.604.725,07	3.874.537,83	11.180.753,70	14,11	42,23	15.297.013,41
Atenção Básica	17.345.086,11	18.001.936,11	3.376.704,87	10.765.461,69	3.274.981,62	9.710.498,34	12,26	53,94	8.291.437,77
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.978.453,00	3.978.453,00	575.001,30	1.333.633,07	472.358,67	1.198.810,22	1,51	30,13	2.779.642,78
Suporte Profilático e Terapêutico	3.903.273,00	3.903.273,00	2.138.369,26	2.194.997,97	45.865,34	56.628,68	0,07	1,45	3.846.644,32
Vigilância Sanitária	250.647,00	250.647,00	25.142,43	135.084,33	44.507,69	79.986,68	0,10	31,91	170.660,32

Continua 1/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	185.315.809,90	204.956.945,34	24.462.131,34	109.396.941,24	28.612.187,76	74.544.202,44	94,10	36,37	130.412.742,90
Saúde	25.770.917,11	26.477.767,11	6.143.119,36	14.604.725,07	3.874.537,83	11.180.753,70	14,11	42,23	15.297.013,41
Vigilância Epidemiológica	293.458,00	343.458,00	27.901,50	175.548,01	36.824,51	134.829,78	0,17	39,26	208.628,22
Trabalho	207.545,00	1.069.545,00	192.654,44	496.447,71	195.341,18	479.320,76	0,61	44,82	590.224,24
Empregabilidade	0,00	30.000,00	0,00	28.976,00	2.686,74	11.849,05	0,01	39,50	18.150,95
Fomento ao Trabalho	207.545,00	1.039.545,00	192.654,44	467.471,71	192.654,44	467.471,71	0,59	44,97	572.073,29
Educação	49.202.114,04	54.505.640,33	8.933.096,85	31.154.617,50	10.563.588,67	26.343.862,89	33,25	48,33	28.161.777,44
Alimentação e Nutrição	3.466.843,00	3.466.843,00	987.442,13	2.602.777,77	1.035.761,70	2.036.820,09	2,57	58,75	1.430.022,91
Ensino Fundamental	24.718.776,01	28.307.128,31	4.461.886,53	15.680.440,45	5.632.585,40	13.720.954,53	17,32	48,47	14.586.173,78
Educação Infantil	20.740.095,03	22.455.269,02	3.457.996,10	12.795.823,83	3.870.238,72	10.511.282,06	13,27	46,81	11.943.986,96
Educação de Jovens e Adultos	156.400,00	156.400,00	17.826,64	52.360,16	17.826,64	52.360,16	0,07	33,48	104.039,84
Educação Especial	120.000,00	120.000,00	7.945,45	23.215,29	7.176,21	22.446,05	0,03	18,71	97.553,95
Cultura	1.926.271,00	2.094.271,00	388.828,02	1.461.154,50	497.385,47	777.124,38	0,98	37,11	1.317.146,62
Difusão Cultural	1.926.271,00	2.094.271,00	388.828,02	1.461.154,50	497.385,47	777.124,38	0,98	37,11	1.317.146,62
Urbanismo	22.922.247,50	26.818.822,65	956.376,13	19.195.632,14	5.014.428,15	9.628.728,33	12,15	35,90	17.190.094,32
Infra-Estrutura Urbana	15.118.324,68	19.184.899,83	-160.517,87	13.536.006,41	3.781.001,73	5.266.721,15	6,65	27,45	13.918.178,68
Serviços Urbanos	7.803.922,82	7.633.922,82	1.116.894,00	5.659.625,73	1.233.426,42	4.362.007,18	5,51	57,14	3.271.915,64
Saneamento	10.984.006,00	11.434.006,00	2.202.401,13	7.016.135,21	1.620.853,94	5.321.386,71	6,72	46,54	6.112.619,29
Saneamento Básico Urbano	10.984.006,00	11.434.006,00	2.202.401,13	7.016.135,21	1.620.853,94	5.321.386,71	6,72	46,54	6.112.619,29
Gestão Ambiental	683.755,00	683.755,00	49.235,00	151.563,91	50.622,18	143.029,94	0,18	20,92	540.725,06
Preservação e Conservação Ambiental	270.728,00	270.728,00	1.247,84	17.897,83	1.839,82	12.305,11	0,02	4,55	258.422,89
Controle Ambiental	413.027,00	413.027,00	47.987,16	133.666,08	48.782,36	130.724,83	0,17	31,65	282.302,17
Agricultura	670.000,00	670.000,00	124.078,05	371.222,18	95.498,94	291.866,32	0,37	43,56	378.133,68
Abastecimento	70.000,00	70.000,00	0,00	207,49	0,00	207,49	0,00	0,30	69.792,51
Extensão Rural	600.000,00	600.000,00	124.078,05	371.014,69	95.498,94	291.658,83	0,37	48,61	308.341,17
Indústria	357.000,00	27.180,16	0,00	27.180,16	0,00	24.841,41	0,03	91,40	2.338,75
Promoção Industrial	357.000,00	27.180,16	0,00	27.180,16	0,00	24.841,41	0,03	91,40	2.338,75
Comércio e Serviços	2.884.438,72	2.799.438,72	182.969,29	2.029.248,63	44.930,52	1.644.650,97	2,08	58,75	1.154.787,75
Serviços Financeiros	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Turismo	2.884.438,72	2.784.438,72	182.969,29	2.029.248,63	44.930,52	1.644.650,97	2,08	59,07	1.139.787,75

Continua 2/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	185.315.809,90	204.956.945,34	24.462.131,34	109.396.941,24	28.612.187,76	74.544.202,44	94,10	36,37	130.412.742,90
Energia	2.970.248,00	2.970.248,00	716.629,99	1.306.025,61	849.255,99	1.290.651,61	1,63	43,45	1.679.596,39
Energia Elétrica	2.970.248,00	2.970.248,00	716.629,99	1.306.025,61	849.255,99	1.290.651,61	1,63	43,45	1.679.596,39
Transporte	21.427.338,32	29.658.032,32	2.020.138,05	14.309.278,49	1.631.734,16	5.957.778,41	7,52	20,09	23.700.253,91
Transporte Rodoviário	21.427.338,32	29.658.032,32	2.020.138,05	14.309.278,49	1.631.734,16	5.957.778,41	7,52	20,09	23.700.253,91
Desporto e Lazer	2.124.821,00	2.111.821,00	102.020,92	753.137,75	166.339,17	448.451,23	0,57	21,24	1.663.369,77
Desporto Comunitário	2.124.821,00	2.111.821,00	102.020,92	753.137,75	166.339,17	448.451,23	0,57	21,24	1.663.369,77
Encargos Especiais	6.000.000,00	6.000.000,00	18.455,25	5.768.384,48	968.099,73	3.113.233,45	3,93	51,89	2.886.766,55
Serviço da Dívida Interna	4.600.000,00	4.600.000,00	11.087,09	4.584.661,70	797.963,38	2.376.608,03	3,00	51,67	2.223.391,97
Outros Encargos Especiais	1.400.000,00	1.400.000,00	7.368,16	1.183.722,78	170.136,35	736.625,42	0,93	52,62	663.374,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	9.769.095,00	9.769.095,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.769.095,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.094.966,00	9.884.176,00	1.380.784,04	4.860.721,69	1.440.989,85	4.675.709,35	5,90	47,30	5.208.466,65
Legislativa	75.000,00	75.000,00	0,00	69.461,50	15.454,32	44.230,64	0,06	58,97	30.769,36
Ação Legislativa	75.000,00	75.000,00	0,00	69.461,50	15.454,32	44.230,64	0,06	58,97	30.769,36
Essencial à Justiça	40.000,00	40.000,00	13.209,58	36.009,37	13.209,58	36.009,37	0,05	90,02	3.990,63
Representação Judicial e Extrajudicial	40.000,00	40.000,00	13.209,58	36.009,37	13.209,58	36.009,37	0,05	90,02	3.990,63
Administração	1.015.000,00	978.263,49	156.326,97	508.886,00	161.208,97	465.525,34	0,59	47,59	512.738,15
Planejamento e Orçamento	150.000,00	150.000,00	26.329,67	74.763,16	26.329,67	74.763,16	0,09	49,84	75.236,84
Administração Geral	65.000,00	120.010,00	9.933,39	86.225,22	14.815,39	42.864,56	0,05	35,72	77.145,44
Administração Financeira	180.000,00	124.253,49	13.163,58	44.209,57	13.163,58	44.209,57	0,06	35,58	80.043,92
Formação de Recursos Humanos	535.000,00	499.000,00	100.720,97	282.459,50	100.720,97	282.459,50	0,36	56,61	216.540,50
Comunicação Social	30.000,00	30.000,00	2.189,96	7.613,96	2.189,96	7.613,96	0,01	25,38	22.386,04
Previdência do Regime Estatutário	55.000,00	55.000,00	3.989,40	13.614,59	3.989,40	13.614,59	0,02	24,75	41.385,41
Segurança Pública	62.228,00	62.228,00	9.238,98	32.997,60	9.238,98	32.997,60	0,04	53,03	29.230,40
Policiamento	7.162,00	7.162,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.162,00
Defesa Civil	18.000,00	18.000,00	3.298,97	16.142,32	3.298,97	16.142,32	0,02	89,68	1.857,68
Informação e Inteligência	37.066,00	37.066,00	5.940,01	16.855,28	5.940,01	16.855,28	0,02	45,47	20.210,72
Assistência Social	72.000,00	109.000,00	16.072,91	49.820,05	17.718,33	46.907,84	0,06	43,03	62.092,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	0,00	36.000,00	4.887,97	11.289,29	4.887,97	11.289,29	0,01	31,36	24.710,71
Assistência Comunitária	72.000,00	73.000,00	11.184,94	38.530,76	12.830,36	35.618,55	0,04	48,79	37.381,45

Continua 3/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 4/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.094.966,00	9.884.176,00	1.380.784,04	4.860.721,69	1.440.989,85	4.675.709,35	5,90	47,30	5.208.466,65
Previdência Social	2.433.000,00	2.433.000,00	388.355,93	1.124.582,76	388.355,93	1.124.582,76	1,42	46,22	1.308.417,24
Previdência do Regime Estatutário	2.433.000,00	2.433.000,00	388.355,93	1.124.582,76	388.355,93	1.124.582,76	1,42	46,22	1.308.417,24
Saúde	1.267.878,00	1.267.878,00	223.537,02	629.267,73	223.537,02	629.267,73	0,79	49,63	638.610,27
Atenção Básica	1.267.878,00	1.267.878,00	223.537,02	629.267,73	223.537,02	629.267,73	0,79	49,63	638.610,27
Trabalho	0,00	75.000,00	20.761,55	54.167,67	20.791,62	49.197,74	0,06	65,60	25.802,26
Fomento ao Trabalho	0,00	75.000,00	20.761,55	54.167,67	20.791,62	49.197,74	0,06	65,60	25.802,26
Educação	4.305.000,00	4.034.200,00	431.264,36	1.948.575,60	461.132,87	1.889.059,98	2,38	46,83	2.145.140,02
Ensino Fundamental	2.350.000,00	1.630.000,00	269.009,06	1.160.257,00	278.701,84	1.124.652,48	1,42	69,00	505.347,52
Educação Infantil	1.910.000,00	2.359.200,00	157.705,42	774.693,20	177.881,15	750.782,10	0,95	31,82	1.608.417,90
Educação de Jovens e Adultos	25.000,00	25.000,00	3.262,26	9.581,85	3.262,26	9.581,85	0,01	38,33	15.418,15
Educação Especial	20.000,00	20.000,00	1.287,62	4.043,55	1.287,62	4.043,55	0,01	20,22	15.956,45
Cultura	8.440,00	18.440,00	3.117,25	7.018,62	3.117,25	7.018,62	0,01	38,06	11.421,38
Difusão Cultural	8.440,00	18.440,00	3.117,25	7.018,62	3.117,25	7.018,62	0,01	38,06	11.421,38
Urbanismo	616.600,00	591.600,00	102.984,66	322.967,38	109.657,48	302.156,76	0,38	51,07	289.443,24
Serviços Urbanos	616.600,00	591.600,00	102.984,66	322.967,38	109.657,48	302.156,76	0,38	51,07	289.443,24
Saneamento	40.000,00	40.000,00	4.151,64	31.927,85	4.315,36	12.130,92	0,02	30,33	27.869,08
Saneamento Básico Urbano	40.000,00	40.000,00	4.151,64	31.927,85	4.315,36	12.130,92	0,02	30,33	27.869,08
Gestão Ambiental	22.302,00	22.302,00	2.476,82	8.333,80	2.476,82	8.333,80	0,01	37,37	13.968,20
Controle Ambiental	22.302,00	22.302,00	2.476,82	8.333,80	2.476,82	8.333,80	0,01	37,37	13.968,20
Agricultura	35.000,00	35.500,00	4.887,51	19.997,68	5.186,95	15.367,35	0,02	43,29	20.132,65
Extensão Rural	35.000,00	35.500,00	4.887,51	19.997,68	5.186,95	15.367,35	0,02	43,29	20.132,65
Indústria	20.000,00	5.746,51	0,00	746,51	0,00	746,51	0,00	12,99	5.000,00
Promoção Industrial	20.000,00	5.746,51	0,00	746,51	0,00	746,51	0,00	12,99	5.000,00
Comércio e Serviços	23.000,00	23.500,00	987,81	7.830,29	2.177,32	4.045,11	0,01	17,21	19.454,89
Turismo	23.000,00	23.500,00	987,81	7.830,29	2.177,32	4.045,11	0,01	17,21	19.454,89
Desporto e Lazer	9.518,00	22.518,00	3.411,05	8.131,28	3.411,05	8.131,28	0,01	36,11	14.386,72
Desporto Comunitário	9.518,00	22.518,00	3.411,05	8.131,28	3.411,05	8.131,28	0,01	36,11	14.386,72
Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Serviço da Dívida Interna	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00

Continua 4/5

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 5/5

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	10.094.966,00	9.884.176,00	1.380.784,04	4.860.721,69	1.440.989,85	4.675.709,35	5,90	47,30	5.208.466,65
Encargos Especiais	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Serviço da Dívida Interna	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	195.410.775,90	214.841.121,34	25.842.915,38	114.257.662,93	30.053.177,61	79.219.911,79	100,00	36,87	135.621.209,55

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JULHO/2012 A JUNHO/2013

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES														PREVISÃO ATUALIZADA 2013
	Jul/2012	Ago/2012	Set/2012	Out/2012	Nov/2012	Dez/2012	Jan/2013	Fev/2013	Mar/2013	Abr/2013	Mai/2013	Jun/2013	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
RECEITAS CORRENTES (I)	11.307.523,64	11.598.166,23	11.527.250,42	12.248.422,26	12.487.608,54	15.971.041,10	15.416.436,27	15.138.251,71	12.506.481,48	12.838.731,57	14.169.263,56	13.669.374,89	158.878.551,67	153.263.122,20	
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.046.037,76	2.023.039,71	1.881.753,68	2.602.842,37	2.113.612,07	3.311.536,07	4.947.938,92	4.331.747,08	2.758.199,79	2.389.012,64	2.503.255,97	2.521.735,70	33.430.711,76	29.784.949,00	
I.P.T.U.	143.520,33	130.524,46	109.685,62	143.997,76	144.984,58	241.981,07	2.973.978,66	2.193.448,36	590.705,03	344.157,06	216.508,23	229.369,08	7.462.860,24	5.992.793,00	
I.R.R.F	121.642,81	132.068,81	133.898,29	553.757,48	215.605,09	399.076,06	27.986,63	152.946,64	235.811,20	197.939,55	208.005,19	219.829,79	2.598.567,54	1.403.679,00	
I.S.S.	1.258.101,95	1.473.850,16	1.268.709,55	1.411.492,80	1.357.155,17	1.673.600,07	1.207.354,13	1.267.788,82	1.186.183,05	1.303.380,11	1.390.247,58	1.529.823,82	16.327.687,21	16.150.647,00	
I.T.B.I.	396.728,53	187.037,21	314.543,12	416.320,20	292.486,02	608.491,02	320.292,12	348.305,43	497.786,90	449.201,67	598.698,98	417.507,02	4.847.398,22	4.090.787,00	
Outras Receitas Tributárias	126.044,14	99.559,07	54.917,10	77.274,13	103.381,21	388.387,85	418.327,38	369.257,83	247.713,61	94.334,25	89.795,99	125.205,99	2.194.198,55	2.147.043,00	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	538.907,31	562.673,34	551.694,14	540.243,70	559.236,50	846.659,04	557.001,39	658.208,37	597.720,69	615.397,04	616.836,85	579.763,82	7.224.342,19	6.969.852,00	
RECEITA PATRIMONIAL	179.120,21	158.069,97	128.531,73	254.568,69	116.198,63	188.035,30	99.597,51	70.304,22	120.574,64	247.694,84	92.402,82	96.909,66	1.752.008,22	2.091.886,00	
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	1.147.010,11	1.210.729,88	1.015.697,27	1.351.562,98	1.142.683,22	1.272.753,44	1.367.191,88	1.170.543,92	1.346.955,91	1.161.993,35	1.370.699,68	972.528,48	14.530.350,12	13.253.181,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.735.617,30	7.012.737,91	7.267.618,93	7.111.221,07	7.887.539,63	8.814.102,31	8.145.970,03	8.659.947,94	7.447.335,97	8.142.504,19	9.223.683,79	9.153.101,98	95.601.381,05	95.117.322,20	
Cota-Parte do F.P.M.	1.272.210,07	1.403.857,11	1.228.354,36	1.303.953,60	1.762.507,48	1.992.176,94	1.836.823,03	2.471.248,92	1.423.255,86	1.527.121,45	2.194.265,95	1.830.659,75	20.246.434,52	21.575.263,00	
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.689.586,89	1.691.284,07	1.961.905,83	1.848.769,71	1.989.234,88	2.010.817,65	2.086.134,56	1.870.180,34	1.894.394,34	2.128.908,31	2.115.660,76	1.981.704,78	23.268.582,12	22.097.340,00	
Cota-Parte do I.P.V.A.	338.393,75	356.740,39	310.479,56	295.427,03	229.446,39	1.047.930,61	213.021,98	250.174,70	309.075,10	364.135,07	361.124,16	341.988,50	4.417.937,24	3.582.712,00	
Cota-Parte do ITR.	165,80	704,97	1.147,16	8.998,01	332,81	822,50	100,89	49,59	343,31	248,22	293,58	24,27	13.231,11	5.251,00	
Outras Transferências Correntes	1.052.317,34	1.086.210,70	1.000.093,64	1.048.376,93	1.133.912,71	1.155.553,13	865.720,95	1.020.997,59	1.138.571,46	969.608,65	1.196.844,91	1.309.221,45	12.977.429,46	14.094.484,00	
Transferências da LC 61/1989	27.583,64	30.488,59	30.833,24	29.800,70	30.169,63	34.642,22	36.832,27	28.280,91	24.966,00	22.892,42	30.783,28	32.061,60	359.334,50	347.358,00	
Transferências da LC 87/1996	9.285,14	9.285,14	0,00	18.570,28	9.285,14	9.285,14	0,00	0,00	0,00	30.989,28	7.747,32	7.747,32	102.194,76	93.643,20	
Transferências do FUNDEB	2.346.074,67	2.434.166,94	2.734.805,14	2.557.324,81	2.732.650,59	2.562.874,12	3.107.336,35	3.019.015,89	2.656.729,90	3.098.600,79	3.316.963,83	3.649.694,31	34.216.237,34	33.321.271,00	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	660.830,95	630.915,42	681.954,67	387.983,45	668.338,49	1.537.954,94	298.736,54	247.500,18	235.694,48	282.129,51	362.384,45	345.335,25	6.339.758,33	6.045.932,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução da Receita para Formação do Fundeb - LC 8	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução da Receita p/Formação do Fundeb-IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução da Receita p/Formação do Fundeb - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita Formação do FUNDEB - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEB - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DEDUÇÕES (II)	978.724,60	1.011.427,81	1.020.376,94	1.012.275,55	1.115.914,32	1.447.438,47	1.143.402,52	1.295.742,36	1.064.787,66	1.152.273,77	1.289.151,25	1.185.632,10	13.717.147,35	13.526.439,80	
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	311.279,80	312.956,01	313.754,66	311.121,91	311.719,28	602.900,52	308.820,21	371.755,60	334.465,95	343.612,91	348.725,90	348.410,80	4.219.523,55	4.004.855,00	
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	667.444,80	698.471,80	706.622,28	701.153,64	804.195,04	844.537,95	834.582,31	923.986,76	730.321,71	808.660,86	940.425,35	837.221,30	9.497.623,80	9.521.584,80	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	10.328.799,04	10.586.738,42	10.506.873,48	11.236.146,71	11.371.694,22	14.523.602,63	14.273.033,75	13.842.509,35	11.441.693,82	11.686.457,80	12.880.112,31	12.483.742,79	145.161.404,32	139.736.682,40	

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.157.904,80	4.157.904,80	592.386,06	1.974.352,70	1.489.373,15
RECEITAS CORRENTES	5.190.358,00	5.190.358,00	736.815,82	2.355.158,82	1.489.373,15
Receita de Contribuições dos Segurados	4.004.855,00	4.004.855,00	697.136,70	2.055.791,37	1.489.373,15
Pessoal Civil	4.004.855,00	4.004.855,00	697.136,70	2.055.791,37	1.489.373,15
Ativo	3.993.855,00	3.993.855,00	694.980,70	2.049.191,37	1.483.906,34
Inativo	5.000,00	5.000,00	1.389,96	4.301,88	2.870,18
Pensionista	6.000,00	6.000,00	766,04	2.298,12	2.596,63
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.105.000,00	1.105.000,00	39.679,12	299.367,45	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	1.105.000,00	1.105.000,00	39.679,12	299.367,45	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	80.503,00	80.503,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.503,00	10.503,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.032.453,20	-1.032.453,20	-144.429,76	-380.806,12	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.304.240,00	7.304.240,00	1.237.819,80	3.643.682,43	3.640.613,40
RECEITAS CORRENTES	7.304.240,00	7.304.240,00	1.237.819,80	3.643.682,43	3.640.613,40
Receita de Contribuições Patronais	7.254.240,00	7.254.240,00	1.237.819,80	3.643.682,43	2.760.145,56
Pessoal Civil	7.254.240,00	7.254.240,00	1.237.819,80	3.643.682,43	2.760.145,56
Ativo	6.878.930,00	6.878.930,00	1.168.438,33	3.439.935,53	2.639.991,75
Inativo	242.370,00	242.370,00	43.127,51	126.548,91	77.039,51
Pensionista	132.940,00	132.940,00	26.253,96	77.197,99	43.114,30
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de NAVEGANTES - SC

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	880.467,84
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	11.462.144,80	11.462.144,80	1.830.205,86	5.618.035,13	5.129.986,55
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.655.155,44	1.655.155,44	62.939,02	177.630,32	0,00
ADMINISTRAÇÃO	678.155,44	678.155,44	62.939,02	177.630,32	0,00
Despesas Correntes	628.155,44	628.155,44	57.949,02	172.640,32	0,00
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	4.990,00	4.990,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	977.000,00	977.000,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	977.000,00	977.000,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	977.000,00	977.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	2.488.000,00	2.488.000,00	392.345,33	1.138.197,35	0,00
ADMINISTRAÇÃO	2.488.000,00	2.488.000,00	392.345,33	1.138.197,35	0,00

Continua 2/3

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
Despesas Correntes	2.488.000,00	2.488.000,00	392.345,33	1.138.197,35	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	4.143.155,44	4.143.155,44	455.284,35	1.315.827,67	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)	7.318.989,36	7.318.989,36	1.374.921,51	4.302.207,46	5.129.986,55

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2013	Até o Bimestre/2012
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	9.069.095,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	MAIO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2013	2012
Bancos Conta Movimento	3.658,53	4.016,89	33.186,13
Investimentos	12.859.745,97	13.507.790,92	4.305.415,00

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.257.636,63	10.875.551,83	10.270.117,65
DEDUÇÕES (II)	12.323.955,50	26.865.737,11	26.338.521,90
Disponibilidade de Caixa Bruta	15.967.246,14	27.022.416,49	26.568.027,93
Demais Haveres Financeiros	13.403,63	14.316,98	43.823,19
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	3.656.694,27	170.996,36	273.329,22
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.066.318,87	-15.990.185,28	-16.068.404,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	365.989,98	365.989,98	365.989,98
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.432.308,85	-16.356.175,26	-16.434.394,23

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Jun 2013 (C - A)
VALOR	-78.218,97	-14.002.085,38

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-2.036,29

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2012 (A)	Em 30 Abr 2013 (B)	Em 30 Jun 2013 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	87.186.676,12	87.186.676,12	87.186.676,12
Passivo Atuarial	87.186.676,12	87.186.676,12	87.186.676,12
DEDUÇÕES (VIII)	9.217.159,94	12.438.380,71	13.509.416,15
Disponibilidade de Caixa Bruta	49.597,40	63.995,86	4.016,89
Investimentos	9.179.879,11	12.376.776,51	13.507.790,92
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	12.316,57	2.391,66	2.391,66
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	77.969.516,18	74.748.295,41	73.677.259,97
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	77.969.516,18	74.748.295,41	73.677.259,97

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	149.112.966,40	27.136.181,76	81.653.447,99	71.705.446,34
Receita Tributária	29.784.949,00	5.024.991,67	19.451.890,10	16.276.048,60
I.P.T.U.	5.992.793,00	445.877,31	6.548.166,42	4.800.669,53
I.S.S.	16.150.647,00	2.920.071,40	7.884.777,51	7.652.298,40
I.T.B.I.	4.090.787,00	1.016.206,00	2.631.792,12	1.830.154,98
I.R.R.F.	1.403.679,00	427.834,98	1.042.519,00	617.736,57
Outras Receitas Tributárias	2.147.043,00	215.001,98	1.344.635,05	1.375.189,12
Receita de Contribuição	14.274.092,00	2.434.420,47	7.268.610,59	6.549.113,63
Receitas Previdenciárias	11.309.095,00	1.934.956,50	5.699.473,80	5.129.986,55
Outras Contribuições	2.964.997,00	499.463,97	1.569.136,79	1.419.127,08
Receita Patrimonial Líquida	9.075,00	2.252,00	16.952,00	750,00
Receita Patrimonial	2.091.886,00	189.312,48	727.483,69	618.166,68
(-) Aplicações Financeiras	2.082.811,00	187.060,48	710.531,69	617.416,68
Transferências Correntes	85.595.737,40	16.599.139,12	45.697.345,61	39.552.868,79
F.P.M.	17.260.210,40	3.219.940,61	9.026.700,10	8.568.512,04
I.C.M.S.	17.677.872,00	3.277.892,61	9.661.587,00	8.425.406,49
Convênios	1.013.709,00	108.623,60	108.623,60	121.566,70
Outras Transferências Correntes	49.643.946,00	9.992.682,30	26.900.434,91	22.437.383,56
Demais Receitas Correntes	19.449.113,00	3.075.378,50	9.218.649,69	9.326.665,32
Dívida Ativa	2.600.651,00	322.620,62	775.893,87	1.377.031,88
Diversas Receitas Correntes	16.848.462,00	2.752.757,88	8.442.755,82	7.949.633,44
RECEITAS DE CAPITAL (II)	44.214.998,50	5.583.600,66	12.590.718,50	10.436.915,83
Operações de Crédito (III)	18.902.733,50	181.442,11	2.304.427,35	672.937,48
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	25.312.265,00	5.402.158,55	10.286.291,15	9.763.978,35
Convênios	23.695.743,00	5.346.438,55	10.230.571,15	9.763.978,35
Outras Transferências de Capital	1.616.522,00	55.720,00	55.720,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	25.312.265,00	5.402.158,55	10.286.291,15	9.763.978,35
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
				0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	174.425.231,40	32.538.340,31	91.939.739,14	81.469.424,69
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
DESPESAS CORRENTES (VIII)	124.272.876,92	22.300.968,09	62.805.037,94	55.471.124,18
Pessoal e Encargos Sociais	72.804.438,16	13.265.315,43	37.093.072,90	33.715.465,31
Juros e Encargos da Dívida (IX)	120.000,00	11.087,09	84.661,70	187.046,88
Outras Despesas Correntes	51.348.438,76	9.024.565,57	25.627.303,34	21.568.611,99
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	124.152.876,92	22.289.881,00	62.720.376,24	55.284.077,30
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	80.799.149,42	7.752.209,52	16.414.873,85	14.887.506,50
Investimentos	76.269.149,42	6.965.333,23	14.122.927,52	12.688.850,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	4.530.000,00	786.876,29	2.291.946,33	2.198.656,05
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	76.269.149,42	6.965.333,23	14.122.927,52	12.688.850,45

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2013	Até o Bimestre 2012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	9.769.095,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	210.191.121,34	29.255.214,23	76.843.303,76	67.972.927,75
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-35.765.889,94	3.283.126,08	15.096.435,38	13.496.496,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.447.950,18	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.447.950,18	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-15.235.544,50

FONTE:

NAVEGANTES, 17/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	120.155,04	3.096.870,28	3.024.370,35	33.162,61	159.492,36	164.079,93	3.089.143,61	1.621.552,67	1.507.715,81	3.085,35	1.742.422,38
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	105.102,42	3.080.241,74	3.007.891,18	33.162,61	144.290,37	164.079,93	3.036.666,84	1.616.172,67	1.505.025,81	1.112,30	1.694.608,66
FUNDO MUN.REEQUIP.CORPO BOMBEIROS DE N/	176,40	2.894,79	3.071,19	0,00	0,00	0,00	19.586,81	12.837,64	12.837,64	0,00	6.749,17
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.824,30	1.824,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	12.399,93	50.810,76	54.452,89	0,00	8.757,80	54.134,65	406.854,92	229.785,96	229.785,96	30,00	231.173,61
GABINETE DO PREFEITO	0,00	2.020,00	1.220,00	0,00	800,00	0,00	6.800,00	2.000,00	2.000,00	0,00	4.800,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	25.164,72	25.164,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	2.813,93	409.818,41	408.119,93	0,00	4.512,41	0,00	554.114,76	403.007,39	298.291,59	0,00	255.823,17
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	16.236,66	0,00	0,00	0,00	16.236,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA	888,00	0,00	0,00	0,00	888,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO	6.396,25	0,00	0,00	0,00	6.396,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE OBRAS E SERV. MUNICIPAIS	51.741,23	0,00	0,00	0,00	51.741,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	4.560,00	0,00	0,00	0,00	4.560,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS,FISCALIZAÇÃO E C	0,00	170.481,00	147.055,99	0,00	23.425,01	0,00	19.440,00	19.440,00	19.440,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE,AGRICULTUR.	0,00	557,64	557,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	6.179,25	18.602,79	18.125,51	0,00	6.656,53	0,00	69.957,50	63.121,60	63.121,60	0,00	6.835,90
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	0,00	1.262,37	1.262,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	718,52	718,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	3.710,77	1.763.979,38	1.714.211,06	33.162,61	20.316,48	0,00	1.777.271,10	703.470,25	697.039,19	1.082,30	1.079.149,61
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSIC	0,00	631.510,36	631.510,36	0,00	0,00	0,00	131,92	0,00	0,00	0,00	131,92
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO,CULTURA I	0,00	596,70	596,70	0,00	0,00	0,00	182.509,83	182.509,83	182.509,83	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	109.945,28	0,00	0,00	0,00	0,00	109.945,28
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	6.588,24	0,00	0,00	0,00	6.588,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES	6.588,24	0,00	0,00	0,00	6.588,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	4.611,88	0,00	0,00	0,00	4.611,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	666,70	517,33	0,00	149,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	666,70	517,33	0,00	149,37	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILANCIA DE NAVEG/	3.562,50	7.299,63	7.299,63	0,00	3.562,50	0,00	45.123,72	0,00	0,00	0,00	45.123,72
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEC	3.562,50	0,00	0,00	0,00	3.562,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSIT	0,00	7.299,63	7.299,63	0,00	0,00	0,00	45.123,72	0,00	0,00	0,00	45.123,72
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEC	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	5.380,00	5.380,00	2.690,00	0,00	2.690,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE N.	290,00	0,00	0,00	0,00	290,00	0,00	5.380,00	5.380,00	2.690,00	0,00	2.690,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGAN	0,00	8.662,21	8.662,21	0,00	0,00	0,00	1.973,05	0,00	0,00	1.973,05	0,00
INST. DE PREV. SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEG.	0,00	8.662,21	8.662,21	0,00	0,00	0,00	1.973,05	0,00	0,00	1.973,05	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	451.985,52	449.593,86	-	2.391,66	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	447.816,96	447.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	1.664,70	1.664,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	373,32	373,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	0,00	4.010,65	4.010,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	0,00	315.442,17	315.442,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. FINANÇAS,FISCALIZAÇÃO E C	0,00	13.177,30	13.177,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUN.MEIO AMBIENTE,AGRICULTUR.	0,00	1.869,39	1.869,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFE	0,00	1.776,74	1.776,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E L	0,00	41.314,83	41.314,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIA	0,00	5.849,94	5.849,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOC	0,00	2.281,73	2.281,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO	0,00	11.378,67	11.378,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS	0,00	46.020,02	46.020,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSIC	0,00	1.260,51	1.260,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2012				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	451.985,52	449.593,86	-	2.391,66	-	-	-	-	-	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	447.816,96	447.816,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, CULTURA	0,00	646,46	646,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO	0,00	750,53	750,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES	0,00	45,53	45,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	45,53	45,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES	0,00	468,67	468,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES	0,00	468,67	468,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INSTITUTO PREV. SOCIAL SERV. MUNIC. NAVEGAN	0,00	3.654,36	1.262,70	0,00	2.391,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INST. DE PREV. SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEG	0,00	3.654,36	1.262,70	0,00	2.391,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	120.155,04	3.548.855,80	3.473.964,21	33.162,61	161.884,02	164.079,93	3.089.143,61	1.621.552,67	1.507.715,81	3.085,35	1.742.422,38

FONTE:

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	30.631.508,00	30.631.508,00	5.218.588,90	19.132.755,45	62,46
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	8.319.055,00	8.319.055,00	778.104,13	7.425.643,80	89,26
1.1.1- IPTU	7.592.793,00	7.592.793,00	447.978,06	6.573.368,16	86,57
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.755,00	15.755,00	4.746,21	7.091,93	45,01
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	2.235.054,00	2.235.054,00	262.747,23	666.209,46	29,81
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	515.453,00	515.453,00	64.733,38	204.329,02	39,64
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(2.040.000,00)	(2.040.000,00)	(2.100,75)	(25.354,77)	1,24
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	4.101.290,00	4.101.290,00	1.016.206,00	2.631.792,12	64,17
1.2.1- ITBI	4.740.787,00	4.740.787,00	1.016.206,00	2.635.049,02	55,58
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	10.503,00	10.503,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	(650.000,00)	(650.000,00)	0,00	(3.256,90)	0,50
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	16.807.484,00	16.807.484,00	2.996.443,79	8.032.800,53	47,79
1.3.1- ISS	16.990.647,00	16.990.647,00	2.920.071,40	7.899.733,55	46,49
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	15.755,00	15.755,00	7.760,81	23.402,65	148,54
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	593.082,00	593.082,00	60.552,79	110.516,84	18,63
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	57.500,00	57.500,00	8.738,19	14.782,93	25,71
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	(849.500,00)	(849.500,00)	(679,40)	(15.635,44)	1,84
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.403.679,00	1.403.679,00	427.834,98	1.042.519,00	74,27
1.4.1- IRRF	1.403.679,00	1.403.679,00	427.834,98	1.042.519,00	74,27
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	47.724.978,00	47.724.978,00	8.907.934,93	25.434.858,79	53,29
2.1- Cota-Parte FPM	21.575.263,00	21.575.263,00	4.024.925,70	11.283.374,96	52,30
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	21.575.263,00	21.575.263,00	4.024.925,70	11.283.374,96	52,30
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	22.097.340,00	22.097.340,00	4.097.365,54	12.076.983,09	54,65
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	117.054,00	117.054,00	19.368,30	58.104,89	49,64
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	347.358,00	347.358,00	62.844,88	175.816,48	50,62
2.5- Cota-Parte ITR	5.251,00	5.251,00	317,85	1.059,86	20,18
2.6- Cota-Parte IPVA	3.582.712,00	3.582.712,00	703.112,66	1.839.519,51	51,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	78.356.486,00	78.356.486,00	14.126.523,83	44.567.614,24	56,88
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	4.133.831,00	4.133.831,00	790.689,74	2.299.011,70	55,61
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	4.133.831,00	4.133.831,00	790.689,74	2.299.011,70	55,61
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.415.090,00	1.415.090,00	271.123,60	1.166.431,82	82,43
6.1- Transferências de Convênios	1.415.090,00	1.415.090,00	271.123,60	1.166.431,82	82,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-151.900,00	-151.900,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	5.397.021,00	5.397.021,00	1.061.813,34	3.465.443,52	64,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	9.521.584,80	9.521.584,80	1.777.646,65	5.075.198,29	53,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	4.315.052,60	4.315.052,60	804.985,09	2.256.674,86	52,30
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.419.468,00	4.419.468,00	819.472,93	2.415.396,09	54,65
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	69.471,60	69.471,60	12.568,98	35.163,31	50,62
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.050,20	1.050,20	63,55	211,91	20,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	716.542,40	716.542,40	140.556,10	367.752,12	51,32
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	33.426.301,00	33.426.301,00	6.990.313,80	18.898.395,07	56,54
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	33.321.271,00	33.321.271,00	6.966.658,14	18.848.341,07	56,57
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	105.030,00	105.030,00	23.655,66	50.054,00	47,66
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	23.799.686,20	23.799.686,20	5.189.011,49	13.773.142,78	57,87
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	31.051.800,03	31.133.215,86	5.626.237,60	15.206.720,45	48,84
13.1- Com Educação Infantil	15.455.400,03	15.536.815,86	2.767.015,79	7.397.424,92	47,61
13.2- Com Ensino Fundamental	15.596.400,00	15.596.400,00	2.859.221,81	7.809.295,53	50,07
14- OUTRAS DESPESAS	2.374.500,97	2.374.500,97	522.489,20	758.376,59	31,94
14.1- Com Educação Infantil	500.000,00	500.000,00	44.212,82	82.416,70	16,48
14.2- Com Ensino Fundamental	1.874.500,97	1.874.500,97	478.276,38	675.959,89	36,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	33.426.301,00	33.507.716,83	6.148.726,80	15.965.097,04	47,65
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					80,47
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	19.589.121,50	19.589.121,50	3.531.630,96	11.141.903,56	56,88
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	21.365.400,03	22.096.815,86	3.711.110,35	10.377.188,45	46,96
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.955.400,03	16.036.815,86	2.811.228,61	7.479.841,62	46,64
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.410.000,00	6.060.000,00	899.881,74	2.897.346,83	47,81
24- ENSINO FUNDAMENTAL	23.644.083,01	26.146.083,01	5.815.513,38	14.284.268,85	54,63
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	17.470.900,97	17.470.900,97	3.337.498,19	8.485.255,42	48,57
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	6.173.182,04	8.675.182,04	2.478.015,19	5.799.013,43	66,85
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	45.009.483,04	48.242.898,87	9.526.623,73	24.661.457,30	51,12
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					13.773.142,78
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					50.054,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					81.415,83
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					13.904.612,61
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					10.756.844,69
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,14

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	3.084.042,00	3.084.042,00	108.551,78	300.039,04	9,73
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	473.680,00	473.680,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.473.066,00	3.272.376,46	353.784,33	1.234.606,44	37,73
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	5.030.788,00	6.830.098,46	462.336,11	1.534.645,48	22,47
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	50.040.271,04	55.072.997,33	9.988.959,84	26.196.102,78	47,57
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2013 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2013/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	74.109,21	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	18.848.341,07	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	14.554.478,39	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	50.054,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.418.025,89	0,00

NAVEGANTES, 16/07/2013

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito Municipal

MARCIO CAPELLA
Secretário de Finanças

JOEL VIEIRA
Contador CRC/SC - 15.192-O

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 81.415,83, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Nova Trento

PREFEITURA

Resolução N° 003/2013

Resolução 003/2013

"Dispõe sobre APROVAÇÃO do Plano de Ação para Co-Financiamento do Governo Federal, Sistema Único da Assistência Social ano 2013".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento - CMAS no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no art 2º, inciso I,IV,V,VII e XIV da Lei Municipal nº 1445/95, de 13/12/1995, que cria o CMAS,

RESOLVE:

Art 1º- Aprovar em reunião ordinária do Conselho Municipal realizada em 16/07/2013, na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), por unanimidade dos Conselheiros o Plano de Ação 2013 para o Co-Financiamento do Governo Federal.

Art 2º- Fica delegado o CMAS para adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Art 3º-Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Trento 17 de Julho de 2013

ADAUTON RAULINO
Presidente do CMAS

Resolução N° 003/2013

Resolução 003/2013

"Dispõe sobre APROVAÇÃO do termo de aceite 2013 da expansão Qualificada dos Serviços Socioassistenciais".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Trento - CMAS no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de dar cumprimento ao disposto no art 2º, inciso I,IV,V,VII e XIV da Lei Municipal nº 1445/95, de 13/12/1995, que cria o CMAS,

RESOLVE:

Art 1º- Aprovar em reunião ordinária do Conselho Municipal realizada em 16/07/2013, na sala de reuniões do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), por unanimidade o termo de aceite 2013 da expansão dos serviços Socioassistenciais.

Art 2º- A Expansão dos serviços assistenciais que se refere nesta resolução é o cofinanciamento do PAIF (Programa de Atenção Integral a Família) pelo Governo Federal.

Art 3º- Fica delegado o CMAS para adoção de outras providências necessárias ao cumprimento do objeto desta resolução.

Comunicado COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Nova Trento, comunica a quem interessar possa que o Decreto nº 070, de 02 de julho de 2013, que Proíbe a Concessão de Alvará de Licença para Comércio Ambulante e Eventual, no local que especifica, publicado no Diário Oficial do Municípios - DOM/SC, em 04 de julho de 2013, Edição nº 1273, foi alterado, passando a ter validade o novo Decreto com o mesmo número, publicado dia 17 de julho de 2013 - DOM/SC, Edição nº 1282, página 384.

Nova Trento, em 17 de julho de 2013.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato de Homologação e Adjudicação ao PL N° 051-2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 051/2013

CONVITE N° 020/2013

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 16/07/13

CONTRATADO: TRATORMAX COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES

LTDA EPP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO CONFORME A NECESSIDADE PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC
VALOR DA DESPESA: R\$ 17.555,00 (dezesete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)

DATA: 16/07/13

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal.

Resultado Habilitação e Propostas CV 020-2013

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 051-2013 - CONVITE N° 020-2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO CONFORME A NECESSIDADE PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e condições, constante no Anexo III deste Processo Licitatório. QUE houve a participação das seguintes empresas convidadas: L.P. da SILVA PEÇAS E SERVIÇOS ME, ADRIANO CANDIDO DA SILVA ME E TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME. Sendo que as empresas pela apresentação regular dos documentos de acordo com o Edital, restaram HABILITADAS pela Comissão, quando do julgamento da documentação, estando HABILITADAS para a fase subsequente, qual seja julgamento das propostas, a qual se dará nesta mesma data.

Novo Horizonte (SC), em 16 de Julho de 2013

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS- PROCESSO LICITATÓRIO N° 051/2013 - CARTA CONVITE N° 020/2013-MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE.

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO CONFORME A NECESSIDADE PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme quantitativos e condições, constante no Anexo III deste

Processo Licitatório. QUE quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS, restou classificada pela Comissão, apresentando a menor proposta, sagrando-se VENCEDORA a Empresa: TRATOR-MAX COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA, vencedora dos itens 01 a 09, com valor total de R\$ 17.555,00 (Dezessete mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais.), estando o preço de acordo com o orçamento da Prefeitura.

Novo Horizonte (SC), 16 de Julho de 2013
Comissão Permanente de Licitação

Extrato Contratual N° 52-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 052/2013
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada: TRATORMAX COMERCIO DE PECAS PARA TRATORES LTDA
EPP
Valor: 17.555,00 (dezessete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais)
Vigência: Início: 16/07/2013 Término: 31/12/2013
Licitação: Convite p/ Compras e Serviços N°.: 20/2013
Recursos: Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (92),
2.028.3.3.90.00.00.00.00 (113)

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES PARA USO CONFORME A NECESSIDADE PELOS DEPARTAMENTOS DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

Novo Horizonte, 16 de Julho de 2013

Orleans

PREFEITURA

Decreto N. 3.56 - Anula Processo Licitatorio 36/2013 DECRETO N° 3.567 DE 15 DE JULHO DE 2013 "REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES, prefeito municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO que o processo licitatório n° 36/2013 do Fundo Municipal de Saúde foi fracassado, por não acudir interessados.
CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado pelo Departamento Jurídico desta municipalidade.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação n° 36/2013, do Fundo Municipal de Saúde, que tem por Objeto a contratação de pessoa jurídica especializada pela manutenção preventiva e corretiva em equipamentos e aparelhos médicos e odontológicos, com fornecimento de peças de para manutenção das unidades de saúde.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 15 de julho de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTÔNIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto N. 3.566/2013 - Excesso

DECRETO N.º 3.566 DE 05 DE JULHO DE 2013.
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

09.00 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

09.01 - Fundo Municipal de Assistência Social

2.028 - Manutenção das Atividades da Assistência Social

F.R. - 01.0043- FNAS - IGD - SUAS

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 4.500,00

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 1.500,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art.2º Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica utilizado o provável Excesso de Arrecadação por conta nas seguintes Fontes de Recursos:

F.R. - 01.0043- FNAS - IGD - SUAS R\$ 6.000,00

TOTAL R\$ 6.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 05 de julho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito Municipal

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, AOS CINCO DIAS DOMÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Edital de Chamamento de Concurso Publico N° 02/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA EFETIVAÇÃO DE ACORDO COM CONCURSO PÚBLICO 02/2011, mediante o qual fica CONVOCA-DA, para nomeação, a candidata aprovada no Concurso Público 02/2011, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h30min às 17h30min, no período de 30 dias, munidos de todos os documentos constantes do item 12, do Edital de Concurso Público n° 002/2011 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br), cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item 12.1.12, do Edital de Concurso Público n° 02/2011,

será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CH	CARGO
KAROLINY CAETANO SOUZA	40 HS	Recepcionista da SF

Orleans, 10 de julho de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Editais de Chamamento de Processo Seletivo Nº005/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº005/2013, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 005/2013, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h00min às 17h30min, no período de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo nº005/2013 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item VIII - 13, do Edital de Processo Seletivo nº 005/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
TEREZINHA BETT LOLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 hs
FERNANDA BERNARDO GODINHO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 hs

Orleans, 10 de julho de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Editais de Chamamento de Processo Seletivo Nº005/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº005/2013, mediante o qual ficam CONVOCADOS, para nomeação, dos candidatos aprovados no Processo Seletivo nº 005/2013, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h00min às 17h30min, no período de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo nº005/2013 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item VIII - 13, do Edital de Processo Seletivo nº 005/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames

pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
JUDIT ANTUNES	COZINHEIRA	40 hs

Orleans, 17 de julho de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Editais de Chamamento de Processo Seletivo Nº005/13

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº005/2013, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, da candidata aprovada no Processo Seletivo nº 005/2013, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h00min às 17h30min, no período de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo nº005/2013 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item VIII - 13, do Edital de Processo Seletivo nº 005/2013, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO	CH
GISELE FLORES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40 hs

Orleans, 17 de julho de 2013.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Editais de Chamamento de Processo Seletivo Nº010/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE ACORDO COM PROCESSO SELETIVO Nº010/2012, mediante o qual fica CONVOCADA, para nomeação, da candidata aprovada no Processo Seletivo nº 010/2012, para comparecer na Prefeitura Municipal de Orleans, sito a rua XV de Novembro, 282, centro, Orleans, SC, no horário das 13h30min às 17h30min, no período de 05 dias, munidos de todos os documentos constantes do item XI, do Edital de Processo Seletivo nº010/2012 (disponível no site: www.orleans.sc.gov.br, cientes de que a não apresentação dos documentos necessários dentro do prazo estipulado resultará na perda da vaga. Informamos ainda, que o exame médico de saúde ocupacional de que trata o item 12, do Edital de Processo Seletivo nº 010/2012, será realizado pelo Médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Orleans, o qual poderá exigir todos os exames pertinentes a aferir a capacidade admissional para o respectivo cargo; as consultas poderão ser previamente agendadas junto ao Departamento de Gestão de Pessoas, pelo fone (48) 34660178, com a servidora Maria Orlinda Siqueira Dalmagro.

NOME	CARGO
Otilia Tezza Mazuco	Professor - Educação Infantil

Orleans, 03 de julho de 2013.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

Palhoça

PREFEITURA

Portaria N° 1359/2013

PORTARIA N° 1359/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora CLAUDIA IVONETE DE AMORIM, ocupante da categoria funcional de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para o CAIC, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, tal remoção se deu tendo em vista o retorno do professor Matilde Zimmermann.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1360/2013.

PORTARIA N° 1360/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora NARA RUBIA DE ESPINDOLA ANTUNES, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 14/02/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1364/2013.

PORTARIA N° 1364/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER HORA ATIVIDADE de 20% (vinte por cento), de acordo com o § 1º, II Lei nº. 2.559 de 19 de abril de 2007, para a servidora SALETE STOCK, ocupante da categoria funcional de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, a contar de 15/03/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1365/2013

PORTARIA N° 1365/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR RENATA CAVALLAZZI ZIMMER, para o cargo de Professor Colabora-dor de acordo com a Lei 2285 de 29 de março de 2006 e Lei 2508 de 13 de fevereiro de 2007, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça, da Administração Indireta desta Prefeitura, com carga horária de 32 (trinta e dois) horas/semanais, Disciplina Planos de Negócios, Empreendedorismo e Criatividade, Orientação de TCC e Pós Graduação, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, no período 01/02/2013 à 20/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1370/2013

PORTARIA N° 1370/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

REMOVER NO INTERESSE DO SERVIÇO PÚBLICO a servidora SALETE STOCK, ocupante da categoria funcional de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Educação e Cultura, da Administração Direta Desta Prefeitura, removida para a Escola Básica Adriana Weingartner, de acordo com o Artigo 114 da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1374/2013
PORTARIA N° 1374/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER GRATIFICAÇÃO para FELIPE NEVES LINHARES, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Procurador Geral do Município, o percentual de 60% (sessenta por cento) do subsídio fixado para os cargos em comissão, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar n°. 102 de 06 de abril de 2011, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1275/2013.
PORTARIA N°. 1275/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR VALÉRIA SILVA FERREIRA, de conformidade com a Lei n°. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1276/2013.
PORTARIA N°. 1276/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANA PAULA GODOI, de conformidade com a Lei n°. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1277/2013.
PORTARIA N°. 1277/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREA BROCHADO DE FARIAS, de conformidade com a Lei n°. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1278/2013.
PORTARIA N°. 1278/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR CLEIA MARIA MELO DE QUADROS, de conformidade com a Lei n°. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei n°. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1279/2013.

PORTARIA N°. 1279/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA HELENA MARCELINO ROSA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Biscuit, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1280/2013.

PORTARIA N°. 1280/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA APARECIDA DA COSTA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Patch Colagem, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1281/2013.

PORTARIA N°. 1281/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR LEONIA PFLEGER HOFFMANN, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Tricô e Crochê, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1282/2013.

PORTARIA N°. 1282/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ALCILENE VIEIRA AREAS, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1283/2013.

PORTARIA N°. 1283/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR SABRINA FORMEHL, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Madeira, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1284/2013.
PORTARIA N° 1284/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ROSINETE ROSA CANDIDO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1285/2013.
PORTARIA N° 1285/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ORIETA SOUZA PINHEIRO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1286/2013.
PORTARIA N° 1286/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA NELZA ALVES, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho

de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Bordado, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1287/2013.
PORTARIA N° 1287/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR NEUZA JOÃO FELISBERTO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tecido, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1288/2013.
PORTARIA N° 1288/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR IZABEL CRISTINA COELHO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 25/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1289/2013.
PORTARIA N°. 1289/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ANDREIA DE ASSUNÇÃO SILVEIRA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes - Biscuit, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 18/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1290/2013.
PORTARIA N°. 1290/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ILIETE OLGA GONZAGA, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê e Tricô, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1291/2013.
PORTARIA N°. 1291/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA APARECIDA DOS SANTOS ALVES, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da

Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1292/2013.
PORTARIA N°. 1292/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA DE LOURDES LAURINDO ALVES, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Corte e Costura, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 06/03/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1293/2013.
PORTARIA N°. 1293/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR JANETE WEBER SEBASTIÃO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em tela, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1294/2013.
PORTARIA N°. 1294/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ZULEIDE MORAES MARCOLINO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê e Tricô, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1295/2013.
PORTARIA N°. 1295/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARLY MAURA FRANCISCO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Pintura em Tela, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1296/2013.
PORTARIA N°. 1296/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR FABRICIA RIBEIRO SOARES, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta

desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1297/2013.
PORTARIA N°. 1297/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR MARIA DO CARMO DOS SANTOS MELO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Crochê e Tricô, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1298/2013.
PORTARIA N°. 1298/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELOISA HELENA DOS PASSOS GALDINO, de conformidade com a Lei nº. 087, de 09 de abril de 2010 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, no cargo de Professor Artesão, disciplina Artes Aplicadas, na Escola Profissional, Programa de Educação Profissional, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 27/02/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1299/2013.

PORTARIA Nº. 1299/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO DEBORA DA SILVA, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/04/2013 a 12/04/2014.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1300/2013.

PORTARIA Nº. 1300/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO SANDRA SEARA DA CONCIÇÃO, de acordo com a Lei nº. 096, de 15 de dezembro de 2010, Lei nº. 2508/2008 e Processo Seletivo Edital nº. 001/2012, para ocupar o cargo de Técnico em Enfermagem, com 30 (trinta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal do CENTRI da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva, da Administração Direta Desta Prefeitura, pelo período de 12/04/2013 a 12/04/2014.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1301/2013.

PORTARIA Nº. 1301/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO CESAR MARTINS, matrícula nº. 500028, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria da Receita e Regularização Fundiária, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 04/02/1995 a 04/02/2000, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 13/05/2013 à

13/06/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1302/2013.

PORTARIA Nº. 1302/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELIANE VIDAL, matrícula nº. 200042, titular do cargo de Fiscal de Tributos, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Planejamento, Projetos e Lazer, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 01/03/2004 a 01/03/2009, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1303/2013.

PORTARIA Nº. 1303/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para PAULO LAUDIR MACHADO, matrícula nº. 500259, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Infraestrutura, Energia, Telecomunicação e Transporte, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 23/11/1998 a 23/11/2003, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/04/2013 à 22/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria Nº. 1304/2013.

PORTARIA Nº. 1304/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para DESDETE ENAIR MENEZES, matrícula nº. 800305, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração, da

Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 18/04/1999 a 18/04/2004, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/04/2013 à 08/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1305/2013.

PORTARIA N°. 1305/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para VIVIANE MEYER, matrícula nº. 800894, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 21/03/2003 a 21/03/2008, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1306/2013.

PORTARIA N°. 1306/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para LILIAN REGINA ALVES DA ROSA, matrícula nº. 800737, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 29/07/2002 a 29/07/2007, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 15/04/2013 à 15/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1307/2013.

PORTARIA N°. 1307/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para TANIA MARA PORTELLA KELLER, matrícula nº. 190045, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 04/02/2004 a 04/02/2009, por 03 (três) meses, a com efeitos a contar de 01/04/2013 à 01/07/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1308/2013.

PORTARIA N°. 1308/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para ELANE NAZARE BATISTA ALVES, matrícula nº. 800421, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 192 da Lei 097/2011, referente ao quinquênio de 14/02/2005 a 14/02/2010, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 22/04/2013 à 22/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1309/2013.

PORTARIA N°. 1309/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES para o servidor JOCELI DA ROSA, matrícula nº. 801126, titular do cargo de Vigia, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta, de acordo com o Artigo 170 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, pelo período de 12 (doze) meses, com efeitos a contar de 02/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1310/2013.
PORTARIA N°. 1310/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA de conformidade com o art. 24, da Lei nº. 1683, de 08 de maio de 2003, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Faculdade Municipal de Palhoça da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Alexandre Lisboa da Silva	24	32	01/04/2012 a 15/12/2013
Alessane Lia Tasca da Silveira	32	20	01/04/2012 a 15/12/2013
Anne Cristina Alves Lorenzetti	16	24	01/04/2012 a 15/12/2013
Lucia Correia Marques de Miranda	24	32	01/04/2012 a 15/12/2013
Mariana Duarte Karasiak	16	24	01/04/2012 a 15/12/2013
Pedro Márcio Xavier Neves	20	16	01/04/2012 a 15/12/2013

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MARIAH TEREZINHA NASCIMENTO PEREIRA
Diretora Executiva

Portaria N° 1311/2013.
PORTARIA N°. 1311/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça em exercício, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

ALTERAR CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA de conformidade com o Artigo 189, da Lei nº. 097, de 15 de dezembro de 2010, dos servidores, abaixo relacionados, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura da Administração Direta desta Prefeitura.

Nome	De	Para	Período
Cristiane da Silva	30	40	04/02/2013 a 15/12/2013
Kátia de Lima	20	40	27/02/2013 a 15/12/2013
Luciano Cravo da Silva	20	40	08/04/2013 a 01/07/2013
Rosi Aparecida Hinke Zanin	05	10	14/02/2013 a 15/12/2013
Rosicleia Mria de Azevedo	20	40	04/03/2013 a 15/12/2013
Valdemar Silveira Filho	20	40	13/03/2013 a 13/09/2013

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1312/2013.
PORTARIA N°. 1312/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR POR CONCURSO ELAINE CRISTINA FERNANDES, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnico em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro de Pessoal da Unidade de Saúde do Bela Vista, da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, admitido através de Concurso Público Edital nº. 001/2012, homologado em 06/07/2012, conforme a Lei nº. 3002, de 01 de abril de 2009, com efeitos a contar de 15/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N° 1313/2013.
PORTARIA N°. 1313/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONTRATAR ELAINE CRISTINA MENDES LIBERATO, de conformidade com a Lei nº. 2.559, de 19 de abril de 2007 e Lei nº. 3.683, de 09 de julho de 2012, bem como Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2012, no cargo de Professor (ACT), Habilitado com Graduação, na área de Ensino Fundamental, disciplina Níveis I e II, no (a) Programa Sócio Educativo - Termo de Compromisso CEJA, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, com regência de classe na ordem de 30% (trinta por cento) e de 20% (vinte por cento), de hora atividade, Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, no período de 01/04/2013 a 15/12/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1314/2013.

PORTARIA N°. 1314/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 0629 de 01 de março de 2013, que Contratou o servidor NAPO-LEÃO DO CARMO PORTELLA, para o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à Habilitação que deverá ser Habilitado com Graduação, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1315/2013.

PORTARIA N°. 1315/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

RETIFICAR a Portaria 1161 de 01 de abril de 2013, que Contratou o servidor LUCIA-NO KUHN, para o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à Habilitação que deverá ser Habilitado com Graduação, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1316/2013.

PORTARIA N°. 1316/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

AUTORIZAR JONATHAS DE SOUZA, portador da CNH 686456046, vencimento em 06/11/2017, categoria B, a dirigir veículos da Secretaria de Assistência Social da Administração Direta Desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1317/2013.

PORTARIA N°. 1317/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DEMITIR da FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor OSMAR ANTONIO VIEIRA, de Diretor Adjunto da Escola Básica Reinaldo Weingartner, AD-FEC-6, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1318/2013.

PORTARIA N°. 1318/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

DEMITIR da FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, a servidora SUSI NILZA GOU-LART, de Diretor Geral da Escola Básica Reinaldo Weingartner, AD-FEC-7, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1319/2013

PORTARIA N°. 1319/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER FUNÇÃO EXECUTIVA DE CONFIANÇA, o servidor OSMAR ANTONIO VIEIRA, de Diretor Geral de Escola Básica Reinaldo Weingartner, AD-FEC-7, de acordo com o Anexo IV, da Lei nº. 102 de 06 de abril de 2011, do quadro de pessoal da Administração Direta, a contar de 02/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1320/2013.
PORTARIA N°. 1320/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER AGREGAÇÃO PARA CONCLUSÃO DE CURSOS REGULARES, para a servidora abaixo relacionado de acordo com o Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, conceder progressão aos servidores relacionados, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Curso	Percentual	A partir de
200025	Shirley Regina de Farias	Graduação	30%	03/01/2013

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1351/2013.
PORTARIA N°. 1351/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
PRORROGAR a Portaria 0481 de 01 de março de 2012, que Contratou por Tempo De-terminado a servidora DAYANE VIRTUOSO DO NASCIMENTO, para ocupar o cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura, até 31/05/2013, sendo que a referida servidora encontra-se em Auxílio Doença.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1352/2013.
PORTARIA N°. 1352/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos

55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CELICINA DE SOUZA MENDONÇA HASSE, matrícula nº. 801104, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 03/04/2013, de acordo com às folhas 04 e 05.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1353/2013.
PORTARIA N°. 1353/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora GISELE PIERRI DE SOUZA, matrícula nº. 190063, titular do cargo de Lactarista, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/02/2013, de acordo com às folhas 19 e 20.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1354/2013.
PORTARIA N°. 1354/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora ISOLDE HELENA MOURA CARVALHO, matrícula nº.

800812, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 20/02/2013, de acordo com às folhas 18 e 19.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1355/2013.

PORTARIA N°. 1355/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 63,64,65,66,67,68 e 69 da Lei nº. 097/2010 de 15/12/2010, a servidora PATRICIA ADELAIDE SILVA, matrícula nº. 800230, titular do cargo de Professor, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 05, item 03.

Pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 06/03/2013, de acordo com às fo-lhas 35 e 37.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1356/2013.

PORTARIA N°. 1356/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora CELICINA DE SOUZA MENDONÇA HASSE, ma-trícula nº. 801104, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da

Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 02, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26/03/2013, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1357/2013.

PORTARIA N°. 1357/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO para MARIA APARECIDA COELHO, matrícula nº. 400042, titular do cargo de Agente de Serviços Operacionais, do Quadro de Pessoal da Secretaria Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta, de acordo com o Artigo 175 da Lei 096/2011, referente ao quinquênio de 02/09/2006 a 02/09/2011, por 01 (um) mês, a com efeitos a contar de 08/04/2013 à 08/05/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1358/2013.

PORTARIA N°. 1358/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedida pela Junta Médica Oficial do Município, para avaliar capacidade laborativa conclui por:

Conceder Readaptação Funcional de acordo com os Artigos 55,56,57,58,59,60,61 da Lei nº. 096/2010 de 15/12/2010, a servidora SIRLENE HILDEBRANDO, matrícula nº. 801071, titular do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Educação e Cultura, da Administração Direta desta Prefeitura.

A servidora encontra-se desempenhando a função de acordo com relatório as folhas 01, item 03.

Pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26/03/2013, de acordo com às folhas 06.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação e Cultura

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1361/2013.
PORTARIA N°. 1361/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº. 0975 de 11 de março de 2013 que Autorizou Conduzir Veículos o servidor EDSON FIGUEIREDO, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1362/2013.
PORTARIA N°. 1362/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
AUTORIZAR WAGNER PAES FIGUEIREDO, portador da CNH 221362222, vencimento em 25/10/2014, categoria AB, a dirigir veículos da Prefeitura Municipal de Palhoça da Administração Direta Desta Prefeitura, com efeitos a contar de 06/03/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1363/2013.
PORTARIA N°. 1363/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
RETIFICAR a Portaria 0715 de 01 de março de 2013, que Contratou a servidora MA-RIANE ROSA BARBOSA, para o cargo de Professor ACT, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, referente à Habilitação que deverá ser Habilitado Com Magis-tério, e não como consta na referida portaria.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1366/2013
PORTARIA N°. 1366/2013

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
Art. 1°. Conceder Gratificação de Produtividade aos servidores, con-forme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2°. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de fevereiro de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	CARGO	PERCENTUAL
200083	Amaury Machry	Médico	50%
370162	Kellen Elisa Fappi	Enfermeira	50%

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO
Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1367/2013.
PORTARIA N°. 1367/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:
CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL VERTICAL - para os servidores abaixo relacionados com fundamento no Artigo 292, 293 e 297 da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar da data abaixo.

Matricula	Nome	Cargo	Nível		A partir de:
			De:	Para	
300212	Edelane Heidemann	Assistente Administrativo	ANM -F- I	ANM -F- II	28/02/2013
300157	Maria de Lourdes Reginaldo	Assistente Administrativo	ANM -F- I	ANM -F- II	18/03/2013
300171	Zenilde Maria de Souza	Assistente Administrativo	ANM -E- I	ANM -E- II	28/02/2013

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.
NIRDO ARTUR LUZ
Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA
Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1368/2013.

PORTARIA N°. 1368/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Gratificação de Produtividade aos funcionários, con-forme anexo I. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 2º. Alterar gratificação de Produtividade dos funcionários, con-forme anexo II. Integrante do Quadro de Pessoal da Administração Direta.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação a partir de 01 de abril de 2013.

ANEXO I

MATRICULA	NOME	VALOR
300174	Luiz Fiipe Cascaes	600,00
500357	Osvaldo Orlando de Souza	660,00

ANEXO II

MATRICULA	NOME	DE	PARA
500470	Claudio Manoel dos Santos	300,00	400,00

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1371/2013.

PORTARIA N°. 1371/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

EXONERAR ELAINE DE PINHO KUHNEN, titular do cargo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro de Pessoal da Secretaria de Saúde e Medicina Preventiva da Administração Direta desta Prefeitura, com efeitos a contar de 18/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretário de Saúde e Medicina Preventiva

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1372/2013.

PORTARIA N°. 1372/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONVALIDAR, a Portaria nº 10799 de 11 de maio de 2004, onde Concedeu Progressão Funcional Vertical à servidora GUACIRA GEORGIA GARCIA, Matrícula nº. 300227, titular do cargo de Procuradora do Município, o percentual de 15% (quinze por cento) referente à Pós Graduação, atualmente regulamentada no Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1373/2013.

PORTARIA N°. 1373/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONVALIDAR, a Portaria nº 6832 de 19 de abril de 2002, onde Concedeu Progressão Funcional Vertical à servidora ANGELITA SILVEIRA DO LIVRAMENTO BAVARESCO, Matrícula nº. 400146, titular do cargo de Engenheiro Sanitarista, o percentual de 20% (vinte por cento) referente ao Mestrado, atualmente regulamentada no Inciso I e II, do Artigo nº. 290, da Lei nº. 096 de 15 de dezembro de 2010.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

Portaria N°. 1375/2013.

PORTARIA N°. 1375/2013.

NIRDO ARTUR LUZ, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

CONCEDER AUXILIO RECLUSÃO para CATARINA ASSI, representante do menor Fabio Anilzo Botelho, de acordo com o Artigo 272, 273, 274 da Lei 096, de 15 de dezembro de 2010, com efeitos a contar de 01/04/2013.

Palhoça, SC, em 10 de abril de 2013.

NIRDO ARTUR LUZ

Prefeito Municipal

MILTON LUIZ ESPINDOLA

Superintendente de Recursos Humanos

VALOR: R\$ 2.654,94 (dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e noventa centavos), mensais.

DOTAÇÃO: "37" 3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 01/07/2013
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Edital de Convocação Para Audiência Pública

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA as 17:00 HORAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições, com fulcro no Parágrafo Único, do Artigo 48, da Lei Complementar nº 101/00, faz saber a quem interessar possa, especialmente aos cidadãos maiores de 16 (dezesesseis) anos de idade, que fará realizar Audiência Pública, para Discutir a Elaboração da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Exercício de 2014, no seguinte local, data e horário:

Local - Auditório da Câmara Municipal de Palhoça
- Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Pagani - Palhoça
Data - 25 de Julho de 2013;
Horário - 17:00 horas.

Assim, todos ficam devidamente convocados para querendo, participarem desta audiência.

Palhoça (SC), 08 de julho de 2013
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal de Palhoça

Palmitos

PREFEITURA

Processo 33/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº033/13 Modalidade: Pregão Presencial nº015/13. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO. Entrega do Envelopes : 31/07/2013, até as 08:30 horas. Abertura do Envelopes: 31/07/2013 as 09:30 horas. Obtenção do Edital e informações no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmitos ou pelo fone (49) 3647- 9610.

Palmitos 17 de julho de 2013.
TÂNIA DE FÁTIMA HENCHEN
Gestora do Fundo.

Processo 83/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 083/2013. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2013. Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA

RECUPERAÇÃO DE RECEITAS PÚBLICAS, ATRAVÉS DO LEVANTAMENTO DE DADOS, REALIZANDO ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO E/OU JUDICIAL DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA, EM FAVOR DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da entrega dos envelopes: 06/08/2013 até as 09:00 horas. Data da abertura: 06/08/2013 até às 09:30 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 17 de Julho de 2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Processo 84/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 084/2013. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2013. Objeto REGISTRO DE PREÇO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA PIRAMIDAL, STANDS BÁSICAS EM OCTANORM, BANHEIROS QUÍMICOS, COBERTURA DE AUTOPORTANTE DO TIPO PIRAMIDAL E BILHETERIAS, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO I. Data da entrega dos envelopes: 30/07/2013 até as 08:30 horas. Data da abertura: 30/07/2013 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 17 de Julho de 2013.
NORBERTO PAULO GONZATTI
Prefeito Municipal.

Editais de Notificação

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 574/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

ACN2180 54803379C 6920/0 18/10/2008 R\$ 127,69 233

GLU3183 54803591C 6920/0 09/01/2009 R\$ 127,69 233

IDC0895 54803564C 6920/0 27/11/2008 R\$ 127,69 233

IDR9712 54803506C 5010/0 23/12/2008 R\$ 574,61 162 * I

IHA4360 54803418C 6548/2 13/12/2008 R\$ 85,12 229

JYC4383 54803563C 6920/0 27/11/2008 R\$ 127,69 233

LWY0077 54803570C 6920/0 01/12/2008 R\$ 127,69 233

LYW5015 54803432C 5835/0 05/01/2009 R\$ 127,69 195

LYW5015 54803588C 6556/1 05/01/2009 R\$ 191,53 230 * I

LYW5015 54803589C 5010/0 05/01/2009 R\$ 574,61 162 * I

MBD5311 54803455C 5010/0 05/10/2008 R\$ 574,61 162 * I

MBI4551 54803486C 5010/0 01/01/2009 R\$ 574,61 162 * I

MDG8079 54803351C 7056/1 04/09/2008 R\$ 191,53 244 * III

MEJ0340 54803554C 6920/0 19/11/2008 R\$ 127,69 233

MGW9081 54803666C 5010/0 13/02/2009 R\$ 574,61 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)

NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA,

EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.
PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013
RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 432 575/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

AQC1603 54926302D 5614/3 02/01/2012 182 * V

BQP8450 54804465C 5541/1 23/01/2012 181 * XVII

MBT1216 54805564C 6548/2 06/01/2012 229

MII9225 54805821C 6050/1 07/01/2012 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 576/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

MBU2060 54803466C 6653/1 27/11/2008 R\$ 127,69 230 * XI

MCG5907 54803595C 6920/0 08/01/2009 R\$ 127,69 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)

NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO Nº 432 577/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LXX8441 54926228D 5541/1 24/01/2012 181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 578/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

AMD1528 54803573C 6920/0 02/12/2008 R\$ 127,69 233

CHW4694 54803382C 6920/0 18/10/2008 R\$ 127,69 233

GZA3978 54803438C 5452/5 14/01/2009 R\$ 127,69 181 * VIII

ITH7070 54803398C 5614/4 14/11/2008 R\$ 127,69 182 * V

JXE0641 54803421C 6599/2 30/12/2008 R\$ 191,53 230 * V
 LXJ2949 54803555C 6920/0 20/11/2008 R\$ 127,69 233
 LYE1879 54803551C 6920/0 14/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAE1752 54803558C 6920/0 24/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAT7223 54803559C 6920/0 25/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAT7812 54803442C 5720/0 15/01/2009 R\$ 127,69 186 * I
 MCY9266 54803571C 6920/0 02/12/2008 R\$ 127,69 233
 MDE6249 54803587C 6920/0 22/12/2008 R\$ 127,69 233
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)
 NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.
 PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013
 RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
 DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 578/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

AMD1528 54803573C 6920/0 02/12/2008 R\$ 127,69 233
 CHW4694 54803382C 6920/0 18/10/2008 R\$ 127,69 233
 GZA3978 54803438C 5452/5 14/01/2009 R\$ 127,69 181 * VIII
 ITH7070 54803398C 5614/4 14/11/2008 R\$ 127,69 182 * V
 JXE0641 54803421C 6599/2 30/12/2008 R\$ 191,53 230 * V
 LXJ2949 54803555C 6920/0 20/11/2008 R\$ 127,69 233
 LYE1879 54803551C 6920/0 14/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAE1752 54803558C 6920/0 24/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAT7223 54803559C 6920/0 25/11/2008 R\$ 127,69 233
 MAT7812 54803442C 5720/0 15/01/2009 R\$ 127,69 186 * I
 MCY9266 54803571C 6920/0 02/12/2008 R\$ 127,69 233
 MDE6249 54803587C 6920/0 22/12/2008 R\$ 127,69 233
 TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)
 NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
 OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.
 PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013
 RODRIGO MARTINEZ CORRÊA
 DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS

NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 580/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

LXQ4599 54805822C 5010/0 15/01/2012 R\$ 574,61 162 * I

LXQ4599 54805823C 6599/2 15/01/2012 R\$ 191,53 230 * V

LYN0757 54803601C 6920/0 29/01/2009 R\$ 127,69 233

LZQ2533 54803556C 6920/0 20/11/2008 R\$ 127,69 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)

NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 581/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

DXH6748 54803822C 6920/0 16/04/2009 R\$ 127,69 233

DXH6748 54803825C 6920/0 16/04/2009 R\$ 127,69 233

HFS4018 54803646C 6920/0 20/03/2009 R\$ 127,69 233

JQV6457 54803638C 6920/0 13/03/2009 R\$ 127,69 233

LZE4349 54803633C 6920/0 11/03/2009 R\$ 127,69 233

LZO0074 54803828C 6920/0 24/04/2009 R\$ 127,69 233

MAH4093 54803621C 6920/0 16/02/2009 R\$ 127,69 233

MBI4551 54803732C 6599/2 30/04/2009 R\$ 191,53 230 * V

MGF3903 54803761C 5045/0 07/05/2009 R\$ 191,53 162 * V

MHQ9710 54803682C 5010/0 03/03/2009 R\$ 574,61 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S)

NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE

DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO

DE TRÂNSITO N° 432 582/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

DMR5512 54805389C 5738/0 05/03/2012 186 * II

FOX0106 54926339D 6920/0 10/02/2012 233

JYM0193 54926340D 6920/0 09/02/2012 233

MAX4063 54805572C 6548/2 23/03/2012 229

MFJ0185 54926337D 6920/0 09/02/2012 233

MFQ8094 54804044C 6050/1 06/03/2012 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 432 583/2012

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

CQA0304 54803823C 6920/0 16/04/2009 R\$ 127,69 233

IEV0050 54803644C 6920/0 20/03/2009 R\$ 127,69 233

IFR7147 54803696C 5169/1 08/03/2009 R\$ 957,69 165

IFR7147 54803697C 6599/2 08/03/2009 R\$ 191,53 230 * V

LYR1990 54803855C 5061/0 10/07/2009 R\$ 574,61 163 c/c 162 * I

LYR1990 54803856C 5010/0 10/07/2009 R\$ 574,61 162 * I

LYV4283 54803915C 6920/0 08/07/2009 R\$ 127,69 233

MAP1314 54803917C 6920/0 09/07/2009 R\$ 127,69 233

MAX0240 54803747C 5410/0 06/07/2009 R\$ 85,12 181 * IV

MBI4551 54803731C 5010/0 30/04/2009 R\$ 574,61 162 * I

MEA3473 54926309D 7030/1 08/01/2012 R\$ 191,53 244 * I
MEA3473 54926310D 7048/1 08/01/2012 R\$ 191,53 244 * II
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 16 DE JULHO DE 2013

AIRTON COSTA

AUTORIDADE DE TRANSITO

Papanduva

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N° 021/13 de 16 de Julho de 2013

"ESTABELECE O HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO ESPECIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAPANDUVA NO PERÍODO DE RECESSO PARLAMENTAR, COMPREENDIDO ENTRE OS DIAS 17 À 31 DE JULHO DE 2013."

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - O funcionamento da Câmara Municipal de Papanduva, entre os dias 17 à 31 de julho de 2013, período o qual compreende o recesso parlamentar será de Segunda à Sexta-Feira das 08:00 horas às 12:00 horas.

Art. 2º - Se servidores lotados nos cargos com 10 e 20 horas de serviço semanal, realizarão a jornada de trabalho proporcionalmente aos que estão lotados nos cargos com 40 horas de trabalho semanal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos à 17 de julho de 2013.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva em, 16 de julho de 2013.

JACINTA MIKALOVICZ

Presidente da Mesa

Esta Portaria foi registrada na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicada no DOM/SC - Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ADENIZ HUMENHUKA

Vice-Presidente

DJANA PAULA MATIOSKI

1ª Secretária

VALDECIR VANESKI

2º Secretário

Passos Maia**PREFEITURA****Aviso de Licitação****AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA - SC

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0043/2013

PREGÃO N. 0029/2013

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, SC, Estado de Santa Catarina, sito á Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, TORNA PÚBLICO, nos termos do artigo 21, § 2º, Inciso III, da Lei Federal 10.520/02 e 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0029/2013. A presente licitação tem por objeto a locação de 2 (dois) tratores de esteiras, para realizar serviços de limpeza de áreas e outros serviços requisitados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações contidas no anexo I do edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas do dia 30 de julho de 2013. A íntegra deste Edital poderá ser obtida junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário normal de expediente. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 17 de julho de 2013.

IVANDRE BOCALON

Prefeito Municipal

Paulo Lopes**PREFEITURA****Extrato de Contrato N° 84/2013**

Extrato do contrato nº 084/2013 conforme Processo Licitatório nº 43/2013.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA, CNPJ nº 80.708.084/0001-51. Objeto: Contratação de Empresa para Efetuação de Drenagem, pavimentação e sinalização da Rua João de Souza. Valor do Contrato: R\$ 233.541,44 (duzentos e trinta e três mil quinhentos e quarenta e um reais e quarenta e quatro centavos) Os pagamentos serão realizados conforme apresentação de medição, diário de obras dos serviços realizados, e apresentação da NF-e, correspondente à medição do objeto executado condicionado à liberação dos recursos referente Convênio realizado junto a Caixa Econômica Federal. Vigência: 31/12/2013.

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****Extrato de Contrato N° 126/2013**

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 126/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: ÁGUIA CORRETORA DE SEGUROS LTDA

OBJETO: A presente contratação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Seguros de Bens Imóveis e Frota de Veículos da Municipalidade, Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 27.760,00 (vinte e sete mil, setecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 17/07/2013 a 17/07/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato N° 127/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 127/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A

OBJETO: A presente contratação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Seguros de Bens Imóveis e Frota de Veículos da Municipalidade, Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 300,00 (trezentos reais).

VIGÊNCIA: 17/07/2013 a 17/07/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato N° 128/2013

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 128/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC

CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

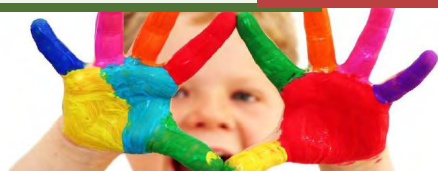
OBJETO: A presente contratação tem por objetivo a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Seguros de Bens Imóveis e Frota de Veículos da Municipalidade, Secretaria de Educação e Fundo Municipal de Saúde.

VALOR: R\$ 7.935,00 (sete mil, novecentos e trinta e cinco reais).

VIGÊNCIA: 17/07/2013 a 17/07/2014.

MARISA PETKOV TALINI

Prefeita Municipal em Exercício

**PEGAS**

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

www.ciga.sc.gov.br**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 3490

DECRETO N° 3490, de 09 de julho de 2013.

"ANULA PROCESSO LICITATORIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE N° 068/2013".

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica anulado por incorreção no objeto o processo licitatório representado pela CARTA CONVITE N° 068/2013 de 12.06.2013".

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

09 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

Lei 5.387

LEI N° 5.387, de 15 de Julho de 2013

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL"

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art.1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais), em virtude do repasse do Estado, para ambulatório do atendimento de hepatites virais e capacitação dos secretários municipais do Alto Vale, e repasse Federal, para implementação do núcleo de prevenção das violências e promoção da saúde, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
40.01	Fundo Municipal de Saúde
1.117	FMS Alto Vale Cir
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
0.0.1.0012	Convênio do Estado - Saúde
R\$ 20.000,00	
2.129	Hepatites Virais
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
0.0.1.0012	Convênio do Estado - Saúde
R\$ 30.000,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00	Investimentos
4.4.90.00	Aplicações Diretas
0.0.1.0012	Convênio do Estado - Saúde
R\$ 5.000,00	

2.130	Prevenção das violências e promoção da saúde
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações Diretas
0.0.1.0011	Convênio da União - SaúdeR\$ 30.000,00
Total R\$ 85.000,00	

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

15 de Julho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Lei 5.388

LEI N° 5.388, de 15 de Julho de 2013

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL"

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00	Investimentos
4.4.90.00	Aplicações Diretas R\$ 115.000,00
TOTAL R\$ 115.000,00	

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino
1.113	Construção e Ampliação de Centros de Educação
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes
3.3.90.00	Aplicações DiretasR\$ 50.000,00
1.114	Aquisição de Veículos
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00	Investimentos
4.4.90.00	Aplicações DiretasR\$ 65.000,00
TOTAL R\$ 115.000,00	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

15 de Julho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Decreto 3487

DECRETO N° 3487, de 08 de julho de 2013.

"REVOGA PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PRE-
GÃO PRESENCIAL N° 059/2013".

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso VI, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art.1º - Fica revogado por interesse público o processo licitatório representado pelo Pregão Presencial N° 059/2013 de 06 de junho de 2013.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 3.473 de 27 de junho de 2013.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

08 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

Decreto 3492

DECRETO N° 3492, 11 de julho de 2013

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNI-
CÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária nº 5.358 de 13/12/12.

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
2.022	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida
3.2.90.00	Aplicação Direta R\$ 306.000,00
TOTAL R\$ 306.000,00	

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
07.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DA FAZENDA
2.022	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.6.00.00	Amortização da Dívida
4.6.90.00	Aplicação Direta R\$ 306.000,00
Total R\$306.000,00	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

11 de julho de 2013

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3494

DECRETO N° 3494, de 11 de julho de 2013.

"EXONERA LIANA PAULA TREVISAN".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar nº 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Exonera a pedido, a partir de 12/07/2013, a servidora LIA-
NA PAULA TREVISAN, do cargo em comissão de Chefe Imprensa e Jornalismo do Departamento de Comunicação Social do Gabinete do Prefeito, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

11 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Decreto 3495

DECRETO N ° 3495, 12 de julho de 2013.

"Dispõe sobre nomeação dos membros do Conselho Tutelar de Rio do Sul."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os termos da Lei Municipal nº 2.947 de 09/12/1994, Lei Federal nº 8.069/90 e alterações posteriores e Resolução CONANDA nº 28/2009 e nº 152/2012;

Considerando a eleição realizada no dia 11 de julho de 2013, na Câmara de Vereadores do Município de Rio do Sul, para o mandato transitório de Conselheiro Tutelar, pelo período compreendido entre os anos de 2013 a 2016.

DECRETA

Art. 1º - Ficam nomeados, para compor o Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, os conselheiros:

- Niocete Laurentino Ferrari;
- Graziela Maike Lohse;
- Ivonete Kolv Kriek;
- Jaira Noll;
- Jenifer Janaina Pandini.

Art. 2º - Os membros do Conselho, ora nomeados, observarão as competências que lhe são atribuídas no Art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90, com modificações introduzidas pela Lei Federal nº 12.010/2009, Lei Municipal n.º 2.947 de 09/12/1994 e Lei Municipal nº 3.278 de 16/06/1998.

Art. 3º - O mandato compreenderá o período de 11 de julho de 2013 até 09 de janeiro de 2016.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

12 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3496

DECRETO N° 3496, de 15 de julho de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO N. 003/2013."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais:

DECRETA:

Art.1º - Fica homologado o Resultado Final do Processo Seletivo nº 003/2013, destinado ao preenchimento de vaga para a função de Monitor de Transporte Escolar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

15 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul.

Decreto 3497

DECRETO N° 3497, de 15 de julho de 2013.

"CONCEDE VEÍCULO POR TEMPO INDETERMINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º- Fica concedido por tempo indeterminado à Secretaria Municipal de Saúde o veículo, conforme segue:

- O Veículo Volkswagen Fusca, Placa L郑 5732, Frota 079 - Chassi nº 9BWZZZ11ZFP046672, Renavam nº 559957769 da Secretaria Municipal de Agricultura, pelo prazo indeterminado a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do veículo cedido por este Decreto, ocorrerão a conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria Municipal Saúde.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito.

15 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto N° 3246

DECRETO N° 3246, de 08 de março de 2013.

"REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, A UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA "PREGÃO ELETRÔNICO", PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS COMUNS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de

suas atribuições legais, previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e nos termos do disposto Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1o do art. 2o da Lei no 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único- Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo município.

Art. 2º. O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

§ 1º. Consideram-se bens e serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

§ 2º. Para o julgamento das propostas, serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço, devendo ser considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

§ 3º. O sistema referido no caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

§ 4º. O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional de entidades devidamente qualificadas e credenciadas, inclusive as Bolsas de Mercadorias, devendo estas, estarem organizadas sob a forma de Sociedades Civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregão.

Art. 3º. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica.

§ 1º. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

§ 2º. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o sistema eletrônico.

§ 3º. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 4º. Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

§ 1º. O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

Art. 5º. A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.

Parágrafo único- As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 6º. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Decreto, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 7º. À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I- designar e solicitar, junto ao provedor do sistema, o credenciamento do pregoeiro e dos componentes da equipe de apoio;

- II- indicar o provedor do sistema;

- III- determinar a abertura do processo licitatório;

- IV- decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

- V- adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

- VI- homologar o resultado da licitação; e

- VII- celebrar o contrato.

Art. 8º. Na fase preparatória do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I- elaboração de termo de referência pelo órgão requisitante, com indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;

- II- aprovação do termo de referência pela autoridade competente;

- III- apresentação de justificativa da necessidade da contratação;

- IV- elaboração do edital, estabelecendo critérios de aceitação das propostas;

- V- definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, inclusive no que se refere aos prazos e às condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração; e

- VI- designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

§ 1º. A autoridade competente motivará os atos especificados nos incisos II e III, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso, elaborados pela administração.

§ 2º. O termo de referência é o documento que deverá conter elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

Art. 9º. As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos servidores do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 1º. A equipe de apoio deverá ser integrada, em sua maioria, por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração pública, pertencentes, preferencialmente, ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora da licitação.

§ 2º. A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

Art. 10. Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I- coordenar o processo licitatório;

- II- receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração;

- III- conduzir a sessão pública na internet;

- IV- verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

- V- dirigir a etapa de lances;

- VI- verificar e julgar as condições de habilitação;

- VII- receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

- VIII- indicar o vencedor do certame;

- IX- adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

- X- conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

- XI- encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

Art. 11. Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 12. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- I- credenciar-se no sistema eletrônico de apoio técnico operacional indicado e disponibilizado pelo município

- II- remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

- III- responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

- IV- acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

- V- comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

- VI- utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

- VII- solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único- O fornecedor descredenciado no sistema eletrônico terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 13. Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I- à habilitação jurídica;

- II- à qualificação técnica;

- III- à qualificação econômico-financeira;

- IV- à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço- FGTS;

- V- à regularidade fiscal perante as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso;

- VI- à apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT; e

- VII- ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 1º. A habilitação dos licitantes será verificada através das seguintes formas conforme a determinação do edital:

- I- Por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados pelos órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF.

- II- Através do próprio portal eletrônico que disponibilize a ferramenta de inclusão dos documentos exigidos em edital em forma digitalizada /ou escaneada (sempre em forma de reconhecimento de firma por verdadeiros), a qual por ocasião do cadastramento da proposta, o licitante simultaneamente em ato contínuo deverá cadastrar (junto ao portal eletrônico em arquivo específico) os documentos exigidos em edital, que estes tão somente serão conhecidos (pelo pregoeiro e de forma pública) após o término do tempo randômico e ou prorrogação automática, e tão somente os

documentos do licitante vencedor. Documentos estes que devem ser anexados em sua forma original e/ou por verdadeiros por ocasião da assinatura do contrato.

III- Envio de documentos pelos licitantes por via postal ou entrega dos mesmos na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§2º. A documentação exigida para atender ao disposto nos incisos I, III, IV, V e VI deste artigo poderá - mediante regra expressa em edital, ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo referido Sistema, por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.

Art. 14. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 15. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I- comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o município;

II- apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III- comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV- demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V- responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI- obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e

VII- constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único- Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 16. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

I- até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

a) Diário Oficial do Município; e

b) meio eletrônico, na internet;

II- acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

a) Diário Oficial do Município;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação;

§ 1º. Os valores estipulados nos incisos I e II acompanharão as alterações verificadas nos limites indicados nas alíneas "b" e "c" do artigo 23, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

§ 2º. O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data e hora de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 3º. A publicação referida neste artigo poderá ser feita em sítios oficiais da administração pública, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

§ 4º. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contado

a partir da publicação do aviso, não será inferior a oito dias úteis. § 5º. Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

§ 6º. Na divulgação de pregão realizado para o sistema de registro de preços, independentemente do valor estimado, será adotado o disposto no inciso II.

Art. 17. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.

§ 1º. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

§ 2º. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

Art. 18. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital.

Art. 19. Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 20. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Decreto.

§ 4º. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 21. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º. As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 22. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 23. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º. No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas

no edital.

§ 3º. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º. Ao invés da regra prevista no § 7º deste artigo, poderá ser estipulado em edital o fechamento dos lances via "prorrogação automática", momento em que o pregão se encerrará apenas quando o certame ficar sem receber lances pelo período de 2 (dois) minutos consecutivos, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, caso contrário serão feitas prorrogações automáticas visando a continuidade da disputa.

§ 9º. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 10. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 11. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 12. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 24. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando dos procedimentos licitatórios realizados órgãos ou entidades que aderirem ao SICAF. Caso contrário, dar-se-á mediante a verificação da documentação enviada pelos licitantes, via postal ou entrega da mesma na entidade ou órgão responsável pela licitação, por prepostos ou responsáveis diretos da licitante.

§ 2º. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive quando houver necessidade de envio de anexos, deverão ser apresentados inclusive via fax, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º. Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º. Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

§ 5º. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§ 6º. No caso de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada de imediato por meio eletrônico, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§ 7º. No pregão, na forma eletrônica, realizado para o sistema de

registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

§ 8º. Os demais procedimentos referentes ao sistema de registro de preços ficam submetidos à norma específica que regulamenta o art. 15 da Lei no 8.666, de 1993.

§ 9º. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Art. 25. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 1º. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do caput, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 2º. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

§ 3º. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 26º. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

§ 1º. Após a homologação referida no caput, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo definido no edital.

§ 2º. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 3º. O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no § 2º ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

§ 4º. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, salvo disposição específica do edital.

Art. 27. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o município, e será, se for o caso, descredenciado no SICAF, ficando impedido de participar de licitações como administração pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo único- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, caso o município utilize-o e, em todo caso, constarão, também, dos registros próprios de controle do município.

Art. 28. A autoridade competente para aprovação do procedimento

licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

§ 1º. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato ou da ata de registro de preços.

§ 2º. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Art. 29. O processo licitatório será instruído com os seguintes documentos:

I- justificativa da contratação;

II- termo de referência;

III- planilhas de custo, quando for o caso;

IV- previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

V- autorização de abertura da licitação;

VI- designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VII- edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII- minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

IX- parecer jurídico;

X- documentação exigida para a habilitação;

XI- ata contendo os seguintes registros:

a) licitantes participantes;

b) propostas apresentadas;

c) lances ofertados na ordem de classificação;

d) aceitabilidade da proposta de preço;

e) habilitação; e

f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões;

XII- comprovantes das publicações:

a) do aviso do edital;

b) do resultado da licitação;

c) do extrato do contrato; e

d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

§ 1º. O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§ 2º. Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§ 3º. A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 30. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32. Aplicam-se subsidiariamente as normas Lei Federal nº 8.666/93, Decretos Federais números 3.555 de 08 de agosto de 2000 e 5.450, de 1º de Junho de 2005.

Art. 34. Compete a Secretaria Municipal de Administração estabelecer normas e orientações complementares sobre matéria regulamentada neste Decreto, bem como resolver os casos omissos.

Gabinete do Prefeito

08 de março de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração.

Decreto N° 3483

DECRETO N° 3483, de 04 de julho de 2013.

"HOMOLOGA RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2013 FMS"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município e daquelas previstas na Lei Federal nº 10.520/02.

DECRETA

Art. 1º- Fica homologado, de acordo com o parecer do Pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 3234/2013, o resultado do Pregão Presencial nº 30/2013FMS, de 19.06.2013, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor dos licitantes:

- Marcante Eventos Ltda;

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

04 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO AO DECRETO N° 3483/2013

Pregão Presencial N° 30//2013FMS de 19.06.2013

Objeto da Licitação: Contratação de empresa especialista em eventos, para organização do "Encontro das Saúde e Atividade Física para o Idoso", a ser realizado em 17 de julho de 2013, no Parque Universitário Norberto Frahm.

Participantes: - Pianezzer & Pianezzer Ltda ME;

- Marcante Eventos Ltda;

- Adobe Comunicação e Imprensa Ltda.

Decisão: Pelo critério menor preço o Pregoeiro declarou vencedor o licitante:

- Marcante Eventos Ltda;

Decreto N° 3491

DECRETO N° 3491, 10 de julho de 2013.

"ALTERA O DECRETO N. 3.372 DE 06 DE MAIO DE 2013, QUE DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO, CARGOS COM RESPECTIVO NÚMERO DE VAGAS, NÍVEL DE VENCIMENTO, JORNADA DE TRABALHO E GRUPO OCUPACIONAL DOS SERVIDORES EFETIVOS QUE INTEGRAM A ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais previstas no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento ao disposto no parágrafo 3º do art.15, da Lei Complementar n. 208, de 28 de setembro de 2010, acrescentado pela Lei Complementar n. 243, de 29 de março de 2012,

DECRETA:

Art.1º- Fica alterada a lotação dos cargos com respectivo número de vagas, nível de vencimento, jornada de trabalho e grupo ocupacional dos servidores efetivos que integram a estrutura organizacional da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal passando a vigorar na conformidade com o Anexo I que integra o presente Decreto.

Parágrafo único: A alteração do Decreto n. 3.372 de 06 de maio de 2013, ocorre em face da redistribuição de 02 (duas) vagas desocupadas do cargo de Psicólogo da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ficando 02 (duas) vagas para a Secretaria Municipal de Educação e 06 (seis) vagas para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e também adequação de servidores de acordo com a lotação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo I que integra o Decreto n. 3.372 de 06 de maio de 2013.

Gabinete do Prefeito.

10 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Município de Rio do Sul.

ANEXO I

LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

a) Lotação Administração Direta

I - Gabinete do Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	10	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	3	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Pedreiro	1	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA

II - Gabinete do Vice-Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.

III - Procuradoria Jurídica

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	H	20	GS
Advogado	8	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA

IV - Secretaria Municipal de Administração

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	4	H	40	GS
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	8	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia (em extinção)	11	B	40	GO

V - Secretaria Municipal de Fazenda

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	12	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras (em extinção)	2	G	40	GS
Fiscal de Obras e Posturas	6	G	40	GS
Fiscal de Posturas (em extinção)	1	G	40	GS

VI - Secretaria Municipal de Saúde

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	16	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	F	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA
Assistente Social	2	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	10	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	15	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	4	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS
Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	7	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	12	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	35	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT

VII - Secretaria Municipal de Educação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	3	H	40	GS

Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	10	A	40	GO
Cozinheiro	39	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	7	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	12	E	40	GA
Assistente Social	9	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Cozinheiro	2	B	40	GO
Educador Social	7	E	40	GA
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Psicólogo	6	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO

X - Secretaria Municipal de Agricultura

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT

XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Desenhista	6	F	40	GT
Engenheiro Civil	6	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Topógrafo	2	F	40	GT

XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	59	A	40	GO
Calceteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO
Detonador (em extinção)	1	B	40	GO
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Lubrificador	1	B	40	GO
Motorista de Caminhão	25	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO
Pedreiro	9	D	40	GO
Pintor	1	C	40	GO

b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA

c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO

Portaria N° 0884/RH

PORTARIA Nº. 0884/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Administração, a partir desta data, a servidora ANA PAULA MENEGETTI FIAMONCINI, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, nível "E", lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SMA/RH Nº 092/2013.

Parágrafo Único: Conforme Art. 19 do Decreto n. 2.667, de 05 de junho de 2012, a servidora terá o prazo de dez dias úteis, a contar da publicação deste, para o efetivo exercício do cargo na nova unidade de lotação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de julho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

Portaria N° 0890/RH

PORTARIA Nº. 0890/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Remover para a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, a partir de 01/07/2013, o servidor LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo

Agente Administrativo, nível "E", lotado na Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com o Art. 41, inciso II, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2011 e alterações posteriores e Memorando SMA/RH N° 234/2013.

Parágrafo Único: Conforme Art. 19 do Decreto n. 2.667, de 05 de junho de 2012, o servidor terá o prazo de dez dias úteis, a contar da publicação deste, para o efetivo exercício do cargo na nova unidade de lotação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Portaria N° 0891/RH
PORTARIA N. 0891/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município e Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º CEDER a partir desta data, o servidor LINO ANDRE FIDELIS DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com jornada de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e de Habitação, para atuar no Conselho Tutelar do Município de Rio do Sul, em conformidade com o inciso III, Art. 148, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010 e alterações posteriores e Art. 32, da Lei Municipal n. 2.947, de 09 de dezembro de 1994.

Parágrafo Único: A cessão se dará até 31.12.2013, com possibilidade de prorrogação e caberá ao Município o ônus da remuneração devida ao mesmo.

Art. 2º O servidor cedido irá desempenhar atribuições próprias de seu cargo, devendo apresentar mensalmente ao Departamento de Recursos Humanos, até o dia 25, controle de frequência.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 11 de julho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

Aditivo 325/2013 FMS
TERMO ADITIVO 325/2013 FMS

Por este instrumento particular, que entre si fazem, de um lado o município de Rio do Sul, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Tuiuti, n° 154, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n° 10.469.199/0001-55, doravante denominada simplesmente, de CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, Sr. Luiz Carlos Zanis, e de outro a empresa

Inovadora Sistemas de Gestão Ltda, sediada a rua Fernando Ferrari, n° 35, bairro Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Joaçaba - SC, inscrita no CNPJ sob número 00.867.301/0002-06, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem entre si, firmar o presente instrumento particular, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para locação de software para gerenciamento de saúde para atender necessidade desta secretaria, conforme edital de licitação, tipo carta convite n° 09/2012 - FMS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante no contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 06 (seis) meses, com o seu término em 23 de outubro de 2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do edital de licitação, modalidade Carta Convite n° 09/2011 FMS e do contrato administrativo, que a este deu origem.

E por estarem justos e aditados, as partes assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Rio do Sul, 23 de abril de 2013.

LUIZ CARLOS ZANIS INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA
Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

Termo de Posse e Exercício Mauricio Bezerra Cavalcanti Filho

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MAURICIO BEZERRA CAVALCANTI FILHO, nomeado (a) pela Portaria n. 0790/RH, de 21/06/2013, publicada no DOM na data de 02/07/2013, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, Nível G, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 08/07/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 08 de julho de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Termo de Posse e Exercício Simone Digiampetri

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) SIMONE DIGIAMPIETRI, nomeado (a) pela Portaria n. 0739/RH, de 12/06/2013, publicada no DOM na data de 25/06/2013, para exercer o cargo efetivo de Psicólogo, Nível H, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011. O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 22/07/2013.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 22 de julho de 2013.

Assinatura do (a) Empossado (a)

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Edital de Chamamento N. 022013

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento de todos os interessados, que estará realizando junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, Chamada Pública n. 02/2013, conforme Processo Licitatório n. 620/2013, Dispensa por Justificativa n. 581/2013, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar do período letivo do exercício de 2013. Os interessados poderão comparecer entre os dias 12 de julho de 2013 até as 09:00 horas do dia 30 de julho de 2013. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001.

Santa Tereinha do Progresso (SC), 12/07/13.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal.

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Dispensa de Licitação N° 156/2013

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 156/2013

OBJETO: Contratação de empresa para realização de curso de operador de computador para 18 jovens, com carga horária 168 horas/aula, conforme Art. 24 XIII da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

VALOR: R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

SÃO BENTO DO SUL, 11 de junho de 2013.

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS

DIRETOR DE SUPRIMENTOS E PATRIMÔNIO

RITA MARIA DUMS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aviso de Licitação - Pregão N° 187/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 187/2013

MENOR PREÇO POR GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 05 de agosto de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS RECAUCHUTADOS À QUENTE COM CARCAÇA, CONFORME DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES ANEXAS, PARA A FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12:00 e das 13h30min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 02 de julho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

Pregoeira

Aviso de Licitação - Pregão N° 190/2013

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 190/2013

MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 31 de julho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS

(LAVADORA DE ROUPAS, MICROONDAS, CONDICIONADOR DE AR, TORNEIRA ELÉTRICA ENTRE OUTROS) PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 16 de julho de 2013.

MARCOS GERTLER

Secretário de Administração - Autoridade Competente

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

Pregoeira

Justificativa Dispensa de Licitação Nº 156/2013

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/931 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: Locação de um imóvel, edificação em alvenaria com 311,32 m², localizado a Rua Roberto Liebl com a Rua Orientes Cardoso de Oliveira nº 134, para execução de Projeto de Trabalho Social com os moradores do Residencial Alpestre, no período de julho a dezembro de 2013.

II - Contratado: Implantec Incorporadora de Imóveis LTDA e Engel Administradora de Bens LTDA.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: a dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso X do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos:

O imóvel locado é dotado das características necessárias para a realização do Projeto de Trabalho Social, devido a inexistência de outro imóvel que comporte um número expressivo de pessoas, em condições apropriadas para o uso de toda a comunidade nas imediações do Residencial Alpestre.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: Os Contratados apresentaram o melhor imóvel disponível para locação, com as características necessárias e suficientes para a realização do Projeto de Trabalho Social pelos motivos acima referenciados.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado total é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para um período de 06 (seis) meses, sendo compatível com os praticados no mercado.

Assim, ratifico a presente justificativa e determino a publicação na imprensa oficial para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

RITA MARIA DUMS

Secretária de Assistência Social

Extrato de Contrato Nº 010/2013 IPRESBS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2013

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS

CONTRATADO: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: O objeto deste Contrato consiste na prestação de serviços de manutenção na área de informática para licença de uso dos softwares para gestão pública dos sistemas do IPRESBS: Compras e Licitações com até 04 usuários simultâneos, Contabilidade Pública com até 05 usuários simultâneos, Folha de Pagamento com até 05 usuários simultâneos.

VALOR: R\$ 3.598,62

VIGENCIA: 10 de novembro de 2013

Extrato de Contrato Nº 011/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Médica e Psicológica que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de assistência médica e psicológica a doentes mentais carentes, residentes no Município de São Bento do Sul - SC, (internação por leitos) sendo 7 (sete) leitos mensais para atendimentos à maiores de 18 anos e 1 leito mensal para atendimento a adolescente de 12 a 18 anos, de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 15/2013.

DO VALOR: R\$ 195.509,52 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 01.01.2013.

São Bento do Sul, 16 de janeiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

CLÍNICA MÉDICA HJ LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato Nº 011/2013 IPRESBS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2013

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS

CONTRATADO: Centro de Integração de Estudantes Estágios CIN.

OBJETO: O objeto deste Contrato consiste na contratação de serviços para operacionalização de 2 (dois) estagiários cursando o Ensino Médio, visando a formação profissional, treino, prática, situações de vida e trabalho aos alunos das instituições de ensino do município de São Bento do Sul, conforme a Lei nº 11.788 de 25/09/08 e Lei 9.394 de 20/12/96 - Lei de Diretrizes.

VALOR: R\$ 600,00

VIGENCIA: 31 de maio de 2014

Extrato de Contrato Nº 033/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO Nº 033/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa MARQUES PROTESES ODONTOLÓGICAS LTDA EPP.

DO OBJETO: Prestação de serviços para confecção de próteses dentárias sendo aproximadamente 50 (cinquenta) próteses dentais totais (superior e inferior) por mês, conforme Convite nº 19/2013.

DO VALOR: R\$ 76.800,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 18.02.2013

São Bento do Sul, 26 de fevereiro de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

MARQUES PRÓTESES ODONTOLÓGICAS LTDA EPP, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 077/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 077/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JCE SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa para serviços de eletricitista para manutenção geral de diversos setores e postos no Fundo Municipal de Saúde, decorre do Convite n° 28/2013

DO VALOR: R\$ 27.750,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 16/04/13.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JCE SERVIÇOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 078/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 078/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa para serviços de pedreiro, carpinteiro e encanador para manutenção geral de diversos setores e postos no Fundo Municipal de Saúde, conforme do Convite n° 28/2013.

DO VALOR: R\$ 18.000,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar de 16/04/13.

São Bento do Sul, 25 de abril de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

PROJEÇÃO CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 081/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 081/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: na prestação de serviços de manutenção na área de informática para licença de uso dos softwares para gestão pública dos sistemas do Fundo Municipal de Saúde: Compras e Licitações com até 07 usuários simultâneos e Contabilidade Pública com até 07 usuários simultâneos, conforme Processo de Dispensa de Licitação n° 146/2013.

DO VALOR: R\$ 2.346,90 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 095/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO N° 095/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP.

DO OBJETO: Consiste na construção de um Posto de Saúde em alvenaria, situado na Rua Guido Hastreiter, bairro Boehmerwald, em São Bento do Sul, com fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias conforme memorial descritivo, projetos e emenda parlamentar n° 28540018.

DO VALOR: R\$ 179.815,90 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 6 (seis) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2013.

Ass: DEODATO RAUL HRUSCHKA, pelo Fundo.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 096/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 096/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Pães que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PANIFICADORA E CONFEITARIA SIMONE LTDA ME.

DO OBJETO: Consiste no fornecimento de 104.800 (cento e quatro mil e oitocentas) unidades de pães francês com 50 gramas para atendimento de alimentação escolar nas unidades municipais de ensino fundamental, infantil, jovens e adultos, conforme Pregão Presencial n° 71/2013.

DO VALOR: R\$ 35.632,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses e 23 (vinte e três) dias, a contar de 08.03.2013

São Bento do Sul, 12 de março de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

PANIFICADORA E CONFEITARIA SIMONE LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 130/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 130/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa HR SUPERMERCADO LTDA.

DO OBJETO: Consiste no fornecimento de produtos alimentícios e materiais de limpeza para o CRAS Serra Alta, CRAS Vila Centenário e PAEFI, conforme descrição e quantidades anexa no Convite 97/2013, constante de 132 itens.

DO VALOR: R\$ 26.828,55 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a contar de 11/04/13.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

HR SUPERMERCADO LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 131/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 131/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Fornecimento de Produtos que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SUPERMERCADO MANOS LTDA.

DO OBJETO: Consiste no fornecimento de produtos alimentícios e materiais de limpeza para o CRAS Serra Alta, CRAS Vila Centenário e PAEFI, conforme descrição e quantidades anexa no Convite 97/2013, constante de 99 itens.

DO VALOR: R\$ 49.045,87 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 08 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a contar de 11/04/13.

São Bento do Sul, 15 de abril de 2013.

ASS: RITA MARIA DUMS, pela Secretaria de Assistência Social do Município.

SUPERMERCADO MANOS LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 157/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 157/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa PARTICIPA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA.

DO OBJETO: Consiste na contratação de empresa para prestação de serviços de roçadas nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Pregão Presencial n° 120/2013.

DO VALOR: R\$ 74.160,00 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 13 de maio de 2013.

ASS: ALCIONE TERESINHA HINKE, pela Secretaria de Educação do Município.

PARTICIPA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA, como Contratada.

Extrato de Contrato N° 158/2013

EXTRATO DO CONTRATO N° 158/2013

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa BETHA SISTEMAS LTDA.

DO OBJETO: Consiste na prestação de serviços de manutenção na área de informática para licença de uso dos softwares para gestão pública dos sistemas de: CONTABILIDADE PÚBLICA, PLANEJAMENTO, TESOUREARIA, COMPRAS E LICITAÇÕES, PATRIMÔNIO PÚBLICO, FROTAS, FOLHA DE PAGAMENTO, RECURSOS HUMANOS, CONTROLE DE PROTOCOLO DE PROCESSOS, TRIBUTAÇÃO MUNICIPAL, ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE VIA WEB E ESCRITURAÇÃO FISCAL VIA WEB PARA PREFEITURA MUNICIPAL, conforme Processo de Dispensa de Licitação n° 146/2013.

DO VALOR: R\$ 91.292,22 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias, a contar desta data.

São Bento do Sul, 15 de maio de 2013.

ASS: MARCOS GERTLER, pela Secretaria da Administração do Município, PAULO ISELICI TEM PASS, pela Secretaria de Finanças do Município e CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo do Município.

BETHA SISTEMAS LTDA, como Contratada.

Extrato de Distrato N° 187/2013

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO N° 187/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo de Distrato do Contrato N° 146/2006 firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa SOCHA E SOCHA LTDA ME, em 26 de ABRIL de 2006, conforme Edital de Concorrência Pública n° 64/2006.

Considerando o objeto do Contrato de permissão onerosa de 01 (uma) sala destinada para exploração de vendas de loterias num total de 45,37 m2, junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul - SC;

Considerando que a Permissionária ingressou com Processo Administrativo n° 2997/2012, requerendo ampliação do espaço da área para as salas ao lado, as quais comporta perfeitamente a área necessária para as devidas adequações que a Caixa Econômica Federal orienta para o bom atendimento da população;

Considerando que o pedido administrativo da empresa foi analisado e, em dezembro de 2012, deferido, dando causa ao 7º Termo Aditivo, que acresceu ao espaço a ele cedido uma sala contígua, vazia e ociosa, transformando as duas salas em uma só, com base no Artigo 65, I, "a", da Lei n° 8.666/93 - Lei de Licitações;

Considerando porém, divergiu deste entendimento a 2ª Promotoria de Justiça, a qual, junto ao Inquérito Civil n° 06.2012.0007385-1, que já se encontrava em andamento, questionou o ato praticado pelo Município, entendendo que o mesmo é ilegal, devendo ocorrer, em sua opinião, nova licitação para cessão/permissão de uso da sala ociosa;

Considerando que o 7º Termo Aditivo não se amolda às exigências legais, faz-se necessário a nulidade dos parágrafos 1º, 2º e 3º do 7º Termo Aditivo ao Contrato n° 146/2006, nos seguintes termos: Fica, de acordo com o que dispõe o Artigo 59 da Lei de Licitações, reconhecida por ambas as partes Contratantes a nulidade dos parágrafos 1º, 2º e 3º do 7º Termo Aditivo, retroativamente a 13 de novembro de 2012, de comum acordo entre as partes.

Permanecem inalterados os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º do 7º Termo Aditivo.

Todas as demais cláusulas do Contrato de Permissão de Uso, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de junho de 2013.

Ass: FERNANDO TURECK, como Prefeito Municipal.

SOCHA E SOCHA LTDA ME, como Contratada.

Extrato de Termo Aditivo N° 019/2013 Fmd

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 019/2013

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível, firmado entre a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa EXPRESSO SABIÁ EIRELI - ME, o presente Contrato decorre do Pregão Presencial n° 005/2013, de 13 de março de 2013.

Considerando o objeto do Contrato a Prestação de Serviços de Transporte com Motorista e Combustível para transporte de atletas da Fundação Municipal de Desportos, e tendo em vista que a Contratante ingressou com pedido administrativo requerendo o aumento do quantitativo total de km rodado, no serviço de transporte dos atletas da FMD, referente ao Contrato n° 011/2013, item n° 2, pois a quantidade inicialmente contratada deste item será insuficiente, tendo em vista que no início do ano as Associações não tiveram seus repasses, portanto, como estavam sem dinheiro em caixa a FMD forneceu o transporte para as mesmas participarem das Competições, e na Contratação de Serviços de Transporte no início do ano, não temos o calendário de todas as Competições, desta forma, não temos como prever a quilometragem exata, fazendo-se necessário aditar o referido Contrato, nos

seguintes termos:

1º - O presente contrato fica aditivado em 25% sobre o seu quantitativo total, o que resultará em um acréscimo de 2.500 (dois mil e quinhentos) km.

2º - A Contratante continuará a pagar a CONTRATADA o valor de R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos) por Km/rodado.

3º - As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 13 de março de 2013, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 03 de julho de 2013.
ASS: JOSÉ ERMINIO GREIN, pela Fundação.

JOSÉ NOVAK, pela Empresa Contratada.

IPRESBS

Errata - Portaria IPRESBS Nº 230/2013

A Portaria IPRESBS nº 230/2013, publicada no dia 16/07/2013, deverá ser substituída pela Portaria IPRESBS nº 230/2013, publicada na data de hoje, a qual segue abaixo:
PORTARIA IPRESBS Nº 230/2013

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 11/07/2013 a 25/07/2013, a servidora CAROLINE LOPES CASAGRANDE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Ginecologista/Obstetra, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/06/2013 a 10/07/2013, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/07/2013.

São Bento do Sul, 11/07/2013.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE

Aviso de Licitação - Pregão Nr. 23/2013

Resumido Edital de Pregão Presencial nº 23/2013
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2013
MENOR PREÇO POR LOTES

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 31 de julho de 2013, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214,

propostas para:

DO OBJETO: MATERIA DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO INDIVIDUAL (Luvas, Máscaras, Protetores Auditivos, Óculos de Segurança, Cones de Sinalização, etc.).

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/editais.

São Bento do Sul, 17 de julho de 2013.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São João do Sul

PREFEITURA

Portaria Nº 118 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 118 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ADÃO ANACLETO DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais II, da seguinte forma: de 03/06/2013 a 12/06/2013 abono pecuniário, e de 13/06/2013 a 02/07/2013 gozo de férias, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 03 de junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Portaria Nº 119 de 03 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 119 DE 03 DE JUNHO DE 2013.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor MANOEL ANACLETO DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 03/06/2013 a 02/07/2013, referente ao período aquisitivo 2012/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul, 03 de junho de 2013.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e treze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
ERRATA

Na edição nº. 1.280 do dia 15/07/2013, do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na página 302, na publicação do Decreto nº. 087 de 10/07/2013.

Do número onde se lê:

DECRETO Nº. 087 DE 10 DE JULHO DE 2013

Leia-se:

DECRETO Nº. 089 DE 10 DE JULHO DE 2013

SÃO JOÃO DO SUL 16 DE JULHO DE 2013.

Atenciosamente

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Lei N.º 5.309, de 12 de Julho de 2013.

LEI N.º 5.309, DE 12 DE JULHO DE 2013.

DENOMINA DE NÉSIA MELO DA SILVEIRA, A CASA DA CULTURA LOCALIZADA NA PRAÇA HERCÍLIO LUZ, Nº. 04 - CENTRO HISTÓRICO, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de NÉSIA MELO DA SILVEIRA, a Casa da Cultura, situada à Praça Hercílio Luz, nº. 04 - Bairro Centro Histórico, neste Município.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Lei N.º 5.311, de 16 de Julho de 2013.

LEI N.º 5.311, DE 16 DE JULHO DE 2013.

ALTERA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 12, DA LEI 4.696/2008, O ANEXO I, DA LEI Nº. 4.696/2008, ALTERADO PELA LEI Nº. 5.172/2012 E O ANEXO VII, DA LEI Nº. 4.696/2008 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Altera o Parágrafo único do art. 12 da Lei n.º 4.696 de 15 de setembro de 2008 - que dispõe sobre a estrutura administrativa

da Câmara Municipal de São José, e o respectivo quadro de pessoal, e dá outras providências - passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. [Redação Original].

Parágrafo único. A Diretoria da Administração terá como titular um Diretor de Administração, auxiliado pelo Departamento de Marketing e Comunicação, Departamento de Informática e Telefonia, Departamento de Patrimônio, Departamento de Recursos Humanos e Departamento de Serviços Auxiliares e a incumbência de gerir a política de recursos humanos do Poder Legislativo, e pelo Departamento de Transportes que será gerido pelo Chefe de Transportes."

Art. 2º. Acrescenta as atribuições funcionais dos Cargos Comissionados ao ANEXO I, da Lei nº. 4.696/2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José, e o respectivo quadro de pessoal, e dá outras providências, alterado pela Lei nº. 5.172/2012.

"ANEXO I

[]

DA DESCRIÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS

ASSESSOR PARLAMENTAR

Assessorar o Vereador no âmbito das Comissões; Assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Realizar pesquisas e estudos e preparar monografias, relatórios e demais documentos, quando solicitado; Coligir legislação e documentos de interesse do parlamentar; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou tenha interesse o Vereador; Acompanhar e informar ao Vereador sobre prazos e providências das proposições em tramitação na Câmara de Vereadores; Incubir-se da correspondência recebida e expedida pelo parlamentar; Preparar regularmente sinopse das matérias de interesse do Vereador, publicadas nos principais órgãos da imprensa; Acompanhar e/ou representar o Vereador nas reuniões junto à comunidade. Anotando as reivindicações e encaminhamentos propostos para subsidiar os trabalhos legislativos; Exercer outras atividades correlatas.

OFICIAL DE GABINETE PARLAMENTAR

Assessorar o Vereador na elaboração de proposições e pronunciamentos; Registrar e controlar as audiências, visitas e reuniões de que deva participar ou em que tenha o interesse o Vereador; Atender o Vereador em todas as solicitações de cunho político e administrativo; Auxiliar os Assessores Parlamentares nos trabalhos de elaboração de requerimentos, proposições legislativas e outros; Exercer atividades correlatas.

SECRETÁRIO PARLAMENTAR

Atender e proceder ao encaminhamento político dos serviços de gabinetes do Vereador; Orientar e supervisionar as atividades internas do Gabinete de Vereador; Acompanhar e fiscalizar o encaminhamento das proposições apresentadas pelo gabinete de Vereador; Colaborar com o coordenador político no desenvolvimento das atividades político-parlamentares desenvolvidas pelo gabinete do Vereador; Operacionalizar esboços de abaixo-assinados, indicações, requerimentos, bem como outras proposições, elaborando a justificativa das mesmas; Realizar, a pedido do Vereador, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município; Assessorar o Coordenador Político na elaboração e cumprimento da agenda do Vereador; Desempenhar outras atividades de auxílio à atividade político-parlamentar do Vereador.

COORDENADOR PARLAMENTAR

Coordenar as atividades políticas externas e os procedimentos políticos e legislativos do Vereador; Assessorar as atividades político-parlamentares desenvolvidas pelo Vereador; Das sustentação política ao exercício dos mandatos dos Vereadores; Elaborar a agenda do Vereador; Assessorar amplamente o Vereador na apreciação de proposições, tanto de origem legislativa como executiva; Redigir, a pedido do Vereador, pronunciamentos a serem feitos pelo mesmo no plenário da Casa; Assessorar o Vereador no exame de

proposições que tramitem em Comissão Permanente e/ou temporária da qual o mesmo faça parte; Gestionar, junto à Administração da Câmara, em nome do Vereador, toda e qualquer reivindicação para atendimento de necessidades do gabinete; Cumprir e fazer cumprir as determinações de ordem superior e as normas e procedimentos disciplinares da Casa dentro do respectivo gabinete; Requisitar, em nome do Vereador, o material necessário ao funcionamento do gabinete; Executar, a pedido do Vereador, periodicamente, relatório das atividades do gabinete; Desempenhar outras atividades de assessoramento da atividade parlamentar desenvolvida pelo Vereador.

PROCURADOR GERAL E ADJUNTO

Procurador Geral - Chefe da Procuradoria Jurídica da Câmara, competindo igualmente com o Procurador Adjunto as seguintes atribuições - Prestar assessoria jurídica à Mesa da Câmara, ao Presidente, aos Vereadores e às Comissões da Câmara em todas as etapas do processo legislativo e nas questões relacionadas aos serviços administrativos internos da Câmara; prestar assessoramento jurídico ao Diretor Geral, e aos servidores em matérias de natureza administrativa e legislativa; representar a Câmara Municipal de Vereadores em qualquer instância judicial, atuando nos feitos em que a mesma seja autora ou ré, assistente ou oponente, ou simplesmente interessada; emitir pareceres, quando solicitado, sobre assuntos de natureza jurídica relacionados à gestão administrativa, especialmente os referentes a interpretação de textos legislativos, aplicação de dispositivos legais e concessão de direitos; elaborar os projetos, decretos e resoluções de iniciativa da Mesa Diretora; orientar as comissões de inquérito e o processo disciplinar; elaborar termos, contratos administrativos e outros similares; acompanhar e emitir pareceres em processos licitatórios da Câmara de Vereadores; exercer controle de constitucionalidade e legalidade dos atos administrativos; outras atribuições designadas pelo Presidente da Câmara. Requisitos: ser bacharel em Direito regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

DIRETOR DO CONTROLE INTERNO

Atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei (federal) n. 4.320/1964, a Lei Complementar (federal) n. 101/2000 (LRF), a Lei Complementar (estadual) n. 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas), o Regimento Interno do Tribunal de Contas (Resolução n. TC-06/2001), a Resolução n. TC-16/94 e alterações posteriores, a Lei Federal n.º 8.666/1993 e a legislação local. Analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso), controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial (is); uso de telefone fixo e móvel (celular); execução da despesa pública em todas suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento); a observância dos limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara; a assinatura do Relatório de Gestão Fiscal, junto com o Presidente da Câmara (art. 54 da LRF), assim como, a fiscalização prevista no art. 59 da LRF; alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões e erros de procedimentos, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; executar as tomadas de contas especiais determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado; comunicar ao Tribunal de Contas do Estado irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não foram adotadas quaisquer providências pela Autoridade Administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (art. 74, § 1º, CF, art. 113 da CE e arts. 60 a 64 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000),

observado o art. 5º da Decisão Normativa n. TC-02/2006; fazer a remessa ao Poder Executivo das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente. Deve o controlador interno ficar atento às normas editadas pelo Tribunal de Contas, quanto aos procedimentos que devem ser adotados tanto em relação às atividades próprias do controle interno como na condição de auxiliar do controle externo.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar se for o caso; possuir nível superior; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

SECRETARIA DA PRESIDÊNCIA

Organizar e manter atualizado cadastro contendo nomes, telefones e endereços de autoridades e instituições da Câmara de Vereadores; Organizar agenda do Presidente; organizar agenda da Câmara; acompanhar as sessões; realizar, a pedido dos membros da Mesa, estudos e pesquisas sobre assuntos abrangidos pela área de competência legislativa do Município, e do interesse da Mesa Diretora da Câmara; assessorar os membros da Mesa Diretora na elaboração de relatórios sobre as atividades do Poder Legislativo; desempenhar atividades afins, que lhe sejam determinadas pelos membros da Mesa Diretora. Elaborar e manter atualizado o manual de Cerimonial da Câmara de vereadores

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Elaboração planilhas periódicas de custos dos contratos administrativos vigentes. Apresentar planejamento para aplicação do repasse constitucional enviado pelo Poder Executivo. Acompanhar e auxiliar no encaminhamento do orçamento à Câmara. Emitir Parecer com relação aos encaminhamentos dados ao orçamento. Elaborar relatórios Mensais de resultados alcançados pela Câmara. Controlar, coordenar e assessorar as questões inerentes à gestão do orçamento do Poder Legislativo.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFIA DO DEPARTAMENTO DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Planejar, coordenar e dirigir as atividades e assessorar o Presidente e Mesa Diretora nos assuntos relacionados à comunicação institucional. Administrar as peças e ações comunicacionais das campanhas de publicidade e propaganda; Auxiliar os departamentos da Câmara no desenvolvimento de estratégias comunicacionais; Acompanhar informações relevantes da Secretaria Legislativa e ações da Presidência; supervisionar a redação de notícias e artigos sobre o Legislativo Josefense para publicação em diversos meios de comunicação; Desenvolvimento e atualização de todo tipo de material áudio-visual de uso interno ou para fins de projetos; Clipping diário dos meios de comunicação da região. Responsável pela imagem externa da Câmara Municipal de São José, bem como pela administração dos trabalhos da TV Câmara, da comunicação e informação com outros órgãos e instituições e pelas publicações desta Casa Legislativa. Coordenar e supervisionar o processo de suprimento de notícias encaminhadas para os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal; Controlar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal. Promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal. Garantir cobertura imparcial e democrática de todas as atividades da Casa, inclusive a cobertura jornalística dos pronunciamentos em plenário; Elaborar relatórios, diagnósticos e avaliações específicas, tendentes a qualificar os processos de divulgação institucional da Câmara Municipal; Controlar o

processo de difusão e disponibilização das notícias consolidadas ao público e aos órgãos de imprensa interessados, sobre a Câmara Municipal; Assistir aos órgãos do Poder Legislativo, através das diretrizes determinadas pelo Assessor de Imprensa e pelo Assessor de Imprensa Adjunto, das matérias que serão objeto de divulgação pela Câmara Municipal; Chefe de Comunicação: coordenar e supervisionar o processo de suprimento de notícias encaminhadas para os mecanismos de divulgação institucional da Câmara Municipal; controlar a captação nas mais variadas fontes de informações, que suprirão os meios de comunicação institucional mantidos pela Câmara Municipal; promover a aferição de resultados, para verificar diariamente, em todas as mídias, o resultado das ações de divulgação promovidas pela Câmara Municipal; assistir aos órgãos do Poder Legislativo, acerca das matérias que serão objeto de divulgação pela Câmara Municipal; Gerir e fiscalizar a execução de contrato administrativo, cujo objeto se relacione com as suas funções.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA E TELEFONIA

Coordenar e promover estudos de aprimoramento organizacional, análise funcional e estrutural, no desenvolvimento e operação dos sistemas informatizados, bem como sobre o aperfeiçoamento do fluxo de informações e operações, assessorar o Presidente, a Mesa Diretora e os servidores nos assuntos relacionados ao seu trabalho. Realizar estudos, fixar normas e procedimentos para Levantamento operacional da telefonia da casa, da situação dos computadores da casa e as soluções necessárias. Gerir e fiscalizar a execução de contrato administrativo, cujo objeto se relacione com as suas funções. Verificar a instalação de programas e ajustes nos computadores. Controle do uso da internet. Supervisionar tarefas na área de informática, fazendo levantamentos das rotinas e procedimentos de sistemas informatizados ou em vias de informatização, concebendo, projetando, elaborando, e construindo fluxos lógicos de informações e projetos físicos de sistemas aplicativos, de processamento de dados propondo sua adoção e manutenção, analisando viabilidade de solicitações, elaborando definições técnicas e funcionais de programas e sistemas, prestando consultoria aos usuários, selecionando novos softwares na área de microinformática bem como criando normas e padrões de uso dos recursos computacionais.

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar, se for o caso; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

ASSESSOR DA PRESIDÊNCIA

Assessorar a Presidência e a Vice-Presidência em todas as suas atividades; zelar pela ordem no andamento dos trabalhos administrativos dos gabinetes da Presidência e Vice-Presidência. Organizar e manter atualizado o arquivo do Gabinete; atender os municípios; exercer as demais atividades internas e externas que lhe forem atribuídas pelo Presidente. Auxiliar quando necessário os demais departamentos da Câmara na execução de atividades diretamente voltadas a atender as necessidades da Presidência. Preparar documentos que não se enquadrem na área de atuação de outros departamentos da Câmara. Exercer outras atividades correlatas. Assessorar o presidente através das unidades administrativas que integram o gabinete. Recepcionar as autoridades visitantes. Acompanhar o Presidente, se convocado, em eventos fora da casa legislativa; Participar de eventos de maneira na qual represente o presidente no caso de uma ausência do mesmo; Gerenciar documentos administrativos de interesse direto do Presidente; prestar assessoramento político ao Presidente nas sessões legislativas e nos seus recessos; coordenar e supervisionar a execução dos trabalhos requisitados pela Mesa Diretora; participar das sessões plenárias e reuniões da Mesa Diretora, desenvolvendo as atividades de consultoria que lhe forem requisitadas pelos membros da Mesa; prestar apoio político-parlamentar aos trabalhos

desenvolvidos pelos membros da Mesa Diretora, no desempenho de suas atribuições institucionais;

Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar se for o caso; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo; possuir ensino médio completo; possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo.

CHEFE DE TRANSPORTES

Chefiar as atividades desenvolvidas pelos motoristas. Proceder à gerência do uso dos veículos oficiais através da autorização de uso e termo de responsabilidade do veículo oficial, na forma prevista em Resolução. Certificar-se regularmente do perfeito estado de conservação dos veículos oficiais. Requerer junto ao Diretor Administrativo as providências de conserto e reparação para os veículos que se apresentem impróprios para o uso. Responsabilizar-se pela manutenção do controle dos arquivos da documentação completa dos veículos, tais como: certificado de registro e licenciamento de veículo, bilhetes de seguro DPVAT, apólices de seguros e chaves dos veículos. Supervisionar e controlar os gastos decorrentes dos abastecimentos dos veículos oficiais, e as demais despesas. Requisitos: ser maior de 18 anos; estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos; estar quite com o serviço militar se for o caso; possuir ensino médio completo.

COORDENADOR DE ATIVIDADES LEGISLATIVAS

Responder pelo recebimento das proposições em Plenário destinadas às Comissões, para exame e parecer nos prazos regimentais; manter-se permanentemente informado a respeito das atividades desenvolvidas pelas comissões; dirigir os serviços de secretaria do das reuniões das comissões relativos a redação, digitação e revisão de atos e demais documentos elaborados, além de providenciar a gravação das reuniões; organizar e manter arquivo das proposições em tramitação para posterior anexação dos pareceres e demais documentos cabíveis; realizar pesquisas e levantamentos necessários ao exame das matérias a serem analisadas nas Comissões; dirigir as atividades referentes à emissão de pareceres e demais textos legislativos, analisados e elaborados nas Comissões, para sua ultimate e expedição; encaminhar à diretoria de Assuntos Legislativos as matérias, com os respectivos pareceres, que estejam em condições de figurar na ordem do dia ou de ser arquivada; orientar, sempre que solicitado, as Assessorias Parlamentares sobre as proposições a serem protocoladas pelo Vereador, analisando redação e técnica legislativa; exercer outras atividades correlatas; agendar, acompanhar e divulgar as audiências Públicas realizadas pelas Comissões Permanentes e Temporárias e aquelas solicitadas pela Administração direta ou indireta do Município e por conselhos Municipais quando o tema for pertinente ou de interesse das Comissões Permanentes ou Temporárias da Câmara de Vereadores de São José."

Art. 3º. Fica excluído o cargo de "Motorista" do Anexo VII e fica acrescido o cargo de "Chefe de Transportes", no Quadro de Vagas Comissionado Privativo da Presidência, do ANEXO VII, da Lei Nº 4.696/2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Câmara Municipal de São José/SC, parte integrante desta LEI.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Editais de Notificações de Imposições de Penalidades Pelo Cometimento de Infrações de Trânsito N° 1158, 1162 e 1166

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 714 1158/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF9105	55656069C	5010/0	19/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBF9105	55656070C	5061/0	19/04/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MBF9105	55656071C	6637/1	19/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MBF9105	55656072C	6769/1	19/04/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MBF9105	55656073C	6637/2	19/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1162/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNM1003	55643799C	5010/0	26/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
HRX4107	55645676C	6599/2	09/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
HRX4107	55645677C	5010/0	09/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
HRX4107	55645678C	6556/1	09/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
LXY0697	55644917C	6599/2	29/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBD6281	55645668C	6599/2	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MBD6281	55645669C	6556/1	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCF5156	55645425C	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCF5156	55645426C	6599/2	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCF5156	55645427C	6556/1	06/04/2012	R\$ 191,53	230 * I
MCP5682	55641353C	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDH2016	55655994C	6556/1	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MDR2419	55645036C	5010/0	24/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MDR2419	55645037C	6637/2	24/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MGQ7560	55654039C	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKI1180	55641354C	5010/0	06/04/2012	R\$ 574,61	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 714 1166/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAN9358	55644135C	5010/0	08/03/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAN9358	55644136C	6599/2	08/03/2012	R\$ 191,53	230 * V
MAN9358	55644137C	6637/1	08/03/2012	R\$ 127,69	230 * IX
MDE3242	55654431C	5045/0	04/02/2013	R\$ 191,53	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificações de Imposições de Penalidades Pelo Cometimento de Infrações de Trânsito N° 1625, 1629, 1633, 1637 e 1647

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 023 1625/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARK0754	55917171D	6726/1	22/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
DXR5892	55917282D	6610/2	13/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IDI7618	55918805D	6599/2	08/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
KIV6240	55917375D	6920/0	22/03/2013	R\$ 127,69	233
KVI1257	55917289D	6700/0	21/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LZN3860	55917358D	6920/0	21/03/2013	R\$ 127,69	233
MAM0352	55060041D	6912/0	09/05/2012	R\$ 53,20	232
MBR6072	55910139D	6548/2	08/09/2012	R\$ 85,12	229
MCG8765	55915526D	6912/0	21/03/2013	R\$ 53,20	232
MCG8765	55915527D	6599/2	21/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDL8594	55055150D	6599/2	11/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEG7395	55164552C	6599/2	01/01/2011	R\$ 191,53	230 * V
MEM5270	55917265D	6700/0	15/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MFB2012	55916355D	6408/0	20/03/2013	R\$ 85,12	221
MFJ4321	55917355D	6920/0	21/03/2013	R\$ 127,69	233
MGF8382	55918935D	6599/2	11/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGH3343	55059077D	7340/0	07/02/2012	R\$ 85,12	252 * IV
MGH3343	55911750D	6599/2	05/11/2012	R\$ 191,53	230 * V
MHW9387	55057175D	6920/0	09/11/2011	R\$ 127,69	233
MJD2641	55917379D	6920/0	22/03/2013	R\$ 127,69	233
MJM3704	55917001D	5037/1	11/03/2013	R\$ 574,61	162 * III
MLA3358	55063886D	5037/1	11/03/2013	R\$ 574,61	162 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1629/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BTM3620	55920424D	6599/2	19/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
BUE3551	55919366D	6599/2	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
BUE3551	55919367D	5045/0	22/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
BUE3551	55919368D	6580/0	22/04/2013	R\$ 191,53	230 * IV
CDC0673	55914531D	6637/2	11/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
GMP5647	55919000D	6912/0	18/03/2013	R\$ 53,20	232
IKC0859	55910882D	5010/0	20/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LKP6239	55917807D	6920/0	26/03/2013	R\$ 127,69	233
LXT6699	55916712D	6610/2	30/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXX9765	55920071D	6599/2	16/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXX9765	55920072D	5010/0	16/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXZ0128	55918391D	6920/0	26/03/2013	R\$ 127,69	233
LYC7857	55920246D	5010/0	18/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA2719	55917372D	6920/0	22/03/2013	R\$ 127,69	233
LZT0363	55918875D	6920/0	15/04/2013	R\$ 127,69	233
MAE3077	55917817D	6920/0	26/03/2013	R\$ 127,69	233
MAR4655	55920004D	6912/0	15/04/2013	R\$ 53,20	232
MAR4655	55920005D	6726/1	15/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MAR6869	55918893D	6920/0	18/04/2013	R\$ 127,69	233
MAW6246	55163547C	6610/2	25/03/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MAW6946	55917402D	6726/1	21/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBB1111	55917678D	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBG4278	55917915D	6700/0	04/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MBX6018	55919351D	6408/0	17/03/2013	R\$ 85,12	221
MBX6018	55919356D	6637/2	17/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCM5054	55920565D	6580/0	18/04/2013	R\$ 191,53	230 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDD6093	55920256D	6599/2	12/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDI5769	55918890D	6920/0	18/04/2013	R\$ 127,69	233
MEB4556	55919831D	6408/0	11/04/2013	R\$ 85,12	221
MEB4556	55919832D	6912/0	11/04/2013	R\$ 53,20	232
MEK4834	55917292D	6637/2	21/03/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEO6941	55917175D	6912/0	22/03/2013	R\$ 53,20	232
MFL5464	55917162D	6408/0	18/03/2013	R\$ 85,12	221
MFY6157	55917833D	6920/0	05/04/2013	R\$ 127,69	233
MGL4981	55915566D	6556/1	13/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHC4126	55918852D	6920/0	15/04/2013	R\$ 127,69	233
MHE5403	55917682D	5037/1	01/04/2013	R\$ 574,61	162 * III
MHE5403	55917683D	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHN2496	55917346D	6912/0	26/03/2013	R\$ 53,20	232
MHT3268	55920966D	6912/0	23/04/2013	R\$ 53,20	232
MHW1839	55917684D	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJL8622	55917209D	5010/0	21/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKG1107	55914685D	5010/0	10/02/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKW4262	55917453D	6912/0	14/04/2013	R\$ 53,20	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1633/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AEL3085	55919275D	5045/0	01/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
AKG5148	55910885D	5010/0	24/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
AOK4576	55919880D	6920/0	09/04/2013	R\$ 127,69	233
DFV0631	54443652E	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
DFV0631	54443653E	5045/0	29/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
DSY3186	55916916D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
DSY3186	55916917D	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
ICN5181	54443661E	6599/2	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWZ9434	55908756D	6637/2	27/04/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZP2832	55917608D	5010/0	05/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZR0833	55920042D	6599/2	27/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZR0833	55920043D	5010/0	27/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBN1479	55920060D	6602/0	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MBN1479	55920061D	5045/0	10/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBN1479	55920062D	6912/0	10/04/2013	R\$ 53,20	232
MBY5716	55910876D	5010/0	06/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDH6596	55917893D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	233
MDM6010	55920958D	5045/0	23/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDM6010	55920959D	6408/0	23/04/2013	R\$ 85,12	221
MDS6329	55917925D	6599/2	04/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEN3575	55917927D	6726/1	04/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFG0944	54443662E	6602/0	29/04/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MGA3238	55919180D	6726/1	05/03/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGC9417	55917619D	5010/0	05/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGE7065	55920819D	6912/0	24/04/2013	R\$ 53,20	232
MGR8027	55917855D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHC1621	55917907D	6599/2	04/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHO5860	55919310D	5045/0	10/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHO5860	55919311D	6599/2	10/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHV6739	54443816E	6912/0	30/04/2013	R\$ 53,20	232
MIL8148	55917857D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	233
MIW6027	55917711D	5045/0	27/03/2013	R\$ 191,53	162 * V
MKP7119	55917869D	6920/0	30/04/2013	R\$ 127,69	233
MKS5308	55920995D	6610/2	27/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1637/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CLM3465	54443559E	6610/2	01/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
DSZ1779	54443588E	5045/0	07/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
DSZ1779	54443589E	6610/2	07/05/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZA9008	54443578E	6556/1	07/05/2013	R\$ 191,53	230 * I
LZH5770	54443687E	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAF4456	55915336D	5010/0	11/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBJ7272	55916284D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCS0943	55909646D	6599/2	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCS0943	55909647D	6912/0	01/02/2013	R\$ 53,20	232
MCS0943	55909648D	6556/1	01/02/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCS0943	55909648D	6637/2	01/02/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDD1070	55914664D	6599/2	19/01/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD1070	55914667D	5010/0	19/01/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEM4511	55917638D	6599/2	05/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEM4511	55917639D	5045/0	05/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEU2331	55917439D	6599/2	04/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFD7883	54443839E	6726/1	06/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFD7883	54443840E	6700/0	06/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MFT1863	55910076D	6599/2	31/08/2012	R\$ 191,53	230 * V
MFV2726	55916478D	6599/2	04/02/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFV0527	55920782D	6599/2	06/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFV9289	54443696E	5010/0	01/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFV9289	54443697E	6599/2	01/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHS9023	55917953D	6610/2	27/04/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHW2605	55919719D	6726/1	22/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIN8512	55916173D	6599/2	24/01/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIN8512	55916174D	5045/0	24/01/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIN8512	55916175D	6637/2	24/01/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MIR5890	55920372D	6416/0	11/05/2013	R\$ 85,12	221 § Único
MLE3608	55920784D	6700/0	06/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 023 1647/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BOJ3818	55163815C	6920/0	13/05/2013	R\$ 127,69	233
MAL6301	55915535D	5010/0	06/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAL6301	55915536D	6599/2	06/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT2233	55920201D	6670/0	10/04/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MHI9969	55920221D	6700/0	12/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MIA8238	55920218D	6700/0	12/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

Editais de Notificações por Autuações Pelo Cometimento de Infrações de Trânsito Nº 1153, 1156, 1160, 1164, 1174 e 1177

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1153/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYF7692	55658249C	6637/1	26/05/2013	230 * IX
LYF7692	55658250C	6599/2	26/05/2013	230 * V
MAI4484	55658248C	6653/2	26/05/2013	230 * XI
MAW1682	55658551C	6599/2	21/05/2013	230 * V
MAY7649	55653428C	6637/1	21/05/2013	230 * IX
MCE1209	55658238C	6700/0	22/05/2013	230 * XVI
MEN4664	55655184C	5010/0	14/05/2013	162 * I
MFT5428	55658304C	6599/2	25/05/2013	230 * V
MFT5428	55658305C	5010/0	25/05/2013	162 * I
MGD0589	55658542C	6599/2	27/05/2013	230 * V
MGD0589	55658543C	6610/2	27/05/2013	230 * VII
MGW9680	55657473C	6610/1	20/05/2013	230 * VII
MGW9680	55657474C	6556/1	20/05/2013	230 * I
MIF0794	55657044C	5045/0	18/05/2013	162 * V
MIF0794	55657045C	6700/0	18/05/2013	230 * XVI
MKM0991	55658303C	6700/0	25/05/2013	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1156/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFV3847	55657456C	5274/1	01/05/2013	175
CPL3413	55657776C	6637/2	27/05/2013	230 * IX
LWV4783	55658552C	5045/0	25/05/2013	162 * V
LXH4099	55658657C	6599/2	30/05/2013	230 * V
LXH4099	55658658C	5010/0	30/05/2013	162 * I
LZP5642	55657288C	6599/2	07/05/2013	230 * V
LZP5642	55657289C	5010/0	07/05/2013	162 * I
MAR5783	55658667C	5010/0	03/06/2013	162 * I
MCJ6065	55658763C	6599/2	31/05/2013	230 * V
MCJ6065	55658764C	5010/0	31/05/2013	162 * I
MCJ7897	55655199C	6637/2	24/05/2013	230 * IX
MCJ7897	55655200C	5045/0	24/05/2013	162 * V
MCW5467	55657268C	5045/0	29/04/2013	162 * V
MCW5467	55657269C	6599/2	29/04/2013	230 * V
MDX3172	55657208C	6599/2	02/05/2013	230 * V
MEL2651	55658609C	6637/1	05/06/2013	230 * IX
MFK9592	55658756C	6599/2	31/05/2013	230 * V
MFK9592	55658757C	6556/1	31/05/2013	230 * I
MFK9592	55658758C	5045/0	31/05/2013	162 * V
MGH9811	55657159C	6602/0	28/04/2013	230 * VI
MGX3310	55657272C	6599/2	03/05/2013	230 * V
MGX3310	55657273C	5010/0	03/05/2013	162 * I
MGX3310	55657274C	6602/0	03/05/2013	230 * VI
MHY7167	55657033C	6653/1	05/05/2013	230 * XI
MHY7167	55657035C	5010/0	05/05/2013	162 * I
MHZ7278	55658753C	6610/2	31/05/2013	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIR6960	55658358C	6653/2	30/05/2013	230 * XI
MIR6960	55658359C	6637/1	30/05/2013	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1160/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
BEW0076	55652788C	6700/0	16/05/2013	230 * XVI
ETO9503	55658068C	7358/0	14/06/2013	252 * V
GTY1633	55658107C	6726/1	16/05/2013	230 * XVIII
IHE6163	55655668C	6637/1	08/06/2013	230 * IX
LON1439	55658106C	6670/0	16/05/2013	230 * XIII
LZD1251	55658579C	6599/2	15/06/2013	230 * V
LZD1251	55658580C	5010/0	15/06/2013	162 * I
LZY7885	55658121C	7218/0	31/05/2013	248
MCW6473	55658153C	6700/0	15/05/2013	230 * XVI
MFW6391	55658797C	6599/2	10/06/2013	230 * V
MFW6391	55658798C	5045/0	10/06/2013	162 * V
MJE8069	55658433C	5045/0	19/05/2013	162 * V
MKL1712	55658431C	5010/0	19/05/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1164/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBF6831	55659668C	6599/2	23/06/2013	230 * V
MDJ8243	55653790C	6599/2	22/06/2013	230 * V
MFY5249	55655162C	5053/1	25/03/2013	162 * VI
MGV8900	55657728C	5045/0	14/06/2013	162 * V
MHE2629	55653786C	6637/2	25/05/2013	230 * IX
MHE2629	55653787C	6645/0	25/05/2013	230 * X
NTH0505	55658237C	6700/0	22/05/2013	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1174/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HIK4596	55657918C	5010/0	29/05/2013	162 * I
HIK4596	55657919C	6610/2	29/05/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 714 1177/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZW4240	55658905C	6599/2	12/06/2013	230 * V
LZW4240	55658906C	6912/0	12/06/2013	232
MAH0009	55659758C	6599/2	24/06/2013	230 * V
MBW5203	55659856C	6599/2	24/06/2013	230 * V
MBY3697	55658386C	6599/2	25/06/2013	230 * V
MBY3697	55658387C	5010/0	25/06/2013	162 * I
MDH0305	55658191C	5010/0	23/05/2013	162 * I
MFZ3571	55658803C	5010/0	29/05/2013	162 * I
MHN2496	55658762C	5010/0	31/05/2013	162 * I
MHU1062	55658182C	6599/2	23/05/2013	230 * V
MID1075	55658804C	6610/2	29/05/2013	230 * VII
MIZ7926	55659226C	6700/0	25/06/2013	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

Editais de Notificações por Autuações Pelo Cometimento de Infrações de Trânsito N° 1623, 1627, 1631, 1635, 1645 e 1649

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 023 1623/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AI8175	55917877D	6920/0	30/04/2013	233
AMA5782	54444149E	6599/2	25/05/2013	230 * V
BER9048	55915544D	6599/2	22/04/2013	230 * V
CAG4875	54443680E	5045/0	01/05/2013	162 * V
CAG4875	54443681E	6599/2	01/05/2013	230 * V
DEL3175	54444767E	5045/0	24/05/2013	162 * V
DEL3175	54444768E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
EXX9191	55916244D	6670/0	27/04/2013	230 * XIII
HFG0597	54444639E	6726/1	23/05/2013	230 * XVIII
ICF8827	55920835D	6599/2	02/05/2013	230 * V
ICF8827	55920836D	5045/0	02/05/2013	162 * V
ICY8354	54443656E	6726/1	29/04/2013	230 * XVIII
INU6054	55917899D	6920/0	30/04/2013	233
LPR0670	54444515E	6610/2	23/05/2013	230 * VII
LYH5671	54444115E	6912/0	17/05/2013	232
LZE7787	55920330D	6610/2	23/04/2013	230 * VII
LZY9631	55917851D	6920/0	30/04/2013	233
MAI4401	55917888D	6920/0	30/04/2013	233
MAJ4003	55920457D	6610/2	25/04/2013	230 * VII
MAN4281	54444602E	6912/0	21/05/2013	232
MAN8757	55920134D	6726/1	02/05/2013	230 * XVIII
MAP6252	54444126E	6912/0	23/05/2013	232
MBS4419	55920762D	6637/2	24/04/2013	230 * IX
MCJ6318	54444572E	5045/0	22/05/2013	162 * V
MCJ7675	55917954D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MCJ7675	55917955D	5010/0	28/04/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCJ7675	55917956D	6637/2	28/04/2013	230 * IX
MCK7793	54443828E	6726/1	02/05/2013	230 * XVIII
MCK7793	54443829E	6637/2	02/05/2013	230 * IX
MCL1300	55917862D	6920/0	30/04/2013	233
MCN1898	54444138E	6599/2	25/05/2013	230 * V
MCN1898	54444139E	6912/0	25/05/2013	232
MCW7714	55920849D	6653/2	06/05/2013	230 * XI
MCZ8478	55920608D	6599/2	27/04/2013	230 * V
MCZ8478	55920609D	6912/0	27/04/2013	232
MDF6849	55920031D	6610/2	23/04/2013	230 * VII
MDG5798	54444150E	5010/0	25/05/2013	162 * I
MDZ7051	55919290D	6599/2	19/04/2013	230 * V
MDZ7051	55919291D	6416/0	19/04/2013	221 § Único
MEC0942	54444809E	6912/0	24/05/2013	232
MEF3845	55919991D	6556/1	27/04/2013	230 * I
MEF4152	54443824E	6670/0	02/05/2013	230 * XIII
MFG3432	55920348D	6912/0	27/04/2013	232
MFP1632	54444359E	6599/2	19/05/2013	230 * V
MFP1632	54444360E	6726/1	19/05/2013	230 * XVIII
MFP1632	54444361E	6912/0	19/05/2013	232
MFV6124	55918667D	5010/0	09/05/2013	162 * I
MFV6124	55918668D	6416/0	09/05/2013	221 § Único
MGB8919	54444280E	6700/0	18/05/2013	230 * XVI
MGH4711	55920812D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MGL0198	54444794E	6610/2	24/05/2013	230 * VII
MGM1177	55918179D	6912/0	17/04/2013	232
MGR9159	54444230E	6700/0	16/05/2013	230 * XVI
MGR9159	54444231E	6912/0	16/05/2013	232
MHH1280	54443563E	6912/0	01/05/2013	232
MHI7431	55920759D	6599/2	24/04/2013	230 * V
MHL7099	54444122E	6700/0	23/05/2013	230 * XVI
MHO9030	55919285D	5010/0	11/04/2013	162 * I
MIB2768	54444788E	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
MIB2768	54444789E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
MIB3377	54443673E	6700/0	29/04/2013	230 * XVI
MIE4209	54443682E	6700/0	01/05/2013	230 * XVI
MIE5387	54444412E	6610/2	23/05/2013	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO7050	55920299D	6912/0	18/04/2013	232
MJE0571	55920289D	6599/2	16/04/2013	230 * V
MJM6772	54444121E	6912/0	23/05/2013	232
MJN2034	54444528E	5010/0	25/05/2013	162 * I
MJN2034	54444529E	6912/0	25/05/2013	232
MJO8117	55920044D	6610/2	27/04/2013	230 * VII
MJS3822	54444804E	6599/2	24/05/2013	230 * V
MKM4083	54444752E	5045/0	24/05/2013	162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 7

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1627/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK8536	54445119E	6700/0	01/06/2013	230 * XVI
AAK8988	54445301E	6610/2	04/06/2013	230 * VII
ABU3145	55916398D	6920/0	07/06/2013	233
ACG0098	54444447E	6556/1	29/05/2013	230 * I
AIY0136	55916943D	6556/1	07/05/2013	230 * I
AJP1845	54443604E	6610/2	09/05/2013	230 * VII
ALI6150	55917964D	6599/2	27/05/2013	230 * V
APZ5579	54445183E	6912/0	03/06/2013	232
APZ5579	54445184E	6912/0	03/06/2013	232
ASI6781	55919456D	6610/2	27/02/2013	230 * VII
BER9048	55915545D	5010/0	22/04/2013	162 * I
BGK1181	54444857E	6599/2	29/05/2013	230 * V
BUG8404	54443886E	6920/0	07/06/2013	233
CBP1224	54443850E	5010/0	06/05/2013	162 * I
CME2391	54445104E	5010/0	03/06/2013	162 * I
CME2391	54445105E	6599/2	03/06/2013	230 * V
CME2391	54445106E	6629/0	03/06/2013	230 * VIII
CPR9558	54445199E	6599/2	05/06/2013	230 * V
DJE0655	55916626D	5010/0	26/05/2013	162 * I
DJE0655	55916627D	6912/0	26/05/2013	232
DLB2158	54443882E	6920/0	07/06/2013	233
EBQ4761	55920550D	5010/0	24/04/2013	162 * I
ENC0481	54443676E	6610/2	01/05/2013	230 * VII
FHV6688	55163828C	6920/0	13/05/2013	233
FLL0420	54445567E	6920/0	07/06/2013	233
IHO5432	55917464D	6599/2	25/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IIZ0365	54443969E	6610/2	08/05/2013	230 * VII
IJW3885	55919324D	5010/0	06/05/2013	162 * I
ILR9750	54444818E	6610/2	28/05/2013	230 * VII
IMC1483	55920368D	5010/0	09/05/2013	162 * I
IMC1483	55920369D	6416/0	09/05/2013	221 § Único
IMR9361	55918663D	5010/0	09/05/2013	162 * I
IMR9361	55918664D	6610/2	09/05/2013	230 * VII
IQU0963	54445578E	6920/0	07/06/2013	233
IQV1999	54443842E	5010/0	06/05/2013	162 * I
JZG0140	54443852E	6920/0	07/06/2013	233
KMZ5031	54445575E	6920/0	07/06/2013	233
LBQ5682	54443894E	6920/0	07/06/2013	233
LWT2597	54445594E	6920/0	07/06/2013	233
LWX2825	54444769E	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
LWY5939	54445555E	6920/0	07/06/2013	233
LXA0614	54444848E	5010/0	01/06/2013	162 * I
LXA4160	54443956E	6556/1	08/05/2013	230 * I
LXK6012	54444846E	6599/2	01/06/2013	230 * V
LXK6012	54444847E	5010/0	01/06/2013	162 * I
LXM2649	54445166E	6599/2	01/06/2013	230 * V
LXM2649	54445167E	6726/1	01/06/2013	230 * XVIII
LXM2649	54445168E	5010/0	01/06/2013	162 * I
LXM2649	54445169E	5061/0	01/06/2013	163 c/c 162 * I
LXR6935	55163844C	6920/0	15/05/2013	233
LXV7415	54444749E	6416/0	30/05/2013	221 § Único
LXV7415	54444750E	6726/1	30/05/2013	230 * XVIII
LXV7415	54444842E	5010/0	30/05/2013	162 * I
LXX3950	54444798E	6912/0	28/05/2013	232
LYF1404	55916939D	6700/0	07/05/2013	230 * XVI
LYI2392	54443951E	6599/2	08/05/2013	230 * V
LYY3420	54445593E	6920/0	07/06/2013	233
LZA6100	54444632E	6700/0	21/05/2013	230 * XVI
LZG0009	54443938E	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
LZL1921	54445558E	6920/0	07/06/2013	233
LZO1971	55163818C	6920/0	13/05/2013	233
LZU5174	55916376D	5010/0	27/05/2013	162 * I
LZU5174	55916377D	6599/2	27/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZU9883	54444333E	6920/0	05/06/2013	233
LZW5916	54444797E	6599/2	28/05/2013	230 * V
MAA1500	54444844E	6599/2	01/06/2013	230 * V
MAA1500	54444845E	5010/0	01/06/2013	162 * I
MAA5112	54443599E	5010/0	09/05/2013	162 * I
MAA5112	54443600E	6599/2	09/05/2013	230 * V
MAA5112	54443924E	6912/0	10/05/2013	232
MAA5112	54443925E	6637/2	10/05/2013	230 * IX
MAH0425	54444852E	6610/2	29/05/2013	230 * VII
MAH0425	54444853E	6700/0	27/05/2013	230 * XVI
MAP7565	54444771E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
MAQ8198	55917512D	5010/0	28/04/2013	162 * I
MAQ8198	55917513D	5169/1	28/04/2013	165
MAQ8198	55917515D	6599/2	28/04/2013	230 * V
MAR3564	54443788E	5010/0	27/05/2013	162 * I
MAR3564	54443789E	6637/2	27/05/2013	230 * IX
MAT0135	54445110E	5010/0	03/06/2013	162 * I
MBG1721	54444437E	6700/0	29/05/2013	230 * XVI
MBG1721	54444438E	6726/1	29/05/2013	230 * XVIII
MBG3352	54445177E	6700/0	03/06/2013	230 * XVI
MBH6335	54445098E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MBH6335	54445099E	5010/0	06/06/2013	162 * I
MBL6013	55917108D	6637/1	02/06/2013	230 * IX
MBR4549	55919891D	6920/0	13/05/2013	233
MBW2216	55909998D	6556/4	28/05/2013	230 * I
MBW2216	55909999D	6637/1	28/05/2013	230 * IX
MBW9866	54444858E	5010/0	29/05/2013	162 * I
MBW9866	54444859E	6912/0	29/05/2013	232
MBX2638	55917042D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MBX2638	55917043D	6637/2	09/05/2013	230 * IX
MBZ2721	55919333D	6599/2	03/06/2013	230 * V
MCD9235	55163816C	6920/0	13/05/2013	233
MCE6183	54445502E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MCG5544	54444869E	6610/2	31/05/2013	230 * VII
MCG5544	54445055E	6599/2	31/05/2013	230 * V
MCM0272	55918700D	6653/2	11/05/2013	230 * XI
MCM5152	54443935E	6599/2	10/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCP1167	54444541E	6726/1	27/05/2013	230 * XVIII
MCR1406	54445074E	6599/2	04/06/2013	230 * V
MCY3335	54444366E	6599/2	24/05/2013	230 * V
MCZ8818	54444331E	6920/0	05/06/2013	233
MDC0601	54444896E	6599/2	04/06/2013	230 * V
MDC0601	54444897E	6556/1	04/06/2013	230 * I
MDC0601	54445075E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MDC0601	54445076E	6726/1	04/06/2013	230 * XVIII
MDD0375	54443854E	6920/0	07/06/2013	233
MDD9225	54445589E	6920/0	07/06/2013	233
MDF4624	54444311E	6920/0	15/05/2013	233
MDM6061	54443684E	6599/2	01/05/2013	230 * V
MDO2932	54444304E	6920/0	15/05/2013	233
MDR1037	54444252E	5045/0	14/05/2013	162 * V
MDR5812	54444879E	6912/0	31/05/2013	232
MDR5812	54445064E	6599/2	31/05/2013	230 * V
MDT8095	55909342D	5010/0	31/05/2013	162 * I
MDT8095	55909345D	6637/2	31/05/2013	230 * IX
MDV0849	54443835E	6912/0	06/05/2013	232
MDV9148	54445011E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MDV9148	54445012E	5010/0	06/06/2013	162 * I
MDX1593	54445501E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MDY2102	55920556D	6599/2	18/04/2013	230 * V
MDY5287	54444109E	6726/1	15/05/2013	230 * XVIII
MED0434	54443821E	6602/0	30/04/2013	230 * VI
MEE5182	54444598E	6912/0	28/05/2013	232
MEE5182	54444600E	6416/0	28/05/2013	221 § Único
MEF4152	54443825E	6912/0	02/05/2013	232
MEG0881	54443861E	6920/0	07/06/2013	233
MEN4217	54444895E	6610/2	04/06/2013	230 * VII
MEP8160	54443897E	6920/0	07/06/2013	233
MEQ2075	54444718E	6610/2	28/05/2013	230 * VII
MEW0225	54444535E	6912/0	27/05/2013	232
MEZ0014	54443683E	6700/0	01/05/2013	230 * XVI
MEZ3022	54445511E	6726/1	06/06/2013	230 * XVIII
MEZ4005	54444432E	6610/2	27/05/2013	230 * VII
MFA6898	54443685E	6912/0	01/05/2013	232

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFB3157	55917519D	6912/0	05/06/2013	232
MFB5325	54444189E	5045/0	17/05/2013	162 * V
MFD8465	54444370E	6599/2	08/06/2013	230 * V
MFD8465	54444371E	5045/0	08/06/2013	162 * V
MFF6422	54445078E	6912/0	04/06/2013	232
MFF6422	54445079E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MFI7876	54443832E	6408/0	06/05/2013	221
MFI7876	54443833E	6556/1	06/05/2013	230 * I
MFI7876	54443834E	6912/0	06/05/2013	232
MFK5047	54443918E	6912/0	08/05/2013	232
MFL1368	54443810E	6700/0	30/04/2013	230 * XVI
MFL2056	55163821C	6920/0	13/05/2013	233
MFL3832	55916932D	6599/2	07/05/2013	230 * V
MFQ4106	55917963D	6599/2	27/05/2013	230 * V
MFQ7199	54444550E	6700/0	29/05/2013	230 * XVI
MFT9370	54444890E	6599/2	04/06/2013	230 * V
MFV8170	54445157E	5010/0	01/06/2013	162 * I
MFV5131	55919722D	5010/0	29/04/2013	162 * I
MFV5131	55919723D	5274/1	29/04/2013	175
MFV5131	55919724D	6912/0	29/04/2013	232
MFY4351	54444861E	5010/0	29/05/2013	162 * I
MFY4351	54444862E	6599/2	29/05/2013	230 * V
MGC0378	55915403D	5010/0	14/05/2013	162 * I
MGF7590	54443638E	6912/0	13/05/2013	232
MGF8135	54443866E	6920/0	07/06/2013	233
MGJ2520	54444430E	6416/0	27/05/2013	221 § Único
MGJ2520	54444538E	6610/2	27/05/2013	230 * VII
MGK5481	54445056E	6653/2	31/05/2013	230 * XI
MGK5481	54445057E	6602/0	31/05/2013	230 * VI
MGL0311	55920841D	6599/2	06/05/2013	230 * V
MGN3039	54444197E	5010/0	17/05/2013	162 * I
MGO4270	54443587E	6599/2	07/05/2013	230 * V
MGP8745	54443944E	5010/0	10/05/2013	162 * I
MGP8745	54443945E	6599/2	10/05/2013	230 * V
MGS9480	54443973E	5010/0	10/05/2013	162 * I
MGS9480	54444153E	5010/0	15/05/2013	162 * I
MGT1160	54444599E	6599/2	28/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGU8554	54443729E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MGU8554	54443730E	6912/0	04/06/2013	232
MGV1353	54443978E	6599/2	10/05/2013	230 * V
MHB5328	54443627E	6599/2	13/05/2013	230 * V
MHB5328	54443629E	5045/0	13/05/2013	162 * V
MHC3553	55919327D	6912/0	24/05/2013	232
MHC3553	55919329D	6637/2	24/05/2013	230 * IX
MHD8272	54443991E	6599/2	14/05/2013	230 * V
MHE9611	54443783E	5010/0	23/05/2013	162 * I
MHF1266	54444263E	6599/2	16/05/2013	230 * V
MHF1266	54444264E	5037/1	16/05/2013	162 * III
MHG5735	55163829C	6920/0	13/05/2013	233
MHN1067	54444714E	6726/1	28/05/2013	230 * XVIII
MHP9517	54445512E	5045/0	06/06/2013	162 * V
MHT4830	54445189E	5010/0	03/06/2013	162 * I
MHX0341	55918676D	6599/2	09/05/2013	230 * V
MHX0597	54443896E	6920/0	07/06/2013	233
MHZ3390	54445158E	6599/2	01/06/2013	230 * V
MHZ3390	54445159E	6726/1	01/06/2013	230 * XVIII
MID2577	54444596E	5045/0	28/05/2013	162 * V
MIF1307	54443708E	6408/0	03/05/2013	221
MIH1762	54443864E	6920/0	07/06/2013	233
MII9993	54444362E	5010/0	24/05/2013	162 * I
MII9993	54444363E	6912/0	24/05/2013	232
MII9993	54444364E	6556/1	24/05/2013	230 * I
MIL9645	54443906E	6912/0	08/05/2013	232
MIL9645	54443907E	6653/2	08/05/2013	230 * XI
MIN9747	54445579E	6920/0	07/06/2013	233
MIR2776	54443601E	6599/2	09/05/2013	230 * V
MIT5825	54444664E	6556/1	29/05/2013	230 * I
MIV3372	55919899D	6920/0	13/05/2013	233
MIY9061	54445174E	6700/0	03/06/2013	230 * XVI
MJF0362	54443632E	6726/1	13/05/2013	230 * XVIII
MJF0362	54443633E	6912/0	13/05/2013	232
MJH8610	54444423E	6700/0	25/05/2013	230 * XVI
MJK2288	54443704E	5010/0	02/05/2013	162 * I
MJO2772	54444102E	6599/2	15/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJR3900	54445161E	6700/0	01/06/2013	230 * XVI
MJU1533	54443581E	5010/0	07/05/2013	162 * I
MJU1533	54443582E	6912/0	07/05/2013	232
MJW7977	55916628D	5274/1	29/05/2013	175
MKC1362	54444724E	6700/0	28/05/2013	230 * XVI
MKK2522	54444708E	6700/0	28/05/2013	230 * XVI
MKL9940	54443885E	6920/0	07/06/2013	233
MKS8001	55917046D	6726/1	10/05/2013	230 * XVIII
MKX3731	55911239D	6912/0	15/05/2013	232
MKY1537	54445176E	6700/0	03/06/2013	230 * XVI
MLA3630	55920375D	5045/0	29/05/2013	162 * V
MLA3630	55920376D	6610/2	29/05/2013	230 * VII
MLR8513	54444534E	6912/0	27/05/2013	232
MMA7120	55918675D	6670/0	09/05/2013	230 * XIII
MMJ3399	54445302E	6726/1	04/06/2013	230 * XVIII
NKQ5628	54443858E	6920/0	07/06/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1631/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAA2113	54445673E	6920/0	10/06/2013	233
ADO1384	54445532E	6599/2	10/06/2013	230 * V
AVB4395	55919726D	6610/2	03/06/2013	230 * VII
AVB4395	55919727D	6726/1	03/06/2013	230 * XVIII
AVB4395	55919728D	6700/0	03/06/2013	230 * XVI
BWP1295	54445658E	6920/0	10/06/2013	233
CBP1224	55920139D	6726/1	06/05/2013	230 * XVIII
CJE7071	54445683E	6920/0	10/06/2013	233
CPM3638	54443950E	5045/0	14/05/2013	162 * V
CZN1041	54445652E	6920/0	10/06/2013	233
DRW0931	54445190E	6556/1	03/06/2013	230 * I
ENV9351	54445725E	6920/0	10/06/2013	233
HQQ6516	54445580E	6920/0	07/06/2013	233
ICE4585	54444581E	6726/1	22/05/2013	230 * XVIII
LAX8196	54444603E	6726/1	21/05/2013	230 * XVIII
LCH3629	55916395D	6920/0	07/06/2013	233
LOB7443	55057527D	6912/0	05/06/2013	232
LVT8266	55919446D	5010/0	17/05/2013	162 * I
LVT8266	55919447D	5118/0	17/05/2013	164 c/c 162 * I
LVT8266	55919448D	6610/2	17/05/2013	230 * VII
LWR9437	54445317E	5010/0	10/06/2013	162 * I
LWR9437	54445318E	6700/0	10/06/2013	230 * XVI
LWR9437	54445319E	6637/1	10/06/2013	230 * IX
LWY1127	54445556E	6920/0	07/06/2013	233
LXH0835	54444483E	6416/0	22/05/2013	221 § Único
LXR9219	55920148D	6726/1	20/05/2013	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR9219	55920149D	5045/0	20/05/2013	162 * V
LXT6699	54443713E	6610/2	14/05/2013	230 * VII
LXT6699	54443714E	7340/0	14/05/2013	252 * IV
LXT6699	54443715E	6637/1	14/05/2013	230 * IX
LYA4519	54444317E	6920/0	05/06/2013	233
LYC2461	55059994D	6599/2	18/05/2013	230 * V
LYC2461	55059995D	5010/0	18/05/2013	162 * I
LYC2461	55059997D	6556/1	18/05/2013	230 * I
LYI7572	54445720E	6920/0	10/06/2013	233
LZK7006	55920701D	6637/2	26/04/2013	230 * IX
LZT9584	55057532D	6700/0	07/06/2013	230 * XVI
LZV2613	55916734D	5045/0	08/06/2013	162 * V
MAW4858	54444902E	6599/2	02/06/2013	230 * V
MBA3804	54444410E	6599/2	17/05/2013	230 * V
MBH9162	55909346D	6599/2	07/06/2013	230 * V
MBH9162	55909347D	5010/0	07/06/2013	162 * I
MCF5856	54445662E	6920/0	10/06/2013	233
MCM0252	54445316E	6599/2	10/06/2013	230 * V
MCM8151	55918196D	6599/2	12/05/2013	230 * V
MCM8151	55918197D	5045/0	12/05/2013	162 * V
MCM8151	55918198D	6637/2	12/05/2013	230 * IX
MCP3457	54444620E	5010/0	21/05/2013	162 * I
MCP3457	54444621E	6408/0	21/05/2013	221
MCY9089	54444893E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MCY9089	54444894E	6599/2	04/06/2013	230 * V
MDB5533	55916733D	6912/0	08/06/2013	232
MED9439	54445716E	6920/0	10/06/2013	233
MEN8637	54444200E	6726/1	17/05/2013	230 * XVIII
MEW0523	54444118E	6912/0	17/05/2013	232
MEY6251	54444403E	6599/2	17/05/2013	230 * V
MFJ9430	55061699D	6700/0	15/05/2013	230 * XVI
MFR3977	55919339D	7340/0	09/06/2013	252 * IV
MFT3168	54444500E	6700/0	22/05/2013	230 * XVI
MFV4242	54445089E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MTX5131	54444552E	5010/0	20/05/2013	162 * I
MTX5131	54444553E	6653/2	20/05/2013	230 * XI
MGA2883	54444203E	6599/2	16/05/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ9157	55915270D	6599/2	10/05/2013	230 * V
MGQ1381	54444285E	6599/2	18/05/2013	230 * V
MGQ1381	54444288E	6726/1	18/05/2013	230 * XVIII
MGV6156	54444351E	5010/0	16/05/2013	162 * I
MGV6156	54444352E	6653/1	16/05/2013	230 * XI
MGV6156	54444353E	6912/0	16/05/2013	232
MGV6156	54444354E	6726/1	16/05/2013	230 * XVIII
MGY4552	54445535E	6599/2	10/06/2013	230 * V
MHD1076	55057543D	6912/0	07/06/2013	232
MHD1076	55057544D	6726/1	07/06/2013	230 * XVIII
MHS7016	54444628E	6599/2	21/05/2013	230 * V
MHW3132	54443768E	5010/0	11/05/2013	162 * I
MHW3132	54443769E	6912/0	11/05/2013	232
MIH0386	54444292E	5010/0	18/05/2013	162 * I
MIT8773	55919335D	6599/2	05/06/2013	230 * V
MIU9908	55057530D	6700/0	07/06/2013	230 * XVI
MIV1431	54444161E	6912/0	15/05/2013	232
MIV1431	54444162E	6599/2	15/05/2013	230 * V
MIY2449	54444614E	6726/1	21/05/2013	230 * XVIII
MIY2449	54444617E	6556/1	21/05/2013	230 * I
MIY2449	54444618E	5118/0	21/05/2013	164 c/c 162 * I
MJA3324	54445536E	6912/0	10/06/2013	232
MJA3324	54445537E	6726/1	10/06/2013	230 * XVIII
MJF0802	54444633E	5045/0	21/05/2013	162 * V
MJS9940	54444601E	6599/2	21/05/2013	230 * V
MKA3379	54445528E	5010/0	10/06/2013	162 * I
MKC3241	54444631E	6912/0	21/05/2013	232
MKF9727	54445196E	6700/0	05/06/2013	230 * XVI
MKN3881	55918193D	5010/0	05/05/2013	162 * I
MKO1438	54444575E	6912/0	22/05/2013	232
MKW4248	54444348E	6920/0	05/06/2013	233
MLE8838	54445713E	6920/0	10/06/2013	233
MLF8011	54444520E	6700/0	25/05/2013	230 * XVI
MLH8777	54444496E	6700/0	22/05/2013	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1635/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMO3221	55917432D	6599/2	04/04/2013	230 * V
BRP6856	55919269D	6726/1	30/03/2013	230 * XVIII
CFF0969	55917763D	6726/1	29/03/2013	230 * XVIII
CFF0969	55917767D	6610/2	29/03/2013	230 * VII
CPL3413	55158803C	6599/2	23/06/2013	230 * V
CRJ3941	54444802E	6912/0	24/05/2013	232
CRJ3941	54444803E	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
DGD3592	54444876E	6912/0	31/05/2013	232
GYA6403	54444283E	6416/0	18/05/2013	221 § Único
GYA6403	54444284E	5045/0	18/05/2013	162 * V
HMS5351	54444142E	6599/2	25/05/2013	230 * V
HMS5351	54444143E	6700/0	25/05/2013	230 * XVI
HRF0050	54444148E	6599/2	25/05/2013	230 * V
HRF0050	54444523E	6637/1	25/05/2013	230 * IX
HRF0050	54444524E	6637/2	25/05/2013	230 * IX
ICM5826	54444756E	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
ICM5826	54444758E	6726/1	24/05/2013	230 * XVIII
ICM5826	54444759E	6912/0	24/05/2013	232
KIK4242	54444413E	5010/0	23/05/2013	162 * I
LVO1203	54445747E	6920/0	13/06/2013	233
LXR3730	55917804D	6920/0	26/03/2013	233
LXZ2487	55918398D	6920/0	26/03/2013	233
LYM8430	54444401E	6599/2	17/05/2013	230 * V
LYV0529	54445853E	6599/2	12/06/2013	230 * V
LYV0529	54445854E	5010/0	12/06/2013	162 * I
LYW1409	54445968E	6920/0	18/06/2013	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYW7994	54445741E	6920/0	13/06/2013	233
LYX3444	55918536D	5010/0	13/06/2013	162 * I
LYX3444	55918537D	6599/2	13/06/2013	230 * V
LYZ8807	54444128E	6610/2	23/05/2013	230 * VII
LYZ8807	54444129E	5010/0	23/05/2013	162 * I
LZE6011	55917344D	5010/0	26/03/2013	162 * I
LZF1851	55913186D	6637/2	12/06/2013	230 * IX
LZH2268	55917628D	6610/2	05/04/2013	230 * VII
MAF5394	54445689E	6920/0	17/06/2013	233
MAL0716	55917621D	6912/0	05/04/2013	232
MAL0716	55917622D	5010/0	05/04/2013	162 * I
MAV5922	54445120E	6726/1	13/06/2013	230 * XVIII
MAV5922	54445121E	5045/0	13/06/2013	162 * V
MAV5922	54445122E	6912/0	13/06/2013	232
MAV5922	54445123E	6637/1	13/06/2013	230 * IX
MAV5922	54445450E	6599/2	13/06/2013	230 * V
MAX4271	55915563D	6912/0	27/03/2013	232
MBA5175	54444587E	6637/2	22/05/2013	230 * IX
MBC4045	55919659D	6920/0	28/02/2013	233
MBF9170	55909025D	5169/1	16/06/2013	165
MBK3559	55919343D	6599/2	13/06/2013	230 * V
MBU8687	55919306D	6912/0	21/03/2013	232
MBV9496	55158801C	6599/2	18/05/2013	230 * V
MBX1501	55062741D	6599/2	17/05/2013	230 * V
MBX3411	54445334E	6726/1	14/06/2013	230 * XVIII
MBZ1595	55163822C	6920/0	13/05/2013	233
MCB4171	54444415E	6912/0	23/05/2013	232
MCC3251	55917315D	6726/1	22/03/2013	230 * XVIII
MCE0698	54444147E	6599/2	25/05/2013	230 * V
MCI9666	55917479D	6700/0	19/06/2013	230 * XVI
MCJ4155	54444501E	6599/2	23/05/2013	230 * V
MCJ7233	54445549E	6599/2	14/06/2013	230 * V
MCL4144	54444774E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
MCS9172	55918535D	6599/2	13/06/2013	230 * V
MCX0265	55917063D	6556/1	22/03/2013	230 * I
MDF5228	55911243D	5010/0	08/06/2013	162 * I
MDF5228	55911244D	6599/2	08/06/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDL6536	54444551E	6599/2	20/05/2013	230 * V
MDR0867	54445738E	6920/0	13/06/2013	233
MDS8958	54445444E	6700/0	13/06/2013	230 * XVI
MDU3248	54444411E	6599/2	17/05/2013	230 * V
MDW4561	54445449E	6912/0	13/06/2013	232
MEK1736	54444645E	6599/2	23/05/2013	230 * V
MEK4360	54445336E	6700/0	14/06/2013	230 * XVI
MEL8656	55055889D	5045/0	06/03/2013	162 * V
MEO1819	55917928D	6653/1	04/04/2013	230 * XI
MEO1819	55917929D	6637/2	04/04/2013	230 * IX
MEO7381	54445970E	6920/0	18/06/2013	233
MEZ3766	55918389D	6920/0	26/03/2013	233
MFA0634	54446007E	6920/0	20/06/2013	233
MFB4731	54445952E	6920/0	18/06/2013	233
MFD1097	55917806D	6920/0	26/03/2013	233
MFF6422	55920461D	5010/0	18/06/2013	162 * I
MFK8561	54445859E	6912/0	18/06/2013	232
MFM5763	54445996E	6920/0	20/06/2013	233
MFT3168	54444702E	6912/0	22/05/2013	232
MFT9370	54445746E	6920/0	13/06/2013	233
MFY2029	54444300E	6700/0	18/05/2013	230 * XVI
MGD5669	54445698E	6920/0	17/06/2013	233
MGF4345	54443992E	6912/0	14/05/2013	232
MGF9293	54445136E	5010/0	15/06/2013	162 * I
MGI4937	54445851E	5010/0	12/06/2013	162 * I
MGI4937	54445852E	6637/2	12/06/2013	230 * IX
MGJ7552	55917654D	6912/0	26/03/2013	232
MGM8325	55917750D	5045/0	06/04/2013	162 * V
MGR0631	54445542E	6599/2	12/06/2013	230 * V
MGZ1731	54444526E	6599/2	25/05/2013	230 * V
MGZ4215	54444780E	5045/0	24/05/2013	162 * V
MGZ4215	54444781E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
MHC1650	54444791E	6416/0	24/05/2013	221 § Único
MHD8060	55911543D	6599/2	18/11/2012	230 * V
MHE0941	54445339E	6599/2	14/06/2013	230 * V
MHF2576	55918154D	5010/0	02/03/2013	162 * I
MHM3722	55917755D	5010/0	27/03/2013	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHM3722	55917756D	6912/0	27/03/2013	232
MHP1262	54444787E	6637/2	24/05/2013	230 * IX
MHT5745	55917522D	6610/2	12/06/2013	230 * VII
MHT5745	55917523D	6556/1	12/06/2013	230 * I
MHV1567	55917427D	6700/0	02/04/2013	230 * XVI
MHY6207	55918538D	5010/0	13/06/2013	162 * I
MHY6207	55918539D	6408/0	13/06/2013	221
MHY8803	55917652D	6726/1	26/03/2013	230 * XVIII
MHY8803	55917653D	6599/2	26/03/2013	230 * V
MIC6584	54445975E	6920/0	18/06/2013	233
MII5520	54444559E	6610/2	20/05/2013	230 * VII
MIP2944	55914524D	6912/0	02/03/2013	232
MIX4551	54444753E	6700/0	24/05/2013	230 * XVI
MJA3324	54445328E	7340/0	10/06/2013	252 * IV
MJC1134	55919265D	6912/0	28/03/2013	232
MJE7701	55914922D	5045/0	28/02/2013	162 * V
MJU9451	54444356E	6912/0	19/05/2013	232
MKF4932	54445858E	6912/0	18/06/2013	232
MKV4882	55917715D	5010/0	27/03/2013	162 * I
NGH3126	55918393D	6920/0	26/03/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1645/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
DDP6874	54444416E	6599/2	23/05/2013	230 * V
IGH8735	54444546E	6610/2	27/05/2013	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 023 1649/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALY5483	55920377D	6912/0	29/05/2013	232
APZ9102	54444870E	6610/2	31/05/2013	230 * VII
APZ9102	54444871E	6700/0	31/05/2013	230 * XVI
BEW0076	55916741D	6700/0	10/06/2013	230 * XVI
CLC9127	55920381D	6637/2	30/05/2013	230 * IX
DJN7468	54445586E	6920/0	07/06/2013	233
DXA3839	54445953E	6920/0	18/06/2013	233
HFU0589	54443890E	6920/0	07/06/2013	233
IJF1471	54446175E	6920/0	25/06/2013	233
IMG5796	54444542E	6700/0	27/05/2013	230 * XVI
JLK6446	54445402E	6610/2	07/06/2013	230 * VII
JLK6446	54445403E	6726/1	07/06/2013	230 * XVIII
LWY3103	54445092E	5010/0	06/06/2013	162 * I
LWY3103	54445093E	6912/0	06/06/2013	232
LXJ6731	54445659E	6920/0	10/06/2013	233
LXN7944	54444357E	6653/1	19/05/2013	230 * XI
LXO5330	55919330D	5045/0	28/05/2013	162 * V
LXY4795	55919732D	5045/0	26/06/2013	162 * V
LXZ7306	54444419E	6408/0	25/05/2013	221
LYJ1642	54444898E	6599/2	04/06/2013	230 * V
LYR1785	54445315E	6599/2	08/06/2013	230 * V
LYU4935	54446155E	6920/0	25/06/2013	233
LZC0021	54445343E	6599/2	18/06/2013	230 * V
LZX0767	54443877E	6920/0	07/06/2013	233
MAE0485	54444878E	6912/0	31/05/2013	232
MAI4998	55919742D	6599/2	26/06/2013	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAW6053	54443860E	6920/0	07/06/2013	233
MBQ4143	54445504E	6912/0	06/06/2013	232
MBQ4143	54445505E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MBS2135	54444532E	6912/0	27/05/2013	232
MBS2135	54444533E	5010/0	27/05/2013	162 * I
MBT3301	55920858D	5045/0	26/05/2013	162 * V
MBT3301	55920859D	6599/2	26/05/2013	230 * V
MBT9425	54445304E	6556/4	04/06/2013	230 * I
MBT9425	54445305E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MBV5111	54444819E	6599/2	28/05/2013	230 * V
MBZ2205	54444321E	6920/0	05/06/2013	233
MCC7517	54445090E	5010/0	06/06/2013	162 * I
MCK5058	54445160E	5045/0	01/06/2013	162 * V
MCL9667	54444660E	6599/2	29/05/2013	230 * V
MCM2219	54445114E	5010/0	03/06/2013	162 * I
MCM2219	54445115E	6599/2	03/06/2013	230 * V
MCO0781	54446164E	6920/0	25/06/2013	233
MCR3166	55919332D	6556/1	30/05/2013	230 * I
MCR5982	54445553E	6920/0	07/06/2013	233
MCV3161	54444424E	6912/0	25/05/2013	232
MDF2692	54444425E	6599/2	25/05/2013	230 * V
MDI9413	54444335E	6920/0	05/06/2013	233
MDO7565	54446176E	6920/0	25/06/2013	233
MEA2654	54445308E	6912/0	08/06/2013	232
MEB2433	54445071E	6599/2	04/06/2013	230 * V
MEC0670	54446157E	6920/0	25/06/2013	233
MEC1255	54444888E	5010/0	27/05/2013	162 * I
MEK8935	54443891E	6920/0	07/06/2013	233
MEL0377	54445077E	5010/0	04/06/2013	162 * I
MEL8032	55920374D	6599/2	29/05/2013	230 * V
MEP1997	54444706E	6912/0	28/05/2013	232
MEP1997	54444707E	6700/0	28/05/2013	230 * XVI
MES5058	55920660D	6912/0	30/05/2013	232
MES5058	55920661D	6408/0	30/05/2013	221
MEV5604	54445191E	6599/2	03/06/2013	230 * V
MEY2825	54445181E	6416/0	03/06/2013	221 § Único
MFC1421	54444421E	6700/0	25/05/2013	230 * XVI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFF0822	54445651E	6920/0	10/06/2013	233
MGD3132	54444402E	6637/1	17/05/2013	230 * IX
MGG0019	55909026D	6599/2	19/06/2013	230 * V
MGG0019	55909027D	5010/0	19/06/2013	162 * I
MGT6430	55057541D	6610/2	07/06/2013	230 * VII
MGT6430	55057542D	6670/0	07/06/2013	230 * XIII
MGU5127	54445152E	5045/0	01/06/2013	162 * V
MGU5127	54445153E	6912/0	01/06/2013	232
MHS9262	54444443E	6912/0	29/05/2013	232
MHT6133	54445175E	6599/2	03/06/2013	230 * V
MHY1073	54445574E	6920/0	07/06/2013	233
MHY1440	54443871E	6920/0	07/06/2013	233
MIA0050	54444441E	6610/2	29/05/2013	230 * VII
MIA0375	55055900D	6700/0	30/05/2013	230 * XVI
MIC5430	54444709E	6700/0	28/05/2013	230 * XVI
MIC5430	54444877E	6700/0	31/05/2013	230 * XVI
MIG9948	54445516E	6599/2	06/06/2013	230 * V
MII9190	55917517D	5010/0	05/06/2013	162 * I
MIO5302	54444440E	6637/2	29/05/2013	230 * IX
MKN0356	54445195E	6700/0	05/06/2013	230 * XVI
MMK1811	54444531E	6912/0	27/05/2013	232
MTO6036	54444722E	6700/0	28/05/2013	230 * XVI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 16 DE JULHO DE 2013

SANDRA MARA PEREIRA

DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 106/2013**

Portaria n° 106/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a lei n° 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear a Servidora CLAUDIA REGINA SUAVE, para substituir o servidor MAURICIO LUIZ SCHMITT na gestão do contrato n° 029/2009 firmado entre a empresa Digital Tecnologia e Serviços Ltda e a Câmara Municipal de São José.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 20 de maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Portaria N° 108/2013.

Portaria n° 108/2013

Considerando que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com a lei n° 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

Considerando o disposto no art.67 da lei 8.666/93, que determina a obrigação da Administração indicar representante para a fiscalização da execução dos contratos que firmar,

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I - Nomear o Servidor GABRIEL NIENCHOTTER, para gerir o contrato decorrente do processo de INEXIGIBILIDADE n° 001/2013, firmado entre a Câmara Municipal de São José e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 29 de maio de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

Presidente

Portaria N° 124/2013

PORTARIA N° 124/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de suas atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - REVOGAR - A Portaria n° 096/2013, que nomeou Servidor LOU-RIVALDO SANTOS, para visitar entidades que requeiram atestado de funcionamento.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 15 de julho de 2013.

SANDERSON ALMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Portaria N° 125/2013

PORTARIA N° 125/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor ODELICIO LEONEL DA SILVA, para visitar entidades que requeiram atestado de funcionamento.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 15 de julho de 2013.

SANDERSON ALEMECI DE JESUS

PRESIDENTE

Portaria N° 126/2013

PORTARIA N° 126/2013

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso de atribuições legais previstas no regimento interno.

RESOLVE:

I - NOMEAR - O Servidor MARCOS NUNES, para exercer o cargo em Comissão da Presidência de CHEFE DE TRANSPORTES, conforme Lei n° 5311 de 16/07/2013 .

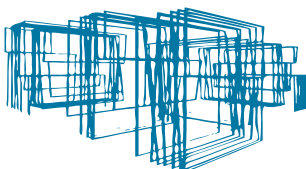
II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

III - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Câmara Municipal de São José, 16 de julho de 2013.

SANDERSON ALEMECI DE JESUS

PRESIDENTE



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br



Termo de Revogação Pregão Presencial - Nº 007/2013

TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 007/2013-
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC revoga o Processo Licitatório n.º 021/2013 na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2013

OBJETO: Contratação de Empresa de informática para fornecimento de Solução informatizada de Gestão Pública.
A presente Revogação visa garantir efetivamente os princípios da economicidade, eficiência e isonomia, de forma a atender a preservação do interesse público em todos os Atos adotados por esta Administração.
24/06/2013.

São Lourenço do Oeste**PREFEITURA****Decreto Nº 4.692, de 17 de Julho de 2013.**

DECRETO Nº 4.692, DE 17 DE JULHO DE 2013.

Fixa o valor de locação da Praça de Alimentação e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação das dependências da Praça de Alimentação e da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de formatura a ser promovida no dia 24 de agosto de 2013, pela empresa Rodrigo Costa ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.389.653/0001-00, da seguinte forma:

I - R\$ 7.768,80 (sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), correspondente a 91,17 (noventa e um vírgula dezessete) Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, para a locação da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

II - R\$ 2.031,84, correspondente a 23,85 (vinte e três vírgula oitenta e cinco) UFRM, para a locação da praça de alimentação.

§ 1º O valor total da locação, constante nos incisos I e II do art. 1º, é de R\$ 9.800,64 (nove mil, oitocentos reais e sessenta e quatro centavos), o que corresponde a 115,00 UFRM.

§ 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá evento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 17 de julho de 2013.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****Lei Complementar No133/2013**

LEI COMPLEMENTAR No133/2013

INSTITUI A GRATIFICAÇÃO PARA O MÉDICO AUDITOR E ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº004/1998.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o poder Público Municipal a conceder gratificação para o Médico Auditor que prestam assistência como referência a saúde da família, no valor de até R\$1.000,00 (um mil reais).

Art. 2º Fica alterado o Anexo I, Grupo I, da Lei Complementar nº 004/1998, incluindo gratificação no valor de até R\$1.000,00 (um mil reais) para o profissional Médico Auditor.

Art. 3º Os critérios para o recebimento da gratificação serão definidos por Decreto Municipal podendo ser adequado em conformidade com o melhor interesse público.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder (SC), 16 de julho 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ

Diretora de Recursos Humanos

ANEXO I**QUADRO PERMANENTE E GRUPOS OCUPACIONAIS**

GRUPO	ATIVIDADE	Nº. DE VA- GAS	NÍVEL
I	Atividades de Nível Superior		
	Analista de Informática	01	50 a 70
	Analista de Recursos Humanos	01	50 a 70
	Assistente Social	06	60 a 90
	Contador	01	80 a 100
	Educador Físico	01	40 a 60
	Enfermeiro	04	50 a 70
	Engenheiro Agrônomo	02	75 a 95
	Engenheiro Ambiental	01	75 a 95
	Engenheiro Civil	03	75 a 95
	Farmacêutico	02	50 a 70
	Fiscal de Tributos Municipais	02	65 a 85
	Fiscal Sanitarista I	03	50 a 70
	Fonoaudiólogo	01	50 a 70
	Médico Clínico Geral	15	106 a 126
*	Médico Cardiologista	01	110 a 130
*	Médico Ginecologista	01	110 a 130
*	Médico Pediatra	01	110 a 130
	Médico Plantonista	01	131 a 151



*	Médico Auditor	01	110 a 130
*	Médico do Trabalho	01	110 a 130
*	Médico Psiquiatra	01	110 a 130
	Médico Veterinário	02	75 a 95
	Músico Regente I	01	50 a 70
	Nutricionista	03	50 a 70
	Odontólogo	10	106 a 126
	Psicólogo	06	50 a 70
	Psicopedagogo	03	50 a 70
	Técnico em Esportes	03	50 a 70
	Terapeuta Ocupacional	01	50 a 70

* Gratificação de até R\$ 1.000,00 (um mil reais), conforme regras a serem definidas por Decreto Municipal.

Portaria No5.197/2013, de 16 de Julho de 2013

PORTARIA No5.197/2013, DE 16 DE JULHO DE 2013
PARALISA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990 e,

Considerando a falta de demanda de alunos;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a paralisação por tempo indeterminado das atividades pedagógicas do Ensino Fundamental da Escola Municipal Castro Alves, situada na Estrada Duas Mamas, localidade de Duas Mamas, neste Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 16 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Portaria No5.198/2013, de 16 de Julho de 2013

PORTARIA No5.198/2013, DE 16 DE JULHO DE 2013
PARALISA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NO JARDIM DE INFÂNCIA FLOR DO CAMPO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 5 de abril de 1990 e,

Considerando a falta de demanda de alunos;

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a paralisação por tempo indeterminado das atividades pedagógicas da Educação Infantil do Jardim de Infância Flor do Campo, situada na Estrada Rancho Bom, localidade de

Rancho Bom, neste Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 16 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Portaria Nº 5.199/2013, de 17 de Julho de 2013.

PORTARIA Nº 5.199/2013, de 17 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Talita Siemann Santos Pereira, em 16 de julho de 2013;

Considerando que o Concurso Público nº 01/2012 e o Processo Seletivo nº 03/2012 ainda estão vigentes, porém, as listas de candidatos foram exauridas;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.672/2013, de 16/07/2013, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Claudio Pércles de Andrade dos Santos Cruz, para exercer o cargo de Médico - ESF, percebendo o nível salarial nº 01 (ESF), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, no Decreto nº 2.672/2013, de 16/07/2013, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 17 de julho de 2013.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal



HALINA TEMOTHIO
Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

JÉSSICA TAIANE WALZ
Diretora de Recursos Humanos

Termo Aditivo N°. A31/2013 - PMS

TERMO ADITIVO N°. A31/2013 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 55/2012-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n°. 80.957.400/0001-29, com sede na Rua Presidente Epitácio Pessoa, n°. 342, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul (SC), CEP. 89.260-160, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelos Senhores Werner Ricardo Voigt, inscrito no CPF sob o no 009.954.369-91, portador da Carteira de Identidade no 80.494-SSP-SC, e Miriam Voigt Schmartz, inscrita no CPF sob o no 514.080.829-34, portadora da Carteira de Identidade no 15/R 767.786-SSP-SC.

Considerando o Contrato Administrativo n°. 55/2012-PMS, celebrado em 02 de maio de 2012, proveniente do processo licitatório n. 55/2012-PMS, modalidade Dispensa de Licitação n°. 07/2012-PMS, para locação de imóvel, matriculado sob o n° 21.915, localizado na R.Mal.Castelo Branco, nº3.905 em Schroeder, edificado com dois prédios para fins educacionais, sendo um com área total de 1.813,98m² e outro de 1.390,41m², ambos com três pavimentos, com estacionamento e área privativa.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer no valor de R\$ 3.729,60 (três mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), divididos por 10 (dez) meses, devido ao reajuste pelo índice do IGPM - FGV, conforme a Cláusula 4ª. do contrato. Passando portanto o preço de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) mensais, com o reajuste do IGPM-FGV acumulado de 6,216%, para R\$ 6.372,96 (seis mil reais trezentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos) mensais até 02 de maio de 2014.

Considerando-se que se enquadra-se nos termos do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula 1ª e a Cláusula 4ª do contrato, sendo aditivado o valor de R\$ 3.729,60 (três mil setecentos e vinte e nove reais e sessenta centavos), divididos por 10 (dez) meses, passando para R\$ 6.372,96 (seis mil reais trezentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos) mensais até 02 de maio de 2014.

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 55/2012-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor

e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de julho de 2013.

CONTRATADA:

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA

Werner Ricardo Voigt

CPF no 009.954.369-91

DABLIUVE ADMINISTRADORA LTDA

Miriam Voigt Schmartz

CPF no 514.080.829-34,

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____

NOME: ORLANDO TECILLA

CPF n°. 311.753.079-34

2ª _____

NOME: DANIELA SAMULESCKI

CPF n°. 053.350.739-18

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto 094/2013

DECRETO Nº 094, DE 16 JULHO 2013.

"Regulamentada a Lei Municipal nº 954, de 22 DE MARÇO de 2013, que cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC."

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos do disposto na Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Municipal nº 954, de 22 DE MARÇO de 2013 (criação da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC),

DECRETA:

Art. 1º - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC é o Órgão da Administração Pública Municipal responsável pela Coordenação de ações de Defesa Civil no Município.

Art. 2º - São atividades da COMPDEC:

- I. Coordenar e executar as ações de Defesa Civil;
- II. Manter atualizadas e disponíveis as informações relacionadas à Defesa Civil;
- III. Elaborar e implementar planos, programas e projetos da Defesa Civil;
- IV. Elaborar Plano de Ação Anual visando o atendimento das ações em tempo de normalidade, bem como, das ações emergenciais, com a garantia dos recursos no Orçamento Municipal;
- V. Prever recursos orçamentários próprios necessários às ações assistenciais de recuperação ou preventivas, como contrapartida às transferências de recursos da União, na forma da legislação vigente;
- VI. Capacitar recursos humanos para as ações de Defesa Civil;
- VII. Manter o órgão central do SINPDEC informado sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil;
- VIII. Propor à autoridade competente a declaração de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública, observando

os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - COMDEC;

IX. Executar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

X. Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

XI. Promover campanhas públicas e educativas com a Defesa Civil, através da mídia local;

XII. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno;

XIII. Comunicar aos órgãos competentes quando a produção, o manuseio ou o transporte de produtos perigosos puser em perigo a população;

XIV. Implantar programas de treinamento pra voluntariado;

XV. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

XVI. Estabelecer intercâmbio de ajuda com outros Municípios;

XVII. Promover mobilização comunitária visando à implantação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil - NUPDEC, nos bairros e distritos.

Art. 3º - A COMPDEC tem a seguinte estrutura:

I. Coordenador;

II. Conselho Municipal;

III. Secretaria;

IV. Setor Técnico;

V. Setor Operativo.

Parágrafo Único - O Coordenador e os dirigentes da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil serão designados pelo Prefeito Municipal mediante Portaria.

Art.4º - Ao Coordenador ou Secretário-Executivo da COMDEC compete:

I. Convocar as reuniões da Coordenadoria;

II. Dirigir a Entidade representando-a perante os Órgãos Governamentais e Não Governamentais.

III. Propor ao Conselho Municipal o Plano de Trabalho da COMPDEC;

IV. Participar das votações e declarar aprovadas as Resoluções;

V. Resolver os casos omissos e praticar todos os atos necessários ao regular funcionamento da COMPDEC;

VI. Propor aos demais membros, em reunião previamente marcada, os Planos Orçamentários, obras e serviços, bem como outras despesas, dentro da finalidade a que se propõe a COMPDEC.

Parágrafo Único - O Coordenador da COMPDEC poderá delegar atribuições aos membros do Conselho, sempre que achar necessário ao bom cumprimento das finalidades da entidade, observando os termos legais.

Art. 5º - O Conselho Municipal poderá ser constituído de membros assim qualificados:

- Representantes da Secretaria Municipal Ação Social;
- Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura;
- Representantes da Secretaria Municipal de Administração;
- Representantes da EPAGRI;
- Representantes do Comércio e Indústria;
- Representantes da Sociedade Civil;

Parágrafo Único - Os integrantes do Conselho Municipal não receberão remuneração, salvo em viagem a serviço fora da Sede do Município restringindo-se às despesas de pousada, alimentação e transporte devidamente comprovadas.

Art.6º - À Secretaria (ou apoio administrativo) compete:

I. Implantar e manter atualizados o cadastro de recursos humanos, materiais e equipamentos a serem convocados e utilizados em situações de anormalidades;

II. Secretariar e apoiar as reuniões do Conselho Municipal de Defesa Civil;

Art.7º - Setor Técnico compete:

I. Implantar o banco de dados e elaborar os mapas temáticos sobre ameaças, vulnerabilidades e riscos de desastres;

II. Implantar programas de treinamento para voluntariado da COMPDEC;

III. Promover campanhas públicas e educativas para estimular o envolvimento da população, motivando ações relacionadas com a defesa civil, através da mídia local;

IV. Estar atenta às informações de alerta dos órgãos de previsão e acompanhamento para executar planos operacionais em tempo oportuno.

Art. 8º - Ao Setor Operativo compete:

I - Implementar ações de medidas não-estruturais e medidas estruturais;

II - Executar a distribuição e o controle de suprimentos necessários em situações de desastres.

Art. 9º - No exercício de suas atividades poderá a COMPDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que esta sujeita à população, em circunstâncias de desastres.

Art. 10º - Os recursos do Fundo Especial para a Defesa Civil Municipal poderão ser utilizados para as seguintes despesas:

a) Diárias e transportes;

b) Aquisição de material de consumo;

c) Serviços de terceiros;

d) Aquisição de bens de capital (equipamentos, instalações e material permanente);

e) Obras e reconstrução.

Art. 11º - A comprovação das despesas realizadas à conta do Fundo Especial será feita mediante os seguintes documentos:

a) Fatura e Nota Fiscal;

b) Balancete evidenciando receita e despesa;

c) Nota de pagamento.

Art. 12º - A Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, poderá fazer constar dos currículos escolares da Rede de Ensino Municipal, noções gerais sobre os procedimentos de Defesa Civil.

Art. 13º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando-se as disposições em contrários.

Gabinete do Prefeito, 16 de Julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Portaria N°033/2013

PORTARIA Nº 033/2013 DE 16/07/2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta-SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 5º da lei nº 954/2013 de 22 de março de 2013.

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a \coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

-Coordenador - Sr. ALEX CERZOLLI, Sec. Da Agricultura;
-Setor técnico - Sr. VOLNEI LUIZ FICAGNA, Dir. Da Assistência Social;
Srª. ELIZABETH CRISTINA SCHLATTER, Epagri;
Sr. DELMAR FRANTZ, Sec. Do Planejamento e Finanças;
Sr. GILBERTO RIGO, Rep. Do Comércio e Indústria;
Sr. VOLMIR CERIZOLLI, Rep. Da Sociedade Civil;

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de Julho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

Lei 1.681/2013

LEI Nº 1.681, de 09 de Julho de 2013.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a aderir ao Programa BADESC CIDADES II e tomar empréstimo junto ao BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DE SANTA CATARINA S/A e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC CIDADES II.

Art. 2º - A adesão ao Programa BADESC CIDADES II propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Terreno, Infra-estrutura e Construção.

Art. 3º - Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC CIDADES II, até o montante de R\$ 500.000,00(quinhetos mil reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, até o limite do valor do financiamento.

Art. 4º - Para dar continuidade ao Programa BADESC CIDADES II,

o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subseqüentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º - Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5% (cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa de juros de longo prazo - TJLP, ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Timbé do Sul, em 09 de Julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.682/2013

LEI Nº 1.682, DE 16 DE JULHO DE 2013

AUTORIZA A DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO POR DESUSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, faz saber a todos os habitantes que Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Timbé do Sul, nos termos estabelecidos pelo Art 8º, § 3º da Lei Orgânica Municipal, autorizado a proceder a doação de imóvel público constituído de um terreno com área de 1.500,00 m2 (Um mil e quinhentos metros quadrados) localizado em Serra Velha II, neste Município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Turvo sob nº 14.419 e um prédio de alvenaria onde funcionava a Escola Municipal de Ensino Fundamental Serra Velha II, edificada sobre o mesmo terreno, em favor da Senhora Silvana Moreira Lopes, CPF nº 732.222.320/91 e RG nº 4098672209.

Art. 2º - Ao donatário caberá todas as despesas decorrentes da transferência física bem como escrituração do imóvel.

Art. 3º - O Município de Timbé do Sul procederá a redação e assinatura do competente termo de doação no prazo de 120 (dias) da vigência da presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Timbé do Sul - SC, 16 de julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei nesta Secretaria na data supra

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Lei 1.683/2013

LEI Nº 1.683 16 DE JULHO DE 2013.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL DO EXERCÍCIO DE 2.013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado e Abrir Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente no SAMAE de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) para a dotação abaixo identificada:

2.030-Manutenção do SAMAE.

(9)3.3.90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas

R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

1.022-Implantação Sistema de Esgoto Santário.

(3)4.4..90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas

R\$ 13.000,00

Art. 3º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de julho de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

PUBLICADA E REGISTRADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA NA DATA SUPRA.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e finanças

Decreto 109/2013

DECRETO Nº 109, DE 08 DE JULHO DE 2013.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitida a Servidora LILIAN CRISTINA TRAMONTIN, matrícula nº 2807, do Cargo de Auxiliar Administrativo, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 08 de Julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 110/2013

DECRETO 110, DE 08 DE JULHO DE 2013.

Convoca a Conferência Municipal de Cultura de Timbé do Sul/SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento nos artigos 215, 216 e 216-A da Constituição Federal de 1988 e no disposto no Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura, aprovado pela Portaria nº 33, de 16 de abril de 2013, do Ministério de Estado da Cultura;

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura, etapa integrante da 3ª Conferência Nacional de Cultura, a realizar-se no dia 09 de agosto de 2013, na Associação de Moradores do Bairro São Luiz, localizado no Bairro São Luiz, sob a coordenação da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 2º São objetivos da Conferência Municipal de Cultura:

I - Propor estratégias de articulação e cooperação institucional com demais entes públicos municipais e destes com a sociedade civil, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que dinamizem a participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura para implementação e consolidação do Sistema Municipal de Cultura envolvendo os respectivos componentes;

II - Debater experiências de elaboração e implementação de Planos Municipais de Cultura ao socializar metodologias e conhecimentos;

III - Discutir a cultura local nos seus aspectos de identidade, da memória, da produção simbólica, da gestão, da sua proteção e salvaguarda, da participação social e da plena cidadania;

IV - Propor estratégias para reconhecimento e fortalecimento da cultura como um dos fatores determinantes do desenvolvimento sustentável;

V - Promover o debate, intercâmbio e compartilhamento de conhecimentos, linguagens e práticas, valorizar o fomento, a formação, a criação, a divulgação e preservação da diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

VI - Propor estratégias para proporcionar aos fazedores de cultura locais o acesso aos meios de produção, assim como propor estratégias para universalizar seu acesso à produção e à fruição dos bens, serviços e espaços culturais;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e o funcionamento de fóruns e redes locais em prol da Cultura;

VIII - Contribuir para a integração das políticas públicas locais que apresentam interface com a cultura; e

IX - Avaliar os resultados obtidos nas Conferências Municipais de Cultura anteriores.

Art. 3º O tema geral da Conferência Municipal de Cultura será "UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA", na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional, conforme definido no Artigo 2º do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 4º Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a Conferência Municipal de Cultura contará com a Comissão Organizadora Municipal, composta por no mínimo cinco e no máximo sete integrantes entre representantes do executivo e legislativo municipal e da sociedade civil local, que terão as seguintes atribuições, conforme art. 24 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura:

I - definir o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura, que deve conter os critérios de participação da sociedade civil;

II - definir data, local, pauta e programação da Conferência;

III - organizar a Conferência Municipal de Cultura;

IV - assegurar lisura, veracidade e publicidade de todos os atos e procedimentos relacionados à realização da 3ª Conferência

Municipal de Cultura;

V - acompanhar o processo de sistematização das propostas da 3ª Conferência Municipal de Cultura; e

VI - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

§1º Fica a Secretária Lurdete Velho Ghellere, responsável pela coordenação da Comissão Organizadora Municipal.

§2º A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Nacional as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, até 10 dias após a data da publicação da convocação, para o e-mail conferencianacional@cultura.gov.br.

Art. 5º Cabe a Conferência Municipal de Cultura eleger os delegados municipais para a Conferência Estadual de Cultura do Estado. Parágrafo único. A eleição dos delegados aludidos no presente artigo será realizada em plenária, conforme critérios definidos no Anexo III da Portaria nº 33 de 16 de abril de 2013, do Ministério da Cultura.

Art. 6º A Conferência Municipal de Cultura de Timbé do Sul será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pela Secretária de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 7º As despesas relacionadas à realização da Conferência Municipal de Cultura, bem como o deslocamento e a hospedagem dos delegados eleitos para a etapa estadual são de responsabilidade do município, conforme artigo 25 do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado na íntegra o Decreto 102/2013.

Timbé do Sul/SC, 08 de julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 111/2013

DECRETO Nº. 111, DE 15 DE JULHO DE 2013.

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica e em conformidade com a Lei Municipal n. 1.114/2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica admitida BARBARA PIZZOLO TRAMONTIN, CPF Nº 067.958.789-61 e RG nº 4.209.531, para ocupar o cargo de Nutricionista / 20 hs/semanais, Nível 1011, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL (SC), 15 DE JULHO DE 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 112/2013

DECRETO Nº 112, DE 16 DE JULHO DE 2013.

DEMITE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a 1.114/2002, de 05/02/2002;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido o Servidor RANJEL MAFFIOLETTE, matrícula nº 2835, do Cargo de Vigilante Ambiental, Quadro de Pessoal Temporário da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

TIMBÉ DO SUL - SC, 16 de Julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto 113/2013

DECRETO Nº 113, DE 16 DE JULHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO VIGENTE NO SAMAE DE TIMBÉ DO SUL DO EXERCÍCIO DE 2.013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.683 de 16/07/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Vigente no SAMAE de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 13.000,00(treze mil reais) para a dotação abaixo identificada: 2.030-Manutenção do SAMAE.

(9)3.3.90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas
R\$ 13.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

1.022-Implantação Sistema de Esgoto Sanitário.

(3)4.4..90.00.00.00.00.0.2.080 - Aplicações Diretas
R\$ 13.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 16 de julho de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e finanças

Decreto 99/2013

DECRETO Nº 99 de 17 de junho de 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.675 de 11/06/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar Especial ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor total de R\$ 3.000,00(tres mil reais) para a dotação abaixo identificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.023- Manutenção da Vigilância Epidemiológica
(27) 4.4.90.00.00.00.00.0046 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

Art. 2º - Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar especial de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da dotação abaixo especificada:

02 - Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul
06.01 - Fundo Municipal de Saúde
2.023 - Manutenção da Vigilância Epidemiológica
(24) 3.3.90.00.00.00.00.0046-Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 17 de junho de 2013

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e finanças

Portaria 64/2013

PORTARIA Nº 64, DE 08 DE JULHO DE 2013.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a Servidora ZENAIDE GHELLERE ARAÚJO, matrícula nº 2850, ocupante do cargo de Chefe do Serviço de inspeção Municipal, gratificação de 30% sobre seus vencimentos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 08 de julho de 2013.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

Timbó**PREFEITURA****Lei Complementar Nº 432, de 18 de Julho de 2013**

LEI COMPLEMENTAR Nº 432, DE 18 DE JULHO DE 2013

Altera a LC nº 142/1998 para instituir a base de cálculo do ISSQN dos prestadores de serviços elencados nos itens 4.22 e 4.23.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º A Lei Complementar nº 142 de 21/12/1998 que institui o novo Código Tributário do Município de Timbó, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Subseção I

Da Base de Cálculo dos Prestadores de Serviços Enquadrados nos itens 4.22 e 4.23

Art.277 A- Na determinação da base de cálculo dos prestadores de serviços enquadrados nos itens 4.22 e 4.23, serão deduzidos, da receita operacional bruta mensal:

- a) Os valores repassados a outras associadas pelos serviços prestados a seus clientes decorrentes de ato cooperativo assim entendido como tal aquele praticado entre as cooperativas e seus associados, entre estes e aquelas e pelas cooperativas entre si, objetivando a consecução de seus objetivos sociais;
- b) Os valores repassados às pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado pelos serviços prestados aos seus clientes, tais como, médicos, hospitais, clínicas, laboratórios, odontólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais e demais prestadores de serviços na área da saúde, bem como os materiais e medicamentos utilizados nos atendimentos;
- c) Os valores repassados a seus clientes a título de reembolso, pelas despesas médicas pagas por esses;
- d) Os valores relativos a prêmios de seguros para cobertura de despesas decorrentes de falecimento dos titulares dos planos de saúde;
- e) Os valores relativos a ressarcimento de despesas médicas e hospitalares ao Sistema Único de Saúde - SUS e a parcela das contraprestações pecuniárias destinada à constituição de províões técnicas;
- f) As faturas canceladas.

§1º. Serão igualmente deduzidos da receita operacional bruta mensal, para efeito de base de cálculo do ISSQN, os valores dos serviços prestados em outros municípios, pelas pessoas físicas ou jurídicas cooperadas, credenciadas ou contratadas, cujo tributo será recolhido no respectivo município.

§2º. As empresas de que trata o caput não estão sujeitas ao regime de substituição tributária, na qualidade de substituto.”

Art.2 º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Timbó, em 18 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.
LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PEGASO

Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



Por meio deste sistema de gestão, é possível organizar serviços, fluxos e protocolos de atendimento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e dos Centros Especializado de Assistência Social (CREAS), bem como serviços de alta complexidade, conforme a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Algumas contribuições do PEGASO para as secretarias municipais de assistência social são:

- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br

Lei Nº 2651, de 18 de Julho de 2013

LEI Nº 2651, DE 18 DE JULHO DE 2013

Autoriza acordo judicial com a Unimed de Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a consolidar o passivo tributário, a título de ISSQN, existente entre o Município de Timbó e a Unimed de Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico, nos exercícios compreendidos entre janeiro/2002 a junho/2006 e julho/2006 a maio/2013, no valor total de R\$ 807.061,16 (oitocentos e sete mil, sessenta e um reais e dezesseis centavos), cuja apuração adotou a sistemática de cálculo estabelecida na decisão do Superior Tribunal de Justiça exarada no REsp nº 12373112 SP 2011/0019397-6 de 20/10/2011, de conformidade com a planilha em anexo.

§1º. Sobre o valor apurado no caput foi aplicada correção monetária conforme variação anual da UFM – Unidade Fiscal do Município, acrescido ainda de 2% de multa de mora.

§2º. Sobre o período compreendido entre janeiro/2002 a junho/2006 é concedida a remissão dos juros e da multa punitiva aplicada em decorrência da ação fiscal.

§3º. Sobre o período compreendido entre julho/2006 a maio/2013 é concedida a anistia e remissão dos juros incidentes.

§4º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar acordo nos autos da ação de Execução Fiscal nº 073.09.000906-4 e Embargos à Execução nº 073.09.004783-7 perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Timbó-SC, mediante o pagamento pela Unimed de Blumenau Cooperativa de Trabalho Médico dos valores estipulados no caput, em documento oficial emitido pela municipalidade.

Art.2º Decorrente da consolidação do débito tributário de que trata o artigo anterior, fica o Executivo autorizado a proceder às retificações que se fizerem necessárias para ajustar os lançamentos tributários.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 18 de julho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

PLANILHA - APURAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (VALORES EM R\$)

UNIMED DE BLUMENAU COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

PERÍODO DE APURAÇÃO - JANEIRO/2002 a MAIO/2013

ANO	UFM								
2002	1,2913								
2003	1,6181								
2004	1,7685								
2005	1,9029								
2006	2,0112								
2007	2,0744								
2008	2,1669								
2009	2,2947								
2010	2,3936								
2011	2,5351								
2012	2,6999								
2013	2,8576								

Metodologia p/ apuração da base de cálculo: Receita de Contratos Timbó (-) Custo dos Contratos Timbó

Valor devido, corrigido monetariamente de acordo com variação da UFM 2002 a 2013, acrescido de multa de mora de 2%

Período	Receita	Custo	Base			Valor	JUROS			TOTAL A
MÊS	Contratos	Contratos	Cálculo	ISS	Atualização	Atualizado			MULTA	RECOLHER
ANO	Timbó	Timbó	Timbó	3%	UFM	UFM	%	VALOR	2%	c/ multa 2%
jan/02	357.116,60	239.152,17	117.964,43	3.538,93	4.292,60	7.831,53	0%	-	156,63	7.988,16
fev/02	364.475,40	269.817,94	94.657,46	2.839,72	3.444,48	6.284,21	0%	-	125,68	6.409,89
mar/02	364.771,23	306.056,40	58.714,83	1.761,44	2.136,57	3.898,01	0%	-	77,96	3.975,97
abr/02	374.529,81	347.561,74	26.968,07	809,04	981,34	1.790,38	0%	-	35,81	1.826,19
mai/02	379.711,81	306.074,65	73.637,16	2.209,11	2.679,58	4.888,69	0%	-	97,77	4.986,46
jun/02	384.245,98	306.881,92	77.364,06	2.320,92	2.815,19	5.136,12	0%	-	102,72	5.238,84
jul/02	385.067,98	347.725,07	37.342,91	1.120,29	1.358,87	2.479,15	0%	-	49,58	2.528,74
ago/02	397.385,70	348.396,31	48.989,39	1.469,68	1.782,67	3.252,35	0%	-	65,05	3.317,40
set/02	401.252,10	350.968,56	50.283,54	1.508,51	1.829,76	3.338,27	0%	-	66,77	3.405,04
out/02	396.434,30	379.314,05	17.120,25	513,61	622,99	1.136,59	0%	-	22,73	1.159,33
nov/02	402.479,01	329.401,04	73.077,97	2.192,34	2.659,23	4.851,57	0%	-	97,03	4.948,60
dez/02	399.755,71	303.463,18	96.292,53	2.888,78	3.503,98	6.392,76	0%	-	127,86	6.520,61
jan/03	399.956,83	318.165,59	81.791,24	2.453,74	1.879,62	4.333,35	0%	-	86,67	4.420,02
fev/03	406.431,24	393.591,87	12.839,37	385,18	295,06	680,24	0%	-	13,60	693,84
mar/03	404.008,22	420.292,42	16.284,20	-	-	-	0%	-	-	-
abr/03	408.402,36	390.771,38	17.630,98	528,93	405,17	934,10	0%	-	18,68	952,78
mai/03	417.977,42	393.110,17	24.867,25	746,02	571,47	1.317,48	0%	-	26,35	1.343,83
jun/03	387.205,82	505.357,35	118.151,53	-	-	-	0%	-	-	-
jul/03	385.512,73	476.017,74	90.505,01	-	-	-	0%	-	-	-

ago/03	439.921,10	403.852,68	36.068,42	1.082,05	828,88	1.910,93	0%	-	38,22	1.949,15
set/03	452.700,99	516.199,98	63.498,99	-	-	-	0%	-	-	-
out/03	463.374,98	429.801,71	33.573,27	1.007,20	771,54	1.778,73	0%	-	35,57	1.814,31
nov/03	489.074,37	384.024,58	105.049,79	3.151,49	2.414,11	5.565,61	0%	-	111,31	5.676,92
dez/03	509.652,83	253.033,02	256.619,81	7.698,59	5.897,29	13.595,89	0%	-	271,92	13.867,80
jan/04	513.913,27	271.389,83	242.523,44	7.275,70	4.480,62	11.756,32	0%	-	235,13	11.991,44
fev/04	523.771,19	375.171,29	148.599,90	4.458,00	2.745,38	7.203,38	0%	-	144,07	7.347,44
mar/04	520.369,21	414.913,81	105.455,40	3.163,66	1.948,29	5.111,95	0%	-	102,24	5.214,19
abr/04	527.166,01	405.190,01	121.976,00	3.659,28	2.253,50	5.912,78	0%	-	118,26	6.031,04
mai/04	533.303,34	499.107,02	34.196,32	1.025,89	631,78	1.657,67	0%	-	33,15	1.690,82
jun/04	544.143,90	387.261,02	156.882,88	4.706,49	2.898,41	7.604,89	0%	-	152,10	7.756,99
jul/04	540.460,09	325.940,74	214.519,35	6.435,58	3.963,24	10.398,82	0%	-	207,98	10.606,80
ago/04	553.038,79	416.438,22	136.600,57	4.098,02	2.523,69	6.621,71	0%	-	132,43	6.754,14
set/04	556.111,91	419.002,34	137.109,57	4.113,29	2.533,10	6.646,38	0%	-	132,93	6.779,31
out/04	557.802,80	357.229,35	200.573,45	6.017,20	3.705,59	9.722,79	0%	-	194,46	9.917,25
nov/04	563.488,16	456.068,08	107.420,08	3.222,60	1.984,58	5.207,19	0%	-	104,14	5.311,33
dez/04	567.417,58	367.743,67	199.673,91	5.990,22	3.688,97	9.679,19	0%	-	193,58	9.872,77
jan/05	565.170,19	346.661,67	218.508,52	6.555,26	3.288,82	9.844,08	0%	-	196,88	10.040,96
fev/05	581.009,12	422.664,54	158.344,58	4.750,34	2.383,28	7.133,62	0%	-	142,67	7.276,29
mar/05	573.127,60	420.396,17	152.731,43	4.581,94	2.298,80	6.880,74	0%	-	137,61	7.018,35
abr/05	581.736,21	386.723,74	195.012,47	5.850,37	2.935,18	8.785,55	0%	-	175,71	8.961,26
mai/05	585.968,34	505.409,95	80.558,39	2.416,75	1.212,50	3.629,26	0%	-	72,59	3.701,84
jun/05	588.062,44	533.063,25	54.999,19	1.649,98	827,81	2.477,78	0%	-	49,56	2.527,34
jul/05	603.559,15	574.365,36	29.193,79	875,81	439,40	1.315,22	0%	-	26,30	1.341,52
ago/05	607.891,19	614.692,73	6.801,53	-	-	-	0%	-	-	-
set/05	611.372,49	534.696,32	76.676,17	2.300,29	1.154,07	3.454,36	0%	-	69,09	3.523,44
out/05	613.099,43	460.051,83	153.047,60	4.591,43	2.303,56	6.894,98	0%	-	137,90	7.032,88
nov/05	622.299,44	525.635,85	96.663,59	2.899,91	1.454,91	4.354,81	0%	-	87,10	4.441,91
dez/05	632.634,99	557.695,26	74.939,73	2.248,19	1.127,94	3.376,13	0%	-	67,52	3.443,65
jan/06	625.938,41	412.211,38	213.727,03	6.411,81	2.698,37	9.110,18	0%	-	182,20	9.292,38
fev/06	634.003,94	614.050,40	19.953,55	598,61	251,92	850,53	0%	-	17,01	867,54
mar/06	635.874,89	483.977,79	151.897,11	4.556,91	1.917,75	6.474,66	0%	-	129,49	6.604,15
abr/06	642.567,29	437.402,10	205.165,19	6.154,96	2.590,27	8.745,23	0%	-	174,90	8.920,13

mai/06	649.775,17	496.338,85	153.436,32	4.603,09	1.937,18	6.540,27	0%	-	130,81	6.671,07
jun/06	657.839,21	413.711,86	244.127,35	7.323,82	3.082,18	10.406,00	0%	-	208,12	10.614,12
Total 1	27.284.360,27	22.154.236,00	5.130.124,27	162.760,97	106.431,45	269.192,42	-	-	5.383,85	274.576,27
jul/06	640.437,78	662.610,66	22.172,88	-	-	-	0%	-	-	-
ago/06	661.308,53	610.866,53	50.442,00	1.513,26	636,85	2.150,11	0%	-	43,00	2.193,11
set/06	670.114,72	472.999,59	197.115,13	5.913,45	2.488,64	8.402,09	0%	-	168,04	8.570,13
out/06	662.307,32	634.011,67	28.295,65	848,87	357,24	1.206,11	0%	-	24,12	1.230,23
nov/06	671.193,38	570.904,95	100.288,43	3.008,65	1.266,17	4.274,82	0%	-	85,50	4.360,32
dez/06	674.782,23	492.491,14	182.291,09	5.468,73	2.301,48	7.770,21	0%	-	155,40	7.925,62
jan/07	674.849,65	476.108,56	198.741,09	5.962,23	2.251,07	8.213,30	0%	-	164,27	8.377,57
fev/07	677.098,55	507.624,86	169.473,69	5.084,21	1.919,57	7.003,78	0%	-	140,08	7.143,86
mar/07	686.635,32	740.020,08	53.384,76	-	-	-	0%	-	-	-
abr/07	679.875,18	520.191,04	159.684,14	4.790,52	1.808,69	6.599,21	0%	-	131,98	6.731,19
mai/07	691.785,07	667.139,33	24.645,74	739,37	279,15	1.018,53	0%	-	20,37	1.038,90
jun/07	699.909,57	463.630,43	236.279,14	7.088,37	2.676,25	9.764,62	0%	-	195,29	9.959,92
jul/07	702.763,15	467.126,68	235.636,47	7.069,09	2.668,97	9.738,07	0%	-	194,76	9.932,83
ago/07	722.546,75	595.896,80	126.649,95	3.799,50	1.434,52	5.234,02	0%	-	104,68	5.338,70
set/07	721.027,79	489.110,82	231.916,97	6.957,51	2.626,84	9.584,35	0%	-	191,69	9.776,04
out/07	732.923,15	523.097,12	209.826,03	6.294,78	2.376,63	8.671,41	0%	-	173,43	8.844,83
nov/07	733.321,37	616.987,44	116.333,93	3.490,02	1.317,67	4.807,69	0%	-	96,15	4.903,85
dez/07	724.709,23	460.652,49	264.056,74	7.921,70	2.990,88	10.912,58	0%	-	218,25	11.130,83
jan/08	735.662,46	576.171,63	159.490,83	4.784,72	1.525,13	6.309,86	0%	-	126,20	6.436,05
fev/08	743.944,28	606.534,40	137.409,88	4.122,30	1.313,98	5.436,28	0%	-	108,73	5.545,01
mar/08	733.630,60	609.325,67	124.304,93	3.729,15	1.188,67	4.917,81	0%	-	98,36	5.016,17
abr/08	745.385,99	640.767,53	104.618,46	3.138,55	1.000,41	4.138,97	0%	-	82,78	4.221,75
mai/08	743.276,19	761.792,93	18.516,74	-	-	-	0%	-	-	-
jun/08	749.757,92	651.795,96	97.961,96	2.938,86	936,76	3.875,62	0%	-	77,51	3.953,13
jul/08	770.089,37	826.843,56	56.754,19	-	-	-	0%	-	-	-
ago/08	779.894,98	634.288,13	145.606,85	4.368,21	1.392,37	5.760,57	0%	-	115,21	5.875,78
set/08	774.068,78	650.021,53	124.047,25	3.721,42	1.186,20	4.907,62	0%	-	98,15	5.005,77
out/08	815.083,31	926.382,09	111.298,78	-	-	-	0%	-	-	-
nov/08	779.179,24	624.758,65	154.420,59	4.632,62	1.476,65	6.109,27	0%	-	122,19	6.231,45

dez/08	778.327,86	551.081,20	227.246,66	6.817,40	2.173,05	8.990,45	0%	-	179,81	9.170,26
jan/09	783.758,82	609.584,32	174.174,50	5.225,24	1.281,77	6.507,01	0%	-	130,14	6.637,15
fev/09	784.860,61	565.608,96	219.251,65	6.577,55	1.613,50	8.191,05	0%	-	163,82	8.354,87
mar/09	809.123,47	659.909,00	149.214,48	4.476,43	1.098,09	5.574,52	0%	-	111,49	5.686,01
abr/09	803.062,79	727.474,68	75.588,11	2.267,64	556,26	2.823,91	0%	-	56,48	2.880,38
mai/09	802.384,46	688.695,17	113.689,29	3.410,68	836,65	4.247,33	0%	-	84,95	4.332,28
jun/09	840.839,54	628.229,40	212.610,14	6.378,30	1.564,63	7.942,93	0%	-	158,86	8.101,79
jul/09	822.632,14	574.771,67	247.860,47	7.435,81	1.824,04	9.259,85	0%	-	185,20	9.445,05
ago/09	844.198,78	672.285,16	171.913,62	5.157,41	1.265,14	6.422,54	0%	-	128,45	6.550,99
set/09	847.092,53	540.248,98	306.843,55	9.205,31	2.258,10	11.463,41	0%	-	229,27	11.692,68
out/09	853.971,07	664.459,23	189.511,84	5.685,36	1.394,64	7.080,00	0%	-	141,60	7.221,60
nov/09	863.480,76	773.075,36	90.405,41	2.712,16	665,31	3.377,47	0%	-	67,55	3.445,02
dez/09	857.681,68	497.382,64	360.299,04	10.808,97	2.651,49	13.460,46	0%	-	269,21	13.729,67
jan/10	871.595,26	539.564,24	332.031,02	9.960,93	1.930,93	11.891,86	0%	-	237,84	12.129,70
fev/10	884.214,26	595.624,85	288.589,42	8.657,68	1.678,29	10.335,98	0%	-	206,72	10.542,70
mar/10	882.265,18	884.851,34	2.586,16	-	-	-	0%	-	-	-
abr/10	891.249,64	600.180,34	291.069,30	8.732,08	1.692,72	10.424,79	0%	-	208,50	10.633,29
mai/10	903.380,91	660.557,46	242.823,45	7.284,70	1.412,14	8.696,85	0%	-	173,94	8.870,78
jun/10	913.000,54	645.505,95	267.494,59	8.024,84	1.555,62	9.580,45	0%	-	191,61	9.772,06
jul/10	962.117,93	917.415,87	44.702,06	1.341,06	259,97	1.601,03	0%	-	32,02	1.633,05
ago/10	975.296,97	700.842,63	274.454,34	8.233,63	1.596,09	9.829,72	0%	-	196,59	10.026,32
set/10	980.745,87	706.386,60	274.359,27	8.230,78	1.595,54	9.826,32	0%	-	196,53	10.022,84
out/10	974.924,26	735.823,41	239.100,85	7.173,03	1.390,49	8.563,52	0%	-	171,27	8.734,79
nov/10	962.063,01	515.010,65	447.052,36	13.411,57	2.599,84	16.011,41	0%	-	320,23	16.331,64
dez/10	988.454,59	933.089,74	55.364,85	1.660,95	321,97	1.982,92	0%	-	39,66	2.022,58
jan/11	995.330,58	646.162,13	349.168,45	10.475,05	1.332,57	11.807,63	0%	-	236,15	12.043,78
fev/11	992.651,71	750.987,56	241.664,15	7.249,92	922,29	8.172,22	0%	-	163,44	8.335,66
mar/11	945.385,21	725.851,56	219.533,65	6.586,01	837,83	7.423,84	0%	-	148,48	7.572,32
abr/11	1.088.550,80	861.339,65	227.211,15	6.816,33	867,13	7.683,47	0%	-	153,67	7.837,14
mai/11	1.032.324,11	793.482,70	238.841,41	7.165,24	911,52	8.076,76	0%	-	161,54	8.238,30
jun/11	1.041.884,94	757.290,71	284.594,23	8.537,83	1.086,13	9.623,96	0%	-	192,48	9.816,44
jul/11	1.056.629,55	1.176.092,18	119.462,63	-	-	-	0%	-	-	-
ago/11	1.122.100,46	1.068.369,40	53.731,06	1.611,93	205,06	1.816,99	0%	-	36,34	1.853,33

set/11	1.107.518,25	778.155,24	329.363,01	9.880,89	1.256,99	11.137,88	0%	-	222,76	11.360,63
out/11	1.127.418,07	1.145.251,37	17.833,30	-	-	-	0%	-	-	-
nov/11	1.112.392,95	1.217.341,68	104.948,73	-	-	-	0%	-	-	-
dez/11	1.126.430,10	921.910,23	204.519,87	6.135,60	780,53	6.916,13	0%	-	138,32	7.054,45
jan/12	1.115.992,93	648.392,64	467.600,29	14.028,01	819,37	14.847,38	0%	-	296,95	15.144,33
fev/12	1.135.704,76	862.494,76	273.210,00	8.196,30	478,74	8.675,04	0%	-	173,50	8.848,54
mar/12	1.147.914,33	904.167,17	243.747,16	7.312,41	427,12	7.739,53	0%	-	154,79	7.894,32
abr/12	1.161.382,49	997.126,35	164.256,14	4.927,68	287,82	5.215,51	0%	-	104,31	5.319,82
mai/12	1.175.895,18	904.915,63	270.979,55	8.129,39	474,83	8.604,22	0%	-	172,08	8.776,30
jun/12	1.191.527,69	931.449,41	260.078,28	7.802,35	455,73	8.258,08	0%	-	165,16	8.423,24
jul/12	1.195.916,46	1.059.044,56	136.871,90	4.106,16	239,84	4.346,00	0%	-	86,92	4.432,92
ago/12	1.245.172,04	1.172.663,08	72.508,96	2.175,27	127,06	2.302,33	0%	-	46,05	2.348,37
set/12	1.236.985,99	1.145.542,29	91.443,70	2.743,31	160,24	2.903,55	0%	-	58,07	2.961,62
out/12	1.233.204,02	1.071.321,51	161.882,51	4.856,48	283,66	5.140,14	0%	-	102,80	5.242,94
nov/12	1.236.169,37	1.009.808,13	226.361,24	6.790,84	396,65	7.187,49	0%	-	143,75	7.331,24
dez/12	1.236.826,08	984.838,58	251.987,50	7.559,63	441,55	8.001,18	0%	-	160,02	8.161,20
jan/13	1.247.190,40	1.172.358,98	74.831,42	2.244,94	-	2.244,94	0%	-	44,90	2.289,84
fev/13	1.284.305,83	1.189.267,20	95.038,63	2.851,16	-	2.851,16	0%	-	57,02	2.908,18
mar/13	1.286.652,85	1.117.715,33	168.937,52	5.068,13	-	5.068,13	0%	-	101,36	5.169,49
abr/13	1.304.782,08	1.056.873,48	247.908,60	7.437,26	-	7.437,26	0%	-	148,75	7.586,00
mai/13	1.217.548,12	961.863,01	255.685,11	7.670,55	-	7.670,55	0%	-	153,41	7.823,96
Total 2	76.080.072,14	62.099.887,60	13.980.184,54	434.614,28	87.429,73	522.044,01	-	-	10.440,88	532.484,89
									0	
Geral	103.364.432,41	84.254.123,60	19.110.308,81	597.375,25	193.861,18	791.236,43	-	-	15.824,73	807.061,16
	Receita	Custo	Base			Valor	JUROS			TOTAL A
Período	Contratos	Contratos	Cálculo	ISS	Atualização	Atualizado			MULTA	RECOLHER
	Timbó	Timbó	Timbó	3%	UFM	UFM	%	VALOR	2%	c/ multa 2%
1	27.284.360,27	22.154.236,00	5.130.124,27	162.760,97	106.431,45	269.192,42	-	0,00	5.383,85	274.576,27
2	76.080.072,14	84.254.123,60	13.980.184,54	434.614,28	87.429,73	522.044,01	-	0,00	10.440,88	532.484,89
Geral	103.364.432,41	106.408.359,59	19.110.308,81	597.375,25	193.861,18	791.236,43	-	0,00	15.824,73	807.061,16

Resolução N° 04 /2013

RESOLUÇÃO N° 04 /2013

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE SUPLENTE DE CONSELHO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 1375 de 1 de julho de 1992 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria n° 334/13 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1° - Convocar e nomear a conselheira suplente Sra. Elizia de Souza para que substitua o Conselheiro João Donizete Calegari no período de férias (30 dias) a contar do dia 23/07/2013.

Art.2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Timbó, 16 de julho de 2013.

DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES

Presidente do CMDCA

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 51 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 51/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de copa e cozinha para atender as necessidades da administração direta e indireta.

EMPRESA FORNECEDORA: Distrib. Nova Esperança LTDA ME.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 16.203,60 (dezesesseis mil duzentos e três reais e sessenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 15/07/2014.

Timbó, 16/07/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 54 2013 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 54/2013

ÓRGÃO GESTOR: Prefeitura de Timbó

OBJETO: Registro de preço para contratação de prestadora de serviços de mão de obra profissional para realização de manutenções predial, elétricas e hidráulicas preventivas e corretivas, para todos os edifícios da administração direta, com fornecimento de todas as ferramentas necessárias à completa execução do serviço.

EMPRESA FORNECEDORA: Gêmeos Empreendimentos Imobiliárias LTDA.

VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 119.500,00 (cento e dezenove mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 16/07/2014.

Timbó, 17/07/2013

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Extrato Segundo Termo Aditivo Ata de Registro de Preço N.º 148 2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E DA ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 148/2012

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Taf Distribuidora LTDA

OBJETO: Equilíbrio econômico financeiro do leite em pó instantâneo vitaminado pacote de 400 gr da marca Aurora da Ata de Registro de Preços - Edital de Pregão 148/2012, que fica acrescido proporcionalmente ao aumento ocorrido, passando a ser de R\$ 7,97.

DATA DA ASSINATURA: 02/07/2013

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro de Preço N.º 148 2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 148/2012

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADOS: Nutrimental S.A. Ind. Com. Alimentos; e Coml. Abelam LTDA.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para rede pública municipal de ensino.

ACRÉSCIMO: 200 (duzentas) unidades ao item 36 - farinha láctea tradicional; 232 (duzentos e trinta e dois) pacotes ao item 05 - arroz, parbolizado, pacote de 0,5 kg.

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Primeiro Termo de Apostilamento Ata de Registro de Preço N.º 149/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 149/2012

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Cooperativa Mista Agrícola de Piscicultores - Coomapeixe.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para rede pública municipal de ensino.

ACRÉSCIMO: 257 (duzentos e cinquenta e sete) quilos na quantidade do item 0009 (sopa de pescado de tilápia congelada).

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Segundo Termo de Apostilamento Ata de Registro de Preço N.º 148 1012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

EXTRATO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 148/2012

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADOS: Superlight Alimentos LTDA; e Distrib. Nova Esperança LTDA.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios não perecíveis para rede pública municipal de ensino.

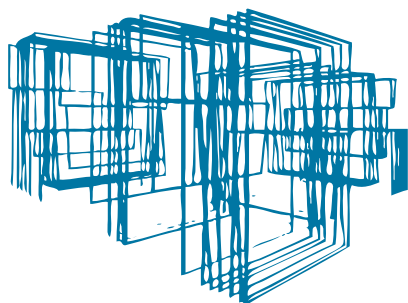
ACRÉSCIMO: 200 (duzentas) caixas ao item 08 - chá, caixa com 10 sachês; 190 (cento e noventa) pacotes ao item 14 - farinha de trigo especial, pacote de 5 kg; e 120 (cento e vinte) unidades ao item 35 - vinagre de álcool, garrafa de plástico com 900ml.

DATA DA ASSINATURA: 08/07/2013.

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário Municipal da Educação

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 421/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG3095	8756031151	6050/3	09/04/2013	R\$ 191,53	208
AMP0603	8756030270	5673/2	20/03/2013	R\$ 85,12	183
BMS3724	8756029026	7455/0	13/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
IOJ8140	8756028532	7455/0	28/01/2013	R\$ 85,12	218 * I
LCE6322	8756030429	5673/2	24/03/2013	R\$ 85,12	183
LXG3908	8756029769	7455/0	11/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
LXK0781	8756031312	7455/0	23/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
LYT2304	8756030778	7455/0	03/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MBH5874	8756031945	7455/0	30/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEE7381	8756030991	7455/0	08/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEF7872	8756029000	7455/0	10/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFL7433	8756030157	7455/0	13/03/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFY6211	8756029589	7455/0	25/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGT3678	8756029164	7455/0	13/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHP4488	8756029078	7455/0	14/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHR3606	8756028786	7455/0	05/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MHR3606	8756028881	7455/0	09/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIE8229	8756029084	7455/0	15/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ3229	8756029251	7455/0	21/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MIJ5139	8756029001	7455/0	10/02/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJA4964	8756031215	7455/0	18/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MJN4765	8756031059	7455/0	12/04/2013	R\$ 85,12	218 * I
MKE2893	8756029052	6050/3	10/02/2013	R\$ 191,53	208
MML2368	8756029113	7455/0	05/02/2013	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1510/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
DHG7166	55371069D	6920/0	02/05/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1511/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZH5179	55371782D	5185/1	02/04/2013	R\$ 127,69	167
LZH5179	55371783D	5835/0	02/04/2013	R\$ 127,69	195
MJR8775	54544055E	7366/2	03/04/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 420/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AIY4305	8756032545	7455/0	14/05/2013	218 * I
CRK0770	8756033197	7455/0	02/06/2013	218 * I
GVS0101	8756033244	7455/0	10/06/2013	218 * I
HCI7158	8756033378	7455/0	14/06/2013	218 * I
IDA3663	8756033307	7455/0	13/06/2013	218 * I
KKN1115	8756032760	7455/0	19/05/2013	218 * I
LXC2185	8756033355	7455/0	09/06/2013	218 * I
LYT7731	8756033391	7455/0	09/06/2013	218 * I
MAG2490	8756033246	7463/0	10/06/2013	218 * II
MCS8625	8756032834	7455/0	23/05/2013	218 * I
MFH6035	8756032783	7455/0	22/05/2013	218 * I
MFJ7268	8756033358	7455/0	09/06/2013	218 * I
MFQ0730	8756032705	7455/0	19/05/2013	218 * I
MGY7033	8756032930	7455/0	27/05/2013	218 * I
MGY7033	8756032936	7471/0	28/05/2013	218 * III
MGY7033	8756032941	7455/0	29/05/2013	218 * I
MIS5322	8756033357	7455/0	09/06/2013	218 * I
MIX3846	8756033415	7455/0	13/06/2013	218 * I
MJG4337	8756033263	7463/0	13/06/2013	218 * II
MJR8970	8756033381	7455/0	15/06/2013	218 * I
MKF9776	8756032744	7455/0	25/05/2013	218 * I
MKP7603	8756032819	7455/0	23/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 422/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAV5252	8756032607	7463/0	15/05/2013	218 * II
AEA6092	8756032526	7455/0	13/05/2013	218 * I
AMB8980	8756032907	7455/0	31/05/2013	218 * I
APC5088	8756032749	6050/3	21/05/2013	208
ASB2637	8756032605	7455/0	15/05/2013	218 * I
CFM0255	8756032811	7455/0	23/05/2013	218 * I
CGL3440	8756033546	7455/0	22/06/2013	218 * I
CGS1806	8756033252	7455/0	10/06/2013	218 * I
CNC5684	8756032803	7455/0	25/05/2013	218 * I
DRA5584	8756032865	7463/0	29/05/2013	218 * II
EGM5836	8756032937	6050/3	28/05/2013	208
EQB8459	8756032841	7455/0	23/05/2013	218 * I
HWT1532	8756033482	6050/3	16/06/2013	208
ICG4664	8756033493	7455/0	18/06/2013	218 * I
ILX4724	8756032878	5673/2	01/06/2013	183
IOQ9348	8756033660	7455/0	27/06/2013	218 * I
JPB7553	8756033473	7455/0	19/06/2013	218 * I
LWZ9646	8756032540	7455/0	13/05/2013	218 * I
LXK8279	8756032898	7455/0	31/05/2013	218 * I
LYK4376	8756032910	7455/0	27/05/2013	218 * I
LYT5807	8756033456	7455/0	21/06/2013	218 * I
LZK9092	8756033662	7455/0	28/06/2013	218 * I
LZU7242	8756033443	5673/2	17/06/2013	183
LZZ6283	8756033444	5673/2	20/06/2013	183
MAN0914	8756032897	6050/3	30/05/2013	208
MAN7186	8756033462	7455/0	19/06/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP8136	8756032577	7455/0	14/05/2013	218 * I
MAX9884	8756032614	7463/0	15/05/2013	218 * II
MAZ5824	8756032855	7455/0	28/05/2013	218 * I
MBE9021	8756032846	7455/0	23/05/2013	218 * I
MBP9582	8756033480	6050/3	17/06/2013	208
MBR6765	8756032924	7455/0	26/05/2013	218 * I
MBU5720	8756033524	6050/3	17/06/2013	208
MCT3471	8756032753	7463/0	19/05/2013	218 * II
MCW9040	8756033375	6050/3	12/06/2013	208
MCX2792	8756033466	7455/0	16/06/2013	218 * I
MCY5217	8756032886	7455/0	01/06/2013	218 * I
MCZ9612	8756033543	7455/0	22/06/2013	218 * I
MDK3297	8756033476	7463/0	21/06/2013	218 * II
MDL9003	8756032913	7455/0	31/05/2013	218 * I
MEF7872	8756032933	7455/0	27/05/2013	218 * I
MEG0525	8756032891	6050/3	31/05/2013	208
MEK4512	8756032960	7463/0	26/05/2013	218 * II
MEL4847	8756032617	7455/0	15/05/2013	218 * I
MER2663	8756032935	7455/0	27/05/2013	218 * I
MEV1590	8756032740	6050/3	24/05/2013	208
MFA1027	8756032807	7455/0	23/05/2013	218 * I
MFI2765	8756032829	7455/0	23/05/2013	218 * I
MGN0115	8756033513	7455/0	16/06/2013	218 * I
MHJ2008	8756032815	7455/0	23/05/2013	218 * I
MHS2071	8756032529	7455/0	13/05/2013	218 * I
MHS2748	8756032730	7455/0	22/05/2013	218 * I
MHT0218	8756033502	7455/0	19/06/2013	218 * I
MHX1436	8756033467	7471/0	17/06/2013	218 * III
MHX9600	8756033531	7455/0	18/06/2013	218 * I
MIE2273	8756032677	7455/0	20/05/2013	218 * I
MIL9595	8756032668	5673/2	19/05/2013	183
MIZ1124	8756032603	7455/0	15/05/2013	218 * I
MIZ2798	8756032653	7455/0	21/05/2013	218 * I
MJC9843	8756032881	7455/0	30/05/2013	218 * I
MJH1599	8756032786	7455/0	23/05/2013	218 * I
MJW1357	8756033512	6050/3	19/06/2013	208
MJZ0972	8756032702	7455/0	24/05/2013	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKB7700	8756032918	7455/0	28/05/2013	218 * I
MKN8563	8756032766	7455/0	20/05/2013	218 * I
MKN8563	8756032978	7455/0	29/05/2013	218 * I
MKS1147	8756032599	7455/0	15/05/2013	218 * I
MKS4331	8756032793	7455/0	23/05/2013	218 * I
MLF6653	8756032585	7455/0	14/05/2013	218 * I
MMF8130	8756032514	7455/0	13/05/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 424/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IQG1164	8756033097	7455/0	02/06/2013	218 * I
IQG1164	8756033098	7463/0	02/06/2013	218 * II
IQG1164	8756033106	7455/0	05/06/2013	218 * I
JYQ0022	8756033298	7455/0	13/06/2013	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1508/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDC8906	55371369D	6920/0	05/06/2013	233
LXJ9782	55371120D	5010/0	13/06/2013	162 * I
MBS3856	55370835D	5169/1	18/05/2013	165
MCW5089	55371208D	5045/0	23/05/2013	162 * V
MJD9055	55371317D	6637/2	23/05/2013	230 * IX
MKM1804	54544262E	5010/0	27/06/2013	162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1509/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJD9055	55371316D	7030/2	23/05/2013	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1512/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJH0863	55371326D	5274/1	28/05/2013	175
MBU0629	55371122D	6769/2	28/06/2013	230 * XXII
MBU0629	55371123D	6769/1	28/06/2013	230 * XXII
MBU0629	55371124D	6769/1	28/06/2013	230 * XXII
MBU0629	55371713D	6637/2	28/06/2013	230 * IX
MBU0629	55371714D	6653/1	28/06/2013	230 * XI
MBU0629	55371715D	6637/2	28/06/2013	230 * IX
MCS7417	55371375D	6920/0	05/06/2013	233
MFW7473	55371374D	6920/0	05/06/2013	233
MHD0231	55371078D	6920/0	03/06/2013	233
MHH8605	55371365D	6920/0	05/06/2013	233
MHL1302	55371716D	5010/0	30/06/2013	162 * I
MHL3334	54544309E	6653/2	27/06/2013	230 * XI
MHL3334	54544310E	6637/2	27/06/2013	230 * IX
MIJ0823	55371354D	6920/0	05/06/2013	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1513/2013**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
CWE7071	54544261E	5541/6	26/06/2013	181 * XVII
LXM5580	54544176E	5541/1	10/06/2013	181 * XVII
MGJ3665	54544354E	5541/1	25/06/2013	181 * XVII
MGZ4861	55371313D	7030/2	23/05/2013	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 17 DE JULHO DE 2013

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria N° 24/2013**

Portaria N° 24/2013

Concede férias ao servidor Ruben Parno ocupante do cargo de provimento efetivo de Advogado da Câmara Municipal de Timbó.

O presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16, III da Lei Orgânica e art. 50, § 3º, I, do Regimento Interno, com fundamento no art. 84 do Estatuto do Servidor Público Municipal, RESOLVE:

Art. 1º Conceder dez dias de férias, relativas ao período aquisitivo 01/08/2011 a 31/07/2012, ao servidor Ruben Parno, advogado na Câmara Municipal de Timbó.

Art. 2º O servidor fruirá as férias concedidas por este ato no período de 22 a 31 de Julho de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 16 de Julho de 2013.

RUBENS BORCHARDT

Presidente

Tunápolis**PREFEITURA****Aviso de Credenciamento N. 003/2013**

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 003/2013

O Município de Tunápolis - SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de pessoas jurídicas na área de saúde, para prestação de serviços em exames, para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações e Decreto Municipal N° 1536/2013, de 21 de junho de 2013, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar clínicas e profissionais para realização de consultas e cirurgias especializadas na área da saúde, da seguinte forma:

ESPECIALIDADES				CUSTOS EM R\$	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	200	Unid.	Consulta ginecologista	60,00	12.000,00
2	30	Unid.	Consulta otorrinolaringologista	60,00	1.800,00
3	450	Unid.	Consulta psiquiatria	70,00	31.500,00
4	05	Unid.	Cirurgia de septoplastia	900,00	4.500,00
5	05	Unid.	Cirurgia de septo Turbines	900,00	4.500,00

6	05	Unid.	Cirurgia de polipose nasal	900,00	4.500,00
---	----	-------	----------------------------	--------	----------

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar deste certame é necessário conhecer todas as condições estipuladas no presente Edital e apresentar os documentos exigidos, conforme especificado no item 4.

2.2. Não serão admitidas:

2.2.1. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.2.2. Os interessados que por qualquer motivo, estejam declarados inidôneos ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou; e

2.2.3. Os interessados inadimplentes com as obrigações assumidas junto ao Município.

2.3. Independentemente de declaração expressa, a manifestação do interesse da Empresa em participar do presente credenciamento, implicará na submissão às normas vigentes e todas as condições estipuladas neste Edital e seus anexos.

3. DO PEDIDO DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento permanecerá aberto durante todo o prazo e nos termos estabelecidos no item 10, para as pessoas jurídicas habilitadas, observado os critérios de interesse público, e as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.2. A habilitação ocorrerá após apresentação dos documentos exigidos no item 4, observadas as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

3.3. Após a análise da documentação e estando esta em conformidade com os requisitos estipulados neste Edital, o Fundo Municipal de Saúde fornecerá à pessoa jurídica Certificado de Credenciamento. Em caso de indeferimento do pedido, o interessado poderá interpor recurso à Comissão de Credenciamento, no Setor de Compras do Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a partir do indeferimento.

3.4. Os documentos da habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado em que conste:

Município de Tunápolis

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE CREDENCIAMENTO N.003/2013

ENVELOPE N . 01 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

(Razão Social ou nome do Licitante)

3.5. Os documentos da habilitação poderão ser remetidos via postal, com Aviso de Recebimento (AR), ou ainda entregues diretamente na Prefeitura Municipal Tunápolis- SC., sita na Rua João Castilho, 111, no setor de compras e licitação, no horário das 07:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:00 hrs às 17:00 hrs, de segunda a sexta-feira, podendo credenciar-se a partir do dia 28/06/2013.

3.5.1. Os documentos da habilitação não poderão ser remetidos via fax-simile.

3.6. O interessado em se credenciar deverá apresentar a Soli-citação de Credenciamento conforme modelo identificado como ANEXO I a este edital, devendo neste identificar para quais os itens quer se credenciar.

4. DA HABILITAÇÃO - DOCUMENTOS EXIGIDOS

4.1. Para participarem do processo de credenciamento, deverão os proponentes interessados apresentar em envelope lacrado, os documentos a seguir relacionados:

4.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

4.1.2 - REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

f) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

4.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentação da Licença Sanitária Estadual ou Municipal.

4.1.5 – Declaração da empresa proponente, sob as penas da Lei, que atende ao inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que se refere ao inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, de que não possui em seu quadro de empregados, trabalhadores menores de dezoito anos realizando trabalhos noturnos, perigosos e insalubres, e de menores de dezesseis anos trabalhando em qualquer tipo de função, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Obs.: Os documentos de habilitação preliminar poderão ser apresentados em via original ou cópia autenticada por qualquer processo, sendo por tabelião de notas ou por servidor do Município de Tunápolis - SC., ou por publicação em Órgão de Imprensa Oficial.

A Comissão de Licitações fará consulta ao serviço de verificação

de autenticidade das certidões emitidas pela INTERNET, ficando a licitante dispensada de autenticá-las.

Caso a validade não conste nas certidões, estas serão consideradas válidas por um período de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5. DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1. O Fundo Municipal da Saúde se dispõe a pagar os valores constantes no item 1.1 por exame de acordo com o Decreto Municipal N° 1536/2013, de 21 de junho de 2013.

5.2. O Município, através do Fundo Municipal de Saúde, efetuará o pagamento mensalmente, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados.

5.3. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa à tabela adotada, em qualquer hipótese, do paciente ou do Município, quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado.

6. CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados nos termos e condições previstas neste edital.

6.2. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde.

6.3. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie.

6.4. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei e deste instrumento editalício.

6.5. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual.

6.6. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

7.1. A pessoa jurídica credenciada deverá realizar as consultas e cirurgias especializadas para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde.

7.2. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde.

7.3. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal;

7.4. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

7.5. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento.

7.6. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

7.7. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

7.8. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.9. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados.

7.10. Na execução das atividades objeto deste Edital, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais pacientes.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8.1. A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas.

8.2. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços.

8.3. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz.

8.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços.

8.5. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

9. DA ASSINATURA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

9.1. As obrigações decorrentes da execução dos serviços a serem firmados entre o Fundo e a Credenciada, serão formalizadas

através de Termo de Credenciamento, observando-se as condições estabelecidas neste edital, seus anexos e na legislação vigente;

9.2 - O Termo de Credenciamento deverá ser assinado, no máximo, dentro de 3 (três) dias após a convocação.

10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até o dia 31/12/2013 podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, durante esse prazo, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Fundo Municipal de Saúde.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, FINANCEIROS E ADMINISTRATIVOS

11.1 - Nas despesas decorrentes deste edital serão empregados recursos orçamentários a seguir relacionados:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	
Projeto/Atividade 2.055 – Manutenção da	3.3.90.00.00.00.00.00.0104
Farmácia Básica	3.3.90.00.00.00.00.00.0262
Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.00.0269

11.2 – Os recursos financeiros serão próprios, dos Convênios SUS, PAB Fixo, e próprios do credenciante.

11.3 - Os recursos administrativos serão regidos conforme a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

12. DO DESCREDENCIAMENTO

12.1. O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas, para os atendimentos constantes neste Edital, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos pacientes, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FUNDO, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- Rescisão Contratual;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS;
- Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/ FUNDO.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que

não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

- A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:
a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste edital
b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste edital.

14. ESCLARECIMENTOS

14.1. O Aviso de credenciamento e seus Anexos estarão à disposição dos interessados, sendo que quaisquer informações e esclarecimentos adicionais relativos a este procedimento deverão ser solicitados durante horário comercial, sendo das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3632-1122, ou ainda pelo e-mail: compras@tunapolis.sc.gov.br.

14.2. A CPL terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para responder ao questionamento.

14.3. Se a solução dada ao questionamento motivar alterações no presente Edital de Chamamento, as Empresas participantes serão imediatamente informadas.

15. REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

15.1. O presente Aviso de Credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, conforme dispõe o artigo 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO CHAMAMENTO

16.1. Qualquer cidadão ou Empresa poderá impugnar o presente Edital de Chamamento por eventuais irregularidades, devendo protocolar seu pedido conforme disposto no artigo 41 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. À Comissão de Licitações, além do recebimento e exame da documentação e das propostas, caberá o julgamento e obediência às disposições aqui estabelecidas, bem como dirimir sobre dúvidas ou omissões.

17.2. Nenhuma indenização será devida aos participantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Aviso de Credenciamento.

17.3. Qualquer recurso ou contestação somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da Empresa interessada ou por Procurador legalmente habilitado.

17.4. O proponente credenciado terá o prazo de 03 (três) dias úteis para assinatura do Termo de Credenciamento, conforme minuta identificada como ANEXO II a este edital, fazendo dele parte integrante deste para todos os fins e efeitos.

17.5 - Integram este Edital, fazendo dele parte integrante para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Modelo da Solicitação de Credenciamento

ANEXO II – Minuta do Termo de Credenciamento

Tunápolis – SC., 26 de junho de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Assessoria Jurídica

ANEXO I

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO AO MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO Nº 003/2013

A empresa, CNPJ nº, com sede e foro na (rua,etc) da cidade de, Estado de, por seu representante legal, Sr....., portado do CPF nº, (cargo/função), residente e domiciliado, que a esta subscreve, vem solicitar seu credenciamento para prestação de serviços consistentes na realização do Exames a seguir relacionados:

ESPECIALIDADES				CUSTOS EM R\$	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Vlr. Unit.	Vlr. Total
1	200	Unid.	Consulta ginecologista		
2	30	Unid.	Consulta otorrinolaringologista		
3	450	Unid	Consulta psiquiatria		
4	05	Unid.	Cirurgia de septoplastia		
5	05	Unid.	Cirurgia de septo Turbines		
6	05	Unid.	Cirurgia de polipose nasal		

Concordamos em nos submeter a todas às disposições constantes do Edital de chamamento para Credenciamento de Empresas Prestadoras de serviços em exames.

Atenciosamente

Representante legal

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua

Albino Frantz, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 82.821.208/0001-36, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, neste ato representado pelo seu Gestor Sr. BRUNO JOSÉ HEBERLE, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade e Município de Tunápolis - SC., portador do CNPJ nº 12.273.240/0001-49, doravante denominado de CREDENCIANTE, e de outro lado, a empresa, com sede na Rua, nesta cidade de inscrito no CNPJ/MF sob nº, neste ato representado por, brasileiro,, residente e domiciliado na cidade e Município de, inscrito no CPF/MF sob nº, RG nº, e doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de consultas e cirurgias para a população do Município de Tunápolis - SC, em decorrência do Aviso de Credenciamento nº 003/2013 e de conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo antes nominado, inclusive a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO - O presente Contrato tem por objeto do presente edital é o de credenciar clínicas e profissionais para realização de consultas e cirurgias especializadas na área da saúde

ITEM	EXAME
01

CLÁUSULA TERCEIRA – CRITÉRIOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O atendimento aos usuários far-se-á pelo sistema de livre escolha dos credenciados, nos termos e condições previstas neste termo. A(s) credenciada(s) se compromete(m) a prestar a contento, nos termos e condições de sua(s) proposta(s), deste edital e do instrumento contratual firmado, os serviços propostos, aos usuários, mediante a apresentação da Requisição do Exame, documento de identidade ou documento compatível, acompanhada da autorização emitida pela Secretaria de Saúde. É expressamente vedada, em qualquer circunstância, por parte da credenciada, a retenção e/ou exigência de apresentação de quaisquer documentos adicionais aos que estão elencados no item anterior, aposição de assinatura em guia e/ou documento em branco ou de garantia de qualquer espécie. Ao usuário é reservado o direito de denunciar a qualquer tempo e meio, eventual irregularidade verificada no atendimento, faturamento e/ou prestação dos serviços, cabendo ao Fundo Municipal da Saúde a devida apuração, e, se for o caso, a imediata penalização e/ou descredenciamento do contratado, no teor da Lei. A prestação dos serviços é exclusiva da credenciada, vedada sua transferência à empresas alheias à relação contratual. O credenciamento configurará uma relação contratual de prestação de serviços, cuja vigência deste instrumento externa uma necessidade transitória do Fundo Municipal de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

O Município, através do FMS, efetuará o pagamento até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação de serviço. O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e do relatório dos serviços prestados. É expressamente vedada à cobrança em qualquer hipótese de qualquer sobretaxa à tabela adotada quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado. Facultar-se-á ao Município/FMS a concessão de revisão de preços dos serviços credenciados.

CLÁUSULA QUINTA – DO EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO/FMS - Na eventualidade do Município - FMS, não cumprir com os pagamentos contratados, remunerará os atrasos a título de encargos mora, aplicando-se as mesmas penalidades impostas aos devedores do município em atraso, inclusive os mesmos critérios.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – As despesas decorrentes do presente termo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária / Projeto / Atividade	Elemento de Despesa/Fonte
Órgão 10, Unidade 01 – Fundo Municipal de Saúde	
Projeto/Atividade 2.055 – Manutenção da	3.3.90.00.00.00.00.00.0104
Farmácia Básica	3.3.90.00.00.00.00.00.0262
Recursos próprios e vinculados	3.3.90.00.00.00.00.00.0269

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS CREDENCIADAS

A pessoa jurídica credenciada deverá realizar as consultas e exames para as quais se credenciou sem cobrança de qualquer valor ao usuário encaminhado pela Secretaria da Saúde. A credenciada deverá prestar os serviços através de estabelecimento próprio, devidamente licenciado pela vigilância sanitária, diretamente ao paciente, mediante ordem de serviço fornecida pela Secretaria de Saúde. Deverá a pessoa jurídica contratada permitir o acompanhamento e a fiscalização de suas dependências pela Secretaria Municipal de Saúde ou da comissão designada para tal. Deverá de imediato, quando solicitada, apresentar documentos, prontuários ou demais informações necessárias ao acompanhamento da execução do contrato. Comunicar a Secretaria Municipal de Saúde a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que, em virtude da lei ou regulamento, recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e as recomendações exigidas pela boa técnica dos serviços contratados. Na execução das atividades objeto deste termo, assegurar aos beneficiários, os mesmos padrões técnicos de conforto material e de horários dispensados aos demais usuários (pacientes).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde deverá realizar a avaliação e regulação dos serviços prestados pelas pessoas jurídicas credenciadas. Arcar com as despesas decorrentes da prestação dos serviços. Implantar de forma adequada à supervisão permanente dos serviços de modo a obter um resultado correto e eficaz. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Credenciada, assegurando ao usuário a boa prestação dos serviços. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Credenciada, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços que, ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pela contratante, não deixe ser interrompido. Acompanhar e fiscalizar o andamento dos serviços. O Fundo Municipal

de Saúde reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo ser descredenciado, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico com garantia do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciado que descumprir, injustificadamente, as condições estabelecidas para o atendimento constantes neste termo, ensejará, após devidamente comprovadas pelo Fundo Municipal da Saúde, e dependendo da gravidade e/ou dano/prejuízo acarretado aos usuários, concedido o direito à ampla defesa e contraditório, a sua imediata exclusão (do rol de credenciados) e descredenciamento, sem prejuízo de aplicação cumulativa das demais sanções administrativas e civis previstas neste edital e na lei aplicáveis in casu.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS, aplicar à contratada as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;
- c) Rescisão Contratual;
- d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS;
- e) Declaração de inidoneidade.

- A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação de serviços ou prestação de serviços que não atendam as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

- A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS/FMS.

- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/FMS pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

O presente termo entra em vigor na data de sua publicação e vigorará até dia 31/12/2013, podendo ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO - Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo, com renúncia expressa aos demais, sem prejuízo do inciso X do artigo 29 da Constituição Federal, com a redação introduzida pela Emenda Constitucional nº 19/98.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC.,

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Assessoria Jurídica

Processo 80.2013 Dispensa 07/2013

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 07/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

1. DO OBJETO

Aquisição de óleo diesel S10 e Álcool, destinados ao abastecimento dos veículos, desta municipalidade.

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 07/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

2. DO FORNECEDOR

AUTO POSTO CANARINHO LTDA

CNPJ: 83.523.407/0001-20

RUA CAARO

CENTRO

Tunápolis/SC

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR.

O fornecedor supracitado foi escolhido, pois é o único fornecedor do município dentro do perímetro urbano. Considera-se empresa legalmente constituída, com apresentação das certidões negativas para comprovação da idoneidade.

4. DO VALOR CONTRATADO E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

O valor contratado é R\$ 1.202,00 (Um mil duzentos e dois reais). O preço ajustado para a contratação condiz com o praticado no mercado regional.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

Unidade Orçamentária Descrição

Órgão 04 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
Projeto/Atividade 2.013 (dotação 65)

Órgão 06 - Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes
Projeto/Atividade 2.027 (dotação 107)

3.3.90.00.00.00.00.0105

3.3.90.00.00.00.00.0104

6. PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de contratação para esta dispensa de licitação inicia-se em 16 de julho de 2013 com vigência estabelecida até o dia 29 de julho de 2013.

Tunápolis - SC, 16 de julho de 2013

JACKSON SCHERER

Presidente da Comissão de Licitação

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 07/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

7. ENCAMINHAMENTO

Exmo Sr.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

Encaminhamos a Vossa Excelência para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação nº 07/2013, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo, com a expedição do Termo de Ratificação do Processo.

Tunápolis - SC, 16 de julho de 2013.

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2013
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS
8. DO DESPACHO.

Tendo em vista as exposições motivadas neste documento e levando-se em consideração o relevante interesse público municipal em questão, com base no inciso II do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/93, ratifico este processo de dispensa e autorizo a efetiva realização da despesa conforme fundamentado nos atos acima invocados. Publique-se de acordo com o artigo 26, da Lei nº 8.666/93.

Tunápolis - SC, 16 de julho de 2013

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

9. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Fica homologado e Adjudicado o presente processo de dispensa de Licitação em favor de AUTO POSTO CANARINHO LTDA, estabelecido na Rua Caaro, Centro, no Município de Tunápolis/SC. Assim, por consequência, determino a elaboração de autorização de fornecimento, com subsequente empenho, nos moldes deste documento, depois de cumpridas todas as exigências impostas pela Lei Federal nº. 8.666/93 para a efetivação do mesmo.

Tunápolis - SC., 16 de Julho de 2013

ENOI SCHERER
Prefeito Municipal

MARCOS ANDRÉ BONAMIGO
Assessor Jurídico OAB/SC 21.991

Turvo

PREFEITURA

Edital de Notificação de Repasse
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REPASSES

A Administração Municipal de Turvo, atendendo a determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município de Turvo, que recebeu recursos federais conforme abaixo especificado:

- Termo de Compromisso PAR nº 201300306

Objeto: Infraestrutura Escolar - Aquisição de mobiliário escolar para atender as ações do Plano de Ações Articuladas - PAR/Proinfância
Origem dos Recursos: FNDE/MEC
Valor: R\$ 35.731,80
Data do repasse: 17/07/2013

Objeto: Infraestrutura Escolar - Aquisição de equipamentos escolares para atender as ações do Plano de Ações Articuladas - PAR/Proinfância

Origem dos Recursos: FNDE/MEC

Valor: R\$ 31.080,90

Data do repasse: 17/07/2013

Turvo/SC, 17 de julho de 2013

Vargem Bonita

PREFEITURA

Processo Licitatório 030/2013 PR 016/2013

Extrato de Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA

CNPJ: 95.996.187/0001-31

Processo Licitatório nº 030 /2013

Pregão nº 016/2013

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para a coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (lixo) no interior do Município de Vargem Bonita, sendo nas coletas realizadas uma vez por mês em todas as propriedades rurais nas seguintes localidades: Linha Tunalzinho, Linha Passarin, Linha Vila Coração, Linha Marques, Linha Pingador, Linha 25 de maio, Linha São José, Linha Alto Aparecida - Roman, Linha Madezatti, Linha Aparecida - Sebastião Costa e Moacir Marcolino, Linha Zonta, Artifon, Guerra e Spader. A coleta será realizada 1 (uma) vez por mês.

Valor máximo mensal: R\$ 1.000,00 reais

Data de abertura: 31/07/2013 às 09h00min

O edital na íntegra poderá ser retirado junto à sede da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC no Endereço: Rua Coronel Vitorio, nº 966 - Centro - Vargem Bonita - SC, ou pelo telefone (49)3548-3000.

MELÂNIA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal de Vargem Bonita

Videira

PREFEITURA

Edital Declaratório Nº 015/2013

SECRETARIA DE FINANÇAS

EDITAL DECLARATÓRIO 015/2013

O senhor Alexandre Ganasini, Secretário de Finanças, no uso de sua competência, prevista no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) em seu artigo 132 e Regulamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) aprovado pelo Decreto 4.118 de 31 de agosto de 1994, no artigo 19, e considerando ainda o que consta no Processo Administrativo nº 10255/2013, o qual se encontra à disposição dos contribuintes na Secretaria de Finanças no Departamento de Tributação.

Declara:

I - cancelada de ofício a inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipais das empresas abaixo relacionadas, a partir das datas e pelos motivos especificados.

II- Para os contribuintes do Imposto sobre Serviços - ISS, tornam-se inidôneos em todos os efeitos fiscais, os documentos emitidos em seus nomes datados após o cancelamento da inscrição.

Contribuinte: Água Térmica Instalações Hidráulicas Ltda
Rua Padre Anchieta, 89 Matriz
Inscrição Municipal: 195.175-0 CNPJ: 06.208.897/0001-20
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 329/2007.

Sócio Gerente: Eduardo Calliari
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 19/02/2013

Contribuinte: Alcebiades Casagrande ME
Rua Frederico Bortolaz, 656 - Bairro Panazzolo
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 01 a 250 - AIDF: 0155/01.
Inscrição Municipal: 7847-7 CNPJ: 80.499.718/0001-03
Titular: Alcebiades Casagrande
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 06/02/2012.

Contribuinte: Atualize Informática e Serviços Ltda
Rua XV de novembro, 656 Centro
Inscrição Municipal: 17872-3 CNPJ: 04.254.150/0001-82
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 751 a 1000 - AIDF: 57/2004.
Sócio Gerente: Thiarles Reginaldo de Souza
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 06/03/2013

Contribuinte: Baseggio Transportes Ltda
Av. Dom Pedro II, 841 - Bairro Centro
Inscrição Municipal: 190683.6 CNPJ: 04.585.407/0001-89
Sócio Gerente: Délcio Luiz Baseggio
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal
Data do Cancelamento: 06/02/2012

Contribuinte: B.V. Comércio de Peças Industriais Ltda
Rua Rod. SC 453 Km 53,5 Nossa Senhora Aparecida
Inscrição Municipal: 195301.0 CNPJ: 06.315.319/0001-92
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0183/2004.
Sócios Gerentes: Anilton Branco e Eliane Moreira dos Santos
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 10/07/2013

Contribuinte: Bella Sat Comércio de Eletrônicos Ltda - ME
Rua Saul Brandalise, 851 Centro
Inscrição Municipal: 201065-8 CNPJ: 08.873.560/0001-62
Sócio Gerente: Alexandre Demartini Ruschel
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 06/03/2013

Contribuinte: Cardoso Serviços de Isolamentos Ltda - ME
Rua Padre Anchieta, 549 Matriz
Inscrição Municipal: 197601-0 CNPJ: 02.877.309/0001-90
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 851 a 1350 - AIDF: 172/2011.
Sócio Gerente: Ubirajara Cardoso de Cardoso
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/03/2013
Contribuinte: Clima & Terra Engenharia Ambiental Ltda
Rua Bulcão Viana, 992 Floresta
Inscrição Municipal: 204876.0 CNPJ: 09.656.704/0001-91
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0218/2009
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 13/02/2013

Contribuinte: Comércio de Compensados Videira Ltda - ME
Rua 10 de setembro, 1317 Floresta
Inscrição Municipal: 14019.2 CNPJ: 00.537.676/0001-19
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0063/95.
Sócio Gerente: Dirceu Shaitel
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.
Data do Cancelamento: 30/01/2013

Contribuinte: Comercial Deproença Ltda
Rua Albino Alfredo Grando, 116 Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 196575.1 CNPJ: 06.038.444/0001-00
Sócio Gerente: Simoni Rosana Proença
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 13/02/2013

Contribuinte: Comercial Agro Veterinária Fragoso Ltda
Rua XV de novembro, 918 Centro
Inscrição Municipal: 88073 CNPJ: 79.509.899/0001-22
Sócio Gerente: Waldemar Fragoso
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 23/01/2013

Contribuinte: Construtora Jose Reinaldo Ltda
Rua Coronel Alberto Schmidt, 141
Inscrição Municipal: 1924559 CNPJ: 05.140.822/0001-91
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 300 - AIDF: 252/2002.
Sócio Gerente: Heldes Regalin
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 15/07/2013

Contribuinte: Conereserv Empreiteira de Mão de Obra Ltda
Rua Ernesto Fantin, 84 SESI
Inscrição Municipal: 1968653 CNPJ: 07.330.532/0001-36
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 126/2005.
Sócio Gerente: João Pires de Almeida
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 28/02/2013

Contribuinte: Cooperativa dos Transportadores do Vale - COOTRA-VALE
Rua Rod. SC 453 KM 50, S/N Rio das Pedras
Inscrição Municipal: 146316 CNPJ: 00.680.933/0001-77
Sócio Gerente: Vilmar José Rui
Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.
Data do Cancelamento: 19/06/2013

Contribuinte: Daiane Padilha - ME
Rua Rod SC 135, SN Nossa Senhora Aparecida
Inscrição Municipal: 2029502 CNPJ: 08.646.803/0001-20
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF:

0223/2008

Titular: Daiane Padilha

Motivo do Cancelamento: não concluiu pedido de baixa no município..

Data do Cancelamento: 25/04/2013

Contribuinte: Everson Peruchin

Rua Saul Brandalise, 1098 - Bairro Centro

Inscrição Municipal: 205278.4 CNPJ: 11.014.490/0001-00

Titular: Everson Peruchin

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 06/02/2012

Contribuinte: Gabriel Nunes de Oliveira Eireli

Rua Genelvira R. Torkatto, 60 Universitário

Inscrição Municipal: 2104024 CNPJ: 14.959.617/0001-43

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 01 a 50 - AIDF: 69/2012.

Titular: Gabriel Nunes de Oliveira

Motivo do Cancelamento: não concluiu pedido de baixa no município.

Data do Cancelamento: 14/03/2013

Contribuinte: Giovani Izabel Arcari - ME

Rua Farroupilha, 593 Farroupilha

Inscrição Municipal: 194.441-0 CNPJ: 06.007.518/0001-33

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 500 - AIDF: 308/2003.

Titular: Giovani Izabel Arcari

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 14/02/2013

Contribuinte: Goldien Gestão Empresarial Ltda

Rua Saul Brandalise, 136 Centro

Inscrição Municipal: 199916.8 CNPJ: 3.429.136/0001.00

Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)

Sócio Gerente: Carlos Luiz Pacheco

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/03/2013

Contribuinte: Infovt Representações Ltda ME -

Rua Antonio Marafon, 154 Marafon

Inscrição Municipal: 200161.6 CNPJ: 05.206.815/0001-45

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 150 - AIDF: 73/2007.

Sócio Gerente: Vanderlei Rabelo Teza

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/07/2013

Contribuinte: JC Jeans Comércio de Roupas e Produtos Naturais

Rua Coronel Fagundes, 111 Centro

Inscrição Municipal: 71487 CNPJ: 76.615.590/0001-29

Sócio Gerente: Danielle Maria Mandelli

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/07/2013

Contribuinte: JCMC Representações Comerciais Ltda

Rua Geovani Crestani, 231 São Cristóvão

Inscrição Municipal: 182194-6 CNPJ: 04.249.665.0001-94

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 500 - AIDF: 032/2004.

Sócio Gerente: Edmilson Moraes de Souza

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono

do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/03/2013

Contribuinte: Metal Nunes Serviços Ltda - ME

Rua Santa Rech Demartini, 150 Amarante

Inscrição Municipal: 1853864 CNPJ: 04.456.195/0001-30

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 44/2011.

Sócio Gerente: Osmarino Nunes dos Santos

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 14/02/2013

Contribuinte: Mini Mercado do Vino Ltda - ME

Rua Luis Habitante, 197 Campo Experimental

Inscrição Municipal: 1981021 CNPJ: 07.802.777/0001-19

Sócio Gerente: Valdevino Rodrigues da Silva

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 07/03/2013

Contribuinte: Móveis Baldin Ltda - ME

Rua Lote 10 - quadra B - Cinquentenário, S/N Cidade Alta

Inscrição Municipal: 182785.5 CNPJ: 04.310.460/0001.77

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0272/2002.

Sócio Gerente: Irival Zimmer

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 04/07/2013

Contribuinte: Multi Mídia NANI Ltda ME

Rua Antonio Mendes, 27 - Cidade Alta

Inscrição Municipal: 204.268-1 CNPJ: 10.626.264/0001-09

Sócio Gerente: Edwin Albert Muller

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 01 a 250 - AIDF: 073/2009

Motivo do Cancelamento: Mudança de endereço para Iomerê-SC em 2010

Data do Cancelamento: 06/02/2012

Contribuinte: Panificadora e Confeitaria Grande Elshaday Ltda - ME

Rua Severino José Pasqual, 293 Carboni

Inscrição Municipal: 2026724 CNPJ: 09.396.038/0001-08

Sócio Gerente: Norberto Alves Ribeiro

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 05/02/2013

Contribuinte: Play Word Loterias e Diversões Ltda

Rua XV de Novembro, 231 Centro

Inscrição Municipal: 1704451 CNPJ: 02.876.788/0002-00

Não possui Autorização para Utilização de Documentos Fiscais (AIDF) (art. 72 RISS)

Sócio Gerente: Mario César Alves

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 07/03/2013

Contribuinte: Rodofrutas Transporte Rodoviário de Cargas Ltda.

Rua Eleonora Schuller, SN - Bairro Colina Verde

Inscrição Municipal: 7.345-0 CNPJ: 81.336.042/0001-08

Sócio Gerente: Clarisse Retore Carboni

Motivo do Cancelamento: Mudança de endereço para Pinheiro Preto-SC em 2011

Data do Cancelamento: 06/06/2012

Contribuinte: Silveira Prestadora de Serviços Ltda - ME

Rua Rod. SC 453, S/N Nossa Senhora Aparecida

Inscrição Municipal: 1619551 CNPJ: 02.553.872/0001-02
Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 301 a 450 - AIDF: 30/2004.

Sócio Gerente: Antonio Adir Flores Silveira

Anderson Tibes Silveira

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 20/02/2013

Contribuinte: SoftCenter Informática e Sistemas Ltda

Rua Adolfo Konder, 185 Alvorada

Inscrição Municipal: 192995-0 CNPJ: 05.469.445/0001-39

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 500 - AIDF: 300/2008.

Sócio Gerente: Anderson Rosa

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades neste endereço sem comunicar o fisco.

Data do Cancelamento: 14/03/2013

Contribuinte: Só Motos Ltda

Rua XV de novembro, 920 Centro

Inscrição Municipal: 1920219 CNPJ: 05.164.510/0001-18

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 001 a 250 - AIDF: 0198/2002.

Sócio Gerente: Adir Constantini

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 18/02/2013

Contribuinte: South Comércio de Lubrificantes Ltda

Rua Rod SC 355, S/N Rio das Pedras

Inscrição Municipal: 2112183 CNPJ: 15.628.536/0001-23

Sócio Gerente: Vânia Rita Kosak Santini

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/07/2013

Contribuinte: Vavi Transportes Ltda EPP

Rua Rod SC KM 50, S/N Rio das Pedras

Inscrição Municipal: 170638 CNPJ: 03.317.092/0001-26

Sócio Gerente: Valcir Anzanello

Motivo do Cancelamento: não concluiu pedido de baixa no município.

Data do Cancelamento: 17/01/2013

Contribuinte: Videmed Comércio e Manutenção de Equipamentos Médicos e Hospitalares

Rua Padre Anchieta, 890 Matriz

Inscrição Municipal: 196.307-4 CNPJ: 00.166.772/0001-06

Nota Fiscal de Prestação de Serviços numeração 251 a 750 - AIDF: 283/2007.

Sócio Gerente: Luiz Antonio do Nascimento

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 21/02/2013

Contribuinte: WE Absoluta Comércio Varejista de Confecções Ltda

Rua Coronel Fagundes, 209 Centro

Inscrição Municipal: 207981-0 CNPJ: 13.023.177/0001-55

Sócio Gerente: Joel Carlos Roberto

Motivo do Cancelamento: Encerrou suas atividades com abandono do cadastro Municipal.

Data do Cancelamento: 12/07/2013

E, para que produza os efeitos legais, foi lavrado o presente edital.

Videira-SC, 15 de julho de 2013

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Finanças

Xavantina

PREFEITURA

Ata PP 25/2013

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2013 - PMXV. OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA PARQUE INFANTIL PARA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e treze, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se o Pregoeiro Sr. Emerson Salvagni e sua Equipe de Apoio, constituída pelos servidores Arline Caon, Izilde Jandira Pawiokiewicz Fasolo e Catia Mara Cosmann Boff, designados pelo Decreto 065/2013, com a finalidade de efetuar a análise e o julgamento dos pedidos de recursos referente a Documentação de Habilitação, da licitação em epígrafe. Após análise do parecer jurídico a Comissão de Licitações acatou a decisão do Assessor Jurídico Sr. ANDRE RICARDO BROGLIO, OAB/SC 24013A sendo que ficam desclassificadas as empresas GADONSKI E CIA LTDA, a empresa I. SILVEIRA E CIA LTDA e a empresa VENSATI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA por não atenderem as exigências fixadas no ato convocatório. Fica aberto o prazo de três dias úteis a contar do dia 18 de julho de 2013 para que as mesmas apresentem seus recursos, sendo que as mesmas terão até às 17 horas do dia 22 de julho de 2013 para protocolarem os mesmos, na Sede Administrativa Municipal com endereço na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro de Xavantina/SC, CEP 89.780-000. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelo Pregoeiro, membros da Equipe de Apoio.

EMERSON SALVAGNI

Pregoeiro

ARLINE CAON

Membro da Equipe de Apoio

IZILDE JANDIRA PAWIOKIEWICZ FASOLO

Membro da Equipe de Apoio

CATIA MARA COSMANN BOFF

Membro da Equipe de Apoio

PP 37/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresas para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para conserto do Trator de Esteiras Komatsu D41 E , pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de lotes e especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 01/08/2013.

Abertura: dia 01/08/2013, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 17 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

PP 38/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2013 - PMXV

Objeto: Registro de Preços para a aquisição, conforme a necessidade, de móveis, equipamentos de informática e eletrodomésticos, conforme especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 02/08/2013.

Abertura: dia 02/08/2013, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 17 de julho de 2013.

MAURO JUNES POLETO
Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Edital N° 66/2013 - Prática Em Processo Administrativo Disciplinar _amurel

EDITAL N° 66/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

PRÁTICA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os agentes públicos municipais a processar e julgar infrações administrativas cometidas por servidores públicos.

2. PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos municipais

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Tubarão – SC Auditório da Associação de Municípios da Região de Laguna Rua Rio Branco nº 067 - Caixa Postal, 157 Bairro: Vila Moema
Período das inscrições	De 18/07 à 03/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	03/09/2013
Homologação das inscrições	05/09/2013
Período de realização	17 de setembro de 2013
Carga horária total	10 horas/aula
Quantidade de vagas	80 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição	PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM		R\$ 200,00
Demais participantes		R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia	Responsabilização Funcional do Servidor Público (Tipos de Responsabilização do Servidor, A Responsabilidade Administrativa e Suas Consequências) A Sindicância Administrativa (A Instância de Apuração, A Autoridade Sindicante e as Prerrogativas Instrumentais dos Servidores) A Instauração do PAD - Processo Administrativo Disciplinar (A Autoridade Processante, A Peça Acusatória)
8h30 às 12h	

13h30 às 17h30	A Instrução do PAD (A Autoridade Instrutora, A Formação do Contraditório, Os Ritos Processuais) A Decisão e os Recursos no PAD (Os Requisitos da Decisão Disciplinar, Os Efeitos da Decisão, Os Recursos Cabíveis e seus Efeitos) Questões Polêmicas (Análise Jurisprudencial Contemporânea das Principais Questões envolvendo PAD)
----------------	---

7. PALESTRANTES

Manolo Del Olmo

Especialista em Direito Administrativo (FURB/SC - 2000/01) e em Administração Pública Municipal (FEAD/MG - 1999/00), tendo ingressado no curso de Direito em 1990 (PUC/PR). Professor de Direito Administrativo (Univille - 2003/07 e Unerj 2005/08) e de Administração Pública (Univille - 2000/04) para cursos de graduação em Direito e Administração de Empresas e professor da pós-graduação (Especialização em "Auditoria em Contas Públicas do SUS" - Univille - desde 2003). Professor permanente da ESA/OAB (desde 2009) e membro fundador do IDASC (Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina). É autor e co-autor de artigos e livros jurídicos publicados. Ocupou cargos públicos em cinco municípios catarinenses, como procurador e secretário municipal de administração.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito de Forquilha

Presidente da EGEM

Consórcios

AGIR

Resolução Nº 032/2013 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 032/2013

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo para verificação de fatos postados e divulgados em rede social (Facebook) pelo Vereador de Blumenau, senhor Ivan Naatz, sobre cobrança indevida e despejo irregular realizado pela Concessionária Foz de Blumenau S.A.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 08 de julho de 2013.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

Convocação Reunião Extraordinária do Comitê de Regulação - AGIR

CONVOCAÇÃO:

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

ANÍSIO FANTINI, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, nomeado pelo Decreto nº 007/2012, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 29 de julho de 2013, às 13h30min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

1 - Leitura e aprovação da ata anterior;

2 - Proposta Resolução Normativa sobre Interrupção nos Serviços de Água e Esgoto;

- 3 - Visita técnica aos sistemas de tratamento ETE-Garcia e ETE-Fortaleza;
4 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 17 de julho de 2013.

ANÍSIO FANTINI

Presidente do Comitê de Regulação
(Decreto nº 007/2012)

Retificação Convocação Assembleia Geral Ordinária - AGIR

CONVOCAÇÃO - RETIFICAÇÃO:
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

MOACIR POLIDORO, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições legais e de acordo com o Artigo 17 § 1º, Artigo 20 e Incisos e Artigo 30 Inciso I do Estatuto Social, COMUNICA que por razões de interesse e conveniência dos consorciados a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA será realizada no seguinte local:

- Local: Rua: Alberto Stein, nº 466, Auditório do 1º piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau/Santa Catarina.

Permanecem inalterados os demais itens daquela convocação.

Blumenau (SC), em 17 de julho de 2013.

MOACIR POLIDORO

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR
Prefeito de Ascurra/SC



Programa de Gestão Tributária



Aplicativos do Programa de Gestão Tributária - PGT:

- **ADESÃO AO PGT** – Acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C); participação da lista de discussão do grupo de usuários; participação do conselho do CIGA para proposição de aplicativos; realização de testes com novas ferramentas; e recebimento de materiais, informativos, layouts e capacitações do CIGA.
- **REGIN** – Gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN);
- **SIMPLES NACIONAL** – Gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional;
- **ITBI** – Gestão do imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis (ITBI).

www.ciga.sc.gov.br

CIGA**Ata da Sessão Pública do Pregão Eletrônico N° 03/2013****- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -**

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0003-2013 do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA.

NOME DO PROMOTOR: CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA
EDITAL / PROCESSO: 0003-2013 / 14/2013
DATA DE REALIZAÇÃO: 11 de Julho de 2013 às 14:00
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS Iniciado em 08/07/2013 08:00 e finalizado em 11/07/2013 13:50
LOCAL: www.bll.org.br
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: MARCELA MARCON GONÇALVES

Aos 11 dias do mês de julho de 2013, no endereço eletrônico www.bll.org.br, nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) MARCELA MARCON GONÇALVES do(a) CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA para proceder a sessão pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

Inicialmente, ficou registrado que as 08:00 horas do dia 08/07/13 teve início, por meio do sistema eletrônico, conforme consta no edital, o prazo para recebimento das propostas iniciais de preços. Foi(ram) resgistrado(s) o(s) recebimento(s) da(s) proposta(s) inicial(is) de preços, por lote(s), do(s) seguinte(s)

LOTE: 000001 HOMOLOGADO 17/07/13 09:42

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Nobreak:• Entrada 200V e 240V (220V com 10% de tolerância)• Saída 220V estabilizada com margem de erro inferior a 1% e THD inferior a 3%• Capacidade de carga mínima de 1kVA e de armazenamento de pelo menos 9Ah• Conector de energia em padrão nacional - NBR 14136• Garantia de 2 anos • Autonomia de funcionamento mínima de 30 minutos em carga máxima e consumo igual à potência nominal• Cor preta ou cinza escuro	UN	NHS	2	600,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	M 09.053.748/0001-27	11/07/13 13:30:18 600,00	11/07/13 15:01:03 600,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
2 JAIRO ANTONIO ZANATTA - EPP	M 03.843.541/0001-70	11/07/13 09:48:56 600,00	17/07/13 12:54:08 0,00
Não atende requisito de autonomia de funcionamento mínima de 30 minutos em carga máxima.			
3 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 600,00	17/07/13 12:54:08 0,00
Não atende requisito de armazenamento de pelo menos 9Ah.			
4 SMI TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME	M 16.096.591/0001-82	11/07/13 13:49:06 600,00	17/07/13 12:54:08 0,00
Não atende requisito de autonomia de funcionamento mínima de 30 minutos em carga máxima.			

LOTE: 000002 HOMOLOGADO**17/07/13 09:42**

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
1	Nobreak:• Adequado para montagem em rack padrão 19"• Entrada 200V e 240V (220V com 10% de tolerância)• Saída 220V estabilizada com margem de erro inferior a 1% e THD inferior a 3%• Capacidade de carga mínima de 2kVA e de armazenamento de pelo menos 15Ah• Conectividade USB (ou RS232 com adaptador USB incluso) para sinalização de eventos com suporte a sistema operacional Linux• Cor preta ou cinza escuro• Conector de energia em padrão nacional - NBR 14136• Garantia de 2 anos	UN	APC	1	2.400,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 400,00	11/07/13 15:13:56 2.400,00

LOTE: 000003 HOMOLOGADO**17/07/13 09:42**

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	Servidor:• Fixação em rack 19" com altura máxima de 2U• Alimentação 220V com conector em padrão nacional - NBR 14136• Perfil frontal em cor preta ou cinza escuro• Gerenciamento "lights off" remoto via web com interface de rede dedicada para gerenciamento• Conexão ethernet gigabit com 4 portas• Conexão USB na parte frontal e traseira• 2 Processadores de 4 núcleos, com clock mínimo de 2.2GHz, 10MB de memória cache• 32GB de memória RAM DDR3 1600MHz instaladas em dual-channel com operação em modo entrelaçado• 4 discos rígidos de 500GB SATA II 7200RPM• Controladora SATA com configuração RAID (0, 1, 0+1, 5, 10) integrada• Garantia de 3 anos com atendimento no local• Compatibilidade dos dispositivos com sistema operacional Ubuntu Linux 13.04 (kernel 3.0 ou superior)

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN	NORION	1	10.018,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 12.000,00	11/07/13 16:00:53 10.018,00
2 ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	85.240.869/0001-66	11/07/13 11:37:30 12.000,00	11/07/13 15:47:03 10.119,00
3 CAURE INFORMATICA E SUPRIMENTOS LTDA	M 11.972.582/0001-94	11/07/13 01:10:17 12.000,00	11/07/13 15:10:41 11.799,00

LOTE: 000004 CANCELADO

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 Projétor Multimídia:• Luminosidade: 3.500 lumens ANSI • Taxa de contraste: 2100:1 • Resolução: WXGA (1280 x 800)• Tamanho da imagem: 36,3 pol a 362 pol (diagonal)• Distância de projeção: 1,2 m a 10 m• Ciclo de vida útil da lâmpada estimado em 3.000 horas em situação normal de utilização• Áudio multimídia: alto-falante embutido• Peso máximo de 3,5 kg• Alimentação 100 a 240 Volts• Entrada do computador: D-sub para sinais de entrada de TV de alta definição e componente RGB/analógico• Saída do computador: um D-sub de 15 pinos• Entrada de vídeo: um vídeo composto RCA e um S-Video• Entrada USB: um USB secundário para suporte remoto e atualização de firmware• Entrada de áudio: um par de conectores RCA; uma entrada de microfone.• Entrada HDMI: uma HDMI 1.3 (compatível com HDCP)• Alimentação 220V com fonte redundante e conector em padrão nacional - NBR 14136

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN		1	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 3.000,00	17/07/13 12:54:08 0,00

Não atende ao requisito de Resolução.

LOTE: 000005 HOMOLOGADO

17/07/13 09:42

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 Storage de Rede (NAS):• Fixação em rack padrão 19"• Perfil em cor preta ou cinza• Alimentação 220V com conector em padrão nacional – NBR 14136• 3 anos de garantia com atendimento no local• 24TB (dezoito terabytes) de armazenamento instalado • 4 portas Ethernet 10/100/1000 Mbps• Suporte iSCSI• Acesso via CIFS, NFS, Bonjour, WebDAV• Suporte RAID 0, 1, 0+1 (ou 10), 5• Todos os discos internos devem ser idênticos, incluindo modelo, fabricante, velocidade, capacidade e quaisquer outras características de fabricação.

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN	IOMEGA PX12-400	1	24.000,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETROELETRONICOS LTDA	M E 10.513.136/0001-59	10/07/13 19:35:38 24.000,00	11/07/13 15:21:12 24.000,00
2 ILHA SERVICE SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	85.240.869/0001-66	11/07/13 11:37:30 30.000,00	11/07/13 15:21:12 30.000,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
3 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 24.000,00	17/07/13 12:54:08 0,00

Não especificou na proposta o Suporte iSCSI e o Acesso via CIFS, NFS, Bonjour, WebDAV.

LOTE: 000006 CANCELADO

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 Storage Portátil:• Portátil• Gabinete em cor preta ou cinza• Alimentação 110V-220V com fonte de alimentação e conector padrão nacional – NBR 14136• 2 anos de garantia • 6TB (seis terabytes) de armazenamento instalado• Porta USB 3.0 no modo device, ou seja, capaz apresentar o dispositivo como um disco externo

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN		1	0,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 2.400,00	17/07/13 12:54:08 0,00

Não atende o requisito de Porta USB 3.0.

LOTE: 000007 CANCELADO

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- Netbook:• Memória RAM 2GB DDR3• Processador de dois núcleos com frequência mínima de 1.6GHz• HD 320 GB• Tela 10" à 12" – LED• Rede

- 1 Ethernet 10/100/1000 Mbps• Wireless (802.11b/g/n) integrado• Som Stereo Integrado• Saída de Audio, Entrada de Microfone• Teclado compatível com português brasileiro (ABNT2, com tecla “ç”)• Sistema Operacional Windows (Exceto versão Starter) e Microsoft Office (Licenciado)• Bateria de 3 Celulas Lithium-Ion) – Duração mínima de 3 horas• WebCam Integrada• Touchpad Integrado• 3 Portas USB integradas, no mínimo USB 2.0• Conector RJ 45• 1 Saída HDMI• Peso máximo com bateria 1.8 kg• Alimentação 110V-220V com fonte de alimentação e conector padrão nacional – NBR 14136

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN		1	0,00

LOTE: 000008 CANCELADO

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 Notebook:• Processador com 4 núcleos com frequência mínima de 2.0GHz e memória cache L2 de 2MB• Memória RAM 8GB• HD 1TB• Tela de 14” – LED – Full HD (1920x1080) - Sensível a toque (Touchscreen)• Rede 10/100/1000 Mbps• Som stereo integrado• Wireless (802.11b/g/n)• Bluetooth• Teclado Padrão Português Brasileiro (ABNT2, com tecla “ç”)• Touchpad Integrado• Windows 8 profissional, Office 2010 e antivírus originais licenciados• Entrada para microfone, Saída audio, Entrada Rede RJ 45, Conectores HDMI USB 2.0 e USB 3.0• Leitor de Cartões de Memória• Bateria Lithium-Ion com autonomia mínima de 3 horas• Câmera de Video 1.2 mega pixel integrada• Cor preto, prata ou branca• Peso máximo com bateria 2,5kg• Alimentação 110V-220V com fonte de alimentação e conector padrão nacional – NBR 14136

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN		1	0,00

LOTE: 000009 HOMOLOGADO

17/07/13 09:42

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E DE ELETROELETRÔNICOS

ITEM ESPECIFICAÇÃO

- 1 TV LED:• Tamanho da Tela 32”• Diagonal aproximada 80 a 85cm• Entrada de RF, Video Componente, Audio Estéreo, HDMI, D-SUB (RGB), USB e saída de áudio• Resolução nativa 1920x1080p• Cor Preta• Idioma Português• Funções HDTV e Conexão a Internet• Auto falantes integrados com potência RMS de 10W x 2• Taxa de atualização de imagem de 120HZ• Alimentação 110V-220V com fonte de alimentação e conector padrão nacional – NBR 14136• Controle Remoto

UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	PREÇO
UN	PHILIPS/32PFL40	1	1.556,00

LICITANTES HABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
1 BAGATOLI COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME	M 09.053.748/0001-27	11/07/13 13:30:18 1.600,00	11/07/13 16:27:19 1.556,00
2 HARLEY DE AGUIAR JUNIOR	M 06.635.187/0001-86	11/07/13 13:31:34 1.600,00	11/07/13 16:16:15 1.557,00

LICITANTES INABILITADOS

LICITANTE	CPF/CNPJ	PROPOSTA	MELHOR LANCE
3 ROBERTO PARRA & CIA LTDA	M 03.770.064/0001-60	11/07/13 12:15:20 1.600,00	17/07/13 12:54:08 0,00

Na proposta enviada não informou modelo.

Todos os registros registrados no sistema, bem como eventuais manifestações de interposição de recursos dos participantes, estão devidamente contidos no(s) relatório(s) descritivo(s) da(s) sessão(ões) individualizado(s) por lote(s), que é (são) parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, a autoridade competente declara homologados os lotes relacionados nessa ata.

NELSON GUINDANI

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico N° 03/2013

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2013
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2013

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, homologa o Pregão Eletrônico n° 03/2013 - Processo Licitatório n° 14/2013, no qual restaram vencedoras do certame as seguintes empresas: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME, HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - ME e MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório n° 14/2013.

Florianópolis, 17 de julho de 2013.
NELSON GUINDANI
Presidente do CIGA

Termo de Julgamento e Adjudicação do Pregão Eletrônico N° 03/2013

TERMO DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 14/2013
PREGÃO ELETRÔNICO N° 03/2013

Após análise da documentação apresentada referente ao Pregão Eletrônico n° 03/2013, a Sra. Marcela Marcon Gonçalves, pregoeira responsável, adjudica as seguintes empresas vencedoras: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA. ME, HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - ME e MWV WEB SITE COMÉRCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS, conforme ata da sessão pública colacionada aos autos do Processo Licitatório n° 14/2013.

Florianópolis, 17 de julho de 2013.
MARCELA MARCON GONÇALVES
Pregoeira

Edital de Concurso Público CIGA N° 02/2011 - Convocação Para Provimento de Vaga do Concurso Público

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA
CONCURSO PÚBLICO CIGA N° 02/2011
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO
DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO CIGA N° 02/2011

O DIRETOR EXECUTIVO do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, demais legislações vigentes e em conformidade com o Edital de Concurso Público CIGA N° 02/2011, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DO CANDIDATO, relacionado abaixo, para o provimento do emprego público de Técnico em Tecnologia da Informação do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, conforme resultado final devidamente publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC na data de 23 de novembro de 2011. CONVOCADO:

Inscrição	Candidato	Classificação Final	Cargo
50113	GUILHERME DA ROCHA KOEHLER	5º	TÉCNICO EM TI

O convocado deve comparecer, durante o período de 19 de julho de 2013 a 02 de agosto de 2013 das 8h30min às 12h00min ou das 13h00min às 17h30min, na sede do CIGA, situada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis-SC para apresentação e entrega dos seguintes documentos constantes no item 11.5 do Edital

de Concurso Público CIGA N° 02/2011:

- Carteira de identidade;
- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Carteira de Trabalho (CTPS);
- Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
- Título de Eleitor e o comprovante quitação eleitoral;
- Comprovante de quitação com o serviço militar, se do sexo masculino;
- Fotografia recente, tamanho 3x4;
- Certificado de conclusão do ensino médio ou superior, conforme o caso; e
- Certidão de nascimento ou casamento, com as respectivas averbações.

O não comparecimento do interessado ou apresentação de qualquer documento fora do prazo previsto acarretará a eliminação do concurso e perda da vaga do referido cargo.

Florianópolis, 18 de julho de 2013.
GILSONI LUNARDI ALBINO
DIRETOR EXECUTIVO

CIM-AMAVI**Ata da Sessão de Abertura dos Envelopes 01 - Convite 003/2013**

ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DO "ENVELOPE N° 01 - DOCUMENTAÇÃO" DO CONVITE N° 003/2013 DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI

Aos dezessete dias do mês de julho de dois mil e treze, às nove horas, na sede da AMAVI, em Rio do Sul, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do CIM-AMAVI, Valmir Batista, e Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli, bem como a assessora jurídica Kleide Maria Tenffen Fiamoncini para proceder ao recebimento dos envelopes relativos ao Convite n° 003/2013 e para a sessão de abertura dos Envelopes n° 01 - Documentação. Foram entregues os envelopes pelas empresas Eliana Dalsenter & Cia Ltda - EPP, representada por Eliana Dalsenter; Lanchonete do Acácio Ltda - ME, representada por Sandro Hoeppers; Isolange Crispim Souza & Cia Ltda - ME, representada por Damian Giovane Perini. A empresa Nutriport Comercial Ltda encaminhou seus envelopes pelo correio, não havendo representante presente. Declarada iniciada a sessão e recebidos os envelopes, o presidente da Comissão, Valmir Batista, solicitou aos presentes que rubricassem os lacres dos envelopes. Ato contínuo, foram abertos os Envelopes n° 1 - Documentação, solicitando aos presentes que rubricassem todos os documentos. Na sequência procedeu-se a conferência da documentação tendo sido declaradas habilitadas todas as empresas. Em seguida, o Presidente da Comissão declarou aberto o prazo recursal de 02 (dois) dias úteis a contar da publicação da decisão de habilitação no Diário Oficial dos Municípios - DOM. A data de sessão de abertura dos Envelopes n° 2 - Proposta de Preços, será publicada igualmente no DOM e comunicada por e-mail às empresas participantes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Comissão agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão às 09h50min, da qual eu Kleide M. T. Fiamoncini, relatora, lavrei a presente ata.

CIS/AMMVI**Republicação - Assembleia Geral Ordinária**

* Republicação corretiva por mudança de local
CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HARTWIG PERSUHN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 19 de julho de 2013, às 16h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 17h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466, Auditório do 1º piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 - Discussão e aprovação do orçamento para o exercício de 2014;
- 2 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 11 de julho de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CISAMVI

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

Republicação - Assembleia Geral Ordinária

* Republicação corretiva por mudança de local
CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

HARTWIG PERSUHN, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que se realizará no dia 19 de julho de 2013, às 16h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 17h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: Rua: Alberto Stein, nº. 466, Auditório do 1º piso - Bairro: Velha, CEP: 89.036-200, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA

- 1 - Discussão e aprovação do orçamento para o exercício de 2014;
- 2 - Assuntos gerais.

Blumenau (SC), em 11 de julho de 2013.

HARTWIG PERSUHN

Presidente do CISAMVI

Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho

**O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão**

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br